





Manuel Carlos Silva | José Manuel Sobral (Orgs.)

# **ETNICIDADE, NACIONALISMO E RACISMO**

**Migrações, minorias étnicas  
e contextos escolares**

Edições Afrontamento

<b>Título</b>	Etnicidade, Nacionalismo e Racismo. Migrações, minorias étnicas e contextos escolares
<b>Apresentação e organização</b>	Manuel Carlos Silva e José Manuel Sobral (Orgs.)
<b>Edição</b>	© Autores / Edições Afrontamento Edições Afrontamento, Lda. / Rua Costa Cabral, 859 / 4200-225 Porto <a href="http://www.edicoesafrontamento.pt">www.edicoesafrontamento.pt</a> / <a href="mailto:geral@edicoesafrontamento.pt">geral@edicoesafrontamento.pt</a>
<b>Colecção</b>	Biblioteca das Ciências Sociais / Sociologia /
<b>Nº de edição</b>	___
<b>ISBN</b>	978-972-36-____-2013
<b>Depósito legal</b>	_____/13
<b>Impressão e acabamento</b>	Rainho & Neves, Lda. / Santa Maria da Feira <a href="mailto:geral@rainhoeneves.pt">geral@rainhoeneves.pt</a>
<b>Distribuição</b>	Companhia das Artes – Livros e Distribuição, Lda. <a href="mailto:comercial@companhiadasartes.pt">comercial@companhiadasartes.pt</a>

<b>9</b>	<b>PARTE 1: ETNICIDADE, RACISMO E NACIONALISMO</b>
<b>11</b>	<b>Introdução ■ Manuel Carlos Silva e José Manuel Sobral</b>
<b>21</b>	<b>Capítulo 1: Etnicidade e Racismo: uma reflexão pró-teórica ■ Manuel Carlos Silva</b>
21	1. Introdução: raça, etnicidade e racismo
27	2. Relações interétnicas e racismo em contextos (pós) coloniais e migratórios
37	3. Entre o racismo biológico e o novo racismo “cultural”
43	4. Discriminação, etnicidade e racismo: algumas (pseudo)teorias
44	(i) as “teorias” biológico-genéticas
46	(ii) as teorias etológicas e sócio-biológicas
47	(iii) algumas teorias psicológicas
49	(iv) Etnicidade e racismo sob olhares sociológicos
58	5. Confronto e balanço crítico
<b>75</b>	<b>Capítulo 2: Racismo e nacionalismo: contributos para uma genealogia das suas relações ■ José Manuel Sobral</b>
75	1. Introdução
81	2. Racismo na Antiguidade?
87	3. Exclusão e discriminação no período medieval
90	4. Selvagens, escravos e raças
100	5. Racismo e nacionalismo: Nação, Raça e Império no período moderno
103	6. Nacionalismo e racismo nos dois últimos séculos
114	7. As metamorfoses do racismo e a identidade nacional
<b>125</b>	<b>Capítulo 3: Etnicidade e classe: um exercício para um mapeamento teórico ■ Veit-Michael Bader</b>
125	1. Introdução
126	2. Contingência e teoria: a falência das “grandes teorias” e o decisivo papel da política

127	3. Níveis de análise
128	4. Etnias
132	5. Cultura étnica/habitus
132	5.1. Conceitos de cultura, habitus e sua relação
133	5.2. Cultura étnica
133	5.3. Hábitos étnicos e “constituição dum sujeito etnicizado”
134	5.4. Relações cultura étnica – identidade étnica
135	6. Identidade étnica
135	6.1. Observações preliminares
136	6.2. Diferentes aspectos de identidade étnica
139	6.3. Tipos de identidade étnica
139	6.4. Tempo
140	7. Situações das relações étnicas: abordagens de classe à etnicidade
140	7.1. Os contextos fazem a diferença
143	7.2. Classe e Etnicidade: Uma ilustração
144	7.3. Tipos de incorporação
146	8. Conclusão: por níveis adequados de complexidade, teorias e pesquisa comparativa
149	<b>Capítulo 4: Estereótipos sociais, processos cognitivos e normas sociais</b>
	■ Rosa Cabecinhas
149	1. Estereótipos, cultura e processamento da informação social
152	2. Imagens a Preto e Branco: Estereótipos sociais e relações assimétricas entre grupos
158	3. Mudança social, “novos” racismos e “novos” estereótipos
165	<b>Capítulo 5: O racismo e a modernidade: algumas reflexões a partir da Sociologia</b>
	■ João Filipe Marques
165	1. Introdução: problema e perspectivas de resposta
168	2. Modernidade e racismo: ambiguidades e tensões
172	3. Modalidades de racismo
177	<b>PARTE 2: MIGRAÇÕES, MINORIAS ÉTNICAS E CONTEXTOS ESCOLARES</b>
179	<b>Capítulo 6: Migrações humanas: teorias e práticas</b>
	■ Maria Engrácia Leandro, Michèle Baumann, Manuel A. Cunha
179	1. A noção de e/i/migrante
183	2. Sociologia das migrações em debate
196	3. O i/migrante perante o direito
197	3.1. As migrações internas
199	3.2. As migrações internacionais em debate
200	4. A questão demográfica e o diferencial de salários
202	4.1. Os entretuchos em torno dos salários
206	5. O impacto das desigualdades económicas e sociais
211	5.1. A relação entre migrações internacionais e o capital humano
214	6. Visão sintética

223	<b>Capítulo 7: Da difícil e árdua tarefa em pensar os termos etnicidade e hibridismo na pós-colonialidade portuguesa</b> ■ <b>Sheila Khan</b>
223	1. Introdução
225	2. Da Modernidade Situadamente Portuguesa
229	3. O “Sul” no Contexto Português de Investigação: Uma Conclusão “inconclusiva”
233	<b>Capítulo 8: Sentimentos de discriminação e racismo de ciganos portugueses</b> ■ <b>Olga Magano</b>
233	1. Introdução
233	2. Ciganos portugueses: minoria ou etnia?
237	3. Ciganos, racismo e cidadania
242	4. Percursos de vida e sentimentos de discriminação
253	<b>Capítulo 9: Trajectórias escolares e contextos familiares: comparação entre alunos autóctones e de origem imigrante (indiana e cabo-verdiana)</b> ■ <b>Teresa Seabra, Elisabete Rodrigues</b>
253	Introdução
254	1. Desempenho escolar
256	2. Condições familiares: lugares de classe, escolaridade e tipos de família
261	3. Processos familiares: uso oral do português, apoio à escolaridade e aspirações escolares
267	4. Síntese e conclusões
271	<b>Capítulo 10: Escola e migrações</b> ■ <b>M. Margarida Marques, Joana Lopes Martins</b>
271	1. Introdução
274	2. A investigação sobre a relação escola-descendentes de imigrantes
277	3. Filhos de imigrantes nas escolas portuguesas
280	4. Estado, escola e diversidade
283	5. Olhando para o futuro...
287	<b>Capítulo 11: Marcadores culturais, barreras étnicas e identidades: el caso del alumnado marroquí en Cataluña</b> ■ <b>Jordi Pamies Rovira, Silvia Carrasco Pons</b>
287	1. Introducción
289	2. La escuela: naturalizando la estratificación social
290	3. <i>Marroquinidad</i> e Islam en la escuela
294	4. Conclusión
299	<b>Capítulo 12: Ciganos e escola. Contextos e eventos percebidos como discriminatórios</b> ■ <b>Maria Manuela Mendes</b>
299	1. Introdução
303	2. As representações sobre a discriminação “vivida” e “sentida”
305	3. (Des)Continuidades na relação ciganos e escola
308	4. Na escola: contextos e situações percebidos como discriminatórios
315	5. Breves notas conclusivas
319	<b>Breves dados curriculares dos autores</b>



# PARTE 1

## **Etnicidade, racismo e nacionalismo**



A ideia de *raça*, ainda hoje presente na linguagem do senso-comum para designar a diferença, em particular, no que se prende com a aparência, possuiu um estatuto de enorme influência no campo científico até ao período entre as duas guerras. O seu uso não correspondia, no entanto, a qualquer conteúdo preciso. Por um lado, servia para designar grandes grupos humanos, definidos em termos de aparência física, pela cor da pele e outros traços como o tipo de cabelo ou forma de nariz. Assim, falava-se em raça branca, negra ou amarela, por exemplo. Mas também se falava em raças como a portuguesa, a germânica, a anglo-saxónica, querendo com isso designar os habitantes de uma nação, ou os que habitavam em mais do que um Estado-nação, como sucedia no caso germânico ou no anglo-saxónico, em que o termo servia para designar as populações alemãs do Império austro-húngaro ou ingleses e norte-americanos. Mas a variação nos usos da palavra era ainda maior. Falava-se ainda na existência de uma raça ariana – de que se pensava serem os alemães os mais fiéis representantes – e de uma raça semita, para designar sobretudo os Judeus. Não havendo um sentido inequívoco conferido ao vocábulo – e não tendo chegado a consenso as diversas tentativas para definir os seus atributos, desde que se pensou em termos raciais no campo científico – a raça foi, no entanto, alegadamente tida como um factor explicativo crucial. A ele se deveriam não só as diferenças entre as populações humanas, como também as assimetrias entre as sociedades em termos de crescimento económico ou de preeminência política. O desenvolvimento industrial capitalista em que umas nações ou estados-nações apareciam como dominantes – Grã-Bretanha, Alemanha, EUA – seria não um produto de processos sociais e económicos e culturais, mas o de algo mais profundo, ancorado na natureza, a raça. Assim, essas raças demonstrariam a sua superio-

\* Centro de Investigação em Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho ([mcsilva2008@gmail.com](mailto:mcsilva2008@gmail.com))

\*\* Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa ([jose.sobral@ics.ul.pt](mailto:jose.sobral@ics.ul.pt)).

ridade, enquanto as sociedades assentes numa agricultura tida como arcaica ou na caça e na recolção se deviam à inferioridade em termos raciais. A ideia de raça permeava o discurso nacionalista, articulado à dominação imperial.

O que todos estes usos do vocábulo raça tinham em comum era a alegada existência numa correspondência entre traços físicos e capacidades intelectuais e uma crença na imutabilidade desse conjunto, que se perpetuaria hereditariamente. E isso justificaria a posição social diferente dos grupos, o tratamento jurídico diferenciado, a distribuição desigual de recursos, a discriminação e o preconceito. Por outras palavras, a ideia de raça está ligada ao *racismo*.

O questionamento progressivo dos sentidos de raça começa a dar-se sobretudo nos períodos entre as duas guerras na Europa, sendo obra de intelectuais militantes como W. E. B. Du Bois (1961) e de cientistas, sendo de destacar, entre estes, no campo das ciências sociais, o antropólogo Franz Boas (1940). Para este, as diferenças entre as populações humanas deviam-se não à raça, mas ao complexo de comportamentos designados como cultura. Além disso, todas as culturas tinham um valor específico, não tendo consistência a ideia de uma hierarquia entre elas. Tanto Du Bois, uma figura fundamental nos movimentos afro-americanos, como Boas eram militantemente anti-racistas. Todavia, a conjuntura histórica em que ambos viveram e produziram foi marcada por uma enorme ascensão do racismo, com o avanço da segregação racial nos EUA e as perseguições e linchamentos no Sul, e o do nazismo e seus aliados na Europa. A violência racista incorporada nas políticas estatais atingiu o seu ápice com os campos de extermínio nazis.

O horror desencadeado pelo nazismo teve um grande impacto na condenação do racismo. O antissemitismo, tão corrente no período entre as guerras, tornou-se um facto minoritário e as suas manifestações reprimidas em áreas – como a Europa ocidental, ou mesmo os Estados Unidos – onde outrora era importante<sup>1</sup>. E o racismo supostamente assente na cor da pele foi questionado com a descolonização, iniciada no pós-guerra com o lento desmantelamento dos vários impérios coloniais. Mas o racismo legal sobreviveria nos EUA até aos anos 60, sob o regime segregacionista que assegurava uma dominação «branca», só então se iniciando o seu desmantelamento, o que não significou de modo algum a extinção da desigualdade profunda que continuou a afectar os indivíduos identificados como «brancos» e «negros». A construção do *apartheid* deu-se após a segunda guerra mundial em 1948, enquanto a discriminação de que foram alvo populações tidas como inferiores, como os autóctones da Austrália, está longe de ter desaparecido. Os ciganos continuaram a receber um tratamento discriminatório e a ser tratados como os párias da Europa. O racismo mais flagrante tendeu a ocultar-se, por ser estigmatizado e criminalizado em muitos locais, mas não desapareceu.

(1) O filme de Elia Kazan *Gentleman's Agreement* (em Portugal, *A luz é para todos*), de 1947, é apenas um dos múltiplos exemplos de antissemitismo nos EUA de então, um contraste absoluto com a situação nos nossos dias.

O descrédito que atingiu em termos morais o racismo acelerou o questionamento do papel do conceito de raça. A identificação da raça com a nação deixou de circular no campo científico, ao contrário do que era comum antes. A sua definição como um «mito», uma mera construção social, tem levado tempo a impor-se, como o demonstra a história das posições da UNESCO a este respeito (Brattain 2007). De qualquer modo, a hegemonia exercida por esta noção, que pretendia assentar as diferenças entre as populações humanas em algo natural, fixo e imutável, viria a ser denunciada como uma ilusão ou constructo ideológico, como sintetiza Winant (2000). As diferenças entre as populações humanas passaram a ser vistas em termos da sua própria especificidade cultural, combatendo-se a ideia de hierarquia entre culturas, abrindo o caminho para a legitimação do multiculturalismo. E deu-se papel de relevo a conceitos como o de etnia para designar populações humanas auto e hetero-identificadas como culturalmente distintas.

Se até à segunda guerra mundial e mesmo até aos anos 60 e 70 do século XX ainda persistia o racismo biológico, ancorado politicamente nalguns regimes de *apartheid* (Estados Unidos, África do Sul), a partir daí este tipo de racismo, científica e politicamente indefensável, vai sendo substituído por outros tipos de racismo designados de cultural, neo-nacionalista, neo-racismo ou “sem raça” (Van den Berghe 1967, Banton 1979, Barker 1981, Bader 1985, Miles, 1995) e, em Portugal, Cunha (2000), A. Fernandes (1998), Silva (2000).

Em termos das representações do senso comum, diversos analistas (Wieviorka 1992, 1994) têm referido o facto de diversos atores sociais, embora não se considerando racistas, revelarem, a nível consciente ou inconsciente, preconceitos, atitudes ou até comportamentos discriminatórios face a certos grupos étnicos, recusando, por exemplo, proporcionar-lhes trabalho, alugar-lhes uma casa ou, ainda menos, assentir que, por exemplo, uma filha sua case com um negro ou um cigano.

O racismo só se torna em Portugal um problema explícito na sequência da descolonização, do desmantelamento da esfera soviética e da globalização, que levaram a que este país passasse de ser exclusivamente um território de emigração para tornar-se, igualmente, um país de imigração. Até então, a doutrina oficial nas últimas décadas do *Estado Novo*, em que assentava a dominação colonial portuguesa, era a de que os portugueses não eram racistas, praticando a miscigenação e que eram um todo, do Minho a Timor. Uma apropriação seletiva da obra do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre (Castelo 1997) fornecia o suporte maior a esta perspectiva, que, em termos genéricos, ainda não está extinta, mas que a experiência da própria guerra colonial – que expôs muitos portugueses às realidades concretas do colonialismo – contribuiu para desconstruir. As diferenças principais que dividiam os portugueses – e em que estes se reconheciam – no então chamado «Portugal continental» eram as de classe, só os ciganos sendo tidos como uma população *radicalmente* diferente da maioria.

Com a vinda de emigrantes do Leste, do Brasil e da África subsariana, em particular das antigas colónias, em busca de uma melhoria da sua situação económica, ou fugindo a conflitos, ou por causa de ambos, a questão do racismo colocou-se. Apesar dalguns factos e até

crimes de natureza racista (v.g. morte do jovem Alcindo no Bairro Alto em 1994) e atitudes visíveis de discriminação face a negros co-residentes e/ou de reprovação, por exemplo, nas campanhas de fundos em favor dos PALOP's, Portugal (ainda) não conhece, de facto, situações de gravidade semelhante às de certas cidades inglesas, francesas, belgas, suíças ou alemãs. Tal situação terá provavelmente a ver, como refere Machado (1992: 124 ss), com a não concentração residencial e a fraca expressão numérica das comunidades emigrantes – quando comparadas com as de outros países europeus –, com a não existência de fortes contrastes sócio-culturais com segmentos ou categorias sociais desfavorecidas da população portuguesa e até, sobretudo no caso dos brasileiros e dos imigrantes provenientes dos novos países de expressão oficial portuguesa, com afinidades culturais como as da língua. Deve-se sublinhar que a atitude do Estado português em relação a estes últimos traduz uma enorme preocupação em manter vivo o espaço da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP –, uma comunidade construída em 1996, e assente na Lusofonia, de que o país é membro, mas não o membro principal. A importância política, económica e simbólica – pois está ligada à sua própria identidade nacional oficial – da Lusofonia explica a existência de condições mais favoráveis de aquisição da cidadania portuguesa por estes imigrantes em relação aos quais existem ligações históricas. Mas o racismo, mesmo metamorfoseando-se, e mesmo dado o provável impacto normativo da construção ideológica «lusotropical», permanece em Portugal, como tem sido assinalado (Vala, Lopes e Lima 2008; Vala e Pereira 2012; Silva e Silva 2002; Silva, Sobral e Ramos 2012).

No que concerne a reflexão conceptual e teórica (Cunha 2003, M. V. Almeida, 2000, C. Castelo 1997), assim como estudos sobre práticas discriminatórias e/ou representações em termos raciais e/ou étnicos, em Portugal, têm sido produzidos trabalhos – alguns já com resultados (cf. Vala *et al.* 1999; Silva e Pinto 2004; Silva 2008; J. Bastos 2012; Mendes e Magano 2013) –, assim como algumas teses de doutoramento sobre as auto e heteropercepções entre endogrupos autóctones brancos *vs* estudantes negros (Cabecinhas 2007) ou imigrantes do Leste e ciganos (Gomes 2011), havendo todavia espaço para estudos sistemáticos sobre estes problemas.

Foi tendo em conta estes factos e questões que em 1996 o primeiro dos organizadores deste livro apresentou um projecto de investigação intitulado «Relações inter-étnicas: portuguesas, ciganos-portuguesas e imigrantes dos PALOP (POCTI/SOC/103/96/2001)», concluído em 2006, cujo relatório foi então entregue à FCT.<sup>2</sup>

Neste livro propomo-nos publicar parte do relatório, a que se agregaram algumas comunicações de investigadores que participaram em dois colóquios organizados no quadro desta investigação. O primeiro teve lugar na Universidade do Minho a 24 e 25 de Outubro de 2006 sob a coordenação do responsável do projecto; o segundo, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa a 25 de Fevereiro de 2007, coordenado pelos dois organizadores deste livro. Este livro reúne os diversos contributos de Manuel Carlos

(2) Alguns resultados empíricos do referido projecto já têm forma publicados parcialmente nalguns estudos (Silva 2000, 2006 e 2008; Silva e S. Silva 2002; Silva e Pinto 2004; Silva, Sobral e Ramos 2012).

Silva, José Manuel Sobral, Veit-Michael Bader, Rosa Cabecinhas e Maria Engrácia Leandro<sup>3</sup>, acrescidos de contributos de investigadores/as que participaram nos referidos colóquios, a saber, João Filipe Marques, Sheila Khan, Teresa Seabra e Elisabete Rodrigues, Margarida Marques e Joana Lopes Martins, Jordi Pamíés Rovira e Sílvia Carrasco Pons e Maria Manuela Mendes.

Este livro debruça-se tanto sobre a produção teórica sobre etnicidade e racismo, nacionalismo, migrações e preconceitos rácico-étnicos a partir de áreas como a sociologia e a história, a antropologia e a psicologia social, como sobre os resultados de suas próprias pesquisas nomeadamente sobre comunidades ciganas ou imigrantes, os seus contextos de vida e os desempenhos escolares de alunos/as originários de minorias étnicas.

A iniciar a primeira parte, Manuel Carlos Silva, revisitando inúmeros contributos teórico-metodológicos de diversos autores publicados sobretudo nos últimos 30 anos, faz um esforço pró-teórico para delinear o estado da arte sobre etnicidade e racismo. Neste capítulo discute os conceitos de raça, etnicidade e racismo, os diversos tipos de relações inter-étnicas e formas de racismo, ora biológico, ora “cultural” em contexto (pós)coloniais e migratórios, e resume as diversas (pseudo)teorias sobre o racismo, desde as narrativas ideológico-justificativas de cariz genético-biológico, passando pelas teorias etológicas e psicológicas, até às diversas abordagens socio-antropológicas, consideravelmente divergentes: a funcionalista-culturalista, a neweberiana e simmeliana, a transaccionalista e interaccionista-simbólica.

José Manuel Sobral aborda a problemática das relações entre nacionalismo e racismo como processos históricos, e o modo como a discriminação e o preconceito se articulam com a construção relacional de identidades nacionais ou etno-nacionais. Procede a uma genealogia da sua problemática na muito longa duração, debruçando-se sobre a sua presença na Antiguidade – objecto de grande polémica – nas sociedades medievais – menos polémica – e no período da expansão imperial europeia até desembocar nos últimos três séculos, em que se procurou desenvolver uma «ciência da raça». Examina, depois, os últimos dois séculos, em que se deu uma imbricação profunda entre nacionalismo e racismo, e refere de modo necessariamente resumido o caso português. Conquanto mostre que o nacionalismo não se confunde necessariamente com o racismo, não deixa de colocar em evidência as articulações profundas entre diversas expressões do nacionalismo, a xenofobia e o preconceito racial.

Seguidamente, Veit-Michael Bader, começando por sublinhar a falência das grandes teorias, designadamente de cariz estruturalista, salienta a necessidade de promover um encontro entre os contributos da Sociologia e da História para estudar a relação entre etni-

(3) O capítulo da sua autoria viria a resultar do trabalho conjunto da autora com outros dois co-autores: Michèle Baumann e Manuel Antunes da Cunha. São de referir ainda dois investigadores que colaboraram no projecto, nomeadamente Fernando Bessa Ribeiro no capítulo da metodologia e António Cardoso na caracterização socio-demográfica do distrito de Braga, cujos contributos no que concerne os resultados da pesquisa, nomeadamente sobre as relações entre estabelecidos e forâneos, serão publicados proximamente.

cidade e classe e suas articulações com o fenómeno complexo do racismo. Em sua opinião, a explicação do conflito interétnico exige a recusa de abordagens monocausais, assim como a imbricação de etnia e classe no quadro de uma estruturação analítica dos diversos níveis de análise, desde as condições objectivas de vida e mudanças estruturais, passando pela conjugação de conceitos tais como etnia, cultura étnica e *habitus*, identidade étnica e sua relação quer com os interesses quer com as ideologias e utopias, articuladas pelas respectivas organizações e lideranças nas mobilizações e conflitos étnicos.

Rosa Cabecinhas aborda, na perspectiva da psicologia social, sobre os estereótipos sociais – considerados como um dos elementos integrantes dos processos de discriminação racial e étnica – no quadro dos processos cognitivos e sobre a sua relação com as normas e valores sociais, pelas quais são construídos, por diversos meios e canais, imagens e representações sociais “rígidas” e enviesadas da realidade social e veiculadas nos processos de socialização primária e secundária. Após dissecar o conceito de estereótipo, a autora debruça-se sobre a ocorrência da discrepância entre atitudes, preconceitos e comportamentos face a diversos grupos étnicos minoritários (judeus, chineses, negros), ilustrando a sua abordagem com resultados de investigações realizadas no âmbito da psicologia social. Destaca o tema dos “novos racismos”, designadamente a partir da distinção de Petigrew e Meertens (1995) entre racismo *flagrante* e racismo *subtil*, dando conta de vários estudos neste campo realizados em Portugal.

Retomando o tema do racismo como fenómeno da modernidade a partir de uma abordagem sociológica, João Filipe Marques descobriu o racismo como correspondendo a uma característica invariável e universal da natureza humana. Estabelece uma distinção entre racismo e xenofobia sem deixar de refutar a pretensa universalidade da xenofobia e do etnocentrismo para, por fim, explicar um e outro fenómeno, na esteira de Bourdieu e outros analistas, a partir do exame dos próprios contextos e relações sociais e interétnicas. Após uma análise apurada em torno da tensão entre universalismo iluminista moderno e os particularismos tradicionais pré-modernos locais, segue de perto a tipologia de Wieviorka sobre as formas ou tipos de racismo, que seriam remissíveis a uma de duas hipóteses: ou à perspectiva de Dumont em torno da tensão entre sociedades tradicionais holísticas e sociedades modernas individualistas ou à perspectiva de Foucault, que inscreve o racismo na emergência do bio-poder, disciplina e regulação da vida social e política, nomeadamente do Outro.

A segunda parte do livro incide sobre migrações e contextos migratórios, problemas de identidade e hibridismo e, em particular, sobre contextos e desempenhos escolares, quer de minorias étnicas nacionais como as comunidades ciganas, quer de grupos imigrantes no país e na Catalunha. Maria Engrácia Leandro, Michèle Bauman e Manuel Antunes da Cunha procedem a uma revisitação sociológica extensiva das várias teorias sobre as migrações, sem deixar de focalizar a sua atenção na condição do imigrante perante o direito, nas migrações nacionais ou internacionais, nas questões demográficas e nas situações assimétricas em termos económicos, assinalando a centralidade do capital humano nestes processos migratórios.

Segue-se um ensaio de Sheila Khan ancorado em várias reflexões, que visam reflectir sobre a etnicidade e hibridismo cultural e seus contornos tanto no quadro da colonização, como no do contexto pós-colonial português. A autora, procurando preencher a quase inexistência de conhecimento e reflexão sobre as realidades e experiências identitárias dos chamados imigrantes africanos oriundos das antigas colónias portuguesas, nomeadamente os originários de Moçambique, constata um divórcio entre a sociedade endógena e os sujeitos oriundos dos lugares pós-colonizados, mais ainda no actual contexto da crise actual.

Olga Magano trata no seu capítulo de uma minoria étnica que tem sido perseguida ao longo dos séculos em toda a Europa – os ciganos – incluindo Portugal, onde constituem um colectivo pobre economicamente, com fraco capital escolar, sem influência política, mas com uma auto-identificação colectiva fortíssima. As relações entre a maioria portuguesa não cigana e a minoria portuguesa cigana, historicamente marcadas por uma acentuada assimetria, estão ligadas à manutenção de estigmas e representações sociais negativas, perpassadas pela desconfiança entre os dois grupos, e, dadas as desigualdades de recursos, nomeadamente de poder, repercutem-se de um modo profundamente negativo sobre a situação dos segundos, afectando-os nos seus direitos de cidadania.

A problemática do desempenho escolar de alunos autóctones comparativamente a outros oriundos de diversas comunidades imigrantes, em Portugal, é tratada por Teresa Seabra e Elisabete Rodrigues. As autoras propõem-se, por um lado, identificar a diversidade de trajectórias escolares associadas a alunos autóctones e a alunos descendentes de imigrantes, nomeadamente de origem indiana e cabo-verdiana, controlando algumas das variáveis do seu contexto familiar; por outro, avaliar o sentido e a intensidade das relações detectadas. As autoras, através de dados obtidos a partir do exame de estatísticas nacionais e da aplicação de um inquérito em 8 escolas de Loures e Lisboa, constatarem existir um desempenho escolar diferenciado dos alunos por grupo – indianos, portugueses autóctones e cabo-verdianos – e analisam os factores que explicam essa diferenciação e hierarquização de resultados.

Prosseguindo ainda a comparação entre os desempenhos escolares dos alunos autóctones e alunos originários de comunidades migrantes e minorias étnicas, Margarida Marques e Joana Lopes Martins problematizam a questão, colocando em confronto várias explicações sociológicas: umas mais centradas no papel da escola enquanto reprodutora de desigualdades, distâncias socio-culturais e linguagens relativamente aos quadros cognitivos dos filhos de imigrantes ou minorias étnicas; outras mais focalizados no papel das associações voluntárias, instituições religiosas e das próprias famílias no apoio os filhos e suas predisposições e estratégias de sucesso e mobilidade ascendente. As autoras, baseando-se nos dados estatísticos nacionais e internacionais designadamente os obtidos pelo inquérito PISA relativamente a 15 países europeus, constatarem resultados diferenciados ou mesmo de sentido inverso. Também procuram trazer para a discussão diversos factores desde os institucionais designadamente os escolares, passando pelos agentes educativos até aos relativos origem social das próprias famílias e suas estratégias de apoio.

Num contexto diferente, mas relativamente próximo do português – o da Catalunha –, Jordi Pamiés Rovira e Sílvia Carrasco Pons abordam no penúltimo capítulo questões que representam um desafio para as sociedades receptoras de imigrantes, tomando como estudo de caso os imigrantes marroquinos e seus filhos numa situação de vulnerabilidade social. Os autores, numa perspectiva antropológica, orientam a sua investigação sobre a forma como se erguem fronteiras sociais entre os grupos, invocando as fronteiras culturais. Ou seja, sob fronteiras étnicas percebidas a partir de marcadores culturais associados ao grupo – como a *marroquinidade e o Islão* – reemergem e persistem barreiras que impedem a promoção de «verdadeiras identidades múltiplas e flexíveis no quadro de uma cidadania inclusiva».

Por fim, Manuela Mendes, com base em alguns resultados de uma pesquisa mais vasta realizada entre 2002 e 2007, propõe-se analisar as representações e emoções dos ciganos portugueses sobre domínios, práticas e situações percebidos como discriminatórios no contexto das relações com a sociedade maioritária. Tendo este quadro como pano de fundo, esta socióloga analisa a relação dos ciganos e dos filhos de ciganos com a escola, caracteriza a situação e os perfis de escolarização baixa entre pais e filhos e conclui pela existência de formas de discriminação sistemática em contexto escolar.

Resta-nos esperar que este livro, que não tem qualquer pretensão de realizar um exame exaustivo destes problemas, possa constituir um instrumento de clarificação conceptual e teórica que, a par dos estudos empíricos, contribua para desmontar os pressupostos em que a discriminação, racial ou étnica, tem assentado, e para promover a igualdade.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Miguel Vale de (2000), *Mar da Cor da Terra. Raça, Cultura e Política da Identidade*, Oeiras: Celta.
- BADER, Veit (1985), «Nieuw racisme of neo-nationalisme?», *Komma*, 5, 1: 109-142.
- BANTON, Michael (1979)], *A ideia de raça*, Nova Iorque: Basic Books.
- BARKER, Martin (1981), *The new racism: conservatives and the ideology of the tribe*, Frederik: Aletheia.
- BARTH, Frederic [1980(1979)], *Ethnic Groups and Boundaries. The Social Organization of Cultural Difference*, Oslo: Bergen/Tromsr.
- BASTOS, José Gabriel (2012), *Ciganofobia*, Lisboa: Colibri.
- BOAS, Franz (1940), *Race, Language and Culture*, Nova Iorque: The Macmillan Company.
- BRATTAIN, Michelle (2007), «Race, Racism and Antiracism: UNESCO and the Politics of Presenting Science to the Postwar Public», *The American Historical Review*, 112 (5): 1386-1413.
- CABECINHAS, Rosa (2007), *Preto e Branco. A naturalização da discriminação racial*, Porto: Campo das Letras Editores.
- CUNHA, Manuela I. (2000), «A natureza da “raça”, in *Cadernos do Noroeste, Série Sociologia, Sociedade e Cultura*, vol. 13, n.º 2: 191-203.
- DU BOIS, W. E. B. (1961 [1903]), *The Souls of Black Folk*, Greenwich: Fawcet Publications, CT.
- FERNANDES, António (1998), *O Estado democrático e a cidadania*, Porto: Afrontamento.
- GOMES, Sílvia (2011), *Criminalidade, etnicidade e desigualdade – O crime nos reclusos dos PALOP*,

- Leste Europeu e de etnia cigana e as percepções dos guardas prisionais e dos elementos da direcção acerca deles*. Braga: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.
- MACHADO, Fernando Luís (1992), «Etnicidade em Portugal – contrastes e polarização», *Sociologia – Problemas e Práticas*, 12: 123-136.
- MENDES, Maria Manuela e MAGANO, Olga (orgs.) (2013), *Os ciganos portugueses*, Lisboa: Mundos Sociais.
- MILES, Robert (1995), «Racismo institucional e relações de classe: uma relação problemática», in M. Wieviorka (org.), *Racismo e modernidade: actas do Colóquio «Três Dias sobre o Racismo»*: 161-177, Venda Nova, Bertrand.
- PETTIGREW, Thomas F. e MEERTENS, Roel W. (1995), «Subtle and blatant prejudice in Western Europe» in *European Journal of Social Psychology*, 25: 57-75.
- SILVA, Manuel Carlos (2000), «Racismo e conflito interétnico: elementos para uma investigação», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 56: 61-79.
- SILVA, Manuel Carlos (2006), «Imigrantes dos PALOP em Braga: percursos, condições de vida e relações inter-étnicas», in R. d' Espiney (org.), *Espaços e sujeitos de cidadania*, Setúbal: Instituto de Comunidades Educativas, pp. 177-128.
- SILVA, Manuel Carlos (2008), «Imigrantes africanos no Noroeste de Portugal: Relações interétnicas de acomodação e resistência» in *Travessias*, 9: 61-93.
- SILVA, Manuel Carlos e SILVA, Susana (2002), «Práticas e representações sobre a etnia cigana: o caso de Oleiros, Vila Verde» in *Antropológicas*, 6: 57-86, Porto: Universidade Fernando Pessoa
- SILVA, Manuel Carlos e PINTO, Maria Goretti (2004), «Conflitos inter-étnicos latentes: um estudo de caso no concelho de Barcelos», *Sociedade e Cultura*, 6: vol. 22 (1-2): 97-112.
- SILVA, Manuel Carlos, SOBRAL, José Manuel e RAMOS, Mariana (2012), «Ciganos e portugueses não ciganos no bairro de Atouguia: imagens e conflitos» in J. G. P. Bastos e M. M. Mendes (orgs.), *Ciganofobia*, Lisboa: Colibri.
- VALA, Jorge, LOPES, Diniz e BRITO, Rodrigo (1999), «A construção social da diferença: acialização e etnicização das minorias» in J. Vala et al. (org.) *Novos racismos: Perspectivas Comparativas*, Oeiras, Celta Editora: 145-167.
- VALA, Jorge, LOPES, Diniz, LIMA, Marcus (2008), «Black Immigrants in Portugal: Luso-Tropicalism and Prejudice», *Journal of Social Issues*, vol. 64 (2): 287-302.
- VALA, Jorge, PEREIRA, Cícero (2012), «Racism: An Evolving Virus», in Francisco Bethencourt e Adrian Pearce (eds.), *Racism and Ethnic Relations in the Portuguese-Speaking World*, Oxford: Oxford University Press, 49-70.
- VAN DEN BERGHE, Pierre L. (1967), *Race and Racism. A Comparative Perspective*, Nova Iorque, Londres: John Willey & Sons.
- VENÂNCIO, José Carlos (1999), *Colonialismo, antropologia e lusofonias: repensando a presença portuguesa nos trópicos*, Lisboa: Vega.
- WIEVIORKA, Michel (1992), *El espacio del racismo*, Barcelona/Buenos Aires: Paidós.
- WIEVIORKA, Michel (1994), «Introduction» in P. Bataille et al. *Racisme et Xénophobie en Europe*, Paris: La Découverte.
- WINANT, Howard (2000), «The theoretical status of the concept of race» in L. Back e J. Solomos (orgs.), *Theories of Race and Racism*, Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 181-190.



## Etnicidade e Racismo: uma reflexão pró-teórica

### 1. INTRODUÇÃO: RAÇA, ETNICIDADE E RACISMO

Provindo do latim *ratio* (razão, ordem cronológica), a noção de «raça» utilizado desde o século XV era um termo relacionado, primeiramente, com a botânica e, posteriormente, com a zoologia. Segundo Banton (1979), a noção de «raça» é variável no tempo e no espaço e é indissociável, numa perspectiva histórica, doutros conceitos como classe<sup>1</sup> e nação que emergiram também nos séculos XVIII e sobretudo XIX. O autor conceptualiza raça como um idioma que remete para diferentes significados no tempo: primeiro como descendência comum na medida em que os povos se classificam a si e aos outros com base em características físicas inatas, deslizando posteriormente no século XIX para o sentido de “povo” ou “nação”; segundo, o termo raça, sendo utilizado por monogenistas e poligenistas, tem significados diferentes, sendo utilizado por estes últimos como sinónimo de tipo, visando sustentar a diversidade de tipos na origem do homem, tendo dado lugar a tipologias raciais como alegado “alimento” do “racismo científico” em base biológica, perspectiva que se afasta certamente do sistema classificatório de Lineu; e terceiro, raça entendida como subespécie, seja como adaptação, seja como fase de uma evolução da espécie. Porém, foi prevalecendo o conceito de raça como descendência e, no uso corrente, o termo

\* Centro de Investigação em Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho (mcsilva2008@gmail.com).

(1) Tal como o conceito de raça, também o conceito de classe, não obstante a sua origem etimológica a partir do termo latino *classis* como conjunto de indivíduos ordenados conforme a sua capacidade tributária para o sustento do exército, viria a ser retomado, primeiro por Lineu na classificação das espécies vegetais e animais e, posteriormente, como conceito descritivo utilizado pelos fisiocratas para classificar os grupos ou classes de indivíduos (classes agrárias como produtivas, sendo as industriais e comerciais classes estéreis) e, por fim, quer pelos liberais, quer pelos marxistas que, numa abordagem mais crítica e analítica, distinguiam três classes: os proprietários-rentistas, os assalariados e os empresários (cf. Silva 2009: 24 ss).

raça, nomeadamente após o crescente descrédito pelo seu uso pela ideologia racista sob o nazismo, foi dando lugar ao conceito de etnia ou minoria étnica.

Segundo Memmi (1993), a associação do termo raça ao ser humano remontaria ao século XVII com específica referência à linhagem, um primeiro passo para ser desenhado como doutrina social. No século XVIII o conceito de «raça» procura identificar um conjunto de pessoas com descendência comum, alegando uma série de características distintivas que se tornaram num meio de classificar os indivíduos. É neste contexto que se vai esboçando a ideia de existência de «raças» hierarquicamente distintas, embora não haja unanimidade quanto à respectiva origem: enquanto os monogenistas pressupõem, com base na mitologia bíblica, a descendência a partir do casal original de Adão e Eva – o qual ter-se-ia diferenciado ou por «degenerescência» do tipo branco original ou por melhorias adicionais da civilização –, os poligenistas sustentam a emergência separada de várias «raças» num claro desafio às narrativas bíblicas do Génesis do Antigo Testamento. Esta última teoria, sustentada já entre 1750 e 1870, baseia-se nas descobertas de alguns geólogos e paleontólogos, segundo os quais a antiguidade do Homem conheceria uma longa evolução de milhões de anos, tendo sido descobertos vestígios de grupos humanos que remontariam a um período anterior à suposta era bíblica em cerca de 6000 anos. Por outras palavras, sob as alegadas teorias sobre a origem das raças ocultar-se-ia, como diria Taguieff (1988), a necessidade de legitimar ideologicamente a preservação da distintividade das raças e a pureza das consideradas mais elevadas e superiores. Estas ideias, embora já presentes no século XVIII na sequência da colonização (Nascimento e Thomas 2008: 214 ss), não foram desconstruídas à luz dos princípios iluministas e declarações programáticas da revolução francesa «Liberdade, igualdade, fraternidade», sendo pelo contrário legitimadas por proeminentes filósofos modernos tais como Hume, Kant e Hegel (cf. Sobral 2013). Mais, tais ideias em torno da hierarquização de raças irão ainda ganhar corpo e solidificar-se no século XIX, surgindo, nomeadamente na Europa, a tese fortemente ideologizada da divisão do género humano em «raças» superiores e inferiores com base nas diferenças bio-genéticas, cujos traços são identificados e considerados como fixos, indelévels, mantidos e transmitidos, por via hereditária, de geração em geração, num suposto processo de auto e hetero-identificação.

Numa perspectiva inter ou mesmo transclassista, um outro conceito começa a enraizar-se: o conceito de nação, enquanto colectividade perpassada de um sentimento de pertença, para o qual concorrem as demarcações territoriais, a partilha de uma língua e cultura comuns, reforçadas amiúde por uma crença ou religião comum.

A noção de “raça”, seus pressupostos biogenéticos e seus corolários pseudo-culturais viriam a ser alvo de cerrada crítica na medida em que não apresentavam qualquer base científica, visando apenas construir formas de diferenciação, de hierarquização das respectivas raças, em que as raças ditas superiores elevar-se-iam a patamares superiores em detrimento das consideradas inferiores que importava diminuir ou mesmo rejeitar. Nesta óptica, a «raça», representada como realidade “natural”, acabava contudo por se constituir como uma construção social de recorte ideológico, onde, para além de marcador físico da

etnicidade com base na diferença física por via do fenótipo<sup>2</sup>, era destacado o significado «subjectivo» atribuído, ou seja, «*os traços fenotípicos fornecem uma base natural, neutra, fixa, evidente, em que a cultura investe, interpreta e transforma em símbolos*» (Cunha 1993: 8).

O conceito de raça, sobretudo até ao início do século XX e mesmo até à segunda guerra mundial, nomeadamente antes da ascensão do nazismo, era visto como algo natural, fixo, imutável. É com Du Bois (1961) e Boas (1940) que o conceito de raça começa a ser visto, no que concerne os seus significados, em termos de continuidade e mudança. Com efeito, o conceito de raça, para além do velho significado sustentado pelos teóricos racistas desde o século XIX, em termos físico-biológicos mas com consequentes dimensões culturais e morais, começa desde os anos 60 e 70, como referem Winant (2000: 182 ss) e Omi e Winant (2002), a ser objecto de uma intenso debate, dando lugar a duas concepções contrastantes: (i) a raça visto como ilusão, construto ideológico por si próprio e com percurso próprio ou, na terminologia marxista, como “falsa consciência” basicamente destinada a justificar ou legitimar a desigualdade social, tese esta defendida por marxistas tradicionais como Fields (1990) e, de certo modo, Miles (1986); e (ii) a raça vista como condição objectiva, posição que, rejeitando por certo velhas visões racistas de cariz biologista e eugenista, sustenta todavia que a raça na prática é amiúde tratada como um facto objectivo, induzindo à discutível classificação de várias raças, mesmo sem entendê-las em termos hierárquicos, chegando mesmo a sustentar que conceitos como o de raça e, mais recentemente, o de etnicidade vêm secundarizando ou mesmo suplantando o conceito de classe (Glazer e Moynihan 1975).

Perante estas duas posições, Winant (2000: 182) e Omi e Winant (2002) – que visam uma teoria crítica de síntese – sustentam que a primeira posição traduzida numa visão ideologizada de raça não dá conta de como a ideologia, em função de diversos aspectos socio-económicos e socio-políticos, muda, não explicando por que é que o pensamento rácico persiste mesmo, por exemplo, depois da emancipação dos negros, além de negar a evidência dos processos identitários e das experiências vividas ou sofridas na base rácica ou étnica, uma vez que as ideologias racistas não desaparecem por decreto. Por seu turno, a segunda posição dita objectivista resvala para o essencialismo na medida em que não dá conta da historicidade do conceito de raça e, muito menos, do modo como os actores indi-

(2) A objectividade da diferença física é questionável, pois os próprios traços físicos (des)valorizados são socialmente construídos – será a cor dos olhos ou do cabelo menos visível do que a cor da pele? Em todo o caso, contrariamente às perspectivas, nomeadamente marxistas tradicionais, que remetem o conceito de raça para o campo do ilusório ou ideológico, vários autores, nomeadamente cientistas sociais negros, narram de modo eloquente e inquestionável as suas (e de seus concidadãos negros) vivências e experiências racizadas que não podem de modo algum serem varridas para debaixo do tapete. As políticas, ideologias e práticas coloniais e racistas deixa(ra)m marcas nos próprios colonizados e demais vítimas que interiorizam a ideia de “inferioridade” imposta pelo colonizador e/ou racismo institucionalizado (cf., por exemplo, Hall 2000: 144 ss; Fanon 2000: 257 ss; Bhabha 2000; Nascimento e Thomaz 2008). Guimarães (2008: 63 ss), ciente de que o conceito de raça, não obstante o abuso pseudocientífico pelos ideólogos racistas, tem sentido prático, distingue entre o conceito nativo de raça e o conceito analítico de raça.

viduais e colectivos gerem significados raciais incoerentes ou conflituais. Na tentativa de superação destas duas concepções, os referidos autores, com base na articulação entre estrutura e representação, avançam o conceito de formação racial, a qual, tendo em conta a historicidade das categorias ráticas (vg. desde as formações escravagistas em contexto colonial às pós-coloniais ou diásporas migrantes étnicas), possa ser aplicável através do tempo, nomeadamente nas relações políticas contemporâneas (sejam hegemónicas, sejam contrahegemónicas). Consequentemente, para estes autores «*raça é um conceito que significa e simboliza conflitos sociais e interesses por referência a diferentes tipos de corpos humanos*» (Omi e Vinant 2002: 123). Deste modo, a ideia de raça, sendo uma construção social e não tendo cientificamente correspondência objectiva em termos biológicos, não é contudo um simples conceito arcaico e, portanto, dispensável na medida em que é um elemento na estrutura social racializada a nível macro-societal e a nível micro- interactivo e desempenha um papel na estruturação e na representação de diversos mundos socialmente racializados<sup>3</sup>.

A partir dos anos '70 e '80 do século XX emerge com maior ênfase o conceito de etnia, de certo modo em contraponto ou mesmo em demarcação e oposição, ao conceito físico-biológico de «raça», enquanto conjunto de características sócio-culturais aprendidas no processo de socialização. O conceito de etnia, derivado do termo grego «ethnos», enquanto conjunto de indivíduos humanos definidos pela sua origem e condição comum, amiúde imaginária, era, no século XIX, negativamente conotada e depreciada como categoria racial por autores como Gobineau (1940)<sup>4</sup>. Porém, contrariamente ao conceito de raça que, do ponto de vista conceptual viria, na sequência do genocídio nazi, no pós-segunda guerra mundial, a perder terreno, o conceito de etnia viria a suplantar o de raça em relevância e utilização no vocabulário comum, tornando-se mesmo a categoria nuclear – e até contrastante da categoria raça – não só na linguagem comum como sobretudo nos debates políticos e intelectuais, primeiro, nos Estados Unidos (Myrdal 1944) e, posteriormente, em vários países nomeadamente na Grã-Bretanha e na França (Wieviorka 1993)<sup>5</sup>. Vários

(3) Paradoxalmente convém mesmo referir que um certo pensamento neoconservador, perante processos ou colectivos de acção afirmativa ou mesmo simples processos individuais levados ao Supremo Tribunal de Justiça (por exemplo, nos Estados Unidos), advoga que, sendo a raça um construto e sem base científica, não deve servir para legitimar políticas de discriminação positiva, *in casu* para os negros (cf. Powel 1999: 141 ss).

(4) A respeito do conceito de etnia, cf. Levi-Strauss (1975), Oliveira (1976), Fontete (1976), Banton (1979) e Silva (2000).

(5) Quer Myrdal (1944) sobre os negros nos Estados Unidos da América, quer, mais tarde, Rex (1970) sobre minorias imigrantes no Reino Unido avançaram também o conceito de subclasse para designar o conjunto de categorias ou grupos sociais étnicos desfavorecidos que não acediam nem à negociação travada pelos representantes dos sindicatos e movimentos sociais brancos e seus subsequentes resultados no campo das condições de trabalho, na educação ou saúde, por exemplo, evidenciando discrepância entre princípios liberais ditos universalistas e as práticas de discriminação e segregação ráticas-étnicas. Outros autores como Goldberg (2000: 166 ss), embora reconheçam a desvantagem das minorias negras em relação aos brancos, discorda do conceito de subclasse na medida em que o conceito deixou de ter o signifi-

são os autores (Bretton 1983) que, na definição de etnia, englobam uma série de elementos de ordem cultural e material tais como língua, território, economia, cultura, consciência étnica, organização política, urbana e social e estrutura familiar. A perspectiva de cariz mais antropológico inclui como básico a origem e a proveniência da etnia e a respectiva composição racial, sendo de realçar que está sujeita à evolução dos costumes, a acidentes geo-históricos e ao duplo processo de abertura ou de fechamento interno e externo. Por outro lado, sobretudo com a emergência das perspectivas interaccionista (Goffman 1959) e transaccionalista (cf. Barth 1969), o conceito de etnia ou grupo étnico viria também a substituir gradualmente o conceito de “tribo”, mais presente na corrente estruturo-funcional presente em Malinowski (1944), que o assumia como uma organização fixa e permanente, uma entidade selvagem e não civilizada e, portanto, sujeita a regularidades e normas situadas nos antípodas do mundo civilizado. Com efeito, a perspectiva inovadora de Barth (1969) assume que a identidade, tanto a nível individual como de grupo, implica um processo bi-unívoco de auto e hetero-identificação, razão pela qual também releva o carácter transaccional da etnicidade na medida em que, a par de uma definição interna de identidade por parte de determinado actor ou grupo étnico, há uma definição externa por parte do outro(s).

A ampliação do uso dos termos etnia e etnicidade viria a ter lugar atendendo à necessidade, sentida por parte de grupos pertencentes à maioria e do próprio poder político, no sentido de que os grupos minoritários fossem sendo inseridos e mesmo integrados na sociedade, tal como o refere Bretton (1983: 9), pois «*longe de servir mentalidades passadistas, racistas ou segregacionistas, testemunha necessidades de uma análise objectiva dos grupos humanos e permite assegurar um progresso tendente a uma avaliação mais racional e mais justa das diferentes partes constitutivas da humanidade*». Segundo Wieviorka (1993: 124 ss), aliás na esteira de Smith (1991), para identificar e classificar uma etnia costumam aduzir-se e convencionar-se critérios de ordem objectiva e subjectiva. Neste sentido, o autor sublinha duas propostas: (i) a do próprio de Smith (1991) que destaca como critérios definidores de um grupo étnico um nome colectivo, uma história comum, uma mesma cultura e religião, uma mitologia própria, uma noção de solidarie-

cado económico de privação por parte de certas categorias (vg desempregados), tal como o utilizou Myrdal (1944). Ou seja, o conceito, com as transformações estruturais do capitalismo nos anos 70 do século passado, sofreu uma mudança de sentido designando um grupo com atitudes e comportamentos patológicos e/ou criminais num contexto de “cultura de pobreza”, produtora de “estados de espírito” doentios e desprovidos de moral que o autor interpreta como uma das expressões do “conhecimento racial” ou mesmo “ciência racial”, a par de outros dois termos (i) “primitivo” (utilizado pela primeira vez nos finais do século XV para designar a primeira idade) mas inventado e conotado com povo ou raça no século XIX por antropólogos legais para identificar a “natureza real” da sociedade primitiva, pré-histórica, selvagem/animista em contraponto à moderna, histórica, civilizada/racional); (ii) “terceiro mundo”, proposto pela primeira vez no jornal *Observateur* em 1952 pelo demógrafo Alfred Sauvy como resultante do antagonismo entre as superpotências USA e URSS durante a guerra fria, mas que acabou por traduzir um esquema simplista que tem na sua raiz uma divisão tripartida e correspondente discurso racializado).

dade e uma referência a um território<sup>6</sup>; e (ii) a de Geertz (1963) que realça como características os laços étnicos definidos e moldados por uma ligação «primordial» e solidariedades de sangue, de língua, de costumes e de religião. Do ponto de vista subjectivo, o autor aponta três características: (i) a cultura de cariz tradicional, assente fortemente na religião e expressa, em termos durkheimianos, na solidariedade mecânica; (ii) a natureza, em termos biológicos, cuja associação, nas sociedades modernas, comporta uma dupla lógica de inferiorização e diferenciação, incrementando a emergência de grupos étnicos considerados como «*novas classes perigosas, ao mesmo tempo um símbolo de insegurança ou de delinquência e uma ameaça à identidade dos grupos dominantes*» (Wieviorka 1993: 126); (iii) um défice político, que afasta a identidade nacional da identidade étnica, na medida em que a primeira se sobrepõe como projecto político de formação de um Estado, identificando este, explicita ou implicitamente, com determinada etnia dominante e subestimando, ignorando ou mesmo negando outra(s) identidade(s) e respectivos projectos étnicos<sup>7</sup>.

Considerando os aspectos objectivo e subjectivo, a identidade étnica, numa acepção lata, representa um produto de processos sociais ao nível das estruturas, dos mecanismos institucionais e das próprias interacções sociais entre os indivíduos no seio de cada etnia e na relação de cada uma com as demais. Visto o conceito de etnia, quer do lado do observador nomeadamente quando dominante, quer a partir da consciência dos próprios sujeitos-membros, sobretudo quando dominados, a objectividade e a subjectividade são classificadas respectivamente como heterodesignação – referente à definição e à classificação de determinada etnia pelo outro que, quando dominante, o faz em termos negativos – e como auto-designação quando assumida e expressa pelos próprios sujeitos portadores de determinada identidade étnica, a qual, segundo Sansone (2008: 168), remeteria para o simbólico ou imaginário das origens ancestrais, a coesão e a organização étnicas e, segundo Poirier, para subjectividade daqueles a quem se aplica, relevando na etnia a percepção de uma «*comunidade de memória (história e mito), de valores (conceitos, códigos, símbolos), de nome e de aspirações (o querer viver em conjunto)*» (in Bretton 1983: 57). Perante estas abordagens unidimensionais, Bader (2008: 124 ss) concebe a identidade étnica como um sentimento e consciência de pertença a um grupo ou comunidade étnica, delimitada e excludente em relação a outros/as, resultante de desempenhos integrativos e específicos de identificação com determinados modelos, estabelecida em situação de concorrência e conflito e auto e heterodefinida em termos ora simétricos ora assimétricos, ora positivos ora negativos.

Relativamente ao racismo, estando hoje o racismo biológico, senão totalmente abandonado, relegado para segundo plano por ser cientificamente indefensável e politicamente

(6) É bastante questionável o posicionamento de certos autores como Sansone (2008: 175) que aventam que a etnicidade ou grupo étnico não necessita de estar associada com o território ou comunidade. Às formas de resistência étnica, em contraponto com etnocentrismo, Bader (2008: 104) designa de etnicismo.

(7) Entre ambas Bader (2008: 120 ss) avança o conceito de identidade nacional-étnica, a qual não se reduz a normas e valores comuns à boa maneira parsoniana, mas implica dimensões materiais e institucionais (cultura material, estilos de vida, hábitos e modos de educação, regras, saberes e artes) e simbólicas (idiomas, mundividências, mitos religiosos, memórias).

difícil de penetrar na opinião pública, ressurgiu assim uma outra forma de racismo, dito cultural, o qual, tal como têm apontado diversos autores<sup>8</sup>, tem desembocado na “nacionalização das identidades” e na racialização da vida social e política. O neo-racismo não só professa, de forma sofisticada, a distanciação e utiliza, segundo Cunha (1993, 2000), uma linguagem (pseudo) “etnológica”, como também invoca, de modo subtil, o direito à identidade própria e à especificidade cultural dos grupos racizados. Os defensores do neo-racismo, embora afirmem prezar outras culturas da mesma forma que a sua própria, não deixam de denotar comportamentos xenófobos e discriminatórios, ao advogarem a expulsão ou rejeição dos não-nacionais, quando as culturas destes supostamente ameaçam a sua.

Talvez uma maneira mais adequada de entender o fenómeno do racismo e da própria xenofobia é fornecer, em breves traços, uma perspectiva histórica dos principais contextos onde se verificaram algumas das mais importantes manifestações de racismo: os contextos coloniais e pós-coloniais e os contextos migratórios, fixando-nos sobretudo nestes últimos.

## 2. RELAÇÕES INTERÉTNICAS E RACISMO EM CONTEXTOS (PÓS) COLONIAIS E MIGRATÓRIOS

A fim de enquadrar os diversos contextos de relações inter-étnicas e formas de racismo, Bader (2008: 55 ss) avança diversas tipologias de “situações rácicas ou étnicas” atendendo a certos critérios (i) *origem*, compreendendo, entre outras, situações-limite ou contactos culturais interétnicos, estamentos corporativos, “sistemas de estamentos e ou de castas”, “formações de párias”, “etnização de diferenças de classe”, conquistas e colonização, migrações forçadas (escravatura, trabalho forçado, situação de refugiados) e voluntárias (trabalhadores migrantes, empresários, reagrupamentos familiares); (ii) *unidades*, sendo de distinguir a) unidades de decisão jurídicas e politicamente independentes e grupos étnicos e nacionais (grupos e nações etnicamente homogéneos, nações independentes ou sob estados federais); b) impérios; c) sistema mundial capitalista e periferias; d) relações globais de poder político e militar; (iii) *formações sociais*, partindo seja de sistemas sociais parciais, seja de formações sociais totais; (iv), *clusters histórico-geográficos*; (v) *tipos de incorporação política* e respectivas dimensões de incorporação (vg. económica, territorial, legal, política, religiosa, cultural, de relações eróticas/amizade/matrimoniais em termos de miscigenação/segregação, sistemas educativos, de segurança social), podendo os tipos de

(8) Cf. Van den Berghe (1967), Katznelson (1972), Banton (1979: 30-75), Balibar & Wallerstein (1988), Bader (1985, 2008) Wiewiorka (1992), Miles (1994 e 1995), Santos (1994), Guillaumin (1995), A. Fernandes (1998). Estes autores, refutando a alegada cientificidade do conceito de racismo e seus pressupostos, não eliminam do léxico científico o termo raça, enquanto conceito denotativo de um conjunto de traços biológicos herdados, e de racialização, enquanto representação ou percepção com base nesses traços, sem qualquer significado racista, mas constataam formas de neoracismo “cultural” xenofóbico. Por seu turno, Lévi-Straus (1975), sem pretender dar-lhe o sentido ideológico legitimador em termos racistas, entende raça como função da cultura, como construção socio-cultural.

incorporação ser analisados pela perspectiva dos dominantes (assimilação, pluralismo, protecção legal de minorias e opressão permanente) ou pela perspectiva dos dominados (estratégias de adaptação pluralistas, secessionistas e militantes) e dando lugar, segundo Castles e Muller (1994), a diferentes modelos: imperial (com domínio de um grupo étnico ou nacional), étnico-nacionalista (cidadania baseada na origem étnica ou cultural), republicano (assente num Estado tendencialmente assimilacionista), multicultural (Estado-Nação mas que aceita outras comunidades étnicas).

Se para alguns autores como Taguieff (1997) o racismo seria um fenómeno com raízes nas sociedades escravagistas, sendo justificado pelo próprio Aristóteles (1997) com base na “natural” inferioridade dos escravos, para a grande maioria, nomeadamente historiadores e sociólogos, o racismo é basicamente um fenómeno moderno, sobretudo desde o século XVIII, fortemente associado aos processos de colonização e mercantilização, urbanização e industrialização, presente nos contextos, quer (pós)coloniais, quer migratórios, designadamente europeus americanos<sup>9</sup>.

No projecto da modernidade assume-se como constitutiva a ideia de progresso, da razão, da criação de um homem racional e movido por normas e valores universais, ideais estes proclamados nas declarações da revolução francesa e americana e expressa nos pergaminhos da liberdade de comércio e circulação económica e da democracia parlamentar propalada pelos democracias ocidentais a começar pela Grã-Bretanha, aspectos estes sublinhados por vários autores desde Wiewiorka (1995) a Touraine (1995), o que levaria este último autor a designar o racismo como a *doença social da modernidade*, pela qual, ao não aceitar-se a diferença, esta é transformada em desigualdade (Touraine 1995: 29).

(9) A este respeito, uma concepção lata de racismo poderá confundi-lo indevidamente, quer com formas de exploração e dominação, quer, em particular, com o conceito de etnocentrismo, este sim já presente na Antiguidade. O racismo não deverá ser entendido como um fenómeno de validade universal, como que fundado na condição humana ou mesmo no conceito de etnocentrismo, não obstante a existência de pontos de convergência. Poder-se-á todavia ser etnocêntrico sem ser racista, do mesmo modo que a legitimação filosófica, política e ideológica da escravatura, tal como o fez Aristóteles (1997), não implica sustentar uma teoria racista, ou seja, a biologização da exploração e dominação sociais (cf. Cox 1970: 322, Van den Berghe 1967: 12, Wiewiorka 1998, Bader 2008). Ou seja, o racismo é sempre etnocêntrico, mas nem todo o etnocentrismo é racista. Sobre tensões culturais em contexto migratório, nomeadamente em França para com emigrantes portugueses, cf. Rocha-Trindade e Rodrigues (1981), Cordeiro (1988), Lopes (1992), Leandro (1995); e, em Portugal, para com imigrantes e outras minorias étnicas, cf., entre outros, Machado (1994), Araújo *et al.* (1998), Vala *et al.* (1999), Silva (2008). Em todo o caso, contrariamente ao defendido por Touraine (1995), Guillaumin (1995) e Sansone (2008: 176), creio ser de adoptar um posicionamento mais prudente sobre a associação exclusiva de racismo à modernidade, pois confundir-se-ia as elaborações doutrinárias e ideológicas – essas sim modernas – com manifestações de raça e de racismo, algumas das quais são preexistentes à modernidade, como aponta Guimarães (2008: 70), ainda que sob invocações teológicas. Nascimento e Thomaz (2008) desenvolvem de modo notável o que designam de “encontros” e “desencontros” entre nacionalismo e o racismo, enquanto instrumento de dominação e hierarquização, exploração, segregação e/ou eliminação do outro dado como inferior. Com efeito, o tema da identidade nacional e o nacionalismo, praticamente não valorizado pelos clássicos da Sociologia nem outros subsequentes sociólogos, só viria a ser objecto de estudo a partir dos anos 80 do século XX nomeadamente pela mão de Smith (1981) e, em Portugal, Sobral (2006, 2012) e, seguidamente em torno dos estudos pós-coloniais e a desintegração da URSS.

Distinguindo o contexto (pós)colonial, próprio de sociedades agrárias pré-capitalistas e o moderno contexto urbano capitalista, alguns autores como Van den Berghe (1967) distinguem entre racismo paternalista para o primeiro caso e racismo competitivo para o segundo, que coincide *grosso modo* respectivamente com o período de (neo)colonização e o período das migrações modernas em direção às sociedades capitalistas<sup>10</sup>. Em relação às manifestações de racismo paternalista em sociedades precapitalistas escravagistas ou despóticas, nomeadamente em sistemas agrários de plantação (*encomiendas, haciendas* ou fazendas), em contexto colonial (Indonésia, Brasil e outros países da América Latina), as relações interracialis não eram necessariamente segregadoras do ponto de vista físico e até eram perpassadas, não raro, de práticas de aparente benevolência e de miscigenação, mas não deixavam de ser socialmente distantes, preconceituadas e ciosas de manter as respectivas hierarquias não só de raça, como de casta ou classe e, por isso, na confluência destas determinantes também existiu nesses países discriminação racial. Tal como o têm salientado vários autores (Van den Berghe 1967, Giddens 1997), o primeiro contexto histórico do racismo foi, com efeito, o da expansão colonial europeia para América, a África e a Austrália, a qual, comportando formas de estigmatização e humilhação dos “nativos”, teve, segundo Fanon (1967) e Said (2007), um enorme impacto nas experiências e concepções dos povos colonizados e sua “imagem do outro” e sobre si, provocando, como referem Cox (1970) e Mosse (1985), a emergência de preconceitos e, como refere Lancaster (2003) no seu estudo sobre a Nicarágua, a interiorização de concepções hierarquizadas sobre a negritude como sinónimo de pobreza e sujidade e a branquitude como sinónimo de riqueza. Desde os séculos XV-XVI a Europa, além de conhecer transferências massivas de europeus em direção à América (45 milhões para os Estados Unidos e Canadá, 20 milhões para América Central e do Sul) e à África (17 milhões), fez transportar mais de 10 milhões de Africanos negros para o continente americano como mão de obra escrava.

A estes processos de colonização e conquista militar presidia a ideia de que aos colonizadores cabia-lhes a missão de cristianizar os indígenas e sobretudo transmitir-lhes a sua superior civilização, o que, independentemente das diferentes ou até contrárias percepções dos povos colonizados, se tornava possível graças ao poderio económico e à subjugação política por parte dos europeus (por exemplo, exploração nas plantações sob formas repressivas ou sob formas paternalistas nas relações sociais e um forte grau de aquiescência e subserviência por parte dos dominados). Aqui, a questão racial, embora só numa fase posterior se viesse a sedimentar ideologicamente, tendia a confundir-se com a questão da exploração económica e a dominação política coloniais, legitimando-as, amiúde sob um discurso colonial, visando a preservação de velhas representações em torno da raça, do género e da sexualidade e correlativos interesses económicos. Para tal eram estimuladas estratégias de restauração de ideologias patriarcais em vista do controlo da força de traba-

(10) Também Carmichael e Hamilton (1967) avançaram o conceito de “racismo institucional”. Segundo Banton (1967), haveria seis ordens nucleares das relações ráticas: o contacto institucionalizado, a dominação, o paternalismo, a aculturação, a integração e o pluralismo.

lho e sexualidade femininas sob a capa da luta contra a degeneração dos costumes (vg poligamia), restaurando velhas concepções sobre a instituição familiar<sup>11</sup>.

Foi neste contexto e sobretudo a partir do século XVII que tomaram corpo as atitudes racistas, não só em termos biológicos e cultural-simbólicos (o culto genealógico e a pureza do sangue branco designadamente aristocrata, o branco como sinal de pureza e personificação do bem e o negro como sintoma de impureza ou encarnação do mal), mas sobretudo em termos económicos e políticos, dando lugar a uma desenfreada exploração económica (uso de trabalho escravo e, posteriormente, assalariado) e dominação política (negação de participação política, negação dos direitos de cidadania) aos negros, índios e outros povos considerados “bárbaros” e “selvagens”<sup>12</sup>. Se é certo que, a este propósito, políticos e doutrinadores de raiz liberal e jacobina contribuíram a democratizar e alargar aos demais cidadãos, pelo menos em termos jurídicos e no ocidente, os “direitos” fruídos de modo restrito pela aristocracia, vários deles expressavam alguma ambiguidade e outros negavam na prática os direitos cívicos aos povos colonizados e consideravam “natural” a integração, a assimilação ou mesmo a subjugação dos povos índios e negros ao sistema político colonial ou pós-colonial ocidental<sup>13</sup>. Não só estes líderes liberais nos séculos XVIII

(11) Anne McClintock (2000: 287 ss), partindo da análise das narrativas da novela de Hoggard intitulada “King Solomon’s Mines” sobre a cultura imperial e colonial britânica na África do Sul, evidencia a estratégia, por parte da burocracia britânica perante o declínio da aristocracia fundiária inglesa, de reinvenção do patriarcado e restauração dos valores tradicionais vitorianos junto dos zulus através da tentativa de controlo da força de trabalho e sexualidade femininas, insurgindo-se contra as enraizadas práticas da poligamia dos “lascivos” e “indolentes” homens negros, tendo recorrido, perante o fracasso da regulação do casamento destes, à implementação de um imposto sobre a força de trabalho das mulheres na posse ou controlo de cada homem negro em benefício da administração colonial branca. A regulação patriarcal dos corpos das mulheres, não só negras como brancas, nomeadamente em contexto colonial, tem sido analisada e sublinhada por diversos autores/as tais como Butler (2003), Stolcke (2006), Pinho (2008: 264ss).

(12) A este respeito o colonialismo português enquadrou-se nas concepções racistas ou racizantes gerais, tal como refere Boxer (1963), mas foi alterando os discursos conforme as épocas e as conjunturas. Antes da II Guerra Mundial nomeadamente na *Exposição Colonial* no Porto em 1934 e a *Exposição do Mundo Português* em 1940 em Lisboa, aos discursos e representações sobre o povo português de glorificação nacionalista, cristã, civilizadora contrapunham-se outras sobre os indígenas negros como selvagens, “crianças grandes”, próximos da natureza mas desprovidos ou pouco providos de inteligência, com os quais os colonizadores não se deviam misturar sobretudo em termos de cruzamentos matrimoniais. Após a II guerra mundial e sobretudo após a eclosão das guerras coloniais houve necessidade de demonstrar ao mundo o carácter multiracial e pluriétnico do império português (cf. Alexandre 1999, Castelo 1999, Matos 2006, L. Cunha 2001, Cabecinhas 2007). Na afirmação multiracial e pluriétnica houve o interesse estratégico de elogiar a mestiçagem e exaltar o luso-tropicalismo inspirado na obra de Gilberto Freire. Segundo Venâncio (1999: 24) houve um aproveitamento político do luso-tropicalismo pelo regime salazarista. Em todo caso, alguns autores como Rex (2000: 123) sustentam que, nos países colonizados da América do Sul, não haveria o mesmo tipo de relações raciais como na África do Sul ou nos Estados Unidos.

(13) Por exemplo, Jefferson, não obstante se ter batido pela abolição da escravatura dos negros, ainda reflectia alguns dos preconceitos raciais da época sobre os negros na base duma razão superior: «em memória os negros são iguais aos brancos, mas em razão são inferiores» ou «esta infortunada diferença de cor e talvez de faculdade é um poderoso obstáculo à emancipação do povo negro» ou, ainda, Lincoln que declarava: «sou a favor de ser atribuída uma posição superior à raça branca» (in Myrdal, 1944). Cf.

e XIX como inclusive outros como Roosevelt nas primeiras décadas do século XX exaltavam a mitologia fundadora da própria nação, apelando não só à comunidade de língua e à identidade orgânica nacional, mas também à superioridade da raça, procurando colocar os negros «no seu lugar», não só como explorados e dominados, mas também como inferiorizados, excluídos, segregados.

Isaacs (1975), avançando uma tipologia dos sistemas de poder no que concerne a etnicidade, distingue quatro tipos: (i) pós-colonial, desenhado desde a Conferência de Berlim em 1884 até 1975, provocando a emergência de movimentos nacionalistas; (ii) pós-imperial, com a entrada de imigrantes vindos da periferia colonial nos países centrais até então colonizadores, comportando certas tensões e clivagens; (iii) pós-revolucionário, antecipando o que viria a ocorrer com a implosão da União Soviética e a desagregação das nacionalidades minoritárias; (iv) pós-ilusionista com o enfraquecimento do *apartheid* nos Estados Unidos, a que Avruch (2003: 78) acresce os conflitos inter-étnicos nas periferias que arrastam ou se repercutem nos países centrais, nomeadamente ex-colonizadores (vg Argélia, Tsechénia, países no Médio Oriente).

A política racial dos Estados coloniais comportava também, mais nuns que noutros, prescrições de vigilância de costumes morais, nomeadamente o controlo sobre os próprios colonos de modo a não praticarem a miscigenação com mulheres nativas, pois tal representaria não só uma ofensa e transgressão à moral – na medida em que propiciavam o eventual aparecimento de filhos abandonados e, subsequentemente, rapazes «vagabundos» ou raparigas «prostitutas» – como deterioração da pureza racial e nacionalista dos colonizadores, tal como constatou Stoler (2000: 324 ss) a respeito das políticas anti-mestiçagem e expressões de “racismo cultural” por parte das colonizações francesa e holandesa, respectivamente na Indochina e na Indonésia.

Certamente que os contextos de discriminação e racismo dos Estados e dos próprios colonos brancos para com os negros ou índios foram diferentes de país para país: por exemplo, se praticamente em todas as colonizações se verificaram situações de hierarquização, discriminação e segregação raciais, em países como o Brasil, sobretudo após a abolição da escravatura, elas foram certamente menos acentuadas que nos Estados Unidos ou, sobretudo após a segunda guerra mundial, no sistema do *apartheid* na África do Sul, por parte duma minoria branca em relação à maioria negra com 23 milhões (por exemplo, segregação racial em bairros e escolas, nos contactos sociais e sexuais, discriminações em locais públicos), práticas estas só erradicadas graças às pressões internacionais e sobretudo ao êxito da luta do ANC (*African National Congress*)<sup>14</sup>. Nos próprios Estados Unidos,

também Van den Berghe (1967: 16, 79), Giddens (1997). Para uma genealogia do racismo moderno e suas diversas fases nomeadamente com filósofos iluministas como Montesquieu e Voltaire, Hume e Kant, cf. West (2002: 97ss), embora bastante discutível o quadro interpretativo e explicativo deste autor por se circunscrever a uma abordagem desgarrada em torno dos sucessivos discursos sem articulação com o económico, político e ideológico.

(14) Embora no início o critério de legitimação da desigualdade entre colonizadores europeus sobretudo os *boers* holandeses e autóctones na Cidade do Cabo fosse a religião, logo em 1658 se misturou com

mesmo depois da abolição da escravatura com a proclamação da emancipação em 1863 e, não obstante alguns progressos verificados nos séculos XIX e XX na aceitação das culturas étnicas minoritárias, persistiu a hegemonia racial por via da coerção e do consenso branco, que Omi e Winant (2002) designam de *ditadura racial*. Ou seja, continuaram, sobretudo em certos Estados, até aos anos sessenta e setenta do século XX, poderes hegemónicos e concepções de superioridade rática ou “crenças raciais”, como refere Myrdal (1944) e as práticas discriminatórias e segregacionistas nos transportes, nos restaurantes e cafés, nas escolas, as quais só seriam legalmente abolidas após rupturas e acções de organizações dos negros (*Associação Nacional para a melhoria do povo de cor* (NAACP), *Liga Urbana*, *Black Power*, *Black Panther*) e sucessivas marchas e manifestações de negros e brancos solidários, onde diversos líderes, entre os quais Martin Luter King, perderam a vida. Estas organizações e suas acções de resistência e acção afirmativa foram relevantes para manter e reforçar a autoestima grupal e a identidade colectiva, tendo sido decisivas na conquista do reconhecimento da igualdade de direitos, esboçada nos *Act Civic Rights* de 1957 e 1960 mas só consagrada no *Act of Civic Rights* em 1964 e no *Voting Rights* de 1965<sup>15</sup>.

Porém, o mais importante a salientar neste longo processo é a justificação que certos pseudo-cientistas, sobretudo desde o século XIX, vieram dar às práticas racistas. Assim Gobineau (1940), considerado o pai do racismo moderno, defendia a existência de três raças (branca, negra e amarela), sendo a branca a mais inteligente e moralmente superior, enquanto a negra seria animalesca e despida de moralidade. Os pseudocientistas do século XIX apelavam mesmo a argumentos social-darwinistas para justificar o racismo e, em especial, a hierarquização das raças, de modo a defender a supremacia da raça branca e a eliminação ou subjugação de raças inferiores como a negra. Estas teorias seriam defendidas por certas organizações de cariz terrorista como a Ku-Klux-Klan nos Estados Unidos

este o critério da raça com a importação de escravos negros para mão de obra escrava ou servil, diferenciando grupos em base racial e construindo posteriormente um Estado racista. Como refere Myrdal (1944), tanto na África do Sul, como na América, perante o que este autor designava um dilema moral, era assim inventada uma justificação biológica para uma realidade que traduzia desigualdades de ordem económica, social e cultural, cuja explicação escapava ao cidadão branco menos ou de modo algum informado.

(15) Cf. A. Davis (1983), Brah (2000). Mais tarde, em 1978, é de referir no Brasil o Movimento Negro Unificado (MNU), crítico da chamada “democracia racial”, provinda da concepção multirracial de Freire sobre o povo brasileiro mas fortemente criticada por Florestán Fernandes (cf. Guimarães 2008: 75). Estes movimentos políticos de afirmação e acção colectiva foram muito importantes para a Declaração dos direitos cívico-políticos dos cidadãos negros e suas comunidades, cujas formas de resistência e expressão cultural e moral-política, segundo Gilroy (2000: 492 ss), tinham lugar através de formas polifónicas de música e arte por parte dos negros/as, combatendo preconceitos existentes e superando quadros de análise nacionalista ou etnocêntrica. Todavia, na sequência do reconhecimento formal e simbólico destes direitos – que conheceu avanços não só político-simbólicos como materiais para as comunidades negras – verificou-se, segundo Creenshaw (2000), uma deslocação das crenças da superioridade branca sobre os negros em base biológica para outras de ordem “cultural” e ideológica, pelas quais os “lascivos” e “preguiçosos” negros pela sua “cultura”, “normas” e “atitudes” não orientadas para o sacrifício e o sucesso, detinham piores condições de vida porque, apesar da imparcialidade do mercado de trabalho e a igualdade de oportunidades, não apresentavam o mesmo desempenho e mérito que o dos brancos.

– que desde o século XIX praticavam linchamentos de negros em base racista – e, no século XX, pelo nazismo Hitleriano que, proclamando a superioridade da raça branca ariana como parte integrante do programa do partido nazi, viria a declarar uma guerra de extermínio anti-semita e, assim, provocar o maior holocausto étnico do século XX. Se é certo que em várias formações sociais como a capitalista e imperialista sob o nazismo há uma relação simbiótica com o racismo (cf. Adorno e Horkheimer 1986: 168), a relação entre imperialismo e racismo não é linear, mas é dependente, como referem Mosse (1985: x) e Back e Solomos (2000: 11 ss), do contexto espaço-temporal, do contexto socio-cultural e educativo e, acrescentaria, político<sup>16</sup>.

Não obstante uma grande parte dos Estados não só africanos e asiáticos como inclusive americanos e europeus serem actualmente multiétnicos, não há por parte das elites étnicas no poder a consciência e a atitude de respeito pelo pluralismo étnico, mas antes, perante a concorrência em torno de interesses e privilégios, a tendência de segregar, humilhar, diminuir ou até eliminar as etnias exteriores ou hostis à etnia dominante ou instalada. Não só nos continentes africano e asiático como no europeu, tem-se assistido nas últimas décadas – nalguns casos entre povos vizinhos com anteriores boas relações interétnicas – a processos de limpeza étnica, gerando-se nalguns dos países massacres e genocídios de cariz étnico, embora nalguns casos associados a lutas sociais e políticas em torno de diferentes projectos societais (por exemplo, Uganda, Etiópia, Sudão, Somália, Ruanda, Burundi e Angola na África; Índia e Paquistão, Indonésia e Timor Leste, Tsechénia na Rússia, Servia e Bósnia na ex-Jugoslávia).

Com a ascensão e a consolidação das sociedades capitalistas nomeadamente no ocidente verifica-se também a emergência de relações raciais e étnicas de tipo competitivo, em que, para além das características físicas, outros elementos de ordem social e cultural vêm sobrepôr-se como critérios de inferiorização e estigmatização, senão mesmo de exclusão e segregação em termos de trabalho, habitação, escola, convívio. Se as migrações para alguns países europeus conhecem uma longa história (por exemplo, os judeus desde o século XVI ou os irlandeses para a Grã-Bretanha sobretudo desde o século XIX num contexto de colonialismo interno britânico), a maior parte da avalanche de migrações dentro e para a Europa deu-se sobretudo a partir dos processos de descolonização, da corrente de refugiados e da necessidade de mão-de-obra não qualificada a partir dos países da América Central e do Sul para a América do Norte e Canadá e dos países do Mediterrâneo e do Norte de África para os países do centro e norte de Europa no contexto da reconstrução europeia e da expansão industrial após a II guerra mundial. Na grande maioria, os imigrantes vieram ocupar os lugares mais instáveis e pior remunerados nos países de acolhimento, mas são amiúde os bodes expiatórios da degradação da situação dos trabalhadores autóctones mais precarizados e vulneráveis.

(16) Analisando, por exemplo, formas de racismo na China não só no passado imperial como nas formações contemporâneas mais recentes, constaram-se concepções de superioridade da raça amarela (Dikkotter 2003: 125 ss).

O movimento migratório, que na fase de expansão económica convinha aos empregadores europeus como modo de suprir a falta de mão-de-obra e pressionar sobre os salários ganhos pelos operários dos países mais industrializados, viria a conhecer, com a crise do petróleo em 1973 e outras subsequentes, um processo de refluxo e travagem. Para tal têm contribuído também os sentimentos hostis por parte de agricultores marginalizados e outros membros desfavorecidos das classes trabalhadoras autóctones, que se sentem ameaçados pela “invasão” dos mercados estrangeiros ou pelas crescentes “vagas” de emigrantes que, no seu entender, lhes vinham “roubar” os seus postos de trabalho, as suas casas ou até as suas mulheres, razões ou rumores que fazem subir a escalada de sentimentos xenófobos<sup>17</sup>. Tais situações de crise económica ou privação suscitam processos de transferência da responsabilidade ou «culpa» para os imigrantes enquanto bodes expiatórios, tendo como efeito a implementação, por parte dos Estados, de políticas estatais mais restritivas de imigração e asilo na Europa.

Por sua vez, membros das minorias étnicas presentes na América do Norte e no Centro e no Norte de Europa, embora já implantados de longa data, continuam cada vez mais a sentir-se discriminados ou mesmo excluídos, o que os incita não só a reforçar os seus laços de pertença, identidade e solidariedade, como a manifestar uma revolta, ainda que embrionária, e a iniciar um processo de politização, organização e mobilização face às investidas racistas.

Wieviorka (1993: 169 ss) questiona se estaremos ou não perante movimentos sociais étnicos, considerando que, para tal, é necessário que os grupos étnicos não só conciliem a sua identidade com reivindicações sobre a igualdade individual de direitos e oportunidades<sup>18</sup>, como também sejam parte interessada num conflito, ou seja, exige-se que deixe de ser um «movimento social oco» (Wieviorka 1993: 175), impondo-se que o actor étnico se revolte contra um sistema que o nega pela exclusão e pelo racismo e passe a lutar contra um adversário. A questão subsequente será saber em que medida as nossas sociedades

---

(17) M. G. Martins (1996) considera que as migrações internacionais contribuem quer para a multiplicação das minorias quer para a diminuição dos empregos dos autóctones, influenciando o aumento do racismo e da xenofobia, sobretudo na Europa, alimentado por bastantes sectores da União Europeia, que pensam que «*essas minorias fazem perigar a cultura (as normas estabelecidas, os empregos, etc.) e a estabilidade da Comunidade Europeia*» (M. G. Martins 1996: 163), o que nos remete para uma das grandes dificuldades com que se depara hoje a Europa: «*pensar o uno no múltiplo, o múltiplo no uno (...), pensar a identidade na não identidade*» (Morin in Pierré-Caps 1995: 327). Se, por um lado, o raciocínio de Martins parece apresentar uma leitura linear entre migrações e processos xenófobos e racistas, contudo o autor não se limita à constatação da relação – a qual deveria ser mais adequadamente estabelecida como correlação – entre as migrações internacionais e o aumento do racismo e da xenofobia na Europa, interpretando, então, a complexidade de factores intervenientes neste processo – os económicos, os históricos, os psicológicos e os políticos, entre outros –, salientando a determinação das migrações internacionais quer pelos Estados que acolhem os migrantes (onde, em função dos interesses, sobretudo económico-políticos, se assiste à abertura ou fechamento das fronteiras), quer pelas próprias estratégias dos migrantes.

(18) Aparentemente, esta condição está assegurada, segundo o autor, pela institucionalização da etnicidade. Porém, há dois perigos iminentes: a criação de elites políticas e intelectuais geradoras de redes de clientelismo que as afastam da população que supostamente representam; e o reforço cada vez maior das acções das comunidades mais poderosas, sem beneficiar os mais desfavorecidos.

serão capazes de gerir, politicamente e não só, as diferenças: sê-lo-ão ou não capazes? E de que forma?

O reconhecimento jurídico do direito à diferença minoritária choca aparentemente com o princípio da igualdade entre todos os cidadãos do Estado, atendendo a que a conciliação das dimensões individual e colectiva dos direitos humanos só é possível através do princípio da discriminação positiva (Pierré-Caps 1995), o que coloca um problema de fundo ao modelo político do Estado-nação, na medida em que este assenta, por um lado, sobre o princípio da igualdade e, por outro, conjuga a ideia da independência com o elemento «demarcação em relação aos outros» (M. G. Martins 1996: 173).

Neste sentido Pierré-Caps (1995: 10) propõe uma outra forma de viver o Estado e a nação, concretizada na ideia de multinacção, enquanto sociedade política composta por diversas comunidades nacionais, mas sob uma vontade comum – partilhar um destino. Para tal há que separar a nação do Estado, pois o nacionalismo<sup>19</sup>, ao reclamar uma unidade política territorial etnicamente homogénea, só se torna possível quando assimila, expulsa ou mata todos os não-nacionais. Mas o autor vai mais longe, concluindo que o Estado multinacional reclama uma democracia renovada, sugerindo que esta poderia ser encarnada pela «democracia associativa» (Pierré-Caps 1995: 348 ss), onde através da partilha do poder político seria possível integrar a pluralidade nacional e política numa estrutura estatal estável.

Breton (1983) considera que a situação política das etnias está a sofrer um bom número de reavaliações e redistribuições devidas quer a movimentos quantitativos geradores de novos equilíbrios, quer ao desenvolvimento económico, quer ainda às evoluções políticas e às transformações culturais. De facto, o autor considera que a standardização das culturas de massa, a interdependência económica e a hegemonia das grandes potências irão ter como consequências uma uniformização cada vez maior do mundo, uma redução das diferenças e das distâncias, uma mestiçagem cultural planetária e numerosos índices de afirmação dos particularismos, das tomadas de consciência étnica e das reivindicações de pluralismo e de autonomia que conduzem ao reconhecimento dos direitos culturais e étnicos, pelo que «é possível vislumbrar, nos nossos dias, uma evolução no sentido de uma multicristalização cultural em função da existência e vitalidade das etnias» (Breton 1983: 134).

Independentemente de estes prognósticos se virem ou não a realizar, o certo é que a questão das minorias étnicas lança um importante desafio à democracia (Wieviorka 1993)

(19) O autor entende que «o nacionalismo é, essencialmente, um princípio político que defende que a unidade nacional e a unidade política devem corresponder uma à outra» (Gellner 1993: 11). Embora esta seja a concepção predominante de nacionalismo, existem outras que não implicam a assimilação/rejeição do Outro (por exemplo, os movimentos de libertação nacionais), pelo que o nacionalismo não se prolonga necessariamente em racismo (Balibar 1995). A propósito dos conceitos de nação e nacionalismo, Bader (2008: 110 ss) distingue duas vias e/ou dois tipos básicos de formação da nação: (i) burocrático-administrativo, aristocrata, lateral-extensivo, “de cima para baixo”, ou seja, do Estado à nação; (ii) demótico, comunal, intensivo, popular, “de baixo para cima”, ou seja, da nação ao Estado.

e exige uma nova gestão política (Pierré-Caps 1995). Há, inclusive, alguns autores que avançam com a hipótese de a pertença étnica constituir, ou vir a constituir, uma fonte de clivagem social tão importante como a pertença de classe (Glazer e Moynihan 1975; Parkin 1979; Rex 1988; Weber 1978), beneficiando as filiações étnicas da «*particularidade adicional de já possuírem o sentimento de formarem um todo, que as classes baseadas num ajustamento racional de interesses só adquirem gradualmente*» (Rex 1988: 27).

Os grupos e partidos de extrema direita, reafirmando as especificidades culturais nacionais face aos movimentos transnacionais e insinuando a suspeição ou a perigosidade do estrangeiro sobretudo não europeu, vêm conhecendo uma crescente adesão e até representação nalguns parlamentos municipais e nacionais de diversos países da Europa e não só por parte de votantes idosos mas incluindo votantes de meia idade e jovens, em particular (caso de Le Pen em França e Haider na Áustria). Estas organizações neoracistas, apelando à identidade cultural e à pertença à própria comunidade nacional, têm alimentado, sob o manto das diferenças étnicas, as novas formas de racismo, processo este que Shils (1957), Geertz (1963: 105 ss) e Wiewiorka (1994: 16) caracterizam como apelo aos “vínculos primordiais”, alegadamente derivados de relações de sangue e parentesco ou assentes na cultura local. Tais “sentimentos primordiais” – que se inspiram na reacção romântica perante o Iluminismo – têm-se amiúde convertido em fonte de ideologias nacionalistas ou chauvinistas, naturalizando os grupos étnicos e justificando interesses de certos grupos étnicos e/ou classes. Os “vínculos primordiais”, embora sejam, em regra, vistos ora como “resíduos” ora como obstáculos à modernização, à cidadania e ao Estado moderno, podem nalgumas situações ser, segundo alguns dos seus teóricos como Geertz (1963), instrumentalizados como estímulos para as populações se mobilizarem para a criação dos Estados-Nação. Ou seja, pode haver por esta via um processo de reforço do nacionalismo e de “nacionalização” de identidades (Bader 1985 e 2008, Miles 1989: 73, 1994: 30-43, Galissot 1994: 7-29), que se articula com o conceito de “racialização” nacionalista, enquanto processo de homogeneização e inclusão do “nós-nação” e diferenciação e exclusão dos “outros-estrangeiros”<sup>20</sup>. Este processo poderá exacerbar-se com a permeabilização de conversas e anedotas contra os grupos-alvo, a difusão de representações e até boatos que os grupos racistas tenderão a aproveitar na escalada racista (cf. Balibar e Wallerstein 1988, Bader 1985, 1993, 1994, Lopes 1992).

(20) O nacionalismo, tal como refere Smith (1986), não é apenas um fenómeno moderno mas enraíza-se no mundo pre-moderno, mas tal não implica nem a defesa duma perspectiva primordialista do fenómeno nem, muito menos, sinónimo de reacção e racismo. Com efeito, o nacionalismo e a ideologia primordialista, caracterizando-se por um apego e exaltação da nação e da identidade nacional através da partilha dum território, língua e outros traços, embora possa em determinadas conjunturas alimentar a deriva racista e inclusive o chauvinismo étnico ou nacionalista, não é um fenómeno confundível com racismo (cf. Balibar 1995, Bader 2008). O abandono do conceito de raça pelas suas conotações ideológicas e pela insustentabilidade científica veio, a partir dos anos setenta, a ser substituído pelo termo racialização, enquanto denotativo das percepções de determinados traços fenotípicos (cf. Banton 1979, Miles 1989).

Se as cidades europeias do centro e do norte de Europa têm constituído um dos principais palcos actuais de confronto racista no contexto das diásporas emigrantes, elas não são os únicos. Para além de conflitos étnicos tradicionais presentes na Ásia (Índia, Paquistão, na África (Nigéria) ou Europa (Flamengos e Valões na Bélgica; Bascos, Catalães ou Galegos *versus* Castela na Espanha), com acontecimentos tais como a morte de Tito, a queda do muro de Berlim e a desagregação da União Soviética nos anos oitenta ressurgiram também nos países do Leste os movimentos étnicos e nacionalistas (ex-Jugoslávia, Arménia-Azerbeijão, Tsechénia). Assiste-se assim a um processo de etnicização das relações sociais e políticas, em que os respectivos grupos étnicos reafirmam a suas territorialidades, identidades e sociabilidades e se demarcam dos demais sob pretensas ameaças do perigo de “invasão” dos outros ou diluição da própria cultura, como veremos de seguida.

### 3. ENTRE O RACISMO BIOLÓGICO E O NOVO RACISMO “CULTURAL”

Com base na breve exposição histórico-sociológica acima delineada poder-se-iam destilar dois tipos de legitimações do racismo: o racismo colonial e (pseudo)biológico e o “novo racismo”, também designado étnico-cultural<sup>21</sup>.

O racismo biológico procura assentar a sua pseudoteoria no conceito de raça, enquanto conjunto de características ou atributos físicos herdados (cor do cabelo, pele) e outras crenças raciais que, sendo consideradas etnicamente relevantes, possuem geralmente um carácter mítico e, para efeitos de justificação de privilégios, se traduzem em actos de inferiorização do outro, do diferente. As diferenças das categorias raciais para uma origem ou passado genético comum mas específico que à partida não deve ser misturado ou “contaminado” por relações de parentesco, casamento ou filiação com membros doutras raças (Allport 1979, Vala *et al.* 1999)<sup>22</sup>. De facto, porém, os desenvolvimentos genéticos caminharam em diferentes linhas, demolindo assim as pretensas teorias das raças puras. Por isso, o tipo de racismo biológico constitui uma construção pseudocientífica que, se no passado teve certa adesão e com o nazismo a máxima expressão, hoje é cada vez menos aceite, pelo menos em termos puramente biológicos.

(21) Este “novo racismo” foi cunhado por Fanon (1967) como “racismo cultural” expresso na cultura política quotidiana nas potências colonizadoras tais como Inglaterra e França alegadamente para “preservar” a sua cultura avessa ou hostil ao estrangeiro. Bader (2008: 88ss), não obstante definir e reconhecer as novas formas de racismo, considera que a perspectiva de neoracismo tem algumas debilidades na medida em que bloqueia a) o desenvolvimento de teorias adequadas (o contexto faz a diferença, nem todas as práticas e/ou legitimações adscritivas são racistas) e b) investigações empíricas e históricas diferenciadas.

(22) Para que as categorias persistam separadas, impõe-se, na óptica racista, evitar casamento interracial, relacionamento sexual ou descendência mútua. Esta rejeição de parentesco assenta na ideia de que as diferenças entre os diversos grupos são inerentes aos seus membros e são transmissíveis aos seus descendentes, avaliando determinados grupos como inferiores aos outros.

O racismo “cultural” ou simbólico apresenta-se como um “novo racismo”, «racismo sem raça» ou “racismo neonacionalista” (Barker 1981, Bader 1985, 2008), um “racismo diferencial” (Taguieff 1987) e anti-moderno (Wieviorka 1998), procurando justificar as suas práticas de discriminação não só nem tanto na pretensa superioridade cultural, mas mais na diferença e/ou incompatibilidade de culturas ou ainda, mais subtilmente, como já foi referido, na defesa e valorização da própria cultura contra as ameaças “exteriores” sobretudo não americanas ou não-europeias<sup>23</sup>. Não obstante o “argumento” biológico deixar de ser aduzido para primeiro plano, ele subjaz e funde-se num conceito hermético, fixista e incomensurável de cultura naturalizada como forma ideológica de blindar a intercomunicação entre culturas. E, mesmo quando não hierarquiza explicitamente as culturas, faz passar subliminarmente a ideia fundamentalista de defesa e exaltação da própria identidade cultural e o afastamento, a distanciação ou a exclusão das demais culturas, porque menores, contaminantes ou eivadas de «fundamentalismo» ou «fanatismo» religioso, nomeadamente o islâmico.

Ambas as formas de racismo são coexistentes e reforçam-se mutuamente em diversos tempos e espaços, o que para autores como Wieviorka (1998: 40 ss) justificaria sustentar estarmos mais perante duas lógicas racistas de hierarquização, diferenciação, exclusão e rejeição do que de dois tipos de racismo<sup>24</sup>. Há, porém, que reconhecer que, para além alguma convergência de objectivos políticos, se até à segunda guerra mundial relevou, em termos ideológicos, o racismo colonial e biológico, a partir daí e sobretudo a partir dos

(23) Cf., numa análise crítica, Barker (1981), Bader (1985), Taguieff (1988), Balibar e Wallerstein (1988), Miles (1994), Wieviorka (1992 e 1998), Creenshaw (2000), Cunha (2000: 196), e Jenkins (2008). O racismo “cultural” reifica a cultura como uma entidade fixa, inamovível e estática e, como tal, funciona como um arquétipo de contornos fantasmagóricos, quase apelando a uma raiz primordial rática. Por exemplo, o insucesso dos negros, que anteriormente era remetido para uma alegada inferioridade genética, passou a ser, no período após *Act Civic Rights* de 1964, explicado pela ausência de certos atributos culturais, associando inclusive ao mítico princípio da meritocracia (cf Creenshaw 2000) e indiciando continuidade ou complementaridade entre ambos momentos (Rex 1980: 131).

É também nesta perspectiva crítica que Wolf (1994) faz uma chamada de atenção para a “perigosidade” de ideias ou conceitos tradicionalmente reificados: não só a “raça”, mas também a “cultura” ou “povo”, aliás uma cautela igualmente aplicável ao conceito de “etnia”, quando entendido como substância inamovível, fixa, imutável.

(24) Segundo Wieviorka (1995), o racismo conheceria duas variantes lógicas: «*Por um lado, o racismo corresponde a um princípio de inferiorização do grupo segregado; é antes de tudo, inigualitário. (...) Por outro lado, o racismo não reconhece nenhum lugar ao grupo racizado: esta lógica corresponde a uma vontade de rejeição, de colocação à distância, de exclusão e, nas suas situações mais extremas, de expulsão, quando não de destruição. Tem, então, uma dominante diferencialista*». Assim, enquanto a primeira remete para aspectos sócio-biológicos e alimenta a discriminação, a segunda acentuaria as diferenças culturais como base de clivagens inter-étnicas susceptíveis de ameaçar a homogeneidade cultural do grupo maioritário e dominante, o que obrigaria a segregar o outro de modo a evitar relações inter-étnicas. Ora, tal como refere Brah (2000: 434 ss), não há necessidades ou traços culturais homogêneos a determinados grupos raciais ou étnicos na medida em que tais necessidades, traços ou experiência não são independentes do género, da nacionalidade e sobretudo da condição de classe.

anos setenta do século XX, dada a inexistência, irrelevância ou dificuldade de veicular o pseudoargumento das diferenças físicas, tem predominado o racismo dito cultural. Imbricado com este e as relações de poder interétnico importa reter também o que foi designado por Van den Berghe (1967) por racismo institucional, uma espécie de racismo não declarado ou alegadamente sem actores, mas eficaz na medida em que, não obstante desvalorizar ou até ignorar ideias, intenções ou doutrinas racistas, não deixa de ser operante nos mecanismos rotineiros de discriminação institucional, para cujas práticas se camuflam os verdadeiros motivos ou se aduzem os mais diversos pretextos aparentemente não racistas. Se, por um lado, são inegáveis os mecanismos de reprodução institucional do racismo, escudar-se no racismo institucional sem articular adequadamente os vários níveis de análise e, em particular, as formas de dominação (e eventualmente exploração) e interacção entre raças e/ou etnias pode significar, tal como refere Wiewiorka (1998: 34), a diluição do papel e da co-responsabilidade dos actores nas instituições, sem que caiamos no outro extremo, também enviesado, de considerar formas de racismo individual, uma vez que racismo é relacional e implica relação de poder (Essed 2002).

É ainda Wiewiorka (1998: 45 ss) que, a partir de dois eixos conceptuais – o universal expresso pela razão e pelo progresso a partir do Iluminismo e o particular traduzido nos afectos e identidades culturais –, estabelece quatro modalidades ou pólos de racismo:

(i) o racismo universalista da razão triunfante que, em nome do progresso, pretende arrasar, moldar ou incorporar todas as particularidades ou especificidades étnicas, culturais ou religiosas, e pressupõe um projecto de expansão política e/ou evangelização religiosa em nome de valores assumidos como universais, concepções e práticas estreitamente ligadas historicamente ao (neo)colonialismo ocidental. Embora não seja tão amiúde e de modo explícito declarado, em termos de retórica política, há todavia políticos e ideólogos de grandes potências como os Estados Unidos (por exemplo, Bush na declaração de guerra ao Iraque) que arrogam ser portadores de racionalidade universal e seus valores de civilização tomada como paradigma de democracia e liberdade pelo qual os povos “subdesenvolvidos” ou minorias étnicas deveriam pautar-se, implicando aqui um processo de integração social e homogeneização cultural;

(ii) o racismo de desqualificação ou “exclusão social”, pelo qual o grupo autóctone receia desqualificar-se ou ser excluído de vantagens em benefício das minorias étnicas, tratando-se neste caso de um tipo de alegado racismo de autodefesa e receio de queda, descida de estatuto ou perda de posição relativa, num eventual processo de mobilidade social descendente, por comparação face aos membros de minorias étnicas. Os intelectuais orgânicos deste tipo de racismo, amiúde incorporado e propalado pela direita e sobretudo extrema direita populista está em frontal contraste com os princípios do próprio discurso de aceitação das diferenças culturais, quando as admite mas fora das próprias fronteiras nacionais, como o advoga, por exemplo, Le Pen em França. O corolário deste tipo de racismo é obviamente a exclusão social e a rejeição do diferente, do estranho.

(iii) o racismo identitário anti-moderno, em que certos grupos apelam a uma identidade étnica primordial como estratégia de defesa da tradição ou expressão de ressentimentos e medos perante as ameaças da modernidade. Esta modalidade de racismo, expressa em torno da alegada ou real defesa da identidade nacional, étnica, religiosa ou outra, pode assumir formas ora de resistência defensiva ora de expansão agressiva, patente em movimentos fundamentalistas de frequentes apelos políticos sob uma bandeira religiosa.

(iv) o racismo de identidades em conflito como resultante de tensões inter-étnicas ou interculturais, reais ou imaginárias, alimentadas em processos de socialização e reavivadas em certas conjunturas ou processos migratórios e/ou de fragmentação social e cultural. Neste tipo de racismo Wieviorka (1998) tem em vista o racismo intercomunitário que, no âmbito de atitudes e condutas anti-modernas desenvolvidas em nome de uma identidade exacerbada contra grupos definidos como culturalmente estranhos à modernidade (por exemplo, ciganos), o que é propício a gerar tensões inter-étnicas, mesmo quando os grupos em conflito latente não vivam em contiguidade interactiva, mas estejam imbuídos de preconceitos e estereótipos em relação ao outro diferente, tal como sublinha o próprio Wieviorka

*«o medo e o ódio podem construir-se a partir de simples representações das comunidades consideradas ameaçadoras, e cuja afirmação identitária é sublinhada, por exemplo, na televisão ou nos boatos e nas conversas da vida quotidiana, na maior parte dos casos com uma larga dose de fantasia»* (Wieviorka 1995: 34).

Wieviorka (1998) faz notar uma constante tensão entre os “valores universais” da modernidade e a ênfase dada à subjectividade, individual ou colectiva, à reviviscência de pertenças étnicas, comunitaristas e/ou nacionalistas inscritas num determinado território ou espaço, o que comporta uma dualidade de referências entre o universal e o particular, entre a razão e o progresso *versus* o sentimento e a adesão às origens primordiais das identidades comunitárias ou nacionais, entre a abertura ao outro e a exclusão social<sup>25</sup>, implicando a modernidade uma duplicidade ou ambiguidade de significados, tal como o exprime o próprio Wieviorka (1995):

*«Por um lado, ela pode agarrar-se a valores universais e ser tolerante, aberta, isto é, inscrever-se no projecto da modernidade. Por outro lado, a identidade pode fechar-se em si mesmo, desdobrar-se num diferencialismo extremo, recorrer a uma vedação abso-*

(25) Cf. Smith (1981), Glazer e Moynihan (1975), Bader (2008). Em Portugal estas duas tendências são assinaladas quer por Santos (1994), quer por Fernandes (1995), uma delas aberta à participação e à fruição da liberdade e a outra condenada à precariedade e à exclusão, com o risco acrescido de fragmentação e atomização social, sobretudo quando se perdem as referências tradicionais de ordem comunitária nos processos de transição das sociedades tradicionais para as sociedades modernas.

*luta entre os que nascem dela e os outros, o que leva a condutas de guerra ou de ruptura, e dá dela uma definição não-moderna e, mesmo, antimoderna» (Wieviorka, 1995: 135).*

Também Touraine (1995: 29 ss) considera que o racismo, sendo uma «doença da modernidade», é desta indissociável na medida em que a sociedade moderna ignora as tradicionais relações de hierarquia e distância sociais – que significaria ser impensável o racismo numa sociedade de castas – mas, simultaneamente, não tem integrado os indivíduos numa cultura universalista, acabando o autor por explicar o racismo pela presença dos diversos Estados nacionais e, em termos microsociais, pela associação entre a diferença e a inferioridade, pois, para que se verifique a existência de racismo, «*é necessário que haja o sentimento de que o superior está a ser ameaçado pelo inferior, a qualidade pela quantidade, a riqueza pela pobreza*» (Touraine 1995: 37). Deste modo, o enfraquecimento ou mesmo a abolição ou diluição das hierarquias e o enfraquecimento dos particularismos tradicionais provocadas pela mudança social possibilita a emergência do racismo e, com ele, a naturalização de categorias sociais superiores e inferiores: «*É precisamente quando os particularismos e as fronteiras culturais se enfraquecem e desaparecem, quando tudo se mistura e cada um deixa de ser protegido pela sua diferença, que o racismo aparece*» (Touraine 1995: 37), explicação esta algo unilateral e insuficiente.

A dicotomia traçada (Touraine 1995) e por Wieviorka (1998: 53) entre a racionalidade económica moderna apresentada como universal e as afectividades e culturas identitárias dadas como particulares merece certos reparos na medida em que tende predominantemente a interpretar o racismo ora como choque entre o moderno universal e o tradicional particularista ora como uma espécie «de guerra entre culturas e identidades», quando, de facto, é algo mais que isso, como se pode verificar na perspectiva de Bader (2005, 2008), Omi e Winant (2002), entre outros. Porém, enquanto Wieviorka tem presente a tensão conceptual e prática entre o universal e o particular e elabora um tipologia que visa dar conta da realidade multifacetada do racismo, Touraine reinventa o velho erro de conceber a modernidade como a eliminação das hierarquias tradicionais, a diluição das fronteiras e diferenças culturais, mas o seu argumento situa-se a um nível conceptual especulativo e não mostra de modo adequado as razões do falhanço da modernidade e seus objectivos, nem nos apresenta uma teoria consistente e explicativa do racismo, aferindo-a numa perspectiva pluricausal e validando-a com base em estudos empíricos das sociedades confrontadas com o fenómeno do racismo. Mesmo quando teoricamente Touraine se reivindique da herança weberiana, a avaliação do racismo como «doença da modernidade» afasta-se do pensamento weberiano e representa o equivalente funcional ou uma variante do enfoque funcionalista moderado de Merton (1970) em torno da disfunção no seio do organismo social, que importa reparar mas sem explicar as suas causas sistémicas a nível económico e político. Ora isto faz com que o discurso de Touraine em torno da modernidade universal não passe dum engodo retórico. Ou seja, no fundo as promessas da modernidade acabaram por não se cumprir, o que interpela e questiona o próprio sistema económico e político e suas referências alegadamente universalistas.

Entre outros fenómenos que colocam em crise o modelo de modernidade tais como o reforço do neoliberalismo e a crise do Estado-providência, a decomposição e a recomposição das classes sociais na sociedade moderna, contam-se também as novas formas de racismo, com forte componente xenófoba, com que hoje o mundo e, em especial, a Europa se defronta, nomeadamente um «*racismo renovado, de dominante diferencialista*» (Wieviorka, 1995: 41).

Perante as várias questões levantadas, os debates mais fecundos em torno destes problemas vêm dos anos '70 e '80 do século passado, nomeadamente na sequência da agitação urbana e dos movimentos pelos direitos cívicos. Com efeito, diversos autores no campo da filosofia e das ciências sociais, inspirados por leituras neomarxistas e pós-coloniais retomaram uma longa discussão em torno do conceito de “raça”, das relações raciais e das novas formas de racismo, nomeadamente no Reino Unido e nos Estados Unidos, sendo de salientar, como referem Solomos e Back (2000: 7 ss), duas abordagens: (i) a neo-marxista impulsionada por Miles (1984) e (ii) a do neoweberiano Rex (1970) e, seguidamente, o grupo de investigadores *Race and Politics* integrados no *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS, 1982). Com efeito, Miles (1984 e 1986), na sequência da clássica visão marxista, analisava o racismo como fenómeno ideológico integrante das relações de classe e resultante dos processos de acumulação de capital e consequentes relações ideológicas, opondo-se a uma sociologia sobre raça e relações ráticas, ou melhor, conceptualizando raça como um discurso, um construto político, uma máscara ideológica para esconder e legitimar os interesses económicos e poderes estabelecidos. Mais, ao analisar as comunidades migrantes, assume que as diferenciações raciais explicam-se pelas diferenciações de classe e que a política assente na raça/etnia, assim como os processos de racialização/etnicização são resultados da contradição entre as necessidades do capitalismo em favor da mobilidade da força de trabalho e a necessidade de impor restrições na base do conceito de cidadania a nacionais de determinado Estado, pelo que este assume uma função de controlo, de regulação ou mesmo de exclusão<sup>26</sup>.

Contrariamente a este reducionismo de classe relativamente às relações raciais, assim como à velha explicação marxista sobre raça e racismo como uma espécie de “falsa consciência”, Banton (1967) e Rex (1970) prosseguiram nos anos '60 e '70 estudos sobre relações raciais<sup>27</sup> e étnicas, construindo um inovador quadro conceptual: o primeiro numa perspectiva histórica sobre raça e etnia em contextos institucionais de dominação desde a base tradicional paternalista à moderna integração pluralista; o segundo com uma abor-

(26) Ainda que não partilhando a perspectiva de Miles, este tema da exclusão na base do critério da nacionalidade foi aprofundado por Brubaker (1992: x) e Bader (2010), em relação às minorias étnicas e aos estrangeiros num registo mais complexo e apurado justamente não redutor ao conceito de classe.

(27) O próprio Rex (2000: 122 ss) aponta o contributo de Lloyd Warner para o estudo das relações raciais quando este, ao analisar, com base em métodos quantitativos e qualitativos, a hierarquia na estratificação social na *Yankee City*, constata que para os negros, situados na base do sistema, existia uma barreira mais impenetrável para subir socialmente (vg. não acesso à escola, não casamentos inter-raciais).

dagem analítica neweberiana centrada nas situações de conflito em torno dos recursos e, como tal, conducentes a realidades racial e/ou etnicamente estruturadas em diferentes contextos (trabalho escravo, segregação laboral, acesso diferenciado a recursos educacionais e habitacionais; condição de subclasse migrante). Seguidamente, nas décadas de '80 e '90 diversos autores (Hall 1993, 2002; Gilroy 1991), inicialmente congregados em torno dos conceitos de raça e política no quadro do referido CCCS, avançaram com outra abordagem, em que raça é construída como relação social e política não só a partir do Estado, mas a partir dos significados dados pelos actores na vida quotidiana, susceptíveis de recriar identidades políticas relativamente autónomas das relações e identidades de classe ou, mantendo a sua relativa autonomia, articuláveis com estas últimas<sup>28</sup>.

Antes de passar a algumas considerações sobre a relação entre etnia e classe e à imbricação das concomitantes formas de exclusão e desigualdade nesta base, procurarei, de modo sintético, expor as principais (pseudo)teorias sobre o racismo, que, ao longo da história sobretudo contemporânea, se têm perfilado ou têm sido avançadas.

#### 4. DISCRIMINAÇÃO, ETNICIDADE E RACISMO: ALGUMAS (PSEUDO)TEORIAS

O conceito de discriminação, enquanto termo derivado de *discriminare*, significa diferenciar, valorar diferenciadamente, seja num sentido positivo, seja num sentido negativo, dando assim lugar respectivamente à discriminação positiva e à discriminação negativa. À excepção de situações de discriminação positiva em que determinados grupos-alvo (vg. negros nos Estados Unidos, o sexo feminino face à dominância masculina) são objecto de tratamento positivo e favorável, de modo a compensar situações anteriores de exclusão ou desvantagem, as percepções, avaliações e práticas negativas traduzem situações de discriminação negativa com prejuízo para os respectivos grupos discriminados.

Tal como referimos, embora as formas de racismo biológico e “cultural” coexistam e se reforcem mutuamente, os ideólogos do racismo cada vez mais se escudam no racismo institucional, advogando a intervenção institucional-estatal como instrumento necessário para alegadamente combater a ameaça dos fundamentalismos religiosos islâmicos e outros. A substituição do princípio ilegítimo das hierarquias ráticas pelo princípio mais subtil das diferenças culturais fornece um reconfortante alimento ideológico adicional com o intuito da exclusão e discriminação racial-étnica. É com esta nova forma de racismo, com forte componente xenófoba, que hoje o mundo e, em especial, a Europa se defronta. E para ela convergem não só a posição precária de grupos brancos desfavorecidos e excluídos como a ideologia e a política dos conservadores arautos dum nacionalismo

(28) Cf. Guimarães 2008: 65 ss. De resto, nesta linha de pensamento surgiram também similares abordagens em relação ao conceito de género e das relações sexistas e o conceito de classe, havendo mesmo autores que estabelecem o cruzamento ou intersecção dos conceitos de raça e/ou etnia, género e classe (cf. A. Davis 1983, Brah 2000, Collins 2000, Omi e Winant 2002, Essed 2002, Stolcke 2008).

estreito, defensivo e populista, a que crescem, por outro lado, práticas de aculturação por parte duma certa elite republicana e laica mas intolerante perante aquilo que considera “anacrónico”, “retrógrado”, “irracional” (por exemplo, a proibição, em França, do uso do véu por moças árabes nas escolas francesas).

Independentemente das formas em que se manifesta, o racismo institucional representa um dos maiores obstáculos à concretização de um tratamento de equidade, sendo não raro um dos factores co-estruturantes das manifestações de discriminação e racismo. Para além das formas de racismo presentes em relações quotidianas entre indivíduos e comunidades, a desresponsabilidade institucional, caracterizada pela inércia e pela relaxação dos seus responsáveis, afigura-se como factor coadjuvante das formas de discriminação e racismo na vida quotidiana, seja sob formas mais brutais e flagrantes, seja sob formas mais subtis, para utilizar a distinção conceptual de Petigrew e Meertens (1995) e, em Portugal, Vala *et al.* (1999), Silva e Pinto (2004) e Cabecinhas (2007). Porém, quais as principais teorias que, ao longo da história sobretudo contemporânea, se têm perfilado ou têm sido avançadas para explicar o racismo?

A este respeito e seguindo de perto Bader (2008) mas incorporando contributos de Banton (1967, 1979), Van Berghe (1967) e Rex (1970), não obstante as variantes e, por vezes, consideráveis diferenças internas, as referidas teorias poder-se-ão subsumir em quatro grandes tipos: (i) as teorias biológico-genéticas; (ii) teorias etológicas e socio-biológicas; (iii) algumas teorias psicológicas; (iv) as teorias sociológicas. Após uma breve síntese das três primeiras, destacarei em rubrica específica, atendendo ao realce dado à dimensão histórica e socio-antropológica, os diversos olhares socio-antropológicos sobre as relações raciais e étnicas.

### **(i) as “teorias” biológico-genéticas**

Desde o século XVIII e sobretudo de meados do século XIX e, mais ainda desde os anos vinte do século XX, os defensores das teorias biológico-genéticas do racismo como Gobineau (1940) afirmavam a necessidade de preservar a pureza e a hierarquização das raças, para o que se tornava imperativo estabelecer uma demarcação, uma vez que a mistura de raças seria um sinal de decadência. Por isso, os factores determinantes das desigualdades humanas e, em particular, o aparecimento e o desenvolvimento do racismo seriam “explicados” a partir do que é dado como “natural” ou assente na «natureza», ou seja, com base em factores de ordem biológica e genética.

Inicialmente influenciados pelo debate acerca da origem das espécies e da pré-história do mundo e pelo conhecimento incipiente sobre os modos de vida dos povos não europeus, os arautos desta posição apoiam-se nas teses social-darwinistas, as quais pretendem fornecer uma explicação biológica das relações sociais, considerando que as características individuais são herdadas dos antepassados e não adquiridas por adaptação, pelo que as relações raciais estão para lá da possibilidade de influência por parte do Homem. Assim, os

defensores desta “teoria” consideram que as variações nos comportamentos e na constituição dos indivíduos são uma expressão de diferentes tipos físico-biológicos permanentes que explicariam a diversidade das culturas e a superioridade dos europeus em geral e dos arianos em particular<sup>29</sup>.

Ainda que com um teor mais moderado, outros autores continuaram ocupados em classificar hierarquicamente as raças, atribuindo uma posição cimeira e superior às indo-europeias, uma intermédia às semitas ou chinesas e uma inferior às primitivas<sup>30</sup>. Para tentarem credibilizar-se cientificamente autores como Gall e Galton (*in* Wieviorka 1998: 23-24) procuraram, recorrendo às ciências naturais, demonstrar a existência de uma correlação entre a forma do crânio e a inteligência, propondo a depuração da espécie ou melhoria da “raça” pela eliminação das linhagens “fracas” e promoção das “saudáveis”. Foi neste quadro e ambiente que se processaram inúmeras pesquisas realizadas por «cientistas», médicos, fisiologistas e antropólogos, os quais se debruçaram em «meticulosos» estudos comparativos sobre crânios e ossadas humanas, nomeadamente sobre as dentações, os lábios o tamanho do nariz e diversos traços fenotípicos como a pigmentação e a cor da pele, o cabelo – tudo no intuito de «demonstrar» a superioridade de determinadas raças sobre outras.

As práticas racistas no contexto colonial, imperialista e sobretudo fascista-nazi designadamente na II guerra mundial procuraram legitimar-se na ideologia biologista e socialdarwinista, segundo a qual os genes seriam responsáveis pela pureza e pela hierarquização das raças humanas, justificando assim que umas fossem “naturalmente” superiores a outras<sup>31</sup>, colocando os brancos no topo e os negros na base da hierarquia racial<sup>32</sup> ou, no

(29) Neste sentido, a UNESCO (1973) convocou, em 1967, uma conferência de biólogos, de modo a esclarecer o conceito de «raça», tendo estes concluído que tal termo, quando correctamente utilizado, não tinha qualquer aplicação no domínio humano. Porém, o racismo continuava a proliferar, mesmo apesar de cientificamente falso em termos biológicos, pelo que se revelou necessário averiguar as razões desta persistência (Rex 1995: 283-284).

(30) A primeira classificação das raças deve-se a Lineu que, em função dos caracteres fenotípicos, distinguiu quatro “raças”: a americana, a africana, a asiática e a europeia. Posteriormente verificou-se um debate entre os poligenistas que atribuíam diferente origem a cada uma das raças e os mongenistas que consideravam as diversas raças como etapas duma única origem. Em qualquer das concepções persistia a ideia de raças ou etapas de raça inferiores e superiores ou desenvolvidas, em que a branca europeia situar-se-ia no topo. Para um desenvolvimento dos tópicos do dito racismo “biológico” ou “científico”, cf. Cunha (2000: 193 ss), Cabecinhas (2007: 28 ss).

(31) Também entre nós temos, por exemplo, autores preocupados em estudar os cérebros dos indígenas africanos e compará-los com os brancos europeus. O general Kaulza de Arriaga sustentava que os brancos nórdicos seriam as raças mais inteligentes e desenvolvidas, os latinos estaríamos numa posição intermédia e os negros seriam “estúpidos” e situar-se-iam na escala inferior das raças humanas.

(32) Cf., entre outros, Lévi-Strauss (1975), Fontette (1976), Banton (1979), Silva (2000). É de destacar, neste âmbito, uma passagem do discurso proferido por Lincoln em 14 de Agosto de 1862 relativo às relações entre os «americanos brancos» e os «negros»: «Vós e nós somos raças diferentes. Existe entre ambas uma diferença maior do que aquela que separa quaisquer outras duas raças. Pouco importa se isto é verdadeiro ou falso, mas o certo é que esta diferença física é uma grande desvantagem mútua, pois penso que muitos de vós sofrem enormemente ao viver entre nós, ao passo que os nossos sofrem com a vossa presença –.» (*in* Banton 1979: 11).

caso do anti-semitismo nazi, assumindo os judeus como uma “raça” incurável a eliminar. Bauman (2000: 212 ss) aponta o aparente paradoxo do racismo nazi combinando elementos pre-modernos e modernos na medida em que mobilizou sentimentos e receios anti-modernos e, por outro lado, advogou a implementação de objectivos de destruição e “solução final” do povo judeu, a qual foi levada a cabo através da aplicação de armas modernas como a “ciência”, a “engenharia social” e a máquina do aparelho estatal, vistas umas e outro como condições e instrumentos de realizar a “sociedade perfeita” do ponto de vista biológico e moral. Ou seja, contrariamente à concepção corrente de que o nazismo seria uma aberração na modernidade, Bauman (2000: 212 ss) sustenta que o holocausto nazi é um produto da modernidade<sup>33</sup>.

Tal como sublinha Todorov (2000: 65), as teorias racistas biogenéticas sustentam uma continuidade, interdependência entre os traços físicos e as características morais ou culturais ou, mais precisamente, que as diferenças físicas determinariam de modo rígido as diferenças culturais. Ainda seguindo Todorov (2000: 66-67), o racismo ou doutrina racista afirma (i) a acção do grupo sobre o indivíduo, ou seja, o comportamento individual depende organicamente dos traços “rácio-culturais” do grupo rático; (ii) a hierarquização única de valores e qualidades resultante da hierarquia das raças; (iii) a justificação da subordinação ou mesmo eliminação das raças inferiores em nome de juízo moral ou ideal político<sup>34</sup>.

### (ii) as teorias etológicas e sócio-biológicas

Alguns autores como Lorenz (1987), ocupados com a etologia numa linha socio-biológica defendem que, na base dos diferentes comportamentos e qualidades sociais, estariam ora os genes ou caracteres selectivos ora os instintos ou os coeficientes de inteligência ráticos. Embora não declaradamente racistas, estas teorias têm alimentado interpretações racistas ou têm sido mesmo apropriadas pelos ideólogos e activistas racistas.

(33) Bauman (2000: 214 ss) distingue racismo da heterofobia e do “inimigo contestatário”, na medida em que, enquanto a heterofobia exprime a antipatia, a aversão ou o ressentimento do autóctone para com o estrangeiro, como ameaça real ou imaginariamente sentida e o “inimigo contestatário” é a expressão de conflito de identidades perante uma colectividade que deve ser negada, separada e não reconhecida, o racismo nomeadamente nazi apresenta(va) uma racionalização ideológica, precedida e associada a uma estratégia política de *estranhamento* e tendente a construir, alegando argumentos médico-biológicos, sanitários e morais, uma “sociedade perfeita”, em que determinadas as categorias de humanos não podem ser aí incorporadas, mas expulsas e repelidas e, por fim, destruídas, exterminadas. Questionável e enviesada é, porém, a tese de Bauman (2000: 227) que faz radicar o fenómeno do holocausto nazi em certas características universais da civilização moderna na esteira do iluminismo.

(34) Todorov (2000: 66) interliga estas ideias com as veiculadas por Le Bon e sobretudo Taine que transpõe o conceito de raça físico-biológico para raça em termos culturais, enquanto “povo”, “nação”, “espírito das nações”, entidade supranacional, operando-se nesta transposição a continuidade entre racismo biológico e racismo cultural, englobando este os traços linguísticos, históricos e psicológicos. Para um olhar crítico sobre este tema, cf. também Barker (1981), Gilroy (2000), Nascimento e Thomaz 2008: 203, 220).

A translação destas ideias etologistas e naturalistas viria a “contaminar” quer alguns psicólogos como From (1977), quer alguns autores da Escola de Chicago, entre os quais Park (1952), o qual as retraduziu, embora não com intuítos racistas, na sua concepção bioecológica sobre as “áreas naturais” urbanas e sobre os processos de competição e conflitualidade, adaptação e assimilação, dominação e sucessão por parte dos habitantes urbanos. Esta linha de pensamento é aplicada por Park (2000: 106-111) relativamente às relações raciais através do que designa de formas de fricção, competição ou segregação portadoras de desequilíbrios e “desorganização social”, mas também, de modo organicista e eufemístico, de acomodação ou assimilação, biótica interdependência ou mesmo simbiose entre raças ou etnias (por exemplo, os ciganos no Ocidente).

Os pseudoargumentos na reemergência de movimentos racistas de ultradireita retomam um cariz biológico-genético, continuando ainda a afirmar que, embora não existam «raças» puras, os homens são inevitavelmente diferentes, procurando, como refere Memmi (1993), validar tal posição através de uma recente descoberta acerca das inegáveis diferenças reveladas pela análise do sangue humano, as quais, analisadas a nível dos indivíduos, são projectadas indevidamente a nível dos grupos humanos em termos rácicos. Estes movimentos de cariz racial procuram legitimar práticas segregacionistas, para o que, para além da ainda invocada dimensão biológica<sup>35</sup>, se tem ultimamente aduzido, seguindo Touraine (1995: 25-43), o argumento diferencialista, segundo o qual o racismo se define pela complementaridade entre a desigualdade (argumentos biológicos) e a diferença (argumentos culturais).

### (iii) algumas teorias psicológicas

Entre as teorias psicológicas, há que destacar, num primeiro momento, a posição de Le Bon (1980) que estabeleceu uma hierarquia psicologizante das «raças» – as superiores (indoeuropeias), as médias (chinesas e semitas) e as inferiores (primitivas), ora imbricando ora mesmo substituindo o conceito de raça física pelo de raça linguística, histórica e psicológica.

Ainda do ponto de vista psicológico, é clássica a posição de Dollard (1937) que, ao estudar as relações entre brancos e negros numa cidade do sul dos Estados Unidos, constata

(35) É de sublinhar a questão colocada por Mégret, enquanto segundo protagonista na hierarquia do *Front National*, partido de extrema direita francês, num colóquio sobre ecologia em 1991: «*Porquê batermo-nos pela preservação das espécies animais e aceitarmos ao mesmo tempo o princípio do desaparecimento das raças humanas pela mestiçagem generalizada?*» (in Cunha 1993: 3). As ideias etológicas de Lorenz contaminaram também certos psicólogos como From (1977: 22): «*Talvez o neoinstintivismo de Lorenz foi tão bem sucedido não porque os seus argumentos sejam fortes, mas porque as populações são sensíveis a eles... uma teoria que nos assegura que a violência provém da nossa natureza animal, dum incontrolável impulso para a agressão, isto é o melhor que podemos fazer, como assegura Lorenz*» (in Barker 2002: 85). Para desconstrução dos argumentos usados no racismo biológico, cf., entre outros, Memmi (1993: 20 ss).

que o preconceito dos brancos sobre os negros enquadra-se num processo de dominação destes por aqueles, atribuindo tais relações e comportamentos a atitudes de personalidade originadas pelo preconceito racial. Este é explicado pelo lado emocional inerente a certas disposições psíquicas, presentes em determinadas interacções humanas desde a socialização primária e sobretudo na psicodinâmica de frustração vivida na infância e/ou em posteriores fases da vida adulta, dando lugar a atitudes ora defensivas ora agressivas, cujo objectivo consiste em preservar as prerrogativas dos grupos maioritários (vg brancos em relação aos negros ou ciganos). Estes exprimem preconceitos como forma de obter ganhos económicos, sexuais e de prestígio nas interacções e para legitimar as eventuais agressões, quer através do medo do Outro (o que permite o fortalecimento do próprio face à recusa do Outro), quer através do interesse (justificando a agressão pela utilização quase mítica de uma diferença, verdadeira ou falsa).

Numa orientação sócio-psicológica, cruzando influências freudianas e a teoria crítica na sociologia, destacam-se ainda autores como Reich (1972), Horkheimer (1946) e Adorno *et al.* (1950) que explicam os síndromas ou comportamentos autoritários, autocráticos ou até nazis com base em certas teorias psicanalíticas, interpretando tais condutas como resultantes de sentimentos de frustração, dando lugar a «personalidades autoritárias». Estas seriam, em regra, conformistas e intolerantes, subservientes para os superiores e repressivos para os inferiores e, em relação aos judeus, mostrar-se-iam preconceituados. Tais tipos de personalidade ter-se-iam originado no processo psicodinâmico de socialização, no qual os pais, sendo rígidos e disciplinados, teriam negado ou privado os seus filhos de amor e afecto. A psicogénese da frustração gerar-se-ia pela negação ou privação de certos desejos, deslocando-se do agente causal para um outro objecto considerado o bode expiatório, neste caso, determinado grupo racial ou étnico. Os filhos, uma vez crescidos, tornar-se-iam incapazes de gerir situações difíceis, complicadas ou ambíguas, denotando preconceitos e estereótipos e adoptando atitudes rígidas, estereotipadas e tendencialmente racistas, nomeadamente face aos judeus e aos negros. Não obstante as limitações em termos estruturais para a explicação da discriminação racial, alguns dos seus elementos a nível da microdinâmica das interacções sociais têm a sua pertinência e utilidade.

Mais recentemente, também Schweisguth (1995: 129-136) analisa os comportamentos em termos psicossociológicos, apresentando uma reflexão sobre o sistema de valores. O autor, não obstante sublinhar como tónica dominante o individualismo de cariz material e consumista nas sociedades modernas, reconhece que o sistema de valores é transgredido em inúmeras situações, pois o nosso sistema de valores é-nos exterior e, como tal, está sujeito, como refere Tajfel (1978) a quatro tendências fundamentais aquando da sua interiorização, a saber: a categorização; a generalização; a valorização-desvalorização; e a identificação com o grupo.

Em abono da verdade e evitando generalizações, convém referir que as posições tradicionais de tipo individualista no campo da psicologia têm sido fortemente criticadas por psicólogos críticos nomeadamente psicólogos sociais como Tajfel (1978) e Turner (1978) e, em Portugal, por Amâncio (1994), Vala *et al.* (1999) e Cabecinhas (1987) que relevam a

auto e heterocategorização, as relações do endogrupo e do exogrupo mas sem perder de vista o contexto societal na explicação dos comportamentos, nomeadamente nas relações inter-étnicas.

#### **(iv) Etnicidade e racismo sob olhares sociológicos**

Os sociólogos, reagindo, em regra, às teorias biologistas e psicologistas sobre os pre-conceitos xenófobos ou mitos racistas, procuram explicar a existência do racismo em bases e orientações diferentes. Mas, a este respeito, não há, de modo algum, unanimidade argumentativa. Uma primeira linha conservadora advoga e apela a conceitos orgânicos constitutivos de determinada pertença étnica ou identidade cultural, presentes nas interacções “naturais” e espontâneas das comunidades primordiais, etnias culturais ou nacionais. Com esta interpretação se interliga uma outra que, sobretudo desde os anos sessenta, prefere fundamentar o racismo e a xenofobia a partir do factor cultural, ou seja, as pessoas seriam racistas porque possuiriam predisposições culturais diferentes, opostas ou mesmo até antagónicas.

##### **a) perspectiva funcionalista-culturalista**

Numa perspectiva funcionalista, designadamente durkheimiana (cf. Durkheim 1977), não é pensável uma sociedade igualitária e, como tal, qualquer sociedade é estratificada na medida em que a funções diferentes correspondem talentos, desempenhos e recompensas desiguais. A diferenciação de papéis não afecta o desejável funcionamento harmónico da sociedade através da criação e do reforço dos laços sociais, seja numa sociedade tradicional perpassada de solidariedade mecânica ou por similitude de normas e valores nomeadamente religiosos, seja na moderna sociedade imbuída de solidariedade orgânica assente na divisão social do trabalho. Em ambas a consciência colectiva, mais forte na primeira que na segunda, influencia e molda a consciência individual de cada um, sendo supeditada, segundo Silva (1998), a supremacia do factor normativo-cultural na sua expressão religiosa e moral como factor «superorgânico», amiúde associado a uma concepção ahistórica e mítica de cultura, para explicar o funcionamento da sociedade. É aliás a diminuição da densidade moral ou a divisão forçada do trabalho social que explicaria a anomia social, no caso em discussão a discriminação e o racismo. Ora, analisando as relações inter-étnicas numa perspectiva funcionalista, cada grupo étnico cumpriria a sua função e seria interdependente dos demais nas suas recíprocas relações no quadro duma hierarquia social estabelecida, devendo cada parte – maioria e minoria – desempenhar as suas respectivas e complementares funções e papéis complementares. Os indivíduos seriam apenas portadores de normas, valores e traços culturais inerentes à consciência colectiva de determinada sociedade (R. Cohen 1978)<sup>36</sup>.

(36) Convém assinalar que, se há teorias culturalistas de orientação funcionalista, nem todas as perspectivas que realçam o papel estruturante da cultura nas relações inter-étnicas são funcionalistas, tal como salientam Van den Berghe (1967) e Bader (2008).

### **b) a corrente (neo)weberiana**

No âmbito da Sociologia as questões raciais e étnicas foram relevadas por outros autores clássicos, sendo de destacar, em particular, Weber (1978) e Du Bois (1961) – que no início do século teria sustentado em tom aparentemente profético que o século XX seria, pela “linha da cor”, o século dos acontecimentos e conflitos interétnicos<sup>37</sup> –, continuando estas questões a manter uma enorme actualidade a nível local-regional, nacional e internacional.

Antes de mais, importa reter que o método weberiano centrado na compreensão e na explicação representa uma abordagem que parte, num primeiro momento, da perspectiva do outro, neste caso, não só dos membros da maioria autóctone, mas também dos membros das próprias minorias étnicas ou migrantes, relevando a múltipla variedade de significados atribuídos pelos diversos actores sociais, no caso em apreço, pelos grupos étnicos. Estes definem-se, segundo Weber (1978: 416), como «*grupos que alimentam uma crença subjectiva numa comunidade de origem, fundada (...) nas lembranças da colonização ou da imigração (...) sendo pouco importante se uma comunidade de sangue existe ou não objectivamente.*» Ou seja, na perspectiva weberiana, nos conceitos de etnia e etnicidade mais que os traços físico-biológicos – os quais até podem estar ausentes – conta mais a força da crença numa presumida identidade assente na origem e no sentimento de pertença e de vida em comum (*Gemeinsamkeitgefühl*), na acção colectiva e na comunidade política, independentemente da forma em que esta esteja organizada. Esta crença comum, traduzida na linguagem, no ritual, parentesco, modo ou estilo de vida comum, é, tal como refere Jenkins (2008: 10), mais efeito que causa, na medida em que é a acção colectiva que encoraja e reforça a identidade e a identificação étnica. Ora, o grupo étnico, na medida em que constitui uma forma especial de grupo estatutário, tende eventualmente ao fechamento social a que se refere Weber (1978: 43).

A concepção weberiana em torno da etnicidade é, de longe, a mais compreensiva em termos da formação do grupo e da identidade étnica e respectiva solidariedade, a qual se constrói na demarcação e no confronto com o diferente, o que comporta, não raro, fenómenos de exclusão social, processos de mobilização e resistência face a formas de dominação e poder, bem prenunciando diversos desenvolvimentos não só na sociologia sobre etnicidade, como na psicologia social que viria a desenvolver este tema sob a linguagem do contraste entre a «mesmidade» e a «alteridade», entre o «endogrupo» e o «exogrupo».

(37) “Povo de cor” ou de “linha de cor” são expressões “eufemísticas” orientadas pelo conceito analítico e nominalista de raça (Guimarães 2008: 76), não meramente descritivas, mas denotativas de um código (pós)colonial convencionado. Sobre a relevância teórico-prática das questões raciais e étnicas no século XX, cf. também Dennis (2003: 1ss). Em Weber este tema era tratado quando associado a outros conceitos como fechamento social, autoridade, poder, dominação (cf. também Liebersohn 1961, Lukes 1974, Parkin 1979, Stone 1992, Jenkins 2008). Igualmente o cientista social negro Stuart Hall (1993), considerando a diversidade de experiências sociais e identidades culturais, viria a convergir nesta ideia mas agora sobre o século XXI: «a capacidade de *viver com a diferença* é, no meu ponto de vista, a questão emergente do século XXI (Hall 1993: 361).

Na perspectiva weberiana são igualmente salientadas as relações de poder entre os respectivos grupos étnicos, as quais são decisivas, quer para a estabilidade e a manutenção do *statu quo*, quer para a alteração do mesmo e do poder relativo de cada uma das partes em contenda. Com efeito, a tripla dimensão da distribuição do poder, em termos weberianos, numa comunidade – a económica designada pela classe, a social pelo prestígio ou honra social (*status*) e a política pelo conceito de partido – apresenta também, em relação às questões raciais e étnicas, uma enorme relevância. Na análise destas estão imbricadas e presentes as diferenciações e desigualdades, quer no seio da designada maioria, quer no seio das minorias étnicas, quer ainda nas relações entre ambas<sup>38</sup>. Os três conceitos relevam e, não obstante a sua relativa autonomia, eles são interdependentes, o que se coaduna com a intermutabilidade ou convertibilidade de recursos (ou sua ausência) e, portanto, não são prescindíveis as três dimensões – económica, social e política –, o que nem sempre é tido em conta por autores neoweberianos.

Com efeito, se certos autores de orientação neoweberiana tendem a explicar o racismo a partir das relações assimétricas de estratificação, imbricando clivagem étnica e de classe nos campos económico e sobretudo político, alargando o conceito de racismo (cf. Rex 1970, 1986, 1988)<sup>39</sup>, outros, assumindo o conflito étnico como uma das expressões de fechamento social e conflitualidade social, têm como eixo explicativo nuclear e exclusivo as relações de poder (Parkin 1979), secundarizando o conceito de classe. Nesta perspectiva, a raça é vista ora como um caso especial de estratificação social ora de diferenciação estatutária, em que os grupos raciais e/ou étnicos são hierarquizados em termos de prestígio e poder. Sempre que a raça constitua uma base de segmentação e hierarquização social, estaremos perante um caso extremo de rigidez estatutária próxima da casta, com a agravante de constituir legitimação doutrinária para comportamentos racistas. Os preconceitos, os estereótipos, os processos de rotulagem e controlo social no campo das relações raciais seriam basicamente explicáveis a partir da dinâmica de competição e classificação estatutárias ou de estratificação social, às quais associar-se-iam determinados traços físicos. Porém, só quando se assume, como foi referido, que os traços físicos são estruturantes para compreender e explicar as qualidades intelectuais e/ou comportamentos sociais e morais, poder-se-á falar de racismo em sentido tradicional de cariz mais biológico, podendo todavia ocorrer que o racismo se involucre noutras concepções de cariz étnico-cultural.

(38) É de assinalar, a este respeito, a análise weberiana sobre hábitos étnicos de camponeses e assalariados germânicos *versus* os dos camponeses e assalariados polacos, respectivamente. No entanto, Weber (1978: 395 ss), não reificou nem, do ponto de vista heurístico e explicativo, isolou o conceito de etnicidade, apelando à necessidade de distinguir diferentes tipos de acções sociais “eticamente” orientadas.

(39) Rex e Tomlinson (1979: 275) chamam a atenção para a situação das minorias étnicas e dos emigrantes em situação de desvantagem – que, na esteira de Myrdal (1944), designam de subclasse – mesmo em relação à classe operária autóctone assalariada pelo facto de aqueles estarem excluídos da negociação e da participação em termos sindicais e políticos, assim como correlativas conquistas sociais (vg salários, emprego, educação e saúde).

O contributo seminal weberiano, em termos metodológicos e teóricos, não só constituiu ao tempo um avanço pioneiro sobre etnicidade e racismo, como inspirou outras abordagens subsequentes, nomeadamente na definição de conceitos (raça, etnia, nação e nacionalismo), na visão das relações de poder e de fechamento e exclusão social em torno do controlo de recursos e recompensas, nas interações e transacções sociais, reanalisadas por teóricos interaccionistas simbólicos (cf. Goffman 1981), transaccionalistas (cf. Barth 1969), etnometodologistas (cf. Garfinkel 1967) e fenomenologistas (cf. Schutz 1970), embora estes não tenham privilegiado a articulação das relações interétnicas com as dimensões políticas e económicas da perspectiva weberiana.

### ***c) De Simmel à Escola de Chicago e ao interaccionismo simbólico***

Ainda que não directamente focalizado sobre as relações raciais e interétnicas, é devida uma referência particular ao pensamento de Simmel (1987) na sua reflexão em torno das relações entre autóctones e estrangeiros ou forâneos, a qual, não sendo necessariamente sobre o fenómeno da discriminação racial ou étnica, contém elementos importantes para a sua compreensão e explicação. Com efeito, a forma como os autóctones se relacionam nas interações sociais com os estrangeiros ou forâneos é um critério nuclear para aferir o grau de fechamento ou de abertura dessa sociedade, também servindo como primeira abordagem para analisar as relações quotidianas entre diferentes grupos étnicos.

Nas primeiras décadas do século XX, uma época em que as questões raciais e étnicas estavam na ordem do dia, a Escola de Chicago assumiu-as, no quadro da enorme mobilidade de populações, como um dos principais focos de atenção – embora com uma preocupação mais descritiva e interpretativa que analítica e explicativa. Embora afastando-se do funcionalismo durkheimiano de cariz estruturalista, mas sofrendo as suas influências designadamente na distinção entre solidariedade mecânica e orgânica e na relevância da moral e da consciência colectiva, quer de Tonnies (1953) em torno do binómio comunidade – sociedade, quer sobretudo de Simmel (1987) na sua reflexão sobre o estrangeiro, como foi referido, Park (1952, 1987) distingue-se pela transferência do modelo bio-ecológico no mundo vegetal e animal para a sociedade, designadamente em meio urbano. Denotando aparentemente alguma convergência com o argumento social-darwinista, as intenções reformadoras e moralizadoras de Park (1952, 1987) reflectem alguma preocupação, paradoxalmente à boa maneira durkheimiana, face a um tecido urbano em desagregação, “desorganização” e “desmoralização” como o era ao tempo a cidade de Chicago com o aumento da população em 500.000 pessoas, sobretudo imigrantes originários da Europa. As tendências “naturalistas” induziram Park (2000: 109 ss) a interpretar as situações e relações raciais como fazendo parte de «processos históricos inelutáveis de integração dos povos» ou “partes integrais duma grande sociedade cosmopolita e livre”, remetendo alguns destes fenómenos para «mecanismos instintivos» de empatia ou antipatia entre raças, o que seria objecto de crítica de vários autores como Cox (1970: 322) e Lal (2003: 48 ss). Assim, para Park (1952, 1987) raça e etnia constituem bases de formação de grupos estatutários e as relações raciais na América são, enquanto fenómeno histórico, o

produto da expansão europeia. Mais, estas relações estabelecem-se entre pessoas conscientes das diferenças raciais, pelo que a ideia de «raça» criou conflito e distanciamento máximo entre os actores participantes nestas mesmas relações, os quais importa contrariar na base da compreensão e autocontrolo, comunicação e moralização mútuas. O preconceito racial é, para o autor, «*uma reacção de defesa, espontânea e mais ou menos instintiva, cujo efeito prático é restringir a competição livre entre as raças*» (in Banton 1979: 122). Esta interpretação não só negligencia os factores de ordem política e sobretudo económica no condicionamento da interacção social, o que se coaduna com o facto de autores da Escola de Chicago como Park (1987, 1950) e Wirth (1987) tratarem com superficialidade o tema, optarem pela análise dos grupos estatutários em substituição das classes sociais, menosprezarem a componente estrutural para explicar as designadas “áreas naturais” urbanas e as relações sociais de distanciamento, clivagem ou até de hostilidade entre grupos nomeadamente de carácter racial.

O interesse científico de diversos autores desde os finais do século XIX e sobretudo no início do século XX – em que relevam, como referimos, os contributos seminais de Simmel (1987) e sobretudo Weber (1978) e de Du Bois (1961) e, em menor medida, de Park (1952, 1987) – prolongam-se até meados do século XX. É de destacar, ainda em 1948, o contributo marcante de Hughes (1994: 91 ss), um outro autor da Escola de Chicago, o qual, lendo adequadamente a dimensão construcionista de inspiração weberiana, rejeita a explicação culturalista em torno da etnicidade, constata a separação entre grupos étnicos – em regra um maioritário e outro minoritário – e sublinha o carácter relacional entre ambos, enquanto partes integrantes de um todo. Porém, será o antropólogo nórdico Barth (1969) quem, na sua crítica à perspectiva estrutural-funcionalista, desenvolverá uma inovadora linha transaccionalista que, de modo equivalente ao interaccionismo simbólico na sociologia, potencia sobremaneira a compreensão e a explicação das relações inter-étnicas, nomeadamente num contexto micro e interactivo<sup>40</sup>. Com efeito, este autor não define os grupos étnicos por algum substrato cultural, mas pela organização das diferenças culturais e pela demarcação de fronteiras e respectivas formas sociais entre comunidades ou grupos étnicos, entre o “nós” e o “eles”, em que cada um dos grupos étnicos no seu processo de identificação partilha significados e, face aos outros, salienta as características percebidas e consideradas significativas ou emblemáticas, tal como refere Barth (1969: 10): «*os grupos étnicos são categorias de atribuição e identificação por parte dos próprios actores sociais*»<sup>41</sup>. Esta perspectiva evita não só a reificação da etnicidade como atributo

(40) Este filão analítico viria a ser desenvolvido por vários autores da corrente interaccionista e transaccionalista e outros mais recentes como Essed (2002), a qual, na esteira das concepções não só interaccionistas como doutras perspectivas críticas como a de Lefebvre (1977) e Heller (1984) no quadro da reprodução social, procura conceptualizar o racismo na vida quotidiana, relativo às práticas familiarizadas, recorrentes, sistemáticas na socialização do dia a dia.

(41) Embora a abordagem transaccionalista da identidade em Barth (1969) nomeadamente em relação à etnicidade seja considerado um marco fundamental de viragem na antropologia face às perspectivas cultural-estruturalistas, ela tem antecessores desde o clássico Weber (1978), passando por Leach (1954),

dos grupos étnicos minoritários como, tal como refere Jenkins (2008: 15), corrige o senso comum de que o processo de identificação étnica é um fenómeno que apenas diz respeito aos outros, às minorias étnicas e não a todos, quando de facto estão relacionados todos os indivíduos incluindo certamente os do grupo étnico maioritário. Todavia, ainda segundo Jenkins (2008: 48), falar de ubiquidade do fenómeno étnico não significa naturalizá-lo de modo fixista e invariável, estando, pelo contrário, sujeito a mudanças por factores externos e internos aos processos sociais.

Na sequência e no quadro do contributo da Escola de Chicago torna-se incontornável a referência aos contributos do interaccionismo simbólico, cujos fundadores, sobretudo Mead (1934), vieram mostrar como os indivíduos, sendo influenciados e mesmo condicionados pela sociedade ou, mais especificamente, pelas imagens e representações dos outros (*Generalized Other*) que marcam o «eu» socializado (*Me*), são igualmente seres activos, criativos que moldam a própria sociedade, ou seja, cada indivíduo é um ser idiosincrático, activo (*I*), cruzando-se assim a definição externa com a definição interna. Será, porém, Goffman (1981, 1988) que, no tocante aos processos de identidade, designadamente étnica, mais luz dará sobre os processos de definição de validação do *self* como performativo e, perante os outros, sobre as categorizações sociais e, em particular, sobre os preconceitos, os estereótipos e os processos de rotulagem que, embora aplicados à interacção entre diversos grupos e categorias sociais, se aplica mormente às relações inter-étnicas. Neste quadro assume uma particular centralidade o conceito de estigma, enquanto «*atributo que lança um descrédito profundo, uma marca social que rotula e estigmatiza o indivíduo desviante*» (1988: 113). O estigma advém da discrepância entre a identidade virtual – o conjunto de atributos esperados ou imputáveis a determinado indivíduo considerado normal – e a identidade real constituída pelos atributos efectivamente

até outros coevos com base noutros conceitos como o de “rede” em Barnes (1954), o de “não-grupo” em Boissevain (1968) ou “quase grupo” em Dahrendorf (1959) ou Mayer (1968). Mas teve também seguidores tais como Wallman (1979), Vermeulen e Govers (1994) – os quais, embora na esteira barthiana, pretendem superá-la numa direcção mais social-construcionista –, Jenkins (1996), Sansone (2008) e outros como Handelman (1977), ainda que com algumas críticas deste designadamente na confusão de conceitos como o de grupo com o de categoria social, a relação da identidade étnica com outros tipos de identidade (religiosa, de classe) e sobretudo a subestimação ou não-atenção às primordialidade das origens, ao parentesco e às condições situacionais e de poder (Verkuyten 1999) ou à articulação da identidade (étnica) com as relações de poder e o conceito de classe social (cf. Bader 2005). Ou seja, tal como sublinha Jenkins (2008), importa distinguir entre identificação de grupo, que se verifica no interior deste e mediante a fronteira étnica, e categorização social, que ocorre fora do grupo através da referida fronteira, distinção esta que Banton (1983) já apontara para distinguir conceptualmente etnicidade como identificação do “nós” e racismo como dominação e como categorização “deles”, “dos outros”. Porém, segundo Jenkins (2008: 170), não obstante a referida distinção, uma identificação de grupo, considerando a dialéctica das definições interna e externa na identificação étnica, não pode existir sem a categorização e vice-versa. Para outros, porém, como Brubaker (2002), os grupos étnicos não existem realmente mas tão só um ponto de vista, um sentido, imagem de grupo, em que os conflitos interétnicos são levados a cabo ou por indivíduos ou por organizações, abordagem esta que, contrariando evidências da realidade e o sentimento de pertença por parte dos grupos étnicos, peca por uma espécie de nominalismo convencional alheado da realidade.

possuídos por determinado indivíduo. Entre os três tipos de estigma desenhados por Goffman (1988) é destacado, a par de outros dois (o de ordem física, o de personalidade ou carácter), o tribal, onde incorpora os estigmas relacionados com a raça, a nação e a religião. Sendo sobretudo este último susceptível de crítica pela seu eclecticismo e confusão conceptuais, não deixa de ser relevante que Goffman (1988) tenha dado especial atenção à desviância social, cujo conceito, seja no tocante aos negros africanos, seja sobretudo aos ciganos, enquanto não seguidores das normas e valores da maioria, apresenta uma relevância hermenêutica e explicativa. No estudo destes dois grupos minoritários face à maioria, não é possível entender as atitudes, práticas e representações dos primeiros considerados como forâneos, *outsiders* ou desviantes sem as correlativas atitudes e comportamentos dos estabelecidos, *insiders* ou normais. Ambos se situam na mesmo navio social e, perante processos de rotulagem e estigmatização, o grupo excluído ou marginalizado pode utilizar estratégias defensivas (disfarce, cobertura na medida do possível, adaptação aparente) ou assumir atitudes assertivas de distinção e revalorização da sua condição ou dos seus traços distintivos (negritude no caso dos negros, rebeldia transgressiva no caso dos ciganos).

Tal como referimos acima, ainda na viragem do século XIX para o século XX um autor incontornável na análise das questões raciais e étnicas, nomeadamente no preconceito racial, foi Du Bois (1961: 16 ss), o qual assinalou no seu livro *Souls of Black Folk* a presença da “dupla consciência” dos oprimidos, embora surpreendentemente viria, num segundo momento, a abandonar este conceito, sem deixar de sublinhar a necessidade de organização própria para a defesa dos seus interesses e objectivos de libertação<sup>42</sup>. O conceito de “dupla consciência”, eventualmente inspirado na psicologia e na literatura mas sociologicamente recontextualizado a partir da desigual posição estrutural entre brancos e negros, surge num contexto sócio-histórico em que, para além da guerra civil e do surgimento do movimento racista Ku Klux Klan, os afro-americanos acabavam de sair da escravatura, mas, contrariamente às vagas de imigrantes europeus, não tiveram acesso à terra e outros recursos, provocando fortes vínculos de dependência e sentimentos de dualidade e ambiguidade psico-social, enquanto negros e americanos. Ou seja, não se realizando como negros nem como cidadãos americanos, eram segregados e forçados a ocultarem as suas mágoas (*grievances*) e sofrimentos de oprimidos sem condições de soltar gritos de revolta numa sociedade dominada por brancos – os opressores. Dado o conceito não ser desenvolvido pelo próprio Du Bois (1961), que num segundo momento deixaria de utilizá-lo, como refere Dennis (2003: 17 ss), a “dupla consciência” implicava, num primeiro

(42) Partindo dum princípio de defesa da comunidade negra Du Bois (2000: 84) é claro no seu discurso e estratégia de mobilização política e organizações próprias em vários sectores (vg. empresarial, escolar, comunicacional, literário e artístico): «É nosso dever de conservar os nossos poderes físicos, os nossos desempenhos/ méritos/ esforços (*endowments*) intelectuais, os nossos ideais espirituais; como raça devemos lutar pela organização rática, pela solidariedade rática, pela unidade rática para a realização de uma humanidade mais ampla que reconheça livremente as diferenças nos homens, mas firmemente ataque a desigualdade nas suas oportunidades de desenvolvimento».

entendimento, um corte no próprio *self* dos afro-americanos negros, vendo-se a si pelo “olhar dos outros”, desembocando assim numa irreconciliável natureza como negro e como americano, numa dupla “alma”, “pensamento” e “ideal” num corpo negro: uma auto e hetero-imagem sobre si próprio, uma situação indiciadora de um dilema de identidade étnica dividida (*splits*). Um segundo entendimento remetia a angústia para o “preconceito rácico” dominante em que as várias camadas sociais negras, quais párias, eram excluídas da sociedade americana envolvente, a que se contrapunha um sentimento de comunidade racial negra unificada com base na criação de instituições próprias (clubes, associações, igrejas), em suma, dois mundos sociais com enorme diferencial de poder entre eles em termos económicos, educacionais e políticos.

Com efeito, as descrições e análises dos autores referidos imbricavam-se num contexto social e político caracterizado pelo declínio dos impérios (austro-húngaro, czarista) e pela solidificação dos Estados-Nação, especialmente das nações e dos nacionalismos, por um lado e, por outro, por fenómenos associados tais como a divisão de nações (vg. a Irlanda), a segregação racial e étnica em diversos contextos, os genocídios (vg. na Turquia) e, sobretudo, o extermínio de judeus, ciganos e outras minorias no holocausto nazi. Não obstante as arrasadoras desconstruções em torno dos mitos sobre a superioridade de certas raças, nem por isso, porém, decresceu o problema das relações inter-étnicas, tendo sobretudo em conta a manutenção de situações de *apartheid* nos Estados Unidos e na África do Sul, reemergindo nos anos 60 e 70 o interesse pelos temas da etnicidade, nacionalismo e racismo. Nas últimas décadas do século XX e inícios do século XXI a ressurgência de clivagens e hostilidades, guerras civis e genocídios com real ou alegada base racial e étnica (Burundi, Ruanda, Bósnia) e outros crimes contra a humanidade fazem reavivar esta problemática e seus vários contornos.

Durante este longo percurso importa reter que importantes processos de descolonização e libertação colonial e que movimentos de direitos cívicos tiveram lugar, dando lugar a alguns compromissos tais como o obtido na questão entre o Canadá de fala inglesa e o Quebec e, posteriormente, nos anos 80 a relativa transição pacífica no desmantelamento do *apartheid* na África do Sul sob Mandela.

#### ***d) a abordagem (neo)marxista***

Segundo a clássica abordagem marxista, a explicação das conflitualidades inter-étnicas assentam basicamente na divisão antagónica de classes coadjuvadas por factores de ordem política e sobretudo ideológica no sentido de criar a divisão interna das classes exploradas e oprimidas por clivagens raciais e étnicas, ocultando a contradição fundamental no seio das relações de produção e dominação capitalistas. Esta contradição coloca em posições diametralmente antagónicas os que detêm o controlo dos meios de produção – as várias fracções da burguesia – e os que estão deles privados – as várias fracções das classes trabalhadoras, produtoras de mais valias acumuladas em favor do capital, o que conduz à luta de classes como motor da história e como base das transformações da sociedade. No fundo seriam as contradições económicas, em que as classes dominantes teriam interesse na pró-

pria divisão inter-étnica não só porque encobre como desloca o centro de gravidade das próprias lutas sociais, criando divisões no seio das classes exploradas e oprimidas e proporcionando condições para o surgimento das expressões racistas e xenófobas (cf. Cox 1970, Castles & Kosak 1973; Miles 1986; Memmi 1993; Balibar e Wallerstein 1988). Importa todavia enquadrar e contextualizar os diversos contributos marxistas: enquanto Cox (1970) remete a explicação das “raças”, “relações raciais” e “preconceitos raciais” originados ao tempo dos primórdios do colonialismo nos finais do século XV e perpetuados até ao tempo do imperialismo no século XX no que designa “efeitos do processo de proletarização”<sup>43</sup>, Castles & Kosack (1973), mesmo convencendo na utilização destes conceitos mas sem os problematizar, rejeitam o paradigma dominante explicativo do racismo em torno das “relações raciais” e apontam que a imigração e a formação do estrato de emigrantes desprotegidos e discriminados deve-se à política económica e relações de classe no quadro do desigual desenvolvimento do capitalismo mundial. Já, porém, Miles (2000), ainda que seguindo *grosso modo* o raciocínio de Castles & Kosack, constata nestes autores a utilização do conceito de raça sem problematizar o racismo mas sobretudo critica o reducionismo simplista de Cox quando este pretende explicar os “preconceitos raciais” e o próprio racismo como uma variante do capitalismo nas Caraíbas e simples efeito de processo de proletarização, quando desde o século XV até à abolição da escravatura, não há processo de proletarização, no sentido marxista, mas relações laborais não livres (vg trabalho forçado nas plantações).

Sendo a dimensão económica a instância que condiciona a superestrutura jurídico-política e ideológica (cf. Marx 1971: 28-29)<sup>44</sup>, esta dimensão corporizada sobretudo no direito tem contudo uma relevância específica no controlo e na disseminação das ideias que representem a divisão das classes exploradas e oprimidas no sentido de reproduzir e reforçar a manutenção dos interesses das classes dominantes. Nesta óptica, como foi referido, o conceito de raça seria uma máscara ideológica e o racismo seria assim, segundo Miles (1986), uma espécie de fórmula mágica para esconder as relações de classe e «*para maximizar a nível mundial a acumulação do capital e minimizar os custos da produção e também os custos de perturbações políticas*» (cf. Lopes 1992: 346). O acento tónico na dimensão económica e, em particular, o conceito de classe perpassa a tese de que a diferenciação racial é um simples epifenómeno resultante da diferenciação de classe (Miles 1986) e que o capitalismo é o principal responsável pelo surgimento do preconceito racial que, enquanto fenómeno psicológico, é concebido por Cox (1970) como «*uma emoção*

(43) Com efeito, Cox (1970) esforça-se em distinguir do conceito de raça o conceito de casta para sustentar que as relações de dominação entre castas presentes na Índia não se verificam nos Estados Unidos e noutros países colonizados da América do Sul, onde os primeiros colonizadores portugueses e castelhanos e subsequentes, não obstante os protestos de Bartolomeu de las Casas, iniciaram a exploração assente na escravidão dos povos indígenas, acompanhada e coadjuvada pela “conversão à fé cristã”.

(44) «Na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas (...). O modo de produção da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a consciência» (Marx 1971: 28, 29).

*complexa que se manifesta numa atitude positiva de superioridade e de dominação brancas e numa reacção adaptativa das pessoas de cor»* (cf. também Banton 1979: 149), sobrestimando desta forma a integração do sistema capitalista, ao mesmo tempo que subestima o papel do político e das crenças no processo social.

## 5. CONFRONTO E BALANÇO CRÍTICO

Na hora de fazer um balanço sobre o fenómeno e as (pseudo)teorias sobre o racismo será adequado ter presente que o racismo apresenta facetas diversas captadas por diversos olhares e ciências, que importa articular. Assim, enquanto tradicionalmente os psicólogos destacam os preconceitos e estereótipos, os economistas sublinham o lado perturbador da razão económica, os filósofos, historiadores, sociólogos ou politólogos ocupam-se das formas de teorização, justificação ou legitimação ideológica.

A construção de estereótipos e a procura de bodes expiatórios, que amiúde ocorrem por falta de informação, quando acompanhados de emoções ou sentimentos de angústia e frustração, podem exprimir mecanismos psicológicos de deslocação ou projecção de medos, hostilidades e frustrações sobre determinadas pessoas quando, na realidade, estas não são as verdadeiras causas do mal-estar: sem negar eventuais contrastes sociais e culturais interétnicos, é basicamente o sistema capitalista que, em maior ou menor grau, tem criado, ao longo da sua existência, um exército de desempregados, encorajando inclusive a vinda de estrangeiros para baixar o preço dos salários dos trabalhadores autóctones.

Por sua vez, também as pessoas vítimas de discriminação tendem a interpretar todas as acções dos membros não pertencentes ao seu grupo ou minoria étnica como racista, quando na realidade se poderá tratar simplesmente de uma relação de exploração, de opressão ou exclusão social que aliás afecta também membros brancos de classes desfavorecidas. Portanto, é preciso não confundir grupo racial que se caracteriza por traços físicos entendidos como herdados e imutáveis e grupo étnico definido por um conjunto de características sociais e culturais específicas aprendidas (origem, língua, religião, cultura, hábitos e estilos de via). Isto obriga-nos a «não meter no mesmo saco» situações diferenciadas como a dos aborígenes, a dos negros na América, a dos católicos da Irlanda do Norte, a dos bascos na Espanha ou ainda a dos emigrantes africanos em Portugal.

Por isso, todas as formas de classificação racial e de racismo, mais biológico ou mais cultural, são formas sociais, cultural e historicamente construídas por certos grupos dominantes que pretendem instaurar e expandir o seu domínio apelando aos sentimentos da sua pretensa raça ou etnia. As teorias biológicas tendem a naturalizar os preconceitos ou categorias racistas como algo ontológico e resultante da natureza biológica dos seres humanos e, como tal, justificáveis, tal como o referem Dias *et al.* (1997: 142):

*«O racismo edifica-se como um conjunto axiológico de falsas ideias sobre diferenças sociais e culturais pressupostamente necessárias que derivam de diferenças genéti-*

*cas igualmente pressupostas, com a finalidade de legitimar projectos reais de exclusão e subordinação».*

Também para o modelo sócio-biológico a identidade dos grupos e a definição do outro ou do estranho é feita na base genética/ou instintiva, o que não tem qualquer validade científica<sup>45</sup>. Quer na versão mais estritamente biológica, quer na sócio-biológica, a discriminação e a opressão racistas são naturalizadas e legitimadas com base em factores biológicos, as quais desembocam em divisas ou ideologias racistas, desconstrução esta levada a cabo por autores tais como Memmi (1993) e Miles (1989) que rebatem a ideia da fixidez, imutabilidade e essencialização das raças e, em particular, a ideologia racista de inferiorização ou barbarização das outras raças diferentes da própria.

As teorias biogenéticas, não obstante conhecerem algumas metamorfoses ou variantes, deixando de fundamentar-se em certos traços fenotípicos para se basear em conclusões de estudos sobre esqueletos e crânios, têm cada vez menor ou até nula credibilidade<sup>46</sup>. O biológico não pode apresentar uma base credível que justifique atitudes racistas ou discriminatórias, do mesmo modo que diferenças fenotípicas sexuais tão pouco poderão justificar a subalternização ou inferiorização da mulher por parte do homem.

Não obstante as diversas elaborações teóricas de desmontagem dos preconceitos e pseudo argumentos racistas, o certo é que o racismo persiste e a ciência, ainda que não dependente apenas dela própria, tem sido impotente no sentido de erradicá-lo, o que, segundo Memmi (1993), explicar-se-ia pelo facto de que o racismo não é uma teoria, mas uma pseudo-teoria que ultrapassa o nível da razão. Para o autor o racismo é uma experiência vivida e partilhada por dominantes e dominados, a partir da qual se forma uma projecção mítica e racionalizante dificilmente combatível, pois uma experiência socializada como o são as práticas do racismo não se refuta como um discurso ou um argumento – o

(45) Tal como o têm evidenciado diversas declarações dos próprios biólogos e suas organizações (por exemplo, na sequência de conferências de especialistas convocados pela Unesco em 1951 e 1964, as quais não suportam as concepções popularizadas do senso comum (cf. Rex 2000: 120). Tal como observa Todorov (2000: 65), sendo possível produzir “mapas de raças” se tivermos em conta as características genéticas, a composição sanguínea, o sistema de esqueletos e a epiderme, podemos encontrar diferenças entre indivíduos mas não entre grupos raciais, dado o recorrente fenómeno da mistura entre estes (cf. também Du Bois 2000: 80 e Rex 2000: 121). Rebatendo a tendência de reificação de etnicidade, Baumann e Sunier (1995), baseando-se em texto weberiano, advogam a de-essencialização do conceito.

(46) Embora ainda persistam hoje elementos do racismo biológico. Se ainda em 1956 Shockley, Prémio Nobel de Física, advogava a esterilização dos negros para conter ou evitar a transmissão de genes inferiores, mais espantoso é que em 1994 Hernstein e Murray na sua obra *The Bell Curve: The Intelligence and Class Structure in American Life* defendam a superioridade dos brancos sobre os negros (in Wiewiorka 1998: 29). Com efeito, o biológico nunca poderá constituir qualquer base credível para justificar atitudes racistas ou discriminatórias. O mesmo poder-se-ia dizer em torno das diferenças sexuais. O facto de o homem e a mulher possuírem fenótipos sexuais diferentes poderá alguma vez justificar a subordinação da mulher ao homem? De modo algum. No entanto, também neste campo o biológico é, por vezes, invocado para justificar a desigualdade ou a discriminação sexual e outras construções, representações ou até preconceitos dos homens e das instituições para manter a mulher em casa, infligir-lhe maus tratos ou discriminá-la no acesso ao emprego (Amâncio 1993a, 1994, Bourdieu 1998).

racismo só o é exactamente num dado contexto histórico, social e cultural. Assim, o racismo consiste em realçar as diferenças constatadas, valorizando-as em favor do acusador que, desta forma, tira dividendos dos processos de estigmatização.

O modelo socio-psicológico dominante pretende explicar as condutas racistas em bases cognitivas e emocionais ou de necessidade psicológica e ocupa-se em detectar as razões do preconceito e do estereótipo. Algumas teorias psicológicas destacam respectivamente os processos cognitivos e os padrões normativos na interacção, os quais, se por norma estão presentes nas relações raciais, também o estão noutros tipos de relações tais como as de género (cf. Amâncio 1994) e são influenciados por ideologias dominantes. Os sociólogos da Escola de Francoforte, ao incorporarem o factor personalidade em contextos sociais e históricos, concebem que a própria psicopatologia do racismo deverá ser articulada com factores de ordem social, o que não permite reduzir o racismo ao factor personalidade. As teorias psicológicas centradas apenas na personalidade esquecem, porém não só os contextos socio-históricos, económicos e políticos mas sobretudo enveredam, ora por explicações situacionais nas interacções de pequenos grupos (endogrupos/exogrupos), ora, mais frequentemente, por uma linha individualizante como se as atitudes racistas fossem atributos de certos indivíduos ou uma simples questão de desajustamentos e irracionalidades da personalidade, de frustrações ou patologias do indivíduo, visões estas que têm sido fortemente criticadas por certos cientistas sociais (Van den Berghe 1967) e inclusivamente por psicólogos sociais como Tajfel (1983), Taguieff (1987) e Amâncio (1994) ou teóricos da comunicação como Van Dijk (1987). O racismo pode ser sintomático de problemas psicológicos nalgumas pessoas, mas o preconceito racial não é consequência de doença psicológica, mas antes uma espécie de racionalização para determinado comportamento racista ou racizante. A este respeito Bauman (2000: 213 ss), começando por expor os três níveis de racismo segundo Taguieff – o primário expresso no ressentimento face ao forâneo ou estrangeiro, o secundário como justificação lógica do ressentimento, dando lugar à heterofobia e ao etnocentrismo, e o terciário como mistificador sob alegadas razões biológicas – acaba por demarcar-se deste entendimento, evidenciando que o racismo não pode ser confundido nem com o ressentimento ao estrangeiro nem com a heterofobia, etnocentrismo ou mesmo inimizade contestatária, mas é «primeiro, uma política e, segundo, uma ideologia, a qual, enquanto política, necessita organização, gestão e peritos», visando a expulsão ou a eliminação dos elementos imperfeitos e doentes, porque corrosivos do corpo são.

Quanto às explicações sociológicas do racismo, se a linha conservadora constitui não raro uma justificação das respectivas etnias ou grupos dominantes, a orientação liberal circunscreve-se à igualdade de tratamento nos aspectos jurídico-legais sem pretender aprofundar as raízes económico-sociais e mesmo político-ideológicas e culturais de racismo, o qual seria assim resultante da insuficiente adequação jurídico-política ou, em termos micro-sociais, apenas derivado de diferenciadas relações face a face<sup>47</sup>. Por outro lado,

(47) No campo sociológico a abordagem culturalista de cariz funcionalista, assumindo a cultura como um elemento-chave explicativo dos comportamentos, foi advogada durante décadas, nomeadamente até

interpretar o racismo apenas a partir das relações de poder e dominação, tal como advogam os teóricos do poder (Foucault 1979) ou simplesmente a partir das relações de exploração económica pressuporia um conceito tão amplo de racismo que este perderia a sua especificidade e diluir-se-ia respectivamente na questão social da exploração económica e ou da dominação política, quando o certo é que se verificam situações de exploração e opressão, sem que sejam necessariamente racistas; e, vice-versa, ocorrem situações de discriminação e práticas racistas sem haver exploração económica, o que obriga a abandonar a concepção reducionista de raça ou etnia ao conceito de classe ou ao conceito de poder.

As relações raciais e étnicas são hoje concebidas não como o resultado de qualidades biológicas, mas como resultantes de diversos factores em que pontifica o modo como os grupos e indivíduos se (auto)definem e percebem como semelhantes e se demarcam de outros, processo este em que intervêm diversos factores, como veremos já de seguida. Com efeito, nas últimas décadas tem-se verificado uma considerável mudança. Assim, se nos anos trinta e quarenta do século XX o racismo se identificava como uma doutrina de cariz essencialista que proclamava a determinação da «raça» pela cultura<sup>48</sup>, nos anos cinquenta e mesmo sessenta alguns cientistas, sobretudo de inspiração transaccionalista e interaccionista, incidiram os seus esforços no estudo das relações interpessoais, negligenciando todavia os aspectos macrossociológicos dos conflitos raciais. Por outro lado, também nos anos sessenta e setenta vem a ser desenvolvidas concepções que levam em linha de conta não só o respectivo contexto interpessoal, mas sobretudo as condicionantes económicas, sociais e psicológicas, nas quais as categorias raciais estavam imbricadas (Banton 1979).

O racismo assume várias tipos e formas, sendo de relevar a distinção entre «racismo flagrante» e «racismo subtil» (Petigrew e Meertens 1995, Vala *et al.* 1999): enquanto o primeiro apresenta-se brutal, próximo e directo, em completa violação das regras e práticas democráticas e, como tal, inaceitável, o segundo involucra-se de modo mais frio e distante, discreto e refinado, mas nem por isso menos reprovável em termos de democracia e cidadania. Enquanto o tradicional preconceito flagrante exprime a liminar rejeição, em termos quase biológicos e epidérmicos, do exogrupo e qualquer relação de convívio e intimidade interpessoal, percepcionando mesmo os membros do exogrupo como uma ameaça, o preconceito subtil releva a não conformidade do exogrupo com valores e normas vigentes (vg. em torno do trabalho), salienta aos contrastes culturais entre o endogrupo e o exogrupo e tão pouco denota emoções positivas face ao exogrupo, assumindo contudo formas mais veladas e/ou sofisticadas, em que as metamorfoses e as variantes não retiram gravidade às diversas manifestações práticas. À insistência nas diferenças culturais subjaz amiúde o implícito ideológico da distintividade e superioridade social do endogrupo face ao exogrupo, neste caso, ao grupo étnico minoritário, tal como o explicita adequadamente Vala *et al.* (1999: 148-151):

aos anos '70 e '80 do século XX pela corrente funcionalista, uma posição largamente criticada por vários autores tais como Gilroy (1991), Silva (1998), Pinho (2008: 13).

(48) Lévi-Strauss (1975) aborda as relações estabelecidas entre a «raça» e a cultura, demonstrando que existem mais culturas do que «raças», para além da diversidade das culturas humanas ser muito superior.

*«Dito de outra forma, quando dizemos que somos culturalmente diferentes, estamos a dizer que somos culturalmente superiores... Assim como a categorização dos grupos humanos a partir da ideia de «raça» tinha associada a ideia de superioridade do homem branco e era uma forma de manifestar a distintividade racial do endogrupo, assim também a categorização dos grupos humanos a partir da ideia de cultura poderá ter associada a ideia de superioridade cultural do endogrupo».*

Nas mais diversas formas, ora manifestas, ora latentes, o racismo exprime-se a vários níveis: um racismo político, em oposição a um racismo infrapolítico e disperso reflecte-se nas ideologias e doutrinas, nos preconceitos e nos estereótipos, na violência, na segregação e na discriminação (Wieviorka 1993: 58-60). Mesmo sem atender a formas extremas de violência e segregação sócio-espacial, a discriminação intergrupual pode ocorrer como pré-requisito mínimo, segundo Tajfel (1978, 1983) e Amâncio (1993) mediante o simples processo de categorização através do qual se valoriza a pertença ao endogrupo e, sem negar a identidade do exogrupo, se desvalorizam alguns dos respectivos traços e sobretudo não se valorizam traços positivos ou tendem a ver-se de modo homogéneo os membros do exogrupo, o que veio a ser comprovado também em vários estudos empíricos em Portugal, nomeadamente os de Vala *et al.* (1999) e Cabecinhas (2007).

Os países europeus, na sua grande maioria, têm, com efeito, desenvolvido esforços no sentido de debelar e combater o racismo flagrante, frontal e agressivo (o que, aliás, é consentâneo com o espírito da democracia), embora não só não tenham erradicado estas formas de racismo flagrante como sobretudo se mostram relativamente impotentes para minorar as formas de racismo subtil que se apresenta aparentemente sem contrariar as normas não-racistas, o qual, segundo recentes investigações na área da sociologia cognitiva, é

*«coerente e não se trata de um processo consciente com o objectivo de se apresentar aos outros dissimulando os próprios preconceitos, mas antes de um comportamento prudente que parece servir sobretudo a necessidade de se proteger contra a tomada de consciência das próprias convicções racistas» (Pettigrew e Meertens 1995: 127).*

A necessidade de distinção de dois tipos de racismo – flagrante e subtil – surge do desejo de compreender o paradoxo da persistência de fenómenos racistas em sociedades formalmente anti-racistas, tal como o mostram Pettigrew e Meertens (2003) ao comparar estas formas de racismo em vários países (Alemanha, Holanda, Inglaterra) e respectivas escalas de preconceito ora de um ora de outro tipo de racismo. Em Portugal, Vala *et al.* (1999), retomando a tipologia destes autores, analisam as várias configurações que o racismo pode transportar, considerando mais adequado falar em racismos, em vez de racismo. Diferente ou até contrariamente durante ou logo após a segunda guerra mundial, hoje e cada vez mais a preocupação dos estudiosos do fenómeno da discriminação e do racismo, sem ignorar as formas de racismo flagrantes ainda bem presentes nalguns meios sociais, desloca-se cada vez mais no sentido de descortinar e «revelar as suas formas menos evidentes e mais difundidas, formas essas que reproduzem atitudes racistas sem

*desafiar a norma social de indesejabilidade do racismo»* (Vala *et al.* 1999: 78). Ou seja, assumindo atitudes politicamente correctas na aparência e afirmando-se até pela aceitação da norma anti-racista, persistem, reproduzem-se e transmutam-se as formas de discriminação e racismo. Estas têm vindo a manifestar-se não tanto na atribuição de traços negativos ou estereótipos que afrontam o discurso correcto anti-racista e, como tal, seriam socialmente censuráveis, mas, tal como sustentam Haddock e Smith (*in* Vala *et al.* 1999) sob formas veladas em que as emoções surgem como o preditor mais apropriado das atitudes discriminatórias face ao exogrupo, sejam eles imigrantes negros sejam eles ciganos.

Na dinâmica do preconceito racial encontramos, de acordo com Wieviorka (1992: 345 ss), duas lógicas analiticamente distintas – a lógica da inferiorização e a lógica da diferenciação, onde as vítimas do racismo são respectivamente aceitáveis desde que pouco visíveis e exploradas ou consideradas uma ameaça à homogeneidade e à pureza do corpo social. Na prática, estas lógicas fundem-se, pois enquanto a diferenciação, por si só, implicaria a ausência de contacto entre as diferentes culturas (e, como tal, inexistência de espaço concreto para comportamentos racistas), a inferiorização, em si, diluiria o racismo na questão social.

O debate em torno da relação entre racismo e modernidade está longe de reunir um consenso. Embora alguns autores, sobretudo de orientação estruturo-funcional, considerem que a modernidade, ao enfraquecer os particularismos, diluiria o racismo, a realidade dos factos tem levado um crescente número de cientistas sociais a apontar a sociedade moderna como o lugar do aparecimento do racismo na medida em que, ao destruir as relações de distância social e de hierarquia tradicionais, faz “explodir” os particularismos étnico-culturais e nacionalistas, não conseguindo garantir a integração de todos numa cultura alegadamente universalista. Touraine (1995: 25-43) chega mesmo a afirmar que o racismo é uma «doença social da modernidade» que se desenvolve quando a união da razão e da nação se quebra, pois a modernidade, ao não aceitar com facilidade a diferença, tende a transformá-la ou em desigualdade ou em exclusão, mercê do carácter inassimilável de alguns comportamentos sociais. Deste modo, o autor, para além de patologizar quase fatalmente o racismo, caracteriza-o como um fenómeno consubstancial da era moderna, o que exige alguma prudência, pois outras formas de racismo são constatáveis noutros tipos de sociedade não modernas. Neste sentido Wieviorka (1995: 10), sem deixar de indiciar uma associação entre o desenvolvimento do racismo e o nascimento da modernidade, alertamos, justamente, para o facto de o racismo aparentemente preexistir ao conceito de racismo moderno.

Independentemente da posição que se defenda neste debate e tendo consciência de que a interpretação e explicação do racismo continuam problemáticas e não haja obviamente a este respeito convergência, é unânime constatar a relevância dos fenómenos racista e xenófobo hoje. Wieviorka (1995: 368-369) atribui esta saliência a diversas condições e à sua desestruturação acumulada, a saber: (i) mudança social, com uma pós-industrialização cujos efeitos a destacar são a dualização socioeconómica e o seu corolário – a exclusão social; (ii) a impulsão das identidades; (iii) a crise do Estado-providência.

Segundo Bjorklund (*in* Seabra 1994), o Estado-providência não só teria politizado os vários domínios sociais e despertado a necessidade de organização e mobilização dos diversos grupos de interesse pelo reconhecimento dos seus direitos e obtenção de benefícios como teria criado um aparelho burocrático susceptível de amortecer a luta socio-política e institucionalizar os conflitos de classe através de um racionalismo pragmático. Paralelamente, o espírito universalista da cidadania «*enriquece a subjectividade e abre-lhe caminhos de auto-realização, mas, por outro lado, ao fazê-lo por via de direitos gerais e abstractos que reduzem a individualidade ao que nela há de universal, transforma os sujeitos em unidades iguais e intercambiáveis no interior de administrações burocráticas*» (Santos 1991: 141), pelo que os indivíduos, como reacção, querem pertencer a unidades mais pequenas e mais próximas.

O racismo exige, assim, uma análise a dois níveis – enquanto racialismo, ideologia ou doutrina relativa a hierarquias de raças e enquanto comportamento denotativo de desprezo ou ódio para com o outro diferente e considerado inferior (Todorov 2008: 65) ou, segundo Fontete (1976), racismo enquanto teoria/cognição e comportamento, sendo que para este autor ambos são orientados para valores contidos em ideologias, tal como o assinalaram, entre outros, Poulantzas (1974) e Oliveira (1976), pelo que as representações elaboradas sob a forma de ideologias racistas fixam-se sobre conjuntos de auto-concepções em contraste com a definição do Outro. Desta forma, o indivíduo, ao assumir determinada identidade, assume igualmente a ideologia do *statu quo* do sistema racial, construindo então uma visão do mundo consentânea e que lhe dá segurança.

Alguns conceitos, se isolados são insuficientes, mas, quando articulados, contribuem para compreender e explicar os conflitos étnicos: o etnocentrismo (Lévi-Strauss 1975), o pluralismo competitivo (cf. Van den Berghe 1967), o (auto)fechamento de grupo e o diferenciado grau de acesso sobre recursos e a presença de interesses, identidades, culturas, hábitos e estilos de vida específicos entre etnias, o papel do Estado como instância de controlo, dominação e, eventualmente reprodutor de categorias raciais, assim, como as organizações e lideranças emancipatórias e, por fim mas não menos importante, a ideologia de superioridade rática ou étnica para uns ou utopia de emancipação para outros (cf. Weber 1978, Bader e Benschop 1988, Wacquant 2001, Bader 2008, Silva 2009). Se o etnocentrismo, sobretudo quando reforçado pela existência de modos e estilos de vida diferentes, implica a tendência a interpretar e avaliar a cultura do estranho pela própria, o fechamento de grupo reenvia para estabelecimento de fronteiras que à partida excluam os estranhos (endogamia ou homogamia matrimonial, restrições de contacto, *ghettos*). Neste âmbito, a perspectiva eliana acerca da relação entre estabelecidos e forâneos torna-se aqui pertinente e relevante (Elias e Scotson 1969). Quanto ao controlo de recursos, o racismo pressupõe um desigual acesso e distribuição dos mesmos entre grupos étnicos e, em regra, o domínio político ou militar de um grupo étnico por outro para defesa de certos privilégios. Mas atentemos no pensamento original de Hall (1980) e seus seguidores.

Com efeito, Hall (1980), começando por confrontar o eixo explicativo em base económica (seja na teoria dual em torno da modernização, seja em torno da teoria da depen-

dência e do centro-periferia) com o eixo dito sociológico numa perspectiva socio-étnico-cultural, revisita o método marxista (materialista, histórico e dialético), reincorpora alguns avanços desenhados por Althusser (1965) em torno da “complexa unidade estruturada na dominância”, subscreve o pensamento original de Gramsci em torno do conceito de hegemonia e da ideologia incorporada nas materiais relações sociais através da “formação”, representações, mundividências e do binómio consenso-coerção do Estado, mas afasta-se da “causalidade estrutural” da perspectiva estruturalista e formalista althusseriana sobre o económico como “última instância”. Mais, avança uma hipótese de uma “hierarquia articulada” de diversas instâncias (o económico, o social, o político, o cultural) da formação social como um todo, em que os diversos níveis e contradições são assinalados não de modo apriorístico mas historicamente comprovados e apresentados, na sua complexidade e variabilidade, ao longo das diversas formações não só precapitalistas (vg. no sistema de plantações, colonização) como capitalistas (vg. migrações pós-coloniais). Nesta linha de pensamento, a fim de entender e explicar as várias formas e manifestações de racismo o económico é necessário mas não suficiente e, como tal, é afastado não só o reductionismo economicista de certo pensamento marxista tradicional, como tão pouco colhem concepções ideológicas assentes em “naturalizadas” categorias como raça, cor, origem étnica, e outras derivadas duma concepção metafísica assente na “natureza humana”, no “instinto” ou noutras características dadas como universais, ahistóricas ou transhistóricas. Tal como sintetizam Omi e Winant (2002: 135), «*um projecto racial é racista, se ele criar ou reproduzir estruturas de dominação baseadas em categorias essencialistas de raça*».

Na esteira de Hall (1980) e de outros investigadores como Gilroy (1990), Solomos e Back (2008), raça, racismo e política de raça são construções resultantes de relações sociais e políticas, conhecendo estes conceitos, numa posterior fase do seu pensamento, uma maior autonomia em relação ao conceito de classe. Todavia e por seu turno, a problematização em torno do racismo e da desigualdade étnica (como aliás a de género) obriga não a desvalorizar a perspectiva de classe, mas, como propõem Garnsey (1982), Benschop (1993) e Silva (2009) a uma reconceptualização do conceito e teoria das classes sociais.

Um similar raciocínio se pode desenvolver no que concerne a relação entre os conceitos de raça e/ou etnia e género, um tema desenvolvido pelas feministas negras, as quais, como referem Collins (2000: 404 ss), Hooks (2000: 373 ss) e Carby (2000: 389 ss), contrariam os posicionamentos lineares das feministas brancas em torno do patriarcado e evidenciam que a intersecção do género com etnia (e certamente a classe) estrutura de modo diferente as posições das mulheres afro-americanas nas suas respectivas comunidades e suas relações na sua vida quotidiana<sup>49</sup>.

No quadro do modelo pró-teórico de Bader (1995), partilhado por Silva (2000), diríamos que, não obstante a explicação de inspiração marxista apresentar maior consistência,

(49) Por isso, as mais recentes teorias em torno da interseccionalidade avançadas por feministas nos campos da psicologia social e da antropologia (Burguess-Proctor 2006, Stolcke 2006) têm precedentes no campo da sociologia nomeadamente numa perspectiva pluricausal weberiana.

ela é ainda insuficiente na medida em que não dá suficientemente conta de contextos que permitam compreender e explicar os comportamentos de base rracica e étnica e os fenômenos de discriminação e racismo nem avança para tal certos conceitos específicos. Num esforço de suprir esta insuficiência teórica sobre as relações interétnicas, Bader (2008: 45ss) propõe um modelo de compreensão e explicação do que designa de etnicidade complexa através de um processo de desagregação adequada dos diversos níveis, condições e fases da emergência dos grupos, movimentos e conflitos interétnicos e das formas de racismo, a saber, (i) contexto societal: tipo de estrutura social e seus processos contraditórios de transformações e oportunidades de acção externa (vg. colonialismo, modernização); (ii) situação de vida objectiva dos grupos étnicos (grau de presença/ausência de poder de disposição sobre recursos específicos, tipos de desigualdade posicional e adscritiva); (iii) estruturação de categorias ou grupos étnicos como actores colectivos; (iv) formação de grupos étnicos com cultura e *habitus* étnico, ora dominante, ora dominado; (v) actualização de potenciais grupos étnicos através de desenvolvimento de identidades étnicas estáveis e contrapostas; (vi) existência de interesses étnicos (materiais, legais, culturais e políticos) em termos objectivos e subjectivos; (vii) libertação cognitiva de narrativas naturalizadoras e ideológicas justificativas e correlativa construção de utopias étnicas; (viii) criação de redes e organizações e líderes capazes de mobilização e recrutamento; (ix) mobilização étnica de recursos de poder disponíveis; (x) oportunidades de acção externas (vg. aliados ou adversários); (xi) conflitos étnicos; (xii) consequências, intencionais e não intencionais, dos conflitos étnicos.

A tríade weberiana em torno da divisão do poder em termos de classe, estatuto e poder é um relevante ponto de partida, mas torna-se necessária, segundo Bader (2008), uma classificação diferenciada e sistemática de recursos e de vários tipos de desigualdade e de poder de modo a dar conta das formas de discriminação racial e dos factores explicativos do conflito interétnico e do racismo.

A linha de pensamento de Hall (1980), de Omi e Winant (2002) e o sintetizado modelo de Bader (1995) potenciam a explicação em torno do racismo, assim como a ausência ou o grau de presença de conflitos raciais e étnicos, permitindo-nos articular os diversos factores que influenciam, possibilitam ou impedem a eclosão de conflitos interétnicos.

## BIBLIOGRAFIA

- ABOU, Selim (1990), *Identité culturelle. Relations interethniques et problèmes d'acculturation*, Paris: Anthropos.
- ADORNO, Theodor, FRENKEL-BRUNSWICK, E., LEVINSON, D. J. e SANFORD, R. N. (1950), *The Authoritarian Personality*, Nova Iorque: Harper & Row.
- ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max (1986), *The Dialectic of Enlightenment*, Londres: Verso.
- ALEXANDRE, Valentim (1999), «O Império e a ideia de raça (séculos XIX e XX)» in J. Vala (org.), *Novos racismos: Perspectivas Comparativas*, Oeiras, Celta, pp. 133-144
- ALLPORT, G. W. et al. (1954/1979), *The Nature of Prejudice*, Cambridge: MA: Addison-Wesley.

- ALMEIDA, João Ferreira de *et al.* (1992), *Exclusão social. Factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.
- AMÂNCIO, Lígia (1993), «Identidade social e relações intergrupais» in J. Vala, M. B. Monteiro (orgs.), *Psicologia Social*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 287-307.
- AMÂNCIO, Lígia (1993a), «Género – representações e identidades» in *Sociologia – Problemas e Práticas*, 14: 127-140.
- AMÂNCIO, Lígia (1994), *Masculino e Feminino. A construção social da diferença*, Porto: Edições Afrontamento.
- ARAÚJO, Henrique, SANTOS, Paula, SEIXAS, Paulo (orgs.) (1998), *Nós e os Outros, a exclusão em Portugal e na Europa*, Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.
- ARISTÓTELES (s.d./1997), *Tratado da Política*, Mem Martins: Europa-América.
- AVRUCH, Kevin (2003), «Culture and Ethnic Conflict in the New World Disorder» in J. Stone e R. Dennis (orgs.), *Race and Ethnicity. Comparative and Theoretical Approaches*, Malden, Oxford: Blackwell Publishing, pp. 72-82.
- AURÉLIO, Diogo Pires (1996), «Razões de Sobre» in *Diário de Notícias*, 08/09/96: 6.
- AUZIAS (2001 [1995]), *Os ciganos. Ou o destino selvagem dos Roms do Leste*, Lisboa: Antígona.
- BADER, Veit-Michael (1995) «Citizenship and Exclusion. Radical Democracy, Community and Justice. What is wrong with communitarianism?», *Political Theory*, 23: 2: 211-246.
- BADER, Veit (1985), «Nieuw racisme of neo-nationalisme?», *Komma*, 5, 1: 109-142.
- BADER, Veit (1993), «Citizenship and Exclusion» in *Citizenship and Local Justice*, Amsterdão.
- BADER, Veit-Michael (1994b), «Ethnizität, Rassismus and Klassen. PostMarxism and Beyond» in V. M. Bader, A. Benschop, M. Kratke, W. V. Treeck, (orgs.) *Jenseits van Klasse und Stand? Argument-Sonderband*, Berlin.
- BADER, Veit (1995), *Rassismus, Ethnizität, Bürgerschaft. Soziologische und Philosophische Überlegungen*. Munster: Westfälisches Dampfboot.
- BADER, Veit [2008(1995)], *Racismo, Etnicidade, Cidadania. Reflexões sociológicas e filosóficas*, Porto: Afrontamento.
- BADER, Veit (2005), «Etnicidade e classe: um exercício para um mapeamento proteórico», *Configurações*, vol. 1, n.º 1: 15-38.
- BADER, Veit e BENSCHOP, Albert (1988), *Ongelijkheid*, Groningen: Wolters Noordhoff.
- BALIBAR, Étienne (1995), «Racismo e nacionalismo: uma lógica do excesso» in M. Wiewiorka (org.), *Racismo e modernidade: Actas do Colóquio «Três Dias sobre o Racismo»*, Venda Nova: Bertrand.
- BALIBAR, Étienne e WALLERSTEIN, Immanuel (1988), *Race, Nation, Classe: Les identités ambiguës*, Paris: La Découverte.
- BANTON, Michael (1967), *Race Relations*, Nova Iorque: Basic Books.
- BANTON, Michael (1979), *A ideia de raça*, Lisboa: Edições 70.
- BANTON, Michael (1983), *Racial and Ethnical Competition*, Cambridge: Cambridge University Press.
- BANTON, Michael (2000), «The idiom of race. A critique of presentism» in L. Back e J. Solomos (orgs.), *Theories of Race and Racism*, Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 51-63.
- BARNES, J. A. (1954), «Class and committees in a Norwegian island parish» in *Human Relations*, 7: 39-58.
- BARKER, Martin (1981), *The new racism: conservatives and the ideology of the tribe*, Frederick: Aletheia.
- BARKER, Martin (2002), «The Problems with Racism» in Ph. Essed e D. T. Goldberg (orgs.), *Race Critical Theories*: 80-89, Malden e Oxford: Blackwell Publishing.
- BARTH, Frederic [1980(1969)], *Ethnic Groups and Boundaries. The Social Organization of Cultural Difference*, Oslo: Bergen/Troms.
- BAUMAN, Zigmunt (2000), «Modernity, Racism, Extermination» in L. Back e J. Solomos (orgs.), *Theories of Race and Racism*, Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 119-124.

- BAUMANN, Gerd e SUNIER, Thijl (1995), «Introduction: De-essentializing ethnicity» in G. Baumann e T. Sunier (orgs.), *Post-Migration Ethnicity*: 1-8, Amsterdam: Het Spinhuis.
- BENSCHOP, Albert (1993), *Klassen. Ontwerp van een transformationele. Klassenanalyse*, Amsterdão: Het Spinhuis.
- BHABHA, Homik (2000), «“Race” Time and the Revision of modernity» in L. Back e J. Solomos (orgs.), *Theories of Race and Racism*, Londres e Nova Iorque: Routledge.
- BILLIG, Michael (1988), «Racisme, préjugés et discrimination» in S. Moscovici (org.), *Psychologie Sociale*, Paris: PUF: pp. 449-472.
- BOAS, F. (1940), *Race, Language and Culture*, Nova Iorque: The MacMillan Company.
- BOISSEVAIN, Jeremy (1968), «The place of non-groups in social sciences» in *Man*, 3: 542-556.
- BOURDIEU, Pierre (1998), *La domination masculine*, Paris: Seuil.
- BOXER, C. R. (1963), *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire, 1415-1825*, Oxford: Clarendon Press.
- BRAH, Avtar (2000), “Difference, Diversity, Differentiation. Processes of ravalisation and gender” in L. Back e J. Solomos (orgs.), *Theories of Race and Racism*, Londres e Nova Iorque: Routledge.
- BRETON, Roland (1983), *As etnias*, Porto, Rés-Editora.
- BRETON, R., ISAJIW, W.W., KALBACH, W., REITZ, J. G. (1990), *Ethnic Identity and Equality. Varieties of Experience in a Canadian City*, Toronto, Buffalo, Londres: University of Toronto Press.
- BRUBACKER, R. (2002), «Ethnicity without groups», in *Archives Européennes de Sociologie*, 43: 163-189.
- BURGESS-PROCTOR, Amanda (2006), «Intersections of Race, Class, Gender and Crime: Future Directions for Feminist Criminology» in *Feminist Criminology*, vol. 1(1): 27-47.
- BUTLER, Judith (2003), «O parentesco é sempre tido como heterossexual?» in *Cadernos Pagu*, 21: 219-260.
- CABECINHAS, Rosa (2007), *Preto e Branco. A naturalização da discriminação racial*, Porto: Campo das Letras Editores.
- CARBY, Hazel V. (2000), «White Woman Listen! Black Feminism and the boundaries of sisterhood», in L. Back e J. Solomos (orgs.), *Theories of Race and Racism*, Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 389-403.
- CARMICHAEL, Stokeley e HAMILTON, Charles (1967), *Black Power: The Politics of Liberation in America*, Nova Iorque: Vintage.
- CASTELO. Cláudia (1999), «O Modo Português de Estar no Mundo»: *O Luso-tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa*, Porto: Afrontamento.
- CASTLES, Stephen e KOSACK, Godula (1973), *Immigrant Workers and Class Structures in Western Europe*. Londres/Nova Iorque: Oxford University Press.
- CASTLES, Stephen e MULLER, M. J. (1994), *The Age of Migration* Londres: Houndsmills.
- CCCS (Centre for Contemporary Cultural Studies) (1982), *The Empire Strikes Back: Race and Racism in 70s Britain*, Londres: Hutchinson.
- COHEN, R. (1978), «Ethnicity: problem and focus in anthropology» in *Annual Review of Anthropology*, vol. 7: 379-403.
- COLLINS, Patricia Hill (2000), «Black Feminist Thought» in L. Back e J. Solomos (orgs.), *Theories of Race and Racism*, Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 404-420.
- CORDEIRO, Albano (1988), «Uma inserção auto-controlada: o exemplo da comunidade portuguesa em França», *Cadernos de Ciências Sociais*, 7: 133-141.
- COX, Oliver C. (1970 [1948]), *Caste, Class & Race*, Nova Iorque: Monthly Review Press, Modern Reader Paperback.
- COX, Oliver C. (2000), «Race Relations. Its meaning, beginning and progress» in L. Back e J. Solomos (orgs.), *Theories of Race and Racism*, Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 71-78.

- CRENSHAW, Kimberlé W. (2000), «Race, Reform and Retrenchment. Transformation and Legitimation in antidiscrimination law» in L. Back e J. Solomos (orgs.), *Theories of Race and Racism*, Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 549-560.
- CUNHA, Luís (2001), *A Nação nas malhas da sua identidade: O Estado Novo e a construção da identidade nacional*, Porto: Afrontamento.
- CUNHA, Manuela I. (1993), *Raça, racialização, racismos: relatório da aula teórico-prática*, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- CUNHA, Manuela I. (2000), «A natureza da “raça”», in *Cadernos do Noroeste*, Série Sociologia, *Sociedade e Cultura*, vol. 13, n.º 2: 191-203.
- DAHRENDORF, Ralph (1959), *Class and Class Conflict in Industrial Society*, Londres: Routledge & Kegan Paul Ltd.
- DAVIS, Angela (1983), *Women, Race and Class*, Nova Iorque: First Vintage Books.
- DENNIS, Rutledge (2003), «W. E. B. Du Bois's Concept of Double Consciousness» in J. Stone e R. Dennis (orgs.), *Race and Ethnicity. Comparative and Theoretical Approaches*: 13-27, Oxford, Malden: Blackwell
- DIAS, Maria do Rosário *et al.* (1997), «Investigação transcultural sobre atitudes face aos imigrantes: estudo piloto em Lisboa», in *Sociologia – Problemas e Práticas*, 25: 139-153.
- DIKÖTTER, Frank (2003), «The Discourse of Race in Modern China» in J. Stone e R. Dennis (orgs.) *Race and Ethnicity. Comparative and Theoretical Approaches*, Malden, Oxford: Blackwell Publishing, pp. 125-135.
- DOLLARD, J. (1937), *Caste and Classe in Southern Town*, New Haven: Yale University Press.
- DU BOIS, W. E. B. (1961 [1903]), *The Souls of Black Folk*, Greenwich: Fawcet Publications, CT.
- DU BOIS, W. E. B. (2000 [1903]), «The Conservation of Races» in L. Back e J. Solomos (orgs.), *Theories of Race and Racism*, Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 79-100.
- DURKHEIM, Émile (1977 [1893]), *A divisão social do trabalho*, Lisboa: Presença.
- ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. (1969 [1963]), *The Established and the Outsiders. A Sociological Enquiry into Community Problems*, Londres: F. Cass.
- ESSED, Philomena [2002 (1984)], «Everyday Racism: a New Approach to the Study of Racism» in Ph. Essed e D. T. Goldberg (orgs.), *Race Critical Theories*: 176-194, Malden, Oxford: Blackwell Publishing.
- FANON, Frantz (1967), *Black Skins, White Masks*, Nova Iorque: Grove.
- FANON, Frantz (2000), «The Fact of Blackness» in L. Back e J. Solomos (orgs.), *Theories of Race and Racism*, Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 257-266.
- FERNANDES, António Teixeira (1995), «Etnicização e racização no processo de exclusão social», *Sociologia*, I série, vol. V: 7-69.
- FERNANDES, António Teixeira (1998), *O Estado democrático e a cidadania*, Porto: Afrontamento.
- FIELDS, Barbara J. (1990), «Slavery, Race and Ideology in the United States of America» in *New Left Review*, 181: 95-118.
- FONTETTE, François de (1976), *O racismo*, Amadora: Livraria Bertrand.
- FOUCAULT, Michel (1979), *Microfísica do poder*, Madrid: Ediciones de la Piqueta.
- FROM, Erich (1977), *The Anatomy of Human Destructiveness*, Penguin.
- GALLISSOT, René (1994), «Nationalisme et racisme» in M. Fourier e G. Vermes (orgs.) *Ethnicisation des rapports sociaux, Racismes, nationalismes et culturalismes*, Paris: L'Harmattan: pp. 7-29.
- GARFINKEL, H. (1967), *Studies in Ethnomethodology*, Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.
- GEERTZ, Clifford (1963), «The Integrative Revolution: Primordial Sentiments in Civil Politics in New States» in C. Geertz (org.), *Old Societies and New States. The Quest for Modernity in Asia and Africa*, Nova Iorque, Londres: Collier Macmillan.
- GELLNER, Ernest (1993), *Nações e Nacionalismo*, Lisboa: Gradiva.
- GIDDENS, Anthony (1997), *Sociologia*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- GILROY, Paul (1991), «*There Ain't No Black in the Union Jack?*»: *the Cultural Politics of Race and Nation*, Chicago: University of Chicago Press.
- GILROY, Paul (2000), «The Dialectics of Diaspora Identification» in L. Back e J. Solomos (orgs.), *Theories of Race and Racism*, Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 490-502.
- GLAZER, Nathan/ MOYNIHAM, Daniel P. (1975), «Introduction» in N. Glazer e D. P. Moynian (orgs.), *Ethnicity, Theory and Experience*, Cambridge, Londres: Cambridge University Press.
- GOBINEAU, Arthur de (1940/1852), *Essai sur l'inégalité des races humaines*, Paris: Firmin-Didot.
- GOFFMAN, Erving [1981 (1959)], *La presentación de la persona en la vida cotidiana*, Buenos Aires: Amorrortu Editores.
- GOFFMAN, Erving (1963), *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, Rio de Janeiro: Guanabara.
- GOLDBERG, David Theo (2000) «Racial Knowledge» in L. Back e J. Solomos (orgs.), *Theories of Race and Racism*, Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 154-180.
- GUILLAUMIN, Colette (1995), «A diferença cultural» in M. Wiewiorka (org.), *Racismo e modernidade: actas do Colóquio «Três dias sobre o Racismo»*, Venda Nova, Bertrand: pp. 151-153.
- GUIMARÃES, António Sérgio (2008), «Cor e raça. Raça, cor e outros conceitos analíticos» in O. Pinho e L. Sansone (orgs.), *Raça. Novas Perspectivas Antropológicas*: 63-82, Salvador: ABA, EDUFBA.
- HALL, Stuart [2002(1980)], «Race, Articulation and Societies Structured in Dominance» in Ph. Essed e D. T. Goldberg (orgs.), *Race Critical Theories*: 176-194, Malden, Oxford: Blackwell Publishing (em 1980, *Sociological Theories: Race and Colonialism*, Paris: UNESCO).
- HALL, Stuart (1993), «Culture, community, nation», in *Cultural Studies*, 7, 3: 349-363.
- HALL, Stuart (2000), «Old and New Identities, Old and New Ethnicities» in L. Back e J. Solomos (orgs.), *Theories of Race and Racism*, Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 144-153.
- HANDELMAN, D. (1977), «The organization of ethnicity» in *Ethnic Groups*, 1: 187-200.
- HELLER, Agnes (1986), «The Sociology of everyday life» in U. Himmelstrand (org.), *The Social Reproduction of Organization and Culture*: 150-163, Londres: Sage Publications.
- HOOKS, Bell (2000), «Racism and Feminism» in L. Back e J. Solomos (orgs.), *Theories of Race and Racism*, Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 373-388.
- HORKHEIMER, Max (1946), «Sociological Background of the Psychoanalytical Approach», in E. Simmel (org.), *Anti-Semitism, a Social Disease*. Nova Iorque: International Universities Press.
- HUGHES, E. C. (1994), *On Work, Race and the Sociological Imagination*, L. A. Coser (ed.), Chicago: University of Chicago Press.
- ISAACS, H. R. (1975), «Basic Group Identity. The idols of the tribe» in N. Glazer e D. P. Moynian (orgs.), *Ethnicity, Theory and Experience*, Cambridge, Londres: Cambridge University Press.
- JENKINS, Richard (2006), *Social Identity*, Londres: Routledge.
- JENKINS, Richard (2008), *Rethinking Ethnicity*, Londres: Sage Publications.
- KATZNELSON, I. (1972), «Comparative Studies of Race and Ethnicity: Plural Analysis and Beyond» in *Comparative Politics*: 135-150.
- LAL, Barbara Ballis (2003), «Robert Ezra Park's Approach to Race and Ethnic relations» in J. Stone e R. Dennis (orgs.), *Race and Ethnicity. Comparative and Theoretical Approaches*, Malden, Oxford: Blackwell Publishing, pp. 43-54.
- LANCASTER, Roger (2003), «Skin Color, Race and Racism in Nicaragua» in J. Stone e R. Dennis (orgs.), *Race and Ethnicity. Comparative and Theoretical Approaches*, Malden, Oxford: Blackwell Publishing, pp. 99-113.
- LEACH, Edmund (1954), *Political Systems of Highland Burma: A Study of Kachin Social Structure*, Londres: Athlone.
- LEANDRO, Maria Engrácia (1995), *Au-delà des apparences. Les Portugais face à l'insertion sociale*, Paris: CIEMI-L'Harmattan (Collection «Migrations et Changement»).

- LEFEBVRE, Henri (1977), *Critique de la vie quotidienne*, Paris: L'Arche.
- LEVI-STRAUSS, Claude (1975), *Raça e História*, Lisboa: Editorial Presença.
- LIEBERSON, S. (1961), «A societal theory of race and ethnic relations» in *American Sociological Review*, 26: 902-910.
- LOPES, Sérgio (1992), «Os portugueses e as Metamorfoses do Racismo em França» in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 34: 343-360.
- LORENZ, Konrad (1987), *De constructie van het verleden*. Amesterdão.
- LUKES, S. (1974), *Power: a Radical View*, Londres: Macmillan.
- MACHADO, Fernando Luís (1992), «Etnicidade em Portugal – contrastes e polarização», *Sociologia – Problemas e Práticas*, 12: 123-136.
- MACHADO, Fernando Luís (1994), «Luso-africanos em Portugal: nas margens da etnicidade», *Sociologia – Problemas e Práticas*, 16: 111-134.
- MALINOWSKI, (1944), *A Scientific Theory of Culture and Other Essays*, Nova Iorque: The University of North Carolina.
- MARQUES, João Filipe (1997), «Ainda podemos falar de “raças”? A “raça” enquanto conceito sociológico» in M. Silva et al. (orgs.) *O que é a raça? Um debate entre Antropologia e Biologia*: 65-70, Lisboa: Oikos.
- MARQUES, João Filipe (2004), «O neo-racismo europeu e as responsabilidades da Antropologia» in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 56: 35-60.
- MARTINS, Hermínio (1998), *Classe, Status e Poder*, Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais.
- MARTINS, Manuel Gonçalves (1996), *As migrações internacionais e o aumento do racismo e da xenofobia na União Europeia*, Braga: Universidade do Minho (policopiado, posteriormente publicado na *Revista África*, 16: 75-90).
- MARX (1971 [1859]), *Contribuição para a crítica da economia política*, Lisboa: Estampa.
- MATOS, Patrício Ferraz (2006), *As Côres do Império, Representações Raciais no Império Colonial Português*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- MAYER, A. (1966), «The significance of quasi-groups in the study of complex societies» in M. Banton (ed), *The Social Anthropology of Complex Societies*, Londres: Tavistock.
- McCLINTOCK, Anne (2000), «The White Family of Man: Colonial discourse and the reinvention of patriarchy», in L. Back e J. Solomos (orgs.), *Theories of Race and Racism*, Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 287-301.
- MEAD, Georg Herbert (1934), *Mind, Self and Society: from the Standpoint of a Social Behaviorist*, Chicago: University of Chicago Press.
- MEMMI, Albert (1993 [1983]), *O Racismo*, Lisboa: Caminho.
- MERTON, Robert (1970 [1949]), *Sociologia: teoria e estrutura*, S. Paulo: Editora Mestre Jou.
- MILES, Robert (1984), «Marxism versus the “Sociology of Race Relations”» in *Ethnic and Racial Studies*, 7, 2: 217-237.
- MILES, Robert (1986), «Labour Migration, Racism and Capital Accumulation in Western Europe» in *Capital and Class*, 28: 49-86.
- MILES, Robert (1989), *Racism*, Nova Iorque: Routledge.
- MILES, Robert (1994), «Nationalisme, racisme et limites de l'État-Nation. Le cas britannique», in M. Fourier e G. Vermes (orgs.), *Ethnicisation des rapports sociaux, Racismes, nationalismes et culturalismes*: 30-43, Paris, L'Harmattan.
- MILES, Robert (1995), «Racismo institucional e relações de classe: uma relação problemática», in M. Wieviorka (org.), *Racismo e modernidade: actas do Colóquio «Três Dias sobre o Racismo»*: 161-177, Venda Nova, Bertrand.
- MILES, Robert (2000), «A propos the Idea of Race... again» in L. Back e J. Solomos (orgs.), *Theories of Race and Racism*, Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 125-143.

- MOSCIVICI, Serge (1989), «Des representations collectives aux Representations Sociales» in D. Jodelet (org.), *Les representations sociales*, Paris: Presses Universitaires de France, pp. 62-86.
- MOSSE, G. L. (1985), *Toward the Final Solution: a History of European Racism*, Madison: University of Wisconsin Press.
- MYRDAL, Gunnar (1944), *An American Dilemma. The Negro Problem and Modern Democracy*, Nova Iorque: Harper and Row.
- MYRDAL, Gunnar (2000), «Racial Beliefs in America» in L. Back e J. Solomos (orgs.), *Theories of Race and Racism*, Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 87-100.
- NASCIMENTO, Sebastião e THOMAZ, Omar Ribeiro (2008), «Raça e Nação» in O. Pinho e L. Sansone (orgs.), *Raça. Novas Perspectivas Antropológicas*: 193-236, Salvador: ABA, EDUFBA.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de (1976), *Identidade, etnia e estrutura social*, S. Paulo: Livraria Pioneira.
- OMI, Michael e WINANT, Howard (2002), «Racial Formation» in Ph.Essed e D. T. Goldberg (orgs.), *Race Critical Theories*: 123-145, Malden e Oxford: Blackwell Publishing.
- PARK, Robert (1952), *Human Communities*, Illinois: The Free Press of Glencoe.
- PARK, Robert (1987), «A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano», in O. G. Velho (org.) *O fenómeno urbano*, Rio de Janeiro, Guanabara, pp. 26-67.
- PARK, Robert (2000), «The nature of race relations» in L. Back e J. Solomos (orgs.), *Theories of Race and Racism*, Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 105-112.
- PARKIN, Frank (1979), *Marxisme and Class Theory: a Bourgeois Critique*, Londres: Tavistock Publications.
- PETTIGREW, Thomas F. e MEERTENS, Roel W. (1995), «Subtle and blatant prejudice in Western Europe» in *European Journal of Social Psychology*, 25: 57-75.
- PETTIGREW, Thomas F., MEERTENS, R. W. (1995a), «O racismo velado: dimensões e medidas» in M. Wieviorka (org.), *Racismo e modernidade: actas do Colóquio «Três Dias sobre o Racismo»*: 111-128, Venda Nova, Bertrand.
- PETTIGREW, Thomas F., MEERTENS, Roel W. (2003), «The Verzuiling Puzzle: Understanding Dutch Intergroup Relations» in J. Stone e R. Dennis (orgs.) *Race and Ethnicity. Comparative and Theoretical Approaches*: 114-124. Oxford: Basil Blackwell.
- PIERRÉ-CAPS, Stéphane (1995), *A Multinação – o futuro das minorias étnicas na Europa Central e Oriental*, Lisboa: Instituto Piaget.
- PINHO, Osmundo (2008), «A Antropologia no Espelho da Raça» in O. Pinho e L. Sansone (orgs.), *Raça. Novas Perspectivas Antropológicas*: 9-23, Salvador: ABA, EDUFBA.
- PINHO, Osmundo (2008), «Relações raciais e sexualidade» in O. Pinho e L. Sansone (orgs.), *Raça. Novas Perspectivas Antropológicas*: 257-283, Salvador: ABA, EDUFBA.
- POULANTZAS, Nicos (1974), *Pouvoir politique et classes sociales*, Paris: Maspéro.
- POWELL, John (1999), «The Colorblind Multiracial Dilemma: Racial Categories Reconsidered» in R. Torres, L. Mirón e J. X. Inda (orgs.), *Race, Identity and Citizenship: a Reader*, Malden, Oxford: Black Publishing.
- REICH, Wilhelm {1972 (1933)}, *La psychologie de masse du fascisme*, Paris: Payot.
- REX, John (1970), *Race Relations in Sociological Theory*. Londres: Weidenfeld & Nicolson
- REX, John (1986), «The role of class analysis in the study of race relations – a Weberian perspective» in J. Rex e D. Mason (orgs.), *Theories of Race and Ethnic Relations*, 64-83, Cambridge: Cambridge University Press.
- REX, John (1988), *Raça e etnia*, Lisboa: Editorial Estampa.
- REX, John (2000), «Race Relations in Sociological Theory» in L. Back e J. Solomos (orgs.), *Theories of Race and Racism*, Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 119-124.
- REX, John e TOMLINSON, S. (1979), *Colonial Immigrants in a British City*, Londres: Routledge and Kegan Paul.

- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz e RODRIGUES, A. (1981), «La pratique symbolique des migrants: résistance à la desappropriation ou mémoire communautaire?», in *Revista de História Económica e Social*, 1/2: 91-110.
- SAÏD, Edward [2007(1978)], *Orientalismo – O Oriente como invenção do Ocidente*, São Paulo: Companhia das Letras.
- SANSONE, Lívio (2008), «Urbanismo, globalização e etnicidade» in O. Pinho e L. Sansone (orgs.), *Raça. Novas Perspectivas Antropológicas*: 151-191, Salvador: ABA, EDUFBA.
- SANTOS, Boaventura Sousa (1991), «Subjectividade, Cidadania e Emancipação» in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 32: 135-191.
- SANTOS, Boaventura Sousa (1994), *Pela mão da Alice. O social e o político na pós-modernidade*, Porto: Edições Afrontamento.
- SCHUTZ, A. (1970), *On Phenomenology and Social Relations*, Chicago: University of Chicago Press.
- SCHWEISGUTH, Étienne (1995), «Racismo e sistema de valores» in M. Wiewiorka (org.), *Racismo e modernidade: actas do Colóquio «três dias sobre o racismo»*: 129-136, Venda Nova: Bertrand.
- SEABRA, Teresa (1994), *Estratégias familiares de socialização das crianças: etnicidade e classes sociais*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Dissertação de mestrado em Sociologia.
- SHILS, Edward (1957), «Primordial, Personal, Sacred and Civil Ties» in *British Journal of Sociology*, 8(2): 130-145.
- SIGALL, H. e PAGE, R. (1971), «Current stereotypes: A little fading, a little faking» in *Journal of Personality and Social Psychology*, 18: 247-255.
- SILVA, Manuel Carlos (1998), *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesa no noroeste de Portugal*, Porto: Edições Afrontamento.
- SILVA, Manuel Carlos (2000), «Racismo e conflito interétnico: elementos para uma investigação», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 56: 61-79.
- SILVA, Manuel Carlos (2008), «Imigrantes africanos no Noroeste de Portugal: Relações interétnicas de acomodação e resistência» in *Travessias*, 9: 61-93.
- SILVA, Manuel Carlos (2009), *Classes Sociais: condição objectiva, identidade e acção colectiva*, Vila Nova de Famalicão: Húmus.
- SILVA, Manuel Carlos e PINTO, Maria Goretti (2004), «Conflitos inter-étnicos latentes: um estudo de caso no concelho de Barcelos», *Sociedade e Cultura*, 6: vol. 22 (1-2): 97-112.
- SIMMEL, Georg (1987), «A metrópole e a vida mental» in O. G. Velho (org.), *O fenómeno urbano*, Rio de Janeiro: Guanabara.
- SMITH, Anthony (1991), *National Identity*, Londres: Penguin.
- SOBRAL, José Manuel (2006), «Memória e Identidade Nacional: considerações de carácter geral e o caso português» in M. C. Silva (org.), *Nação e Estado. Entre o Global e o Local*, Porto: Edições Afrontamento, pp. 27-49.
- SOBRAL, José Manuel (2012), *Portugal, Portugueses: uma Identidade Nacional*, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- SOBRAL, José Manuel (2013), «Racismo e nacionalismo: contributos para uma genealogia das suas relações» in M. C. Silva e J. M. Sobral (orgs.), *Etnicidade, nacionalismo e racismo: Migrações, minorias étnicas e contextos escolares*, Porto: Afrontamento, pp. 75-124.
- STOLER, Ann L. (2000), «Sexual Affronts and Racial Frontiers. European identities and the cultural politics of exclusion in colonial Southeast Asia» in L. Back e J. Solomos (orgs.), *Theories of Race and Racism*, Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 324-353.
- STOLKE, Verena (2006), «O enigma das intersecções: classe, raça, sexo, sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX» in *Estudos Feministas*, vol. 14, 1: 15-42.

- STONE, John (1992), «Power, ethnicity and conflict resolution» in S. Silvey e A. Sarat (orgs.), *Law, politics and social change*: 89-105, Greenwich, CT: JAI.
- TAGUIEFF, Pierre-André (1987), *La force du préjugé. Essai sur le racisme et ses doubles*. Paris: La Découverte.
- TAGUIEFF, Pierre-André (1997), *Le racisme. Un exposé pour comprendre. Un essai pour réfléchir*, Paris: Flammarion.
- TAJFEL, Henri (1983), *Grupos humanos e categorias sociais*, Lisboa: Livros Horizonte.
- TAJFEL, Henri (1978), «Social categorisation, social identity and social comparison» in H. Tajfel (org.), *Differentiation between social groups: studies in the social psychology of intergroup relations*, Londres: Academic Press, pp. 77-100.
- TODOROV, Tzvetan (2000), «Race and Racism» in L. Back e J. Solomos (orgs.), *Theories of Race and Racism*, Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 64-70.
- TONNIES, Ferdinand [1953(1887)], «Estates and Classes in R. Bendix e S. Lipset (orgs.), *Class, Status and Power*: 49-63, Nova Iorque: Free Press, Londres: Macmillan.
- TOURAINÉ, Alain (1995), «O racismo hoje» in M. Wieviorka (org.), *Racismo e modernidade: actas do Colóquio «Três Dias sobre o Racismo»*, Venda Nova, Bertrand: 25-43.
- VALA, Jorge, LOPES, Diniz e BRITO, Rodrigo (1999), «A construção social da diferença: acialização e etnicização das minorias» in J. Vala et al. (org.) *Novos racismos: Perspectivas Comparativas*, Oeiras, Celta Editora: 145-167.
- VAN DEN BERGHE, Pierre L. (1967), *Race and Racism. A Comparative Perspective*, Nova Iorque, Londres: John Willey & Sons.
- VAN DIJK, Teun (1987), *Communicating Racism. Ethnic Prejudice in Thought and Talk*, Londres: Sage.
- VENÂNCIO, José Carlos (1999), *Colonialismo, antropologia e lusofonias: repensando a presença portuguesa nos trópicos*, Lisboa: Vega.
- VERKUYTEN, Maykel (1999), *Etnische Identiteit. Theoretische en empirische benaderingen*. Amsterdão: Het Spinhuis.
- VERMEULEN, Hans e GOVERS, C. (1994), «Introduction» in H. Vermeulen e C. Govers (eds.) *The Anthropology of Ethnicity: Beyond "Ethnic Groups and Boundaries"*, Amsterdão: Het Spinhuis.
- WACQUANT, Loïc (2001), *As prisões de miséria*, Rio de Janeiro: Zahar.
- WALLMAN, S. (1979), «Introduction: the scope of ethnicity» in S. Wallman (ed.), *Ethnicity at Work*, Londres: MacMillan.
- WEBER, Max [1978(1920)], *Economy and Society*, editado por G. Roth e C. Wittich, Berkeley e Londres: University of California Press.
- WEST, Cornel (2002), «A Genealogy of Modern Racism» in Ph. Essed e D. T. Goldberg (orgs.), *Race Critical Theories*: 90-112, Malden, Oxford: Blackwell Publishing.
- WIEVIORKA, Michel (1992), *El espacio del racismo*, Barcelona/Buenos Aires: Paidós.
- WIEVIORKA, Michel (1993), *A democracia à prova: nacionalismo, populismo e etnicidade*, Lisboa, Instituto Piaget.
- WIEVIORKA, Michel (1994), «Introduction» in P. Bataille et al., *Racisme et Xénophobie en Europe*, Paris: La Découverte.
- WIEVIORKA, Michel (1995), «Introdução» e «Conclusão: anti-racismo, democracia e identidades» in M. Wieviorka (org.), *Racismo e modernidade: actas do Colóquio «Três Dias sobre o Racismo»*, Venda Nova, Bertrand: 9-22 e 361-373.
- WIEVIORKA, Michel (1998), *O racismo. Uma Introdução*. Lisboa: Fenda.
- WINANT, Howard (2000), «The theoretical status of the concept of race» in L. Back e J. Solomos (orgs.), *Theories of Race and Racism*, Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 181-190.
- WIRTH, Louis [1987 (1938)], «O urbanismo como modo de vida» in O. G. Velho (org.), *O fenómeno urbano*, Rio de Janeiro: Guanabara, pp. 90-113.
- WOLF, Eric R. (1994), «Perilous ideas: race, culture and people» in *Current Anthropology*, 5: 1-12.

## Racismo e nacionalismo: contributos para uma genealogia das suas relações

### 1. INTRODUÇÃO

Este capítulo pretende reunir elementos para uma genealogia da relação entre formas de racismo e processos de identificação étnicos ou nacionais. O século XX assistiu às manifestações mais extremas dessa associação, com o estado nazi. Este instituiu a supremacia de uma suposta raça ariana, de que os germânicos seriam os representantes mais destacados, levando a cabo uma campanha de eliminação sistemática dos que classificou como adversários e inferiores. Os judeus, tidos como o inimigo por excelência dos arianos e identificados tanto com a plutocracia capitalista devido à preeminência de alguns no campo económico, como com o comunismo, pois Marx era judeu e vários outros haviam desempenhado um papel proeminente na revolução russa, foram o grupo mais atingido (Rattansi 2007: 63-64). A cidadania alemã – a qualidade de nacionais alemães – foi-lhes retirada antes de serem enviados para os campos de extermínio. Um grande número de ciganos europeus acompanhou-os. Também foram vítimas da perseguição os tidos como de raça impura, como os alemães descendentes de uniões mistas de negros e brancos, que foram esterilizados<sup>1</sup>, os doentes, «físicos» ou «mentais», cuja eliminação era recomendada pelos ditames da eugenia, os homossexuais... Se o nazismo representa um ponto extremo das políticas racistas, ele não esteve só. Os seus aliados e os colaboracionistas nos países ocupados figuraram como acólitos entusiastas da política racial hitleriana.

Com a derrota do nazismo, uma das componentes fundamentais do racismo – o antisemitismo – foi estigmatizada e passou a ser em larga medida ocultada, sem que esteja

\* [jose.sobral@ics.ul.pt](mailto:jose.sobral@ics.ul.pt). Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Este ensaio foi originalmente escrito em 2006 e revisto em 2013.

(1) Os alemães mestiços de negros eram os descendentes das uniões entre mulheres alemãs e soldados coloniais franceses estabelecidos na Renânia, nos anos que se seguiram à Grande Guerra (Fredrickson 2002: 126).

extinta. Provam-no a contestação que é feita por alguns da realidade do Holocausto, a persistência da crença em conspirações judaicas, a sobrevivência de uma extrema-direita que muitas vezes proclama a sua vinculação ao passado nazi. Mas, em geral, o nazismo criou uma forte repulsa pública em relação ao antissemitismo. Outras componentes do nacionalismo rácico conheceram modificações mais drásticas recentemente. Referimo-nos às que incidiram sobre as populações de outros continentes implicadas na expansão imperial europeia. Com a descolonização pôs-se fim ao racismo do colonizador. A dominação institucionalizada no regime de *apartheid* da África do Sul foi a última a ceder. Um pouco antes desaparecia a segregação racial instituída nos estados do Sul dos EUA. Pode-se dizer que, neste aspecto, se virou há pouco uma página crucial numa história que havia começado quase quinhentos anos antes com a expansão colonial de portugueses e espanhóis. No plano científico, a crítica à noção de raça, tida por errónea à luz do estudo genético das populações, revela um forte contraste com a situação no passado, em que a mesma chegou a ser tida – mesmo sem existir consenso em relação ao que se entendia por raça – como o principal factor explicativo das diferenças existentes entre as diversas sociedades e populações humanas<sup>2</sup>. O racismo associou intimamente diferenças fenotípicas – como as relativas à aparência externa, de que são exemplo a cor da pele, a forma do nariz, o tipo de cabelo – ao fundo genético hereditário e às características culturais das populações. Ora, a relação entre fenótipo e genótipo é extraordinariamente complexa e incompatível com o determinismo biológico associado à «ciência da raça» (Rattansi 2007: 72-76). A própria aplicação de noções de branco ou de negritude – ou «de cor» – variou historicamente e entre diferentes sociedades, uma prova clara do seu carácter construído. A «regra de uma gota» de sangue (*one drop rule*), por exemplo, que vigorou em alguns estados norte-americanos no século XX, fazia de qualquer pessoa que tivesse um ascendente negro, um negro, (Rattansi 2007: 42-43) – ao mesmo tempo ocultava a miscigenação existente. No Brasil, não havia tal separação binária rígida, reconhecendo-se a existência de mulatos (Skidmore 1998)<sup>3</sup>.

Todavia, apesar do fim dos estados racistas, e da perda de terreno das políticas estatais mais agressivamente racistas – fim do *apartheid*, política de promoção dos direitos cívicos

(2) De acordo com um documento da Associação Americana dos Antropólogos Físicos sobre os aspectos biológicos da raça, todos os seres humanos provêm de um antepassado comum e pertencem à mesma espécie; a maioria das diferenças físicas deve-se à alimentação, modos de vida e factores ambientais. Os geneticistas afirmam que a variação genética no seio de determinadas populações é maior do que a existente entre elas. Cf. Faye Harrison «Race» (1997: 392). No mesmo sentido, Cavalli-Sforza e Cavalli-Sforza (1995: 227-244) defendem que a noção de «raça» não tem valor operatório para estudar a distribuição dos padrões genéticos humanos. Hoje em dia aceita-se que o *Homo sapiens*, de que todos descendemos, tem a sua origem em África, e todos os humanos têm em comum mais do que 99,9% do seu material genético, e que o restante 0,1% varia mais no interior dos grupos a que o senso comum chama raças do que entre elas (Cannadine 2013: 217-218).

(3) Ver Guimarães (2012) a propósito do carácter construído das noções de raça no Brasil e das identificações em mudança de acordo com o contexto histórico-político.

– não só as últimas não se encontram de modo algum em extinção, como a discriminação racista sobrevive como elemento banal entrincheirado nos relacionamentos sociais, associado à hostilidade em relação ao outro<sup>4</sup> – xenofobia –, como sucede em relação a antigas populações colonizadas, como as que agora imigram para as antigas metrópoles em busca de trabalho e refúgio, aos ciganos e outros imigrantes. Um acontecimento simbólico como a eleição de um presidente negro nos EUA – de facto, um mestiço, mas identificado como negro na percepção dominante americana – fez vir à tona atitudes que ilustram a perdurabilidade de algumas das formas mais cruas do racismo.

Iremos fazer aqui um percurso genealógico em busca dos traços antigos da discriminação racial e da sua ligação à problemática do nacionalismo. Embora existam referências ao passado, pois entendemos que tais fenómenos só podem ser verdadeiramente entendidos enquanto processos históricos, não pretendemos fazer aqui uma história da sua associação. Seria necessário procedermos a uma abordagem incomparavelmente mais ampla, enquanto o que aqui se avança são considerações reconhecidamente limitadas e parciais. Refere-se apenas à formação do preconceito racial no Ocidente, não abrangendo, por isso, outras sociedades – como a China, o Japão, a Índia, etc. – onde se encontrarão procedimentos comparáveis<sup>5</sup>, não esquecendo que os tipos de racismo desenvolvidos no ocidente têm uma relevância especial, pelo impacto maior que tiveram no plano universal (Fredrickson 2002: 11). E foca tão só alguns casos. O nosso propósito consiste em estabelecer um sumário de alguns momentos cruciais dessa genealogia, já investigados, como a antiguidade greco-romana, o período medieval, as épocas da colonização, o Iluminismo e os séculos XIX-XX, que vêem o apogeu e crise da articulação entre nacionalismo, racismo e imperialismo.

Começamos por aludir a alguns problemas de definição, pois os vocábulos com que lidamos possuem uma pluralidade de significações e uma história, em que os sentidos predominantes estão longe de ser sempre os mesmos. Um estudo pioneiro sobre o racismo referia-se precisamente a essa polissemia, pois o termo *raça* tinha servido para indicar: um grupo nacional (como os franceses); um grupo religioso (judeus); um grupo cultural (europeus); um grupo linguístico (arianos ou indo-europeus); um grupo geográfico. Seria ainda um conceito utilizado em biologia, etc. (Snyder 1962: 7).

(4) Concordamos, no entanto, com quem estabelece uma distinção entre *etnocentrismo* – exaltação do grupo próprio, e que pode gerar preconceito e discriminação – e *racismo*, que requer outras componentes, que irão ser explicitadas no texto (Fredrickson 2002: 169-170).

(5) Snyder (1962: 37) refere xenofobia extrema no texto sagrado hindu do *Rigveda*; Giddens menciona a discriminação, ligada historicamente à ausência de propriedade fundiária e ao exercício de ocupações desprezadas de que são objecto os *Burakumin* ou *Eta* no Japão (Giddens 1993: 251-252); Gossett (1963: 14) refere descrições na China de povos bárbaros, a que se imputa semelhanças com os macacos, um tópico, como veremos mais adiante, que ressurgiu nas representações europeias dos «selvagens», etc. Sobre a existência de racismo na China e no Japão e o modo como noções raciais importadas do ocidente se articularam com noções locais de origem e pureza da população em geral veja-se o conjunto de estudos reunidos no volume editado por Dikötter (1997), e, como síntese, a introdução.

A pluralidade de sentidos associados a raça está reflectida nos usos registados na língua portuguesa. Segundo o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, o vocábulo raça tem servido para designar, entre outros: divisão tradicional e arbitrária dos seres humanos, determinada pelo conjunto de caracteres físicos hereditários (cor da pele, formato da cabeça, tipo de cabelo, etc.); conjunto de indivíduos pertencentes a esse grupo; conjunto de seres humanos; humanidade; cada um dos grupos em que se subdividem espécies animais, e cujos caracteres diferenciados se conservam através das gerações e ainda (...) grupo étnico em relação com a nação ou a região (a raça brasileira ou a raça portuguesa); a ascendência de um povo; o conjunto de antepassados de um indivíduo ou de uma família; linhagem, etc.

A palavra raça tem uma origem relativamente recente nas línguas europeias, aparecendo em primeiro lugar, segundo Josep Llobera, nas línguas da Europa do sudoeste (italiano, catalão, português e espanhol) em finais da Idade Média. No seu sentido original, reportar-se-ia a um grupo de pessoas (mas também animais ou plantas) que possuiriam uma ascendência comum; por isso, terá sempre existido, subjacente à ideia de raça, a presunção de uma qualquer unidade biológica, qualquer que fosse o modo como esta era concebida (Llobera 2003: 8). Houve também quem sublinhasse que o sentido moderno de raça, em que esta surgiria profundamente implicada nas explicações do mundo social, só ocorreria nos tempos modernos<sup>6</sup>.

Contemporaneamente, usa-se o termo *raça* para denotar e diferenciar grupos sociais definidos a partir de atributos – que podem ser físicos como a cor da pele, por exemplo – tidos socialmente como relevantes. Raça será, assim,

*«(...) uma classificação social e por vezes legal historicamente específica aplicada a populações que se presume partilharem traços físicos e biológicos ou, na ausência de homogeneidade anatómica ou fisionómica, que se assume possuírem pelo menos em parte uma ancestralidade económica e politicamente significativa. A raça é um conjunto ideologicamente carregado de significados contraditórios e contestados e uma realidade material de relações hierárquicas socialmente construídas»* (Harrison 1997: 392).

Tais atribuições não são socialmente inócuas, antes estão ligadas à reprodução da desigualdade em termos sociais e em matéria de distribuição de poder. Isto significa que a cate-

(6) É a posição defendida por Hannaford, em cujas páginas também se encontra uma recensão do termo raça em diversas línguas europeias e no árabe (1996: 4-6) e da evolução dos seus sentidos. A designação de raça seria introduzida no vocabulário científico no século XVIII, com Buffon. Consultar também Fenton (2006) sobre os diversos sentidos de raça e nação. Podemos dizer que se alude aqui ao processo de *racialização*, processo em que se recorre a uma noção de raça «para classificar certos grupos como biologicamente distintos baseando-se em determinados traços físicos...» (Giddens 2008: 633). Embora esta definição possa não capturar todos os fenómenos envolvendo a categorização de algum grupo como raça, ela aplica-se inclusivamente aos judeus, a quem se atribuem certas peculiaridades físicas como um determinado tipo de nariz, aos ciganos, tidos como mais «morenos», etc.

gorização racial tem lugar em situações de assimetria entre os diversos atores – mormente entre quem classifica e é classificado, quem domina e quem é dominado – e está por isso ligada ao *racismo*, entendido como expressão da afirmação de uma superioridade racial<sup>7</sup>. O racismo não é apenas um sistema ideológico – «o dogma que postula que um grupo está condenado pela natureza a uma inferioridade congénita e outro está destinado a uma superioridade congénita» (Benedict 1983[1942]: 97) – ou uma política, mas também um sistema de relações materiais associado a um conjunto de ideias que estão associadas a essas relações (Frankenberg citado por Harrison 1997: 395). O sentido dado a racismo neste texto abrange tanto a existência do racismo como discurso – ou imagens ou representação – como a sua existência enquanto prática assente em relações materiais de exploração e dominação.

Contemplamos neste ensaio principalmente duas variantes principais do racismo: a assente na cor e o antisemitismo (Fredrickson 2002: 46)<sup>8</sup>.

Resta-nos, igualmente, esclarecer os sentidos em que falamos aqui em *nacionalismo*, bem como a amplitude temporal que conferimos às suas articulações com o racismo. Quem esteja familiarizado com os debates teóricos sobre o nacionalismo verifica que não existe qualquer unanimidade referente à emergência do fenómeno. Há uma grande clivagem entre os que entendem ter este um carácter moderno, ligado à criação de culturas partilhadas possibilitada pela industrialização (Gellner 1983), pelo desenvolvimento do Estado (Hobsbawm 1994), pela comunicação escrita (Anderson 1991) e outros que, de modo variável, defendem uma génese mais antiga, ou a existência de colectivos étnicos anteriores como suporte das nações modernas (Sobral 2003). Não podemos, evidentemente, retomar aqui esse debate em termos teóricos, e, por sua vez, a génese histórica dos colectivos definidos como nações é muito distinta. A situação da Europa ocidental, por exemplo, onde muitas evoluíram associadas a Estados – como Portugal, a França ou a Inglaterra – e outras contra eles – como a Irlanda – é muito diferente da das nações emergentes na sequência da descolonização. Deve ficar claro que defendemos uma abordagem da formação das identidades nacionais como fenómeno histórico assente na longa duração. A nossa posição encontra-se, assim, muito próxima dos que vêem as nações como identificações históricas anteriores ao triunfo dos nacionalismos modernos (Llobera 1994; Hastings 2007; Gat e Jakobson 2013), ligados a colectivos culturais, as etnias (Armstrong 1982) – ou dos que, concebendo-as como fenómenos modernos as articulam com as etnias que as precederam (Smith 1991). Ao contrário da nação, vocábulo que já circulava em latim (*natio*) e em vernáculo na Europa medieval – sem um sentido fixo, mas com alguns

(7) Cf. Llobera (2003: 9). O sentido conferido a racismo pode ser, no entanto variável; para um dos seus grandes historiadores, George L. Mosse, por racismo «(...) *entender-se-ia uma visão do mundo que relaciona todo o comportamento e carácter humano com a dita raça a que o indivíduo ou grupo se supõe pertencer*» (Mosse 1988: 85).

(8) Tanto racismo (século XX), como nacionalismo ou antisemitismo (século XIX) são vocábulos recentes, mas, como refere Bethencourt (2012: 2-3), que se reporta à primeira, isso não significa que as ideias que denotam não existam sem o nome.

significados que correspondem a entendimentos modernos – o nacionalismo, como dissemos, é uma palavra moderna. Como ideologia política que defende que cada nação deve possuir um Estado próprio datará do século XIX, mas, como sentimento particularista e etnocêntrico, é muito anterior (Hastings 2007: 4-8). E esse sentimento, a que se associará o hábito de uma vida em comum, as afinidades culturais – desde logo as da língua –, a doutrinação do nacionalismo oficial, a diferenciação com outros grupos, está no cerne das identidades nacionais.

Embora este ensaio se dedique especificamente às conexões entre nacionalismo e racismo, não separamos radicalmente as identificações nacionais das etnicidades. Para nós um grupo étnico é «aquele cujos membros partilham uma percepção específica de terem uma identidade cultural própria, separada dos outros» (Giddens 2008: 1118). Acrescenta-se que partilhamos o ponto de vista de quem pensa que uma noção abrangente, como esta, de etnicidade, «cobre um amplo espectro de identificações, do local ao nacional» (Jenkins 2011: 79). Não a associamos ao exótico – nem à raça, embora, como a nação, possa ser racializada – mas a algo que existe em toda a parte no quotidiano, assente na distinção entre «nós» e «eles». Neste sentido, todos os humanos são «étnicos» (Jenkins 2011: 80). As etnicidades formam-se e reproduzem-se, extinguem-se, adquirem maior ou menor saliência consoante a conjuntura, pode haver variações profundas na identificação com elas, e não são algo de fixo ou homogéneo. Se são algo de construído, isto é, um produto da interação humana na história, são reais – no sentido em que se acredita na sua existência e se actua de acordo com esse facto (Jenkins 2011: 11-13).

Não restringimos a articulação entre nacionalismo e racismo às suas vinculações modernas ligadas a determinadas ideologias nacionalistas relativamente recentes, mas pretendemos inserir os processos históricos anteriores de formação das identidades etno-nacionais (Armstrong 1982; Gat e Yakobson 2013), em que encontramos atitudes de dominação e discriminação contra populações representadas como diferentes, em termos que podem ser interpretados como raciais<sup>9</sup>.

Ao procedermos deste modo corremos o risco de enfatizar excessivamente as continuidades em relação às descontinuidades, desvalorizando implicitamente o que há de novo tanto no desenvolvimento das taxonomias raciais a partir do século XVIII, quanto na conjugação entre ideologias nacionalistas e racismo que ocorre entre a segunda metade do

(9) Devemos conceber a formação das identidades nacionais como um processo, que, como tal, não pode ser reduzido a nenhuma das suas fases. Argumentos como os de Gat e Yakobson (2013: 242-243) quanto à diferença entre o nacionalismo pré-moderno e o moderno ajudam-nos a compreender distinções possíveis nesse processo. No nacionalismo pré-moderno, os vínculos de identificação desse tipo estão profundamente embebidos na religião, aliás um dos veículos de expressão dos sentimentos etno-nacionais, competem em termos de legitimação com um princípio dinástico, com fortes identidades locais e desigualdades profundas [com as que separam a aristocracia do «comum»] e são menos dominantes que na modernidade. Na Era do Nacionalismo [*grosso modo*, de finais do século XVIII em diante], o fenómeno nacional torna-se um fator político dominante, associado às doutrinas da cidadania, da soberania popular e da igualdade cívico-política.

século XIX e o fim da Segunda Guerra Mundial. Estamos de acordo quanto ao facto de ser em meados do XVIII que o conceito de raça se torna «um meio significativo de estruturar as identidades e diferenças humanas» (Cannadine 2013: 179). Porém, se deixarmos de lado as relações antigas entre identificações de grupo, étnicas ou nacionais, formas de dominação, incluindo a escravatura, e preconceitos, tendemos a apresentar a relação entre nacionalismo e racismo como algo sem precedentes, e falhamos na apreciação da amplitude, tenacidade e dimensão processual desses fenómenos. Por outro lado, conquanto na apreciação destes objetos sejamos por vezes levados a um certo plano de abstração, não nos esquecemos que a relação entre nacionalismo e racismo é muito variável quando consideramos casos concretos. A Alemanha nazi representa um caso extremo e as guerras da Alemanha imperial contra os Hotentotes da Namíbia possuíram um carácter de extermínio, que não se encontra em outras empresas de ocupação de África, por exemplo. Também se aceitamos que existe uma unidade no racismo, que examinamos numa dupla vertente, como dissemos, assente na combinação de duas lógicas – de inferiorização e de diferenciação – não deixamos de ter em conta a heterogeneidade de práticas que a designação recobre (Wieviorka 1992: 251). Existem muitos racismos no racismo<sup>10</sup>.

Feitos estes esclarecimentos prévios, partimos para a nossa pesquisa genealógica, em que nos propomos assinalar que as atitudes contemporâneas têm antecedentes, que podem decorrer tanto de um etnocentrismo recorrente na história das sociedades, como de atitudes, políticas e discursos alguns dos quais profundamente influentes no pensamento ocidental<sup>11</sup>. Estes últimos são de grande relevo, pois representam uma estrutura conceptual que servirá a utilizadores posteriores. Como, para alguns historiadores, a vinculação entre identidades de grupo e imagens e atitudes discriminatórias já se encontra na Antiguidade, a nossa reconstituição inicia-se aí.

## 2. RACISMO NA ANTIGUIDADE?

Há duas visões opostas no que se refere à antiguidade do racismo na Europa. Num dos estudos pioneiros do racismo, o historiador norte-americano Louis Snyder afirma tratar-

(10) Só para dar alguns exemplos, fala-se em «racismo institucional» para referir que o racismo permeia todas as estruturas da sociedade de modo sistemático, em «novo racismo» – ou «racismo cultural» – para designar uma forma nova e sofisticada do mesmo, em que as diferenças culturais são o pretexto para a discriminação, em atitudes «quase racistas», etc. (Giddens 2008: 637-642).

(11) Quando nos referimos a um etnocentrismo recorrente, queremos mencionar o facto de existirem grupos étnicos e afirmações de superioridade dos mesmos em múltiplos contextos históricos humanos, que não os referidos aqui. Não estamos propriamente a pensar na hipótese de explicação do etnocentrismo e do racismo a partir da sociobiologia como propõe Van den Berghe; nessa hipótese, os grupos étnicos e raciais são encarados como constituindo superfamílias, numa extensão da solidariedade própria do parentesco, e o etnocentrismo e o racismo apresentados como decorrendo da competição e do conflito entre esses grupos (Van den Berghe 1978).

-se de um fenómeno relativamente recente, e historicamente concomitante com o nacionalismo e imperialismo modernos. Até porque, no mundo antigo, os greco-romanos e os bárbaros germânicos não seriam muito diferentes em termos físicos, o que teria uma forte influência ao nível da percepção da diferença racial. Os conflitos entre as populações eram de outra natureza: «(...) até à emergência dos estados nacionais no fim da época medieval e no começo da época moderna, os antagonismos entre os povos deviam-se principalmente a diferenças culturais, religiosas e linguísticas. Pouco se entendia de casamentos e misturas raciais» (Snyder 1961: 25). Por isso, embora a ideia de desigualdade humana fosse muito antiga e radicasse na *xenofobia* – «o medo e a desconfiança do estranho» (*idem*: 20) – a concepção da mesma em termos raciais decorreria do impacto da expansão colonial da época moderna, que assistiria ao domínio do «homem branco» sobre os homens negros, vermelhos e castanhos, concepção consolidada sob o imperialismo do século XIX (*idem*: 25-26).

A defesa da inexistência de um preconceito de cor na Antiguidade foi objecto de uma obra conhecida de Frank M. Snowden Jr.. Este, mesmo tomando em consideração o facto de existir um simbolismo da cor, que contrapunha significados negativos vinculados ao negro e positivos ao branco, entendia que prevalecia uma atitude não discriminatória face às pessoas de cor, reforçada, nos fins da Antiguidade, pelo universalismo cristão<sup>12</sup>. A discriminação ligada à cor apenas surgiria com a expansão europeia no século XVI, associada ao comércio de escravos (Snowden Jr. 1983).

O historiador George L. Mosse recua ao século XVIII, quando se avançam no campo científico as primeiras classificações de raças, o momento fundador do racismo (Mosse 1978, Mosse 1988 [1961]: 85). E, no seu vasto estudo sobre a ideia de raça na Europa, Hannaford (1996: 3-85) defende que a ideia de raça era pouco importante para Gregos e Romanos. Outro historiador do racismo entende que, embora existisse preconceito étnico na Antiguidade greco-romana – e nomeadamente contra os Judeus – bem como escravatura, não se pode falar em racismo nessa época, pois não existiriam as duas componentes históricas principais do mesmo, a discriminação assente na cor e o antissemitismo, nem a ideia de que os grupos tivessem características transmissíveis hereditariamente e imutáveis. A história do racismo começará, em seu entender, no fim da Idade Média (séculos XIV-XV), (Fredrickson 2002: 6). Mais recentemente, Llobera ofereceu uma visão bastante matizada desta perspectiva. Se entende ser correta a identificação da raça como «fenómeno moderno», afirma ser possível encontrar testemunhos da noção de raça e de atitudes raciais em períodos muito distintos da história. Ao mesmo tempo que afirma que a ideia moderna de raça deve muito pouco ao passado grego, aceita, como Finley (1980: 118), a existência de preconceito etnocêntrico na Grécia. Este encontrar-se-ia, por exemplo, subjacente à instituição da escravatura, ou à teoria, atribuída a Hipócrates, da existência de

(12) Uma posição similar é a de Cannadine (2013: 177), que insiste na importância de definição de uma única origem da humanidade na Bíblia e no universalismo cristão. Para ele, o racismo está ligado à associação entre diferenças físicas, como a cor da pele, e posições em relações hierarquizadas.

uma relação entre clima, características dos indivíduos e instituições políticas. Esta era claramente etnocêntrica. Só o clima grego, variado, produzia gente empreendedora, capaz de se governar a si mesma de acordo com normas de sua iniciativa. Em Roma, apesar da capacidade integradora do Império romano, que concedia a cidadania romana aos povos conquistados, detecta-se hostilidade em relação a determinados povos, como os Celtas e os Judeus, enquanto os africanos eram desprezados precisamente por a sua pele ser de cor negra (Llobera 2003: 7-13).

Em contrapartida, outros autores têm identificado as primeiras manifestações de racismo precisamente na Antiguidade. Conquanto não encontre testemunhos de discriminação assentes na cor da pele, Delacampagne discerne elementos inequivocamente racistas nas sociedades de matriz greco-romana. Um deles reside no antissemitismo, detectável tanto nos «atos», como nas «palavras». No plano da ação encontram-se motins e perseguições anti-judaicas, cuja diferença (religiosa), sucesso (económico) ou rebeldia se procura punir. No plano do discurso, a ideia que os judeus eram portadores de uma doença que os tornava «impuros», a lepra, mal incurável que se acreditava ser transmitido hereditariamente. Mas havia outros marcadores tidos como específicos dos judeus, desde a fisiologia – o «mau odor» – ao carácter, pois aqueles seriam astuciosos, lúbricos e sediciosos (Delacampagne 2000: 48-54)<sup>13</sup>. O autor considera igualmente como racista – ou proto-racista – a teoria sobre a escravatura formulada por Aristóteles, que iremos mencionar mais à frente (Idem: 57-71). Propostas em parte similares foram avançadas por Benjamin Isaac, para quem também a história do racismo possui raízes na Antiguidade, mais propriamente no mundo greco-romano. Este historiador não afirma que existia no mundo clássico algo idêntico ao racismo do mundo contemporâneo, segundo ele muito influenciado pelo evolucionismo oitocentista e pela insistência, como elemento definidor da raça, em características exteriores do indivíduo (como a cor da pele). Mas, em sua opinião, se restringirmos o âmbito do racismo a algo ligado à aparência externa, estaremos a excluir da análise grande parte da história do fenómeno, e nomeadamente o antissemitismo. Os judeus não se distinguiriam dos outros no seio dos quais viviam em virtude da aparência física, e, no entanto, foram objecto de um racismo tenaz, que culminou no nazismo<sup>14</sup>. Em seu entender

*«[...] o racismo [...] implica sempre ideias acerca da transmissão hereditária de características, mas [...] uma definição mais ampla inclui outros traços essenciais dele conducentes ao mesmo resultado: a classificação de grupos de pessoas de acordo com critérios que ligam entre si características físicas, mentais e morais» (Isaac: 104-105).*

(13) Numa obra muito influente, Hannah Arendt (1973 [1950]) insiste, pelo contrário, na desconexão entre antissemitismo, tido como fenómeno moderno – tal como o racismo – e manifestações anteriores contra os judeus, que classifica como «anti-judaísmo religioso».

(14) No entanto, George Mosse (1988: 91) outorga um papel de relevo à aparência externa dos judeus dos *ghetos* da Europa de Leste no século XIX – uso de traje próprio, barba, adornos capilares distintivos –, bem diferenciada do comum das populações europeias, no desenvolvimento do antissemitismo oitocentista.

Assim, seria possível, desde a Antiguidade, encontrar exemplos de atitudes que representam atitudes de forte preconceito étnico e que podem ser consideradas racistas ou proto-racistas. Para ele, *proto-racismo* é a atribuição, constatada nas fontes escritas gregas e latinas em que a sua análise assenta, «[...] de características comuns a grupos de pessoas, características consideradas inalteráveis em virtude de serem determinadas por factores externos ou pela hereditariedade» (Isaac 2004: 38)<sup>15</sup>. Este proto-racismo encontra-se nos discursos sobre os Outros (os estrangeiros) formulados pelos autores da Antiguidade Clássica.

Isaac assinala como tópicos chave deste corpus discursivo proto-racista as crenças na influência do ambiente e na hereditariedade dos caracteres adquiridos, bem como a ênfase conferida às ideias de autoctonia e de pureza de linhagem (Isaac 2004: 55-56). A teoria do impacte ambiental (formulada pela primeira vez no conjunto de textos atribuído a Hipócrates, no século V a.C.) concebe as características dos homens como um reflexo das condições do meio. Produzida em primeiro lugar por autores gregos, esta perspectiva etnocêntrica, a que Llobera, como vimos anteriormente, também alude, descreve os grupos humanos como conjuntos homogêneos, sem ter em conta as variações individuais – uma característica do pensamento assente em estereótipos e do proto-racismo, segundo Isaac. No texto mais antigo relativo à «teoria ambiental» estabelece-se um contraste entre os Europeus e os Asiáticos. Na Ásia, o clima produz uma população fraca e cobarde. O facto de haver um bom clima, uma natureza prolífica – do ponto de vista explicitado na fonte –, produtora de povos bem alimentados e com boa aparência, faz com que as populações sejam fracas, juntando-se à influência (corruptora) do clima a das instituições políticas (monarquia). Pelo contrário, na Europa, a existência de um clima com variações (sazonais) pronunciadas, e não generoso como o asiático, dota os seus habitantes, aliás governados pelas suas próprias leis e não submetidos à autoridade de uma monarquia, de um carácter tenaz e corajoso (Isaac 2004: 60-65). Trata-se de considerações estigmatizantes dos que são expostos a climas mais quentes, como os Etíopes, os Egípcios, os Persas, etc.

O contraste entre Ásia e Europa que encontramos nos Gregos será substituído nos autores romanos pelo contraste Norte/Sul. Os romanos são retratados como virtuosos e superiores, em consequência de ocuparem um ponto médio entre esses dois polos. A essência da teoria ambiental e a sua base proto-racista manter-se-á nos autores romanos (Isaac 2004: 56-74; 82-109; 163-164).

O tópico da hereditariedade dos caracteres adquiridos também se encontra presente nos autores greco-romanos e liga-se às ideias de determinismo ambiental. Isaac cita ainda o referido tratado, atribuído a Hipócrates, onde se menciona como determinados atributos físicos – como as «cabeças alongadas», uma deformação craniana produzida como símbolo de nobreza – seriam transferidos de pais para filhos, do mesmo modo que a calvície ou o tipo dos olhos (Isaac 2004: 75).

(15) Isaac indica que a designação *proto-racismo* se aplica sempre que se entende que são o clima e a geografia o que determina as características imputadas ao grupo – enquanto a expressão *racismo* aludiria a uma matriz genética dessas características (Isaac 2004: 74).

Também qualidades ligadas à posição social, como as de súbdito, por exemplo, seriam transmissíveis de geração em geração. Os estatutos implicando posições de superioridade e inferioridade assentariam na natureza, como se vê, por exemplo, na teoria da escravidão natural de Aristóteles: haveria uma diferença entre o corpo do homem livre e o do escravo, sendo o do último dotado de força física para executar trabalhos manuais, e o do primeiro apropriado aos vários fins da vida cívica<sup>16</sup>. Esta divisão entre superior e inferior, amo e escravo, tinha um referente étnico: os gregos estariam dotados pela natureza para serem os senhores, os não gregos, os não civilizados, para serem escravos (Isaac 2004: 170-194).

Cita ainda como componente do proto-racismo a importância conferida às ideias de linhagem pura e de autoctonia que se encontram, sobretudo, entre os atenienses. Estes não se teriam misturado com gente de outra estirpe, e sempre teriam vivido e possuído a mesma terra. A cidadania é uma condição restringida pela «etnicidade». A ênfase na pureza da «ascendência» tem como correlato a condenação da mistura entre populações, que conduz à degenerescência (Isaac 2004: 109-148; 164-165). Também surgem apelos à eugenia em textos de Platão, por exemplo (Isaac 2004: 124-129).

Um outro aspecto do proto-racismo é a ênfase outorgada à aparência física, e a relação estabelecida entre esta e o carácter psicológico e moral. Já há, por exemplo, uma representação pejorativa da cor escura/negra e do cabelo em carapinha – a propósito dos Etíopes, por exemplo<sup>17</sup> –, erguendo-se como modelo o ideal estético da beleza grega (por autores gregos)<sup>18</sup>. Desenvolvem-se então as bases da fisionomia, a pseudociência que virá a ter tantos cultores na posteridade e que pretende deduzir os traços da personalidade a partir da aparência corporal: uma pele escura é sinal de cobardia e ambos estes aspectos são característicos dos Etíopes (Isaac 2004: 149-162).

O historiador refere ainda a ligação entre proto-racismo e imperialismo na Antiguidade. A expansão imperial helénica no tempo de Alexandre, por exemplo, é representada como um triunfo de um povo superior sobre povos inferiores. Aristóteles terá, segundo o autor, aparentemente aconselhado o seu discípulo Alexandre Magno a tratar os vencidos como «animais e plantas», fornecendo deste modo a sua teoria da escravatura

(16) A teoria da escravatura de Aristóteles naturaliza uma situação social de dominação (em que o escravo é equiparado à mulher e à criança), entre o senhor e o escravo, uns destinados a mandar, pela sua maior inteligência racional, outros ao trabalho corporal: «Aqueles cujo trabalho consiste no uso do seu corpo, e este é o que têm de melhor, são, por natureza, escravos (...) Assim, é escravo por natureza aquele que pode depender de outro (e, precisamente por isso, é de outro) e aquele que participa da razão ao ponto de a conhecer, mas não de a possuir». Cf. Aristóteles, *Política* (2012: 53).

(17) O cabelo encaracolado e a cor escura, adscritos aos Etíopes, simbolizam a cobardia (Isaac 2004: 151).

(18) Isaac assinala que encontramos, no texto atribuído a Hipócrates – *Ares, Águas, Lugares* – que temos vindo a mencionar, porventura a primeira correlação entre cor da pele e do cabelo e carácter. Assim contrastam-se populações altas, louras e de carácter independente, com populações escuras e de cabelo escuro, a quem falta tal carácter (Isaac 2004: 65). Ver também pp. 157-158. Sobre os gregos como representantes da beleza ideal, ver pp. 158-159. De notar que um «tipo ideal» de beleza grego é, para Mosse, como veremos mais à frente, um referencial do racismo moderno.

natural uma racionalização da conquista imperial e da desigualdade de tratamento entre gregos e não gregos. E Aristóteles era bem representativo, segundo o autor, das atitudes de muitos gregos da sua classe (Isaac 2004: 181).

Estes elementos que denotam a existência de preconceito etnocêntrico e, segundo Isaac, de proto-racismo, ligados à produção de identidades étnicas, são muito importantes e não apenas pelo facto da sua antiguidade. Antes, porque, ao assinalar a continuidade de tópicos e de padrões de apreciação na representação que as sociedades ocidentais fazem dos colonizados, também revelam o papel que o discurso antigo, enquanto fundador de um saber tido como legítimo, terá em percepções posteriores.

Ora, para Isaac, estes temas serão retomados na cultura ocidental cristã e no Iluminismo, dada a influência destes autores no pensamento moderno (Isaac 2004: 102). As ideias de determinismo ambiental também serão retomadas a partir da Renascença. Jean Bodin, por exemplo, fala na superioridade dos povos situados em regiões mais temperadas, em relação aos que habitam zonas extremas como o Norte e o Sul (Isaac 2004: 103). Montesquieu – no seu *L'Esprit des Loix* – menciona a superioridade dos Europeus face aos Asiáticos e outros explicável pelo clima em que vivem (idem: 103). No seu ensaio *On National Characters* [Acerca dos Caracteres Nacionais], David Hume, apesar de criticar a teoria ambiental, defende que os que vivem nas regiões polares ou tropicais são inferiores aos restantes. Herder achava os Negros intelectualmente inferiores devido aos efeitos do clima (idem: 103-104), apesar de também insistir na importância da supremacia das forças genéticas<sup>19</sup>. E poderíamos citar muitos outros. As ideias de Aristóteles sobre a escravatura natural – que, recorde-se, postulava que determinados povos estavam destinados à servidão, por serem naturalmente inferiores em termos de capacidade intelectual e moral – estarão presentes nos debates realizados sobre a legitimidade da escravatura dos índios americanos, que têm lugar aquando da Conquista Espanhola (Isaac 2004: 200-201; Llobera 2003: 18-26).

A hereditariedade dos caracteres adquiridos, o preconceito etnocêntrico, formulado a partir de perspectivas europeias/ocidentais, aplicado às populações submetidas ao domínio colonial, a sua percepção como totalidades homogéneas, o contributo da fisionomia, a ênfase na pureza de sangue e a condenação dos casamentos «mistos» como produtores de degenerescência, a defesa da eugenia, serão tópicos que se encontram no arsenal do racismo moderno. Como o será igualmente a identificação persistente do escuro, do negro, com a inferioridade, no plano civilizacional e estético.

(19) Isaac detalha, a páginas 103-104, não só a história da «teoria ambiental», como as vozes críticas da mesma.

### 3. EXCLUSÃO E DESCRIMINAÇÃO NO PERÍODO MEDIEVAL

Podemos detectar a persistência no período medieval de imagens e práticas discriminatórias, como as da identificação dos Judeus com o mal e a feitiçaria e o seu encerramento em *ghetos* (Judaiarias) (Fredrickson 2002: 18-23). Regista-se também a associação da cor negra ao mal ou ao monstruoso e de sentidos positivos ao branco, incluindo a concepção de que a conversão ao cristianismo acarretaria o branqueamento da pele dos negros – o que não quer dizer que a importância atribuída à cor como marcador de diferença na Idade Média fosse tão grande como a que se viria a encontrar no período contemporâneo. Também surgem então descrições de populações caracterizadas como distintas, em virtude do «sangue», costumes ou «natureza» (Hahn 2001: 10-13).

Tem-se chamado a atenção para o modo como os reinos cristãos medievais são concebidos como famílias extensas e para as implicações de construção da identidade face a «Outros» – sejam estes habitantes diferenciados da maioria que habita o reino, outras «nações» cristãs, povos não cristãos. A emergência gradual do que foi designado como «nacionalismo etnocêntrico» estaria vinculada à construção de estereótipos nacionais ou proto-nacionais, ao essencialismo cultural, e à hostilização extrema contra aqueles que não pareciam integrar-se no todo, como os Judeus ou os muçulmanos peninsulares. Poder-se-ia mesmo falar em racismo medieval, na medida em que se fariam, por exemplo, conexões entre a aparência física exterior e os traços «internos», especialmente os de carácter moral (Hoppenbrowsers 2007: 45-62). Segundo Hoppenbrowsers «(...) Os cristãos europeus-latinos apareceriam como superiores no plano racial aos vizinhos cismáticos, heréticos e bárbaros infiéis, que por sua vez formavam uma zona tampão entre a Cristandade e as raças monstruosas situadas na periferia da Terra» (idem: 59). Mas aqui haveria que distinguir entre o *etnocentrismo* e a *xenofobia* face a inimigos que fazem parte da mesma comunidade cristã, como a que exibem os portugueses face aos castelhanos (Sobral 2012) – mas com os quais é possível e mesmo desejável a aliança matrimonial e a procriação, como o revelam, aliás, os casamentos entre as respectivas famílias reais – e o *racismo* que atinge os tidos como de sangue impuro, que constituem um grupo à parte.

Num período de fechamento da Europa face ao mundo exterior tiveram muito em voga as representações dos habitantes que se encontravam fora dos seus limites como seres fabulosos (Amazonas, Sátiros, Hermafroditas, seres metade homens, metade monstros, etc.) (Llobera 2003: 13)<sup>20</sup>. Porém, se o selvagem era, para todos os efeitos, um ser imaginário, no qual o mundo medieval projetava os seus medos e preconceitos, os judeus eram algo de bem real, objecto de ódio e perseguições. Estas atitudes agudizam-se em momentos de mobilização da identidade cristã, como sucedeu no decurso da primeira Cruzada no século XI, que foi acompanhada de «progroms». Às antigas acusações contra os judeus –

(20) As imagens de raças monstruosas vinham da Antiguidade e entram em declínio com a descoberta do Novo Mundo. Mas a «imodéstia» e a «sexualidade» excessiva presente nessas imagens antigas inspirou atitudes face aos «selvagens» do Novo Mundo (Friedman 2000: 197-207).

por não terem aceitado Cristo como o Messias – juntavam-se novas, como a que lhes atribuía o assassinato ritual de crianças cristãs pela Páscoa. Os judeus eram segregados, sendo frequentemente obrigados a usar peças de vestuário identificadoras – como um chapéu especial, o que recorda o porte da estrela de David sob o nazismo – e é-lhes atribuída uma genealogia demoníaca – descendentes do Diabo – e determinados atributos físicos (como o nariz aquilino) (Llobera 2003: 13-14).

As práticas de discriminação anti-judaicas que têm lugar na Península Ibérica também são vistas como uma primeira institucionalização do racismo na Europa (Poliakov 1974 [1971]: 5)<sup>21</sup>. Os judeus serão alvo da hostilidade dos cristãos por um conjunto de causas: *religiosas* (pela sua não aceitação e condenação de Cristo, como já mencionámos); *económicas* (devido à sua presença, muitas vezes forçada, em ocupações associadas a uma manipulação tida por ilegítima do dinheiro, pois envolvia a usura); *psicológicas* (devido ao seu encerramento em *ghetos*, adquiririam certos traços psicológicos de identificação fácil, transmitidos culturalmente de geração em geração, o que fazia com que aparecessem como etnicamente diferentes do resto da população); *políticas* (a hostilidade de que eram objecto obedeceria à necessidade de uma certa homogeneização religiosa decorrente do processo de formação do estado), etc. A noção de «pureza de sangue» é, de acordo com Poliakov, de extrema importância. Ao dividir os cristãos em duas castas, os cristãos-velhos e os cristãos-novos, ela desprezava o dogma regenerador do baptismo, pois a mácula da falsa crença dos antepassados – Judeus ou Mouros – que se haviam convertido, perpetuava-se hereditariamente como uma mancha, pelo «sangue», afectando todos os descendentes. Para além de constituir um fundamento de perseguições futuras aos Cristãos Novos, introduzia uma clivagem de matriz biológica: o sangue. E esta terá profundas consequências, sendo mesmo considerada um factor crucial na génese do racismo moderno: «*a presença da noção de pureza de sangue é o primeiro sinal de que um preconceito étnico e cultural toma a forma de um preconceito racial*» (Llobera 2003: 15)<sup>22</sup>. Deve dizer-se que a hostilidade religiosa não se separava de marcadores corporais, como a sujidade e o mau-cheiro que D. Frei Amador Arrais (1944 [1589]) imputava no século XVI a judeus e mouros.

Na época medieval assistiu-se também à difusão de outros tópicos de importância para a formação das atitudes racistas. Em 1944, num dos textos pioneiros do estudo do nacionalismo, Friedrich Hertz chamava a atenção para o facto de os sentimentos raciais terem uma génese social e conflituosa:

*«(...) o sentimento racial parece ter emergido em larga medida de diferenças e conflitos sociais. Em muitos casos pode ser associado à ascensão de classes poderosas que se*

(21) Na introdução a uma outra obra, Poliakov refere a existência de antisemitismo na Antiguidade pagã, o afastamento entre Judeus e Cristãos – originariamente Judeus – e a sua concorrência no recrutamento de prosélitos nos primeiros séculos do Cristianismo, bem como o desenvolvimento do «antisemitismo teológico», que acusava os judeus de deicídio (Poliakov 1981: 11-44).

(22) Num sentido convergente ver Fredrickson (2002: 33) e Cannadine (2013: 179).

*olhavam, e eram olhadas por outros, como sendo de sangue nobre e terem o direito a uma posição privilegiada como uma casta».*

Hertz cita o facto de os nobres em toda a Europa pensarem que possuíam antepassados distintos dos servos, e insistirem, por exemplo, na sua ascendência mítica troiana, tal como os antigos romanos. Em contrapartida, nessas genealogias fictícias, os servos desceriam de Ham – ou Cam – como punição pelo desrespeito deste pelo seu pai Noé (Hertz 1966: 56-57)<sup>23</sup>.

A noção de uma superioridade étnica dos Godos, tão importante para a nobreza peninsular, que surge difundida em Espanha desde o século VIII (Poliakov 1974: 3-8), ilustra o que se acaba de dizer. Este «mito gótico» constitui uma manifestação da alegada superioridade dos povos germânicos, que reviveria muito mais tarde na própria política racista do III Reich<sup>24</sup>.

Para Hertz, as manifestações de inimizade assumiam por vezes um carácter de antagonismo racial – isto é, era negada aos inimigos uma identidade humana como a própria, sendo concebidos como seres monstruosos, equiparáveis a animais, em imagens similares às dos «selvagens». Cita o caso do tratamento dado pelos cavaleiros alemães aos escravos pagãos, tratados como pouco mais do que animais e ainda o facto de o início dos estados nacionais ter levado a manifestações de um «ódio quase racial». Na Idade Média, os franceses e os escoceses pensavam que os ingleses possuíam caudas como os animais<sup>25</sup>. Outros investigadores foram bastante mais taxativos ao descortinarem uma primeira articulação entre a fundação do estado-nação, para eles uma realidade formada na Idade Média, e o estabelecimento de «identidades raciais» na Idade Média – comunidades distintas em termos de consanguinidade, leis e costumes – reportando-se, no caso que citamos, às diversas identidades políticas existentes nas ilhas britânicas, já então caracterizadas, de acordo com esta opinião, como divididas em raças (*Gens*) (Hahn 2001: 8)<sup>26</sup>. E associou-se a insti-

(23) O filho de Ham, ou Cam, Canaã foi amaldiçoado e destinado à servidão, como punição pelo desrespeito de seu pai pela nudez paterna do avô, Noé. A história teria servido para justificar a submissão dos cananeus aos israelitas, mas seria mais tarde associada à legitimação da escravatura e racializada, com a ligação dos descendentes de Canaã aos africanos negros.

(24) Em França, também se difundiu a representação da sociedade dividida em duas raças: Francos (nobres) e Gauleses (plebeus), vencedores e vencidos. Cf. Poliakov (1974: 9-46), texto dedicado a uma abordagem da génese da ideia de uma superioridade «ariana» e em que as representações raciais das origens das nações europeias são abordadas com detalhe.

(25) O autor não fornece um maior número de ilustrações das suas afirmações no que se refere à génese social da hostilidade racial e à ligação entre a mesma e os sentimentos nacionais. Mas, ainda assim, dá alguns exemplos de preconceitos regionais e de estigmas ocupacionais (Hertz 1966: 56-57).

(26) Deve dizer-se que também se tem assinalado que a «linguagem da raça» na Idade Média – isto é a identificação das pessoas como grupos de descendência – não era idêntica ao «racismo pseudocientífico» posterior, nomeadamente por pressupor uma ascendência humana comum – a narrada na Bíblia – e não ser tão «biológica», bem como por esta componente «genética» ser frequentemente superada por ideias de influência ambiental e por existir uma «ênfase consistente nas componentes culturais e sociais da identidade étnica» (Bartlett 2001: 45).

tuição da «limpeza de sangue» em Espanha ao momento em que estava a construir-se aí uma forte noção de identidade nacional católica (Fredrickson 2002: 40-41)<sup>27</sup>. Aliás, é sob os Reis Católicos e após a expulsão dos Judeus e a conquista do último reino islâmico peninsular, o de Granada – a submissão dos «Outros internos» – que se inicia, com a viagem de Colombo, a conquista da América e a dominação dos “não-civilizados” (Rattansi 2007: 20).

#### 4. SELVAGENS, ESCRAVOS E RAÇAS

As viagens de exploração europeias, seguidas da conquista, expropriação do território e subordinação dos habitantes, incluindo frequentemente, no caso americano e africano, a escravatura e a destruição ou menorização das suas culturas, constituem momentos de confronto com populações de culturas radicalmente distintas da europeia.

Os fins da conquista e os modos como se operou a dominação dos conquistados geraram controvérsia, pois eram desconformes com valores exaltados no seio das próprias sociedades conquistadoras. Se para a maioria dos envolvidos no processo de colonização, a aquisição de fortunas era um móbil crucial, perante o qual tudo cedia em importância, para alguns outros tais factos eram condenáveis porque contrários ao espírito universalista do cristianismo, que concebia essas populações como objecto de conversão. Por isso se compreende que a conquista da América espanhola tenha suscitado um importante debate teológico centrado em torno do modo como eram pensados os indígenas.

Esse debate ocorre nos meados do século XVI. Entre os intervenientes encontram-se Francisco de Vitoria, Bartolomé de las Casas e Juan Ginés de Sepúlveda (dos três, só Las Casas tinha um conhecimento direto das populações americanas, primeiro como conquistador, depois como padre). Vitória afirmou que os índios como seres humanos não eram inferiores no plano da razão aos europeus, ou irracionais, pelo que não poderiam ser escravizados de acordo com a influente teoria da escravatura natural de Aristóteles. Todavia, embora dotados de uma ordem racional peculiar – havia, nas suas sociedades, instituições sociais como a religião, o casamento, direito, comércio, cidades e ofícios – os Índios possuíam práticas, como o canibalismo e os sacrifícios humanos, de difícil explicação a não ser que se aceitasse que, como todos os seres humanos, eles eram susceptíveis de aperfeiçoamento e que este poderia ter lugar através da educação. Em suma, os Índios eram seres humanos, mas dependentes, justificando-se a sua tutela (Llobera 2003: 20-22).

(27) A articulação entre identificação étnica do espanhol com a norma católica ortodoxa a partir do século XVI é também sublinhada por Stallaert. A autora refere duas fontes de impureza de sangue – a que atingia os convertidos, descendentes de judeus e muçulmanos, operando do «biológico» para o «ideológico»; a que afetava os heterodoxos e seus descendentes, como os simpatizantes do luteranismo, por exemplo, e que transformava em «biológico» o que era do foro da ideologia (Stallaert 1998: 43).

Las Casas e Ginés de Sepúlveda representam polos opostos na abordagem do estatuto dos Índios e na avaliação dos efeitos da conquista<sup>28</sup>. Aliás, os seus pontos de vista díspares foram expostos publicamente sob a forma de um debate a que presidiu o Imperador Carlos V. O primeiro estivera envolvido na colonização e fizera dela um retrato devastador, denunciando os seus horrores. Mais tarde, tendo-se feito sacerdote, continuará a sua denúncia da colonização, mostrando-se contrário à escravização dos Índios e à guerra contra eles, mesmo com o pretexto da conversão, pois esta só poderia ter lugar através de uma argumentação racional, pelo amor e pela empatia. Para ele todas as raças de homens eram racionais, possuíam entendimento, vontade e livre arbítrio, pois todas eram feitas à imagem e semelhança de Deus (Llobera 2003: 22-23).

Sepúlveda, confessor e cronista do Imperador Carlos V, assumia uma perspectiva antagónica. Apologista da ação dos colonos, defendia a aplicabilidade da teoria da escravidão natural de Aristóteles aos Índios. Estes eram vistos como inferiores e com uma capacidade de raciocínio limitada, e, por conseguinte, os civilizados exerciam um domínio legítimo sobre eles e tinham o direito de os utilizar como bestas de carga. Como refere Llobera, que temos vindo a seguir, a representação dos Índios de Sepúlveda assenta na contraposição entre estereótipos de espanhóis e de índios. Se os primeiros seriam caracterizados pela coragem, sabedoria, prudência, religião, humanidade, autocontrolo e inteligência, os últimos eram bárbaros, canibais e sujeitos às paixões mais baixas. Sepúlveda negava que eles fossem verdadeiramente humanos – seriam «homúnculos», pequenos homens, gerados por meios não biológicos, mágicos – desprovidos de artes ou letras, de leis escritas e de propriedade privada. Eram associados persistentemente a animais e a seres semi-humanos (Llobera 2003: 25)<sup>29</sup>.

O psicólogo Gustav Jahoda debruçou-se sobre a construção de uma constelação de imagens estereotipadas dos selvagens (índios, negros, e outras populações não europeias) pelos europeus, que acompanhou a expansão europeia. Essas imagens, que conhecem modulações ao longo do tempo, mas apenas são contestadas de modo sistemático no século XX, têm como traço comum o afastamento dos ditos selvagens do padrão representado pelo homem europeu. Como escreveu,

«(...) os europeus, assumindo a sua aparência física e modo de vida como critérios de uma humanidade plena, achavam que os selvagens deixavam a desejar. A sua pigmentação diferente, a sua nudez, o tipo de alimentos que consumiam (que se pensava inclui-

(28) Como menciona Llobera, a «raça negra» foi a grande ausente do debate, apesar do tráfico negreiro existente entre a África Ocidental e as minas e plantações da América (Cf. Llobera 2003: 24).

(29) Não houve qualquer conclusão formal do debate ocorrido em 1550-1551. Para Llobera (2003: 23), a legislação aprovada subsequentemente pela Coroa apoiava, até certo ponto, as ideias de Las Casas, embora a prática estivesse porventura mais de acordo com a perspectiva de Sepúlveda. Em 1537, o Papa Paulo III emitiu uma Bula em que considerava herética a opinião de que os Índios eram irracionais e incapazes de receber a Fé (Jahoda 1999: 16).

rem muitas vezes carne humana), e outras características vistas como negativas, que lhes eram atribuídas, eram tidas como indicação da sua animalidade.» (Jahoda 1999: 7).

Para Jahoda tais imagens decorrem do facto de os europeus representarem o Outro em função das suas próprias ideias e crenças. Aplicariam, assim, aquilo a que chama o «princípio da familiaridade», quer dizer, interpretariam o desconhecido em função do conhecido – por outras palavras, a sua representação do Outro era produzida no contexto das ideias e ideologias prevaletentes, incluindo o estado do conhecimento científico. Segundo Jahoda, este princípio da familiaridade tem um carácter universal, que não se aplica só a este caso dos invasores europeus. Refere concretamente como exemplo disso o facto dos conquistadores espanhóis terem sido recebidos como deuses pelos Astecas [pois estes possuíam um mito que se referia a esses deuses, tornando os conquistadores em algo de familiar] e o facto de os Bakongo da bacia do Zaire, no século XIX, identificarem os europeus como albinos [um modo de tornarem familiar o exótico representado pela pele branca] (Jahoda 1999: 9-12). Mas entre os europeus e os outros havia uma diferença:

«Existia, todavia, uma assimetria que decorria do facto dos europeus chegarem habitualmente como exploradores ou conquistadores. Em qualquer dos papéis viam-se quase invariavelmente como superiores (...) e frequentemente eram vistos como tais pelos Outros. Isto aumentava a probabilidade de os europeus os verem como algo menos completamente humano, mais próximo dos animais ou das crianças e por conseguinte os tratassem como tais» (Jahoda 1999: 10-11).

Os selvagens eram representados como não humanos, como seres próximos dos macacos, do estado de animalidade, como raças monstruosas, concorrendo para tais imagens textos antigos e descrições de exploradores contemporâneos. Estabelece-se uma proximidade entre o selvagem e o animal, nomeadamente com o macaco, difunde-se a ideia de se tratar de povos canibais, de o selvagem possuir uma sexualidade desmesurada, citando a este respeito mesmo a crença difundida das relações entre grandes símios e mulheres<sup>30</sup>. Os selvagens foram também comparados a crianças devido a deficiências imputadas no plano da cognição e do comportamento, atuando os europeus no lugar dos pais (Jahoda 1999: 131-163)<sup>31</sup>.

Como refere Jahoda, este conjunto de imagens do selvagem está ligado primariamente ao estabelecimento de uma identidade ocidental dominante<sup>32</sup>. Todavia, durante a segunda

(30) Voltaire, por exemplo, admitia a possibilidade de violação das raparigas por macacos nos «países quentes» (Jahoda 1999: 25).

(31) Simplificamos aqui necessariamente uma abordagem que é de uma riqueza excepcional.

(32) Jahoda (1999: 222-225) assinala que, aos olhos dos europeus [depois da Renascença], a grande diferença entre eles e o selvagem seria a decorrente de uns serem civilizados e os outros não. O autor reporta-se aqui às teorias sobre a «civilização dos costumes» de Norbert Elias. Como é sabido, este deu uma grande importância à regulação dos comportamentos corporais e ao seu recalçamento (como no refe-

metade do século XIX, a «alteridade» do selvagem seria ampliada a toda uma série de «Outros» Europeus, concebidos a partir do olhar dominante, o do «do homem educado de classe média». Como assinala, «*os selvagens, neste contexto, formam parte de um conjunto que inclui não apenas as crianças, mas os pobres urbanos e rurais, os criminosos, os doentes mentais, e mesmo as mulheres*» (Jahoda 1999: 237)<sup>33</sup>.

Estas imagens têm uma história, com fases distintas: a imagem do selvagem como animal, como macaco, é anterior à que o equipara à criança, que se desenvolve no século XIX, embora tenha persistido até ao século XX. Assiste-se, na atualidade, ao seu enfraquecimento. Persistem, sem dúvida, as ligações entre selvagem – em particular negros – e animais, as alusões à sua «bestialidade», à afinidade com os macacos<sup>34</sup>. Mas, como refere Jahoda, perderam o estatuto científico e a «respeitabilidade» de que gozavam, por exemplo, em pleno auge do imperialismo. Deixaram de poder ser expostas no domínio público e passaram aos «níveis subterrâneos da cultura popular» (Jahoda 1999: 243-248).

A redução à escravidão de seres humanos foi legitimada pelos discursos que, de um modo ou de outro, lhes conferiam um estatuto de inferioridade face ao conquistador branco. Esta foi a sorte das populações americanas ou africanas que suportaram o embate colonial a partir de finais do século XV. Todavia, o seu destino foi distinto. Os índios da América tiveram de suportar o primeiro embate predador dos europeus, com consequências desastrosas sobre a população local. A mineração e o estabelecimento de plantações levaram à escravização dos índios na América espanhola e no Brasil. Entretanto, as condições da conquista e a ação das epidemias desconhecidas nessa zona – como a varíola e o sarampo – dizimaram a população. A Coroa espanhola procurou, entretanto, cercear os poderes dos conquistadores, assumindo um papel central nas relações com os índios, obrigados a tributo e a serviços de trabalho, nomeadamente nas minas. A escravatura dos índios da América espanhola será abolida em 1542, exceptuando-se desta medida a população rebelde das fronteiras (Wolf 1982 [1977]: 131-157). No Brasil, o cativo de Índios, prosseguido de qualquer modo durante séculos, será contrariado por membros do clero – e nomeadamente pelos Jesuítas, como na América espanhola – e pela própria Coroa, com Pombal, que também aboliu a barreira de cor contra os cristãos asiáticos vassalos de

rente à sexualidade, às maneiras de estar à mesa, etc.), movimento que se difundiria do topo para a base da sociedade no período pós-medieval. Tal facto acentuaria a diferença cultural entre os Europeus e os Outros, servindo para estruturar os estereótipos negativos referentes a estes últimos. Acrescente-se que havia quem estabelecesse hierarquias entre os Brancos: os louros seriam superiores aos morenos, etc. (Jahoda 1999: 174).

(33) Cf. Jahoda (1999: 237-238), onde se cita nomeadamente as aproximações feitas pelo criminologista oitocentista Lombroso entre selvagens, mulheres, crianças, animais selvagens e criminosos. Veja-se a respeito desta proposta de Jahoda a ideia de Hertz atrás explicitada de que existiria uma matriz social na génese do preconceito racial. Estes grupos têm em comum serem objecto de dominação, seja esta decorrente do género, da ausência de capital (económico, escolar, social), da idade, da posição perante a lei, da divisão entre normal e patológico, etc.

(34) O presidente Obama e a sua família foram representados como símios. Cf. <http://www.authenticity.com/diversity/african/3-coon/6-monkey/>, última modificação 20-07-2012.

Portugal, ao introduzir uma série de decretos que incentivavam inclusive o casamento entre colonizadores e índios e proibiam a discriminação contra os seus descendentes, uma prova da sua existência (Boxer 1967: 121-134). Contudo, os limites da legislação pombalina em matéria de escravatura – proibição do tráfico de escravos para Portugal, mas não entre as colónias, seguida da abolição da escravatura no território metropolitano em determinadas condições – são sublinhados por Bethencourt (2012: 8-9)<sup>35</sup>. Os índios foram em grande medida substituídos pelo trabalho escravo de africanos (Wolf 1982: 195-231). E estes escravos africanos não contavam com o apoio de um defensor dos índios como o Padre António Vieira, apesar deste não acreditar na superioridade inata do branco. Mais, argumentava que o modo melhor de assegurar a liberdade do ameríndio era aumentar o fornecimento de mão-de-obra africana, isto mau grado insistir que «a religião e não a raça era a marca do homem civilizado» (Boxer 1967: 136).

Assim, entre os começos do século XVI e a segunda metade do século XIX – quando a escravatura é abolida nos estados do sul dos EUA e, mais tarde, no Brasil – são transportados de África perto de 10 milhões de pessoas. O império português – ou império luso-brasileiro – e os seus súbditos têm um papel destacado no tráfico de escravos. A produção de açúcar assentará no trabalho do escravo africano e o Brasil será o principal destino do tráfico, com mais de um terço dos pouco mais de 10 milhões que constituirão o total<sup>36</sup>. Ora, como se assinalou, não se podia escravizar durante 300 anos sem adquirir «um sentimento consciente ou inconsciente de superioridade racial» (Boxer 1977: 294)<sup>37</sup>. O primeiro cronista da chegada dos Portugueses à Guiné, Gomes Eanes de Zurara, olhou para os primeiros escravizados negros trazidos para Portugal pelas expedições marítimas organizadas pelo infante D. Henrique como gente que, embora humana, da «geração dos filhos de Adão», susceptível de emoções – e de gerar emoções de empatia nos outros – e capaz de receber o cristianismo, estava sob a maldição bíblica de Noé, que a condenava à servidão. Do mesmo modo, não deixava de olhar para a aparência física dos cativos dos portugueses,

(35) Bethencourt também refere que a abolição da escravatura nas colónias e do tráfico de escravos, onde operavam alguns dos maiores capitalistas da primeira metade do século XIX, só teria lugar muito mais tardiamente no século XIX, sob pressão britânica.

(36) Os números variam um pouco entre os autores. Crow e Thorpe – citados em Giddens (2001: 262) – falam em 3,6 milhões de escravos transportados para o Brasil, num total próximo dos dez milhões de inícios do século XVII ao século XIX. Alencastro (2000: 69) dá um número um pouco superior aos 4 milhões para os escravos negros transportados para o Brasil (entre 1550 e 1860) para um total um pouco superior aos 10 milhões do tráfico escravagista transatlântico. De referir que as atitudes dos colonizadores eram em geral mais extremas face aos negros do que a qualquer outra população (Giddens 2001: 264).

(37) O capítulo XI desta obra oferece um panorama das discriminações operadas tanto em função da cor como em função da religião – mas algo que se transmitia hereditariamente pelo sangue que «contaminava» os descendentes (de Judeus) – e como todo o império estava construído em função da supremacia do branco natural do Reino, a quem eram reservados inclusivamente certas posições eminentes ou monopólios mesmo nas ordens religiosas ou religiosas-militares (Boxer 1977: 279-303). Cannadine (2013: 179) discerne os inícios dos estereótipos raciais no tráfico de escravos africanos, em conjunto com os ataques aos Judeus na Idade Média.

e nomeadamente para a cor da pele, vendo os mais brancos como formosos e os negros como o oposto (Azurara 1841: 93, 94; 132-135).

Se as ideias em torno do selvagem, ameríndio ou negro, foram um meio de legitimação do preconceito racista, aliado à institucionalização do trabalho escravo, aquele continuou muito para além do fim da escravatura, que não significou nem a igualdade jurídica plena, em termos de direitos de cidadania, nem se traduziu em mobilidade social significativa para a população de cor. A população afro-americana, por exemplo, em particular a do Sul, sofreu os efeitos da edificação de um sistema de segregação racial, discriminação, violência extrema e retirada de direitos de cidadania – as chamadas leis Jim Crow – após a vitória do Norte sobre o Sul na Guerra da Secessão (1861-65), com a qual se aboliu a escravidão (Fredrickson 2002: 110-111).

Já se recorreu à imagem de uma «espada de dois gumes» (Fredrickson 2002: 64) para tentar uma síntese quanto ao significado do Iluminismo na história do racismo. Por um lado, as revoluções democráticas de finais do século XVIII implicaram mudanças tanto no estatuto do negro nos EUA, onde os estados do Norte começaram a abolir gradualmente a escravatura, como o desenvolvimento de um movimento abolicionista na Grã-Bretanha, que iria pressionar fortemente no século XIX potências esclavagistas como Portugal a tomar medidas nesse sentido. Na sequência da Revolução Francesa, também a escravatura foi abolida nas colónias francesas – e, numa delas, a resistência dos colonos à abolição levou à criação revolucionária da primeira república negra, o Haiti –, conquanto fosse restabelecida por Napoleão. Ao mesmo tempo, foram removidas diversas medidas discriminatórias anti-judaicas, tendo os judeus acedido à cidadania francesa, o que foi acompanhado por medidas de emancipação em outros locais, como os EUA e o Reino Unido (Fredrickson 2002 64-66).

Mas, ao questionar e demolir as crenças cristãs assentes numa origem única de toda a humanidade – a monogenia –, o Iluminismo abriu a possibilidade de se pensar as populações diferentes do globo como pertencendo a raças com origens distintas (Cannadine 2013: 180). Entretanto surgem as tentativas de objectivar e classificar cientificamente as raças, condição de possibilidade de um racismo assente em marcadores biológicos, em particular o baseado na cor da pele. Carl Von Linné (Linnaeus), no *Sistema da Natureza*, de 1735, foi o primeiro autor a sistematizar a existência do homem como parte da Natureza. O homem, a última e a melhor das criaturas de Deus, fora concebido à imagem e semelhança do Criador. Pertencia a uma única espécie, *Homo Sapiens*, da Ordem dos Primatas, dividida em cinco variedades: Americana («cor de cobre»), Europeia (branca), Asiática (amarela), Africana (Negra) e Homem Selvagem (mudo, cabeludo). A principal base da distinção assentava na cor da pele (a que acrescentava o temperamento, costumes e hábitos). Entretanto, já se distinguia uma hierarquia nestas variedades (para além da figura do Homem Selvagem, que evoca a animalidade)<sup>38</sup>. Assim, os europeus brancos são apresen-

(38) Segundo Jahoda (1999: 41), na edição final da sua obra, datada de 1758, a espécie *Homo Sapiens* é apresentada como comportando 6 variedades. Além das cinco aqui mencionadas acrescentava-se o *Homo*

tados como engenhosos e governados por leis, os americanos como irascíveis (mas amantes da liberdade) e dirigidos pelo costume, os asiáticos como melancólicos e regidos pelas opiniões e os negros, finalmente, como indolentes, governados pelos ditames do capricho (Hannaford 1996: 203-204; Linné, 1735, *in* Eze 2005: 13).

Atribui-se habitualmente a George-Louis Leclerc, conde de Buffon, a introdução da palavra *raça* na linguagem da ciência natural – «em algo que se aproxima ao sentido moderno» (Jahoda 1999: 44). Distinguiu seis variedades – ou «raças» – na espécie humana: 1) Lapónia ou Polar; 2) Tártara ou Mongólica; 3) raça da Ásia do Sul; 4) Europeia; 5) Etíope; 6) Americana. Para Buffon, as causas da variação entre as cores das diversas raças deviam-se ao clima. Quanto mais quente, mais negra era a cor dos homens. Concedia, todavia, que o frio extremo produzisse consequências idênticas, chegando a escrever que ouvira dizer que alguns habitantes da Gronelândia eram tão negros quanto os africanos. A comida, o modo de vida, as doenças, a mistura de indivíduos produziam diferenças entre as raças. Entretanto havia uma só espécie de humanidade: «[...] Todas as circunstâncias concorrem para provar que a humanidade não é composta por espécies essencialmente diferentes umas das outras; que, pelo contrário, só havia originariamente uma única espécie que, depois de se ter multiplicado e difundido por toda a superfície da terra, passou por várias mudanças devido à influência do clima, alimentação, modo de vida, doenças epidémicas, e a mistura entre indivíduos dissemelhantes...» (Buffon, 1748-1804, *in* Eze 2005: 27). Buffon estabeleceu claramente uma distinção entre as diversas raças, oferecendo, nas palavras de Jahoda, um quadro repulsivo dos que eram então tidos como os mais «inferiores» dos selvagens, os Hotentotes (Jahoda 1999: 44). Os habitantes da América do Norte não «civilizados» – mas não os do México ou Peru, gente polida, com leis, indústria, arte, e um «espécie de religião» – eram retratados como sendo [...] todos igualmente estúpidos, ignorantes, e destituídos de arte ou indústria». Quanto aos das Caraíbas «[...] *embora nunca pensem, têm um aspecto pensativo melancólico*» (Buffon, 1748-1804, *in* Eze, 2005: 18-19). O clima mais temperado produz a gente mais civilizada e mais bela: «*O clima mais temperado situa-se entre os graus 40 e 50 de latitude, e produz os homens mais simpáticos e belos (...) Os dois extremos estão igualmente afastados da verdade e da beleza*» (Buffon, 1748-1804, *in* Eze 2005: 26)<sup>39</sup>.

*Monstruosus* (comportava seres com anormalidades naturais como gigantes e anões ou com monstruosidades produzidas de modo artificial, como no caso dos eunucos ou de homens com cabeças comprimidas ou alongadas). A figura do *Homem Selvagem* reportava-se a histórias, muito discutidas, de crianças ou adultos, que se afirmava viverem nos bosques no seio dos animais.

(39) Atente-se, entretanto, na articulação entre verdade e beleza. De facto, para George Mosse, se o racismo tem um dos fundamentos no empenho científico para definir as raças humanas, também os critérios estéticos são um seu suporte. Esses critérios eram os do ideal de beleza grego [tal como representado nas esculturas que sobreviviam da Antiguidade]. A beleza tinha um sentido moral: a beleza queria dizer ordem e serenidade para os filósofos das Luzes» (...) as leis clássicas da beleza eram leis naturais do mesmo tipo das que governavam a natureza e a moralidade» (Mosse 1992: 15).

Para Blumenbach, autor da obra *Sobre as Variedades Naturais da Humanidade* (1776), havia uma só espécie humana, com cinco variedades principais. Este autor monogenista, que é habitualmente tido como o fundador da antropologia física, baseou a suas observações no estudo de crânios e na literatura de viagens contemporânea (Jahoda 1999: 44; Hannaford 1996: 206). A espécie humana era absolutamente distinta dos macacos e os negros não constituíam uma espécie peculiar de Humanidade<sup>40</sup>. A formação de variedades devia-se a processos de transformação, por gradações, da variedade Caucasiana, que era a original, processos a que deu o nome de degeneração. Esta era causada pela influência combinada de factores como o clima, a alimentação e o modo de vida. As cinco variedades discriminadas por Blumenbach eram a *Caucasiana*, a *Mongólica*, a *Etiópe*, a *Americana* e a *Malaia*. A variedade *Caucasiana* era a de cor branca. Pertenceriam a esta variedade os povos da Europa – excepto os Lapões e os descendentes dos Finlandeses – os povos da Ásia até ao rio Obi, o Mar Cáspio e o rio Ganges, e os do Norte de África. A variedade *Mongólica*, dos povos de cor amarela, agruparia o remanescente dos povos da Ásia – menos os Malaios – os Finlandeses da parte fria da Europa, os Lapões e os Esquimós. A variedade *Etiópe* incluía todos os africanos, com exceção dos habitantes do Norte de África. A variedade *Americana*, dos povos de cor acobreada, incluiria todos os habitantes da América, excepto os Esquimós. Finalmente, a variedade *Malaia* agregaria povos de tez mais ou menos escura, que habitariam diversas ilhas do Oceano Pacífico, os habitantes das Marianas, das Filipinas, das Molucas, das ilhas de Sonda, da Malásia, etc. (Blumenbach, 1776, *in* Eze 2005: 84-85).

Blumenbach descreveu com as cores estéticas mais favoráveis a variedade Caucasiana, que possuiria o « (...) *tipo de aparências, que, de acordo com a nossa opinião de simetria, nós achamos melhor*», por ser no Cáucaso «*que se encontrava a mais bela raça de homens, a Georgiana*» e, em termos pouco lisonjeiros, os «Etiópes» com «*fronte nodosa*», «*lábios muito inchados*» e «*pernas cambadas*» (Blumenbach, 1776, *in* Eze 2005: 85-86). Apesar destas caracterizações, de que se terá posteriormente retratado, opôs-se aos que descreviam os africanos como inferiores e mesmo como membros de uma espécie à parte da humanidade (Blumenbach, 1776, *in* Eze 2005: 86)<sup>41</sup>.

Mas Blumenbach é uma figura excepcional no contexto do seu tempo. Alguns dos autores mais influentes do Iluminismo, e nos quais assenta em boa medida o pensamento filosófico posterior, deram acolhimento ao preconceito racial. Iremos referir-nos aqui a

(40) Blumenbach pôs inteiramente de lado qualquer referência às raças monstruosas, bem como a ideia de haver relação – e nomeadamente de cariz sexual – entre a fêmea humana e os grandes símios, o que, como refere Jahoda, eram elementos importantes das imagens (preconceituosas) dos selvagens. Só o homem era dotado da capacidade da fala e o seu cérebro era completamente distinto do dos macacos. Cf. Hannaford (1996: 208-209).

(41) Ver Jahoda sobre Blumenbach (1999: 65). O mesmo autor refere um teórico racista contemporâneo de Blumenbach, Meiners, que estabeleceu a beleza como critério de classificação racial, aparecendo os povos de origem dita caucasiana – à exceção dos eslavos – como os mais belos, e os negros, e sobretudo os americanos, como os mais horrendos na escala da beleza (Jahoda 1999: 65-68).

alguns casos postos em destaque por Eze (2005) numa antologia dedicada ao discurso da raça no Iluminismo.

No seu ensaio «Acerca dos Caracteres Nacionais» (1748), que constitui uma refutação de que o carácter das nações, ao contrário do que pensava uma tradição que remontava à Grécia clássica – como no início referimos –, era explicável por «causas físicas», como o ar e o clima, Hume expende considerações eivadas de um total etnocentrismo europeu e de teor abertamente racista sobre os negros e outras «raças». Afirma, por exemplo: (...) *pode-se obter o que se quiser de um negro, oferendo-lhe licores fortes: não só vos venderá os filhos, como as suas mulheres e amantes por um barril de aguardente* (2001 [1748]: 424). E, numa longa nota de pé de página: «Inclino-me a pensar que os negros, e mais geralmente todas as outras espécies humanas (pois há quatro ou cinco), são naturalmente inferiores aos Brancos. Nunca houve uma nação civilizada, e nem mesmo um indivíduo que se distinguisse pelas suas ações ou pensamento, que tivessem uma outra cor que não a branca. Não há no seu seio invenções engenhosas, artes ou ciências. Por outro lado, os Brancos mais grosseiros e mais bárbaros, como os antigos Germanos ou os Tártaros na atualidade, sempre possuíram qualquer coisa de eminente, fosse ela a sua coragem, a sua forma de governo, ou qualquer outra qualidade. Não se poderia encontrar uma diferença tão uniforme e constante, através dos países e das épocas, se a natureza não tivesse estabelecido uma distinção original entre estas raças de homens. Sem falar nas nossas colónias, há escravos negros em toda a Europa no seio dos quais nunca se encontrou o menor sinal de engenho, enquanto vimos entre nós gente de baixa extração conseguir ascender e distinguir-se em todas as profissões. Fala-se, por certo, de um negro da Jamaica, que seria um homem de saber e de talento. Mas é provável que ele seja admirado por méritos bem magros, como um papagaio que pronuncia algumas palavras corretamente»<sup>42</sup>.

Veremos que Immanuel Kant irá retomar explicitamente estas últimas afirmações. No seu ensaio «Acerca das diferentes Raças do Homem» (1775) Kant defende que todos os homens provêm da mesma raiz, do mesmo «genus natural», pois, por maiores que sejam as diferenças entre os humanos, podem gerar crianças férteis entre si: «*Deste modo Negros e Brancos não são diferentes espécies de humanos (...), mas são raças diferentes*» (Kant, 1775, in Eze 2005: 40). As raças, formadas pela influência do ar e do sol nos germes e disposições corporais, serão quatro, em sua opinião: a raça dos Brancos, a dos Negros, a Húnica (ou Mongólica ou Kalmuck) e a Hindu ou Hindustânica. De todas estas raças, a Branca será a que está mais próxima da raiz original. O etnocentrismo do autor é notório

(42) Esta nota foi acrescentada na edição de 1753 e substituída por uma outra, que não a modificou substancialmente, na edição de 1777. As citações e a informação são retirados de David Hume «Des caractères nationaux», in *Essais Moraux, Politiques et Littéraires et Autres Essais*, Gilles Robel, editor, (com a colaboração de Vincent Regnier), Paris, PUF, 2001: 406-425. A posição de Hume foi criticada pelo seu contemporâneo James Beattie, que criticou o etnocentrismo inerente: «(...) Que qualquer prática e sentimento, que não esteja em conformidade com os usos da Europa, seja considerado bárbaro, parece ser uma máxima fundamental de muitos dos nossos críticos e filósofos» (Beattie, 1770, in Eze 2005: 36).

na secção quatro do seu ensaio famoso «Observações sobre o Sentimento do Belo e do Sublime» (1764), em que caracteriza os povos em função do seu sentimento estético e moral (o belo e o sublime). Passa aí em consideração as características dos membros das diversas nações – ingleses, franceses, espanhóis, italianos, holandeses, árabes, persas, japoneses, japoneses, chineses – para sublinhar a superioridade, em geral, das nações europeias sobre as restantes, e dos alemães sobre os outros europeus:

*«O Alemão (...) possui uma afortunada combinação de sentimento, tanto no que se refere ao sublime como no que se refere ao belo; e se no primeiro não é um igual de um Inglês, nem no segundo o de um Francês, ultrapassa-os, no entanto, na medida em que os une.»*<sup>43</sup>

Os Negros são alvo das considerações mais negativas. A afirmação de Hume, atrás referida, é citada com aprovação:

*«Os Negros de África não têm por natureza qualquer sentimento que se eleva acima do trivial. Mr. Hume desafia quem quer que seja a citar um único exemplo de um Negro que tenha mostrado ter talentos (...). É tão fundamental a diferença entre estas duas raças do homem [Branços e Negros] que parece ser tão grande no que diz respeito às capacidades mentais quanto o é na cor»* (Kant, 2003 [1764]: 110-111).

O etnocentrismo, o nacionalismo e o racismo estão presentes igualmente na sua obra *Geografia Física*, editada postumamente. Atente-se nas considerações sobre os alemães: «Os povos mais altos e mais belos encontram-se no paralelo nos graus que atravessam a Alemanha. No Norte da Mongólia, na Caxemira, na Geórgia, (...) e até às colónias britânico-americanas, nós encontramos gente de cor loura, bem constituída, com os olhos azuis»<sup>44</sup>. E estabelece uma hierarquia entre as diversas raças humanas (associadas a distintas zonas climáticas): «Nos países quentes o ser humano atinge a maturidade mais cedo em todos os aspectos, mas, no entanto, não atinge a perfeição dos que se encontram em zonas temperadas. A Humanidade atinge a sua maior perfeição na raça dos brancos. Os Indianos amarelos têm um talento escasso. Os Negros estão bastante abaixo deles e no ponto mais baixo encontra-se ainda uma parte dos povos americanos». (Kant, *Geografia Física in Eze* 2005: 59, 63).

Mas, nos seus preconceitos, Kant não era uma figura isolada. Antes refletiria atitudes correntes, banais. Nas suas *Lições sobre a Filosofia da História Universal* (1822-8), Hegel

(43) A tradução do título e do extracto foi feita a partir de uma edição em língua inglesa de Immanuel Kant (1764), *Observations on the Feeling of the Beautiful and the Sublime* (translated by John T. Goldthwait), secção 4, «On National Characteristics so far as They Depend upon the Distinct Feeling of the Beautiful and Sublime», 2003, p. 104. Ver a abordagem das posições de Kant em Eze (2005: 53-57), e de Hume e Kant em Cannadine (2013: 180).

(44) Hannaford (1996: 218) classifica Kant como a inspiração de Houston Stewart Chamberlain, o apóstolo da raça ariana que é um precursor do nazismo.

expõe uma visão da história marcada pelo eurocentrismo. Os negros são representados como destituídos de tudo aquilo que caracteriza os europeus. A sua religião não conhece um deus transcendental, nem a imortalidade da alma, nem o valor ético das relações familiares, nem há uma verdadeira constituição política (antes um patriarcado que nada mais será do que o governo dos sentidos) (Hegel, 2007 [1822-28]; Eze 2005: 127-137). A África esteve afastada da história do mundo – com exceção do Norte de África, que pertence, segundo o filósofo, aos mundos europeu e asiático –, é um continente não histórico. Quanto aos seus habitantes são enérgicos, mas presa excessiva dos sentidos, sem controlo sobre estes e incapazes de desenvolvimento cultural: «*É notório que o carácter dos negros se distingue pela ausência de autocontrolo (...) Não são capazes de qualquer desenvolvimento ou cultura e vemo-los hoje como sempre foram*» (Hegel, 2007 [1822-28]: 98)<sup>45</sup>.

## 5. RACISMO E NACIONALISMO: NAÇÃO, RAÇA E IMPÉRIO NO PERÍODO MODERNO

As associações entre o facto nacional, as ideologias nacionalistas e práticas e discursos racistas têm uma já longa história. Como é evidente, essa história pode ser mais ou menos distante, consoante a genealogia que fizermos da emergência das nações e do nacionalismo e o entendimento que tivermos do racismo. Neste ensaio temos vindo a advogar a ideia de que a associação entre etnias, nações e preconceito não só étnico como de tipo racista é muito antiga. Uma análise histórica da formação nacional portuguesa vista como um processo multiseular ilustra um processo de construção de um nós cristão articulado com a xenofobia anti-castelhana, e a perseguição e exclusão dos que não se enquadravam nessa definição: judeus, mouros, ciganos (Sobral 2003, 2012)<sup>46</sup>. A importância multiseular do racismo e da discriminação nas sociedades ibéricas foi recentemente enfatizada, tendo-se chamado a atenção para o facto de o mesmo incluir judeus e mouros – cristãos-novos e mouriscos, depois da sua conversão forçada – e também para a designação, pejorativa, de «negros da terra» ser aplicada aos nativos da América e da Ásia (Bethencourt 2012: 9).

(45) Será quase desnecessário acrescentar que estas observações não pretendem abordar o pensamento mais global dos filósofos citados.

(46) Chamou-se a atenção para o facto de se ter criado, pela perseguição contra os cristãos-novos, uma «nação portuguesa» formada pelos segregados (Paiva 2012: 279). Esta é uma demonstração do carácter relacional da construção das identidades, em que a exclusão dos diferentes é o corolário da construção de Portugal como nação católica – isto é, cristã-velha, de sangue puro. Tais factos têm lugar num período de forte exaltação etnocêntrica em Portugal – a expulsão e conversão forçada de Judeus e Mouros data do tempo de D. Manuel. Entretanto, um outro grupo diferenciado da maioria, os ciganos, terá provavelmente entrado em Portugal no século XV e a sua primeira expulsão foi decretada por D. João III na primeira metade do século XVI.

Uma rara proposta de análise das associações entre raça e nação antes dos séculos XIX e XX, momento em que elas se tornam conspícuas, encontra-se na obra de Nicholson (1999). Para ele, é no século XV que «o estado-nação tem o seu começo e com ele, e como seu corolário, a primeira manifestação distintiva da sua forma de identidade, o racismo» (Nicholson 1999: 29)<sup>47</sup>. A conquista e a exploração colonial têm um papel de enorme relevo nesta história, pois constituem um contexto crucial de estruturação das identidades racializadas dos conquistados e colonizados e, por contraponto – embora Nicholson não insista neste aspecto – das identidades (nacionais) dos conquistadores. Ou, por outras palavras, de inclusão de uns na nação ou raça dominante e de exclusão de outros, definidos como inferiores.

Sumariando o ponto de vista de Nicholson: «O estado-nação era uma força económica e política agressiva a favor da cultura aglutinada dos grupos e interesses detentores de riqueza, incluindo, habitualmente, a própria monarquia. O racismo assegurou sempre a transferência de riqueza para estes mesmos grupos ou classes. Os líderes reais e nacionais presumiam que a própria civilização conhecia avanços devido aos seus feitos nacionais. Eram parte deste empreendimento mais amplo e glória da sua nação» (Nicholson 1999: 72-73).

Um dos exemplos que Nicholson oferece como precursor das práticas do colonialismo europeu é o da Irlanda. Ali, conjugaram-se diversos processos que estabelecem a dominação colonial comandada por um estado-nação, associada a práticas de conquista, de expropriação do território dos autóctones e da sua redução a um estatuto de servidão, práticas de racismo acompanhadas de estereótipos negativos em conformidade. Os reis ingleses interferiram na Irlanda desde a época normanda, período em que se estabeleceu uma separação entre os anglo-normandos e os irlandeses autóctones. Com o desenvolvimento do estado-nação inglês, a partir do século XVI – quando esse estado cria uma Igreja nacional – apertou-se o cerco aos Irlandeses, que atingiu um ponto culminante no século XVII com Cromwell, através da conquista, massacre e deslocação das populações e sua redução à servidão. A conquista da Irlanda estabelecerá um padrão nas práticas do racismo do estado inglês:

*«O racismo consistiu num processo em três etapas conduzido pelos ingleses na Irlanda e estabeleceu um padrão quase universal que se encontrou um pouco por toda a parte no império; primeiro, foi a conquista militar pela guerra; segundo, a expropriação e a deslocação da população (...) terceiro a degradação racial da população.»* (Nicholson 1999: 74-75).

A terra de muitos irlandeses católicos foi confiscada, foram excluídos da educação e do governo, acantonados nas zonas mais estéreis da ilha, exilados, e inclusive alguns adscritos ao trabalho em plantações das Caraíbas. A Irlanda foi submetida à colonização britânica

(47) Em seu entender, Portugal é um estado-nação precoce (Nicholson 1999: 34).

nica protestante. Estas medidas implicaram um tratamento assimétrico, para Nicholson uma marca do racismo, mesmo sem a menção da cor, que, em seu entender, não é uma «*parte necessária da mitologia racial, mas tornou-se um dos seus sustentáculos*» (Nicholson 1999: 78). Para Nicholson, existem, portanto, paralelos estruturais flagrantes entre o sucedido no caso irlandês e o que ocorreu com outras colonizações extraeuropeias. O estigma irlandês perdurou. Quando os irlandeses emigraram em massa para os EUA na sequência da «Grande Fome» (1845-1852), encontraram aí um forte sentimento de rejeição – a que se alude no filme «Gangs of New York» (2002) de Martin Scorsese – e representações que os associavam ao mesmo tipo de imagens pejorativas que se aplicava à população negra. Só a pouco e pouco, e à medida que conquistavam poder político, foram integrados na formação dominante dos «brancos» (Rattansi 2007: 38-44; Doyle 2010).

Identificar-se com a nação – ou com a raça, pois foi frequente o seu uso como sinónimos, nomeadamente por o nacionalismo rácico oitocentista postular que uma nação se define nesses termos – trazia benefícios económicos, políticos e simbólicos. Como escreve Anthony Smith:

*«Identificar-se com a nação é identificar-se com algo mais do que uma causa ou colectividade. É ter a oferta da possibilidade de uma renovação e de um acréscimo de dignidade pessoal (...) É tornar-se parte de uma “superfamília” política (...). É ligar-se a um passado glorioso, uma idade do ouro de santos e heróis»* (Smith 1991: 161).

O caso português oferece-nos uma ilustração do que se diz acima. E a história da expansão e do Império representa a Idade do Ouro da narrativa dominante em termos da identidade portuguesa veiculada oficialmente desde o próprio século XVI, mas com uma ênfase mais ampla através da escolarização massiva da população e de celebrações como os Centenários da morte de Camões e da chegada de Vasco da Gama à Índia no século XIX ou outras mais próximas de nós, como a Exposição Internacional de Lisboa em 1998 (Sobral 2012). A construção imperial portuguesa implicou a dominação das populações que habitavam as regiões que controlou. E, mau grado existir uma importante população de mestiços, que constituíam um segmento intermediário na população (Alencastro 2000: 327-355), em todo o império português existia discriminação racial em favor do branco; esta, mesmo que nem sempre aceite em teoria, era pelo menos imposta na prática local<sup>48</sup>.

(48) Cf. Boxer (1967). Vejam-se outros exemplos já referidos atrás retirados dessa obra. Além do estudo citado no texto, Alencastro (2012: 71-96) foca, por exemplo, em outro ensaio panorâmico que abrange vários séculos, as situações contrastantes da situação do mulato/mestiço no Brasil, onde constituiu historicamente um segmento muito importante – o mesmo ocorrendo em Cabo Verde – e em Angola, onde ele era mínimo, focando as condições diferentes em se processou a sua reprodução e também percepções distintas de ambas essas figuras nessas sociedades.

## 6. NACIONALISMO E RACISMO NOS DOIS ÚLTIMOS SÉCULOS

Os séculos XIX e XX são um tempo decisivo na história das relações coloniais. Depois da vaga independentista que levou à formação de novos estados no continente americano, assistiu-se à partilha de África e à conquista de grande parte da Ásia, bem como à colonização da Oceânia. O imperialismo, que afecta estados que conseguem reter uma independência nominal como a China, conhece o seu apogeu e declínio neste período.

O racismo acompanhou a dominação dos europeus sobre as populações não europeias. Embora se tenha assistido à abolição do tráfico de escravos e do emprego de força de trabalho escrava ao longo do século XIX, a discriminação persistirá, de modo mais ou menos violento, pois estava embebida na própria relação colonial. Continuará a haver sistemas de trabalho forçado – como sucedeu nas colónias portuguesas – legitimados por práticas de racialização oriundas tanto do racismo dito científico de finais do século XIX e das primeiras décadas do século XX, como de estereótipos mais antigos, que viam os negros como ignorantes e incapazes congenitamente para o trabalho e para, através dele, atingir a civilização que os colonizadores se propunham realizar (Jerónimo 2012: 173-199). Persistirão práticas de limitação de direitos mesmo em estados aparentemente comprometidos com a defesa da igualdade de direitos entre todos os cidadãos. Nos EUA a segregação racial é imposta depois da Guerra Civil e do fim da escravatura. No Brasil, a abolição da escravatura e a existência de uma mestiçagem em larga escala não impedem que os descendentes dos antigos escravos – negros ou mulatos – continuassem a sentir os efeitos da discriminação em diversos planos, da educação à mobilidade social (Alencastro 2012: 95).

O racismo persiste, portanto, no plano das relações entre europeus – ou seus descendentes, *brancos* – e não europeus. Entretanto, na Europa, o nacionalismo buscará na raça um fundamento supostamente assente na natureza para explicar a história de cada nação e os seus avatares. Esse nacionalismo rácico apoia-se em teorias das disciplinas então emergentes da filologia, da etnografia, da antropologia, da biologia e da história. As nações europeias passam a ser concebidas explicitamente, tanto no campo científico, como no artístico e ao nível do senso comum, como *raças*.

Como já tem sido repetidamente sublinhado, é erróneo reduzir o nacionalismo a um único tipo: «*Não há um nacionalismo; em vez disso, há uma variedade de nacionalismos*» (Mosse 1988: 67). Não é este o lugar para proceder a uma síntese, mesmo que sumária, dessa variedade. Mas não se deve confundir nacionalismo com racismo, pois o «nacionalismo enquanto patriotismo pode tolerar a diferença étnica (...). Além disso, ao longo da sua história tem havido homens ou mulheres que, embora leais à sua nação, viam isso meramente como uma parte da sua preocupação com a humanidade» (Mosse 1999: 62). Aqui, apenas cuidamos tão só de estabelecer as suas articulações indiscutíveis com o racismo. E estas intensificam-se à medida que se caminha para os finais do século XIX (Mosse 1988: 70).

Um dos elementos tidos como definidores da identidade de um povo era a língua. A filologia, o estudo histórico das línguas, floresceu desde finais do século XVIII. Na sua base

esteve a descoberta do parentesco entre o sânscrito, a língua dos textos sagrados do hinduísmo, o grego, o latim, as línguas célticas, germânicas, românicas, eslavas, o grego e o albanês, entre outras, um conjunto de línguas conhecidas como indo-europeias. Daí deduziu-se que existia um conjunto de povos que falavam essas línguas, os Arianos. A partir desse momento, como escreve Mosse 1988: 87), a «*ciência linguística tornou-se mito histórico*». Esse conjunto imaginado de povos longínquos foi incorporado nas genealogias nacionalistas e creditado como o impulsor da posição de supremacia que os Europeus, e, no seu interior, determinadas nações, gozavam<sup>49</sup>. Os Arianos representariam o elemento dinâmico, progressivo e conquistador na história, como o demonstrava a sua expansão na África e na Ásia. Mas a figura do Ariano tinha um contraponto na história, a do Semita (Judeu, Árabe). Se o primeiro era dinâmico, sendo responsável por grandes momentos civilizacionais, o segundo representava a estagnação (Poliakov 1974; Olender 1989).

A difusão do vocábulo raça e a crença na existência da sua correspondência com determinadas populações generalizou-se também nessa época, em outros saberes – mesmo sem haver consenso quanto aos critérios que permitiriam definir as raças – depois dos primeiros trabalhos de Lineu, Buffon ou Blumenbach. A raça surge como um factor crucial nos programas da *Société Éthnologique de Paris* (1839), da *Ethnological Society of London* (1843) ou da *Anthropological Society of London* (1863)<sup>50</sup>.

Ao longo do século ganhou importância a clivagem entre os monogenistas e quem pensava haver mais do que uma espécie de homens (poligenismo), o que permitiria legitimar como científico o domínio dos tidos como superiores sobre os outros<sup>51</sup>. Não se pode aqui sequer esboçar uma síntese da elaboração tida por científica em que está presente uma qualquer concepção de «raça». Temos que nos ficar por referências sumárias a algumas das elaborações ou discursos mais influentes. Camper, um anatomista holandês, dedicou-se ao estudo comparado das raças, tendo como referência o ideal de beleza representado pela estatuária grega: os europeus eram a raça mais próxima, os negros a mais distante (Mosse 1988: 88; Mosse 1992: 27-30). Se a associação de tais critérios estéticos à antropologia é uma das bases do racismo, como já tivemos ocasião de assinalar, pseudociências como a fisionomia – já presente entre os gregos, mas revivida com Lavater no século XVIII, que pretendia estabelecer uma correspondência entre aparência física e caracteres morais – são outra (Baroja 1993)<sup>52</sup>. A craniometria, que, a partir da observação do crânio. reivin-

(49) Partiu-se da linguística para o biológico e para o racial, e essas especulações alimentaram a construção de identidades nacionais. Cf. Thiesse (1999: 172-179).

(50) Estas duas últimas sociedades fundiram-se em 1871 para formar o que é nos nossos dias o Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland (RAI). Ver sobre a importância da primeira na difusão das doutrinas de raça, Blanckaert (1999: 18-55).

(51) Desde o século XVI põe-se em questão a doutrina cristã que defendia que todos os humanos descendiam de Adão (monogenismo), ganhando popularidade nos séculos XVIII e XIX a ideia de que havia (em termos teológicos) uma criação múltipla, ou origens biológicas distintas (Jahoda 1999: 25, 69, 75-76).

(52) Já no século XVI Della Porta havia estabelecido uma teoria da fisionomia em que a semelhança entre a figura humana e a de um animal, significaria que o humano poderia ter as características do

dicava a diferença irredutível entre brancos (superiores) e negros (inferiores), foi acompanhada pela frenologia, que, de um modo mais sistemático, postulava que os crânios brancos, maiores, indicavam uma maior capacidade cerebral e cognitiva dos brancos. Os desenvolvimentos introduzidos por Anders Retzius (1796-1860) – a concepção do índice cefálico, determinado pela relação entre o comprimento e a largura do crânio – revelar-se-ão de enorme influência. Até ao século XX tal medida será amplamente utilizada na antropologia física. Desenvolveu-se a ideia de que os que possuíam testas estreitas e compridas – os dolicocefalos – eram os europeus superiores e mais belos, enquanto os povos de testa estreita – os braquicefalos – eram inferiores (Mosse 1992: 33, 34).

Um dos textos mais influentes da teorização racial oitocentista é o *Essai sur l'Inégalité des Races Humaines* (1853-55) de Gobineau. Este autor definiu três grandes raças – branca, negra e amarela – em que associou traços físicos – e desde logo a cor da pele – a atributos socioculturais. E, tanto por este último facto, que ocorre de modo sistemático, nas caracterizações racistas, como pela sua enorme influência, vamos citá-lo com algum detalhe. Sobre a raça negra escreveu:

«(...) é a mais humilde e está no ponto mais baixo da escala. O carácter de animalidade que lhe foi imprimido na forma da sua bacia impõe-lhe o seu destino desde o momento da sua concepção. Jamais sairá do círculo intelectual mais restrito. Este negro, de fronte estreita e fugidia, que transporta, na parte média do seu crânio, energias grosseiramente poderosas, não é, no entanto, pura e simplesmente um bruto. Se as suas faculdades pensadoras são mediócras ou mesmo nulas, ele possui no desejo, e subsequentemente na vontade, uma intensidade frequentemente terrível. Vários dos seus sentidos estão desenvolvidos com um vigor desconhecido das outras duas raças: principalmente o gosto e o cheiro» (Gobineau 1983 [1853]: 339-340).

Quanto à raça amarela, já superior aos negros, asseverou:

«(...) apresenta-se como uma antítese deste tipo. O crânio, em vez de ser projetado para trás, é-o para diante. A fronte (...) pesa sobre um fâcies triangular onde o nariz e o queixo não apresentam nenhuma das saliências grosseiras que fazem ressaltar o negro (...) Pouco vigor físico, tendência para a apatia. Na moral, nenhum desses excessos estranhos, tão comuns entre os melanizados [negros] (...) Tendência para a mediocridade em todas as coisas; compreensão bastante fácil do que não é demasiado elevado ou profundo; amor do útil, respeito pela regra (...) Vê-se que são superiores aos negros. É uma população e uma pequena burguesia que todo o civilizador desejaria escolher para base da sua sociedade; não é, no entanto, material com que se possa criar essa sociedade, nem dar-lhe energia, beleza e ação» (Gobineau 1983 [1853]: 340-341).

A supremacia dos brancos parecia-lhe entretanto indiscutível:

mesmo animal. As comparações entre negros e macacos, de que a obra de Jahoda (1999) fala repetidamente, eram parte do arsenal racista. Cf. Mosse (1992: 32).

«(...) [Possuem uma] energia reflectida, ou para dizê-lo melhor, uma inteligência enérgica; [possuem] um sentido do útil, mas numa significação desta palavra muito mais larga, mais elevada, mais corajosa, mais ideal do que no seio das nações amarelas; (...) O primeiro dos [seus] móbeis, é a honra, que, com nomes quase semelhantes, ocupou um enorme lugar nas ideias, desde o começo da espécie. Não tenho necessidade de acrescentar que esta palavra honra e a noção civilizadora que ela encerra são desconhecidas tanto dos negros como dos amarelos» (Gobineau 1983 [1853]: 340-341).

A história, segundo Gobineau, mostra que «(...) todas as civilizações decorrem da raça branca, e que nenhuma civilização pode existir sem o contributo desta raça» (Gobineau 1983 [1853]: 345). Identifica um conjunto de grandes civilizações que tiveram o contributo da raça branca: a civilização indiana, a do Egito, a da Assíria, a dos Iranianos, a dos Gregos, a da península itálica, de onde saiu a cultura romana e a civilização ocidental, transformada no século XV pelas raças ditas ariano-germânicas. Mesmo a civilização chinesa deveria as suas «luzes sociais» a uma «colónia ariana» vinda da Índia – tal como sucedeu no caso egípcio – e as civilizações da América (mexicana, inca...) também se deveriam à chegada de elementos brancos arianos vindos da Gronelândia-Escandinávia e que aí se fundiram com as «raças aborígenes» (Gobineau 1983 [1853]: 347 e 1116-1130).

Gobineau, que possuía aspirações aristocráticas – vinha da burguesia nobilitada – era profundamente pessimista. O seu texto é um reflexo da sua hostilidade à mobilidade social do seu tempo. Inscrevia-se numa genealogia que recuava ao conde de Boulainvilliers, que concebera a França como dividida entre duas raças distintas: uma superior, a dos nobres, de sangue germânico, outra a representada pelo comum, inferior, de sangue galoromano<sup>53</sup>. Expressava o desgosto de quem concebia a sua própria posição como ameaçada por uma classe média no fim de contas desprezível. O seu texto constitui uma representação da história da humanidade, em que os atores são as raças. Mas essa história é a narrativa da mestiçagem, pois fora esta que produzira as grandes civilizações. A história era, por isso, um processo de degenerescência, na medida em que o impulso civilizador se esgotava nessas misturas. O processo era fatal, mesmo que as populações da Europa ocidental e da América do Norte aparentassem possuir mais sinais de força e menos de decadência do que as de outros locais<sup>54</sup>. A condenação da mistura e da hibridização, como levando à decadência, encontrava grande eco em outros autores (Cannadine 2013: 184).

(53) Na opinião de Ruth Benedict, que refere esta conexão, o racismo foi primeiro formulado no contexto de conflitos entre classes, só depois sendo transposto para os conflitos entre nações (Benedict 1983 [1942]: 111-140). Já atrás nos havíamos referido a essa ligação. Cf. igualmente sobre as articulações raça, e nação na historiografia francesa romântica (os irmãos Thierry), Blanckaert (1988) e Foucault (1997: 37-74).

(54) A raça branca primitiva já haveria sido obrigada a misturar-se com os amarelos na Europa, que constituiriam o elemento social mais baixo deste continente: o racismo de Gobineau expressava também uma hostilidade de classe (Snyder 1962: 49). Ver sobre a degenerescência da raça branca, Gobineau (1940/1983 [1853]: 1156-1166). Ver sobre Gobineau, Mosse (1992: 58-85), Llobera (2003: 57-72), Biddiss (1970).

Como a obra de Gobineau exaltava o papel dos ditos ariano-germânicos, aos quais se deveria a construção da sociedade moderna, as suas propostas encontraram um eco muito favorável na Alemanha, nomeadamente em Richard Wagner e no seu círculo, que adaptaram o seu arianismo ao pangermanismo e ao nacionalismo rácico alemão<sup>55</sup>. E, por isso, influenciaram a formação do racismo nazi (Mosse 1992: 58-70; Llobera 2003: 135-143; Biddiss 1970: 254-261)<sup>56</sup>.

Todavia, a introdução do factor raça como princípio explicativo do funcionamento das sociedades e da sua história, e o racismo inerente, estiveram muito mais difundidos do que esta abordagem sumária deixa entrever.

Marvin Harris resumiu deste modo exemplar o papel do racismo nesta época e em particular o seu vínculo com o nacionalismo:

*«(...) o racismo podia ser invocado para ultrapassar as diversidades de classe e as diversidades étnicas [especificidades culturais] da nação moderna (...) A interpretação racial da nacionalidade conferia às misturas físicas, culturais e políticas conhecidas como Inglaterra, França, Alemanha, etc., um sentido de comunidade baseado na ilusão de uma origem e de um destino comuns» (Harris 1968: 106).*

Em finais do século XIX, num contexto de intensificação do nacionalismo – inclusive no plano económico, com a adopção de legislação protecionista – o nacionalismo liberal e cosmopolita, respeitador dos direitos de cada nação à autodeterminação, perderia importância perante um novo nacionalismo belicoso, expansionista, em que os direitos das minorias nacionais deixariam de ser tidos em conta (Hayes 1963 [1941]: 242-255). Como afirmou Snyder, referindo-se à ligação entre nacionalismo, imperialismo e racismo:

*«(...) Com o agudizar das rivalidades entre estados nacionais, o nacionalismo assumiu uma forma decididamente hostil ao liberalismo e ao humanitarismo. Os nacionalistas integrais rejeitaram a simpatia e a cooperação com outras nações, promoveram o jingoísmo e o militarismo, e opuseram-se a todas as liberdades individuais, sempre que estas interferiam com os objectivos do estado (...) Defendiam que uma nação era superior, por ser composta por gente de raça superior.» (Snyder 1962: 34).*

Este nacionalismo, que irrompe, por exemplo, na Alemanha unificada, na França derrotada em 1870, nos meios pan-eslavistas russos, estaria articulado com o que Carlton Hayes designa como «ressurgência do imperialismo nacional». Este novo imperialismo implicou a penetração e a ocupação territorial europeia na Ásia, nos arquipélagos do

(55) Cf. Mosse (1992: 63). As suas ideias influenciaram o conhecido apóstolo do arianismo Houston Stewart Chamberlain, genro de Wagner. Não se fique, no entanto, com a ideia de que existia uma recepção unânime do racismo associado à superioridade ariano/germânica na Alemanha. O «pai fundador» da antropologia alemã, Virchow, negou a existência de raças separadas «Ariana» e «Judia», e existiram muitos casamentos entre judeus e não-judeus no século XIX e nas primeiras décadas do XX (Cannadine 2013: 201-202).

(56) Embora Gobineau fosse antisemita, nunca contemplou a possibilidade de eliminação dos Judeus (Biddiss 1970: 255).

Pacífico e em África. E, neste ambiente, o racismo floresceu. A expansão imperial foi acompanhada pela manutenção de uma crença na superioridade do homem branco e, para além da reprodução dos estereótipos sobre os «selvagens», analisados por autores como Jahoda, e popularizados pela imprensa de massas, alguns saberes continuaram a fortalecer práticas e atitudes racistas<sup>57</sup>.

Distingam-se, em primeiro lugar, as apropriações feitas da obra de Darwin, que não acreditava em identidades raciais rígidas (Cannadine 2013: 185), conhecidas como «darwinismo social». Transformadas numa percepção da vida como «luta pela existência e sobrevivência do mais apto», elas foram utilizadas para justificar dominações raciais e nacionais (Hayes 1963: 242-255, Llobera 2003: 75-81). Um sobrinho de Darwin, Francis Galton, lançou entretanto a eugenia, que partia da existência de qualidades desiguais entre os indivíduos para postular que, sendo estas transmitidas hereditariamente, deveria haver políticas destinadas à sua preservação dos considerados mais capazes, encorajando a sua reprodução e colocando diversos entraves à dos outros, como os doentes mentais, incluindo a esterilização forçada, por exemplo. Esta doutrina iria fundir-se com práticas especificamente racistas, nomeadamente sob o nazismo.

O novo nacionalismo de fim do século XIX era «racial» (Hayes 1963 [1941]: 255; Snyder 1962: 34; Mosse 1988 [1961]: 70). As referências a raça não eram novas, e nomeadamente a utilização da designação polissémica de raça como equivalente a nação. Historiadores e escritores românticos franceses haviam falado da luta de raças no interior das nações, associando raça a classe, aristocracia e gente do comum (Fenton 2006) e essa equivalência também ocorreu em Portugal (Sobral 2004). Assiste-se agora a uma intensificação da noção de raça como explicação, acolhendo propostas oriundas de ciências como a biologia, a zoologia, a anatomia ou a antropologia<sup>58</sup>. Todavia, como já assinalámos, não havia acordo quanto a saber quais eram as raças da humanidade, ou os seus traços distintivos; apenas tinham em comum a convicção «(...) *de que a raça pode explicar tudo*» (Hayes 1963 [1941]: 257). Uma das propostas mais divulgadas em finais do século foi a da antropossociologia de Georges Vacher de Lapouge<sup>59</sup>. Lapouge discerniu três espécies raciais do «homo sapiens» na Europa: «1) o *Homo Europeus*, alto, louro, de cabeça alongada, olhos azuis, e também aventureiro, enérgico, dominante, idealista, criativo, clara-

(57) Todavia, apesar do racismo prevalecente, isso não impediu uniões – e mesmo casamentos – entre colonizadores e colonizados. Nunca existiu a separação total imaginada – e mesmo instituída pelo Império alemão e pelo Partido Nacional na África do Sul – o que levou teóricos racistas, de Gobineau a Hitler, a oporem-se à expansão imperial (fora da Europa), por ela prejudicar a «pureza racial», acarretando a degenerescência (Cannadine 2013: 200).

(58) As obras de Hayes (1963) e Mosse (1992) constituem um repositório excelente dos contributos científicos para a literatura racial. Veja-se, nomeadamente, a panorâmica traçada na nota 14, pág. 257, do primeiro. Todavia, a teorização racial – e racista – não provinha apenas do saber científico. Havia propostas oriundas de círculos ocultistas, e místicos, que defendiam nos termos das suas crenças representações raciais de supremacia ariana. Cf. Mosse (1988; 1992: 104-123).

(59) Sobre Lapouge, um darwinista social, e a antropossociologia, ver Llobera (2003: 103-120). Cf. Lapouge (1899).

mente superior, e protestante; 2) o *Homo Alpinus*, pequeno, corpulento, moreno, de cabeça redonda (...) e também cauteloso, lento, e agrícola; 3) o *Homo Mediterraneus*, pequeno, delgado, moreno, de cabeça alongada, e também menos criativo e moralmente inferior, covarde, instável, amigo da exibição e de cores brilhantes, sádico e católico» (Hayes 1963 [1941]: 256). Esta representação da Europa de Lapouge é muito elucidativa. Os arianos, que haviam sido identificados a partir da filologia com os falantes das línguas indo-europeias, recebiam uma representação física: são louros, de olhos azuis, dolicocéfalos. Mas, além disso, o autor criava uma clivagem entre uma Europa dominante, a Norte, protestante, e uma Europa inferior: a do homem alpino e a do mediterrânico, um dolicocefalo, mas moreno e católico<sup>60</sup>.

A ideia de uma superioridade do homem do Norte não era só atraente para os alemães. Também autores ingleses e norte-americanos viam no crescimento do império britânico e no expansionismo crescente dos EUA uma prova de superioridade da raça teutónica dos anglo-saxões (Hayes 1963: 260). Essa supremacia esteve na base das políticas de discriminação contra os aborígenes, a sua exclusão da cidadania ou cidadania plena, a expropriação dos seus territórios e recursos na Austrália e em vários dos domínios do império britânico como a Austrália, o Canadá, a África do Sul e a Nova Zelândia, que se queriam domínio reservado dos «brancos» – uma discriminação que atingia igualmente asiáticos, como os chineses, e nos EUA também europeus do Leste e do Sul tidos como inferiores (Cannadine 2013: 286-187)<sup>61</sup>. Claro que quem era categorizado como relativamente inferior, como sucede na visão de Lapouge, reagia, retendo, entretanto a superioridade inerente a ser membro de uma «raça» branca superior e não questionando a validade da explicação racial:

*«(...) Publicistas patriotas entre os latinos e os eslavos ressentiam-se da alegada superioridade dos Teutões e dos Anglo-Saxões, e ou apresentavam contra-alegações a favor das raças «Mediterrânea» ou «Alpina», ou magnificavam o elemento ariano nas suas respectivas nações e apelavam ao seu fortalecimento. De qualquer modo podiam todos orgulhar-se de as suas nações de pertencerem à raça «branca», que era claramente superior aos negros de África, aos castanhos da Malásia e da Oceânia, e que tinha por conseguinte o dever de conquistar e governar estes seres inferiores no interesse do desenvolvimento da civilização. O racismo era uma espécie de vitamina no imperialismo nacional desta época» (Hayes 1963: 260-261)<sup>62</sup>.*

(60) A antropossociologia de Lapouge foi desqualificada como saber científico pelos durkheimianos. Foi, no entanto, bem acolhida entre os nazis e pelos colaboracionistas com o nazismo do regime de Vichy (Llobera 2003: 103-120).

(61) O próprio Japão, cujos nacionais eram submetidos à mesma discriminação na imigração que os outros asiáticos, sendo um dos vencedores da Grande Guerra de 1914-18, e uma grande potência emergente, apelou a que fosse decretada a igualdade de todas as raças pela Liga das Nações, mas sem sucesso (Cannadine 2013: 208).

(62) Mendes Correia, que no final da Grande Guerra ainda defendia, com matizes, a antropossociologia (1919), era um desses «publicistas patriotas» que, defendendo a superioridade do branco, contestava a alegada inferioridade dos mediterrânicos, que teriam dado provas históricas do seu valor.

Uma das manifestações da nova exaltação racial de finais do século XIX ocorreu com o desenvolvimento do antissemitismo. Já referimos as controvérsias sobre a existência ou não de antissemitismo antes da modernidade – ou se era apenas anti-judaísmo. Mas parece indubitável existir algo de novo nos séculos XIX e XX, que se prende com a generalização dos discursos da raça. Como escreve Poliakov, «a casta *deicida* judia», dos que haviam levado Cristo à morte, transformou-se em» *raça inferior semita*» (Poliakov 1974: 173).

Os territórios em que se faz sentir o antissemitismo com maior violência são os da Europa central e do leste e a França<sup>63</sup>. Georg Mosse avança a hipótese de o antissemitismo estar ligado tanto à emancipação dos judeus como à persistência da sua segregação nos guetos da Europa de leste. Todavia, à medida que os judeus adquiriam direitos de cidadania e se inseriam com sucesso na vida social, eram acusados de manter os seus traços judaicos. Para aqueles que os acusavam de persistir nesses modos condenáveis, a vida de gueto e os seus costumes distintivos – notórios na própria aparência corporal, no vestuário, nas barbas, no cabelo – faziam prova de uma essência distintiva judia que nunca se alteraria. O seu sucesso económico era ressentido. Na perspectiva antissemita, fornecia a prova de um materialismo tido como um traço judaico. A hostilidade aos judeus encontrava-se muito difundida, entre conservadores, liberais e socialistas (Mosse 1988: 90-91).

O racismo antissemita teve, por certo, várias forças motrizes: a persistência de estereótipos anti-judaicos, a hostilidade de certas classes aos meios dominantes, e nomeadamente à alta finança, contam-se entre elas. É aceite entre os seus investigadores a ideia de que o racismo, (neste caso antissemita), ajudava a manter uma coesão nacional que a luta de classes – com a intensificação da influência das organizações socialistas, sindicalistas, e, mais tarde, comunistas – ameaçava (Mosse 1988: 95).

O racismo tendia entretanto a formar um todo, articulando as suas variantes antissemita e anti-negro – e outras, como as que atingiam os católicos, nomeadamente os imigrantes para os EUA, ou os asiáticos, como sucedeu com o Ku-Klux-Klan, que a todos hostilizava, enquanto defensor da supremacia do branco protestante anglo-saxónico. Como assevera Mosse – um autor que conferiu uma grande importância ao preconceito estético e corporal no racismo – a propósito do modo distinto como os defensores da superioridade ariana representavam as distintas «raças», reduzidas a essências corporais e de comportamento:

*«(...) Todos os arianos tinham algumas qualidades ideais, mas não tinham de as possuir na totalidade [não tinham de ser necessariamente louros, por exemplo]. Em contraste, todos os judeus ou negros eram dotados de todas as supostas qualidades físicas e mentais horrendas da sua raça. Estas qualidades contrastavam com o ideal de beleza ariano (...) Além disso, e contrariamente ao ideal grego, eram atribuídos aos*

(63) Para Mosse, a aliança mais forte entre racismo e nacionalismo deu-se na Europa de leste, pois em muitas nações, como a Hungria, a Roménia e a Polónia, os Judeus constituíam a parte mais visível da classe média comercial, para a qual convergiram a hostilidade nacional e socialista, além da visibilidade do gueto encorajar a crença em diferenças raciais (Mosse 1988: 95).

*judeus e aos negros narizes horrendos, um cabelo estranho e um cheiro forte. Também se lhes atribuía uma grande potência sexual, fazendo deles os agressores da raça branca e os responsáveis pela sua perversão (...) Tal como o estereótipo do ariano simbolizava a raça superior, assim o anti-tipo simbolizava as raças inferiores independentemente de se tratar de judeus ou de negros. O imperialismo, quando era um racismo dirigido contra os negros, percorria habitualmente um caminho separado do antisemitismo dirigido contra os judeus. No entanto, um racismo podia estimular o outro: a legislação fascista anti-judaica italiana de 1938 estava ligada à conquista italiana da Etiópia e ao confronto entre brancos e negros naquele território.» (Mosse 1988 [1961]: 96-97).*

A conjuntura da Segunda Guerra Mundial representou um momento culminante na exaltação de um nacionalismo imperialista e racista. Os nazis foram os principais responsáveis por terem levado essa constelação a um paroxismo com consequências trágicas<sup>64</sup>. Porém, essa tragédia contribuiu decisivamente para uma conjuntura de viragem em matéria de atitudes face ao racismo. O antisemitismo sai enfraquecido e só é assumido a partir daí por movimentos com uma posição marginal no campo político. O racismo ligado a marcadores corporais irá perdendo vigor com o processo de descolonização. Entretanto, não só se assistia a um descrédito do racismo, como a própria ideia de raça, a que se procurou dar conteúdo na ciência moderna e uma base biológica no século XIX, encontra-se hoje desacreditado em termos científicos<sup>65</sup>. A antropologia cultural norte-americana a partir de Franz Boas teve um papel destacado na crítica ao racismo e na eliminação da raça como explicação do comportamento ao situar na cultura e não na biologia – natureza – as explicações para as diferenças entre os grupos humanos<sup>66</sup>.

O sucedido em Portugal ecoa, na sua especificidade, o que ocorre a nível mais geral. Podemos discernir as articulações entre nacionalismo e racismo entre nós no período correspondente às últimas décadas do século XIX e até à Segunda Guerra Mundial em dois planos: o que se reporta às populações coloniais e o que se envolve as próprias representações da identidade nacional portuguesa. Sem esquecer, também, que as ideias de raça possuem, de forma explícita ou subentendida, uma dimensão histórica transnacional: as da dominação da civilização (euro-ocidental), definida como a civilização, sobre as outras<sup>67</sup>. Deve ter-se presente, entretanto, que a existência do império era algo que unia os diferentes nacionalismos portugueses nesse período, o que estava de acordo, como afir-

(64) Haveria a acrescentar o modo discriminatório como os nazis trataram durante a guerra os inimigos eslavos, como os russos, tidos, como inferiores, ou as execuções sumárias de soldados africanos do exército francês que haviam sido feitos prisioneiros, etc. (Scheck 2006).

(65) Cf. a este respeito Isaac (2004: 25-33).

(66) Ver o conjunto de textos produzidos ao longo de décadas compilados em Boas (1940). Sobre o modo como a cultura irá substituir a raça como explicação e como a ênfase na cultura decorre da tradição alemã dos estudos sobre o «carácter nacional», que tanto influenciaram Boas, ver Bunzl (1996).

(67) Fenton (2006: 192-204) sublinha precisamente estas três instâncias em que se encontra presente a noção de raça: a articulação entre raça e nação; a problemática das raças no interior das nações; a raça vinculada a uma civilização definida como superior (europeia, branca, ocidental, etc.).

mámos atrás, com uma poderosa narrativa de identificação nacional, elaborada no século XVI – e de que *Os Lusíadas* são um eco e um instrumento – que apresentava as viagens de expansão e as conquistas como os eventos principais da história portuguesa. Nas últimas décadas do século XIX assiste-se à sacralização do império como parte integrante do espaço português (Alexandre 1996: 198).

Durante grande parte de Oitocentos, as atitudes discriminatórias ligadas à prática escravagista multissecular prosseguiram. Também se assistiu ao desenvolvimento de um movimento humanitário liberal que desembocou em medidas contra a escravatura, só abolida definitivamente nas colónias na segunda metade do século XIX, sendo substituída por outras formas de trabalho servil. Porém, em finais do século, e coincidindo com as lutas pela construção de um império africano português através da ocupação do interior, que se chocavam com poderes imperialistas mais fortes – como o britânico, o que conduziu ao *Ultimatum* de 1890 – dá-se uma recepção favorável ao novo racismo científico, que postulava uma inferioridade das sociedades africanas face ao colonizador e era hostil à miscigenação.

Oliveira Martins, o historiador mais prestigiado das últimas décadas de Oitocentos e que também foi um importante pioneiro das ciências sociais – e nomeadamente da Antropologia (física) – em Portugal, além de um político, introduz os factores étnico-raciais tanto na sua interpretação da história e do que se poderia chamar o «carácter nacional» português, como na apreciação das colónias. Embora Oliveira Martins atribuisse o processo de formação da nação portuguesa a uma ação política, como Herculano, não deixava de ver na história de Portugal o resultado da expressão de características etno-raciais que explicariam traços essenciais do carácter, como o entusiasmo religioso e o heroísmo pessoal. A importância que atribuía à raça, teria, aliás, crescido ao longo do tempo. Para ele, não existiam dúvidas quanto à supremacia ariana, que produzira a civilização europeia, a «civilização-tipo» (Sobral 2004: 258-259)<sup>68</sup>. Se os povos peninsulares eram um produto da fusão entre pré-indo-europeus de raça branca, os Iberos, talvez semitas, aparentados com populações do Norte de África, deviam o papel que ocupavam na história à sua herança ariana, representada pelos celtas e sobretudo pelos romanos, que os arrancaram da África a que pertenciam por herança racial, para a Europa (Alexandre 1996: 193). Aliás, na epopeia ariana, os povos peninsulares teriam desempenhado uma papel fundamental: o da descoberta e conquistas extraeuropeias (Sobral 2004: 258). Oliveira Martins, que havia sido inicialmente céptico quanto ao valor das colónias, transforma-se no contexto nacionalista das últimas duas décadas do século num defensor eminente do império em bases racistas (Alexandre 1996: 200-201): o negro, afectado por uma inferioridade congénita, serviria, quando muito, como força de trabalho (Alexandre 1995: 44; Jerónimo 2012: 184-185)<sup>69</sup>.

(68) Ver Catroga (1998) para uma síntese global sobre Oliveira Martins. Sobre as abordagens raciais em finais de Oitocentos, ver Pereira (1992).

(69) Valentim Alexandre (1996) mostra muito bem como as interpretações étnico-raciais de Oliveira Martins se encontram presentes tanto na sua caracterização do facto nacional português quanto nas suas

O consenso relativamente ao império e à dominação colonial não significa que as diferentes versões do nacionalismo concebessem a articulação entre colonizados e colonizador exatamente da mesma maneira. Para o republicano Norton de Matos, era desejável o desenvolvimento separado das raças até que um dia – passados séculos – africanos e portugueses se pudessem fundir na criação de uma nação una. Em contrapartida, na perspectiva de Armindo Monteiro, com Norton de Matos um dos principais ideólogos da colonização, mas figura política eminente do Estado Novo, a diferença entre as raças era inultrapassável, com alguns dos mais primitivos destinados a desaparecer e os outros circunscritos a tarefas úteis, mas inferiores, no espaço nacional-colonial português (Alexandre 1995: 45-47). Este ponto de vista era afim às opiniões de Mendes Correia, um arqueólogo de relevo, figura dominante da antropologia física sob a República e boa parte do Estado Novo e que ocupou cargos importantes tanto no campo científico – presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, diretor da Escola Superior Colonial – como no do poder político: foi presidente da Câmara Municipal do Porto (Matos 2012). Para Mendes Correia, não havia dúvidas da superioridade da importância da raça enquanto factor explicativo e da inferioridade dos negros face aos europeus (Correia, 1919; Sobral 2010b). Mostrou-se hostil à miscigenação, inclusive no Brasil (Matos 2006; Sobral 2010b: 128). Este racismo iria desaparecer após a Segunda Guerra Mundial, substituído por uma defesa da miscigenação e de uma excepcionalidade portuguesa, que foi buscar argumentos à obra de Gilberto Freyre que assentava precisamente a sua argumentação no facto de os portugueses não serem racistas em virtude de já serem mestiços – e mestiços de judeus e mouros – antes da própria colonização (Freyre 2005). Todavia, a obra de Freyre – publicada no mesmo ano em que Hitler sobe ao poder na Alemanha e em Portugal se estrutura o Estado Novo com uma constituição de inspiração fascista – foi mal recebida em Portugal antes do final da Guerra, no tempo de maior influência do racismo (Alexandre 1995: 48; Castelo 1999: 69-107).

Como em outros locais – em Inglaterra ou em França, por exemplo (Mosse 1988: 65-99) – os factores etno-raciais surgem nas representações da identidade nacional portuguesa elaboradas a partir da década de setenta do século XIX, em autores como Oliveira Martins, Teófilo Braga ou Júlio de Vilhena e perdurarão durante o século XX, centradas principalmente na relação entre lusitanos e portugueses (Sobral 2004). Discutiu-se a própria homogeneidade da população, procurando nas suas presumidas essências raciais as causas do declínio político e económico do país. Se Oliveira Martins descortinara em Portugal um certo dualismo entre um Norte céltico, ariano, e um Sul, semita, o publicista republicano Basílio Teles imaginaria a divisão entre o Norte e o Sul em Portugal como assente em duas raças distintas: arianos, a Norte, semitas a Sul. E via no facto de Lisboa ser a capital o triunfo dos semitas que teriam conduzido o país à decadência, pois com ela, e com a expansão, se havia trocado a agricultura pelos lucros do comércio, coisa de «semi-

propostas coloniais. Mostra, também, que a influência atribuída à raça, que tão influente seria nas políticas coloniais, se desenvolve já numa fase mais tardia da sua obra – em consonância com o que sucede a nível internacional.

tas». Como ele, o escritor Raul Brandão via o Portugal do seu tempo como um país decadente, porque o sangue que predominara nas primeiras dinastias ariano, nórdico, fora infectado pelo sangue inferior, semita ou negro.

A ideia de um Portugal dividido etno-racialmente seria combatida e não encontrou muitos adeptos, embora ainda hoje sobreviva (Sobral 2004). Mas o nacionalismo racista português teria também de se confrontar com outras representações ráticas, externas, e que viam as populações mediterrânicas como inferiores, por inquinadas pela mestiçagem de «sangue» semita e/ou negro. Isso explica as reacções de um Mendes Correia ou do seu contemporâneo Pires de Lima. O primeiro minimizou qualquer menção dos portugueses como país de mulatos (Correia 1919: 80-81) – como havia sido sugerido, entre outros, por um teórico racista, Hans Günther<sup>70</sup> – e o segundo, em plena Segunda Guerra Mundial, sentiu-se obrigado a responder a quem criticava a «mistura» racial que existiria em Portugal, desvalorizando a presença na população portuguesa dos elementos negros, mouros e judeus (Pires de Lima 1940; Sobral 2010b: 128). O fim do último conflito mundial também representa em Portugal um momento de viragem, e o factor raça é em grande medida substituído por um essencialismo cultural na representação da identidade nacional portuguesa construída pelo antropólogo Jorge Dias, o antropólogo oficial das últimas décadas do Estado Novo. Este, conquanto doutorado na Alemanha, introduzirá em Portugal a antropologia antirracista de Boas e dos seus discípulos – Ruth Benedict influencia-o profundamente, por exemplo<sup>71</sup>. Irá procurar combinar alguns elementos desta com a elaboração de uma narrativa nacionalista etnocêntrica e providencialista – os portugueses eram o Povo Eleito para difundir a religião superior, o cristianismo – em que o carácter misicigenador dos portugueses, um tópico retomado seletivamente de Freyre, constitui factor estrutural (Dias 1961; Alexandre 1995: 50; Sobral 2007: 493-500; Sobral 2010 b). As doutrinas racistas já haviam desaparecido há muito do discurso oficial, quando as antigas colónias portuguesas alcançaram a independência.

## 7. AS METAMORFOSES DO RACISMO E A IDENTIDADE NACIONAL

Delineámos até agora os traços principais de uma genealogia das relações entre o racismo e as identificações de tipo étnico, nacional ou «protonacional», recuando às suas primeiras ligações. Como dissemos, este empreendimento limitou-se à história do Ocidente e dos seus impérios, que moldaram a história humana dos últimos séculos. Não pretendemos, de modo algum, ter abrangido a história desses vínculos, mas apenas ter trazido a lume alguns opiniões, por vezes contraditórias, sobre eles. Na nossa reconstrução operámos com uma determinada moldura cronológica, circunscrita entre a Antiguidade greco-romana e o período que se segue à Segunda Guerra Mundial e as lutas anticoloniais,

(70) Para Llobera (2003: 141), Günther seria o principal teorizador racial sob o nazismo.

(71) Sobretudo a Ruth Benedict de «Patterns of Culture».

em que se intensificou o desmantelamento da «raça» como explicação do comportamento humano e uma repulsa face às manifestações abertas do racismo<sup>72</sup>.

A condenação do racismo político, que se deu a partir dessa época, não significou o fim dos discursos e práticas que podemos designar como racistas. As formas mais notórias de racismo flagrante tendem a ocultar-se, devido à própria vigência da norma que passa a condenar o racismo (Vala & Pereira 2012: 51). Embora, como a representação dos Obama como símios, de que falámos atrás, o mostra, o racismo flagrante esteja longe de desaparecer, tende-se hoje a falar na existência de racismo subtil ou racismo cultural (Idem). Este último colocaria a ênfase em diferenças entre culturas, mas que se assume serem imutáveis através das gerações. Como já se assinalou, «A cultura, e mesmo a religião, podem ser essencializadas ao ponto de poderem servir como um equivalente funcional do racismo biológico...» (Fredrickson 2002: 145)<sup>73</sup>.

Convém sublinhar de novo que o racismo – ou racismos – não se confunde com a xenofobia ou com o etnocentrismo, embora os fenómenos denotados por estas designações estejam associados, não havendo fronteiras nítidas entre eles (Idem: 146). O etnocentrismo é virtualmente uma característica de todos os grupos humanos, que articula a «suspeita face aos outros com a propensão para os avaliar de acordo com a sua cultura» (Giddens 2008: 641), o mesmo acontecendo à xenofobia (Fredrickson 2002: 140), que pode incidir mesmo sobre gente mais poderosa e sem qualquer referência «racial». Há que analisar o modo como determinadas situações de discriminação que atingem grupos minoritários demarcados em termos raciais se articulam com posições de classe, que as podem explicar mais adequadamente do que propriamente a «raça» (Machado 2000)<sup>74</sup>. Como afirmou Ruth Benedict na sua obra clássica sobre o racismo, «(...) a pobreza afasta de modo visível os grupos uns dos outros, tanto como a cor do cabelo ou a forma das suas cabeças» (Benedict 1983 [1942]: 151).

(72) Deve sublinhar-se que a contestação à ideia de raça como um conjunto de traços físicos e comportamentos sociais e aptidões intelectuais se iniciou em diversas associações científicas ainda antes do deflagrar do conflito em 1939, como a *American Anthropological Association* ou a *American Psychological Association*. Todavia, se o antirracismo reuniu o consenso, se o velho «racismo científico» anterior ao conflito de 1939-45, ligado às classificações tipológicas e hierárquicas típicas da antropologia física do século XIX, estava, em larga medida, desacreditado na sequência desta, o mesmo não aconteceu com a ideia de raça, havendo uma forte resistência na comunidade científica à primeira declaração da UNESCO em que a mesma era denunciada como «mito social» (1950) – e que se devia principalmente a um discípulo de Boas e Ruth Benedict, Ashley Montagu. A polémica desencadeada pela sua radicalidade na própria comunidade científica conduziu a um segunda declaração (1951), que mantinha a ideia de raça e resguardava implicitamente a ideia de haver conexões entre o fenótipo e herança biológica global, o que foi propício à prossecução do racismo. Ver uma análise detalhada e contextualizada em Brattain (2007). Ver também Benedict (1983: 166-187), onde se encontram vários documentos da comunidade científica e da UNESCO sobre a questão da raça.

(73) Concordamos com quem afirma ser infrutífero tentar construir uma classificação definitiva dos diferentes tipos de racismo (Rattansi 2007: 106).

(74) Os oligarcas do Leste são bem-vindos na UE, ao contrário dos ciganos, e a atitude face às elites africanas é radicalmente distinta da que se tem para com os seus conterrâneos pobres.

As ideias de Wieviorka quanto à existência de níveis diferentes de expressão possível do racismo – propõe quatro – têm toda a pertinência no contexto presente. Duas distinguem-se pelo seu carácter diretamente político. Uma destas, o «racismo total», que implica uma organização integral do Estado de acordo com orientações racistas, subordinando a vida social às mesmas, encontra-se postergada, como dissemos, o que não significa que tenham desaparecido políticas estatais que possam ser descritas como racistas<sup>75</sup>. Outra, o «racismo político», está ativa, expressando-se no nacionalismo de extrema-direita, dos norte-americanos apologistas da supremacia branca, aos diferentes herdeiros dos fascismos europeus. Mas há ainda outras duas, por ele designadas como «infra-racismo» e «racismo fragmentado». Pela primeira expressão entende expressões que serão mais xenófobas do que exatamente racistas, enquanto a segunda designa já a existência de ideologias racistas, de discriminação e violência mais intensas, embora sem existir propriamente articulação entre essas formas elementares do racismo (Wieviorka 1992: 101-108).

Esta tipologia de Wieviorka é útil por assinalar a diversidade de expressões do racismo, a inexistência de fronteiras irredutíveis entre estas manifestações e por permitir situar historicamente o espaço ocupado pelo racismo e o modo como ele se pode articular com concepções da identidade nacional<sup>76</sup>. Todas as identidades emergem num sistema de relações e representações sociais (Guibernau 2013: 16). As identidades nacionais, como as étnicas, são produto de processos históricos de autoidentificações e de hetero-identificações. São construídas na interação, através do estabelecimento de fronteiras (*boundaries*), que não têm de ser necessariamente físicas – podem ser marcadores culturais, como sugere Barth (1998): a língua, o vestuário, como no caso do niqab usado por mulheres muçulmanas (Guibernau 2013: 15), estilos de penteado, etc. Autores como Triandafyllidou (1998; 2001; 2006) e Jenkins (2011) têm insistido, na sequência de Barth, no carácter relacional da identidade nacional. Esta desenvolve-se através de um processo de identificação interno e de uma identificação externa. Através da primeira difunde-se a percepção de que se pertence a um dado colectivo, identificável por um nome próprio, que comunica através de uma determinada língua, não necessariamente exclusiva, possui ou reivindica um dado território, e partilha certos costumes em comum. Os critérios fundamentais definidores de uma identidade são a continuidade – do colectivo – ao longo do tempo e a diferenciação dos outros (Guibernau 2013: 17). Uma existência partilhada sob um mesmo Estado contribui para essa consolidação ao propiciar a vida quotidiana e a reprodução e naturalização dessa identidade através dos processos descritos como *nacionalismo banal* (Billig 1997). E, nessa naturalização, o nacionalismo oficial – as doutrinas veiculadas pelo Estado ou pelas elites intelectuais, propagada pelas igrejas «nacionais» ou pela escola – tem um papel de primeiro plano. A identificação externa assenta na interação, real ou imaginada, com

(75) Não há aqui espaço para desenvolver as propostas de Wieviorka, que não restringe o racismo total ao estado racista (o Ku-Klux-Klan poderia ser um exemplo disso).

(76) Assinala, entretanto, que a «categoria nação não está necessariamente vinculada, de modo substancial, a nenhum racismo» (Wieviorka 1992: 221).

outros, os *Outros Significantes*<sup>77</sup>. A Espanha desempenhou historicamente, para Portugal, esse papel, bem como outros países europeus. Se o selvagem foi o Outro que contribuiu, por contraposição, para a construção da identidade do civilizado, como mostra Jahoda, este último não era algo de indiferenciado, como branco ou europeu: era um espanhol/castelhano, português, inglês, francês ou holandês. Isto é, pertencia a um colectivo identificado como uma nação. Os habitantes das antigas colónias serviram para outrora construir uma superioridade etnocêntrica nacional, civilizacional, racial, dos Portugueses (Matos 2006)<sup>78</sup>.

Deve-se dizer que possuir uma identidade nacional não implica qualquer tipo de homogeneidade. As identidades nacionais são condensações imprecisas de sentidos e pontos de vista muito diferentes, assemelhando-se, na metáfora de Jenkins, mais «a um grande toldo do que a um fato feito à medida» (2011: 112-113). Quer dizer, quem se «abriga» sob as mesmas pode ser muito diferente e identificar-se de maneira distinta e mesmo antagónica com elas, como se nota na própria diversidade das opções políticas dos que se reconhecem como membros dos colectivos nacionais.

Todavia, como todos os processos de identificação, a construção e reprodução da identidade nacional comporta dimensões de inclusão e de exclusão (Jenkins 2011: 76). E essas expressam-se de modo formal ou informal.

Os estados atuais têm sempre critérios legais de pertença e de exclusão que, no caso de estados-nações, como a maioria se define oficialmente, estão ligados às concepções do que constitui a nação<sup>79</sup>. Os critérios do *ius sanguini* – o «direito do sangue» – e os do *ius soli* – o «direito de solo» – e a naturalização, definem a cidadania ou a nacionalidade. Quanto mais ênfase se colocar no primeiro, mais restrita será a possibilidade de alguém sem ascendentes «nacionais» poder ascender a essa qualidade, e ao conjunto de direitos que a mesma atribui a quem a detém. Um imigrante corre o risco de estar sempre numa situação subordinada e de exclusão, o mesmo podendo suceder aos seus filhos nascidos nessa sociedade, se não houver disposições do *ius soli* que o tornem possível. Uma ênfase fortíssima na ascendência propicia formas de nacionalismo exclusivo que implicam a segregação do outro, que pode mesmo ser identificado como pertencendo a uma «raça» diferente. E, a estas disposições, podem juntar-se representações marcadas pelo «essencialismo cultural»

(77) «Outros Significantes» é uma noção desenvolvida por H. S. Sullivan e G. H. Mead, para designar aqueles que têm impacto na construção da identidade própria através da interação (Guibernau 2013: 17). Para Triandafyllidou (2006: 286), que a tem utilizado, «a noção de um Outro Significante refere-se a outra nação ou grupo étnico que habitualmente se encontra próximo em termos territoriais da comunidade nacional, ou mesmo no seu seio. Os *Outros Significantes* são caracterizados pela sua relação peculiar com o endo-grupo: são aquilo que este não é».

(78) Por sua vez, a construção relacional de identidade está presente também na reivindicação de uma identidade negra, em oposição à imagem colonial e discriminatória do negro, das políticas do pan-africanismo às da ação afirmativa, e o confronto com impérios nacionais produziu a criação de nacionalismos e estados nacionais africanos, que retomaram em geral as divisões coloniais (Cannadine 2013: 209-218).

– ter uma religião que não seja a da maioria, como aliás sucedeu historicamente com mouros e judeus em Portugal – de modo a erguer barreiras irredutíveis, ligadas a fortes assimetrias entre nacionais e não nacionais, mesmo que estes últimos tenham adquirido a nacionalidade, isto é, o estatuto legal de cidadania, mas se diferenciem de algum modo do grupo maioritário. Quanto mais se insiste na identificação nacional em traços que só podem ser comuns aos que acreditam possuir antepassados comuns, a religião ou moral maioritária, se reconhecem numa dada história, em origens locais, mais se afastam ou excluem outros que podem não partilhar um ou vários desses traços, embora possam ter outros como a língua ou ter nascido localmente<sup>80</sup>.

Podemos dizer que «uma nação é um grupo formado a partir de um ou mais grupos étnicos, e normalmente identificado por uma literatura própria, [que] possui ou reivindica o direito à identidade política e à autonomia, enquanto povo, em conjunto com o controlo de um determinado território num mundo pensado como consistindo em estados-nações (Hastings 1997: 3)<sup>81</sup> Isto significa que as concepções da identidade nacional implicam a existência de grupos tidos como autóctones de determinados territórios a que estarão ligados por uma linha de antepassados, com determinado tipo de práticas culturais, e aos quais se associam determinados feitos e narrativas históricas<sup>82</sup>. Reconhecem-se diferentes atributos nas identidades nacionais. Uns são fortemente exclusivistas, como a autoctonia ou a ideia de que elas assentam em ter antepassados nacionais e mesmo na reivindicação de uma ascendência étnica específica<sup>83</sup> – e mítica, como os Lusitanos no caso dos portugueses, não sendo por acaso que o antropólogo, arqueólogo e figura influente do campo científico português na primeira metade do século XX, Mendes Correia, tenha sido uma das figuras mais envolvidas na afirmação de uma linha de continuidade étnica entre lusitanos e portugueses (Matos 2012). Outros, sê-lo-ão menos, pois podem ser aprendidos –

(79) Cannadine (2013: 211-212) chama a atenção para facto de os EUA terem excluído os negros da cidadania americana, logo aquando da sua fundação.

(80) Como lembra Fenton (2006: 201), o paradigma cívico universalista – a nação como conjunto dos cidadãos – afasta-se das vinculações entre uma dada raça ou nação, possuindo um sentido inclusivo, mas há pressões constantes em sentido contrário.

(81) Há uma pluralidade de definições da nação e escolhemos esta pelo seu carácter abrangente. A propósito do grupo étnico e das suas relações com a nação, tenha-se em conta as considerações feitas a este respeito no início. Dito isto, é útil referir atributos correntes dos grupos étnicos como os adiantados por Smith (1991: 20-21): um nome próprio coletivo, mitos de ancestralidade comum, memórias partilhadas, elementos partilhados como língua, religião, costumes, associação com um determinado território, a existência de um sentimento de solidariedade entre certos sectores da população.

(82) Há temas comuns nas representações das identidades nacionais, e outros específicos – como a ideologia de uma relativa igualdade ou relativa homogeneidade entre os dinamarqueses (Jenkins 2011: 103), ou presumivelmente a crença de que os portugueses possuem um sentimento único – a saudade – ou serão menos racistas do que os outros.

(83) O conhecido cientista político norte-americano Samuel Huntington na sua obra *Who Are We? The Challenges to America's National Identity* (2004) define uma identidade nacional americana, de matriz anglo-protestante, de língua inglesa, liberal-democrática, ameaçada, segundo ele, pelas políticas cosmopolitas e multiculturais e por uma emigração latina que resistirá à assimilação nesse núcleo.

ou serem comuns, no caso de naturais dos países de expressão oficial portuguesa – como a língua, ou o respeito pelas leis que regem o colectivo<sup>84</sup>.

Com a descolonização e o forte desenvolvimento registado em países economicamente mais poderosos maioritariamente situados no hemisfério norte, vários deles antigas potências coloniais, que suscitou uma imigração massiva para aí de populações anteriormente colonizadas, registou-se um debate em torno dos conteúdos das suas identidades nacionais<sup>85</sup>. Embora essas sociedades não fossem culturalmente homogêneas, a chegada de fortes contingentes de gente marcadamente diferente, foi percebida em diversos sectores como constituindo uma ameaça, económica, por concorrerem com os «nacionais» no mercado de trabalho, e cultural, por possuírem valores distintos dos deles. Essas percepções estarão subjacentes às atitudes negativas face aos imigrantes que são vistos como essencialmente diferentes e culturalmente inferiores (Vala & Pereira 2012)<sup>86</sup>. Note-se que a identidade nacional, que, pela socialização, e pelos hábitos de vida comum, se torna parte das próprias identidades pessoais, confere um sentido de pertença a uma comunidade e pode contribuir para um certo sentido de «segurança ontológica» dos seus membros<sup>87</sup>. Mas a maior oposição à imigração incide sobre grupos discriminados há muito como os ciganos<sup>88</sup> e os negros (idem: 64-65). Isto não obstante o facto do que se designa como representação da identidade nacional luso-tropicalista poder contribuir para explicar a prevalência da norma anti-preconceito em Portugal, protegendo os portugueses da expressão pública do preconceito em relação precisamente aos imigrantes negros (Vala, Lopes, Lima: 2008). Deve dizer-se que a legislação em matéria de nacionalidade favorece o acesso à mesma aos imigrantes dos países de língua oficial portuguesa, e isso deve-se, em nosso entender, ao facto de existir uma representação oficial da identidade nacional portuguesa vinculada à Lusofonia<sup>89</sup>. Aliás, uma representação da identidade nacional em que o

(84) Ver uma análise recente das respostas a um inquérito sobre diversos fatores presentes na identificação nacional em Portugal, uns de carácter exclusivo, outros de carácter mais inclusivo (Sobral 2010a). Outro trabalho identificou sentimentos nacionalistas de superioridade em Portugal como facilitadores da oposição à imigração (Vala 2010). Para dimensões de orgulho nacional, consultar igualmente Leal (2010).

(85) Ver como exemplo de definição de uma identidade inglesa exclusiva – definida pelo gosto pelo chá, o protestantismo, Shakespeare, etc. – Redwood (2013).

(86) Os autores referem-nos como «percebidos como etnicamente diferentes», isto implicando «salientar as diferenças culturais; atribuir a estes grupos valores e capacidades inferiores aos Europeus» (Vala & Lopes 2012: 50). A oposição à imigração nos estados que participam no *European Social Survey* (ESS), fonte trabalhada pelos autores é descrita como moderada, com Portugal, inserindo-se no padrão geral, mas com uma média um pouco mais elevada (Idem: 59-61).

(87) Na acepção de Giddens (1984), «segurança ontológica» designa a confiança que se tem em que os mundos natural e social são o que parecem, incluindo os parâmetros existenciais básicos da identidade pessoal e coletiva». Designa-se, assim, um certo sentido de estabilidade entre a pessoa e o mundo que a rodeia.

(88) Ver sobre os ciganos o conjunto de textos inserido em Bastos (2012).

(89) Embora o *ius sanguinis* continue a prevalecer, o *ius solis* foi reforçado na última reformulação da Lei da Nacionalidade. O domínio suficiente da língua portuguesa é um dos critérios para adquirir a nacio-

Império ainda é a Idade do Ouro, mas em que se silenciaram os efeitos opressivos da dominação colonial e se insiste em elementos como a audácia, o heroísmo e se concebe Portugal como um pioneiro do «diálogo entre povos e culturas», uma representação eufemística e mistificadora da dominação colonial, inventada nos últimos tempos do colonialismo (Dias 1961 [1958]: 1974) e que persistiu no discurso oficial até aos nossos dias.

Concluimos o nosso trajeto com esta alusão ao contexto pós-colonial, em que em Portugal se oscila entre a exposição e o exame histórico das dimensões mais opressivas do colonialismo e as representações eufemísticas da relação colonial. A questão do racismo inerente ao império ainda surge como algo incómodo para alguns portugueses, no momento em que se assiste a uma metamorfose da representação da identidade nacional portuguesa, enquanto parte do espaço da Lusofonia.

## BIBLIOGRAFIA

- ALENCASTRO, Luís Filipe de (2000), *O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*, S. Paulo: Companhia das Letras.
- ALENCASTRO, Luís Filipe de (2012), «Mulattos in Brazil and Angola: A Comparative Approach, from the Seventeenth to the Twenty-First Century», in Francisco Bethencourt e Adrian Pearce (eds.), *Racism and Ethnic Relations in the Portuguese-Speaking World*, Oxford, Oxford University Press: 71-96.
- ALEXANDRE, Valentim (1995), «A África no Imaginário Político Português (Séculos XIX-XX)», *Penélope*, 15, 39-52.
- ALEXANDRE, Valentim (1996), «Questão Nacional e Questão Colonial em Oliveira Martins», *Análise Social*, vol. XXXI (135), 183-201.
- ANDERSON, Benedict (1991), *Imagined Communities. Reflections on the Origins and Spread of Nationalism*, Londres, Verso.
- ARENDT, Hannah (1973 [1950]), *The Origins of Totalitarianism*, Orlando, Harcourt Publishers.
- ARISTÓTELES (2012), *Política* (ed. e trad. de Carlos García Gual e Aurélio Pérez Jiménez), Madrid, Alianza Editorial.
- ARMSTRONG, John A. (1982), *Nations before Nationalism*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- ARRAIS, Frei Amador (1944) (sel., pref. e notas de Fidelino de Figueiredo), *Diálogos*. Lisboa, Sá da Costa.
- AZURARA, Gomes Eannes de (1841[1453]), *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, Paris, J. P. Aillaud.

nalidade portuguesa. Ver Lei Orgânica n.º 2/2006 de 17 de Abril in Diário da República – I Série-A n.º 75, 17 de Abril de 2006. A situação no acesso à cidadania dos imigrantes dos novos países de expressão oficial portuguesa em Portugal não será diferente de outros provenientes de antigas «colónias» que se deslocaram para antigas «metrópoles», como no caso da França ou do Reino Unido. Todavia, lá, como aqui, o acesso um estatuto de residência permanente ou à cidadania não implicou o fim da discriminação, assentasse ela em características fenotípicas, culturais, ou numa combinação de ambas (Triandafyllidou 2006: 288).

- BAROJA, Julio Caro (1993), *La Cara, Espejo del Alma: Historia de la Fisiognómica*, Barcelona, Galaxia Gutenberg.
- BARTH, Frederik (1989 [1969]), «Introduction» in F. Barth (ed.), *Ethnic Groups and Boundaries. The Social Organization of Culture Difference*, Long Grove, Il., Waveland, 9-38.
- BARTLETT, Robert (2001), «Medieval and Modern Concepts of Race and Ethnicity», *Journal of Medieval and Early Modern Studies*, 31: 1, pp. 39-56.
- BASTOS, José Gabriel Pereira, org. (2012), *Portugueses Ciganos e Ciganofobia em Portugal*, Lisboa: CEMME/Colibri.
- BENEDICT, Ruth (1983[1942]), *Race and Racism*, Londres, Routledge & Kegan Paul.
- BETHENCOURT, Francisco (2012), «Introduction», in F. Bethencourt e A. Pearce (eds.), *Racism and Ethnic Relations in the Portuguese-Speaking World*, Oxford: Oxford University Press, 1-14.
- BIDDISS, Michael (1970), *Father of Racist Ideology*, London: Weidenfeld and Nicolson.
- BILLIG, Michael (1997 [1995]), *Banal Nationalism*, London: Sage.
- BLANCKAERT, Claude (1988), «On the origins of French ethnology: William Edwards and the doctrine of race», in G. W. Stocking Jr. (ed.), *Bones, Bodies, Behaviour: Essays on Biological Anthropology, History of Anthropology*, vol. 5, Madison, The University of Wisconsin Press.
- BOAS, Franz (1940), *Race, Language and Culture*. Nova Iorque, The Macmillan Company.
- BOXER, Charles (1967 [1963]), *Relações Raciais no Império Colonial Português*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- BOXER, Charles (1977 [1969]), *O Império Colonial Português*, Lisboa, Edições 70.
- BRATTAIN, Michelle (2007), «Race, Racism and Antiracism: UNESCO and the Politics of Presenting Science to the Postwar Public», *The American Historical Review*, 112 (5), 1386-1413.
- BUNZL, Matti (1996), «Franz Boas and the Humboldtian Tradition: From Volkgeist and National-character to an Anthropological Concept of Culture», in G. W. Stocking, Jr. (ed.), *Volkgeist as Method and Ethic: Essays on Boasian Ethnography and the German Anthropological Tradition*, Madison, The University of Wisconsin Press, pp. 17-78.
- CANNADINE, David (2013), *The Undivided Past: History Beyond our Differences*, Londres: Penguin Books.
- CATROGA, Fernando (1998), «“Positivistas e republicanos” e “História e ciências sociais em Oliveira Martins”», in L. R. Torgal, J. Amado Mendes e F. Catroga, *História da História em Portugal (Séculos XIX-XX)*, Lisboa: Temas e Debates.
- CASTELO, Cláudia (1999), *«O Modo Português de Estar no Mundo»: o Luso-tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa*, Porto: Afrontamento.
- CAVALLI-SFORZA, Luigi Luca e Francesco (1995), *The Great Human Diasporas: the History of Diversity and Evolution*, Reading, Massachusetts, Addison-Wesley.
- CORREIA, A. A. Mendes (1919), *Raça e Nacionalidade*, Porto, Renascença Portuguesa.
- DELACAMPAGNE, Christian (2000), *Une Histoire du Racisme*, Paris: Le Livre de Poche.
- DIAS, Jorge (1961), *Ensaio Etnológico*, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- DIKÓTTTER, Frank (ed.) (1997), *The Construction of Racial Identities in China and Japan*, London: Hurst & Company.
- DOYLE, Don (2010), «Identidade nacional, inclusão social e exclusão social na história da América», in J. M. Sobral e J. Vala (orgs.), *Identidade Nacional, Inclusão e Exclusão Social*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 133-154.
- EZE, Emmanuel Chukwudi (org.), (2005 [1997]), *Race and the Enlightenment: a Reader*, Oxford: Blackwell.
- FENTON, Steve (2006), «Race and the Nation» in Gerard Delanty e K. Kumar (eds.), *The Sage Handbook of Nations and Nationalism*, London, Thousand Oaks, Nova Deli: Sage, 192-204.
- FINLEY, Moses (1980), *Ancient Slavery and Modern Ideology*, New York: The Viking Press.

- FOUCAULT, Michel (1997 [1976]), *Il Faut Défendre la Société*, Paris: Hautes Études/Gallimard-Seuil.
- FREDRICKSON, Georges (2002), *Racism: a Short History*, Princeton NJ: Princeton University Press.
- FREYRE, Gilberto (2005 [1933]), *Casa Grande & Senzala*, São Paulo: Global.
- FRIEDMAN, John Block (2000), *The Monstruous Races in Medieval Art and Thought*. Syracuse, Nova Iorque: University of Syracuse Press.
- GAT, Azar e YAKOBSON, Alexander (2013), *Nations: the Long History and Deep Roots of Political Ethnicity and Nationalism*, Cambridge: Cambridge University Press.
- GELLNER, Ernst (1983), *Nations and Nationalism*, Nova Iorque: Cornell University Press.
- GIDDENS, Anthony (1984), *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*, Cambridge: Polity Press.
- GIDDENS, Anthony (1997), *Sociologia*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- GIDDENS, Anthony (2001), *Sociology*, Cambridge: Polity Press.
- GIDDENS, Anthony (2008), *Sociology*, (rev. e act. com Phillip W. Sutton), Cambridge: Polity Press.
- GOBINEAU, Joseph Arthur de (1983 [1853-55]), «Essai sur l' Inégalité des Races Humaines», in *Oeuvres – I*, Paris: Éditions Gallimard, pp. 133-1174.
- GOSSET, Thomas F. (1963), *Race: the History of an Idea in America*, Dallas: Southern Methodist University Press.
- GUIBERNAU, Montserrat (2013), *Belonging: Solidarity and Division in Modern Societies*, Cambridge: Polity Press.
- GUIMARÃES, António S. A. (2012), «Colour and Race in Brazil: From Whitening to the Search for Afro-Descent», in F. Bethencourt e A. Pearce (eds.), *Racism and Ethnic Relations in the Portuguese-Speaking World*, Oxford: Oxford University Press, pp. 17-34.
- HAHN, Robert (2001), «The Difference the Middle Ages Makes: Color and Race before the Modern World», *Journal of Medieval and Early Modern Studies*, 31: 1, pp. 1-37.
- HANNAFORD, Ivan (1996), *Race: The History of an Idea in the West*, Washington e Baltimore, The Woodrow Wilson Center Press/The Johns Hopkins Press.
- HARRIS, Marvin (1968), *The Rise of Anthropological Theory*, New York: HarperCollins.
- HARRISON, Faye (1997, «Race» in T. Barfield (org.), *The Dictionary of Anthropology*, Oxford: Balckwell.
- HASTINGS, Adrian (1997), *The Construction of Nationhood: Ethnicity, Religion and Nationalism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HAYES, Carlton J. H. (1963 [1941]), *A Generation of Materialism 1871-1900*, New York and London: Harper and Row.
- HEGEL, Georg W. F. (2007 [1822-28]), *The Philosophy of History* (trad. por J. Sibree), Nova Iorque, Cosimo Books.
- HERTZ, Frederick (1966 [1944]), *Nationality in History and Politics: a Psychology and Sociology of National Sentiment and Nationalism*, Londres: Routledge & Kegan Paul.
- HOBSBAWM, Eric (1994 [1990]), *Nations and Nationalism since 1870. Programme, Myth, Reality*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HOPPENBROWERS, Peter (2007), «Medieval Peoples Imagined» in M. Beller e J. Leerssen (eds.), *Imagology: The Cultural Construction and Literay Representation of National Characters*, Amsterdam-Bew York: Rodopi.
- HOUAISS, António e Villar, Mauro de Salles (2003), *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*, Lisboa: Temas & Debates.
- HUME, David (2001 [1748]), «Des caractères nationaux», in *Essais Moraux, Politiques et Littéraires*, Paris: Presses Universitaires de France.
- HUNTINGTON, S. P. (2004), *Who Are We: The Challenges to America's National Identity*, Nova Iorque: Simon & Schuster.
- ISAAC, Benjamin (2004), *The Invention of Racism in Classical Antiquity*, Princeton: Princeton

- University Press.
- JAHODA, Gustav (1999), *Images of Savages: Ancient Roots of Modern Prejudice in Western Culture*, Londres e Nova Iorque: Routledge.
- JENKINS, Richard (2011), *Being Danish: Paradoxes of Identity in Everyday Life*. Copenhagen: Museum Tusulanum Press.
- JERÓNIMO, Miguel Bandeira (2012), «The “Civilisation Guild”: Race and Labour in the Third Portuguese Empire», in F. Bethencourt e A. Pearce (eds.), *Racism and Ethnic Relations in the Portuguese-Speaking World*, Oxford: Oxford University Press: 173-199.
- KANT, Immanuel (2003[1764]), *Observations on the Feeling of the Beautiful and the Sublime* (trad. John T. Goldthwait), Berkeley, University of California Press.
- LAPOUGE, Georges Vacher de (1899), *L'Aryen, son Role Social*, Paris: Albert Fontemoing Éditeur.
- LLOBERA, Josep R. (1994), *The God of Modernity: the Development of Nationalism in Western Europe*, Oxford, Berg.
- LEWIS, Gail e PHOENIX, Ann (2004), «“Race”, “Ethnicity” and Identity» in K. Woodward (org.), *Questioning Identity: Gender, Class, Ethnicity*, Londres e Nova Iorque: Routledge/The Open University, 115-150.
- LLOBERA, Josep R. (2003), *The Making of Totalitarian Thought*, Oxford e Nova Iorque: Berg.
- MACHADO, Fernando L. (2000), «Os Novos Nomes do Racismo: Especificação ou Inflação Conceptual?», *Sociologia, Problemas e Práticas*, 33, pp. 9-44.
- MATOS, Patrícia F. de (2006), *As Cores do Império: Representações Raciais no Império Colonial Português*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- MATOS, Patrícia F. de (2012), *Mendes Correia e a escola de Antropologia do Porto: contribuição para o estudo das relações entre antropologia, nacionalismo e colonialismo (de finais do século XIX aos finais do século XX)*, Tese de doutoramento não publicada, ICS: Universidade de Lisboa.
- MOSSE, George L. (1988 [1961]), *The Culture of Western Europe: The Nineteenth and Twentieth Centuries*, Boulder & Londres: Westview Press.
- MOSSE, George L. (1992 [1978]), *Il Razzismo in Europa dalle Origine all'Olocausto*, Milano: Arnaldo Mondadori Editore.
- MOSSE, George L. (1999), *The Fascist Revolution: Towards a General Theory of Fascism*, New York: Howard Fertig.
- NICHOLSON, Philip Yale (1999), *Who Do We Think We Are? Race and Nation in the Modern World*, Nova Iorque: M. E. Sharpe.
- OLENDER, Maurice (1989), *Les Langues du Paradise. Aryens et Sémites: une couple providentiel*. Paris: Gallimard/Seuil.
- PAIVA, José Pedro (2012), «The New Christian Divide in the Portuguese-Speaking World (Sixteenth to Eighteenth Centuries)», in F. Bethencourt e A. Pearce (eds.), *Racism and Ethnic Relations in the Portuguese-Speaking World*, Oxford: Oxford University Press, pp. 269-280.
- PEREIRA, Ana Leonor (1992), «Raças e história: imagens nas décadas finais de Oitocentos», in *Revista de História das Ideias*, vol. 14, 347-364.
- POLIAKOV, Leon (1974), *O mito ariano: ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- POLIAKOV, Leon (1974), *Histoire de l'Antisemitisme*, vols. 1 e 2, Paris: Calmann-Lévy.
- RATTANSI, Ali (2007), *Racism: A Very Short Introduction*, Oxford: Oxford University Press.
- REDWOOD, John (2013), «It's time England asserted its National Identity», *The Spectator*, 16-10-2013.
- SHECK, Raffael (2006), *Hitler's African Victims: The German Army Massacres of Black French Soldiers in 1940*, Cambridge: Cambridge University Press.
- SKIDMORE, Thomas E. (1998), *Uma História do Brasil*, São Paulo e Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- SMITH, Anthony D. (1991), *National Identity*, Londres: Penguin.
- SNOWDEN, Jr., Frank M. (1983), *Before Color Prejudice: the Ancient View of Blacks*, Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- SNYDER, Louis L. (1962), *The Idea of Racism. Its Meaning and History*, Princeton: D. Van Nostrand.
- SOBRAL, José Manuel (2003), «A formação das nações e o nacionalismo: os paradigmas explicativos e o caso português», *Análise Social*, vol. XXXVII, 165: 1093-1126.
- SOBRAL, José Manuel (2004), «O Norte, o Sul, a raça, a nação. Representações da identidade nacional portuguesa (séculos XIX-XX)», *Análise Social*, vol. XXXIX, 171: 255-284.
- SOBRAL, José Manuel (2007), «O Outro aqui tão Próximo: Jorge Dias e a Redescoberta de Portugal pela Antropologia Portuguesa», *Revista de Ciências Sociais*, vol. 41, n.º 2, 125-139.
- SOBRAL, José Manuel (2010a), «Dimensões étnicas e cívicas e glorificação do passado em representações da identidade nacional portuguesa», in J. M. Sobral e J. Vala (orgs.), *Identidade Nacional, Inclusão e Exclusão Social*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010, 81-110.
- SOBRAL, José Manuel (2010b), «Representações Portuguesas e Brasileiras da Identidade Nacional Portuguesa no Século XX», *Revista de História das Ideias*, vol. 28, 479-526.
- SOBRAL, José Manuel (2012), *Portugal, Portugueses: uma Identidade Nacional*, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- STALLAERT, Christiane (1998), *Etnogénesis y Etnicidad en España. Una Aproximación Histórico-Antropológica al Casticismo*. Barcelona: Proyecto A Ediciones.
- THIESSE, Anne-Marie (1999), *La Création des Identités Nationales*, Paris: Éditions du Seuil.
- TRIANDAFYLIDOU, Anna (1998), «National identity and the “other”», *Ethnic and Racial Studies* 21 (4): 593-612.
- TRIANDAFYLIDOU, Anna (2001), *Immigrants and National Identity in Europe*, Londres: Routledge.
- TRIANDAFYLIDOU, Anna (2006), «Nations, migrants and transnational identifications: an interactive approach to nationalism» in G. Delanty e K. Kumar (eds.), *The Sage Handbook of Nations and Nationalism*, London, Thousand Oaks, Nova Deli: Sage, 285-294.
- VALA, Jorge, LOPES, Diniz, LIMA, Marcus (2008), «Black Immigrants in Portugal: Luso-Tropicalism and Prejudice», *Journal of Social Issues*, vol. 64 (2): 287-302.
- VALA, Jorge, PEREIRA, Cícero, COSTA-LOPES, Rui e DESCHAMPS, Jean-Claude (2010), «Atitudes Face à Imigração e Identidade Nacional», in J. M. Sobral e J. Vala (orgs.), *Identidade Nacional, Inclusão e Exclusão Social*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 191-210.
- VALA, Jorge, PEREIRA, Cícero (2012), «Racism: An Evolving Virus», in F. Bethencourt e A. Pearce (eds.), *Racism and Ethnic Relations in the Portuguese-Speaking World*, Oxford: Oxford University Press, pp. 49-70.
- VAN DER BERGHE, Pierre (1978), «Race and Ethnicity: a Sociobiological Perspective», *Ethnic and Racial Studies*, vol. 1, n.º 4, October.
- WIEVIORKA, Michel (1992), *El Espacio del Racismo*, Barcelona/Buenos Aires: Paidós.

## Etnicidade e classe: um exercício para um mapeamento teórico

### 1. INTRODUÇÃO

Este texto<sup>1</sup> começa por sustentar a falência das grandes teorias, sobretudo de carácter fortemente estruturalista, assumindo a relevância da política, nomeadamente na problematização da etnicidade e do racismo. Tal pressupõe que, se a História necessita de contributos teóricos provindos da Antropologia e da Sociologia para fazer a própria releitura dos factos sociais no tempo, também a Antropologia e a Sociologia terão de ir ao encontro da História para perceber não só as regularidades, como também as contingências históricas, enfim, as diversas configurações societais. Neste texto é delineada, na sequência de uma obra anterior – esta em co-autoria com Albert Benschop, sobre *Desigualdades Sociais*<sup>2</sup>, – uma estratégia pro-teórica sobre etnicidade e relações inter-étnicas e sua imbricação com as abordagens de classe. Esta estratégia pressupõe diversos níveis de análise – desde o campo das posições objectivas e das mudanças estruturais, passando, neste tema, pela definição de conceitos centrais de etnia, cultura étnica e *habitus*, identidade étnica, até à relação entre interesses étnicos e ideologias ou utopias étnicas, sem deixar de ter em linha de conta as redes étnicas, as questões ligadas à organização e à liderança nas mobi-

\* Faculdade de Ciências Sociais e Políticas e Faculdade de Filosofia Social, Universidade de Amsterdão (bader@gmail.com).

(1) Neste texto é feita uma reflexão de síntese sobre uma questão bem actual e controversa: a etnicidade e o racismo, um tema que me havia ocupado desde há uns anos e que viria a plasmar-se num livro publicado em 1995 em alemão intitulado *Rassismus, Ethnizität, Burgerschaft* (traduzido ao português *Racismo, Etnicidade e Cidadania*, em 2008, Porto: Afrontamento). O texto produzido no quadro do projecto já foi publicado na revista *Configurações*, n.º 1, coordenado pelo primeiro autor da organização deste livro.

(2) Esta obra (Bader e Benschop 1989), cuja primeira edição em holandês em 1988 tem como título *Ongelijkheid (Desigualdades)*. Uma outra obra complementar desta, em língua holandesa, é a *Kollektief Handelen (Acção Colectiva)* também da autoria de Veit-Michael Bader (1991) (Nota do tradutor, Manuel Carlos Silva).

lizações e nos conflitos étnicos. Por fim mas não menos importante, darei conta da articulação entre as situações de relações étnicas e as abordagens de classe, rejeitando pressupostos de carácter monocausal mas sem cair em ecleticismos ou raciocínios circulares e estabelecendo certa hierarquia analítica.

## 2. CONTINGÊNCIA E TEORIA: A FALÊNCIA DAS “GRANDES TEORIAS” E O DECISIVO PAPEL DA POLÍTICA

Recentemente, as grandes teorias passaram por tempos difíceis, em geral e, mais ainda, em relação à questão das relações inter-étnicas. Contrariamente às predições e pretensões da teoria da modernização, o processo de modernização não tem conduzido, de modo nem claro nem absoluto, ao declínio ou ao desaparecimento de critérios adscritivos, de práticas e ideologias, em especial as de carácter étnico, nacionalista. O significado da etnicidade como base de organização social não diminuiu com o elevado grau de incorporação social, tal como a teoria convencional havia sugerido<sup>3</sup>. O desenvolvimento da retenção da identidade étnica não segue linearmente o padrão de Hansen, a segunda geração afasta-se ou rebela-se contra o seu próprio grupo étnico de origem e a terceira regressa de novo às raízes étnicas do grupo primordial<sup>4</sup>. Poder-se-iam multiplicar os exemplos. Com efeito, hoje, se algum consenso se verifica entre os investigadores, será provavelmente o seguinte: devemos ter em séria conta a elevada complexidade e o considerável grau de contingência de fenómenos sociais tais como a retenção de identidade étnica, a incorporação social. Para caracterizar tal situação os conceitos nucleares ou expressões-chave seriam indeterminância estrutural; elevados graus de variação; determinados fenómenos sociais dependem «acima de tudo» do político; a trajetória depende das sequências da mudança; a história está «em aberto» – estas expressões são, pelo menos, muito mais importantes do que o que as teorias estruturalista, evolucionista e marxista têm admitido. Sem dúvida, a Sociologia tem de ir ao encontro da história. A História necessita, pelo menos, dalguma sociologia. Mas que Sociologia?

Confrontados com tais problemas, investigadores de diversos campos têm recentemente optado pela construção de quadros pro-teóricos ou proto-teóricos<sup>5</sup>. A fim de munir-se conceptualmente para estudar as variedades de experiência em Toronto, Breton *et al.* (1990) desagregaram «incorporação social» e «identidade étnica». Concorro plenamente com a capacidade heurística e explicativa da distinção e da diferenciação entre “Identidade

(3) Cf. Isajiw (1990: 6, 10, 261).

(4) Cf. Isajiw (1990: 38, 263 ss): «Diferentes grupos não exibem o mesmo padrão de retenção e incorporação. Proposições gerais acerca da evolução de minorias étnicas têm uma validade muito limitada, se é que têm alguma» (1990: 5).

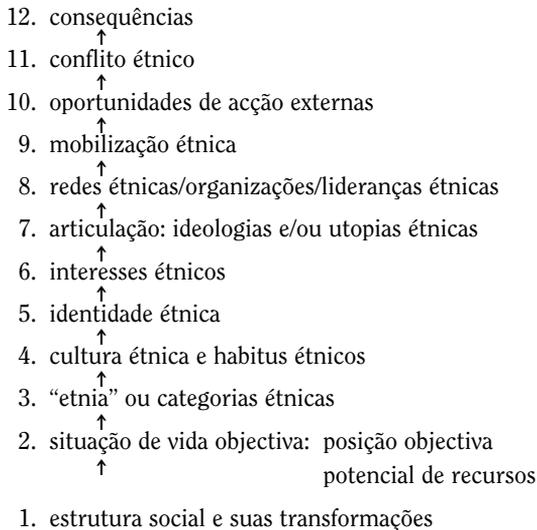
(5) Cf. Wiehn (1968), Eckstein (1980), Unger (1987). Para um tratamento mais desenvolvido e respectiva bibliografia, cf. Bader e Benschop (1989), Bader (1991, 1992).

étnica” e “Igualdade”. Há cerca de quinze anos que iniciei um projecto de investigação, do qual resultou a elaboração do que designei por pro-teoria das desigualdades sociais e da acção colectiva, dos movimentos sociais e dos conflitos em geral<sup>6</sup>. Esta pró-teoria é susceptível de ser também utilizada para construir teorias mais ajustadas ao terreno e tema da etnicidade, o que permitirá constituir, de modo mais directo, um quadro teórico para pesquisas comparativas históricas e empíricas. As suas principais tarefas têm sido de tripla ordem: (i) desagregação e clarificação conceptual; (ii) distinção de diferentes níveis de análise; (iii) criação de espaço para teorias mais específicas de tipo intermédio. Gostaria agora de apresentar alguns resultados que poderão ser importantes para desenhar teorias para pesquisas neste campo, utilizando o estudo de Breton *et al.* (1990) realizado em Toronto como ponto de referência comparativa.

### 3. NÍVEIS DE ANÁLISE

Para entendermos melhor a sequência lógica da exposição deste texto, creio ser adequado apresentar previamente em esquema os diversos níveis de análise na formação de grupos, movimentos e conflitos étnicos:

**Figura 1:** Níveis de formação de grupos, movimentos e conflitos étnicos



(6) Bader e Benschop (1989), Bader (1991). Ambas as obras foram editadas em alemão e holandês mas lamentavelmente ainda não foram traduzidas ao inglês. Esperamos, logo que possível, conseguir traduzir ao português, pelo menos, a primeira obra a partir da edição holandesa (nota do tradutor).

Por razões de espaço é-me impossível neste texto explicar e desenvolver a especificidade da minha abordagem, de modo a poder ser comparada e mesmo confrontada com outras que perpassam o estudo de movimentos sociais e da acção colectiva<sup>7</sup>. Focalizarei a análise a três níveis: (i) critérios para a construção de “etnias”; (ii) cultura e *habitus* étnicos como dimensão “objectiva” de comunidades étnicas; (iii) identidade étnica, enquanto dimensão subjectiva das comunidades étnicas. Seguidamente, gostaria de mostrar, de modo muito esquemático, como é possível analisar situações de relações inter-étnicas e como são passíveis de ser teorizadas, passo a passo, as relações entre classe e etnicidade, começando pelo meu quadro pro-teórico. Por fim, concluirei com algumas observações sobre as estratégias para a construção teórica e para a investigação empírica.

#### 4. ETNIAS

Etnicidade é um conceito extremamente complexo e muito contestado. Mesmo quando se afirma que os grupos étnicos não existem nem podem existir sem, pelo menos, traços identitários étnicos e a manutenção de fronteiras<sup>8</sup>, – aspectos amiúde designados como subjectivos (cf. Breton/Isajiw *et al.* 1990: 35 ss), – faz contudo sentido começar pelas categorias étnicas ou “etnias” e culturas étnicas, amiúde entendidas como categorias “objectivas”<sup>9</sup>.

Usualmente define-se um grupo étnico como aquele que partilha «de valores culturais fundamentais, realizados em unidade aberta sob formas culturais; constrói uma esfera de comunicação e interacção, possui membros que se identificam e são identificados pelos outros como tal, constituindo assim uma categoria distinta de outras categorias da mesma ordem. Uma adscrição categorial é uma adscrição étnica, sempre que classifica uma pessoa em termos da sua identidade básica mais geral, presumidamente determinada pela sua origem e antecedentes. Na medida em que os actores usam identidades étnicas para se categorizarem a si próprios e aos outros para objectivos de interacção, eles formam grupos étnicos em sentido organizacional» (Barth 1980: 11, 14 ss)<sup>10</sup>.

(7) Cf. Bader (1991), um obra centrada na acção colectiva, cuja temática é tratada em vários capítulos, sendo de relevar, neste particular, o primeiro capítulo. Nessa obra são feitas extensas referências sobre a acção colectiva.

(8) Sobre grupos étnicos, cf. Barth (1980); sobre nações e nacionalismo, cf. Smith (1981, 1984, 1986, 1989), Hobsbawm (1990).

(9) Cf. Smith (1981) em analogia com a velha lógica de “classes em si” e “classes para si”. Acerca de todos os grupos de conflitos colectivos, cf. Bader (1991).

(10) Cf. Smith (1981: 66 ss e 1989). Segundo Smith (1989: 344 ss), um grupo étnico remete para (i) um nome comum para a unidade da respectiva população; (ii) um conjunto de mitos sobre as origens comuns e a descendência para essa população; (iii) algumas memórias históricas comuns de coisas vivenciadas em comum; (iv) um “território histórico” comum ou “pátria” ou associação com ela; (v) um ou mais elementos de cultura comum – língua, costumes ou religião; (vi) um sentido de solidariedade entre a maior parte dos membros da comunidade.

Um problema fundamental, há muito reconhecido<sup>11</sup>, reside no facto de, tanto na linguagem quotidiana, como no discurso científico, não ter sido clara a demarcação da etnicidade de outras categorias adscritivas em geral e, em particular, das categorias “racializadas”, nacionais, culturais e religiosas. Para entender, nas respectivas combinações histórico-empíricas, a enorme variedade de critérios étnicos, ter-se-á que desembrulhar analiticamente as componentes do agregado étnico. Tendo em conta que, a este respeito, não são úteis conceitos de etnicidade em sentido lato, de tipo contentor, tal como o propõem Glazer/Moynihan (1975), tenho vindo a mencionar uma lista, altamente desagregada, de critérios adscritivos, práticas e ideologias que pode ser frutífera de diversos modos (cf. Figura 2).

**(1)** A distinção entre práticas adscritivas e ideologias adscritivas constitui um requisito conceptual para qualquer análise detalhada das suas inter-relações complexas e variadas: as suas combinações, cruzamentos ou sobreposições, as suas deslocações, a sua relativa independência. Inalteradas práticas racistas, dirigidas contra “minorias visíveis”, têm sido legitimadas por uma variedade de ideologias: religiosas, culturalistas, nacionalistas, neo-nacionalistas, além das racistas<sup>12</sup>. Foi deste modo e com base nestas ideologias – enquanto diferentes faces do antisemitismo – que se avançaram legitimações para a discriminação, a opressão, a exclusão e a eliminação de judeus.

**(2)** Todas as situações de relações adscritivas e o mecanismo das práticas adscritivas têm um núcleo comum. “Situações de relações étnicas”, por exemplo, são situações de uma definida e vivenciada escassez e competição/conflito em torno dos diversos tipos de recursos e recompensas sociais (incluindo posições nas hierarquias dominantes de prestígio). Essas situações são aquelas em que: *(i)* se tornam relevantes os critérios adscritivos; *(ii)* é mínima a capacidade para fazer e detectar “distinções”; *(iii)* as diferenças, reais ou imaginárias, são percebidas, vividas e articuladas; *(iv)* e se constituem categorias adscritivas.

Uma vez construídas e avaliadas de modo predominante, a apreciação negativa das categorias adscritivas pode ser usada como um recurso indirecto (seja como “activo” seja como “passivo”) nos seguintes modos (mecanismos de práticas adscritivas):

(11) Cf. Weber (1964: 201, 242), Bader e Benschop (1989: 232, 240).

(12) Bader (1985, 1994b), Stolcke (1993).

**Figura 2:** Critérios adscritivos e práticas de fechamento e ideologias de legitimação

	<b>Critérios de fechamento</b>	<b>Práticas de fechamento</b>	<b>Ideologias típicas de legitimação</b>		
<b>Características «naturais» socialmente definidas: biológicas, fisiológicas e fenotípicas</b>	Parentesco/ Descendência	Dominação de clã, discriminação e fechamento	Ideologias de parentesco	<b>NARRATIVAS BIOLÓGICAS</b>	
	Sexo	Discriminação, opressão e exclusão das mulheres	Ideologias sexistas		
	Idade	Fechamento geracional, gerontocracia, etc.	Ideologias baseadas na idade		
	Cor, etc.	Opressão racista, discriminação e exclusão	Ideologias racistas		
<b>Características adscritivas sociais e históricas</b>	<b>Comunidade/ pertença a:</b>	<b>Exclusão, opressão, marginalização de:</b>	<b>Ideologias típicas de legitimação</b>	<b>NARRATIVAS ETNOCÊNTRICAS</b>	
	Espaço territorial	Bairros/ Regiões, etc.	Ideologias urbanistas/ regionalistas		
	História	Estabelecidos/ Forasteiros	Ideologias nativistas		
	Linguagem	Grupos linguísticos	Ideologias baseadas na língua		
	Cultura, hábitos, estilo de vida, gênero	“Minorias” culturais	Ideologias culturalistas		
	Religião	Grupos religiosos	Ideologias religiosas		
	Classe social	Classes “baixas” ou “trabalhadoras”	Ideologias e narrativas de classe		
	Cultura política	Comunidades políticas	Ideologias liberais, republicanas		
	<b>Pertença (vinculativa) a:</b>				<b>NARRATIVAS CIVIS-NACIONALISTAS</b>
	Instituições hierocráticas (Igreja)/ seitas	Membros de Igrejas	Ideologias clericais, papistas		
Unidades políticas Pertença ao Estado	Estados estrangeiros, alienígenas	Ideologias estatistas e imperialistas			
Pertença a organizações (políticas)	Pertença a partidos políticos, sindicatos, etc.	Ideologias políticas (v.g. anti-socialistas)			

- (a) fechar ou restringir severamente o acesso a campos sociais específicos (mercados de trabalho, habitacionais, educacionais, matrimoniais, entre outros), bem como influenciar e condicionar de modo acentuado as oportunidades sobre estes “mercados”;
- (b) afectar as oportunidades nas organizações, bem como a distribuição de recompensas nesses diferentes campos;
- (c) marginalizar ou mesmo excluir totalmente da maior parte dos campos sociais as categorias adscritivas, fazendo surgir «‘estatutos’ total e completamente negativos»<sup>13</sup>.

**(3)** A este respeito, todos os critérios adscritivos são “funcionalmente equivalentes” e isto pode fornecer alguma explicação estrutural para um fenómeno amiúde reconhecido pela sua flexibilidade<sup>14</sup>, tal como a mistura e o foco de critérios adscritivos relevantes nas mudanças de agregados étnicos; o tipo de mudanças na ideologia de exclusão. Todos os estudos comparativos detalhados, por exemplo, de nações e construção de nações<sup>15</sup> evidenciam, por um lado, a extrema variedade da mistura de critérios adscritivos nestes agregados étnicos, bem como da sua respectiva focalização. Por exemplo, qual o critério étnico: a região, a “raça”, a história, a língua (e qual delas?), a cultura, a religião, a classe? Qual a relação entre os aspectos cívicos e étnicos?<sup>16</sup>

Para se ser capaz de analisar as respectivas focagens dos diferentes processos de construção da nação e as suas históricas deslocações (por exemplo, de modelos “étnicos” a modelos “cívicos”, de modelos monoculturais a multiculturais, de modelos mononacionais a plurinacionais), torna-se necessário, pelo menos, um determinado grau de desagregação conceptual do agregado étnico presente na *Figura 1*. Por outro lado, os referidos estudos mostram o elevado grau de construção estratégica em torno da etnicidade, o qual se encontra mui oculto pela carga nacionalista de natureza primordial e o crescimento espontâneo de grupos étnicos e de nações<sup>17</sup>.

(13) Cf. Bader e Benschop (1989: 230 ss). Acerca do estatuto étnico como um “imperativo”, “estatuto de estatutos”, cf. Barth (1980).

(14) Tal é verdade para as biografias individuais e para a história de grupos étnicos; em “termos estratégicos”, cf. Barth (1980: 34).

(15) Cf. Seton-Watson (1977), Smith (1986, 1989), Anderson (1983), Hobsbawm (1990).

(16) Sobre “etnias verticais” e “etnias laterais”, cf. Smith (1989); para França e Alemanha, cf. Brubaker (1992).

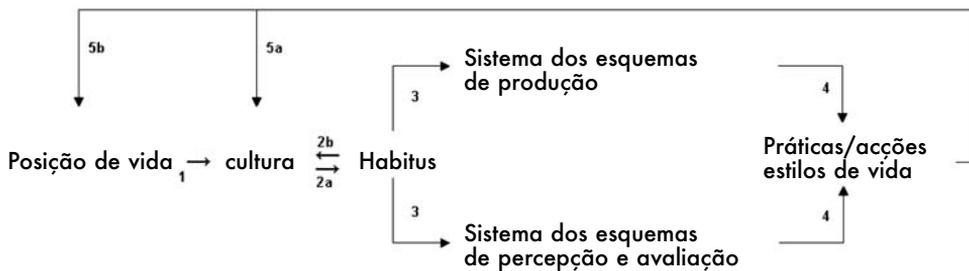
(17) Para uma equilibrada abordagem em torno do “primordialismo”/“realismo” *versus* “constructivismo”/“modernismo” das nações, cf. Smith (1984: 458-460; 1966, 1989). A História, ainda que artificial, diferencia! Cf. os comentários bem diferentes feitos por Meadwell (1989) e Zubaida (1989). Acerca das duas perspectivas diferentes em confronto – biografia individual *versus* história das comunidades – cf. Bader (1991: 118).

## 5. CULTURA ÉTNICA/HABITUS

### 5.1. Conceitos de cultura, *habitus* e sua relação

Cultura étnica e *habitus* étnico são, por certo, conceitos contestados. Sigo aqui Pierre Bourdieu, criticando todavia alguns resquícios estruturalistas e reducionistas na sua teoria<sup>18</sup>.

Figura 3: Posições – Cultura – *Habitus* – Práticas



Neste ponto ter-me-ei de confinar a uma simples explicação de estrutura social e cultura e as relações entre ambas:

(a) “Estrutura social” (incluindo posições nas hierarquias institucionais de prestígio) é estruturante – o que não é de resto sinónimo de “determinante” – de cultura: ambas, ou seja, posição objectiva e cultura são objectivas.

(b) Cultura é estruturante do *habitus*: os *habitus* são culturas incorporadas, as culturas são hábitos “objectivizados”. Há, porém, uma dialéctica entre cultura e *habitus* que é ignorada no estruturalismo e em todos os conceitos sobresocializados do homem: diferenças de *habitus* são uma espécie de “poço de variedades” para a mudança cultural.

(c) *Habitus* é estruturante das práticas (*habitus* como operador prático, programa incorporado, *modus operandi*). Comparado aos valores e às normas étnicas, o hábito étnico é muito mais “concreto”, comparado com a “personalidade” na sociologia normativista, pois inclui bastantes mais dimensões. Em relação aos “valores-padrão” abstractos, o *habitus* étnico tem uma força motivadora muito mais acentuada: o *ethos* étnico, as virtudes étnicas como uma fonte fundadora da “solidariedade” ou da “lealdade” étnica, por exemplo. Comparado com as práticas, o *habitus* étnico é mais abstrato ou mais geral do que as práticas concretas, estilos, percepções, julgamentos e acções por aquele geradas.

(18) Essa crítica explanei-a no meu livro sobre «Acção Colectiva» (cf. Bader 1991), nomeadamente no III capítulo.

## 5.2. Cultura étnica

Uso um conceito lato, “antropológico”, de cultura que inclui: (a) cultura “material”, tradições, modos de vida: alimentos, instrumentos, vestuário, casas, arte, rituais, cerimónias, festas; (b) aspectos específicos “simbólicos”: linguagem, padrões étnicos cognitivos e normativos (“valores” e “normas partilhadas”) e mundividências; (c) “redes/coesão” (incluindo a amizade, o casamento), associações e organizações étnicas, englobando meios de comunicação, organizações de interesses, partidos políticos<sup>19</sup>.

Há, por assim dizer, os chamados aspectos objectivos dos grupos étnicos (cf. Isajiw 1990: 35). Os aspectos «externos», «behavioristas» da identidade étnica referem-se a esta cultura étnica objectiva em todos os casos em que eles (*i*) são seleccionados como sinais relevantes ou marcadores de identidade étnica e (*ii*) se prendem com uma identidade étnica “positiva” e não somente com uma identidade colectiva negativa de conflito; isto é, os membros do grupo não só reconhecem que eles são representados por outros mediante alguns marcadores, mas eles próprios se identificam, pelo menos até certo grau, com aquelas “qualidades” (cf. Bader 1991: 108).

## 5.3. Hábitos étnicos e “constituição dum sujeito etnicizado”

Na linguagem em voga acerca da “construção da subjectividade”, designadamente no recente desconstrutivismo e na “teoria do discurso”<sup>20</sup>, falta um conceito sofisticado de cultura étnica e de *habitus* étnico. Tal poderia preencher um importante hiato na análise do processo de “eticização”:

(1) *Habitus* é um fenómeno complexo com diferentes aspectos: hexis somático; disposição psíquica; padrões estéticos (por exemplo, gosto); padrões de percepção, cognição e avaliação (a análise do discurso focaliza-se apenas sobre o último).

(2) *Habitus* permite incidir o foco sobre a relativa estabilidade e a unidade do “sujeito” sem necessariamente o vincar demasiado. A unidade do *habitus* étnico permanece sempre problemática:

(a) nas biografias individuais (em especial no caso da migração: efeito Dom Quixote);  
 (b) na perspectiva geracional: *hysteresis*;  
 (c) nos diversos campos sociais: em que medida há um estilo étnico no agir nas mais diferentes coisas da vida?

(d) numa “perspectiva de classe”: em que medida se constata um hábito étnico comum que atravessa os hábitos de classe? Que estabilidade apresenta? Existem aí padrões de carreira étnicos habitualizados? E, se os há, que papel positivo ou negativo preenchem?<sup>21</sup>

(19) Sobre este último ponto, cf. o capítulo VII de *Acção Colectiva* (Bader 1991).

(20) A este respeito cf. a crítica tecida sobre a teoria do discurso, nomeadamente no capítulo VI de *Acção colectiva* (Bader 1991).

(21) Sobre a orientação do mercado de trabalho, cf. Reitz (1990).

(e) numa perspectiva da acção colectiva: estar-se-á perante o “amor do destino” *versus* a rebelião habitualizada?

Estas e outras questões similares podem ser colocadas e analisadas a partir desta abordagem que, tanto quanto seja do meu conhecimento, não tem sido ainda sistematicamente aplicada a estudos étnicos e raciais.

#### 5.4. Relações cultura étnica – identidade étnica

No tocante às relações entre cultura étnica e identidade étnica importa diferenciar os seguintes itens:

(a) Cultura étnica e identidade étnica: uma necessária distinção<sup>22</sup>:

(i) «Cultura» não é “a” ou a única base de identidade; ela tem de competir e está sempre interrelacionada com “diferenças nas situações sociais objectivas” e diferenças imaginadas.

(ii) Nem todos os aspectos duma cultura objectiva são relevantes e servem de marcadores, de sinais e símbolos da identidade étnica: a constituição das identidades colectivas é um processo de acentuação selectiva (cf. Barth 1980, Bader 1991: 108-109).

(iii) Culturas podem, pelo menos num modelo ficcional, ser pensadas de modo isolado (muitas culturas diferentes coabitam pacificamente umas ao lado das outras), identidades colectivas são relacionais por definição: elas não podem sequer ser pensadas sem processos de inclusão/exclusão e sem definições de fronteira, ideia esta aportada por Barth (1980).

(iv) Identidades colectivas tendem a desenvolver um padrão completamente dicotomizado, particularmente na escalada de conflitos (cf. Bader 1991: 110), ao passo que as culturas podem co-existir “pluralmente”.

(v) As culturas podem permanecer em segundo plano «na rectaguarda», enquanto as identidades colectivas, podendo possuir diferentes graus de conhecimento e consciência (cf. Bader 1991: 108 ss), requerem, pelo menos, alguma consciência mínima relacional.

(vi) Identidades colectivas não necessitam, de modo algum, de “reais” diferenças culturais; elas podem ser totalmente construídas na base de imaginadas diferenças.

(b) A clara distinção conceptual entre cultura e identidade colectiva é um requisito necessário para discutir a sua inter-relação e, em particular, as suas variações:

(i) Elas podem mudar de maneira relativamente independente: culturas mutáveis – identidades colectivas estáveis e vice-versa, sendo de referir a este respeito novamente Barth (1980: 32 ss, 38) e Isajiw (1990), aduzindo este último inúmeros exemplos em Toronto.

(22) Para um maior desenvolvimento remeto para Bader (1991: 95 ss, 108 ss e 424 na nota 77 em *Acção Colectiva*).

(ii) Não é somente a cultura que serve de «base» para definições de identidades colectivas: identidades colectivas influenciam fortemente o desenvolvimento de culturas de grupo: demarcação, estilização e “distinção”, aspectos brilhantemente analisados por Bourdieu (1986), Elias (1976) e outros, aliás na esteira de Mannheim (1929).

## 6. IDENTIDADE ÉTNICA

### 6.1. Observações preliminares

A acrescentar aos já conhecidos pontos de partida em todos os estudos de identidades, torna-se relevante fazer algumas observações preliminares, atendendo a que as identidades étnicas são elas próprias «fenómenos multifacetados, complexos» (Isajiw 1990: 34).

(a) Sem alguma identidade étnica mínima não há grupo étnico: a identidade étnica, ao seleccionar uma de possíveis “etnias” e ao transformar “categorias étnicas” em grupos étnicos, constitui-as neste sentido.

(b) Identidade (colectiva) inclui sempre o desenho de fronteiras, a demarcação face aos “outros”: «Eu sou/ nós somos» inclui sempre um «Eu não sou/ nós não somos».

(c) Identidades são resultados temporários de desempenhos específicos sintéticos ou integrativos, de “identificações” com modelos ideais, padrões de identidade, bem como da negação de padrões alternativos, competitivos.

(d) Há que distinguir identidade individual, social e colectiva e analisar a sua “dialéctica”. Todos nós temos diversas identidades sociais e colectivas cruzadas: o “nós” tem muitos nomes. Identidades colectivas diferem de todas as outras identidades sociais, impondo, tendencialmente, padrões dicotómicos: eles tendem a ser “hegemónicos” ou “totalizantes”, particularmente na escalada de conflitos (Bader 1991: 109 ss).

(e) Há que perguntar e analisar sempre: quem é que define as identidades colectivas?

Para responder a esta questão ter-se-á que (i) analisar as autodefinições e as definições dadas pelos de fora (opositores e “terceiros” diferentes) e as suas interrelações; (ii) as definições dos de dentro e dos de fora são multifacetadas e estratificadas: para os de dentro, há a referir, por exemplo, pais, parentes, amigos, pares, professores, padres, políticos, historiadores; (iii) quer nas definições dos de dentro, quer nas dos de fora, importará analisar os equilíbrios de poder: a luta acerca das definições e avaliações das identidades colectivas em situações de “aproximada” igualdade (entre nações, por exemplo, Inglaterra *versus* França) difere consideravelmente de situações com assimetrias de poder estruturais (por exemplo, canadianos ingleses e canadianos do Quebec, ambos os povos nativos); (iv) quais são as causas dos processos de “etnicização” (cf. sobretudo: competição e conflito para todos os tipos de recursos e recompensas, particularmente reconhecimento)<sup>23</sup>.

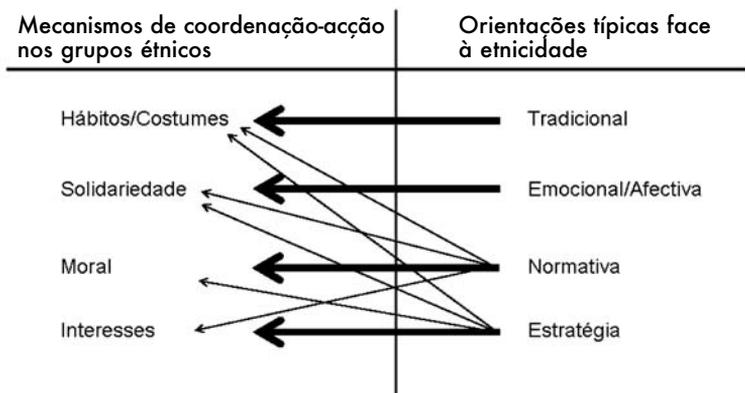
(23) Cf. Bader (1991: 112 ss), na esteira de Simmel (1968), Coser (1956), Barth (1980), entre outros.

## 6.2. Diferentes aspectos de identidade étnica

Os aspectos “comportamentais” ou “externos” prendem-se com a cultura étnica e as práticas actuais. Os aspectos “internos” têm a ver com a auto percepção e a auto-definição, ou seja, com a identidade étnica que, neste sentido, é sempre subjectiva. Em termos de pesquisa, é aliciante combinar estas questões mais sistematicamente, usando diferentes métodos: o que é as pessoas dizem (respondendo, ora de modo mais ou menos estandarizado, ora em questões abertas em entrevistas acerca da identidade étnica)? O que é que as pessoas fazem actualmente (utilizando a observação participante)?<sup>24</sup> Que hábitos étnicos evidenciam realmente as pessoas? Seguidamente, dever-se-ão comparar os dados e tentar explicar as esperadas discrepâncias: valores, crenças e mesmo atitudes não são, tal como todos sabemos, acções “causadoras” de um modo directo.

A cultura étnica e a identidade étnica colectiva providenciam padrões relativamente estáveis de expectativas mútuas que contribuem consideravelmente para solucionar os chamados problemas de coordenação na «acção colectiva». Costumes, tradições, hábitos e história comum; solidariedade, lealdade e moral do grupo são sistematicamente ignoradas nas abordagens da escolha racional e na mobilização de recursos<sup>25</sup>. Por outro lado, as abordagens centradas na chamada identidade tendem a negligenciar o papel importante que os interesses e as orientações estratégicas desempenham na constituição e no desenvolvimento das identidades colectivas. Numa crítica-reconstrução do quadro conceptual teórico de Max Weber, elaborei o seguinte modelo:

**Figura 4:** Mecanismos étnicos de coordenação-acção e orientações típicas face à etnicidade



Explicação: Papel constitutivo *versus* tipo de orientação que, se e quando dominante, enfraquecerá ou transformará o próprio mecanismo (cf. Bader e Benschop 1988)

(24) Este aspecto é sistematicamente negligenciado no estudo de Breton *et al.* (1990).

(25) Cf. Bader (1991: 17-20) e sobretudo o capítulo V.

**(a) Mecanismos de coordenação-acção<sup>26</sup>**

\* *história étnica e costumes étnicos, tradições, hábitos*. Por um lado, tenho acentuado a adequada construção e contínua reconstrução das histórias étnicas (enquanto motores do mito) *versus* “primordialismo” e “desenvolvimento espontâneo”. Por outro lado, as narrativas “reais” – e não apenas imaginadas – das histórias das comunidades, bem como os costumes reais, mesmo quando a sua origem seja artificial, constituem uma diferença significativa. Conhecimento das primeiras reacções (com as suas longas cadeias de reacções anteriores), bem como os costumes e as tradições comuns representam uma importante fonte de confiança.

\* *solidariedade étnica* é constituída por sentimentos partilhados de pertença (afectiva, emocional) à comunidade étnica. Tais sentimentos são criados nos processos de socialização – primários e secundários – e de educação, pela continuada identificação com a cultura étnica, pelos símbolos (“ícones sagrados”), pelos líderes e pelas práticas expressivas. Este sentimento de pertença emocional e profundamente arraigado constitui uma segunda importante fonte de confiança que é excluída do mundo hobbesiano da escolha racional.

\* *moral étnica*, a qual, compreendendo não só os valores e as normas partilhadas, tal como surge nas versões racionalistas da ética, mas também os “*ethos*” e as virtudes partilhadas, juntamente com o reconhecimento das obrigações mútuas, lealdades e realizações morais, constitui a terceira importante fonte de confiança. Esta confiança é necessária para superar todas as espécies de cavaleiros-andantes e outros “paradoxos lógicos da acção colectiva” com que os jogadores estratégicos – quais solitários mônadas sem história, sem moral ou sem fidelidades comuns – são confrontados. As comunidades étnicas e outras providenciam justamente isso.

\* *interesses étnicos* incluem não somente os chamados interesses “económicos” ou “materiais” mas sobretudo os chamados interesses culturais, políticos e religiosos, bem como o reconhecimento, pelo menos, como iguais. É importante ter em conta que os três primeiros mecanismos, característicos das comunidades, não se encontram apenas nas chamadas sociedades “tradicionais”, tal como a bizarra dicotomia “comunidade-sociedade”, tal como várias das versões das teorias da modernização nos quiseram fazer crer. A “modernidade” cria as suas próprias tradições, fidelidades e moral (*ethos*) e mesmo as comunidades étnicas não são restos sitiados e murchos do mundo tradicional, condenados a ser extintos.

**(b) Orientações constitutivas *versus* outros tipos de orientações**

A orientação predominantemente tradicional perante a etnicidade representa e mantém os costumes étnicos; a orientação emocional cria e reforça a solidariedade étnica; o acordo prevalentemente normativo forma e assegura uma moral e um *ethos* étnico; e a orientação predominantemente estratégica constitui a base de um “conjunto de interesses” comuns étnicos. Porém, os actores sociais são capazes de se orientar para modos “não-

(26) Cf. Bader (1989), Bader (1991: 117-124).

-congruentes” face à etnicidade<sup>27</sup>. Eles podem participar em ritos religiosos dum grupo étnico por razões puramente instrumentais, ou seja, acomodam-se porque e na medida em que sabem que o facto de não agir em conformidade com as normas religiosas étnicas poderia acarretar-lhes algumas desvantagens. Líderes oportunistas de organizações étnicas contam com a solidariedade dos seus membros co-étnicos para planear acções (e podem ser surpreendidos pela sua falta, se todos fizerem a mesma coisa: a manipulação estratégica tende a minar as tradições e as solidariedades). O “individualista possessivo” apenas concordará com as normas desde que elas sirvam o seu próprio interesse. Se predominarem as orientações estratégicas, as tradições e os costumes poder-se-ão transformar em puras constelações de interesses e, nessa altura, perder a capacidade de estabilizar comunidades e resolver problemas de acção colectiva; permitir que se destruam as solidariedades e as lealdades e que a moral e o *ethos* étnicos se percam ou, quando muito, se transformem num tipo de moralidade estritamente utilitária. O meu modelo permite e estimula analisar a mistura e as mudanças nas respectivas orientações dos membros dos grupos étnicos para uma cultura étnica e uma identidade étnica. Nem ao nível das sociedades, nem ao nível das gerações ou dos indivíduos, se pressupõe haver qualquer desenvolvimento linear das orientações tradicionais e afectivas em direcção a orientações “racionais” normativas e estratégicas.

### **(c) Distribuição dos tipos de orientações face à etnicidade**

Os diferentes tipos de orientações face à etnicidade não se encontram igualmente distribuídos entre os membros dos grupos étnicos. Assim, por exemplo, poder-se-ão esperar e analisar variações específicas de classe, de género ou de geração; a orientação das pessoas leigas pode diferir doutras, nomeadamente as específicas de diferentes tipos de peritos; as organizações de conflito e os líderes poderão ser forçados a desenvolver um grau mais elevado de pensamento estratégico e de reflexividade do que os constituintes e os inactivos. As orientações dos diferentes grupos de fora (*outsiders*) diferirão dos de dentro (*insiders*); os dos opositores serão forte ou exclusivamente estratégicos.

### **(d) A dimensão histórica, afectiva e moral das culturas e identidades étnicas**

As culturas e identidades étnicas na sua dimensão histórica, afectiva e moral implicam todas elas limites a respeito da manipulação estratégica ou da construção e reconstrução das identidades colectivas. Mesmo quando, com justeza, se acentua a enorme importância do pensamento e da acção estratégica (dos intelectuais, dos professores, dos políticos, dos Estados, das Igrejas, entre outros) na invenção e na construção das identidades colectivas<sup>28</sup>, tal como Smith (1981), entre outros, convincentemente o evidenciou em relação à construção das nações, tal não significa que tais protagonistas possam construir e mudar

(27) Cf. Bader 1991: 122-124.

(28) Cf., para todos os grupos étnicos, Barth (1980: 33).

as identidades à sua vontade ou que sejam bem sucedidos. É possível “criar” tradições<sup>29</sup>, inventar e reconstruir linguagens<sup>30</sup>, inventar símbolos e rituais, mudar estrategicamente a moral do grupo através da educação, mas tal exige tempo, muito mais tempo do que «transformar camponeses em cidadãos franceses», como diria Eugene Weber (1976).

### 6.3. Tipos de identidade étnica

Na construção dos tipos de identidade étnica podem utilizar-se e misturar-se os seguintes critérios: (i) critérios adscritivos: por exemplo, identidades étnicas predominantemente territoriais, culturais, religiosas; (ii) modo de orientação predominante acerca da etnicidade: tradicional (por exemplo, o tipo «ritualista», segundo Isajiw (1990), afectiva, normativa (tipo «ideológico» para Isajiw), estratégica; (iii) perspectiva temporal (tipo-“redescoberta» para Isajiw); (iv) grau de reflexividade; (v) perspectiva de poder/ dominação (por exemplo, identidade «subalterna», «revoltosa», «revolucionária»); (vi) variações, como veremos no ponto 7, nos tipos de situações de relações étnicas, nas quais se articulam as identidades étnicas.

### 6.4. Tempo

Dever-se-ia distinguir a origem, a emergência, o desenvolvimento (estabilização, manutenção, persistência, retenção/reconstrução), o desaparecimento e a perda de identidade étnica, atendendo a que as suas condições e determinação causal não são as mesmas.

(1) É importante acentuar que a «atenuação selectiva» é uma característica de todas as fases e não apenas da fase de retenção da identidade étnica, aspecto e dificuldade que os “primordialistas” esquecem ou contribuem para esquecer.

(2) Até que ponto existe um padrão geral? Tal como já foi indicado, a emergência e o desenvolvimento de identidades étnicas não é usualmente unilinear, mas tão pouco segue simplesmente um padrão cíclico. Tal evolução mostra amiúde inesperados e imprevisíveis altos e baixos, depende de situações, ou seja, é profundamente sensível ao contexto. É uma questão de política; os ciclos de protesto são relevantes; os acontecimentos históricos são, com frequência, de suma importância.

(3) Ter-se-á de ser cauteloso ao analisar os efeitos de histerese: estes não deverão ser elevados a algumas leis gerais tais como «atraso cultural» ou «retardamento de identidades».

(4) A perspectiva temporal apresenta ela própria distinções qualitativas: de curto prazo (por exemplo, cinco anos), de ciclo de vida (aplicada, o mais das vezes, aos indivíduos),

(29) Cf., a respeito do desporto, Hobsbawm (1990: 142 ss).

(30) Cf. Anderson (1983: 132,140), Hobsbawm (1990).

geracional (para famílias e minorias étnicas emigrantes<sup>31</sup>) e de longo prazo (para o desenvolvimento das «identidades étnicas» das nações).

## 7. SITUAÇÕES DAS RELAÇÕES ÉTNICAS: ABORDAGENS DE CLASSE À ETNICIDADE

### 7.1. Os contextos fazem a diferença

Já sustentei que as distinções e identidades étnicas emergem e desenvolvem-se em situações específicas de competição e conflito. Uma tipologia historicamente informada de «situações de relações étnicas» ou relações inter-étnicas é, portanto, uma espécie de pré-requisito para todos os estudos teóricos e empíricos sensíveis aos diversos contextos. Apesar de largos volumes de trabalho intelectual investido nesta questão, não está ainda disponível uma tal tipologia, em cuja construção poder-se-ão todavia utilizar *grosso modo* os seguintes critérios: (i) unidades; (ii) espécie, densidade, intensidade e campos de interação; (iii) relativo equilíbrio de poder(es)<sup>32</sup>.

*ad i*): a relação dos grupos étnicos às unidades legais e políticas de decisão são duma extraordinária importância. Podem distinguir-se três tipos principais: (a) os grupos étnicos podem ser legalmente independentes uns dos outros e ser soberanos (por exemplo, as relações “internacionais” entre os chamados Estados-Nação étnicamente homogêneos); (b) os grupos étnicos podem ser legalmente independentes uns dos outros mas encontrar-se sob a jurisdição de superiores unidades políticas soberanas (por exemplo, «nações» num Estado federal ou, nalgum imaginável futuro, numa situação com uma Organização das Nações Unidas (ONU) legal e politicamente forte); (c) um grupo étnico pode reivindicar ou decretar jurisdição legal e política sobre um outro (por exemplo, situações coloniais fora ou dentro dos Estados)<sup>33</sup>.

*ad ii*): As interações entre grupos étnicos podem ser analisadas a partir de diferentes perspectivas<sup>34</sup>.

(31) Acerca destas variações, cf. Isajiw (1990: 37, 48 ss).

(32) Aqui combino contributos de Kriesberg (1973), Barth (1980), Rex (1986), Bonacich (1980), embora de um modo algo diferente (cf. Bader 1991).

(33) Cf. Kriesberg (1973: 16), Bader (1991: 306 ss, Barth 1980) a respeito da “segurança regional”: situações policêntricas, coloniais, anárquicas. Para a análise do racismo, cf. Miles (1993) sobre a importante distinção entre “situações coloniais” e “situações de trabalho migrante”.

(34) Talvez se pudesse também incluir uma tipologia das diferentes “origens” das relações inter-étnicas: migração formalmente livre *versus* migração forçada (por exemplo, económica, religiosa), intra e inter-estatal (cf. Page-Moch 1992, Zollberg 1983, entre outros), conquista e formação de impérios, comércio, etc.

(a) a espécie de interacção pode ser mutuamente benéfica (situações de aproximada igualdade) ou caracterizadas por desigualdades estruturais (cf., a seguir, ad 3). O tipo de relações depende, além disso, do padrão territorial: ou porque este é composto pela co-presença de territórios altamente segregados (padrão de concentração) ou porque se os grupos e indivíduos vivem e trabalham misturados (padrão de dispersão)<sup>35</sup>.

(b) a densidade e a intensidade de interacções podem ser muito elevadas (amplas redes de relações económicas, sociais, culturais e políticas) ou muito baixas (apenas interacções esporádicas sobre *itens* específicos, sobretudo as competitivas);

(c) a profundidade e a amplitude das interacções podem variar entre relações altamente selectivas num único campo específico até amplas e profundas relações, abarcando todos os campos societais.

A partir de muitos estudos de conflito sociológicos são bem conhecidas as consequências de tais diferenças para as relações de poder, as opções estratégicas, o tipo de conflitos, bem como os tipos de resolução dos conflitos: por exemplo, conflitos étnicos altamente explosivos, violentos e em escalada tendem a evoluir para situações, nas quais as relações entre grupos territorialmente segregados são predominante ou exclusivamente aqueles de (quase sobreposta) discriminação, opressão, exploração ou exclusão e nas quais os equilíbrios de poder se deslocam de tal modo que a acção colectiva, desde o início, não parece desesperada (cf. Bader 1991: 307).

*ad iii*) A análise dos relativos equilíbrios de poder é, pela sua relevância amplamente reconhecida, ainda uma das tarefas mais confusas e intrincadas. Dispendo um pouco mais de espaço sobre este tópico, em parte porque penso que o meu tratamento pro-teórico das assimetrias de poder é novo e muito mais frutífero e detalhado que o discurso sociológico dominante ou o discurso em voga sobre a multi-opressão no «pós-marxismo» recente. Relações de igualdade ou desigualdade entre grupos étnicos contêm diversos níveis, dimensões e aspectos. A sua análise é, por isso, muito complexa. A fim de tornar as coisas mais fáceis e tendo em vista o objectivo aqui circunscrito, focalizarei a atenção apenas em três pontos:

**(1)** Dever-se-á distinguir claramente etnicidade em «situações não exploradoras, não opressivas»<sup>36</sup> ou «aproximadamente iguais» e em «situações de relações étnicas» de desigualdade estruturada, uma vez que estas últimas diferem daquelas não somente numa perspectiva descritiva e explanatória<sup>37</sup>, mas também numa perspectiva normativa<sup>38</sup>.

(35) Cf. os quatro tipos elaborados por Barth (1980: 19 ss) numa «perspectiva ecológica», misturando padrões territoriais e de cooperação/competição pelos recursos. A importância dos padrões de segregação territorial é óbvia tanto para as nações como para os grupos étnicos em contexto de segregação urbana.

(36) Cf. Rex (1986: 72, 80); cf. também Mason (1986: 8 ss), Solomos/Back (1994: 145).

(37) De modo crítico *versus* Wallman (1986); cf. também Barth (1980) *versus* uma longa tradição entre os antropólogos sociais.

(38) Sobre as consequências normativas, cf. Kymlicka (1989: 145 ss, 186 ss, 240 ss). São postos agora de lado os problemas relativos ao significado de “igualdade aproximada”, mas esta não deve ser confundida

(2) A fim de alcançar uma imagem detalhada da relativa posição objectiva de (diferentes membros e subcategorias de) grupos étnicos dever-se-á analisar o respectivo controlo de uma elevada variedade de recursos sociais e de recompensas<sup>39</sup>. Em si mesma a etnicidade pode ser analisada como um recurso em diferentes modos (prestígio social negativo ou positivo; cultura/*habitus* étnico; identidade étnica; redes étnicas, organizações, liderança como importantes recursos de mobilização)<sup>40</sup>. A mistura e o relativo peso desses recursos determina o potencial de poder objectivo dos diferentes grupos étnicos<sup>41</sup>.

(3) Para obter uma visão mais agregada do tipo de relações assimétricas de poder entre grupos elaborei o seguinte modelo:

**Figura 5:** Tipos básicos de desigualdade posicional

Nível de relações sociais	Estrutura posicional	Colectividade potencial	Tipos básicos de poder
<i>Relações de trabalho</i>	Posições de classe	Classes	Exploração
<i>Organizações</i>	Posições de elite	Elites/ Grupos dominados	Dominação/ Opressão
<i>Interações</i>	Posições de interacção	Grupos selectivos de tipo associativo	Associação selectiva/ Discriminação
<i>Relações de prestígio</i>	Posições em hierarquias	Grupos de prestígio	Discriminação colectiva
		Grupos excluídos Marginalizados	Exclusão Marginalização

Exploração, dominação ilegítima, opressão e discriminação constituem distintos mas interrelacionados tipos de poder posicional estruturalmente assimétrico. Para completar o conjunto dos tipos importantes de relações de poder assimétricas dever-se-á acrescentar, de modo parcial ou abrangente, o fechamento social (poder de alocação), sempre e ao mesmo tempo inclusão e exclusão na base de critérios adscritivos. O fechamento social permite monopolizar posições privilegiadas por alguns indivíduos/grupos e a excluir outras (cf. de novo figura 2). Processos de fechamento geram e/ ou estabilizam barreiras de mobilidade vertical entre, por exemplo, posições de classe e de elite.

com a noção de “igualdade simples” criticada por Walzer (1983); cf. Bader (1998, 1998a). Para a situação dos emigrantes étnicos tal significaria uma “integração total” (Isajiw 1990: 198).

(39) Cf. Bader/Benschop (1989), nomeadamente esquemas 5 e 6. Cf. o curto e sumário tratamento dos mais relevantes recursos de poder e recursos de mobilização: Bader (1991: 258-279). Para os números numa “perspectiva demográfica”, cf. Barth (1980).

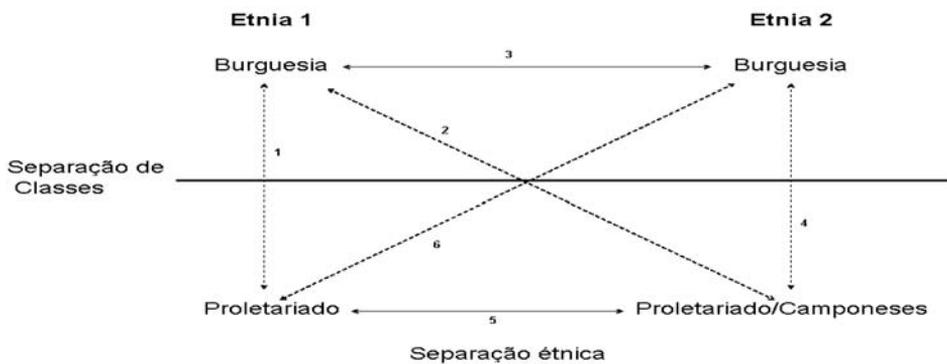
(40) Cf. Breton *et al.* (1990: 5-12, 258) como um “activo”.

(41) Os conceitos de “minorias” e “maiorias” tentam usualmente agregar todas estas dimensões numa imagem simples e dicotomizada da distribuição de recursos e recompensas.

## 7.2. Classe e Etnicidade: Uma ilustração

Por limitações de espaço não me é possível neste texto expor as diferentes possíveis combinações de tipologias de relações “inter-étnicas” e de tipologias de desigualdades posicionais. Focalizando agora a análise na exploração de classe (não considerando agora outros aspectos) e utilizando um padrão dicotômico muito simples de divisão étnica e divisão de classe, Bonacich (1980) construiu o seguinte modelo para distinguir diferentes formas de “relações étnicas” (exemplificando com o racismo e o nacionalismo) em específicas situações objectivas: (A) Construção da Nação; (B) Sobre-exploração; (C) Mercado de trabalho dissociado; (D) Minorias de categorias intermédias; (E) Libertação nacional.

**Figura 6:** Etnicidade e Classes no modo de produção capitalista



*ad (1):* Relações entre classes no seio de Estados-Nacionais e imperialistas, etnicamente homogêneos. Tais relações constituem a base da “mobilização nacional” no caso de (A) *Construção da Nação* e do “nacionalismo” (1) no caso de (B) *Sobreexploração*.

*ad (2):* Relações entre burguesia imperialista e “trabalhadores colonizados” formam a base do “racismo” (1) em situações de *Sobreexploração* (B): penetração capitalista na periferia e diferentes formas de sistemas coloniais e neocoloniais de trabalho forçado. Elas formam também a base de sobreexplorações em situações de segmentação de *Mercado de trabalho dissociado* (C) em base étnica, ou seja, a exploração de trabalhadores imigrantes, assim como, por outro lado, a condição do caminho de *Libertação Nacional* (E).

*ad (3):* As relações entre burguesia imperialista e classes dirigentes colonizadas, sob formas competitivas e cooperativas, constituem a base do “antagonismo nacional” em situações de *Construção da Nação* (A), de “racismo” (1 ou 2) em situações de *Minorias de categorias intermédias* (D), bem como de troca desigual em situações de *Libertação Nacional* (E).

*ad* (4): As relações entre classes coloniais dirigentes e trabalhadores formam a base de “mobilização nacional” em situações de *Construção Nacional* (A), em situações de *Minorias de categorias intermédias* (D) e em situações de *Libertação Nacional* (E).

*ad* (5): As relações entre proletariado e trabalhadores colonizados formam a base de “racismo” (2) em situações de *Sobre-exploração* (B) e de *Mercados de trabalho* dissociado ou etnicamente segmentados (C), assim como de “racismo” (3) em situações de *Minorias de categorias intermédias* (D).

*ad* (6): As relações entre proletariado e classes dirigentes colonizadas constituem a base de “racismo” (3) em situações de *Minorias de categorias intermédias* (D).

Ainda que sem explicação ulterior deste modelo<sup>42</sup>, gostaria de enfatizar três pontos. Em primeiro lugar, há diversas formas específicas de classe no que concerne o nacionalismo, racismo, etnocentrismo, provenientes de raízes objectivas específicas e com diferente conteúdo, para cujas situações é possível desenvolver teorias compreensíveis e explanatórias. Em segundo lugar, para todas as classes e fracções de classe existem opções não nacionalistas, não racistas, não etnocêntricas. Em terceiro lugar, faz sentido analisar a formação de grupo “étnico”, identidades étnicas, organização e mobilização étnica, assim como o conflito étnico a partir duma análise da estrutura e do desenvolvimento das relações de classe, desde que se adoptem versões não redutoras do marxismo, as quais podem produzir frutíferos programas de investigação.

Poder-se-ão assim utilizar modelos simples tais como este para, tomando-o como ponto de partida, obter, passo a passo, diferenciações controladas, as quais são absolutamente necessárias para cobrir o hiato entre a “teoria” e a enorme complexidade da realidade social. Para tal poder-se-á e dever-se-á diferenciar o modelo da estrutura de classes<sup>43</sup>, introduzir outras dimensões das desigualdades posicionais, diferenciar a imagem simples da dicotómica divisão étnica. Ao fazê-lo, alcançaremos os limites da nossa capacidade para reduzir teoricamente, de modo controlado, as complexidades sociais.

### 7.3. Tipos de incorporação

Designam-se usualmente processos de incorporação aos diferentes aspectos de instalação temporária ou ilimitada dos diferentes tipos de migrantes, incluindo refugiados nas suas novas áreas de residência no seio do mesmo Estado ou num novo Estado (no caso de migrações fronteiriças).

Incorporação constitui, em si mesma, um processo complexo. O debate está, sem dúvida, fortemente politizado. Mantêm-se diluídos e contestados os seus conceitos cen-

(42) Omitindo igualmente aqui a discussão da respectiva influência sobre identidades colectivas e sobre a sua organização/mobilização: cf., a este respeito, Bader (1991 e 1994b).

(43) Sobre o modo de produção capitalista, cf. Benschop (1993).

trais tais como assimilação, adaptação, aculturação-inculturação, integração, incorporação, inclusão, do mesmo modo que os seus respectivos contrários: segregação, marginalização, retenção, entre outros<sup>44</sup>. O que há nestes termos? Se se toma incorporação social como um “conceito-guarda-chuva”, poder-se-ão distinguir claramente diferentes dimensões e critérios de “incorporação”:

(1) incorporação é um processo duplo: interno e externo (cf. Isajiw 1990: 7 ss, Penninx 1988): querem os migrantes, minorias étnicas e outras ser “incorporadas” e, se o querem, de que forma e por que meios? Quer a maioria instalada – ela própria altamente diferenciada – incorporá-los e, em caso afirmativo, sob que formas e por que vias?

(2) a incorporação formalmente forçada sob o ângulo legal e/ou político *versus* incorporação formalmente livre, ou seja, aquela que, embora cultural e socialmente condicionada, visa a integração<sup>45</sup>.

(3) dimensões de incorporação<sup>46</sup>: para todas as dimensões, a incorporação é um processo de dupla face e deverá ser analisado numa escala que vai da incorporação forçada até aos diversos graus de incorporação livre.

(a) “economicamente”: mercado de trabalho, emprego, rendimento, promoção, posições de liderança nas organizações; empregadores étnicos; “concentração étnica” ou “nichos” em sectores de produção, serviços, créditos, diferentes mercados de consumidores, entre outros (cf. Reitz 1990, Marger 1997).

(b) territorialmente: guetização *versus* dispersão;

(c) amizade e redes relacionais: “associações selectivas” etnicamente fechadas e relações de patrocínio *versus* misturas de relações relativamente livres;

(d) casamento e relações íntimas;

(e) culturalmente (língua, alimentação, rituais): retenção/fortalecimento, mudança fundamental e/ou perda de cultura do grupo étnico (por exemplo, atitudes face a incorporação cultural: assimilacionistas, pluralistas preocupados ou satisfeitos, integracionistas (cf. Breton 1990: 216);

(f) prestígio colectivo: reconhecimento como pessoas/grupos que, por diferentes que sejam, têm de ser tratados com igual respeito e interesse ou a emergência/ manutenção/ reforço de discriminação colectiva (mesmo se legalmente sancionada);

(g) legalmente (direitos, estatuto de cidadania): metecos, estrangeiros naturalizados (*denizens*), cidadãos de segunda classe ou com plena igualdade legal e política<sup>47</sup> e todos os diferentes graus nessa escala (e, certamente, a questão fortemente debatida dos direitos de grupos especiais (povos nativos, grupos adscritivos sem privilégios);

(44) Cf. Isajiw (1990).

(45) Para uma discussão muito concisa dos problemas normativos, cf. Kymlicka (1992).

(46) Para uma lista com um tratamento muito mais detalhado, cf. Bader/Benschop (1989: esquema 4c: 111).

(47) Cf. Bader (1994 e 1995). Cf. Soysal (1997).

(h) politicamente: as próprias organizações políticas (partidos, meios de comunicação) e/ou participação actual (passiva e activa) nos diferentes níveis e nas diferentes posições no sistema político dominante.

Poder-se-á tentar conseguir uma maior precisão terminológica no debate, mas duvido que exista um uso linguístico predominante (por exemplo, “assimilação” é aproximadamente o mesmo que aculturação para a dimensão cultural), ou que um consenso possa ser alcançado. Desagregação conceptual, neste como noutros casos, é um requisito para a mútua compreensão da terminologia de cada um, mesmo quando continuemos ainda a desagregar o termo que se apresente mais adequado. Em todos estes aspectos são certamente enormes as variações práticas entre diferentes minorias “étnicas/eticizadas”.

## **8. CONCLUSÃO: POR NÍVEIS ADEQUADOS DE COMPLEXIDADE, TEORIAS E PESQUISA COMPARATIVA**

Há boas razões para crer que, tendo em conta os mais variados contextos, não é possível construir frutiferamente “a” grande teoria ou superteoria acerca dos grupos étnicos, da identidade étnica, da organização e mobilização étnicas, do conflito étnico. Teorias explicativas devem responder a questões que procuram uma explicação específica (cf. Humphreys, 1989). Se se rejeita o uso comum dum conceito livre de teoria que permite designar de teoria todas as explicitações conceptuais e analíticas e todas as explanações, é óbvio que toda a teoria tem de reduzir, mais ou menos drasticamente, a abrangente complexidade dos “fenómenos étnicos”. Um quadro pro-teórico, tal como eu o esbocei neste texto, pode contribuir para seleccionar o nível adequado de complexidade para a construção de teorias de médio alcance, por exemplo, em relação: (i) às situações específicas objectivas das relações étnicas; (ii) à relação entre cultura étnica e identidade étnica; (iii) às condições nas quais as identidades étnicas se tornam predominantes ou aos padrões de mudança das identidades étnicas; (iv) ao papel específico da etnicidade como “recurso” em relação a todos os outros recursos de poder e mobilização; (v) às estratégias de mobilização étnica e dilemas estratégicos; (vi) aos conflitos étnicos e aos tipos de resolução de conflitos étnicos.

Tais teorias de médio alcance podem dar uma primeira indicação das variáveis causais relevantes a ser tidas em conta, assim como podem induzir a outras questões, níveis e teorias e, neste sentido, contribuir para evitar generalizações insustentáveis. Porém, a construção de teorias não é uma nem a única avenida privilegiada de pesquisa. Quadros pro-teóricos podem ser directamente utilizados como guias-inventários em estudos de caso históricos e empíricos ou em estudos comparativos. Afortunadamente, não temos que esperar que os teóricos completem a sua obra.

## BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Benedict (1983), *Imagined Communities*, Londres.
- BADER, Veit-Michael (1994a), «Burgerschaft and Ausschließung» in *Dialektik*, 1: 97-118.
- BADER, Veit-Michael (1995) «Citizenship and Exclusion. Radical Democracy, Community and Justice. What is wrong with communitarianism?» in *Political Theory*, 23: 2: 211-246.
- BADER, Veit (1998) «Dilemmas of Ethnic Affirmative Action. Benign State-neutrality or Relational Ethnic Neutrality» in *Citizenship Studies*, Vol. 2, No. 3, 435-473.
- BADER, Veit (1998a) «Egalitarian Multiculturalism: Institutional Separation and Cultural Pluralism» in Rainer Bauböck e John Rundell (orgs.) *Blurred Boundaries*: 185-222, Ashgate: Aldershot.
- BADER, Veit (1985), «Nieuw racisme of neo-nationalisme?» in *Komma*, 5, 1: 109-142.
- BADER, Veit (1991), *Collectief Handelen*, Groningen: Wolters-Noordhoff.
- BADER, Veit-Michael (1991), *Kollektives Handeln*, Opladen: Leske e Budrich.
- BADER, Veit-Michael (1992), «"Grand Theories", Empirismus oder Pro-Theorie?» in *Forschungs-journal*, NSB, 2, 92: 9-21.
- BADER, Veit (1993), «Citizenship and Exclusion» in *Citizenship and Local Justice*, Amesterdão.
- BADER, Veit-Michael (1994b), «Ethnizität, Rassismus and Klassen. PostMarxism and Beyond» in V. M. Bader, A. Benschop, M. Kratke, W. V. Treeck, (orgs.) *Jenseits van Klasse und Stand? Argument-Sonderband*, Berlin.
- BADER, Veit-Michael (1994a), «Burgerschaft and Ausschließung» in *Dialektik*, 1: 97-118.
- BADER, Veit (1995), *Rassismus, Ethnizität, Bürgerschaft. Soziologische und Philosophische Überlegungen*. Munster: Westfälisches Dampfboot.
- BADER, Veit (2005), «Etnicidade e classe: um exercício para um mapeamento pr-tórico» in *Configurações*, vol. 1, n.º 1: 15-38.
- BADER, Veit e BENSCHOP, Albert (1988), *Ongelijkheid*, Groningen: Wolters Noordhoff.
- BADER, Veit e BENSCHOP, Albert (1989), *Ungleichheiten*, Opladen: Leske & Budrich.
- BENSCHOP, Albert (1993), *Klassen. Ontwerp van een transformationele klassenanalyse*, Amesterdão: Het Spinhuis.
- BONACICH, Edna (1980), «Class Approaches to Ethnicity and Race», *Insurgent Sociologist*, 10 (2): 9-24.
- BOURDIEU, Pierre (1986), *The Distinction*, Londres e Nova Iorque.
- BRETON, R., ISAJIW, W. W., KALBACH, W., REITZ, J. G. (1990), *Ethnic Identity and Equality. Varieties of Experience in a Canadian City*, Toronto, Buffalo, Londres: University of Toronto Press.
- BRUBAKER, Rogers (1992), *Citizenship and Nationhood in France and Germany*, Cambridge, Londres: Cambridge University Press.
- COSER, L. (1956), *The Functions of Social Conflict*, Nova Iorque: Free Press.
- ECKSTEIN, H. (1980), «Theoretical Approaches to Explaining Collective Political Violence» in Gurr, T. (org.) *Handbook of Political Conflict*, Nova Iorque.
- ELIAS, Norbert (1976), *Über den Prozes der Zivilisatm*, Frankfurt: Shurkamp.
- GLAZER, Nathan/ MOYNIHAM, Daniel P. (1975), «Introduction» in Dires (org.), *Ethnicity, Theory and Experience*, Cambridge, Londres: Cambridge University Press.
- HOBBSAWM, Eric J. (1990), *Nations and Nationalisme since 1780*, Cambridge: Cambridge University Press.
- HUMPHREYS, P. (1989), *The Chances of Explanation*, Princeton: Princeton University Press.
- ISAJIW, W.W. (1990), «Ethnic-Identity Retention» in Breton et al. (org.), *Ethnic Identity and Equality. Varieties of Experience in a Canadian City*: 34-82, Toronto: University of Toronto Press.
- KATZNELSON, Ira (1972), «Comparative studies of Race and Ethnicity, Plural Analysis and Beyond», *Comparative Politics*, 135-154.

- KRIESBERG, L. (1973), *The Sociology of Social Conflicts*, Englewood Cliffs (Nova Jérсия): Prentice-Hall.
- KYMLICKA, W. (1989), *Liberalism, Community, Culture*. Oxford: Oxford University Press.
- MANNHEIM, Karl (1929), *Ideologie und Utopie*, Bona: Cohen.
- MASON, David (1986), «Introduction. Controversies and Continuities» in Rex/Mason (orgs.) *Race and Ethnic Relations Theory*: 1-19, Cambridge.
- MARGER, M. (1997), *Race and Ethnic Relations: American and Global Perspectives*, Belmont (California): Wadsworth (4.<sup>a</sup> ed.).
- MEADWELL, H. (1989), «Cultural and Instrumental Approaches to Ethnic Nationalism», in *Ethnic and Racial Studies*, 12,3: 309 ss.
- MILES, Robert (1993), *Racism after "race relations"*, Londres, Nova Iorque.
- MILES, Robert (1989), *Racism*. Nova Iorque: Routledge.
- MILES, Robert (1994), «Nationalisme, racisme et limites de l'État-Nation. Le cas britannique», in M. Fourier e G. Vermes (orgs.), *Ethnicisation des rapports sociaux, Racismes, nationalismes et culturalismes*: 30-43, Paris: L'Harmattan.
- MILES, Robert (1993), *Racism after "race relations"*, Londres: Nova Iorque.
- PENNINX, Rinus (1988), *Minderheidsvorming en emancipatie; balans van kennisverwerving ten aanzien van immigranten en woonwagenbewoners 1967-1987*, Samsom: Alphen aan den Rijn.
- REITZ, J. (1990), «Ethnic concentrations in labour markets and their implications for ethnic inequality», in R. Breton *et al.* (ed.), *Ethnic identity and equality: Varieties of experiences in a Canadian city*, Toronto: University of Toronto Press.
- REX, John (1986), «The role of class analysis in the study of race relations – a Weberian perspective» in J. Rex e D. Mason (orgs.), *Theories of Race and Ethnic Relations*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 64-83.
- SETON-WATSON, H. (1977), *Nations and States*, Londres: Methuen.
- SIMMEL, Georges (1968), *Soziologie*, Berlim: Duncker und Humblot.
- SMITH, Anthony D. (1981), *The Ethnic Revival*, Cambridge: Cambridge University Press.
- SMITH, Anthony (1984), «Ethnic Persistence and National Transformation» in *British Journal of Sociology*, 35, 3: 452-461.
- SMITH, Anthony D. (1999 [1986]), *The Ethnic Origins of Nations*, Oxford: Blackwell.
- SMITH, Anthony (1989), «The Origins of Nations» in *Ethnic and Racial Studies*, 12, 3: 340-367.
- SOLOMOS, John/BACK, Les (1994), «Conceptualising Racisms: Social Theory, Politics and Research» in *Sociology*: 28, 1: 143-161.
- SOYSAL, Y.N. (1995), *Limits of Citizenship. Migrants and Postnational Membership in Europe*, Chicago: University of Chicago Press.
- STOLCKE, Verena (1993), «European Culture: A New Rhetoric of Exclusion» in Conferência *Ethnicity, Nationalism and Culture in Western Europe*, Amsterdão (artigo não publicado).
- UNGER, Roberto M. (1987), *Politics: A Work in Constructive Social Theory*, Cambridge: Cambridge University Press.
- WALLMAN, Sandra (1986), «Ethnicity and the Boundary Process in Context» in J. Rex e D. Mason (orgs.), *Theories of Race and Ethnic Relations*: 226-245, Cambridge.
- WALZER, Michael (1992), «The Civil Society Argument», in Chantal Mouffe (org.), *Dimensions of Radical Democracy: Pluralism, Citizenship, Community*: 89-107, Londres: Verso.
- WEBER, Eugene (1976), *Peasants into Frenschmen*, Stanford: Stanford University Press.
- WEBER, Max, [1964 (1920)] *Wirtschaft und Gesellschaft*, Tübingen: Mohr.
- WIEHN, (1968), *Theorien der Sozialen Schichtung*, Munique: Piper.
- ZOLBERG, A. (1983), «International Migrations in Political Perspective» in Kritz, Keely & Tomasi (orgs.), *Global Trends in Migration*, Staten Island, Nova Iorque: Center for Migration Studies, pp. 3-27.
- ZUBAIDA, S. (1989), «Nations Old and New» in *Ethnic and Racial Studies*, 12,3: 329-339.

## Estereótipos sociais, processos cognitivos e normas sociais

### 1. ESTEREÓTIPOS, CULTURA E PROCESSAMENTO DA INFORMAÇÃO SOCIAL

A pesquisa sobre estereótipos sociais tem uma longa tradição nas ciências sociais. Ao longo de aproximadamente um século de investigação sobre os estereótipos tem-se verificado uma mudança considerável ao nível das metodologias de estudo e também ao nível dos conteúdos associados aos estereótipos. Neste capítulo<sup>1</sup> iremos proceder a uma breve contextualização histórica da investigação nesta área, desde o início do século XX até à actualidade, ressaltando os elementos de mudança e de permanência.

A obra *Public Opinion* de Walter Lippmann, publicada em 1922, inaugura esta área de estudos, aplicando pela primeira vez o termo “estereótipo” nas ciências sociais. O termo “estereótipo” já existia desde 1798, mas o seu uso corrente estava reservado à tipografia, onde designava uma chapa de metal utilizada para produzir cópias repetidas do mesmo padrão (Stroebe e Insko 1989). O termo também já era usado de forma esporádica nas ciências sociais para denotar algo “fixo” e “rígido”, o que se prende com a origem etimológica da palavra *stereo* que, em grego, significa “sólido”, “firme”.

Nesta obra o autor analisa o modo como são construídas as imagens da realidade social e de que forma essas imagens são afectadas tanto por factores internos como externos ao indivíduo. Neste sentido, Lippmann é considerado o fundador da conceptualização contemporânea dos estereótipos e do estudo das suas funções psicossociais (e.g., Ashmore e DelBoca 1981, Marques e Paéz 2000).

\* Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho ([cabecinhas@ics.uminho.pt](mailto:cabecinhas@ics.uminho.pt)).

(1) Este capítulo foi apresentado, sob a forma de comunicação oral, no âmbito do seminário «Cultural diversity on the media: identity, stereotypes and ethnocentrism» na Universidade de Amsterdão, Holanda, 18 Maio de 2004 (e, posteriormente, retrabalhada no quadro do Seminário do Projecto de Investigação Relações interétnicas, em 2007).

Lippmann salientou a “rigidez” das imagens mentais, especialmente aquelas que dizem respeito a grupos sociais com os quais os indivíduos têm pouco ou nenhum contacto directo. Esta visão dos estereótipos como algo rígido caracterizou grande parte dos estudos posteriores sobre esta temática. No entanto, o autor não descurou a possibilidade de mudança dos estereótipos e salientou o carácter criativo da mente humana.

Segundo Lippmann os estereótipos – *the pictures inside the heads* – funcionam como “mapas” guiando o indivíduo e ajudando-o a lidar com informação complexa, mas também são “defesas” que permitem ao indivíduo proteger os seus valores, os seus interesses, as suas ideologias, em suma, a sua posição numa rede de relações sociais.

Os estereótipos não são o espelho da realidade, mas sim versões hiper-simplificadas da realidade. Os estereótipos nunca são neutros, pois dependem mais do observador do que do objecto observado. Como salienta o autor, «na grande confusão e ruído do mundo exterior, percebemos aquilo que já foi previamente definido pela nossa cultura e temos tendência para assimilarmos a realidade de forma estereotipada» (Lippmann 1922/1961: 81).

Lippmann debruça-se sobre a forma como a cultura nos fornece os elementos para “recortar” a realidade em elementos significativos, conferindo-lhe nitidez, distintividade, consistência e estabilidade de significado. O autor reflecte sobre as limitações humanas no processamento da informação e sobre a forma como os preconceitos introduzem enviesamentos na selecção, interpretação e uso da informação social.

Lippmann conceptualizou os estereótipos como resultantes de um processo “inevitável”, inerente à forma como processamos a informação, mas a maior parte dos estudos empíricos realizados até aos anos cinquenta caracterizaram os estereótipos como um tipo inferior de pensamento, situando-os no domínio do “patológico”: estes seriam projecções de fantasias indesejáveis ou deslocamentos de tendências agressivas de indivíduos com personalidades autoritárias e intolerantes (e.g., Adorno, Frenkel-Brunswick, Levison e Sanford 1950; Rockeach 1948). Assim, algumas das ideias inovadoras de Lippmann foram negligenciadas pela grande maioria das investigações efectuadas nas três décadas seguintes sobre estereótipos, só sendo recuperadas e amplamente desenvolvidas a partir dos trabalhos de Bruner, Allport e Tajfel.

Lippmann define os estereótipos como imagens mentais que se interpõem, sob a forma de enviesamento, entre o indivíduo e a realidade. Segundo o autor, os estereótipos formam-se a partir do sistema de valores do indivíduo, tendo como função a organização e estruturação da realidade.

Na opinião de Lippmann (1922/1961: 16) diversos factores contribuem para o carácter falacioso dos estereótipos: a censura nos meios de comunicação social e a falta de contacto directo com os grupos visados (limitações externas); os baixos níveis de atenção, a interferência de preconceitos na interpretação da informação e os interesses e motivações pessoais (limitações internas).

Lippmann salienta o papel activo do indivíduo na construção dos estereótipos que são sempre “selectivos” e “parciais” (1922/1961: 80). Na sua análise encontramos elementos sobre as funções psicossociais dos estereótipos, que viriam a ser desenvolvidas e estudadas

empiricamente algumas décadas depois por Allport (1954/1979), que liga explicitamente os estereótipos ao processo de categorização, e por Tajfel (1969) que, pela primeira vez, explicita as suas funções cognitivas e sociais, integrando-as num modelo explicativo das relações intergrupais.

Relativamente às funções cognitivas, Lippmann (1922/1961: 81-95) salienta a “economia de esforço” e as necessidades de “definição”, “distinção”, “consistência” e “estabilidade”. No que respeita às funções sociais, o autor enfatiza o papel dos estereótipos na “defesa” dos interesses do indivíduo.

Um dos motivos que explicaria o carácter “fixo” dos estereótipos seria precisamente a necessidade do indivíduo proteger a sua definição da realidade: «Qualquer perturbação aos estereótipos parece ser um ataque às fundações do universo (...) e, quando coisas tão importantes estão em risco, não admitimos de imediato que existe uma diferença entre o nosso universo e o universo» (Lippmann 1922/1961: 96).

É precisamente pelo seu papel na manutenção do sistema de valores do indivíduo e do *statu quo*, que os estereótipos dificilmente são abalados por informação incongruente com os mesmos: «Não há nada mais resistente à educação e às críticas do que o estereótipo. Ele sobrepõe-se aos factos (...). Se aquilo com que nos deparamos corresponde com sucesso àquilo que havíamos antecipado, o estereótipo é reforçado para o futuro» (pp. 98-99). Segundo o autor, quando os estereótipos estão bem sedimentados a atenção dos indivíduos foca-se nos factos que suportam esses estereótipos, distraíndo-se dos factos que os contradizem.

Neste sentido, Lippmann faz referência ao que posteriormente se veio a designar como “profecias auto-confirmatórias” (Merton 1949/1968), amplamente demonstradas pelos estudos posteriores no âmbito da cognição social (e.g., Hamilton 1979). Quando um membro de determinado grupo age de forma contraditória ao estereótipo, Lippmann considera que, na maior parte das vezes, este membro passa a ser visto como uma excepção, mantendo-se o estereótipo intacto. Este só é abalado se o indivíduo ainda tiver alguma flexibilidade de espírito ou se a informação incongruente for demasiado impressionante para poder ser ignorada.

Estes aspectos viriam a ser estudados algumas décadas mais tarde por Allport (1954/1979) e amplamente demonstrados por estudos na área da cognição social. O autor salienta o carácter rígido dos estereótipos e o facto de estes constituírem imagens demasiado “generalizadas” e “exageradas” que descuram a variabilidade dos membros dos outros grupos e negam a sua individualidade (Lippmann 1922/1961: 116).

Este aspecto foi empiricamente demonstrado pelos estudos sobre o *efeito de acentuação* – a tendência para exagerar as semelhanças entre os membros da mesma categoria social e para acentuar as diferenças entre membros de categorias diferentes (Tajfel e Wilkes 1963) – e sobre o *efeito de homogeneidade do exogrupo* – a tendência de perceber o grupo dos outros como mais homogéneo do que o grupo de pertença (Quattrone e Jones 1980). Posteriormente, foi demonstrado que estes enviesamentos perceptivos não são simétricos ou universais, mas estão dependentes do contexto e da estrutura das relações entre os

grupos, sendo o efeito de homogeneidade do exogrupo observado com maior intensidade nos membros dos grupos dominantes do que nos membros dos grupos dominados (e.g., Lorenzi-Cioldi 1998, Cabecinhas e Amâncio 1999).

Lippmann debruçou-se ainda sobre o poder dos “rótulos” e os seus efeitos nefastos na percepção das pessoas: «são demasiado vazios, demasiado abstractos, demasiado desumanos» (1922/1961: 160). Na perspectiva do autor, só uma longa educação crítica – «o remédio supremo» (p.408) – permitiria aos indivíduos tomarem consciência do carácter diferente e subjectivo da respectiva apreensão da realidade social.

Lippmann considera que as pessoas “ignorantes” têm maior tendência para efectuarem estas generalizações acriticamente do que as “cultas”, mas recorda que todos possuímos estereótipos, uma vez que «inevitavelmente as nossas opiniões cobrem um espaço, um tempo e uma variedade de aspectos que não podemos observar directamente» (1922/1961: 79). Nenhum ser humano é «omnipresente e omnisciente» (p.161), ao seja, de certa forma todos somos como os prisioneiros da caverna de que nos fala Platão, em *A República*.

Esta concepção sobre a inevitabilidade dos estereótipos, porque inerentes ao funcionamento cognitivo normal, só começou a ser sistematicamente analisada pelas investigações da *Nova Vaga* no estudo dos estereótipos (e.g., Bruner, 1957). Outro dos aspectos enfatizados por Lippmann foi o facto de o senso comum, na maior parte dos casos, não procurar infirmar as suas hipóteses, mas sim confirmá-las: «os conceitos que nos chegam do passado não são encarados como hipóteses exigindo prova e contradição, mas como ficções aceites sem questionamento» (1922/1961: 122-123).

A delimitação das condições em que os indivíduos enveredam pela confirmação automática das hipóteses ou em que encetam processos de infirmação das mesmas constitui um aspecto central na actual pesquisa sobre os estereótipos (e.g., Snyder 1981, Garcia-Marques e Mackie 1999).

## **2. IMAGENS A PRETO E BRANCO: ESTEREÓTIPOS SOCIAIS E RELAÇÕES ASSIMÉTRICAS ENTRE GRUPOS**

Pouco depois da publicação da obra de Lippmann, ainda na década de 20, surgem os primeiros estudos empíricos sobre os estereótipos sociais nos Estados Unidos da América. Trata-se de uma época caracterizada por um grande fluxo migratório de grupos de origem asiática e europeia para os EUA, sendo frequentes notícias de imprensa pouco favoráveis para os grupos recém-chegados.

No início do estudo das atitudes raciais, estava implícita a consonância entre atitudes e comportamentos. Assim os investigadores desenvolveram escalas para medir as atitudes face a diversas minorias raciais e étnicas, pressupondo que os resultados obtidos nos questionários seriam bons preditores dos comportamentos face a essas minorias.

Bogardus (1928) estudou as “atitudes raciais” dos americanos a partir de uma Escala de Distância Social. Os participantes (americanos *brancos*) deveriam indicar as suas atitu-

des face a diversos grupos *raciais, étnicos e religiosos* (por exemplo: franceses, indianos, judeus, chineses, ingleses, negros, etc.), numa escala de sete pontos, ordenados da menor distância à maior distância social: “casaria com um membro deste grupo”; “aceitaria como amigo íntimo”; “aceitaria como vizinho do lado”; “aceitaria como colega de escritório”; “aceitaria como conhecido”; “apenas como turista no país”; “excluí-los-ia do país” (Lima 1993/2000: 198).

O estudo revelou que os participantes rejeitavam, sobretudo, os grupos de origem asiática e africana, preferindo os imigrantes de origem europeia, principalmente os anglo-saxónicos e os nórdicos. Esta hierarquização dos grupos estava em perfeita consonância com os estudos do “racismo científico” realizados no século XIX e início do século XX, testemunhando o carácter normativo do racismo nesse período nos EUA e na Europa.

No início da década de quarenta, Hartley efectuou um estudo sobre o preconceito em relação a 49 grupos-alvo utilizando a escala de Bogardus. Para além dos grupos-alvo presentes no estudo precedente, Hartley averiguou o preconceito em relação a grupos políticos (nazis, socialistas, comunistas, etc.) e a três grupos «fictícios»: *Danarean, Pirenean e Wallonian* (1946/1969: 5).

Os participantes declararam maior distância social face aos grupos políticos «extremistas» (nazis, fascistas e comunistas), seguidos dos grupos *étnicos* minoritários – judeus, negros, turcos, árabes, chineses, hindus, mexicanos, imigrantes da Europa de Leste (romenos, russos, lituanos, etc.), e imigrantes da Europa Mediterrânica (gregos, italianos e portugueses). Mais uma vez, os imigrantes anglo-saxónicos e nórdicos (irlandeses, ingleses, alemães, dinamarqueses, etc.) obtiveram resultados indicadores de menor distância social, e o grupo de pertença (americanos) foi o único a ocupar o topo da escala.

O aspecto mais curioso deste estudo é que os três grupos fictícios obtiveram resultados idênticos aos dos grupos étnicos “indesejáveis”, indicadores de grande distância social, isto é, a simples evocação de um grupo desconhecido, logo minoritário e eventualmente “perigoso”, levou os participantes a rejeitar esses grupos. Estes resultados demonstram que o preconceito não está directamente ligado ao nível de conhecimento dos grupos-alvo em causa e são indicadores do carácter normativo da discriminação social nesta época, já que os participantes não hesitaram em discriminar com base num simples rótulo evocativo de minoria étnica.

O primeiro estudo a questionar de modo claro o poder preditivo das atitudes, avaliadas por questionários, foi realizado por LaPiere, num estudo clássico sobre preconceito racial. LaPiere, um psicólogo social americano *branco*, viajou pelos EUA acompanhado por um casal de chineses, «bem parecidos e bem vestidos, muito sorridentes e com um inglês impecável» (1934: 232). O autor foi anotando as reacções dos funcionários dos diversos estabelecimentos hoteleiros. Nesta viagem foram recebidos em largas dezenas de hotéis, restaurantes e cafés, tendo apenas sofrido uma recusa num hotel. Algum tempo depois foi enviada uma carta, assinada por LaPiere, a cada um destes estabelecimentos, perguntando se aceitariam chineses como clientes. Das respostas recebidas, 92% eram negativas, tendo as restantes afirmado que dependeria das circunstâncias.

Estes resultados mostraram que é possível haver uma manifestação de tolerância ao nível comportamental e, simultaneamente, uma expressão de intolerância ao nível atitudinal, pelo que foram interpretados como reflectindo uma inconsistência entre atitudes e comportamentos (Lima 1993/2000). Para além da importância deste aspecto, interessa-nos salientar outro: este estudo demonstra claramente o carácter normativo da discriminação racial nos EUA nos anos 30. De facto, na época era frequente os estabelecimentos hoteleiros colocarem o seguinte aviso: «Proibida a entrada a cães e a chineses».

A discrepância entre atitudes e comportamentos está bem ilustrada empiricamente por réplicas do estudo de LaPierre. Por exemplo, Kutner, Wilkins e Yarrow (1952) replicaram este estudo de LaPiere usando como grupo-alvo os *negros*, tendo obtido resultados idênticos. É de referir, no entanto, que o estudo foi realizado com três jovens, duas *brancas* e uma *negra*, «bem vestidas e bem educadas» (p.649). Assim, tanto neste estudo como no anterior, o estatuto social percebido das pessoas-alvo poderá ter contribuído para o menor nível de discriminação observado.

Apesar das críticas ao método de questionário, esse foi, sem dúvida, o mais popular no estudo dos estereótipos, pelo menos até à “revolução cognitiva”. O método mais utilizado foi o da “lista de adjectivos”, desenvolvido por Katz e Braly (1933, 1935). Os autores construíram uma lista de 84 traços de personalidade, seleccionados a partir da imprensa e da literatura da época ou fornecidos por uma amostra de 100 estudantes universitários (americanos *brancos*) nas descrições de diversos grupos.

Katz e Braly (1933) pediram a uma outra amostra de 100 estudantes universitários para seleccionarem os cinco traços mais típicos de cada um de dez grupos-alvo: alemães, americanos, chineses, ingleses, irlandeses, italianos, japoneses, judeus, negros e turcos. Os “americanos” (referindo-se aos americanos *brancos*) foram considerados pelos participantes como empreendedores, inteligentes, materialistas, ambiciosos e progressistas, enquanto os “negros” foram considerados supersticiosos, preguiçosos, despreocupados, ignorantes e musicais. Assim, os americanos atribuíram ao grupo de pertença características positivas, consonantes com o chamado “sonho americano”. Em contrapartida, aos “negros”, turcos e chineses foram atribuídas características negativas que contrariavam os valores dominantes da sociedade americana, justificando assim a sua exclusão social.

Outro aspecto importante ressalta dos resultados: o estereótipo sobre os “negros” é muito mais uniforme do que o estereótipo sobre os “americanos”, sendo relativamente a este grupo que existe menor consenso entre os participantes. Assim, mais uma vez se verifica que o elevado consenso dos estereótipos não está ligado ao maior nível de contacto com os grupos-alvo em causa, já que os estudantes em questão tinham pouco ou nenhum contacto directo com os grupos sobre os quais havia maior consenso.

Katz e Braly (1933, 1935) consideram os estereótipos como um fenómeno sociocultural. Para os autores, os estereótipos são crenças transmitidas pelos agentes de socialização, o que explica o consenso dos estereótipos face aos diversos grupos sociais, a sua independência do conhecimento “real” dos membros desses grupos e a sua dependência do contexto histórico e cultural.

Uma réplica do estudo de Katz e Braly, realizada depois da II Guerra Mundial na mesma universidade (Gilbert 1951), indicou um declínio (*fading effect*) na consistência dos estereótipos face a certas minorias, nomeadamente os “negros” e os “judeus”. Este declínio foi atribuído, entre outros factores, à difusão de imagens mais tolerantes desses grupos nos *mass media* e a uma maior popularidade das ciências sociais entre os estudantes.

Segundo Gilbert (1951), os estudantes tornaram-se mais “sofisticados” e “objectivos” tendo relutância em efectuar generalizações infundadas acerca de outros grupos, o que conduziu o autor a um certo optimismo. Replicações realizadas por outros autores noutros locais na década de 50 pareciam confirmar o declínio dos estereótipos, mostrando que estes não eram “rígidos”, mas “flexíveis”, isto é, sensíveis às mudanças sociais ocorridas depois da II Guerra Mundial.

Contudo, uma segunda réplica do mesmo estudo realizada nos finais dos anos sessenta na Universidade de Princeton (Karlins, Coffman e Walters 1969) produziu resultados decepcionantes para os investigadores. Embora o conteúdo de alguns estereótipos tivesse sofrido alterações e se apresentasse globalmente mais positivo, aos “americanos” e aos grupos de origem europeia continuavam a ser associados atributos com grande desejabilidade social, consonantes com os valores da sociedade americana, enquanto que aos grupos minoritários de origem africana e asiática continuavam a ser associados atributos socialmente indesejáveis.

Contrariando a tendência observada nos anos 50, verificou-se um incremento da consistência dos estereótipos face a algumas minorias étnicas. Em contrapartida, o estereótipo dos “americanos” foi o que apresentou menor consistência, confirmando os resultados dos anos 30. No que respeita ao estereótipo dos “negros”, os autores fazem a seguinte observação: «A tendência mais dramática e consistente nos últimos 25 anos foi uma caracterização mais favorável dos Negros. [...] A “nova imagem” dos negros centra-se no termo “musicais” (47%) e inclui “amantes do prazer” (26%), “ostensivos” (25%) e “despreocupados” (27%)» (Karlins *et al.* 1969: 8).

No entanto, se analisarmos o conteúdo do estereótipo dos “negros” à luz dos valores da sociedade ocidental, constatamos que esta “nova imagem” dos negros corresponde mais a uma mudança facial do que profunda, já que a este grupo são negadas as características instrumentais necessárias para participarem activamente no desenvolvimento e progresso da sociedade, sendo-lhes atribuídas características expressivas e exóticas, o que, embora apresentando uma conotação positiva nas camadas juvenis, continua a retirar-lhes o estatuto de pessoa adulta, responsável e com capacidade de realização. É de salientar que este padrão de resultados continua a ser encontrado hoje em dia em estudos realizados em diversos países ocidentais relativamente às minorias de origem africana (e.g., Cabecinhas 2007).

No estudo realizado por Karlins e colaboradores (1969) constatou-se, mais uma vez, que o grau de consenso dos estereótipos sobre determinado grupo não está directamente ligado ao grau de preconceito exibido em relação a esse grupo. Comparando os seus resultados com os de Gilbert (1951), os autores salientam: «O aparente “esbatimento” dos este-

reótipos sociais em 1951 não é uma tendência geral genuína. É frequente que associações tradicionais em declínio dêem lugar à sua substituição por outras, resultando numa uniformidade de estereótipos restaurados. (...) Um aspecto destes dados que continua impressionante é o grau de semelhança existente entre velhos e novos estereótipos» (Karlins *et al.* 1969: 14).

Os autores salientam que o conteúdo dos “novos estereótipos” é mais consistente com as “atitudes mais liberais” da sociedade americana, como demonstrado em diversos estudos nos anos 60. A esse propósito, os autores citam Triandis e Vassiliou (1967: 238): «já não é apropriado ser preconceituoso em relação a outros grupos». Isso não significa que o preconceito tenha desaparecido, pois, como os próprios autores salientam, alguns dos resultados obtidos «são demasiado bons para ser verdade» (Karlins *et al.* 1969: 11).

Nesse sentido, os autores salientaram a necessidade de distinguir entre estereótipo *pessoal*, fenómeno psicológico, e estereótipo *social*, fenómeno cultural: «Podemo-nos referir às associações feitas por um indivíduo em particular como o seu *estereótipo pessoal* e às associações consensuais feitas por uma dada população como *estereótipos sociais*. (...) A ausência de um padrão tradicional de estereotipização pode não ser indicador do declínio dos estereótipos em si, mas antes da formação de um consenso social revisto» (Karlins *et al.* 1969: 3; itálico no original).

Os resultados de um estudo realizado por Sigall e Page (1971) são bem elucidativos das pressões normativas que deram origem aos “novos racismos”. Os autores complementaram o uso da tradicional lista de adjectivos com uma manipulação experimental. Numa das condições os participantes respondiam simplesmente a um questionário (condição controlo) e na outra condição respondiam ao mesmo questionário mas eram informados que o experimentador detinha uma medida fisiológica infalível capaz de medir a atitude, uma espécie de “detector de mentiras” (condição *bogus pipeline*).

Os autores compararam os estereótipos dos participantes (americanos *brancos*) face aos *americanos* e aos *negros*, nas duas condições de resposta. Verificou-se que na condição *bogus pipeline* (em que os participantes estavam ligados ao suposto detector de mentiras) o estereótipo relativo aos “americanos” era mais favorável e o relativo aos “negros” mais desfavorável do que na condição controlo, isto é, o favoritismo pelo grupo de pertença aumentou quando os participantes julgavam que a sua “verdadeira atitude” estava a ser medida através de um instrumento infalível. Sigall e Page consideram este resultado «relativamente livre de distorções, verificando-se respostas mais honestas e “verdadeiras” do que na condição controlo» (p.254; citados por Oakes *et al.* 1994), o que sugere que os estudos, com base na lista de adjectivos, sobretudo os realizados a partir do momento em que se tornou contra-normativo discriminar, subestimam os estereótipos negativos e o preconceito.

Numa revisão sobre as mudanças ocorridas na expressão dos estereótipos relativamente aos “negros”, Dovidio e Gaertner (1991) afirmam: «os estudos usando listas de adjectivos, em que se pede aos respondentes para seleccionar os traços mais típicos de um determinado grupo racial ou étnico, indicam que os estereótipos negativos estão em con-

sistente declínio» (p.202). No entanto, os autores salientam que a evolução observada no conteúdo e na consistência dos estereótipos pode decorrer de uma maior sensibilidade às normas sociais anti-discriminação do que a uma verdadeira mudança nos estereótipos.

No entanto, esta interpretação de carácter normativo é recusada por autores da perspectiva da cognição social, que interpretam estes resultados estabelecendo uma clara distinção entre crenças pessoais e estereótipos culturais (e.g., Devine 1989, Devine e Elliot 1995).

Nos anos noventa fez-se uma nova réplica do estudo de Katz e Braly (1933). Tendo como ponto de partida a mesma lista de adjectivos, Devine e Elliot (1995: 1142) introduziram algumas alterações no procedimento com vista a colmatar algumas “falhas metodológicas” dos estudos precedentes: introduziram novos adjectivos com o objectivo de actualizar a referida lista (esses adjectivos foram os seguintes: «atlético, criminoso, hostil, pouco inteligente, pobre, rítmico, sexualmente perverso, não educado e violento»); os participantes responderam duas vezes à referida lista de adjectivos, uma vez tendo em conta as suas “crenças pessoais” e outra partindo dos “estereótipos culturais” (efectuadas em ordem contrabalançada), e, por último, à Escala de Racismo Moderno (*Modern Racism Scale*) de McConahay (1986).

Comparando as respostas dos participantes nas condições de medida de “estereótipo cultural” ou medida de “crença pessoal”, os autores salientam: «Em contraste com a proposição comumente aceite dos estereótipos em declínio, os dados sugerem que existe um estereótipo negativo e consistente em relação aos negros (p. 1139). (...) O estereótipo tem permanecido através dos anos (em consistência e valência, apesar de não necessariamente em conteúdo específico), enquanto as crenças pessoais têm sido sujeitas a revisões» (Devine e Elliot 1995: 1141).

Na perspectiva dos autores, enquanto o “estereótipo cultural” sobre os negros é consistente e muito negativo, as crenças pessoais são muito mais positivas, especialmente as “crenças pessoais” dos participantes que demonstram uma atitude favorável aos negros na Escala de Racismo Moderno (MRS). Segundo os autores, a comparação dos resultados obtidos pelos participantes muito e pouco preconceituosos na MRS apoia o modelo dissociativo de Devine (1989), segundo o qual «tanto indivíduos com alto como com baixo preconceito possuem o mesmo estereótipo face aos negros, mas o estereótipo só é seguido pelos primeiros» (Devine e Elliot 1995: 1145). No entanto, em determinadas circunstâncias (por exemplo, nas situações de sobrecarga de informação) pode haver uma “contaminação mental” pelos estereótipos, levando os indivíduos não preconceituosos a ser influenciados por estes, uma vez que, tendo sido aprendidos ao longo do processo de socialização, estão armazenados na memória, interferindo nos processos cognitivos dos indivíduos, a não ser que estes estejam permanentemente vigilantes a uma possível “contaminação mental” e procurem evitá-la activamente, o que exige grande esforço cognitivo e motivação pessoal.

No nosso entendimento, esta interpretação, baseada na clara separação entre “crenças pessoais” e “estereótipos culturais” e pressupondo que quando os indivíduos “não precon-

ceituosos”, em situações de sobrecarga cognitiva (Devine 1989), associam mentalmente características negativas aos *negros* porque sofrem uma “contaminação mental” pelos “estereótipos culturais”, não se coaduna com a conceptualização dos estereótipos sociais enquanto “representações sociais” (Moscovici 1988).

Na nossa perspectiva, os resultados de diversos estudos indicando crenças pessoais mais positivas do que os estereótipos sociais (e.g., Devine e Elliot 1995; Garcia-Marques 1999; Vala, Brito e Lopes 1999), assim como os estudos que indicam que as pessoas geralmente se consideram menos racistas do que a média das pessoas do seu grupo de pertença (e.g., Miranda 2002), podem ser interpretados como uma manifestação do efeito *Primus Inter Pares* (Codol 1975). Conhecendo as normas sociais de não discriminação, os indivíduos tendem a apresentar-se de forma mais consonante com essas normas do que os restantes membros da sociedade em que se encontram, o que consiste numa forma de obter distintividade pessoal através da adesão a normas socialmente valorizadas.

### 3. MUDANÇA SOCIAL, “NOVOS” RACISMOS E “NOVOS” ESTEREÓTIPOS

Ao longo da segunda metade do século XX diversos estudos, inicialmente nos Estados Unidos e depois na Europa, evidenciaram mudanças significativas na expressão do racismo. Relativamente ao conteúdo dos estereótipos verificou-se uma suavização da linguagem, mas, como salientámos no ponto anterior, as velhas clivagens continuam a aparecer nas “novas” imagens. As formas de expressão do racismo foram acompanhando as mudanças sociais ocorridas.

Nos EUA, na década de setenta, à medida que os *afro-americanos* conquistavam um maior protagonismo social, na sequência do fim da segregação (*Act of Civil Rights*, 1968), e afirmavam orgulhosamente a sua pertença “racial” (*Black Power*), foi crescendo nos *euro-americanos* um sentimento de “ameaça” em relação a esta minoria, que de repente ocupava lugares até aí exclusivos da maioria branca.

Estas alterações políticas e sociais relativas aos *afro-americanos*, conduziram a uma mudança na perspetivação deste grupo social. Na década de oitenta surgiram uma série de novos conceitos, permitindo estabelecer uma distinção entre expressões tradicionais e as novas formas de racismo emergentes nas sociedades formalmente anti-racistas. Sociólogos e psicólogos contribuíram para uma “explosão” de novos conceitos relativos aos racismos contemporâneos: racismo “cultural” (Jones 1972); racismo “moderno” (McConahay 1983); racismo “aversivo” (Gaertner e Dovidio 1986); racismo “simbólico” (Sears 1988); racismo “ambivalente” (Katz e Hass 1988). Esta renovação conceptual ocorreu inicialmente nos EUA e na Grã-Bretanha e, em seguida, alargou-se a outros países europeus.

Por exemplo, Jones (1972) considera a existência de um racismo “cultural” nos EUA: na opinião dos indivíduos preconceituosos, as minorias discriminadas sê-lo-iam por razões que lhes são intrínsecas – por partilharem uma cultura que não lhes permite uma boa adap-

tação às exigências do sistema económico capitalista, o individualismo meritocrático, a orientação para o poder e o êxito em detrimento dos valores afiliativos. Assim, existiria uma forma “ideal de Homem” (WASP: *White Anglo-Saxon Protestant*), e formas menores de humanidade que se manifestariam na incapacidade de adaptação às sociedades capitalistas liberais. Isto é, quando já não é aceitável afirmar publicamente que os *negros* possuem capacidades intelectuais e aptidões inferiores aos *brancos*, atribui-se-lhes a responsabilidade da discriminação de que são vítimas por não aderirem aos valores necessários para serem bem sucedidos nas sociedades ocidentais e por não efectuarem um esforço de adaptação.

Para Pettigrew e Meertens podemos considerar duas expressões contrastantes do preconceito nas sociedades contemporâneas: o preconceito flagrante (*blatant prejudice*) e o preconceito subtil (*subtle prejudice*), que os autores caracterizam da seguinte forma: «o racismo flagrante é quente, próximo e directo. O racismo subtil é sofisticado, distante e indirecto» (1995: 58).

Na opinião dos autores, as sociedades ocidentais, a partir da II Guerra Mundial, desenvolveram progressivamente uma norma social contra as formas tradicionais de expressão do racismo. A relação dos indivíduos com esta norma social pode assumir três formas: rejeição, aceitação ou internalização. Na perspectiva de Kelman, a aceitação de uma norma corresponde à sua adopção instrumental, de modo a garantir recompensas ou evitar punições, enquanto a internalização de uma nova norma ocorre quando existe congruência entre ela e o sistema de valores de um indivíduo (1961; referido por Vala, Brito e Lopes 1999b). Isto é, num caso estamos perante um acordo público (submissão) e noutro perante um acordo privado (conversão), usando a terminologia de Moscovici (1976/1979).

Na perspectiva de Pettigrew e Meertens (1995), os indivíduos que rejeitam a norma anti-racista não se inibem de exprimir publicamente o racismo tradicional, sendo as suas respostas claramente anti-normativas (racismo flagrante). Os indivíduos que aceitam a norma não exprimem o racismo na sua forma tradicional, mas manifestam expressões mais subtis de racismo que não violam a norma anti-racista, uma vez que esta incide apenas sobre as expressões tradicionais do racismo (racismo subtil). Por sua vez, os que internalizaram a norma, rejeitam ambas as formas de racismo, uma vez que a norma anti-racista se enquadra no quadro de valores igualitários mais gerais (igualitarismo). Resumindo: o racismo flagrante é claramente antinormativo; o racismo subtil corresponde à aceitação da norma, acompanhada de expressões de racismo não censuradas por esta; e igualitarismo corresponde à internalização da norma, com base em valores igualitários.

Segundo os autores, o conceito de racismo subtil permite sintetizar num só conceito expressões de racismo ligadas a configurações de valores individualistas (racismo simbólico) e expressões que não põem em causa um auto-conceito igualitário dos indivíduos (racismo aversivo).

Os autores realizaram um estudo no âmbito do Eurobarómetro de 1988, envolvendo amostras aleatórias e representativas de quatro países europeus, questionadas sobre diferentes grupos-alvo minoritários: na Inglaterra os grupos-alvo foram os “antilhanos” e os

“asiáticos”; em França os “norte-africanos” e os “asiáticos”; na Holanda os “surinameses” e os “turcos”; e na Alemanha os “turcos” (Pettigrew e Meertens 1995). Posteriormente, estas foram aplicadas noutros países europeus que entretanto se tornaram também eles países de imigração: na Itália o grupo-alvo foram os “marroquinos” (Arcuri e Boca 1999); e em Portugal os “imigrantes negros” em geral (Vala 1999; Vala, Brito e Lopes 1999a) ou cada um dos PALOP: angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos e são-tomenses (Cabecinhas 2002).

Pettigrew e Meertens (1995) identificaram, dois factores correlacionados: o preconceito flagrante e o preconceito subtil. O preconceito flagrante integra duas dimensões: a rejeição do grupo-alvo e a percepção de que este constitui uma ameaça; e a rejeição de intimidade com membros do grupo-alvo. O preconceito subtil integra três dimensões: a percepção de que o grupo-alvo não se ajusta aos valores tradicionais da sociedade (nomeadamente aos valores de trabalho e sucesso); a acentuação das diferenças culturais entre o grupo-alvo e o endogrupo; e a negação de emoções positivas relativamente aos membros do grupo-alvo. Para compreender a expressão do preconceito flagrante e do preconceito subtil no conjunto das amostras, os autores usaram uma série diversificada de variáveis independentes.

O racismo flagrante encontra-se associado à diferenciação no plano biológico (racialização) enquanto que o segundo se associa à diferenciação no plano cultural (etnicização). O facto de ambos os factores se encontrarem fortemente correlacionados «mostra que se está perante duas dimensões diferentes de um mesmo fenómeno» (Vala, Brito e Lopes 1999b: 37).

Nas várias amostras europeias verifica-se uma maior adesão ao racismo subtil do que ao racismo flagrante, o que apoia a hipótese de partida dos autores, segundo a qual o racismo flagrante é percebido como anti-normativo, mas não o racismo subtil. Contudo, não devemos «esquecer que os dados foram recolhidos através de questionário, quer dizer, em condições que não facilitam a expressão do racismo tradicional anti-normativo, e em que os respondentes têm controlo sobre as suas respostas» (Vala, Brito e Lopes 1999b: 38).

Relativamente a outras conceptualizações sobre os “novos racismos”, a proposta de Pettigrew e Meertens (1995) tem a vantagem de colocar claramente a análise do racismo no âmbito dos processos intergrupais e de realçar a importância das questões de ordem normativa nas novas expressões do racismo (Vala 1999).

Os diversos estudos realizados em Portugal evidenciaram expressões de racismo semelhantes às observadas nos outros países europeus. Os estudos efectuados tendo como grupo-alvo os *negros* têm evidenciado a existência de um racismo subtil (e.g., Cabecinhas 2002, Vala *et al.* 1999), enquanto que em relação aos *ciganos* têm denunciado a existência de um racismo flagrante (e.g. Cabecinhas 2002; Correia, Brito e Vala, 2001; Silva e Silva 2002; Silva e Pinto 2004).

É de salientar que até muito recentemente a grande maioria dos estudos realizados sobre esta temática apenas tem apresentado a perspectiva dos membros dos grupos maioritários ou dominantes, deixando na sombra as percepções que os membros dos grupos vítimas de racismo têm destes processos.

Este “esquecimento” a que têm sido votados os membros das minorias por parte dos investigadores constitui só por si uma discriminação digna de registo e limita o avanço do conhecimento científico nesta área. Um dos nossos objectivos do trabalho de investigação que levámos a cabo foi precisamente colmatar essa lacuna, dando também a “voz” aos grupos minoritários, nomeadamente os de origem africana e os ciganos.

## BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, T. W.; FRENKEL-BRUNSWILK, E.; LEVINSON, D. J. e SANFORD, R. N. (1950), *The Authoritarian Personality*. Nova Iorque: Harper and Row.
- ALLPORT, G. W. (1954/1979), *The Nature of Prejudice*, Cambridge, MA: Addison-Wesley.
- ASHMORE, R. D., e DEL BOCA, F. K. (1981), «Conceptual approaches to stereotypes and stereotyping», in D. Hamilton (ed.), *Cognitive Processes in Stereotyping and Intergroup Behavior*: 1-35. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- BOGARDUS, E. S. (1928), *Immigration and race attitudes*, Boston: Heath.
- BRUNER, J. S. (1957), «On perceptual readiness», in *Psychological Review*, 64: 123-152.
- BRUNER, J. S. e TAGIURI, R. (1954), «The perception of people», in G. Lindzey, e E. Aronson (eds.), *Handbook of Social Psychology*, (Vol. 2: 634-654), Reading MA: Addison-Wesley.
- CABECINHAS, Rosa (2002), *Racismo e etnicidade em Portugal: Uma análise psicossociológica da homogeneização das minorias*. Tese de Doutoramento. Braga: Universidade do Minho.
- CABECINHAS, Rosa, e AMÂNCIO, Lúcia (1999), «Asymmetries in the perception of other as a function of social position and context», in *Swiss Journal of Psychology*, 58: 40-50.
- CODOL, J.-P. (1975), «On the so-called «superior conformity of the self» behaviour: 20 experimental investigations», in *European Journal of Social Psychology*, 5: 457-501.
- CORREIA, I.; BRITO, R., e VALA, Jorge (2001), *Normes antiracistas et persistence du racisme flagrant: analyse comparative des attitudes face aux tziganes et face aux noirs au Portugal. Working Paper 1/01*. Lisboa: Centro de Investigação e de Intervenção Social.
- DEVINE, P. (1989), «Stereotypes and prejudice: Their automatic and controlled components», in *Journal of Personality and Social Psychology*, 56: 5-18.
- DEVINE, P. G., e ELLIOT, A. J. (1995), «Are stereotypes really fading? The Princeton trilogy revisited», *Personality and Social Psychology Bulletin*, 21: 1139-1150.
- DOVIDIO J. F., e GAERTNER, S. L. (eds.), (1986), *Prejudice, Discrimination and Racism*. Nova Iorque: Academic Press.
- GAERTNER, S. L., e DOVIDIO, J. F. (1986), «The aversive form of racism», in J. F. Dovidio e S. L. Gaertner (eds.), *Prejudice, discrimination, and racism*: 61-89. Nova Iorque: Academic Press.
- GARCIA-MARQUES, L. (1999), «O estudo dos estereótipos e as novas análises do racismo: Serão os efeitos dos estereótipos inevitáveis?», in J. Vala (org.), *Novos racismos: Perspectivas comparativas*: 121-131, Lisboa: Celta.
- GARCIA-MARQUES, L., e MACKIE, D. M. (1999), «The impact of stereotype-incongruent information on perceived group variability and stereotype change», *Journal of Personality and Social Psychology*, 77: 979-990.
- GILBERT, G. M. (1951), «Stereotype persistence and change among college students», in *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 46: 245-254.
- HAMILTON, D. L. (1979), «A cognitive-attributional analysis of stereotyping», in L. Berkowitz (ed.), *Advances in Experimental Social Psychology* (Vol. 12), Nova Iorque: Academic Press.

- HARTLEY, E. L. (1946/1969), *Problems in Prejudice*. Nova Iorque: King's Crown Press.
- KARLINS, M.; COFFMAN, T. L. e WALTERS, G. (1969), «On the fading of social stereotypes: Studies in three generations of college students». *Journal of Personality and Social Psychology*, 13: 1-16.
- KATZ, D. e BRALY, K. W. (1933), «Racial stereotypes of one hundred college students». *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 28: 280-290.
- KATZ, D., e BRALY, K. W. (1935), «Racial prejudice and racial stereotypes», *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 30: 175-193.
- KUTNER, B.; WILKINS, C., e YARROW, P. R. (1952), «Verbal attitudes and overt behavior involving racial prejudice», *Journal of Abnormal and Social Psychology*. 47: 649-652.
- LAPIERE, R. T. (1934), «Attitudes versus action». *Social Forces*. 13: 230-237.
- LEYENS, J.-Ph.; YZERBYT, V. e SCHADRON, G. (1994), *Stereotypes and social cognition*, Londres: Sage.
- LIMA, L. (1993/2000), «Atitudes: Estrutura e mudança», in J. Vala e M. B. Monteiro (coords.), *Psicologia social*, 4.<sup>a</sup> Ed.: 187-225. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- LIPPMANN, W. (1922/1961), *Public Opinion*, Nova Iorque: Free Press.
- LORENZI-CIOLDI, F. (1998), «Group status and perceptions of homogeneity», in W. Stroebe e M. Hewstone (eds.), *European Review of Social Psychology*, vol. 9: 31-75, Chichester: Wiley.
- MARQUES, J. e PAÉZ, D. (2000), «Processos cognitivos e estereótipos sociais», in J. Vala e M. B. Monteiro (orgs.), *Psicologia Social*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 333-386.
- MCCONAHAY, J. B. (1983), «Modern racism and modern discrimination: The effects of race, racial attitudes and context on simulated hiring decisions», *Personality and Social Psychology Bulletin*, 9: 551-558.
- MCCONAHAY, J. B. (1986), «Modern racism, ambivalence, and the modern racism scale», in J. F. Dovidio, e S. L. Gaertner (eds.), *Prejudice, discrimination, and racism*, Nova Iorque: Academic Press: pp. 91-125.
- MERTON, R. (1949/1968), «Contribuições à teoria do comportamento do grupo de referência», in *Sociologia – Teoria e Estrutura*, São Paulo: Ed. Mestre Jou.
- MIRANDA, J. C. (2002), *A identidade nacional. Do mito ao sentido estratégico*, Oeiras: Celta.
- MOSCOVICI, S. (1976), *Social Influence and Social Change*, Londres: Academic Press.
- MOSCOVICI, S. (1988), «Notes towards a description of social representations», in *European Journal of Social Psychology*, 18: 211-250.
- OAKES, P. J.; HASLAM, S. A., e TURNER, J. C. (1994), *Stereotyping and Social Reality*. Oxford: Blackwell.
- PLATÃO (s.d./2001), *A República*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- QUATTRONE, G. A. e JONES, E. E. (1980), «The perception of variability within ingroups and outgroups: Implications for the law of small numbers», *Journal of Personality and Social Psychology*, 38: 141-152.
- ROKEACH, M. (1948), «Generalized mental rigidity as a factor in ethnocentrism», in *Journal of Abnormal Social Psychology*, 43: 259-278.
- SILVA, M. Carlos e SILVA, Susana (2002), «Práticas e representações sobre a etnia cigana: o caso de Oleiros, Vila Verde», in *Antropológicas*, 6: 57-86, Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- SILVA, M. Carlos e Pinto, G. (2004), «Conflitos inter-étnicos latentes: um estudo de caso no concelho de Barcelos», *Sociedade e Cultura*, 6(22): 97-112.
- SNYDER, M. (1981), «On the self-perpetuating nature of social stereotypes», in D. Hamilton (ed.), *Cognitive Processes in Stereotyping and Intergroup Behavior*, Hillsdale, NJ: Erlbaum, pp. 183-212.
- TAJFEL, H. (1969), «Cognitive aspects of prejudice», in *Journal of Social Issues*, 25: 79-97.

- TAJFEL, H. (1981/1983), *Grupos humanos e categorias sociais* (Vol. 1 e 2), Lisboa: Livros Horizonte.
- TAJFEL, H. e WILKES, A. L. (1963), «Classification and quantitative judgement», in *British Journal of Psychology*, 54: 101-114.
- VALA, Jorge (org.) (1999), *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*, Oeiras: Celta.
- VALA, Jorge; BRITO, R. e LOPES, D. (1999a), *Expressões dos racismos em Portugal*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- VALA, Jorge; BRITO, R., e LOPES, D. (1999b), «O racismo flagrante e o racismo subtil em Portugal», in Jorge Vala (org.), *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*, Oeiras: Celta: 31-60.



## O racismo e a modernidade: algumas reflexões a partir da Sociologia

«Quer se trate de reforçar a unidade de uma nação em «raça de senhores», de inculcar nos colonizados o sentimento de que são irremediavelmente inferiores, de impedir a ascensão social de uma parte da população no interior de um país, de eliminar concorrentes no terreno profissional ou de neutralizar o descontentamento popular fornecendo-lhe um bode expiatório que se imediatamente elimina. É com amarga ironia que se observa que o desenvolvimento do racismo se efetuou paralelamente ao dos ideais democráticos, quando foi necessário recorrer ao prestígio recém-adquirido da ciência para tranquilizar as consciências de cada vez que, de um modo demasiado gritante, se violava ou não se reconhecia os direitos de uma parte da humanidade». (Michel Leiris)

### 1. INTRODUÇÃO: PROBLEMA E PERSPECTIVAS DE RESPOSTA

Um dilema tão importante como difícil de resolver impõe-se desde o início de qualquer proposta de um olhar sociológico sobre o racismo: o de saber se este fenómeno é algo de consubstancial à natureza humana e, por isso, um universal recorrente em todos os tempos e a todas as geografias ou se, pelo contrário, o racismo é uma característica, constituinte da, e constituída na, modernidade ocidental. Com efeito, se em praticamente todas as etnografias encontramos modos de pensar e agir que tendem a naturalizar o outro, a dominá-lo, a expulsá-lo ou a destruí-lo, é, no entanto, bem provável que em nenhum outro local e em nenhum outro tempo, estes comportamentos tenham assumido formas tão persistentes e tão ideologicamente legitimadas como na configuração histórico-social do Ocidente a partir do século XVIII. Sendo o conceito de racismo relativamente recente – a sua «invenção» remonta à década de vinte do nosso século – o fenómeno precederia, assim, a sua conceptualização (Taguieff 1987: 130).

À interrogação acerca da universalidade ou contingência do racismo, três tipos de respostas têm vindo a ser avançadas. A primeira vê no racismo o desenvolvimento duma tendência natural inscrita na herança genética da humanidade e, por isso, um fenómeno universal e recorrente; um prolongamento ideológico e político do etnocentrismo ou da xenofobia, também estes concebidos como atitudes naturais. Podemos incluir nesta perspetiva as posições defendidas por Albert Memmi quando afirmava, por exemplo, que «o racismo não é uma doença, mas uma atitude arcaica e comum à espécie» (Memmi, 1993: 98), por Todorov quando opera a distinção entre «racismo» e «racialismo»<sup>1</sup>, ou ainda pela Sociobiologia quando, através de um dos seus precursores, produz enunciados deste género:

«Espero demonstrar que alguns traços frequentemente considerados como puramente culturais no Homem – como, por exemplo, a discriminação racial – têm profundas raízes no nosso passado animal e que, muito provavelmente, possuem bases claramente genéticas. Para ser mais preciso, a facilidade e a precisão com que uma ideia como a xenofobia imprime a sua própria réplica no molde da memória humana, dependem de predisposições seleccionadas para esse efeito – sendo que essa seleção opera, decididamente, ao nível molecular.» (Hamilton 1978 citado em Taguieff 1987: 67).

Estas tomadas de posição desencadeiam inevitavelmente reações, sempre mais ou menos exacerbadas, por parte daqueles que, como Colette Guillaumin, se situam do lado das perspetivas socio-históricas e optam pela contingência e contextualização histórica da emergência do racismo:

«Defender que o racismo é universal, defender que este faz parte integrante da natureza humana é, desde logo, uma tomada de posição racista. Pois é o mesmo que dizer que a destruição ou a exclusão de seres humanos por eles mesmos está geneticamente programada na espécie, que se trata de um elemento da sua própria natureza e que as suas consequências são da ordem de uma determinação natural, praticamente anterior a toda a sociedade e fundadora dos próprios traços sociais.» (Guillaumin 1985: 216).

Uma segunda forma de responder à mesma questão – híbrida relativamente à primeira e à terceira – assume as origens ocidentais do racismo, não lhe atribuindo embora uma exclusividade moderna. Trata-se duma posição que, retendo a ideia da universalidade do par etnocentrismo/xenofobia, faz remontar o racismo às origens clássicas das sociedades ocidentais. Ilustrativo deste tipo de resposta é a interessante formulação do historiador Claude Liauzu:

«Na origem mais comum e mais universal do racismo estão o etnocentrismo e a xenofobia espontâneas, as quais consistem em atribuir ao Outro, àquele que é diferente

(1) Para Tzvetan Todorov «o racismo é um comportamento antigo e de extensão provavelmente universal; o racialismo é um movimento de ideias nascido na Europa Ocidental cujo grande período vai de meados do século XVIII até à primeira metade do século XX (Todorov 1989: 134).

ou que é exterior ao nosso mundo, características negativas e a apagar as características individuais em nome de traços que relevam da pertença coletiva (...). Mas parece que a cultura ocidental acrescenta aqui, muito precocemente, uma propensão naturalista e que a tendência para interpretar os factos humanos em termos de natureza, de física (physis), constitui uma das suas originalidades. E isto, muito antes do reinado da biologia e da noção contemporânea de raça.» (Liauzu 1992: 208)

Mas mesmo a defesa da espontaneidade ou naturalidade do etnocentrismo e da xenofobia – uma ideia demasiadas vezes pacificamente aceite pelo discurso da Antropologia – não é encarada sem críticas pela perspectiva sociológica (Cf. Marques 2001). Com efeito, mantendo-nos, estritamente, no registo do pensamento sociológico, a naturalização do etnocentrismo e da xenofobia ou de qualquer outro comportamento humano constituem transgressões ao princípio do *primado das relações sociais e culturais*. Este princípio implica, como defendem Bourdieu, Chamboredon e Passeron, «recusar todas as tentativas para definir a verdade de um fenómeno cultural independentemente do sistema de relações históricas e sociais nas quais esse fenómeno se insere (...), [recusar] eternizar numa natureza o produto de uma história» (1983: 42).

«Uma abordagem sociológica do etnocentrismo e da xenofobia, encara estes fenómenos, antes de tudo e até prova em contrário, enquanto produtos das relações socioculturais, fundados em relações de poder e dominação, em cuja reprodução eles próprios estão implicados» (Giraud 1984: 741).

De qualquer modo, é importante, nesta altura, separar analiticamente o conceito de racismo do conceito contíguo de xenofobia. Na perspectiva aqui ensaiada, o racismo comunga com a xenofobia a rejeição ou a inferiorização do Outro, mas o que os distingue é a distância a que se encontra esse Outro. A xenofobia pressupõe que a distância pode ser mantida, que o encontro pode ser evitado, faz apelo à fronteira do sistema social; a xenofobia objetiva-se na guerra ou na hostilidade fronteiriça. Enquanto no registo da xenofobia a alteridade permanece exterior ou é fantasmaticamente representada, no racismo o outro é interior ao espaço social e político do Nós. O contacto quotidiano com aquele que se despreza ou que nos «ameaça» não pode ser evitado. Como defende Balibar:

«A xenofobia é uma paixão coletiva organizada ou não, de ódio e de rejeição contra o Outro enquanto ele permanecer exterior e enquanto as relações com esse Outro puderem ser evitadas. O racismo, pelo contrário, na diversidade das suas formas, fenómeno específico da modernidade que vemos elaborar-se a partir da colonização, a partir dos conflitos religiosos e também a partir de relações sociais de antagonismo pressupõe que a relação não pode ser evitada, isto é, que as populações, os grupos que se opõem entre si pertencem a um mesmo espaço social. É necessário, portanto, que o Outro não seja exterior mas interior mesmo se essa «interioridade» assume a forma da repulsão ou da exclusão.» (Balibar 1993: 79)

Voltando, porém, ao nosso problema inicial, o terceiro modo de responder à questão da universalidade ou contingência do racismo, e que obtém o acordo da maior parte dos historiadores do fenômeno, encara-o como um movimento de ideias historicamente específico. Uma configuração ideológica associada às espetaculares mutações sociais e intelectuais que emergem com a modernidade ocidental. Ou melhor, o racismo seria um produto das tensões e contradições que, na sociedade, como no pensamento, o projeto ocidental moderno arrastou consigo. Tensões que se prendem, simultaneamente, com a própria ambiguidade intelectual do projeto moderno – o racismo seria «um fruto envenenado do Iluminismo» (Wieviorka 1993: 67) – bem como com as resistências intelectuais, sociais e identitárias ao seu inexorável avanço.

## 2. MODERNIDADE E RACISMO: AMBIGUIDADES E TENSÕES

Por modernidade entende-se a objetivação cultural do conteúdo intelectual da revolução científica e filosófica do Iluminismo. Um conteúdo que acompanha e, simultaneamente, ratifica, a radicalmente nova concepção das relações dos homens entre si e dos homens com a natureza. A crença iluminista na ilimitada capacidade da razão conduziu à elaboração de discursos múltiplos baseados nos ideais de emancipação e progresso da humanidade. Através da utilização instrumental da razão, o «Homem», transformado agora em sujeito histórico abstrato, teria por meta penetrar nos segredos da natureza e dominá-la para o bem individual e coletivo. O progresso estende-se não só à intervenção técnica sobre o mundo natural, mas também à dimensão social: a natureza humana torna-se transparente à razão.

Se as ciências naturais asseguravam o domínio prático da natureza, as nascentes ciências positivas da sociedade, assumindo igualmente uma dimensão pragmática, tornar-se-iam capazes, não apenas de conhecer, mas de transformar e regular racionalmente a vida política e social<sup>2</sup>. Emergem então as várias «meta-narrativas» (Lyotard 1979) que caracterizariam o projeto político da modernidade. A história é metaforicamente representada como a flecha apontada ao coração do futuro, da ordem e da utopia. Ao mesmo tempo, a fundamentação universalista da moral e do direito – a noção de «direito natural» – caminha a par do princípio do primado do indivíduo sobre a sociedade – o individualismo moderno – e ambos servem de base ao liberalismo e ao mercado no plano das relações econômicas.

Mas pensar a modernidade implica também aceitar as ambiguidades e limitações do seu projeto, as suas tensões e contradições. Aos princípios universalistas de Igualdade, Liberdade e Fraternidade saídos de oitenta e nove, opõe-se o aparecimento de mecanismos identitários, inéditos até então, acompanhados de posições mais ou menos deterministas.

(2) Baseando-se, como escreveria, ironicamente, Richard Rorty, na «noção iluminista de que ler Newton conduz naturalmente à queda dos tiranos» (1988: 248).

Por um lado, a génese dos nacionalismos e da ideia moderna de Nação, e por outro lado, a descoberta científica do Outro, a sua «primitivização» (Kuper 1988) e racização (Marques 1995). O conceito de «raça» institui-se enquanto princípio explicativo das diferenças entre grupos humanos (Estados-nação incluídos) e, ao mesmo tempo, como garante epistémico de uma ordem económica que, a partir do século XIX, se baseia crescentemente na situação colonial (Marques 1995).

Uma das principais ambiguidades da modernidade residiu precisamente na sua dificuldade em conciliar o universalismo hegemónico da razão iluminista com os diversos *particularismos* que se lhe deparam. Estes foram, na maior parte das vezes, percebidos como naturais e, por isso, imutáveis, ou culturais mas dotados de uma rigidez essencialista. Como apontava em meados do século XX, Alfred Métraux, a propósito das contradições da modernidade:

«O racismo constitui uma das manifestações mais perturbadoras da vasta revolução que se produziu no mundo. No momento em que a nossa civilização industrial penetra em todos os pontos da Terra arrancando os homens de todas as cores às suas mais antigas tradições, uma doutrina de carácter falsamente científico é evocada para recusar a esses mesmos homens, privados das suas heranças culturais, uma participação nas vantagens da civilização que lhes é imposta. Existe, assim, no seio da nossa civilização uma contradição fatal: por um lado, ela deseja ou exige a assimilação das outras culturas aos valores a que atribui uma perfeição indiscutível, por outro, não consegue admitir que dois terços da humanidade sejam capazes de atingir os objetivos que lhes propõe.» (Metraux, citado em Leiris, 1969: 11-12).

Trata-se duma tensão que se percebe tanto ao nível das relações entre as emergentes nações europeias e as sociedades não tocadas pela modernidade, como ao nível das relações que as primeiras mantêm entre si. E mesmo no interior dos Estados europeus, onde os nacionalismos aparecem a esmagar os particularismos regionais através da ideia de Nação (Cf. Gellner 1993) se sente a contradição entre o progresso universalizante e hegemónico, que se espalha como uma mancha de óleo, e a resistência da terra, do sentimento identitário de pertença a uma tradição, a um território, a uma religião ou a uma «raça». Resistência e sentimento a partir dos quais emerge, por exemplo, o movimento romântico. Como escreveu Boaventura de Sousa Santos:

«Contra uma racionalidade descontextualizada e abstrata crescentemente colonizada pelo instrumentalismo científico, o romantismo propõe uma busca radical de identidade que implica uma nova relação com a natureza e a revalorização do irracional, do inconsciente, do mítico e do popular e o reencontro com o outro da modernidade, o homem natural, primitivo, espontâneo, dotado de formas próprias de organização social.» (Santos 1994: 123).

Pode, então, pensar-se o projeto moderno como uma tensão permanente, mas também como uma busca de conciliação entre os valores universalistas e individualistas abstratos e

os particularismos identitários. Na formulação radical de Finkelkraut (1988), a modernidade constrói-se em torno da irredutível oposição entre *Aufklärung* universalista e *Volksgeist* particularista, na formulação de Sousa Santos, como uma dualidade entre uma «subjectividade universal abstracta» e uma «subjectividade contextual» (Santos 1994: 120).

Trata-se de uma ambivalência que constitui, ainda hoje, um dos fulcros do pensamento social ocidental, originando as mais variadas controvérsias principalmente no que respeita às problemáticas dos hiper-relativismos de tonalidade pós-modernista, da etnicidade nas sociedades contemporâneas, do fundamentalismo religioso, ou das ideologias de contornos neo-racistas e xenófobos.

Chegados aqui, e mantendo-nos no registo sócio-antropológico<sup>3</sup>, duas linhas na análise da modernidade do racismo podem ser distinguidas, embora os respetivos resultados não se revelem incompatíveis. Uma, que entronca no pensamento do antropólogo Louis Dumont, vê no racismo o resultado das tensões geradas pela passagem das sociedades tradicionais e *holistas* a sociedades modernas *individualistas* com a consequente dissolução das hierarquias (Dumont 1983) e outra, na sequência do pensamento de Michel Foucault<sup>4</sup>, inscreve o racismo na emergência de um *bio-poder* que, possibilitado e potenciado pelas modernas «ciências da vida», *disciplina* e *regula* quer a vida social e política no Ocidente moderno, quer as relações entre esse «Ocidente e os seus Outros» (Foucault 1991, Rattansi 1994). Ambas as perspetivas possuem como característica comum o facto de permitirem pensar o racismo enquanto modo de resolução das tensões e contradições inerentes ao projeto moderno, dando conta, num mesmo movimento analítico, da emergência dos seus dois grandes paradigmas, o *racismo colonial* e o *antisemitismo*.

Na perspetiva inaugurada por Louis Dumont e seguida por outros autores<sup>5</sup>, o racismo pôde aparecer precisamente no espaço tensional que se gera a partir da coexistência, numa mesma sociedade, de *valores individualistas* e de *valores holistas*, ou melhor, com a «sobrevivência» de elementos pré-modernos nas sociedades modernas. Nas sociedades holistas, onde o coletivo tem o primado sobre o individual e onde pontifica uma lógica hierárquica claramente desigualitária, a «identidade» e o «valor» de cada um são fornecidos através da posição que ocupa na hierarquia social. Mais do que por aquilo que faz, cada indivíduo é definido, por aquilo que *é*; pela sua categoria, relativamente fixa, de pertença.

As relações entre membros são, nas sociedades holistas, estritamente reguladas pelas respetivas categorias e posições, desiguais à partida, a que cada um pertence ou que cada um ocupa. Pelo contrário, nas sociedades modernas, individualistas e igualitaristas, cada pessoa é percebida como entidade autónoma, como singularidade moral, como «*individu*

(3) No campo da história das ideias políticas veja-se, por exemplo, Arendt (1978), nomeadamente o capítulo IV.

(4) Também na esteira do pensamento inaugurado por Foucault pode integrar-se as reflexões de David Theo Goldberg acerca das consequências culturais da emergência do racismo (Cf. Goldberg 1993).

(5) Veja-se, por exemplo, Lapeyronnie (1991) e também, de algum modo, Wieviorka (1991).

*hors-du-monde*»<sup>6</sup> (Dumont 1983: 77 e ss). Um indivíduo não subordinado à comunidade ou à totalidade social, sendo esta, por seu turno, desvalorizada.

Segundo Schweisguth, a própria noção de racismo só pode ser formulada dentro do quadro de referência dos valores individualistas-universalistas, no qual o «valor» individual é definido por aquilo que se faz e não em função de uma origem ou qualquer outra categoria de pertença. Inversamente, nas comunidades tradicionais, holistas ou «pré-modernas», a noção de racismo não faz qualquer sentido, pois não só é legítimo, como normal, definir a identidade e o valor de um indivíduo com referência à pertença a um grupo ou a uma categoria. (Schweisguth 1993)

Ora, com a emergência da modernidade ocidental e com a unificação do mundo, a partir do momento em que os contactos entre grupos humanos se intensificam e que numa mesma formação social as diferenças estatutárias atribuídas se esbatem; a partir do momento em que as relações entre os indivíduos deixam de ser mediadas pela hierarquia e pela submissão ao todo, só podem passar a sê-lo pelo conflito social. Como escreveu Dumont: «só há dois caminhos para reconhecer o Outro, a hierarquia ou o conflito» (1983: 298). Ou seja, é através do conflito que, nas sociedades modernas e individualistas, os homens reconhecem uma unidade, para além das individualidades. Como igualmente afirmou Lapeyronnie, na esteira do pensamento de Dumont:

«É o conflito que permite reconstruir a imagem da sociedade em torno de um problema (*enjeu*). (...) A partir do momento em que o «todo social» deixa de existir, os homens vão tentar reencontrar uma certa forma de integração, um certo «holismo». É assim que nasce o racismo, como reacção contra o individualismo e como «vontade de o subordinar à sociedade como totalidade, como tentativa de reencontrar uma imagem do «todo». Nessa situação, os conflitos sociais dão-se sob a forma de racismo.» (Lapeyronnie 1990: 292)

Nesta linha analítica, o racismo emerge na modernidade ocidental como reacção à crescente expansão dos valores individualistas-universalistas, numa tentativa de recuperar simultaneamente os particularismos que se esbatem, bem como a imagem perdida da sociedade como um todo ordenado, hierarquizado, sem lugar para o conflito propriamente social<sup>7</sup>. Uma reacção que utiliza os materiais simbólicos que melhor resistem à erosão de

(6) Indivíduo fora do mundo.

(7) Na quase totalidade dos seus trabalhos dedicados ao racismo, Michel Wiewiorka tem vindo a procurar demonstrar que as origens sociais dos neo-racismos europeus se encontram precisamente no esvaziamento contemporâneo das relações sociais conflituais típicas da sociedade industrial, nomeadamente com o esgotamento do movimento operário. Esvaziamento que é, na Europa, compensado pela emergência de várias modalidades de identidades «não sociais», como a «raça» ou a pertença religiosa, encarada de uma forma essencialista, e que desembocam em movimentos comunitários de grande fechamento e hostilidade. Uma das propostas deste autor para uma luta eficaz contra os neo-racismos europeus reside, precisamente, na reconstituição, nas sociedades de modernidade avançada, de uma conflitualidade propriamente social.

uma temporalidade em aceleração: as referências à natureza, a uma desigualdade *não social* portanto, entre os seres humanos. Ao fundar-se numa suposta ordem natural, o papel original da ideia de «raça» é precisamente manter-se indiferente às relações sociais conflituais das sociedades individualistas (como a luta de classes), repondo, assim, uma espécie de ordem social e política hierárquica e de base holista. Como, na mesma linha, defende Alain Touraine:

«O racismo, a naturalização da inferioridade ou da superioridade das categorias sociais, só pode aparecer quando se forma uma sociedade «ativa», isto é, cuja hierarquia se baseia no papel desempenhado pela mudança social. É precisamente quando os particularismos se esbatem ou desaparecem, quando tudo se mistura e que cada um deixa de estar protegido pela diferença, que o racismo aparece.» (Touraine 1993: 25)

Mas essa «natureza» que vai servir para a construção da diferença e para a recuperação de uma nova imagem totalizante e não conflitual da sociedade, não é a mesma natureza que serviu para constituir a diferença e a hierarquia nas sociedades não modernas. Trata-se de uma «nova» natureza construída pela Ciência moderna: a natureza propriamente Biológica ou Genética.

Uma das falhas do projeto Iluminista terá residido na incompleta realização da concepção liberal, individualista e universalista da cidadania, pois manteve-se sempre uma concepção algo mítica, de pendor biologizante das identidades particularistas e mesmo da nação moderna (Sternheel 1993: 54). Como continua Touraine,

«Se a sociedade moderna é o lugar de aparecimento do racismo, é precisamente porque destruiu as relações de hierarquia e de distância social tradicionais, sem contudo ter conseguido assegurar a integração de todos numa cultura universalista suficientemente afastada da realidade dos Estados nacionais.» (Touraine, op. cit.: 27).

### 3. MODALIDADES DE RACISMO

Se a modernidade pode ser concebida enquanto esforço para superar a dualidade entre, por um lado, os valores universais do progresso e da razão e, por outro os particularismos identitários, nomeadamente os nacionais, o racismo, enquanto subproduto da modernidade inscreve-se, assim, nesse espaço ambivalente. Para Michel Wieviorka, o racismo emerge na modernidade precisamente a partir do fosso que se abre devido à dificuldade de conciliação entre os valores universalistas e os particularismos. O racismo apareceria, assim, como «um modo biologizante de preencher esse espaço» (1991: 217)

Adotando uma perspectiva eminentemente sociológica, este mesmo autor propõe um quadro conceptual que permite visualizar a emergência das várias modalidades do fenómeno a partir da disjunção entre os valores universalistas modernos e os particularismos

comunitários. Ou, na sua própria formulação, um quadro que permite observar os movimentos de expansão e retração do espaço sociológico do racismo (Wieviorka 1993 e 1994).

Tal quadro é construído, como veremos, a partir de quatro linhas de força, ou paradigmas, definindo, cada um, «uma modalidade de tensão e de oposição entre a modernidade e as identidades não modernas ou anti-modernas» (1993: 16)

No primeiro paradigma, designado por «a modernidade contra as identidades (*modernité contre identités*) ou o «racismo universalista», inclui-se o racismo de tipo colonial, bem como os projetos de conquista e evangelização das sociedades «primitivas». São os valores hegemónicos da modernidade – as «missões civilizadoras» britânica e portuguesa ou o «universalismo» francês, por exemplo – que negam, combatem, desprezam ou inferiorizam tudo o que se lhes não identifica. Aqui, o racismo é essencialmente sustentado pelas elites económicas, religiosas, políticas ou culturais e tem como objeto os particularismos locais que não se identificam com a generosa modernidade que transporta consigo o progresso.

O segundo paradigma – «identidades contra a modernidade» (*identités contre modernité*) ou o «universalismo como ameaça» – é simétrico ao primeiro. O grupo racizante agarra-se firmemente aos particularismos, nomeadamente, a valores identitários de algum modo não modernos, como a religião ou as conceções mais biologizantes de Nação, quando se sente ameaçado pelos projetos da modernidade. Os grupos racizados são frequentemente identificados com os valores do universalismo abstrato e considerados perniciosos através do recurso aos mecanismos do *bode expiatório*. As identidades que assim se insurgem contra a modernidade constroem-se ou reforçam-se, na maior parte das vezes, a partir de materiais não sociais, como a «raça» ou, como veremos, o apelo às conceções mais reacionárias da Nação, abrindo assim o espaço para a instalação do racismo ou da xenofobia.

Os antissemitismos alemão e francês e, mais recentemente, o antissemitismo «sem judeus» polaco, objetivam esse sentimento de ameaça e medo de uma modernidade que se desconhece e por isso se teme. Os judeus foram, e são-no ainda, concebidos simbolicamente como a expressão das forças cosmopolitas e perversas ligadas à modernidade, ao dinheiro e ao capitalismo. Como lembra, a propósito, Alain Touraine:

«O antissemitismo, considerado como uma defesa contra o universalismo abstrato e ameaçador é, em primeiro lugar, um racismo de si, uma definição de si próprio pela raça, o que conduz, através de uma inversão surpreendente na qual o antissemitismo retira toda a sua violência, a uma redefinição do agente do universalismo com recurso a critérios anti-universalistas, simultaneamente biológicos e culturais.» (1993: 31)

Aqui, o racismo não é exclusivo de nenhum grupo social, podendo ser sustentado quer pelos grupos mais desfavorecidos quer pelas classes dominantes. Trata-se, contudo, de um racismo eminentemente diferencialista que pode rapidamente ser apropriado pelas esferas do político.

Noutra vertente situa-se o paradigma «a modernidade contra a modernidade (*modernité contre modernité*) ou a decadência e a exclusão sociais dos «pequenos brancos». Nesta situação, o ator racista oscila entre o desejo de participação na modernidade e a percepção da sua exclusão dessa mesma modernidade. O ator racista não se lhe opõe, pelo contrário, valoriza-a, ao mesmo tempo que se sente excluído dela. Ilustrativos deste fenómeno são o racismo do Sul do Estados Unidos nas primeiras décadas do nosso século bem como os «novos racismos europeus» contra as minorias com origem na imigração que emergem nos meio populares urbanos (Cf. Marques 2000 e 2005). Com a Guerra da Secessão a sociedade americana viu confrontarem-se duas formações sociais distintas: a sociedade industrializada e democrática do Norte e a sociedade agrária de tipo colonial do Sul. Com a desestruturação da sociedade sulista gera-se o que a partir da obra de Gunnar Myrdal viria a ser conhecido por «racismo dos pequenos brancos» (*small whites racism*). Os camponeses sulistas brancos começaram a sentir a sua situação cada vez mais ameaçada quer pela mobilidade ascendente dos negros<sup>8</sup> de cuja posição inferior o seu próprio estatuto dependia, quer pelo estatuto mais elevado dos prósperos burgueses do Norte. A inferiorização e a discriminação das populações negras deve muito a este sentimento de exclusão de uma modernidade e de um progresso nos quais se quer participar:

«Aqui, o ator racista perde as suas referências sociais, ou arrisca-se a perdê-las; tem medo de estar em queda, vê negada a sua identidade, a sua pertença ao mundo moderno, ao trabalho e ao emprego, à produção e ao consumo e fecha-se noutras referências, comunitárias ou biológicas.» (Wieviorka 1991: 218)

Nesta situação, o racismo é eminentemente popular e, alimentando-se também dos mecanismos do «bode expiatório», visa essencialmente aqueles que estão socialmente mais próximos do ator racista: os negros americanos no exemplo dado ou as populações migrantes originárias dos países descolonizados, no caso europeu.

A quarta linha de força, «identidades contra identidades» (*identités contre identités*) ou «racismo intercomunitário», corresponde a uma crispação das identidades coletivas de um modo essencialmente «não social» e não moderno. Crispação ou exacerbamento que se observou no regime Sul-africano do *Apartheid* ou nos confrontos violentos e hiperracializados como, por exemplo, nas rixas de Brixton, em 1985, no Reino Unido, ou nas de Los Angeles, nos E.U.A. em 1992.

As afirmações identitárias de uma coletividade no seio de uma sociedade nacional – fenómeno que as Ciências Sociais tem vindo a conceptualizar como «etnicidade» – pode, em determinadas circunstâncias, conduzir a uma espiral de fechamento identitário e a uma forte naturalização dessas identidades, abrindo, assim, espaço para o desenvolvimento dos comportamentos e discursos racistas (Marques 2001).

(8) No registo da literatura, veja-se a obra de William Faulkner, em grande parte atravessada por esta temática.

Para terminar, torna-se necessário que se afirme claramente que, nas situações sociais e políticas concretas, os atores racistas ou os ideólogos do racismo, se situam quase sempre, simultaneamente, em vários destes paradigmas, combinando-os sincreticamente. Como refere o próprio Wieviorka: «o racismo nunca se embaraça com as suas próprias contradições, nem articula de modo racional ou coerente os diferentes elementos de onde é proveniente, pelo contrário, funde-os» (1993: 16).

## BIBLIOGRAFIA

- ARENDRT, Hannah (1978), *O Sistema Totalitário*. Lisboa: D. Quixote.
- BALIBAR, Etienne (1993), «Racisme et nationalisme: une logique de l'excès» in Michel Wieviorka (org.), *Racisme et modernité*, Paris: La Découverte.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude e PASSERON, Jean Claude (1983), *Le métier de sociologue*, Paris: Mouton.
- DUMONT, Louis (1983), *Essais sur l'individualisme. Une perspective anthropologique sur l'idéologie moderne*, Paris: Seuil.
- FINKIELKRAUT, Alain (1988), *A derrota do Pensamento*. Lisboa: D. Quixote.
- FOUCAULT, Michel (1991), «Faire vivre et laisser mourir: la naissance du racisme», *Les Temps Modernes*, n.º 535, 46<sup>e</sup> année: 35-61.
- GELLNER, Ernest (1993), *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva.
- GIRAUD, Michel (1984), «Ethnocentrisme, xénophobie ou racisme?», *Les Temps Modernes*, 41<sup>e</sup> année, n.º 459: 773-750.
- GOLDBERG, David Theo (1993), *Racist Culture: Philosophy an the Politics of Meaning*. Oxford: Blackwell.
- GUILLAUMIM, Colette (1985), «Avec ou sans race?», *Le genre humain*, 11, «La société face au racisme»: 215-222.
- KUPER, Adam (1988), «The Invention of Primitive Society. The transformations of an illusion», Londres: Routledge.
- LAPEYRONNIE, Didier et al. (1990), *L'intégration des minorités immigrées. Étude comparative France-Grande-Bretagne*. Issy-les-Moulineaux: Agence Pour le Développement des Relations Interculturelles.
- LAPEYRONNIE, Didier, (1993), *L'individu et les minorités: la France et la Grande Bretagne face à leurs immigrés*, Paris: PUF.
- LEIRIS, Michel (1969), *Cinq études d'ethnologie. Le racisme et le tiers monde*, Paris: Denoël/Gonthier.
- LIAUZU, Claude (1992), «Race et civilization: l'Autre dans la culture occidentale» *Anthologie critique*, Paris: Syros.
- LYOTARD, Jean-François, (1979), *La condition postmoderne*, Paris: Minuit.
- MARQUES, João Filipe. (1995), «O Estilhaçar do Espelho. Da «raça» enquanto princípio explicativo do social a uma compreensão sociológica do racismo». *Ethnologia*, nova série, n.ºs 3-4: 39-57.
- MARQUES, João Filipe (2000), «O Neo-Racismo Europeu e as Responsabilidades da Antropologia», *Revista Crítica de Ciências Sociais*. n.º 56: 35-60.
- MARQUES, João Filipe (2001), «Racismo, etnicidade e nacionalismo. Que articulação?», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 61: 103-131.

- MARQUES, João Filipe (2005), «A Europa e os novos racismos; algumas reflexões», in *Estudos II*. Faro: Faculdade de Economia da Universidade do Algarve: 5-24.
- RATTANSI, Ali (1994), «“Western” Racisms, Ethnicities and Identities in a “Postmodern” Frame» in Ali Rattansi e Sallie Westwood (Eds) *Racism, Modernity, Identity on the Western Front*, Cambridge: Polity Press.
- RORTY, Richard (1988), *A Filosofia e o Espelho da Natureza*, Lisboa: D. Quixote.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1994), *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*, Porto: Afrontamento.
- SCHWEISGUTH, Étienne (1993), «Racisme et systèmes de valeurs», in Michel Wieviorka (org.) *Racisme et modernité*, Paris: La Découverte: 127-134.
- STERNHELL, Zeev (1993), «La fonction politique et culturelle du racisme», in Michel Wieviorka, (org.) *Racisme et modernité*, Paris: La Découverte: 54-59.
- TAGUIEFF, Pierre-André (1987), *La force du préjugé. Essai sur le racisme et ses doubles*, Paris: La Découverte.
- TOURAINÉ, Alain, (1993), «Le racisme aujourd’hui» in M. Wieviorka, *Racisme et modernité*, Paris: la Découverte: 23-41.
- WIEVIORKA, Michel (1991), *L’Espace du racisme*, Paris, Seuil.
- WIEVIORKA, Michel (1994), «Racism in Europe: Unity and Diversity» in Rattansi, Ali e Westwood, Sallie (Eds) *Racism, Modernity, Identity on the Western Front*, Cambridge: Polity Press: 173-188.
- WIEVIORKA, Michel (org.) (1993), *Racisme et modernité*, Paris: La Découverte.

## PARTE 2

# **Migrações, minorias étnicas e contextos escolares**



## Migrações humanas: teorias e práticas

*Nenhuma mente que se abre para uma nova ideia voltará a ter o tamanho original.*

Albert Einstein

*A alegria está na luta, na tentativa, no sofrimento envolvido. Não na vitória propriamente dita.*

Nahatma Gandhi

### 1. A NOÇÃO DE E/I/MIGRANTE

A e/imigração é um fenómeno decorrente, entre outros factores, da existência prévia de fronteiras territoriais. Aliás, e/i/migrar é deslocar-se, sendo a distância e a fronteira dois conceitos-chave das migrações. A distância implica uma certa duração e um certo custo. Mas a deslocação não define, por si só, as migrações. Estas implicam um investimento num conjunto de recursos que se prendem com parâmetros individuais, familiares, económicos, sociais, culturais, geográficos, entre outros.

Tendo sobretudo em conta o fenómeno geográfico e político que divide as fronteiras, daqui decorre a definição que é atribuída aos/às que as atravessam por razões económicas, profissionais, familiares ou outras similares. Segundo o dicionário Petit Robert (1979), a imigração é a «entrada num país de elementos demográficos não autóctones que para aí vêm, normalmente, em busca de um emprego». Esta definição faz eco à de L. Varlez (1927: 171) quando afirma que é emigrante ou imigrante toda a pessoa que deixa o seu país (emi-

\* Investigadora do CIES-ISCTE/Instituto Universitário de Lisboa.

\*\* Professora da Universidade do Luxemburgo.

\*\*\* Professor de Ciências da Comunicação da Universidade Católica Portuguesa.

grante) para se estabelecer no estrangeiro (imigrante), quer de maneira permanente, ou pelo menos de longa duração, quer temporária, visando satisfazer necessidades consideradas essenciais. Por sua vez, a Convenção Internacional de Roma, de 1924 diz «É considerado estrangeiro aquele que deixa o seu país com o objectivo de procurar trabalho... É considerado imigrante todo o estrangeiro que chega a um país para aí procurar trabalho e com a intenção expressa ou presumida de aí se estabelecer de modo permanente; é considerado como simples trabalhador todo aquele que chega com o único objectivo de aí se estabelecer temporariamente» (C. Nguyen 1987: 25).

Após a chegada a esse país, quando o imigrante envereda por um processo de instalação ou até de fixação, pode adquirir outra nacionalidade: a do país onde reside, dando lugar à designada «naturalização», donde decorre, por exemplo, no caso português, a designação de «i/migrantes portugueses», ou guardar a sua nacionalidade, continuando a ser designados de i/migrantes estrangeiros.

Mesmo assim, o peso e as consequências das definições são, na situação das migrações internacionais, enormes. Retenhamos o caso da nacionalidade. Para o jurista trata-se de uma noção clara e precisa. Em contrapartida, o termo «i/migrante» é um conceito socio-económico que não pertence propriamente às categorias restritas do direito. Em Portugal, a existência do ACIME serve para atestar a existência do fenómeno imigratório e para o reconhecer institucionalmente, mas o direito das pessoas assenta na distinção nacional-estrangeiro-imigrante. As fontes oficiais do INE contarão os indivíduos a morar em Portugal segundo esta divisão. Os que têm a dupla nacionalidade, teoricamente, são designados pelas instituições portuguesas na sua qualidade de portugueses.

Destas definições podemos retirar um corolário: o de que todo o estrangeiro, encontrando-se em território nacional que não é o seu, não é, necessariamente, um imigrante. Um chefe de Estado em visita, um diplomata, um homem de negócios de passagem, um turista, um trabalhador fronteiriço ou mesmo sazonal não são imigrantes, uma vez que estes são, essencialmente, definidos pela sua condição de exterioridade e de trabalhadores mais ou menos duradouros e subordinados. Em contrapartida, um estudante pode ser considerado um i/migrante, porque, à partida, apesar de não vir para procurar um emprego, ele permanece durante um certo tempo com a ideia de conseguir o mínimo de inserção social na sociedade para onde se desloca para estudar, isto é, guardando a sua identidade e não se deixando assimilar pelo corpo social, tece um conjunto de laços: sociais, culturais, económicos, emocionais ou outros com a sociedade envolvente, indispensáveis à sua sobrevivência e co-existência. Por conseguinte, os elementos de duração, de inserção e de formas de trabalho determinam a condição de i/migrante.

No seio da Europa ocidental, desde 1993, com a livre circulação no interior dos 15 países que à época constituíam a União Europeia, assistimos a um alargamento de várias prerrogativas normativas e institucionais. Algumas abarcam mesmo a própria noção de i/migrante, uma vez que com as referidas possibilidades conferidas aos cidadãos europeus deste espaço, em termos de qualificação da mobilidade interna, se quer equiparar os cidadãos desses países aos migrantes internos, do interior de qualquer desses países ou mesmo outros.

No entanto, a situação continua a ser algo ambígua e complexa, pois que os não nacionais, para permanecerem nos países onde se encontram ou para onde pretendem ir, oficialmente apenas munidos com o Bilhete de Identidade e não com qualquer passaporte singular, após três meses de estadia, têm continuado a confrontar-se com os ditames da lei no atinente à necessidade de terem de possuir um contrato de trabalho e, em alguns casos, uma autorização de permanência para aí poderem continuar, o que não acontece aos migrantes nacionais do país. Estes, no interior das fronteiras do seu país, movimentam-se de um lado para o outro sem estarem sujeitos a qualquer constrangimento de ordem jurídica, profissional e até linguística. Outro tanto se diga no que se refere às diferenças sociais, culturais, jurídicas e até à qualidade do trabalho e do ordenado. Embora, democrática e oficialmente, se perfilhe o princípio de «para trabalho igual salário igual», a verdade é que nem sempre é o caso quando estamos perante autóctones e imigrantes (e não só, uma vez que basta ter em conta as questões de género), pois, quantas vezes, estes são vítimas de grande exploração nesse sentido. Outro tanto se diga do estatuto social que lhes é atribuído em virtude da sua condição de migrante estrangeiro.

Esta última é uma noção que, derivando do latim «extraneus», ou seja, o que é extra, vem e é de fora e que, por isso, é ao mesmo tempo incompreensível, fora do comum, que pode causar espanto, porque é diferente dos que estamos habituados a ver, reenvia, por vezes, ao indefinido, incompreensível, inquietante e anormal (P. Robert 1979). Esta etimologia comum não deixa de manter uma relação com as conotações associadas ao termo de «estrangeiro», com as suas várias significações, ao mesmo tempo próximas e distintas umas das outras. Na cultura contemporânea impregnada do rigor das definições jurídicas, o estrangeiro é antes de mais o que não pertence à nação; mas é também o que é considerado não pertencer ao grupo, aquele com quem se não tem nada em comum, que é desconhecido e diferente dos outros e que, por esta razão, de alguma maneira, se singulariza. Por outro lado, importa frisar que o estrangeiro não existe por si mesmo, não é uma essência, mas antes uma construção social ligada tanto às representações abstractas como concretas, ou resultando ainda de uma leitura subjectiva, mais ou menos impregnada de imaginário, de uma realidade objectiva que ele contribui para perpetuar. Sob o ponto de vista ideológico podemos dizer que a figura do estrangeiro se encontra envolvida numa dialéctica da diferença que pode conduzir à rejeição só porque é diferente (M. Wieviorka 2001 e 2008).

Ora, ainda que no interior da União Europeia, por parte de alguns movimentos sociais ou outros, se vá forjando a ideia de, pelo menos idealmente, querer «assimilar» os que trilham os caminhos da mobilidade interna no interior deste espaço aos migrantes internos de cada país, o certo é que a realidade vai continuando a mostrar que no dia a dia as mentalidades evoluem muito pouco a este propósito e que certos hábitos tendem a manter-se por tempos seculares, mesmo para lá da sucessão dos modos de produção e das suas transformações e dos apelos cada vez mais insistentes à defesa dos direitos do Homem que no seu art.º 1 afirma que «Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Eles são dotados de razão e de consciência e devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade».

Apesar do que esta prerrogativa encerra, o que a realidade nos mostra acerca da variedade de figuras sobre o estrangeiro e as suas sucessivas encarnações, nas mais variadas civilizações ou grupos sociais, é uma estrutura estável: esta invariante é a alteridade, na medida em que o estrangeiro continua por toda a parte a ser o Outro, aquele que é exterior ao grupo e diferente dos seus membros. Deste modo, o estrangeiro é considerado aquele que não pertence à comunidade politicamente constituída, que é diferente e cuja diferença e alteridade provocam uma reacção «instintiva» de desconfiança, de rejeição, até mesmo de indiferença, quiçá de desprezo e/ou racismo a seu respeito, senão de todos, de pelo menos por parte de certos membros do grupo (D. Lochak 1985, P.-A. Taguieff 1987, M.C. Silva 1997 e 1998, P. Van Den 1987).

Daí que o termo de migrante associado à figura do estrangeiro, no interior das fronteiras de um país, conserve ainda algumas peculiaridades em relação ao de migrante que, na maioria das vezes, se desloca do campo para a cidade, podendo até enveredar por um percurso de mobilidade interna ainda mais amplo.

Independentemente desta situação, da mesma maneira se tem vindo a aplicar cada vez mais o termo de migrante àqueles que durante vários anos se instalaram no país para onde um dia partiram e, por consequência, enveredaram por um processo de inserção social, quiçá de integração social, vindo até muitos deles a adquirir a nacionalidade do país onde residem (M. E. Leandro 1995a). Porém, «ipso facto», as pessoas não mudam automaticamente de indumentária, de certos hábitos e modos de vida, de fenótipo, de condição social entre outros aspectos, o que significa que não apagando de um dia para a outro a sua diferenciação, nem por isso deixam, muitas vezes, de ser identificados de, por exemplo, «imigrantes portugueses, espanhóis, italianos, árabes, africanos...», continuando os outros a serem identificados, por exemplo, tão só de bretões, alsacianos...

Perante este conjunto de elementos, o que podemos dizer é que a noção de imigrante, ou mesmo de migrante como vai sendo cada vez mais usual, se baseia nas declarações do local de nascimento e da nacionalidade. Um imigrante é uma pessoa que nasceu no estrangeiro, mas que não possui a nacionalidade do país para onde um dia veio viver. Após a chegada, e normalmente passado algum tempo, ele pode adquirir a nacionalidade do país de acolhimento, dando lugar ao designado processo de «naturalização» ou guardar a sua nacionalidade ou vir até ser designado apenas de migrante à semelhança dos migrantes internos.

Procurando não perder de vista este conjunto de reflexões em torno da noção de i/migrante e das relações entre estes e os autóctones migrantes internos, vale a pena fazer apelo à noção de estrangeiro e de inter-relações que se tecem entre estes na perspectiva de G. Simmel (1984: 54). Para o autor, o estrangeiro, tanto de fora (o não nacional) como de dentro (o exterior ao grupo), representa uma unidade de distância e de proximidade, presente em toda a relação humana, organizando-se aqui uma constelação definida do seguinte modo: «A distância no interior de uma relação significa que o próximo é distante, mas o facto da alteridade significa que o distante é próximo. Porque o facto de ser estrangeiro pode redundar, naturalmente, numa relação totalmente positiva, isto é, numa forma particular de interacção».

De facto, o estrangeiro, deslocando-se para determinado local, paulatinamente, vai-se integrando no novo grupo e pode constituir-se num elemento de relação, cuja posição externa e interna pode tornar-se num elo de ligação entre grupos que, à partida, sendo diferentes e estando numa posição de exterioridade e de oposição, vão criando entre si vários tipos de interacção mais ou menos consistentes. O caso mais típico é o do estrangeiro, que por definição, metaforicamente, não tendo raízes, por exemplo, tornando-se comerciante, vai instalar-se no seio de um grupo onde nenhum dos seus elementos pretende exercer semelhante profissão. Desta maneira, através da mobilidade, torna-se uma figura indispensável à sobrevivência e à relação no interior do grupo e deste com o exterior (G. Simmel 1984).

Tendo, por outro lado, em atenção a particularidade do seu (des)enraizamento, ele consegue cultivar atitudes de maior objectividade, que não indicam desprendimento ou desinteresse, mas antes uma maior articulação entre a proximidade e a distância, a atenção e a indiferença. Mais ainda, como ele se coloca numa posição intermédia em relação ao grupo receptor, a pouco e pouco vai conquistando a sua confiança e pode mesmo vir a tornar-se no principal elo de relações entre elementos dos diferentes grupos em presença. Muitas vezes é a ele, porque conserva uma certa distância, que se revelam segredos e não tanto aos que já são considerados dos nossos, porque sendo muito semelhantes, podem juntar a uma relação calorosa elementos de frieza e de contingência. Situações desta natureza encontramos imensas entre as porteiras portuguesas e os inquilinos dos prédios onde habitam e prestam serviço na cidade de Paris (M. E. Leandro 1995a). Por isso não poupamos esforços para dizer que as imagens, as noções e as relações entre os migrantes e os autóctones, também eles migrantes ou não, se forjam com o decorrer do tempo, à medida que o conhecimento, permitindo o reconhecimento, se intensifica, que as interacções são mais abertas e se combatem os preconceitos (P.-A. Taguieff 1987) que porventura possam existir entre os coabitantes que, tendo ordens jurídicas e origens sociais distintas, vão forjando entre eles novas formas de laço social.

Porém, segundo o direito internacional, entende-se por refugiado uma pessoa que receia por razões de raça, de religião, de nacionalidade e de pertença a um certo grupo social ou devido às suas opiniões políticas, que se encontra fora do seu país de nacionalidade e que não pode, ou devido ao facto deste medo, não quer reclamar a protecção deste país (Convenção de Genebra de 1951, relativa ao estatuto dos refugiados, art. 1 A 2).

## **2. SOCIOLOGIA DAS MIGRAÇÕES EM DEBATE**

Se a capacidade de uma disciplina científica para se interrogar sobre si mesma é um factor essencial do seu enriquecimento, é preciso começar por se perguntar por que é que até aos últimos decénios a sociologia das migrações foi um domínio que atraiu tão poucos sociólogos. Não pretendemos, neste trabalho, «denunciar as lacunas» ou de «sublinhar as insuficiências», mas tão só relevar um problema epistemológico fundamental que, aliás,

diz respeito a todas as ciências sociais. Como afirma de M. de Certeau (1990: 15), o olhar do investigador desenvolve-se sempre a partir de um dado lugar. É por isso que «ele torna possível certas pesquisas, dada a existência de conjunturas e problemáticas comuns. Mas também torna outras impossíveis». No caso das migrações, esta realidade é notória, embora, por exemplo, em Portugal, ao longo das últimas décadas, paralelamente ao aumento da imigração e não tanto da persistência da emigração, haja um maior interesse de um certo número de sociólogos por estas matérias, mas ficando muito aquém dos que se interessam por outros fenómenos sociais, como o trabalho, as organizações, a família, a pobreza, o envelhecimento, a exclusão social, entre outros.

Recuando um pouco mais no tempo, damos conta que a emergência da sociologia das migrações – ainda que vá servir-se de conceitos utilizados noutras disciplinas, como os de identidade, aculturação, adaptação e relações culturais, mais associados à Antropologia, à Psicologia e à Psicologia social, é paralela à criação da institucionalização da Sociologia nas Universidades, com particular destaque para Escola Francesa, nos finais do século XIX e a Escola de Chicago, no princípio do século XX. Uma e outra deram origem a novos conceitos e outros olhares sobre o fenómeno migratório, entre os quais se destacam, na primeira, os de desorganização social, a definição da situação, o de marginalidade e o de aculturação. F. Znanieck (1918), R. Park e E. Burgess (1921), procurando balizar a teoria da assimilação, que foi retomada por um grande número dos seus alunos e, em França, aos de integração, anomia e enfraquecimento da coesão social (E. Durkheim 1977a).

Quer em França, quer nos Estados Unidos, vivia-se neste período uma grande agitação social, mercê das transformações operadas com a intensidade da industrialização e da urbanização, dando origem a grandes fluxos migratórios, tanto de cariz interno, como o caso dos grandes êxodos rurais para virem trabalhar na indústria principalmente nos arredores das grandes cidades, como externos: alemães, belgas, judeus, polacos, italianos para a França e principalmente destes três últimos grupos também para os Estados Unidos. Não admira, pois, que as questões da «assimilação» nos Estados Unidos e da «integração» em França, termos que, tendo vindo a adquirir significações distintas, na época tinham praticamente o mesmo significado, que se traduzia pelos esforços dos pais fundadores da sociologia francesa e americana em combater os discursos xenófobos dessa época, fazendo da «assimilação» e da «integração» conceitos essenciais das ciências sociais. Porém, a partir dos anos cinquenta do século passado, o primeiro passou a ser considerado um conceito reaccionário, em virtude de estar associado à colonização, a metáforas alimentares, biológicas ou outras do género, negando a valorização da diferença do outro através da sua aglutinação na cultura do país de residência. Daí que fosse praticamente banido do vocabulário das ciências sociais que estudam as migrações, sem que, no entanto, se tenha aproveitado convenientemente o seu legado (G. Noiriel 1988).

Aludindo, depois disto, a algumas características elementares dos contextos sociais da França e dos Estados Unidos, durante o período em análise, o que se pode dizer é que há entre eles semelhanças e distinções. Quanto às primeiras, o facto de estas sociedades, através do símbolo das suas Declarações dos direitos do homem, serem os dois principais

modelos democráticos. Paralelamente, ambas foram confrontadas nos finais do século XIX e princípios do século XX com uma violenta reacção nacionalista, insurgindo-se contra os grandes fluxos de imigrantes que chegavam aos seus países. Nos Estados Unidos, a propaganda «nativista» desenvolve-se no princípio do século XX quando a imigração atinge o seu auge. Apoiando-se na aparente cientificidade do neo-darwinismo, a argumentação racista chega a convencer a maioria da opinião pública americana que os novos residentes, italianos, polacos, judeus russos, entre outros, pertenciam a raças biologicamente inferiores. Certos intelectuais transportavam esta propaganda para o interior das «ciências sociais», com particular destaque para o psicólogo Williams Mac Dougall, que pretendeu comprovar esta inferioridade através do quociente intelectual dos filhos de imigrantes. Por sua vez, alguns sociólogos afirmam que a sua «assimilação» no seio da sociedade americana é praticamente impossível devido à «distância» étnica e cultural deveras acentuada em relação aos anglo-saxónicos.

Em França a corrente xenófoba estrutura-se nos anos oitenta do século XIX e é ilustrada por um conjunto de projectos hostis aos imigrantes e por um antisemitismo cada vez mais virulento, chegando ao célebre caso de Dreyfus. Mas estas polémicas também se estendem ao mundo intelectual (R. Galissot 1985). As teses da impossível «assimilação» dos últimos fluxos de imigrantes é justificada pelo facto de as raças terem mais probabilidades de se adaptarem às novas regiões quando são etnicamente vizinhas dos tipos que aí habitam – o que favorece os cruzamentos – e que as novas condições ambientais se aproximam mais dos países de origem. É a «acumulação hereditária» que é considerada o principal factor de formação de uma nação e da coesão de um povo, porque só ela explica que os indivíduos partilhem os mesmos sentimentos e os mesmos valores. A história também é chamada a corroborar estas atitudes. Em França, mais que o argumento biológico, é a problemática do enraizamento, da antiguidade das gerações, como critério de pertença nacional, que é considerado o mais importante. Um solo pertence àqueles cujos antepassados contribuíram para a sua valorização. Daí que a «assimilação» seja considerada como um processo de longa duração: duas ou três gerações são consideradas necessárias para que se produza uma verdadeira «naturalização» (J. Laumonnier 1982).

Foi nestes contextos que os sociólogos americanos e franceses elaboraram as primeiras teorias sociológicas acerca das migrações. Todos eles são acérrimos lutadores da defesa dos Direitos do Homem. No entanto, para os americanos torna-se necessário separar o militantismo da actividade científica, lutando pela sua autonomia. Para E. Durkheim (1977a [1893]), esta postura passa acima de tudo por uma definição rigorosa dos conceitos utilizados, a fim de combater os preconceitos (P.-A. Taguieff 1987) do senso comum e das manipulações políticas, sendo o autor muito crítico a este respeito, como podemos depreender das palavras que se seguem.

«Les sociologues sont tellement habitués à employer les termes sans les définir, c'est-à-dire, à ne pas déterminer, ni circonscrire méthodiquement l'ordre des choses dont ils entendent parler, qu'il leur arrive sans cesse de laisser une même expression s'étendre à

leur insu, du concept qu'elle visait primitivement ou paraissait viser, à d'autres notions plus ou moins voisines. Dans ces conditions, l'idée finit par devenir d'une ambigüité qui défie la discussion. Car, n'ayant pas de contours définis, elle peut se transformer presque à la volonté selon les besoins de la cause et sans qu'il soit possible à la critique de prévoir par avance tous les aspects divers qu'elle est susceptible de prendre» (E. Durkheim (1985, 108 [1897])).

Mesmo assim, as duas escolas vão desenvolver aproximações diferentes no que se refere à imigração por serem tributárias de distintos contextos sociais em que estão mergulhadas, mas que nem por isso deixam de ter aspectos similares e até comuns entre si. Em França, tratando-se de um país com um sistema administrativo consolidado desde há muito tempo, onde predomina a centralização do poder em Paris, a reflexão sociológica é confrontada com a questão do Estado e do poder político. Além disso, o ensino da Sociologia está centralizado nas Universidades do Estado, o que não é o caso de Chicago. Daí que, no primeiro caso, desde esta época a questão da imigração é posta como uma questão política, pondo em causa a unidade da nação francesa, tal como ainda hoje o perfilham J.-M. Le Pen e a sua descendência. Por outro lado, na época, em França assistia-se, simultaneamente, aos fluxos migratórios externos e internos, o que faz G. Simmel (1984) falar dos estrangeiros de fora e dos estrangeiros do interior. Em tais condições, não é de espantar que a análise durkheimiana da «integração» tenha privilegiado a reflexão teórica e o problema da integração nacional, isto é, esta não era apenas um problema dos imigrantes mas de toda a nação, em virtude da grande mobilidade que se verificava, inclusive dos êxodos rurais para as cidades, em virtude do aumento da industrialização e da urbanização, para as quais os migrantes tanto contribuíram. Daí que ao estudar a questão das migrações E. Durkheim (1977a) tivesse em conta a questão migratória e a coesão social no seu todo e não fizesse apenas das migrações uma questão à parte. Considerava, ainda, que a plena integração social era muito mais provável para os filhos do que para os pais migrantes. Os primeiros, através da escolarização, tal como as outras crianças e jovens autóctones, iam sendo socializados nos mesmos valores. Assim, a integração social de cidadania afigurava-se mais assegurada para os jovens do que para os pais (M. E. Leandro 1995a).

Ao contrário, a Escola de Chicago estava inteiramente ligada à iniciativa privada e os poderes locais são interlocutores familiares. Os grandes trabalhos produzidos pelos sociólogos da Escola de Chicago, em vista da «assimilação» dos imigrantes e das suas famílias, sobretudo por parte dos autores acima referenciados, correspondem, de sobremaneira, a uma procura das instituições privadas. Daí o investimento no trabalho de campo através de monografias, entrevistas, inquéritos e observação participante. Aqui a componente teórica, embora se vá desenvolvendo, atinge um grau diferente do que se passava em França com a escola durkheimiana

Pode-se, então, considerar que os pais fundadores da sociologia francesa e americana forjaram o conceito de «assimilação» e/ou «integração», visando defender a causa dos imigrantes, no sentido em que seria necessário forjar laços sociais entre os imigrantes e os

autóctones. Esta seria uma das condições fundamentais para combater os conflitos e os desvios que se viviam na época e cujo bode expiatório, como acontece muito frequentemente, tendia a recair sobre os imigrantes.

Porém, tal como o afirma G. Simmel (1999), os conflitos entre nacionais e estrangeiros não constituem obstáculo à assimilação. Ao invés, o conflito reveste um papel socializador, na medida em que permite ao imigrante descobrir que possui uma identidade nacional. Estigmatizado como «italiano» nos «ghettos» de Chicago, o siciliano acaba por se identificar com uma imagem nacional de que paradoxalmente não havia tomado consciência quando estava na Sicília. Para o indivíduo desenraizado, esta possibilidade de identificação dos indivíduos que os outros consideram como semelhantes entre eles, constitui a primeira etapa da integração, pois permite sair do isolamento e tomar parte na vida colectiva.

Por sua vez, também E. Durkheim (1977b) já havia estabelecido na sociologia francesa que os fenómenos sociais influenciam o comportamento dos indivíduos e que estes não são antes o resultado colectivo das condutas individuais, perspectiva que é também adoptada por W. Thomas e F. Znaniecki, embora a situação social em França, que E. Durkheim classifica de anómica, seja de outra ordem, pois tinha também muito a ver com as próprias migrações internas em direcção aos grandes centros urbanos. Contudo, nem por isso, as estruturas da sociedade (T. Parsons 1973) fazem com que a fragilidade dos laços sociais seja aqui menos intensa.

Diga-se, todavia, que as diferenças de contexto nacional explicam a importância dada às relações interpessoais ao nível local (psicologia social), pela Escola de Chicago que investe bastante no estudo das interacções numa perspectiva de criadoras de laços sociais – não fora a Escola de Chicago, na esteira de G. Simmel, uma pioneira do «interaccionismo simbólico» –, ao passo que a Escola francesa investe, de sobremaneira, nos aspectos institucionais, considerando que a questão da integração não é apenas um problema dos imigrantes mas de toda a nação. Por exemplo, E. Durkheim (1977a) valoriza imenso o papel da escola, na medida em que a aprendizagem da história de um país, das suas tradições nacionais não devem ser de modo algum reservadas aos autóctones, mas podem ser igualmente transmitidas aos filhos de imigrantes graças à educação escolar. Deste modo, ela permite reforçar os laços sociais entre uns e outros e nos filhos de imigrantes ir forjando a ideia de uma pertença comum. Daí a importância atribuída por E. Durkheim à escola como factor de integração social por oposição àqueles que consideram que os imigrantes não são «assimiláveis», porque estrangeiros à cultura e à história francesa, devido às suas origens familiares e sociais.

Em domínios tão variados como os das teorias sociológicas acerca das migrações vale a pena evocar, ainda, o pensamento predominante a este respeito em meados do século XIX. Tratava-se de uma abordagem que se fundia com naturalidade com a economia política da época. O homem era considerado um ser racional e, como *homo oeconomicus*, respondia às pressões apreensíveis de forma a maximizar as vantagens e minimizar o desconforto. Esta prerrogativa preconizava um modelo de migração baseado em factores de

atração e de repulsão (E. Ravenstein 1895), ou seja, tinha em conta os aspectos que afastavam as pessoas do seu local de origem e os que as atraíam para outros locais onde pensavam encontrar os meios para a realização das suas necessidades e aspirações mais profundas. Os factores repulsivos eram de índole económica associados a situações de pobreza, quiçá de miséria, mas incluíam também as questões demográficas no caso de excesso de população. Por sua vez, os factores atractivos consubstanciavam-se nas situações que se esperava encontrar nos locais de imigração, de forma a modificar radicalmente a situação anteriormente vivida.

Este tipo de modelo só contempla parte do problema da decisão de emigrar que é muito mais abrangente do que estas duas vertentes, embora elas tenham a sua importância relativa. Por outro lado, este modelo de atracção-repulsão depende de um conjunto de pressupostos subjacentes ao equilíbrio de interesses do emigrante, pois parte do princípio de que estamos perante um processo racional de tomadas de decisão e de um conhecimento perfeito do sistema em que se movimenta a mobilidade espacial, o que raramente é assim tão linear. Globalmente, o processo de emigração, tendo em conta a decisão de partida e de chegada, não é simples e, para além do mais ou menos conhecido, pode integrar muitos imponderáveis que escapam à lógica desta equação, considerada por E. Ravenstein como «perfeita» e a mais capaz de explicar as tomadas de decisões de partida.

Em contraponto, podemos, então, perguntarmo-nos, por exemplo, por que é que pessoas que vivem em situações idênticas nem todas emigram e quando o fazem nem sempre escolhem o mesmo momento, partem uns elementos da família e outros ficam, ao passo que casos há em que a família emigra conjuntamente? Outros, porém, fazem-no de maneira faseada. Refira-se ainda a situação daqueles que emigram por razões familiares e outros por factores individuais; uns escolhem certas rotas de direcionalidade, ao passo que outros optam por outras; muitos outros podem fazê-lo por uma certa «força da tradição» que se prende com a influência de um imaginário popular eivado de uma «cultura de emigração», quando as sociedades onde vivem parecem fechar-lhe os possíveis que lhes permitam realizar as suas aspirações mais profundas; outros incluem neste processo uma grande variedade de elementos, sendo a influência das redes de inter-conhecimento, desde há muito, um factor de extrema importância. Há ainda aqueles que partem de maneira temporária e outras de modo permanente, quiçá definitivo. Outros, com o decorrer da estadia, introduzem inflexões nos projectos iniciais de emigração (M. E. Leandro 1995b e 2004). Como acabamos de ver, com a enumeração de alguns elementos, esta ou aquela decisão de emigrar, parecendo conter ingredientes similares é, por vezes, mais complexa do que outra e, analiticamente, não pode ficar prisioneira desta ou daquela fórmula considerada mais ou menos universal, ou, pelo menos, muito generalizada.

Além destes dois aspectos, E. Ravenstein enunciou ainda mais algumas leis das migrações no que se relaciona com as partidas e as chegadas. Uma delas tem que ver com a migração e a distância, dividindo os emigrantes em dois grupos: os que partem para curtas ou longas distâncias; os que visam as grandes zonas urbanas e apenas aí chegam por etapas.

Quanto às primeiras também aqui surgem algumas interrogações, tendo sobretudo em conta o tempo decorrido entre o século XIX e os nossos dias, em que os meios de transporte levam rapidamente as pessoas de um lado para o outro. Hoje, a rapidez dos meios de transporte encurta as distâncias e torna o longínquo mais próximo, o que não seria tão frequente quando as deslocações dos emigrantes eram essencialmente feitas através dos transportes marítimos com viagens morosas e, por vezes, em condições infrahumanas, embora haja hoje casos semelhantes. Podemos também fazer alusão ao comboio como acontece no caso das migrações intra-continentais, tendendo os emigrantes a percorrer distâncias mais curtas, mas nem por isso de igual dimensão. Basta pensar no caso dos portugueses nos anos sessenta do século passado quando passaram a dirigir-se preferencialmente para a Europa. Ir para a França ou para os confins das fronteiras alemãs não é de modo algum a mesma coisa.

Está-se já, aqui, perante uma consequência expressiva da mudança de problemática, tal como ela foi pensada por E. Ravenstein. Mas é possível e desejável ir mais longe na exploração, na natureza e no alcance da segunda asserção acima indicada, ou seja, a chegada às grandes zonas urbanas por etapas. Claro que continuam a existir espaços que funcionam como placa giratória, no sentido em que a chegada aqui não pretende ser duradoira, mas antes um trampolim para atingir outros destinos almejados, o que nem sempre acontece devido às políticas restritivas de imigração de alguns países. Estão neste caso, por exemplo, a vinda de muitos imigrantes dos países de leste para Portugal, mas cujo objectivo era terem ficado antes na Alemanha ou em França, o que não se lhes afigurou possível, devido a medidas de restrição migratória e outros factores como as redes de imigração. De qualquer modo, se tivermos em conta uma certa tendência para percorrer distâncias de proximidade, seria a situação mais lógica: há traços culturais mais comuns, pode até falar-se a mesma língua ou haver alguma proximidade linguística, há mais possibilidade de idas e vindas e de guardar o contacto com dois espaços. Porém, factores de ordem política, económica, social e cultural, desde a partida, podem fazer mudar o rumo dos destinos migratórios e obrigar, frequentemente, a percorrer distâncias mais longas do que as previstas inicialmente (A. Sayad 1999, M. E. Leandro 2000a).

Mas se tivermos, também, em conta a emigração portuguesa através do mundo desde o século XIX, podemos constatar que os meios de transporte, não sendo de modo algum comparáveis aos dos nossos dias, nem por isso os portugueses deixarem de emigrar para terras distantes como era o caso preferencial do continente americano, com particular destaque para o Brasil, de resto geograficamente bastante longe de Portugal. Quanto ao segundo aspecto, nem todos vivem igualmente estes percursos. Muitos, mesmo em tempos de antanho, conseguem chegar directamente aos grandes meios urbanos sem mais delongas, enquanto outros, devido possivelmente a vários imponderáveis, o farão por etapas. E outros, tendo encontrado boas condições de trabalho e de inserção nos locais por onde começaram a instalar-se, acabarão até por não mais abandonar essas regiões (M. E. Leandro 2000).

Frise-se ainda que uma leitura cuidada da relação entre a teoria do mercado de trabalho e as migrações, extraída da teoria económica clássica, nos pode fornecer mais alguns

elementos de compreensão teórica sobre estas questões. Neste modelo são realçados os factores da oferta e da procura relativos ao fornecimento da mão-de-obra. Na sua forma inicial, o modelo pressupunha a manutenção dos níveis salariais, pois as diferenças provocadas pela variação das vantagens dos diferentes locais de emprego seriam compensadas pelas migrações. Por razões idênticas, o modelo previa que a escassez de mão-de-obra, diminuindo o número de trabalhadores disponíveis, provocaria o aumento dos salários e até alguma mobilidade social ascendente ou, pelo menos, horizontal (P. Sorokim 1927), travando, deste modo, as tendências migratórias.

O modelo foi revisto nos anos 30 do século passado por Keynes, quando o contínuo declínio do crescimento económico verificado nas áreas industriais deprimidas na Inglaterra levantou dúvidas quanto à capacidade da mobilidade laboral para gerar esse equilíbrio, sobretudo quando se constatou que os que tendiam a abandonar essas áreas eram, por vezes, os mais qualificados. Ao mesmo tempo, passou a encarar-se de outro modo a mobilidade potencial dos capitais, o que levou à intervenção do governo, visando contrariar os pressupostos da «teoria do desequilíbrio», procurando reencontrar o equilíbrio, o que seria conseguido persuadindo os industriais a investirem nas regiões afectadas.

Qualquer destes modelos apresentou nítidas deficiências (H. Lind 1969). No primeiro, a mão-de-obra é apresentada como simples recurso permutável, ao passo que no segundo continua a afirmar-se que o nível dos salários é o factor fundamental do comportamento migratório (J. Jackson 1986). Ainda que a dimensão da diferenciação salarial não possa ser descurada logo que aos candidatos à emigração se põe a questão de partir, ela não explica todas as dimensões desta problemática, sobretudo naquela época. Há outros factores que intervêm neste processo como seja, por exemplo, a fuga a um modo de vida precário, a procura de outros bens de índole cultural, quer para si, quer para os filhos como são, por exemplo, percursos escolares mais prolongados, a procura de melhores regalias sociais normalmente em vigor nos tradicionais países de imigração que, frequentemente, contrastam profundamente com aquelas usufruídas nos países de emigração.

O debate sobre estas questões tem sido alargado e confrontado com o desenvolvimento do capitalismo, na medida em que este gerou uma situação em que o trabalhador era «formalmente livre» de vender a sua força de trabalho ao empregador dentro dos limites de um mercado igualmente livre. Por conseguinte, nas teorias económicas do *laissez faire*, o trabalhador é encarado como um indivíduo capaz de fazer as suas escolhas dentro do mercado de trabalho. Contudo, a situação advém muito mais complexa quando se trata de e/imigrantes, na medida em que, e particularmente nos primeiros tempos, esta possibilidade de escolha lhes é em parte vedada, pois que, sendo estrangeiros, têm mais dificuldade em conhecer os mecanismos de funcionamento do mercado de trabalho local e nacional. Por outro lado, para eles ficam reservadas as franjas do mercado de trabalho mais duro, insalubre, desgastante, mais mal pago e desprezado pelos autóctones que, aproveitando a presença dos imigrantes para se ocuparem destes trabalhos, procuram aceder a outros mais valorizados e mais bem pagos.

Daqui resulta uma teoria e prática dualistas do mercado de trabalho, tanto por parte dos empregadores como dos próprios trabalhadores ou candidatos ao emprego. De resto, a questão do recrutamento, dando, muitas vezes, preferência à mão-de-obra conhecida ou a escolha vir a basear-se numa selecção em função da experiência, limita seriamente todo e qualquer pressuposto de igualdade e, ainda mais, quando se trata de autóctones e imigrantes.

No entanto, é inegável que a expansão gradual do capitalismo pelo mundo deu lugar à incorporação de novos grupos no mercado de trabalho. Basta pensar nos migrantes rurais vindos de além-mar, nas mulheres que sendo consideradas e agindo como um sub-proletariado desqualificado (A. N. Almeida 1985, L. Amâncio 1994, M. E. Leandro 2012), não deixaram de funcionar como fornecedor de mão-de-obra a um patronato para quem os níveis de perícia e de qualificação eram irrelevantes, sendo por isso não reconhecidos os diferenciais de qualificação dos imigrantes (G. Tapinos 1974). Nas primeiras fases da industrialização, quando as promoções dependiam do treino, conferindo um saber fazer, da avaliação prática das capacidades e da maior ou menor antiguidade no posto de trabalho, a situação que aqui aludimos era comum para todos: imigrantes ou não. Porém, com o decorrer do tempo, com destaque para a implementação da especialização e da formação profissional, as coisas vão atingindo outros patamares de diferenciação que atingem de sobremaneira os imigrantes, ainda que nos nossos dias muitos, ao e/imigrarem, sejam portadores de um certo capital de formação e de experiência. Por exemplo, são muitos os detentores de elevados níveis de escolarização e de formação. Todavia, apesar de possuírem esse capital, nem por isso deixam de ser relegados, pelo menos nos primeiros tempos que não raro tendem a alongar-se, para as escalas mais baixas da hierarquia do trabalho, tendendo este muitas vezes a ser fragmentado entre imigrantes e os que o não são. Para os primeiros, os processos de convertibilidade a este respeito são frequentemente longos e enleados em muitos enredos económicos, políticos e sociais (S. Ghatac *et al.* 1996, P. Stark 1991).

Outras considerações podem ser aplicadas a outras correntes sociológicas que se têm ocupado das migrações. Ao longo dos últimos tempos, a sociologia das migrações tem consagrado um contraponto crítico às teorias culturalistas e funcionalistas que podem ser utilizadas como justificação científica da condição social dos imigrantes, ou seja, concebidos numa posição subalterna sob todos os pontos de vista. Torna-se, então, necessário mostrar que a aparente coerência da organização social, em nome da qual se avalia o grau de adaptação dos imigrantes, se fundamentava não na integração funcional dos indivíduos, mas sob uma lógica de dominação; dominação exercida através das relações económicas e do poder ou através da pressão ideológica.

Todavia, esta explicação privilegia a análise das explicações causais, na maioria das vezes, à escala da super-estrutura, através da qual os fenómenos sociais parecem desenrolar-se, como que movidos por grandes forças, à revelia dos indivíduos, inteiramente definidos e determinados pelo lugar que ocupam no sistema social. Posições desta natureza tornam difícil a análise da diversidade de respostas dos actores sociais colocados em situação de dominação semelhante. Pode perguntar-se, por exemplo, por que é que se encontra uma

grande variedade de condutas quando se trata da inserção ou da integração e as escolhas identitárias dos imigrantes colocados em situação de relações de dominação similares?

Desde finais dos anos setenta do último século, paralelamente ao interesse pelo regresso do actor social, sobretudo através dos trabalhos de A. Touraine (1965, 1973, 1978, 1984), a influência dos movimentos sociais e a valorização dos fenómenos culturais no interior das ciências sociais, assiste-se cada vez mais, num primeiro tempo, aos estudos incidindo sobre os grupos minoritários, inclusive os migrantes e outros grupos inter-étnicos considerados como actores sociais, logo capaz de intervenção social e não apenas objecto de subdeterminação e, posteriormente, sobre as relações pluriculturais, de que são pioneiros alguns sociólogos e as próprias políticas na Holanda e inter-culturais com maior impacto em França, mas também em Portugal (C. Camilleri e M. Émerique 1989, M. Rocha Trindade 1995, F. Neto 1997).

Porém, muitos investigadores franceses formados no quadro do marxismo (M. Castells 1972, H. Lefebvre 1974, entre outros), relevam as subdeterminações produzidas pelas relações sociais existentes entre os grupos, afirmando que estas condicionam, em grande parte, as relações face a face. Por outro lado, demarcam-se da escola anglo-saxónica, em virtude da sua preocupação relacionada com a difícil articulação da análise das relações de poder, enquanto elementos determinantes da produção dos sistemas sociais, nos quais se constituem as minorias étnicas e os actores, considerados como sujeitos e produtores da sua história. De resto, globalmente, as teorias marxistas consideram os imigrantes como sub-proletários em relação aos outros proletários, o que os deixa ainda mais à mercê de uma supra exploração e dominação capitalista, sem que eles, por si sós, tenham qualquer possibilidade de intervenção e de reinverter a sua situação (N. Poulantzas 1975). De resto, numa fase de pleno emprego, uma tal posição interessa ao proletariado local, que vê, assim, uma possibilidade de mobilidade social ascendente sem ser necessário fazer reivindicações a este respeito, deixando os trabalhos mais duros, perigosos, mal pagos e menos susceptíveis de qualquer promoção social para os imigrantes. Se alguns destes conseguem triunfar desta sua situação é à custa de muito esforço, de muitas privações e sacrifícios e esforços de vária ordem que se reflectem, por exemplo, no aumento das horas de trabalho extraordinário, no viver numa habitação com condições precárias, por vezes mesmo insalubres e numa conduta de vida, cujo lema consiste em trabalhar o máximo, ganhar o máximo, poupar o máximo e gastar o mínimo. Como refere R. Linhart (1978: 13), «Nos interstícios dos deslizamentos entrevejo uma guerra de desgaste contra a vida e da vida contra a morte... É o que está estabelecido».

Ora, uma tal concepção, implicitamente, pode fazer do imigrante o homem «marginal» de que falam R. Park *et al.* (1921), reforçando a imagem do imigrante como objecto passivo e dominado de uma relação: a do capitalismo. Nesta perspectiva, muito raramente o imigrante é concebido como o homem da inter-relação capaz de criar interacções com os demais (E. Goffman 1963).

É em oposição a esta concepção que aparecem as teses da importância do regresso do actor que, de algum modo, é capaz de intervir nas suas condições de existência. Com

feito, por exemplo, em França, a partir dos finais dos anos setenta do século XX, observa-se uma certa lassidão e insatisfação perante as explicações globalizantes: como noutras domínios foi aparecendo um reganhar de interesse pelo indivíduo, enquanto actor social e pelo local assim como pelos estudos de terreno e a microsociologia. Se os estudos de sociologia urbana consideravam os seus campos de estudo como objectos passivos, simples locais de aplicação das forças capitalistas, o interesse dos investigadores vão progressivamente considerar os bairros urbanos e as colectividades restritas, como sistemas dotados da capacidade de produzirem interações e situações inéditas e interessantes.

Sendo assim, doravante muitos trabalhos sociológicos deixam de considerar o imigrante apenas como o sub-proletário que deve produzir uma quantidade de trabalho estabelecida para ele, que lhe permita garantir o seu sustento quotidiano para assegurar duplamente a reprodução da força de trabalho: a sua de maneira quotidiana e a preparação da futura mão-de-obra através da sua prole. Ademais, segundo a «lei de Engels» produzida no século XIX, à partida, quanto mais uma família é pobre mais uma parte dos seus recursos é consagrada à alimentação. Levar a sério este ponto conduz então a olhar para o imigrante e para a sua família como actores sociais que, mesmo em situações que podem afigurar-se-lhes adversas, são capazes de intervir no seu próprio destino e da própria sociedade onde se encontram inseridos à semelhança de outros movimentos sociais, como, por exemplo, os movimentos feministas, os movimentos regionalistas, entre outros. Basta pensar no impacto que teve a marcha do movimento de jovens SOS Racismo que saiu de Lyon rumo a Paris, no princípio dos anos oitenta do século passado. Doravante, os imigrantes e não apenas os jovens são apreendidos como actores que têm capacidade de intervenção e de procura de modificações na sociedade a seu respeito e, fazendo-o, é toda a sociedade que é questionada e que não pode continuar a olhar para si própria como se nada se tenha passado.

Esta deslocação do olhar sociológico é acompanhada por um novo vigor da intervenção etnológica e antropológica, em termos de investigação urbana, cujos métodos de pesquisa se mostram mais aptos em captar os fenómenos urbanos no seu quotidiano e as interações no seio das comunidades de pequena dimensão, como acontece, normalmente, com os migrantes. Os trabalhos de C. Petonnet (1979) sobre as famílias francesas e os imigrantes nos bairros populares, nos bairros de lata e nas periferias operárias foram os primeiros a tratar da coabitação inter-étnica. A investigadora procura apreender por dentro, a partir dos próprios indivíduos, o sentido das suas práticas sociais e das suas representações, recusando, voluntariamente, todas as explicações globalizantes. No entanto, trabalhos desta natureza, dando-nos a conhecer a situação a partir do interior, com uma grande riqueza, os modos de vida das periferias das cidades, não nos fornecem elementos capazes de compreender os factores que estão por detrás das situações, nem para aliar os subsistemas da vida social.

Outra corrente sociológica que merece ser destacada na análise teórica dos fenómenos migratórios prende-se com o contributo de E. Goffman (1988: 14) sobre os processos de estigmatização, como acontece frequentemente com os imigrantes, embora uns corram

mais este risco do que outros. Considera, pois, que «o termo estigma e seus sinónimos ocultam uma dupla perspectiva. Assume o estigmatizado que a sua característica distintiva já é conhecida ou é imediatamente evidente ou então que ela não é conhecida pelos presentes e nem imediatamente perceptível por eles? No primeiro caso está-se lidando com a situação de “desacreditado”, no segundo com o de “desacreditável». Em suma, no primeiro caso o indivíduo ou o grupo são possuidores de sinais externos, físicos ou outros, como por exemplo o fenótipo e a religião quando esta última obriga a esta ou àquela indumentária, que não lhe permitem dissimular a sua condição, ao passo que no segundo a pessoa, contendo em si as potencialidades para poder vir a ser estigmatizada, logo que as situações o propiciem, pode ocultá-las desde que estas não se manifestem (M. E. Leandro 1998). Sem querer, de modo algum, entrar numa análise substancialista à semelhança de R. Park (1967), quando falava de uma maior dificuldade de «assimilação» dos negros do que os brancos nos Estados Unidos, em virtude da cor da pele – o que de facto não corresponde à realidade, pois que, por exemplo, em França são os árabes que, por razões políticas, têm maior dificuldade sobre este aspecto e não os negros –, o certo é que os filhos de imigrantes, cujo fenótipo, muitas vezes, se aproxima do dos autóctones, têm menos probabilidades de vir a ser estigmatizados, em virtude da sua condição migratória, e ainda mais quando enveredam por uma trajetória de mobilidade social ascendente. Se como refere E. Goffman (1988: 13), os primeiros possuem atributos que podem ser estigmatizantes, os outros apenas têm peculiaridades que podem advir estigmatizáveis perante os outros, ou seja, quando surge a oportunidade para o efeito, como é por exemplo o uso da designada «língua materna» como acontece frequentemente em França, quando em certas situações recorrem ao uso da língua portuguesa (M. E. Leandro, 1998, 2000, 1999a). Daí que, em certas ocasiões de conflito ou outras, o fenótipo, só por si, também não os isente totalmente dessa possibilidade (G. Noiriel 1988, M. E. Leandro 1998 e 2000b).

Enfim, falemos ainda da «sociologia das estratégias», sendo estas consideradas como uma resposta possível, visando atingir certos objectivos. Com efeito, a predeterminação dos estatutos e dos papéis impostos pelas relações sociais diminuem o campo de intervenção dos actores – particularmente dos actores dominados como acontece na maioria das vezes com os imigrantes – mas também lhe deixa um campo de intervenção mais ou menos extenso, no interior do qual elaboram estratégias diversificadas. Perante a situação que consiste em atribuir aos imigrantes uma identidade social ou cultural pela negativa, através da discriminação, do racismo ou toda outra prática social, mesmo animada de boas intenções como o paternalismo ou o militantismo anti-racista (R. Galissot 1985, M. Wieviorka 1998, P. Van Den 1967 e 1987, M. C. Silva 1997), logo que se trate os indivíduos como um grupo social constituído, os grupos de imigrantes podem ter condutas de aceitação ou de recusa da negociação ou de instrumentalização da identidade que lhes é atribuída. Estas estratégias resultam da elaboração individual e colectiva dos actores e exprimem, nos seus movimentos, os ajustamentos operados, no dia a dia, em função dos recursos dos actores e da variação dos constrangimentos impostos pelas relações de poder (A. Touraine 1973, 1978, 1984; F. Dubet 1994; M. E. Leandro, 1992, 1995a, 2002).

Importa, contudo, lembrar que toda a estratégia obedece a finalidades mais ou menos conscientes. Em numerosos casos, as estratégias dos imigrantes são orientadas por interesses económicos ou políticos. Mas as estratégias podem, também, surgir de racionalidades menos transparentes como é, por exemplo, o caso de benefícios psicológicos, como tal a procura de afirmação e reconhecimento social ou a reacção a situações de frustração ou culpabilização e, por conseguinte, conduzir a respostas performantes ou até mesmo destrutivas.

Nos estudos das migrações internacionais, a hipótese de partida é que a atitude dos autóctones exerce uma influência primordial na produção das minorias e comunidades migrantes. Normalmente, estas situam-se e definem-se, em grande parte, em relação à atitude das sociedades de acolhimento ou de residência. Assim, as comunidades migrantes são produzidas, em grande parte pelo olhar do «outro», do maioral, e no quadro das relações entre dominantes e dominados. Inversamente, as relações entre os grupos seguem os movimentos dos actores em presença, nas suas atitudes de diferenciação, exclusão, captação do outro e assim por diante. Mas não se trata de um simples jogo de reflexos. Os imigrantes têm a sua própria capacidade de acção sobre as fronteiras reais ou simbólicas que lhes são impostas. Desta maneira, o estudo da coexistência entre imigrantes e autóctones supõe que se dê atenção, não somente à situação de inter-relação, mas também a cada um dos parceiros (*idem*).

Esta questão está indissociavelmente associada àquilo que E. Goffman (1973, 1979) apelida de estratégias de apresentação de si na vida quotidiana. As nossas interacções só podem ser entendidas à luz do historial e das representações dos grupos de pertença respectivos. Mas outro conceito goffmaniano, o de *footing*, chama a atenção para a possibilidade de se verificar um ajustamento do registo do discurso em função do contexto de interacção. Ou seja, o mesmo indivíduo ou grupo pode assumir posturas diversas. A assunção de posicionamentos distintos no espaço social, em função da teia das relações entre os actores, remete para a problemática da constituição do(s) público(s), entendido este como «uma comunidade de indivíduos em interacção em torno dum mesmo objecto, dotado de reflexividade e duma capacidade de apresentação de si» (Antunes da Cunha 2009). De acordo com a perspectiva, podemos, por exemplo, interpretar a «invisibilidade» dos Portugueses em França como prova incontestável do sucesso do modelo francês de integração, como produto dum subespaço público lusófono profundamente marcado pelas origens ou como estratégia comunitária destinada a favorecer um acolhimento afável, não sendo aliás nenhuma destas interpretações exclusivas. No que diz respeito às práticas socioculturais e à sua transmissão, ao manuseamento da memória e outras questões relativas à identidade, é arriscado falar, no singular, da emigração, da comunidade, ou mesmo duma primeira ou duma segunda geração, como se fossem blocos monolíticos (Antunes da Cunha 2010).

### 3. O I/MIGRANTE PERANTE O DIREITO

Interessa começar por mostrar que o e/imigrante e a sua família são por excelência objecto de direito, na medida em que, como mais ninguém, estão sujeitos a um vasto conjunto de normas jurídicas: do país de emigração, do país de imigração e do direito de várias instâncias internacionais. Quanto às normas jurídicas do país de emigração, elas tendem a ser mais ou menos abertas consoante a situação demográfica, económica, política, cultural e social. Assim, há países que, pelo menos em certos períodos, até encorajam a emigração e outros fazem emanar um conjunto de leis bastante restritivas, como era o caso de Portugal durante a ditadura, apesar dos grandes fluxos emigratórios, da URSS no passado e de Cuba na actualidade. No que se refere ao sistema jurídico do país de imigração, ele pode mostrar-se mais fechado na soberania nacional, a territorialidade das leis ou mostrar-se mais ou menos aberto perante os i/migrantes que aí residem, favorecendo, desta maneira, a vinda de novos imigrantes e uma maior igualdade entre estes e os autóctones ou, ao invés, a marginalização de fracções da população que habita no seu território. Por fim, no atinente ao internacional, os i/migrantes estão sujeitos às Convenções, Resoluções, Recomendações, Medidas, Decretos ou demais formas de legislação de diversas Organizações internacionais (OIT, Conselho da Europa, Comissão Europeia, ONU, entre outras) e aos acordos bilaterais entre países de emigração e de imigração, comunitários ou outros associados a várias entidades (Y. Charbit e C. Bertrand 1985).

Deste modo, o direito pode permitir esclarecer os contrastes que a condição de i/migrante encerra na sua relação institucional sobre quatro eixos considerados essenciais (J. Costa-Lascoux 1989). Sob o ponto de vista histórico, nos países com um forte passado colonial como Portugal, essa experiência influencia duradouramente a percepção que o i/migrante tem do direito e das instituições da sociedade de residência; na eventualidade de uma expulsão, ainda que ela não seja possível para certas categorias de imigrantes (refugiados, doentes...), engendra um sentimento de insegurança; as hierarquias internacionais impõem ao i/migrante uma representação do seu país de origem, fazendo com que ele (e nele) transporte a imagem de marca do seu país como um cartaz colocado sobre a sua cultura e a sua identidade; a consciência de ser um enredo nas negociações internacionais, inclusive as que incidem sobre o preço das matérias-primas e dos primeiros investimentos industriais, cria um sentimento de injustiça nos filhos de i/migrantes, para os quais a terra dos antepassados tende a ser uma referência longínqua e mítica.

Daí que se possa dizer que o direito da imigração reenvia a um sistema ordenado de normas e de sanções que pontuam a existência do i/migrante. Negligenciar estes constrangimentos conduz a uma visão parcial, quiçá errada, das condições dos i/migrantes. Por exemplo, um estudo feito em França, sobre a actividade profissional das mulheres, distinguia o comportamento cultural das portuguesas e das argelinas, mas sem explicar que as primeiras, ao contrário das segundas, não viam qualquer incompatibilidade entre a situação de emprego a e a sua condição de esposa e mãe e, assim, acediam livremente ao mercado de trabalho, o que não era o caso das segundas mais prolíferas e sujeitas a regras cul-

turais bastante distintas (I. Taboada *et al.* 1978). Pois bem: levando a sério a necessidade de não isolar superficialmente os objectos em análise, poder-se-á dizer que a aproximação culturalista revela, certamente, elementos da realidade social, mas uma interpretação unívoca, por vezes, confina a um falso sentido.

A impregnação do estatuto de i/migrante acentua a fragmentação da sua identidade. Os direitos dos trabalhadores i/migrantes foram determinados, historicamente, segundo a repartição dos papéis que lhes eram atribuídos. A multiplicidade da documentação relativa à estadia e ao trabalho, as notáveis diferenças dos direitos segundo as nacionalidades e os acordos bilaterais, a variação das práticas administrativas, de algum modo, como que fecharam a vida dos i/migrantes, reforçando a insegurança da sua situação, como acontece actualmente, em Portugal, com muitos i/migrantes, legalizados ou não. Globalmente, numerosos i/migrantes vítimas do desemprego vêem-se de novo confrontados com a definição do seu papel económico, mas «pela negativa», enquanto (re)candidatos ao emprego.

Para aquele que não participa na elaboração das leis, se vê limitado a usufruir apenas de certos direitos na esfera privada e, ao contrário, na esfera pública como acontece frequentemente, no caso da política, a auto-imagem, já no âmbito sócio-profissional, vê-se arrastado para a periferia do espaço social. O i/migrante não entra na esfera do direito e das instituições enquanto actor político, mas tão só, enquanto «cliente» ou «utilizador» dos serviços. Sendo assim, ele fica numa situação de dependência, por vezes de assistência, que pode ser ressentida como uma alienação.

### 3.1. As migrações internas

Actualmente, as migrações internas nos países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento são um aspecto a ter em conta para compreender, por um lado, os fluxos migratórios e, por outro, a noção de migrante. Nestes países, a maioria da sua população vive no meio rural e é dependente da agricultura. A pressão demográfica é igualmente enorme nestes países, apesar dos mecanismos migratórios que se têm desenvolvido. Localmente, o progresso tecnológico ou a diversificação económica da pequena indústria ou dos serviços podem ter aligeirado esta pressão. Porém, em termos gerais, foram acima de tudo os ecossistemas que foram solicitados a adaptar-se. Por sua vez, a progressão demográfica tem contribuído para a degradação da viabilidade dos sistemas de exploração tradicional, esgotando os recursos naturais (desflorestação, redução da biodiversidade, erosão dos solos, esgotamento ou poluição dos recursos hídricos, entre outros aspectos). A resposta histórica tem consistido, frequentemente, em valorizar as zonas marginais, mais pobres ou mais afastadas, com uma baixa inevitável dos rendimentos. O constrangimento ambiental constitui, por conseguinte, um factor que, muitas vezes, vindo agravar a situação da economia rural, tem conduzido nos últimos decénios a falar dos «migrantes ambientais» ou de «refugiados do ambiente». Contudo, o fenómeno parece difícil de isolar, porque, nestes casos, a migração está associada à degradação do ambiente, através de

factores intermédios induzidos de carácter económico e social: baixa dos rendimentos e dos recursos, risco acrescido de catástrofes naturais, insalubridade do meio e assim por diante.

Se estes fenómenos não isentam os países ricos, eles não têm aqui a mesma importância, em virtude da fraca dependência dos ecossistemas. Ao contrário, nos países do Sul, o esgotamento do solo é, ao invés, nas regiões semi-áridas, uma ameaça para agricultura privada das vantagens tecnológicas (irrigação, novas variedades de sementeiras, adubos químicos...) à altura da resolução destes problemas. Daí que, em circunstâncias desta natureza, por uma parte, os fluxos de população para as zonas urbanas cresçam cada vez mais e, por outra, para os países industrializados ricos e desenvolvidos, ainda que as restrições à imigração sejam, aqui, cada vez maiores.

Em Portugal este fenómeno é patente. Praticamente desde a segunda metade do século XX, como já o acentuava A. Sedas Nunes (1964), Portugal, em virtude das formas de desenvolvimento socio-económico e cultural, da natureza dos solos, da implementação de certas medidas políticas e quiçá de certas ideologias, tem-se transformado num país cada vez mais assimétrico, também em termos demográficos: uma faixa litoral mais desenvolvida e intensamente urbanizada, com grande densidade populacional e uma outra parte do território português, designado de interior, cada vez mais despovoada, envelhecida e empobrecida. Este conjunto de elementos e outros que não são aqui referidos tem dado azo, desde há muito, a intensos êxodos rurais dirigindo-se para as grandes cidades à procura de melhores condições de vida e a importantes variações demográficas. O mesmo acontece até com os estudantes universitários que, sendo colocados em universidades de cidades mais desenvolvidas e com mais oferta profissional, oferecem depois alguma resistência em regressar à sua região, uma vez terminados os seus cursos. Neste caso, deixam essas regiões privadas da sua mão de obra mais qualificada em termos científicos e tecnológicos e, por isso, com menores capacidades de um desenvolvimento equivalente às demais regiões mais ricas e desenvolvidas, tal como acontece, por exemplo, com Lisboa, Porto, Coimbra, Aveiro e Braga.

Paralelamente, tem sido, também, destas regiões do interior que saíram grandes fluxos de emigração que, desde a segunda metade do século XX, se dirigiram preferencialmente para a Europa, aligeirando, ainda que marginalmente, o crescimento demográfico que se verificava nos anos sessenta do último século. Desde então, pese embora o peso dos fluxos imigratórios, assistimos a um recuo da taxa de crescimento natural da população portuguesa, decorrente de dois fenómenos paralelos: o decréscimo da fertilidade e o aumento da longevidade, ou seja, do envelhecimento cada vez mais acentuado da população. No século XX, nas sociedades ocidentais, inclusive em Portugal, a esperança de vida aumentou cerca de 30 anos. O que se pode, então dizer, é que este envelhecimento, sendo geral, à escala nacional faz ainda sentir-se com mais equidade nas zonas rurais, cada vez mais abandonadas em consequência das migrações, quer internas, quer internacionais, das populações mais jovens em idade mais activa.

### 3.2. As migrações internacionais em debate

Emigrar e imigrar, sendo uma consequência da mobilidade espacial humana e até de outras espécies, não é um fenómeno novo mas que remonta a tempos de antanho. Vários factores podem estar na origem destes movimentos. Uns são de ordem natural, tal como já acontecia com o homem primitivo à procura de melhores condições de subsistência e de protecção, ou mais perto de nós devido a catástrofes naturais, secas, aridez dos solos como se verifica, por exemplo, em vários países do Sul. Contudo, outros são, frequentemente, de ordem económica, demográfica, social, cultural e política, assim como acontece desde há séculos aos nossos dias: com o homem moderno à procura de outros territórios para daí extrair vários produtos associados a mais riqueza e vir, depois, a colonizá-los. Mas isto acontece, também, com o homem contemporâneo, beneficiando de melhores transportes e vias de comunicação, deslocando-se de países e regiões mais pobres para outros mais ricos, visando, desta maneira, aceder a uma vida melhor para si e para os seus.

Se começarmos por ter em conta as deslocações de população na actualidade, elas são essencialmente apanágio dos países do Sul, subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, que articulam simultaneamente as migrações internas dos meios rurais para as cidades e as migrações para o estrangeiro, dirigindo-se, normalmente, para as grandes aglomerações dos países do Norte mais industrializados, ricos, desenvolvidos e urbanizados. A emigração que atinge o conjunto destes países pode ser apreendida como uma componente das escolhas do desenvolvimento nacional de cada país, mas igualmente como uma resposta à pressão demográfica de que são alvo os países do Sul ou ainda à degradação do ambiente. Em sentido lato, ela poderá ser analisada como parte integrante da desigualdade dos processos de desenvolvimento que atingem uns e outros países aqui mencionados, ou seja, entre países pobres e países ricos.

Podendo, ainda, ser considerada como uma consequência da globalização e da trajetória complexa das economias do designado «Terceiro Mundo» no jogo da relação entre as várias nações, as migrações internacionais podem, igualmente, representar um recurso para os governos dos países pobres ou para as comunidades rurais através do envio das remessas, dependendo também da maneira como forem aplicadas.

A mudança que se pode operar através da e/imigração poderá ter repercussões múltiplas, tanto económicas como políticas sobre a sociedade de origem e de chegada. Importa, por isso, compreender a génese e o dinamismo destas correntes migratórias. Se nos nossos dias não se pode dizer que existam teorias autónomas capazes de compreender cabalmente as experiências migratórias contemporâneas, um grande número das características estruturais que as alimentam, num mundo em plena mutação, vêm sendo já apontadas (G. Balandier 1985; S. Castles e J.-H. Miller 1993; R. M. Emerson 1988; Miller 1993; D. Guellec e P. Ralle 2001; M. E. Leandro 1999c, 2001, 2006a, 2111; P. Stalker 2000; F. Thomas 2000). É o que tentaremos fazer a seguir.

#### 4. A QUESTÃO DEMOGRÁFICA E O DIFERENCIAL DE SALÁRIOS

A demografia constitui, actualmente e talvez mais do que nunca, embora não seja um fenómeno novo, uma dimensão estrutural essencial no desencadeamento dos movimentos migratórios de cariz interno e externo. A nível interno, normalmente, é das zonas rurais menos desenvolvidas, com menos oferta de trabalho e quiçá com famílias mais numerosas que se verificam os maiores fluxos migratórios, dirigindo-se para as grandes cidades e as suas periferias, onde, quase sempre, o trabalho é mais abundante. Por sua vez, no atinente ao internacional, há, de facto, uma situação de contraste demográfico entre os países do Norte e os países do Sul. Nos primeiros, associados às baixas taxas de fecundidade, o crescimento natural da população tem estado comprometido, contrariamente a um crescimento rápido da população nos países do Sul. Por outro lado, nos países do Norte o envelhecimento da população, com o aumento da longevidade e o decréscimo dos nascimentos, tem vindo a acentuar-se, ao invés, da pujança da população jovem nos países do Sul.

Deste modo, os países com fracos ou médios recursos económicos representam 85% da população mundial e determinam, em grande parte, as tendências demográficas ao nível planetário. O vigoroso crescimento demográfico que aqui se verifica que, globalmente, vai no sentido inverso dos rendimentos, representa duas a três vezes o crescimento dos países ricos. Em números absolutos, estas distâncias internacionais são vertiginosas, dado que no último quartel do século XX, nos países com baixos rendimentos a população cresceu um bilião de habitantes, contra 132 milhões nos países ricos, incluindo nestes os saldos imigratórios. Igualmente, a estrutura por idade garante, mesmo em caso de baixa rápida da fecundidade, que a progressão demográfica será considerável nas próximas décadas. As projecções das Nações Unidas, em 2000, apontam para um crescimento de 3 biliões de pessoas nos próximos cinquenta anos nos países pobres ou em desenvolvimento e para uma estagnação nos países ricos e desenvolvidos (ONU 2001; S. Castles *et al.* 1993; P. Harrison *et al.* 2000).

Algumas explicações permitem compreender estas variações. Uma tem que ver com o lapso de tempo existente entre a transição demográfica nos países industrializados, onde a baixa de mortalidade, seguida da de natalidade, contribuiu, desde há muito, para comprometer o crescimento natural da população. Ora, estas transformações começaram a operar-se nos países do Terceiro mundo muito mais tarde. Aqui, a baixa de mortalidade começou a verificar-se apenas após a Segunda Guerra Mundial e, por vezes, mesmo mais tarde, provocando, assim, uma reedificação histórica das taxas de crescimento. De há quarenta anos a esta parte, a fecundidade começou igualmente a decrescer, mas esta baixa é desigual, segundo os países e não é de natureza a reduzir sensivelmente o crescimento global. Só quando a fecundidade se aproxima da taxa natural de crescimento: 2,1 crianças por mulher – na actualidade nos países ocidentais, porque nos finais dos anos setenta e princípios dos anos oitenta, do século passado, era ainda de 2,2 – e que as pirâmides das idades envelhecem se pode verificar uma diminuição progressiva dos efectivos de uma população.

O que se afigura, nesta matéria, é que nos próximos anos, o crescimento demográfico continuará a ser elevado em grande parte dos países do Terceiro Mundo, enquanto o crescimento natural nos países ricos se arrisca a ser ainda mais reduzido, atingindo valores nulos como no Japão, na Alemanha, na Itália, na Espanha, em Portugal e tantos outros no ocidente. Portanto, em termos macro-demográficos, existe uma forte disparidade internacional, provocada, por um lado, pelo fraco ou mesmo nulo crescimento demográfico dos países industrializados e, por outro, por um forte envelhecimento da pirâmide das idades.

Neste contexto, não admira que o contraste entre a pressão demográfica dos países pobres e uma estagnação demográfica dos países ricos favoreça a intensidade da emigração oriunda dos primeiros, dirigindo-se para os segundos, ainda que frequentemente estes últimos, desde as crises petrolíferas dos anos setenta do século passado e as consequências sócio-económicas a elas associadas, venham adoptando políticas restritivas em matéria de imigração. Contudo, a realidade mostra que estas se mostram pouco eficazes, uma vez que, de forma legal ou ilegal, as migrações internacionais não têm parado de aumentar ao longo dos últimos decénios, inclusive nestes países.

Parece até que quanto mais limitativas são as políticas de imigração mais esta aumenta, em virtude de dois factores essenciais. Um tem que ver com uma maior tendência para a fixação dos imigrantes que já aí se encontram, em vez do regresso ou mesmo da circulação que, por vezes, se verificava, ou seja, movimentos temporários que não conduzem ao abandono da residência principal, mas tendem antes a passar um período de tempo num lado e outro no outro, como acontece, frequentemente, com muitos portugueses reformados nos países europeus: *grosso modo* o Outono e o Inverno nos países de migração e a Primavera e o Verão em Portugal. O outro prende-se com o facto da intensificação das redes existentes entre os que partiram primeiro e os que a eles se vêm juntar, com a influência das máfias e, de maneira um pouco sub-reptícia, com certas de formas de cumplicidade entre parte do patronato, predisposto a acolher os imigrantes ilegais de onde pode retirar maiores benefícios económicos e laborais, em virtude da dependência e subserviência em que os coloca. Por sua vez, frequentemente, os imigrantes sujeitam-se a estas novas formas de exploração e de escravatura, aguardando até uma possível legalização, após a obtenção de um contrato de trabalho e de um certo tempo de estadia, segundo as leis do país em que se encontram, como é, por exemplo, o caso da Suíça, em que o imigrante, tendo completado um certo número de contractos temporais, pode passar a uma situação legal de imigrante definitivo, ou até legalizações especiais que, de vez em quando, certos países implementam. Por exemplo, em Portugal, a partir dos anos noventa do século passado já assistimos a três situações desta natureza.

Voltando à ideia de há pouco, em termos de crescimento global da imigração, o que podemos dizer é que os imigrantes passaram de cerca de 120.000.000 no princípio da década de noventa do último século (C. De Wenden 1999, 2010; F. Thomas 2000), segundo as estimativas da ONU, para cerca de 175.000.000 imigrantes em 2000, ou seja, 2,9% da população mundial é imigrante, o que representa a quinta população do planeta após a China, a Índia, os Estados Unidos e a Indonésia.

Por outro lado, os e/imigrantes, sendo principalmente adultos activos, através da sua inserção nos países ricos e desenvolvidos, tendem a modificar a estrutura demográfica envelhecida dos países de acolhimento através da sua juventude, aumentando, também, o crescimento total da sua população. Sendo assim, à primeira vista, o dinamismo demográfico dos países do Sul parece oferecer uma solução «natural» para os contrastes demográficos entre países ricos e países pobres. Importa, contudo, alertar para o facto de, com o processo de aculturação, os migrantes tenderem a adoptar os comportamentos demográficos em matéria de natalidade dos países onde passam a residir, embora aí continuem a existir grupos mais prolíferos do que outros, normalmente influenciados por esta ou aquela religião ou tradição sócio-cultural. Os casos da religião muçulmana e da cultura africana são paradigmáticos a este respeito, embora também aqui, sobretudo as gerações mais novas, tendam a alinhar os seus comportamentos, em matéria de fertilidade, pelos dos autóctones.

Mas importa, ainda, frisar outras pontas do problema no que se refere à influência da pressão demográfica, no sentido de favorecer a e/imigração de milhões de pessoas. É que há casos em que esta pressão não se faz sentir de modo algum e, no entanto, a emigração secular continua a prevalecer, tal como tem vindo a acontecer em Portugal, onde, por exemplo, entre 1992 e 2002, a saída de emigrantes legais (516 415) foi superior à entrada de imigrantes, também legais (413 304) (INE 2003). Neste caso, jogam aqui outros factores de ordem económica, profissional, social e cultural que não desenvolveremos no quadro deste trabalho, mas que podem ser encontrados em outros que já produzimos (M. E. Leandro 1983, 1999a, 1999c, 2000, 2000a, 2004, 2005, 2006).

Em termos da pressão demográfica, situação idêntica acontece com os países de Leste, uma vez que, aqui, ela também não se faz sentir. Outras potencialidades estão na origem da forte imigração que daí provém: a existência de um mercado de trabalho externo em busca de trabalhadores migrantes temporários e de cérebros, uma diferença substancial dos salários entre o Leste e o Ocidente, a degradação do ambiente e, por vezes, das economias em transição, a reivindicação e a subida dos nacionalismos e das entidades étnicas, as migrações de regresso às regiões de origem: os Aussiedler na Alemanha, os Tártaros na Crimeia, os Húngaros na Roménia, entre outros.

#### **4.1. Os entrechos em torno dos salários**

Interessa começar por deixar claro a este respeito que, sendo o dinamismo demográfico uma das questões mais conhecidas dos países do Sul, é sobretudo a aliança entre este factor e a sua situação económica que mais contribui para intensificar os grandes fluxos de e/imigração que se orientam para os países do Norte. Com efeito, os países em vias de desenvolvimento caracterizam-se por fracos recursos económicos, tendo em conta o PIB por habitante. Nesta óptica, falamos tão só do rendimento económico. Todavia, outros elementos podem entrar em linha de conta, os quais se relacionam com o desenvolvimento humano em sentido mais alargado, desenvolvido pelo PNUD, e que apreende outras

dimensões do desenvolvimento, prendendo-se com a educação, as taxas de mortalidade infantil, os níveis de saúde da população e a esperança de vida.

Estas noções, em grande parte, permanecem convergentes, uma vez que os países mais apetrechados, em termos de desenvolvimento humano, são também os países mais ricos. No entanto, esta equação nem sempre está presente em todas as situações. Por exemplo, países como Cuba, que está bastante avançada em matéria educativa e sanitária, ao invés, confronta-se com sérios problemas económicos, contrariamente ao que acontece com os países do Golfo Pérsico que, sendo grandes produtores de petróleo, beneficiam de um elevado desenvolvimento económico. Em contrapartida, aqui, o desenvolvimento humano está longe de atingir o mesmo nível dos países ricos do ocidente.

Assim sendo, em matéria de migrações internacionais, a situação económica traduzida pelo PIB é um factor muito mais influente do que o grau de desenvolvimento humano. Apesar de todas as restrições políticas internas e externas, e/í migra-se muito mais de Cuba do que dos países ricos do Golfo Pérsico. Daqui se pode inferir que as migrações de mão-de-obra se baseiam muito mais nos diferenciais económicos do que nos de desenvolvimento humano, pesem embora outros factores de ordem familiar, social, cultural e até de benefícios da Segurança social e sanitária. Por exemplo, em Portugal, para além dos factores que acabam de ser referenciados, existe também uma memória colectiva de emigração, de cariz popular, qual forma de identidade, que produz grandes efeitos, logo que a questão de emigrar se coloca, normalmente no seio da família, ainda que, frequentemente, comece por e/í migrar apenas um dos seus membros que, mais tarde, pode vir a ser acompanhado pelos demais familiares através do reagrupamento familiar (M. E. Leandro 1993, 1995, 2001, 2011).

Mas o que, paralelamente, importa também relevar nesta altura é todo um conjunto de aspectos que se prendem com as diferenças salariais que decorrem dos níveis de desenvolvimento económico dos vários países em análise. Eles exprimem uma paisagem deveras complexa em termos de remuneração do trabalho, porque a passagem de uma fronteira pode representar um salto brutal nos salários praticados. Por exemplo, o ordenado mínimo nacional em França é mais do triplo do ordenado mínimo praticado em Portugal. Entre a Alemanha e Portugal a diferença é ainda maior. Outro tanto se diga com os diferenciais salariais entre Portugal e a Ucrânia, a Roménia, Cabo Verde, Angola e aí por diante, sendo, neste caso, a situação favorável a Portugal. Além desta situação, outros dados relativos a outros países indicam que em 1995 o custo da mão de obra industrial multiplica-se por vinte e cinco, logo que se passa da República Checa à Áustria, da Indonésia a Singapura, ou ainda da China à Coreia (P. Stalker 2000). As descontinuidades económicas em matéria económica são, por vezes, consideráveis e marcam certas linhas de fronteira entre países ricos e desenvolvidos e países pobres e subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento (Moçambique e África do Sul, Indonésia e Malásia, Marrocos e Espanha, México e Estados Unidos e tantos outros) simbolizam zonas de formidáveis tensões migratórias.

Este é um dos factores importantes que incita os indivíduos a e/í migrarem, sendo em relação à emigração portuguesa talvez o mais decisivo. Senão vejamos. Apesar dos altos

níveis de desemprego verificados em Portugal, a imigração não pára de aumentar, ao mesmo tempo que se produz fenómeno idêntico com a emigração portuguesa para países mais ricos, com particular destaque para a Europa. Ora, uma vez aqui, normalmente, eles vão trabalhar em sectores de actividade idênticos àqueles onde trabalham os imigrantes em Portugal (Leandro 1993). Logo, não é tanto a falta de trabalho no país que os faz emigrar, pesem embora as elevadas taxas de desemprego na actualidade, particularmente para os jovens – 45% dos emigrantes portugueses da actualidade têm entre 15 e 29 anos –, mas antes as desigualdades salariais entre Portugal e os países para onde se dirigem (M. E. Leandro *et al*, 1992, 2000c, 2006). Por outro lado, importa frisar que este aspecto sendo importantíssimo, não é o único que pode explicar a decisão de emigrar apenas pelo diferencial entre dois salários, uma vez que ela integra também a perspectiva de encontrar um emprego, de preferência em zona urbana, como se vem verificando ao longo dos séculos e o mínimo de condições para se poder instalar aquando da chegada. Por exemplo, em França, sendo o país que, entre os demais para onde se dirigem os portugueses, detém o maior número destes migrantes, apenas cerca de 2% trabalham no sector primário.

Outro tipo de elementos, segundo G. Tapinos (1974: 45), tem que ver com a «teoria da escolha do porta moedas», isto é, o indivíduo faz a comparação entre o rendimento que tem ou pode vir a usufruir no seu país e aquele que poderá vir a ter e/imigrando. No mesmo sentido, actuam as atitudes e os comportamentos que, sobretudo nos primeiros tempos, levam os imigrantes a reflectir e a agir, tendo em conta o trabalho realizado e o respectivo salário adquirido, assim como o nível de vida desejado no seu país de origem. Mais ainda, segundo o mesmo autor, neste período, o dinheiro ganho no país de imigração pode ter uma rentabilidade que, em termos racionais, integra o subjectivo e o objectivo, ou seja, há uma tendência para comparar o que se pode comprar com este dinheiro no país de origem e não tanto no país de residência. Trata-se duma fase, em que, a nível de projectos, predomina ainda o curto e o médio prazo, investimento no económico pelo económico e onde se incorpora, normalmente, a ideia de regresso, ainda que depois tudo isto venha a sofrer várias inflexões (M. E. Leandro 1995, 1998, 2004).

Tenha-se, também, em conta que a decisão de emigrar compromete o futuro e obriga a fazer uma sequência de escolhas que pesam sobre o comportamento futuro do imigrante e da sua família. Alertar-se-á ainda, contrariamente ao que acontece frequentemente a nível do senso comum, para a existência da racionalidade do migrante. Segundo G. Tapinos (1974: 57), esta pode ser apreendida de duas maneiras. Quanto à primeira, sugere-se que o migrante confrontado com a alternativa de partir ou ficar faz a sua escolha baseada em critérios de racionalidade económica, que se podem traduzir pela procura da maximização da sua função inter-temporal de utilidade. No que se refere à segunda, a partir da observação empírica das migrações, infere-se que o migrante, que optou por deixar o seu país para aceder a uma vida melhor para si e para os seus, e que efectivamente espera ter no país para onde se dirige um nível de vida mais elevado, age de maneira racional.

Estas duas aproximações não são exclusivas uma da outra, isto é, não se trata aqui de justificar uma racionalidade circular. No primeiro caso, o migrante afirma-se racional,

mas faz intervir uma racionalidade subjectiva própria do e/imigrante. Porém, no segundo caso, revela uma racionalidade objectiva no conjunto dos agentes económicos. A racionalidade que está aqui em questão situa-se, assim, ao nível micro-económico no centro de cada decisão que ele deverá tomar.

Poder-se-á, também, pensar que os diferenciais salariais poderão dar azo a ajustamentos espontâneos, como poderá acontecer no interior das mesmas fronteiras nacionais. Contudo, o liberalismo oficial não é extensivo ao domínio da mão-de-obra. O factor trabalho, contrariamente aos produtos manufacturados ou o capital financeiro, não é pensado para circular livremente através de qualquer fronteira. Se alguns avanços foram conseguidos no seio da Europa com os acordos de Schengen, a tendência mundial não vai nesse sentido. Ao contrário, tende a reforçar o controlo fronteiriço com limitações cada vez mais rígidas no que à mão-de-obra diz respeito. Com os ataques terroristas do 11 de Setembro de 2001, nos Estados Unidos, este estado de coisas veio ainda a reforçar-se, encontrando aqui ainda mais justificações suplementares.

Os mecanismos de convergência dos salários operam apenas em alguns espaços mais homogêneos, como acontece em alguns países da Europa ocidental, mas ainda com impactos muito ténues. De maneira geral, o que se verifica, é que as desigualdades salariais tendem a aprofundar-se e podem mesmo agravar-se no caso do desenvolvimento local. Deste modo, a diferença salarial continua a constituir a dimensão essencial na decisão de e/imigrar, uma vez que o aumento do ganho salarial aparece como um dos primeiros objectivos dos que partem, quase exclusivamente, por razões económicas.

As principais mudanças contemporâneas, a este propósito, estão associadas ao efeito do crescimento económico rápido de certos países e o encarecimento da mão-de-obra que ele provoca, como acontece em certos países da Ásia oriental. Estas mudanças provocam, por vezes, importantes reinversões da situação migratória. Pensemos, por exemplo nos casos da Coreia do Sul e da Tailândia que, recebendo milhares de imigrantes não qualificados da Birmânia, continuam a exportar uma parte da sua mão-de-obra qualificada para Taiwan e para a Malásia.

O caso português, não sendo totalmente idêntico a este, contém, no entanto, algumas semelhanças: no interior da Europa, Portugal é o único país que, sem deixar de ser de emigração secular passou a ser, simultaneamente, desde os anos sessenta do século passado, um país de imigração. Se no movimento da emigração estão contidos muitos e/imigrantes, cuja formação escolar e profissional não é muito elevada, também não é menos verdade que ela integra cada vez mais quadros que se dirigem preferencialmente para os países outrora colonizados por Portugal, mas também para outras partes do mundo em busca de melhores condições de trabalho adequado à sua formação científica, sobretudo quando está em causa a investigação. Em contrapartida, entre os imigrantes em Portugal há muitos que têm uma formação escolar de nível superior, como acontece, sobretudo, com imigrantes oriundos dos países de Leste. Trata-se do célebre êxodo de cérebros (*brain drain*), já estudado em Portugal por J. Peixoto (2003), mas também ao nível internacional.

Se é verdade que esta forma de e/imigração tem tido pouco impacto demográfico, tem, por outro lado, uma importância crucial na formação das elites. Para os países industrializados que recebem estes imigrantes já formados, o êxodo dos cérebros representa uma operação vantajosa, uma vez que ela diminui o investimento em infra-estruturas educativas. Contudo, para os países de origem, que suportaram o custo da formação escolar do e/imigrante, representa uma perda simétrica em caso de não regresso. Na impossibilidade de obrigar estes migrantes a pagarem uma taxa aos seus países de origem que suportaram o custo da sua formação, os governos exportadores de mão-de-obra qualificada tentam criar mecanismos que permitam intensificar os laços com o país de origem e incentivando-os, até, a virem aqui investir, o que nem sempre se verifica na realidade. Mas só um forte crescimento económico e a melhoria das condições de trabalho, por exemplo, no ensino e na investigação, poderão trazer de volta este capital humano como tem acontecido em Taiwan e na Irlanda (OCDE 2001).

Este fenómeno não é novo, uma vez que no século XVI e XVII muitos protestantes e/imigraram para os Estados Unidos para fugirem às perseguições religiosas que lhe eram movidas na Inglaterra e na Irlanda e beneficiavam já de um capital cultural e social elevado. Outra tanto se diga de vários países da Europa ocidental que, após o arranque da industrialização nos séculos XVIII e XIX, conheceram um êxodo de amplitude considerável, que contribuiu grandemente para o povoamento e desenvolvimento das Américas. Porém, após a segunda guerra mundial, este movimento diminuiu bastante. Actualmente, depende um pouco do estado de desenvolvimento de certos países em relação a outros e os níveis de salários e as condições de trabalho proporcionados por uns e outros países.

## 5. O IMPACTO DAS DESIGUALDADES ECONÓMICAS E SOCIAIS

J.-J. Rousseau (1971), no seu «Discurso sobre a origem do homem e os fundamentos da desigualdade entre os homens», aborda uma distinção irreduzível entre os homens que considera ser de duas ordens: uma natural ou física, porque estabelecida pela natureza e que consiste na desigualdade das idades, da saúde, das forças do corpo e das qualidades do espírito; a outra que designa de desigualdade natural ou política, porque depende de uma espécie de convenção e que consiste nos diferentes privilégios, de que apenas alguns usufruem, em prejuízo dos outros, como é o caso dos mais ricos, os considerados mais honrados, os mais poderosos que se fazem obedecer. Interroga-se, igualmente, sobre os fundamentos da desigualdade natural, porque a resposta apenas existe na simples definição da palavra. Pode-se procurar também qual é a ligação essencial entre estas duas formas de desigualdade, ou seja, por que é que umas são mais importantes do que as outras. Será que os que exercem o poder valem mais dos que obedecem? A força do corpo é mais importante do que a força do espírito, a sabedoria ou a virtude? Será que estas se encontram sempre nos mesmos indivíduos proporcionalmente à riqueza e ao poder de que dispõem?

Passados dois séculos e meio após a publicação destas asserções, ainda hoje bastante difundidas, uma outra questão permanece: as desigualdades inscritas no corpo serão naturais? Todos os trabalhos realizados em torno destas problemáticas, alguns já no século XIX como, por exemplo, os dos higienistas atingindo bastante relevo os de L. Villermé em França, Virchow na Alemanha e Chadwick na Inglaterra, mas sobretudo os trabalhos que têm vindo a ser produzidos desde a segunda metade do século XX, com particular destaque para a Sociologia da saúde, onde cabem também trabalhos sobre a saúde dos migrantes internacionais (P. Aïach 1996; D. Fassin 1996, 1998, 1999; M. Drulhe 1996; M. Baumann 2001, 2002; Lechner 2009; M. E. Leandro 1995b, 2002, 2006, 2009) têm vindo a deitar por terra estas prerrogativas. Mas também outros trabalhos de índole mais geral, como os de P.-H. Chombart de Lauwe (1977 [1956]), sobre as desigualdades e as respectivas disparidades físicas entre os habitantes da designada «Rive gauche» (rica, chique, burguesa) e a «Rive droite» (de índole mais popular) na cidade de Paris, permitiram concluir que os primeiros eram em média mais altos 2 a 4 cm, do que os outros. No entanto, J.-J. Rousseau, ao dizer que essas disparidades são inscritas no corpo, afirma, também, que não são de modo absoluto inscritas na natureza, como uma espécie de essência biológica do ser humano. São igualmente determinadas pelas desigualdades inscritas na sociedade, pois é ela que as estrutura e institui. Repare-se, por exemplo, que as novas gerações, tendo nascido e vivido num contexto social onde as condições sociais de existência e respectivos modos de vida são melhores do que os dos seus progenitores, são bastante mais altas. Daí que as teses avançadas por J.-J. Rousseau sejam postas em causa e bastante condicionadas. Acima de tudo é necessário interrogar-se sobre as imbricações entre as desigualdades «naturais» e as desigualdades «morais», hoje designadas de desigualdades sociais.

Se regressamos a um texto «seminal» da filosofia política, é porque nos dias que correm, muitas vezes, este recurso ao natural é invocado pelos poderes constituídos para justificar as suas teses de implementação das desigualdades entre os humanos que se multiplicam quotidianamente (F. Dubet 2000). Frise-se, contudo, que a linguagem científica e até o léxico comum emprega muito pouco o termo de «desigualdade natural», fundamentada na crença de uma irredutibilidade das disparidades físicas. Não obstante, sem negar o facto dos efeitos que decorrem das desigualdades de tipo genético ou biológico, podendo induzir certas fragilidades e patologias, podemos também perguntar em que medida a sociedade, mesmo em certos casos, contribui para transformar as predisposições para a doença em desigualdades de saúde a as respectivas desigualdades sociais que lhe estão associadas, como pode ser, por exemplo, os grupos de condição social modesta, onde muito frequentemente se inscrevem os e/i/migrantes e as suas famílias (M. E. Leandro *et al.*, 2002). Muito concretamente, o postulado que defendemos com outros investigadores que têm trabalhado sobre estas questões como acima indicámos alguns, é que as desigualdades de saúde avaliadas pelas taxas de morbilidade e de mortalidade, a frequência das diferenças motoras ou muitos problemas mentais, a esperança e a qualidade de vida entre os vários grupos sociais são também desigualdades sociais, inscritas nas estruturas da sociedade.

No caso muito concreto das migrações internacionais, globalmente, as lógicas das desigualdades sociais em articulação com o desgaste provocado pelo trabalho, muito frequentemente, mais duro, mais insalubre, mais mal pago e socialmente mais desvalorizado, a distribuição dos recursos, a qualidade da habitação e da alimentação, a ética do esforço (M. E. Leandro 1995b, 1998) em virtude do excesso de horas de trabalho, a sua dureza e o investimento na poupança – pois, na maioria das vezes, o sucesso económico dos imigrantes mais não é do que o resultado dos seus esforços e privações de vária ordem – as desigualdades de capital escolar, as transformações do mundo e da produção, o aumento da poluição e das desigualdades e relações de género formam um conjunto de ingredientes que acentuam ainda mais as desigualdades sociais entre eles e os autóctones ou outros grupos nacionais que vivem nas sociedades onde constroem os seus modos de vida.

De resto, a associação entre o fraco desenvolvimento económico que afecta os países do sul e as características que lhe imprime tem muito a ver com o aumento da emigração. Em primeiro lugar, importa referir que o sector primário, com particular destaque para a agricultura, exerce uma grande influência a nível da economia destes países. Ela aproxima-se de um terço do PIB do país, ainda que subavaliado, pois não tem em conta o auto-consumo das famílias, quando nos países desenvolvidos esse contributo é apenas de 5%.

Por outro lado, a maior parte da mão-de-obra destes países trabalha neste sector dado o fraco desenvolvimento dos outros sectores da actividade económica. Nos países menos avançados ela chega a atingir cerca de 90% da população activa. Mas o que, paralelamente, mais importa relevar é que este sector se caracteriza por uma fraca produtividade e por investimentos em capital muito limitados. A isto junta-se a singularidade, sempre aleatória, do resultado da produção agrícola, por um lado, sujeita aos imponderáveis da natureza e, por outro, à escassez de recursos económicos para poder alterar certas características dos solos e das culturas. Nestas condições, o sector agrário é extremamente frágil e pode conduzir os agricultores a situações económicas dramáticas. Restam as actividades agropastorícias. Mas estas também não são rentáveis quando os campos não produzem os alimentos necessários à rentabilidade desta actividade laboral. Nos outros sectores da actividade produtiva, como o seu desenvolvimento é ainda muito incipiente, as possibilidades de emprego não são das melhores.

Em tais condições, não admira que os êxodos rurais para as cidades se vão intensificando, sem que, muitas vezes, aí encontrem o trabalho de que necessitam para sobreviverem com a sua família ou para melhorarem o seu nível de vida. Veja-se o aumento dos bairros de lata nas periferias das cidades, em grande parte habitados por imigrantes, o aumento do desemprego dos imigrantes e das pessoas que têm a rua como tecto. Daí que a e/imigração, em grandes contingentes, para os países ricos e onde outros compatriotas já se instalaram e que até lhe podem prestar ajuda, pelo menos nos primeiros tempos, apareça como uma solução mais viável. Desta maneira, a importância das redes migratórias no fomento do aumento dos fluxos migratórios é crucial.

Outro tipo de singularidades económicas tem que ver com as trocas comerciais entre os países do Sul e os países do Norte e, mais concretamente, a composição das permutas.

Do lado dos países do Sul, a exportação de produtos primários é predominante: culturas comerciais, culturas alimentares e matérias-primas. Aí encontramos, igualmente, bens manufacturados mas com um fraco valor acrescentado, como é, por exemplo, o caso do têxtil. Em contrapartida, os produtos com mais valor acrescentado, como os bens de consumo ou serviços, estão praticamente ausentes. Esta estrutura de produção e de exportação está, em grande parte, associada à abundância de uma mão-de-obra não qualificada. Por outro lado, o valor das exportações, em número bastante reduzido (café, cobre entre outros), segue as tendências do comércio internacional das matérias-primas que, em grande escala, têm estado em baixa acentuada ao longo dos últimos decénios. Este conjunto de elementos repercute-se, simultaneamente, sobre a produção agrícola tal como as flutuações climáticas. Assim, os choques internacionais fragilizam e prejudicam a agricultura comercial em relação a uma agricultura fornecedora de víveres que se afigura menos rentável.

No sentido inverso, os países do Sul importam bens com forte valor acrescentado dos países industrializados, o que os deixam numa situação deveras desfavorecida. Na realidade, a livre circulação do capital deveria permitir (re)situar, directamente, um certo número de sectores produtivos nos países pobres, que têm algumas vantagens sobre o custo da mão-de-obra. Os benefícios para os países em vias de desenvolvimento poderiam ser múltiplos, pois que os benefícios vindos do exterior, através das multinacionais, implicariam igualmente a exportação de tecnologia e da formação dos trabalhadores, o que, decerto, contribuiria para uma melhoria da balança de pagamentos, desenvolvendo as exportações. Isto permitiria diminuir a pressão migratória, permitindo que estas empresas fossem ao encontro da realização das aspirações dos potenciais migrantes no país de origem e naturalmente aproveitar o baixo nível dos salários (P.-H. Chombart de Lauwe 1980). Em parte, é esta filosofia que tem presidido aos acordos do comércio livre do NAFTA (Alena) ou do Mercosur que tiveram lugar nas Américas.

A nível europeu, a cooperação com alguns destes países encontra as suas raízes na história – os laços coloniais – dos países europeus com os novos países independentes beneficiários de uma associação resultante do Tratado de Roma (1975). O primeiro acordo institucional de cooperação para o desenvolvimento é a convenção de Lomé, de 1975. De bilateral, a cooperação torna-se multilateral. Porém, esta política comunitária não tem por objectivo controlar ou constituir uma força de dissuasão para os movimentos migratórios: cada país europeu acolhe os seus imigrantes, muitas vezes, no prolongamento das antigas relações coloniais, como por exemplo tem sido o caso da França e de Portugal.

No entanto, alguns qualificaram esta cooperação de recursos de algo perverso, na medida em que se retiram aos pobres dos países ricos para dar aos ricos dos países pobres. Nos anos oitenta do século passado, os países europeus procuram gastar menos e melhor. Por um lado, tomam consciência que a interdependência Norte-Sul mudou de natureza (a segurança, o humanitário e a defesa dos direitos humanos tornaram-se pluridimensionais, cf. M. Baumann 2002) e que os movimentos migratórios fazem parte deste novo conceito de segurança, acompanhado de outros, como o ambiente, as crises regionais e os tráficos de

droga; por outro, e de maneira algo contraditória, os países industrializados, respondendo às tendências mais nacionalistas da opinião pública, focalizam-se sobre o controlo das fronteiras. Logo, a nova concepção da cooperação descentraliza-se e acentua a vertente das parcerias, insistindo sobre uma maior transparência das decisões e a valorização do saber-fazer.

O segundo processo teve início em Barcelona, em 1995, onde a União Europeia decidiu promover a Cooperação euro-mediterrânica, incluindo Israel e a Palestina. A paz e os direitos do homem aparecem como a contrapartida do comércio livre, decalcado sobre o modelo dos acordos associando os Estados Unidos, o Canadá e o México (NAFTA). Os acordos bilaterais foram uma ocasião para que vários países (27 países estavam reunidos em Barcelona) confirmassem o seu compromisso: a liberalização progressiva das permutas far-se-ia por etapas até ao horizonte de 2010. O comércio é concebido como uma alternativa à e/imigração, graças à liberalização das trocas comerciais que diminuiriam a incitação à mobilidade. Todavia, a União Europeia importa apenas 6% dos produtos dos países mediterrâneos, enquanto eles exportam mais de metade das suas mercadorias para a Europa.

Mas importa deixar claro a este respeito que, à partida, os países do Sul abrangidos por estes acordos partem duma base de grande desigualdade e de dependência em termos de desenvolvimento, seja qual for o sector da actividade económica em relação aos países que agora se predispõem a cooperar com eles. Esta dependência dos países do Sul do Mediterrâneo, qualificada por alguns de excessiva, articula-se com duas vertentes fundamentais: os serviços criadores de emprego (turismo sazonal) e a agricultura, grande empregador de mão-de-obra (flores, frutos e legumes), que se devem tornar competitivos com a Europa. Como afirma C. de Venden (1999a: 91), «Se não quiserdes os tomates de Marrocos, tereis os marroquinos». Mas, a curto prazo, o risco é de acelerar a mobilidade, ligada à liberdade de comercializar e de libertar grandes grupos de população no desemprego por imperativos de produtividade e de profissionalização na agricultura, porque muitos preferem mais ser ilegais num país rico do que ficar numa situação regular num país pobre.

Alertar-se-á, ainda, para os efeitos que decorrem da gritante desigualdade de benefícios entre os países em análise, pese embora a vontade de querer diminuir este fosso, que ousamos dizer talvez não tanto em função dele mesmo, mas antes para evitar a vinda de grandes fluxos migratórios. Mas na realidade assistimos, frequentemente, a uma situação inversa: uma vez que os resultados económicos esperados não correspondem às expectativas criadas, muitas pessoas preferem e/imigrar, pois que assim, acedendo ao emprego, a salários mais elevados e a melhores regalias sociais, mais rapidamente conseguem ter melhores níveis de vida e melhorar a situação da sua família, quer esta fique no país de origem, quer enverede pela reunificação familiar. Ao mesmo tempo, muitas vezes, estes comportamentos são até encorajados pelos próprios governantes, tanto ao nível local como nacional, uma vez que o envio das remessas chega a ultrapassar, de longe, o que se pode lucrar através dos vários acordos formulados, visando as ajudas públicas ao desenvolvimento. Por exemplo, em Marrocos as remessas resultantes das migrações internacionais constituem a primeira fonte de divisas. De resto, a transferência de salários tem vindo a adquirir uma dimensão cada vez mais importante em termos das trocas internacionais.

Segundo os dados do Banco Mundial, a transferência de salários em 1989 atingia 8,5% do valor das operações financeiras internacionais e constitui, actualmente, uma parte não negligenciável das importações e das exportações: em certos países do Sul, 25 a 39% das exportações estão associadas a empresas comerciais dos emigrantes e os números variam de 10 a 30% das importações (C. de Venden 1999a).

### **5.1. A relação entre migrações internacionais e o capital humano**

Outra característica dos países em vias de desenvolvimento é a sua desvantagem em termos de capital humano, noção que resume a qualidade da população em matéria de saúde, de nutrição, de educação, de formação profissional e capacidade de abertura a outras culturas e sociedades. Vimos que o PNUD apresentava uma síntese destes elementos, incluindo sobretudo a mortalidade infantil e a esperança de vida. As condições socio-económicas dos países do Sul, sendo difíceis, traduzem-se ainda por elevadas taxas de mortalidade, com particular destaque para a infância, paralelamente a uma forte natalidade das famílias numerosas. Em tais situações, os níveis de educação escolar são muito baixos e o analfabetismo atinge ainda muita população, inclusive jovem. Ora, como em qualquer parte, os baixos níveis de escolarização são um entrave ao desenvolvimento dos sectores secundário e terciário que recorrem mais a uma mão-de-obra qualificada e semi-qualificada (V. de Gualejac e I. Taboada Leonetti 2004). A falta de formação afecta, igualmente, a iniciativa económica e a utilização potencial das novas tecnologias. É por isso que, de há cerca de dez ou quinze anos a esta parte, as teorias do crescimento económico alargaram as suas perspectivas ao capital humano, objecto de uma forma de acumulação similar à do capital financeiro e factor decisivo do aumento da produtividade. Estas análises conferem, desta maneira, uma importância capital à educação escolar e à qualificação profissional no processo de desenvolvimento tecnológico e de inovação, dois motores cruciais do desenvolvimento económico.

Em termos de *e*/imigração, alertar-se-á ainda para o facto dos migrantes mais qualificados, senão nos primeiros tempos, com o decorrer do tempo, virem a aceder a trabalhos mais qualificados nos países de imigração do que aqueles que chegam sem esta mais valia e, por isso, mais votados a terem de aceitar os trabalhos mais duros, mal pagos, desgastantes, insalubres e socialmente desvalorizados.

Outras correntes migratórias, tendo em conta o capital humano, respondem muitas vezes à penúria de mão-de-obra local e integram, portanto, os imigrantes com mais escolarização. Estas migrações seguem canais diferentes dos de mão-de-obra não qualificada. Um certo número de entre eles vêm dos países industrializados, como acontece, por exemplo, com a ida de quadros portugueses para os novos países outrora colonizados por Portugal. Na esteira da perspectiva teórica de B. Santos (1994), tal facto tem que ver com a posição periférica de Portugal, por um lado, em relação aos países ocidentais mais desenvolvidos, para onde envia mão-de-obra menos qualificada e, por outro, central no que se

refere aos países africanos em vias de desenvolvimento, para onde envia emigrantes altamente qualificados, ainda que nos nossos dias, *grosso modo*, vamos assistindo à junção destes dois grupos nestes últimos países, com particular destaque para Angola.

Porém, o êxodo dos cérebros (*brain drain*) pode vir a afectar, igualmente, as elites dos países em vias de desenvolvimento, na medida em que existem situações em que estes últimos, em virtude dos baixos salários e mesmo precárias condições de trabalho, preferem deixar o seu país, deixando aberto o espaço para outros, que mercê do acesso a acordos internacionais, podem beneficiar aqui de ordenados superiores e melhores regalias do que os seus colegas nativos. Por exemplo, o Canadá recebe pessoal especializado na informática vindo dos países pobres, enquanto os seus quadros de formação idêntica vão trabalhar para os Estados Unidos. Os médicos cubanos vão trabalhar para a África do Sul para substituírem os médicos sul-africanos que partiram para a Nova Zelândia e o Canadá. Numa óptica muito liberal, o governo da África do Sul apoia-se no desenvolvimento do país para atrair trabalhadores qualificados dos países vizinhos e reter os seus, o que não impede, enquanto tal não se realiza, uma crítica severa do êxodo massivo de professores e de enfermeiros para a Europa do Norte (J. Meyer 2001).

Em suma, na era da globalização do nosso tempo, facilitando a mobilidade destes trabalhadores tão cobiçados, tanto mais que há uma forte relação entre o êxodo dos cérebros e o volume das trocas económicas, o que se pode dizer é que se verifica uma forte tendência das elites intelectuais dos países pobres para irem trabalhar para os países ricos e desenvolvidos, privando o seu país desse capital humano, que representaria uma mais valia importante para o seu desenvolvimento. A experiência levada a efeito em Taiwan, incentivando o regresso não só dos cérebros que haviam partido, como também dos estudantes que se formaram em países estrangeiros, é expressiva neste sentido. Assim, o governo de Taiwan incentivou a relação com as universidades e os institutos de investigação, tornando-os competitivos e capazes de reterem os intelectuais, possíveis candidatos à emigração. Por outro lado, cria também laços de cooperação científica, através de seminários, com os Estados Unidos, visando reter no país estas elites mais bem equipadas em capital escolar, científico e tecnológico.

Por sua vez, os países desenvolvidos que recrutam este tipo de mão-de-obra ficam duplamente beneficiados. Por uma parte, não tendo investido na sua formação, retiram daqui mais vantagens económicas e sociais e, por outra, os seus colegas autóctones, tal como acontece com a migração de mão-de-obra não qualificada, podem permitir-se escolher os trabalhos e as especialidades que consideram melhores e deixar as outras para os seus colegas, como acontece em França com os médicos que trabalham no sector público: a anestesia, a radiologia, as urgências psiquiátricas e outras consideradas mais duras e repetitivas tendem a ser desempenhadas pelos médicos estrangeiros e inversamente para as outras especialidades.

Uma outra categoria de capital humano e de e/imigrantes qualificados ou em vias de qualificação tem que ver com os estudantes. As políticas do recrutamento de estudantes são, acima de tudo, as que visam recrutar trabalhadores qualificados. Se para os estudan-

tes dos países desenvolvidos fazer uma parte do seu curso em países estrangeiros, através dos programas Sócrates, Erasmus ou outros, é uma mais valia e uma forma de verem aumentado o seu capital social, inclusive para o emprego no seu país, os estudantes dos países em vias de desenvolvimento mostram-se mais inclinados a fazer o seu percurso de formação escolar superior no estrangeiro, buscando nesses países o emprego a que aspiram. Desta maneira, muitos dos estudantes que vêm estudar para os países mais desenvolvidos não regressam ao seu país de origem.

A verdade é que alguns países desenvolvidos, como a Alemanha, o Canadá, os Estados Unidos, a França e a Inglaterra monopolizam o mercado de educação superior. É nestes países que estão inscritos cerca de três quartos dos estudantes oriundos de países estrangeiros. Aqui estão disponíveis formações superiores cada vez mais adequadas à procura internacional. Em 1999, nos Estados Unidos, quase metade dos doutoramentos feitos nas áreas da engenharia, da matemática, da física ou da informática foram feitos por estudantes estrangeiros. Preocupados em atrair competências e fazer valer a excelência da sua cultura, estes países promovem campanhas e oferecem algumas facilidades, inclusive bolsas de estudo, no sentido de atraírem estudantes estrangeiros.

Perante estas estratégias políticas e económicas dos países do Norte, a maior dificuldade dos países do Sul consiste em conciliar a necessidade de formação dos seus estudantes, que eles nem sempre podem garantir, e propor incentivos ao regresso após a obtenção dos seus diplomas. No caso contrário, tendo suportado os custos da formação sem daí retirar benefícios, os países em vias de desenvolvimento sofrem uma dupla perda. A tentação poderá ser grande em limitar a oferta de formação e delegá-la nos países desenvolvidos. E, no entanto, o investimento na educação e na formação superior são essenciais para o crescimento do stock de capital humano e do desenvolvimento, como sugerem as teorias do crescimento endógeno (De D. Guellec e P. Ralle 2001). Os países do Sul são, deste modo, colocados perante um dilema: ou não investem na formação e terão a sorte de recuperar as suas elites formadas no estrangeiro, o que nem sempre se afigura viável, ou investem de maneira a que o desperdício causado pela emigração dos estudantes diplomados seja o mais limitado possível.

Uma digressão, rápida e convenientemente simplificada, permite ainda falar do perfil das migrações escolares ou universitárias que, de certo modo, em alguns casos, pode associar-se à e/imigração temporária de trabalho, como aliás poderia acontecer também para a imigração de cérebros. Normalmente, as e/i/migrações escolares ou universitárias dirigem-se para zonas ou países com mais recursos dos que os de origem e, por definição, apenas por um período temporal que tende a coincidir com o dos estudos ou a formação. Mas quando se trata de migrações internas para uma grande cidade bem equipada em infraestruturas de ensino e de outras de nível socio-cultural, o regresso do migrante não está assegurado, como podemos constatar através dos estudantes que frequentam as universidades onde somos docentes. Se o estudante atinge um nível de estudos elevado, ele pode mais facilmente encontrar um emprego na cidade onde estuda ou estudou. Neste caso, a migração temporária transforma-se numa migração durável, quiçá permanente.

No caso dos estudos feitos no estrangeiro, em países mais avançados, trata-se de um incentivo do *brain drain*, uma vez que também muitos outros estudantes podem ser tentados a ficar, logo que obtido o seu diploma e que possam beneficiar de melhores condições de trabalho. Numerosas escolas superiores e universidades organizam campanhas de recrutamento internacional, visando atrair os estudantes mais brilhantes, ou os mais ricos, dos países em vias de desenvolvimento. Por exemplo, a China e a Índia são grandes fornecedores de estudantes às universidades anglo-saxónicas. A uma escala diferente, precisamente a China e os países de Leste, durante o período socialista, acolheram igualmente uma população estudantil proveniente dos países do terceiro Mundo, sobretudo africanos, mas as capacidades de absorção local destes estudantes eram muito limitadas. Actualmente, são os países mais ricos e desenvolvidos que constituem os principais centros de atracção da população estudantil e, porventura, transformar-se-ão para muitos deles em países onde vão exercer a sua actividade profissional, passando assim de uma imigração temporária a uma outra de carácter durável.

## 6. VISÃO SINTÉTICA

As várias dimensões retidas neste trabalho, acerca do sub-desenvolvimento e da pobreza dos países do Sul e do desenvolvimento e da riqueza dos países do Norte, permitiram-nos abordar um conjunto de teorias explicativas acerca dos fenómenos migratórios internos e externos, com particular destaque para as migrações internacionais. Trata-se, sobretudo de teorias de carácter macrossocial que têm, sobretudo, em conta as desigualdades internas e externas. Procuramos, outrossim, ter uma visão mais global do fenómeno que analisamos que integre também outras dimensões, como, por exemplo, a influência das redes migratórias, o fenómeno do arrastamento, uma cultura de emigração de cariz popular, qual forma de identidade que atinge as raiais do nacional, a migração de cérebros e de estudantes, as relações entre o capital humano e as migrações internacionais, entre outros aspectos.

Claro que as desigualdades demográficas, económicas, sociais e culturais, sendo um dos factores essenciais do desencadeamento do fenómeno migratório, uma vez que faz emergir nos indivíduos, nas famílias e nos grupos a vontade de migrar em busca de melhores condições de vida, não é o único que pode pretender explicar toda a complexidade deste facto social (E. Durkheim 1977b)). Muitos outros factores entram em linha de conta, sendo que muitos deles nem sequer puderam ser afluídos neste trabalho. Já o fizemos em muitos outros, mas agora havia que seleccionar os que nos pareceram mais cruciais e adequados ao conjunto do trabalho em que esta parte se integra. Daí que, *grosso modo*, déssemos particular importância a certas valências em detrimento de outras.

Na era da globalização contemporânea, incentivando a circulação de capitais e de bens comerciáveis, poderia parecer que as fronteiras se mostrassem mais permeáveis e mais abertas. Mas o certo é que as políticas que a elas se referem se mostram bastante selecti-

vas, para não dizer restritivas, no atinente às migrações humanas, devido à incongruência por parte dos tradicionais países de imigração quanto ao fecho das fronteiras. Afinal os capitais financeiros e culturais até podem circular livremente, ao passo que as migrações humanas, de forma legal são, frequentemente, submetidas a um conjunto de constrangimentos que as tornam quase uma «odisseia», para não falar das ilegais. Veja-se, por exemplo, o que se passa a nível da internacionalização da música pop e outras formas de entretenimento e até da alimentação vindas dos Estados Unidos que mais fazem pensar na americanização do mundo do que propriamente na globalização e, inversamente, o que se verifica logo que se trata das migrações dos humanos candidatos a migrantes internacionais.

De qualquer modo, para os países importadores de mão-de-obra migrante não qualificada, esta responde a um imperativo de um mercado de trabalho fragmentado, integrando um conjunto de actividades desvalorizadas, exigindo condições de trabalho de maior provação, baixos rendimentos, precariedade de emprego, mas que sendo menosprezado pelos autóctones, tornam-se em «aliciante» para os que não têm acesso a outro tipo de trabalho. Estão particularmente neste caso os ilegais, uma vez que a sua situação jurídica, praticamente, não lhe deixa grande margem de manobra de negociação com quem quer que seja. Daí que a procura de imigrantes sem qualificação se baseie na estrutura do desenvolvimento capitalista contemporâneo e nas suas necessidades de flexibilidade. Não admira, pois, que as decisões das famílias e comunidades do Sul sejam determinadas pelos enredos do capitalismo internacional que os têm mantido numa situação de dependência e precariedade, ainda que ao longo dos últimos decénios se tenham firmado alguns acordos de cooperação entre países ricos e países pobres, visando, em parte, modificar certos aspectos desta situação.

Mas importa, ainda, ressaltar o facto de as trocas internacionais, num passado não muito longínquo serem marcadas por uma fraca visibilidade, ficando, assim, mais restritas a um certo «enclausuramento» regional ou cultural e às inércias sociais e económicas que daí decorriam. Porém, hoje vivemos numa sociedade da comunicação onde tudo se dá a ver e as pessoas percebem melhor as gritantes desigualdades económicas que existem entre países ricos e países pobres e grupos sociais abastados e outros vivendo na pobreza, quicá na miséria. Assim, o relativo isolamento em que viviam os habitantes dos países do Sul preservava-os da «tentação de e/imigrar, uma vez que o desconhecimento, a ausência de laços e a informação que circulava desencorajava-os, caso pensassem enveredar por caminhos desconhecidos. Actualmente, as redes migratórias pontuam o planeta e simplificam as formalidades dos candidatos à e/imigração, oferecendo mais possibilidades de chegarem aos países pretendidos.

Podemos, então, afirmar sem risco de nos enganarmos, embora não pretendamos de forma alguma ser profetas, que, enquanto no mundo prevalecerem as gritantes desigualdades demográficas, económicas, sociais e culturais, a informação circular, as redes migratórias continuem activas, o leque das aspirações a uma vida melhor continuar a alargar-se e houver algum patronato disposto a aceitar mão-de-obra imigrante – inclusive ilegal, porque mais rentável, menos exigente e, por conseguinte, mais à mercê da exploração capita-

lista –, a pressão migratória permanecerá forte. Porém, o volume das migrações internacionais será, particularmente, determinado pelas políticas nacionais de imigração e as restrições que elas pretendem impor aos fluxos que aí chegam. Dado que o controlo das migrações internacionais, é uma prerrogativa dos governos de cada país e das respectivas instâncias internacionais, exercida pelos países de acolhimento, os países de origem, económica e politicamente mais fracos têm apenas uma influência mínima sobre os referidos fluxos.

Nos países do Norte, que continuam a receber muitos imigrantes, as políticas migratórias, na maioria dos casos, são muito restritivas, o que nem sempre parece visível aos olhos de alguma população mais chauvinista, talvez eivada de alguns fantasmas (L.-V. Thomas 1984), quiçá com tendências racistas e, por conseguinte, hostil à manutenção dos níveis de imigração actual. Daí a pujança dos movimentos racistas em França conduzidos por Le Pen, sendo o caso mais paradigmático, mas também em tantos outros países ocidentais.

Enfim, sob o ponto de vista demográfico, uma diminuição drástica da imigração poderia produzir efeitos funestos, na medida em que ela exerce uma influência decisiva em termos de crescimento da população total, atenuando assim os efeitos do decréscimo da natalidade e, ao invés, o aumento da população idosa.

## BIBLIOGRAFIA

- ABOU, S. (1990), *Identité culturelle. Relations interethniques et problèmes d'acculturation*. Paris: Anthropos.
- ALMEIDA, Ana (1985), «Trabalho feminino e estratégias familiares», *Análise Social*, vol. XXI, 85: 7-44.
- AMANCIO, Lúcia (1994), *Masculino e feminino. A construção social da diferença*, Porto: Ed. Afrontamento.
- ANDERSON, N. (1975), *The american bobo: An autobiography*, Leiden: E. J. Brill.
- ARENDET, Hannah (1990), *La nature du totalitarisme*, Paris: Payot.
- ANTUNES DA CUNHA, Manuel (2009), *Les Portugais de France face à leur télévision. Médias, migrations et enjeux identitaires*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes.
- BAGANHA, Maria Ioannis e PEIXOTO, João (1996), «O estudo das migrações nacionais. Ponto de intersecção disciplinar», in J. C. Ferreira *et al.* (orgs.), *Entre a Economia e a Sociologia*: 231-239, Oeiras: Celta.
- BAGANHA, Maria Ioannis *et al.* (2000), *Is a ethnic class emerging in Europe? The Portuguese case*, Lisboa: Fundação Luso-Americana.
- BAUMANN, Michèle (2002), «Promotion de la santé et discriminations sociales: Quelles questions éthiques», in M. Engrácia Leandro, M. Lobo e M. Costa (orgs.), *Saúde. As teias da discriminação social*, Braga, Instituto das Ciências Sociais: pp. 403-415.
- BAUMANN, Michèle *et al.* (2001), *Santé communautaire et action humanitaire – Le diagnostic de santé d'une population*. Médecins du monde, École de Santé Publique, Université de Nancy. Ed. École Nationale de la Santé Publique, Rennes, E.N. S.P.
- BECKER, Howard (1963), *Outsiders. Studies in Sociology of deviance*, Nova Iorque: Free Press.

- BLUMER, H. (1969), *Symbolic Interactionism. Perspective and method*, Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- BOURDIEU, Pierre (1979), *La distinction. Critique sociale du jugement*, Paris: Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (1980), *Le sens pratique*, Paris: Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (1980a), «L'identité et la représentation – Éléments pour une réflexion critique sur l'idée de région» in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 35: 63-72.
- BOURDIEU, Pierre (1989), *O poder simbólico*, Lisboa: Difel.
- BOURDIEU, Pierre (1997), *Razões práticas sobre a teoria da acção*, Oeiras: Celta.
- BRETELL, Caroline e HOLLIFIELD, J. (eds.) (1998), *Migration Theory. Talking Across Disciplines*, Nova Iorque: Routledge.
- BURGESS, Ernest *et al.* (orgs.), *Census data of the city of Chicago*, Chicago: University of Chicago Press.
- CASTEL, Robert (1995), *Les métamorphoses de la question sociale*, Paris: Fayard.
- CASTELS, MANUEL (1972), *La question urbaine*, Paris: Maspero.
- CASTELS, Stephen *et al.* (1993), *The Age of Migration. International Population Movements in the Modern World*, Londres: Macmillan.
- CHARBIT, Yves e BERTRAND, Claude (1985), *Enfants, Familles, Migrations dans le Bassin méditerranéen*, Paris: INED.
- CHOMBART DE LAUWE, Paul-Henri (1980), *Domination ou partage? Développement endogène et transfert des connaissances*, Paris: L'UNESCO.
- CHOMBART DE LAUWE, P.-H. (1971), *Pour une sociologie des aspirations*, Paris: Denoel Gonthier.
- CHOMBART DE LAUWE, P.-H. (1977 [1956]), *La vie quotidienne des familles ouvrières en France*, Paris: CNRS.
- COSTA-LASCOUX, J. (1989), *De l'immigré au citoyen*, Paris: La Documentation Française.
- CUNHA, Maria do Céu (1988), *Portugais de France*, Paris: L'Harmattan.
- DA CUNHA, Manuel (2010), «Discours et pratiques identitaires des jeunes d'origine portugaise au cœur de la blogosphère», *Latitudes. Cahiers Lusophones*, n.º 37: 28-33.
- DOS SANTOS, I. (2002), «Des lusodescendants dans les sociétés française et portugaise mémoires de la migration et appartenances enchevêtrées», in *Revue annuelle du Groupe Anthropologie du Portugal*, n.º 8: 17-38.
- DE CERTEAU, Michel (1990), *L'invention du quotidien*, 1. Arts de faire, Paris: Gallimard.
- DE GAULEJAC, Vincent et TABOADA LÉONETTI, Isabel (1994), *La lutte des places*, Paris: Desclée de Brouwer.
- DE WENDEN, Catherine (1999a), *Faut-il ouvrir les frontières?*, Paris: Presses de Science PO.
- DE WENDEN, Catherine (1999b), *L'immigration en Europe*, Paris: La Documentation Française.
- DE WENDEN, Catherine (2010), *La question migratoire au XXIème siècle. Migrants, réfugiés et relations internationales*, Paris: Science Po.
- DICTIONNAIRE DE LA LANGUE FRANÇAISE: PETIT ROBERT (1979), *Dictionnaire Le Robert*, Paris.
- DOUGLAS, Massy *et al.* (1993), «Theories of International Migrations, Review and Aparaisd», *Population and Development Review*, vol. 9, 3: 431-466.
- DOUGLAS, Massy *et al.* (1987), *Return to Artlan. The Social from Process of International Migration Western Mexico*, Berkeley: University of California Press.
- DRULHE, Marcel (1996), *Santé et société. Le façonnement sociétal de la santé*, Paris: PUF.
- DUBET, François (2000), *Les inégalités multipliées*, Paris: Aube.
- DUBET, François (1987), *On est tous dans la galère*. Jeunes en survie, Paris: Fayard.
- DUBET, François (1994), *Sociologie de l'expérience*, Paris: Seuil.
- DURKHEIM, Emile (1991 [1912]), *Les formes élémentaires de la vie religieuse*, Paris: PUF.
- DURKHEIM, Emile (1985), *Education et sociologie*, Paris: PUF.
- DURKHEIM, Emile (1983 [1897]), *Le Suicide*, Paris: PUF.

- DURKHEIM, Emile (1978 [1893]), *De la division du travail social*, Paris: PUF.
- DURKHEIM, Emile (1977a [1895]), *Les règles de la méthode sociologique*, Paris: PUF.
- DURKHEIM, Emile (1977b [1893]), *A divisão social do trabalho*, Lisboa: Presença.
- EMERSON, R. M. (1988), *Contemporary field research*, Prospect Heights: Waveland Press.
- FRAZIER, Edward (1932), *The negro family in Chicago*, Chicago: University of Chicago Press.
- FASSIN, Didier (2000), «Qualifier les inégalités», in A. Leclerc *et al.*, *Les inégalités sociales de santé*, Paris: La Découverte: pp. 123-138.
- FASSIN, Didier (1996a), *L'espace politique de santé. Essai de généalogie*, Paris: PUF.
- FASSIN, Didier (1996b), «Exclusion, underclass, marginalidad. Figures contemporaines de la pauvreté urbaine en France et aux Etats-Unies et en Amérique latine», *Revue Française*, 37 (1): 37-75.
- GALISSOT, René (1985), *La misère de l'antiracisme*, Paris: Alcan.
- GOFFMAN, E. (1979), «Footing», in *Semiotica*, 25: 1-29.
- GOFFMAN, Erving (1974), *Les rites d'interaction*, Paris: Minuit.
- GOFFMAN, E. (1973), *La mise en scène de la vie quotidienne*. 1. La présentation de soi, Paris: Minuit.
- GOFFMAN, Erving (1963), *Stigma-Notes on the management press of spoiled Identity*, Nova Jersey: Prentice-Hall, Inc.
- GUELLEC, David et RALLE, Paul (2001), *Les nouvelles théories de la croissance*, Paris: La Découverte.
- HARRISON, Paul e PERCE, Florian (2000), *AAAS Atlas of Population and Environment*, Berkeley: University of California.
- KAUFMANN, Jean- Claude (2004), *L'invention de soi, Une théorie de l'identité*, Paris: Armand Colin.
- JACKSON, John (1991), *Migrações*, Lisboa: Escher, Fim do Século.
- LAUMONIVIER, J. (1892), *La nationalité française*, Paris: Chamwel T. 2.
- LEANDRO, M. Engrácia (2012), «Transformações estruturais familiares. Da família da industrialização à família hodierna», in A. Esteves e M. Lobo (org.), *Ponte de Lima, sociedade, economia e instituições*, Braga: CITCEM: pp. 361-391.
- LEANDRO, M. Engrácia e GONÇALVES OLIVEIRA, Maria (2011), «Laços sociais preservados, laços sociais procurados em contexto migratório», in M. E. Leandro (org.), *Laços familiares e sociais*, Viseu: Psicosoma: 285-309.
- LEANDRO, M. Engrácia e RODRIGUES, Victor (2006a), «Imigração, saúde e integração social. Análise ilustrada pelos portugueses em França», *Mediações. Revista de Ciências Sociais*, Vol. 11, n.º 2: 131-152.
- LEANDRO, M. Engrácia (2006b), «Fenómeno migratório: emigração secular/imigração recente em Portugal», *Conferência no Congresso Mundial de Sociologia*, África do Sul.
- LEANDRO, M. Engrácia (2006c), *As mulheres portuguesas perante os projectos de emigração e de reinserção social*, Lisboa: Associação Mulher Migrante.
- LEANDRO, M. Engrácia (2005), «A longa marcha da emigração portuguesa», in *Actas do Colóquio de Paredes de Coura*, Suporte magnético.
- LEANDRO, Maria Engrácia (2004), «Dinâmica social e familiar dos projectos migratórios», *Análise social*, 170, Vol. XXXIX: 95-118.
- LEANDRO, M. Engrácia e LEANDRO, Ana Sofia (2003), «Sociedade em mutação e processos identitários» *Cadernos do Noroeste, Série Sociologia, Sociedade e Cultura*, Vol. 21 (1-2): 11-38.
- LEANDRO, M. E. (2002a), «Recomposição identitária e cidadania activa. Novos olhares sobre a situação dos portugueses na região de Nurnberg», *Humanista e Teologia*, 23: 287-346.
- LEANDRO, M. Engrácia *et al.* (2002b), «Os males do corpo em terra estrangeira», in M. E. Leandro, M. Lobo, M. Silva Costa (orgs.), *Saúde. As teias da discriminação social*, Instituto de Ciências Sociais, Braga: pp. 25-72.

- LEANDRO, M. Engrácia (2001a), Emigração portuguesa no dealbar do milénio. Um novo contexto interno e externo», in A. Eiras Roel (org.), *Actas del colóquio europeo*, Santiago: Universidade de Santiago de Compostela: pp. 129-145.
- LEANDRO, M. Engrácia (2001b), *Sociologia da Família nas Sociedades Contemporâneas*, Lisboa: Universidade Aberta.
- LEANDRO, M. Engrácia (2000a), «La réinstallation de familles portugaises dans le Minho», in B. de Varine (coord), *Lieux de vie et de circulation des Portugais de France*, Paris: Interaction France-Portugal: pp. 36-66.
- LEANDRO, M. Engrácia (2000b), «Le phénomène migratoire au Portugal au crible de la presse», *Migrations société*, Vol. 12, n.º 67: 129-142.
- LEANDRO, M. Engrácia (1999a), «Les jeunes portugais et les enjeux de la dénomination», *Migrations Société*, Vol. 11, n.º 61: 105-116.
- LEANDRO, M. E. (1999b), «Le mouvement migratoire au Portugal à la fin du XX<sup>ème</sup> siècle», *Migrances*, 15: 60-81.
- LEANDRO, M. Engrácia (1998), «Lógicas interactivas, projectos e estratégias migratórias. Ritmos escolares e profissionais e denominação dos jovens de origem portuguesa em França.», in J. Arroiteia e P.-A. Doudin, *Trajectórias sociais e culturais de jovens portuguesas no espaço europeu: questões multiculturais e de integração*, Aveiro: Universidade de Aveiro, UICCPSP: 123-156.
- LEANDRO, M. Engrácia (1995a), *Au-delà des apparences. Les Portugais face à l'insertion sociale*, Paris: L'Harmattan (Coll. «Migrations et changement»).
- LEANDRO, M. Engrácia (1995b), *Familles portugaises. Projets et destins*, Paris: L'Harmattan (Coll. «Migrations et changement»).
- LEANDRO, M. Engrácia (1993), «Au-delà des frontières. Famille et immigration. Contradictions et enjeux», *Accueillir. Revue du Service Social d'aide aux migrants*, n.º 199: 24-35.
- LEANDRO, M. Engrácia (1992), *Au-delà des apparences. L'insertion sociale des portugais dans l'agglomération parisienne: étude comparative entre les Portugais du XVIème et de la région de Villers-Sur-Marne te Champagne*, Thèse de doctorat, Université René Descartes Sorbonne Paris V (1052 p.)
- LEANDRO, M. Engrácia (1983), *Acculturation et identité d'un groupe d'immigrés portugais, Mémoire de Maîtrise*, Université René Descartes, Sorbonne Paris V (250 p. photocopiées).
- LEVY-STRAUSS, Claude (1983), *L'identité*, Paris: PUF.
- LIND, Harold (1969), «Internal migration in Britain», in J. A. Jackson, *Migration*, Cambridge: Cambridge University Press: 77.
- LINHART, Robert (1978), *L'établit*, Paris: Ed. de Minuit.
- LOPES, S. (1992), «Os portugueses e as Metamorfozes do Racismo em França» in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 34: 343-360.
- MEAD, George, et al. (1963), *Mind, Self and Society from the Stand Point a Social Behaviorist*, Chicago: University of Chicago Press.
- MEYER, Jean Baptiste et al. (2001), «Migration of Skilled and Highly Workers in South Africa: a case study», in OCDE, *International Mobility of the Highly Skilled*, Paris: pp. 213-220.
- MEYER, Jean Baptiste et al. (1999), «Diasporas scientifiques: Nouvelle approche à la fuite des cerveaux», *Conférence mondiale de la science*, Budapest: Mast discussion paper series, n.º 41, juin: 31.
- MUCCHIELLI, Michel (1986), *L'identité*, Paris: PUF.
- NGUYEN VAN YEN, Claude (1987), *Droit de l'immigration*, Paris: PUF (Coll. «Thémis»).
- NOIRIEL, Girard (1988), *Le creuset français. Histoire de l'immigration XIX-XXème siècle*, Paris: Seuil.
- PARK, Robert (1967), *On Social Control and Collective Behavior*, Chicago: Chicago University Press.

- PARK, Robert (1928), «Human migration and the marginal man», *American Journal Sociology*, 33: 394-344.
- PARK, Robert e MILLER, H. (1921), *Old world traits transplanted*, Nova Iorque: Harper.
- PARK, Robert e BURGESS, Ernest (1921), *Introduction of the science of sociology*, Chicago: University of Chicago Press.
- PARSONS, Talcott (1973), *The structure of social action*, Nova Iorque: Mcgraw-Hill.
- PEIXOTO, João (2003), *Mobilidade de quadros*, Oeiras: Celta.
- PEREIRA, Victor (2012), *La Dictature de Salazar face à l'émigration. L'État portugais et ses migrants en France (1957-1974)*, Paris: Presses de Sciences Po.
- PETONNET, Collete (1979), *On est tous dans le brouillard, ethnologie des banlieues*, Paris: Galilée.
- PINTO, José Madureira (1991), «Considerações sob a produção social de identidade», *Revista Crítica de Ciências Sociais*: 217-231.
- POULANTZAS, Nicos (1975), *Pouvoir politique et classes sociales*, Paris: Maspero.
- RAVENSTEIN, Ernest George (1885), «The laws of migration», *Journal of the Royal Statistical Society*.
- RAY, David (1998), *Development Economics*, Princeton: Prince University Press.
- ROBERT, Paul (1979), *Dictionnaire alphabétique & Analogue de la langue française*, Paris: Société du Nouveau Littre.
- ROCHA TRINDADE, Maria (1995), *Sociologia das migrações*, Lisboa: Universidade Aberta.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques (1971 [1754]), *Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes*, Paris: Flammarion.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1994), *Pela mão da Alice. O social e o político na pós-modernidade*, Porto: Edições Afrontamento.
- SCHUTZ, Alain (1987), «L'étranger: essai de psychologie sociale», *Le chercheur et le quotidien*, Paris: Méridien Kilnicksick: pp. 217-236.
- SEDAS NUNES, Adérito (1964), «Portugal sociedade dualista em evolução», *Análise social*, Vol. II, 7-8, pp. 407-461.
- SEN, Amartya (2000), *Repenser l'inégalité*, Paris: Seuil.
- SERRÃO, Joel (1985), «Notas sobre emigração e mudança social no Portugal contemporâneo», *Análise Social*, XXI, 87-88-89: 995-1004.
- SERRÃO, Joel (1982), *A emigração portuguesa*, Lisboa: Livros Horizonte.
- SILVA, Manuel Carlos (1998), *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*, Porto: Afrontamento.
- SILVA, Manuel Carlos et al. (1997), *Do racismo e da xenofobia ao multiculturalismo. Um estudo das minorias de origem africana e de etnia cigana no distrito de Braga*, Braga: Universidade do Minho.
- SIMMEL, George (1999), *Sociologie, Études sur les formes de la socialisation*, Paris: PUF.
- SIMMEL, George (1984), «Digressions sur l'étranger», in Y. Grafmeyer e I. Joseph, *L'École de Chicago, Naissance de l'écologie urbaine*: 53-60, Paris: Aubier.
- SIMMEL, George (1968), *Soziologie*, Berlin: Duncker und Humblot.
- SMITH, Adam (1993), *Riqueza das Nações*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- SOROKIN, Pitirim (1927), *Social Mobility*, Nova Iorque: Harpers & Brothers.
- STARK, Oded (1991), *The Migration and Labour*, Cambridge: Basic Blackwell.
- STALKER, Paul (1987), *Workers Without Frontiers*, Boulder: Colorado Ilo.
- TABOADA, Isabel e LEVY, Françoise (1978), *Femmes et immigrées*, Paris: La Documentation Française.
- TABOADA, Isabel (1987), *Les immigrés des beaux quartiers*, Paris: LHarmattan.
- TAGUIEFF, Pierre André (1987), *La force du préjugé. Essai sur le racisme et ses doubles*. Paris: La Découverte.

- TAPINOS, George (1974), *L'économie des migrations internationales*, Paris: Armand Colin/FNSP.
- THOMAS, Faist (2000), *The Volume and Dynamics of International Migration and Transformation Social Spaces*, Oxford: Oxford University Press.
- THOMAS, William e ZNANIECKI, Florian (1971), «A Polish Peasant Family» in T. Shanin (org.) *Peasants and Peasant Societies: 23-29*, Harmondsworth, Middlesex: Penguin Books.
- THOMAS, William (1928), *The Child in America*, Nova Iorque: Knop.
- THOMAS, William e ZNANIECKI, Florian (1918-1996), *The Polish peasant in Europe and America*, Chicago: University of Illinois Press.
- THOMAS, Louis Vincent (1984), *Les fantasmes au quotidien*, Paris: Méridiens.
- TOURAINÉ, Alain (1984), *Le retour de l'acteur*, Paris: Fayard.
- TOURAINÉ, Alain (1978), *La voix et le regard*, Paris: Seuil.
- TOURAINÉ, Alain (1973), *Production de la société*, Paris: Seuil.
- TOURAINÉ, Alain (1965), *Sociologie de l'action*, Paris: Seuil.
- United Nations Population Division (2001), *World Population Prospects: The 2000 Revision*, Nova Iorque.
- VAN DEN BERGHE, Pierre L. (1967), *Race and Racism. A Comparative Perspective*, Nova Iorque, Londres: John Willey & Sons.
- VAN DIJK, Teun (1987), *Communicating Racism. Ethnic Prejudice in Thought and Talk*, Londres: Sage.
- VARLEZ, Law (1927), *Recueil des cours de l'Académie de droit international*, Tome 5, 171.
- WIEVIORKA, Michel (2008), *La diversité*, Paris: Robert Laffont.
- WIEVIORKA, Michel (2001), *La différence. Voix et regard*, Paris: Robert Balland.
- WIEVIORKA, Michel (1998), *O racismo. Uma Introdução*. Lisboa: Fenda.
- WIRTH, Louis [1987(1938)], «O urbanismo como modo de vida» in O. G. Velho (org.) *O fenómeno urbano: 90-113*, Rio de Janeiro: Guanabara.
- WIRTH, Louis [1987(1931)], *Le Ghetto*, Chicago: University Chicago Press, Illinois.



## Da difícil e árdua tarefa em pensar os termos etnicidade e hibridismo na pós-colonialidade portuguesa

Falei sobre um mundo onde a retórica das verdades absolutas levaram a toda a espécie de tiranias e de monstruosidades, mesmo quando bem intencionadas. Mas nunca me esqueci de que estava falando já para outro mundo, para um mundo sem respostas e sem convicções onde equivalentes tiranias e monstruosidades se tornaram em rotinas da indiferença quotidiana. No espaço autobiográfico entre esses dois mundos, a ironia substituiu a inocência, e as interrogações substituíram as certezas.

Macedo, 1993: 203

### 1. INTRODUÇÃO

Este ensaio resulta de várias reflexões que com o tempo foram, umas, perdendo o seu vínculo ao seu pensamento original – a possibilidade de se pensar com clareza os termos etnicidade e hibridismo cultural (Khan 2010) –; outras, ganhando novos contornos e até certo ponto alguma hesitação em enquadrar no tempo e espaço da pós-colonidade portuguesa estes mesmos termos (Khan 2006, 2011). Se os contextos históricos divergem entre si pela sua trajectória social, política e cultural no que diz respeito aos países que foram no passado potências coloniais e colonizadoras, também resulta diverso e múltiplo o contexto em que podemos criticamente analisar a arquitectura interior do que para alguns universos sociais podem ser familiares os estudos sobre etnicidade e hibridismo – a título de exemplo os Estados Unidos, Canadá, Reino Unido. O contrário também é aceitável na ausência de uma forte tradição de reflexões, investigações que procuram adequadamente

\* Centro de Investigação em Ciências Sociais, Universidade do Minho (sheilakhan31@gmail.com).

entender e contextualizar as realidades étnicas e híbridas existentes no seio de uma realidade nacional. No universo dos estudos culturais em língua portuguesa, confrontamo-nos ainda com uma insuficiente tradição na área da sociologia, não obstante as tentativas frutíferas da antropologia, da literatura e mesmo da psicologia. Como investigadora e observadora das realidades e experiências identitárias dos chamados imigrantes africanos oriundos das antigas colónias portuguesas, e com o meu olhar mais assíduo no caso da emigração/imigração moçambicana, é excessivamente notória a equidade de trabalhos de investigação que possam permitir uma base sólida de pesquisa para quem pretenda iniciar-se nestes caminhos aparentemente acessíveis e, contudo, tão distantes do pensamento e da produção científicos no contexto português de investigação<sup>1</sup>. Mais saliente é para um observador atento a notória existência de dois universos abissais (Santos 2007) no contexto português da pós-colonialidade: por um lado, um divórcio entre a sociedade portuguesa e o universo cultural e social dos habitantes das ex-colónias portuguesas; e por outro lado, a separação ainda por contornar entre as agendas de investigação e a experiência humana da pós-colonialidade portuguesa. No momento de uma crise europeia endémica, falar de conceitos como etnicidade e hibridismo torna-se quase um preciosismo para uma tradição de investigação muito pouco debruçada sobre estes temas, especialmente no que toca às narrativas de vida e de identidade daqueles sujeitos oriundos dos lugares pós-colonizados (Khan 2006, 2011, 2012; Fonseca 2010, 2012). Este fraco reconhecimento da diferença do outro (Fonseca 2012) releva de uma lábil capacidade de pensar a especificidade do pensamento pós-colonial português vigente no tempo de um Portugal “entroidado”, num momento em que as “caravelas” retomam uma obrigatória e urgente “descoberta”, mas com os seus baús vazios de superioridade civilizacional em busca de outros “centros”, estes ironicamente localizados nas suas antigas colónias; por exemplo, Angola e Brasil, lugares de «hábitos antigos de viver à custa de riquezas alheias para um depois que logo se veria o que podia ser» (Macedo, 2013: 14). Ainda antes de avançar na minha reflexão, seria relevante trazer para o contexto deste ensaio algumas “narrativas” que informam do caminho que procuro, agora, percorrer: por um lado, as características específicas da sociedade portuguesa, assim como a sua postura perante os vários momentos históricos que a acompanham, ou por aquela ignorados. E, por outro lado, a relação entre a sociedade portuguesa de risco vergastada pela crise atual e o contexto de investigação no espaço e tempo pós-colonial de língua portuguesa.

(1) Apesar desta observação, devo no entanto salientar os estudos já desenvolvidos e de grande mérito científico numa proposta de cruzamento de olhares entre história, antropologia, sociologia e literatura: veja-se, entre outros, os trabalhos de Ribeiro e Meneses (2008); Meneses (2007, 2009, 2010); Ribeiro (2012); Fonseca (2012); Khan (2004, 2006, 2010, 2011, 2012a, 2013); Leite, Khan, Falconi e Krakowska (2013); Leite, Chaves, Apa e Owen (2013).

## 2. DA MODERNIDADE SITUADAMENTE PORTUGUESA

O que significa e o que pretendeu a modernidade portuguesa no espaço e tempo da sua experiência colonial e ocidental? Será falacioso o argumento de que permanecemos, ainda, nessa modernidade tardia no que concerne ao modo como olhamos e hierarquizamos o património das experiências humanas existentes no tecido da pós-colonialidade portuguesa? Ao fazer estes dois questionamentos surge-me à memória um excerto do romance de Lobo Antunes, *O Esplendor de Portugal*, em que, a um dado momento, um dos personagens observa o seguinte, isto no que respeita um dos traços mais “excêntrico” e ambíguo da identidade cultural portuguesa:

«O meu pai costumava explicar que aquilo que tínhamos vindo procurar em África não era dinheiro nem poder mas pretos sem dinheiro e sem poder algum que nos dessem a ilusão do dinheiro e do poder que de facto, ainda que o tivéssemos, não tínhamos por não sermos mais que tolerados, aceites com desprezo em Portugal, olhados como olhávamos os bailundos (...) e portanto de certo modo éramos os pretos dos outros.» (Antunes, 1997: 255).

Na verdade esta «inconclusiva»<sup>2</sup> modernidade vem repetidamente acompanhando-nos nos tempos que escrevem a História de Portugal. Se na Europa, ou aos olhos dos nossos pares europeus, “Nós” éramos “os pretos”, tivemos em paralelo e como exigência profilática escapar a esta imagem rude de nós mesmos, imaginando-nos Outros perante “Outros” mais inferiores, menos civilizados e menos capazes do que nós. Esta a característica que é e foi uma constância com que nos debatemos durante séculos e que ainda nos vai debilitando à medida que a imagem refletida no espelho da sociedade europeia de risco nos devolve um país que, pese embora, todos os esforços de se imaginar como centro (Ribeiro 2004; Lourenço 2011), mantém-se economicamente um país do Sul e é como tal rotulado e hostilizado. No entanto, somos um “Sul” obstinado e resiliente em recusar qualquer tipo de análise e de avaliação que nos posicione no lugar de enunciação do que é o Outro, isto é, o nosso “Outro”. Porque no tabuleiro do poder geo-político, o lugar para nós reservado era o de Caliban e nunca o de Próspero (Santos 2002), a nossa modernidade converge com susceptíveis de contribuir para as reflexões de Partha Chatterjee para a experiência indiana, sendo assim que me parecessem explicar por analogia o caso português: «is the modernity of the once-colonized. The same historical process that has taught us the value of modernity has also made us the victims of modernity. Our attitude to modernity, therefore, cannot but deeply be ambiguous» (Chatterjee 1997: 20).

Nas palavras de Eduardo Lourenço vemos depurada a imagem desta inconstância e itinerância portuguesa sempre à procura de um “centro” para a partir dele se imaginar como

(2) Tomo de empréstimo esta expressão do romance de Helder Macedo, *Tão Longo Amor, Tão Curta A Vida*, Lisboa, Editorial Presença, 2013.

sujeito soberano ao lado dos seus pares europeus, e dessas palavras retiramos a lição de um mal-estar persistente, de uma anomalia identitária existente no devir histórico da experiência portuguesa quer colonial, quer pós-colonial (Lourenço 2011). Por conseguinte, não serão pouco familiares para o tempo atual as observações do estudioso:

«Na plenitude desta transumância europeia, os portugueses instalam-se, com a naturalidade inconsciente do povo habituado a sair de casa, nessa mítica Europa com que a *intelligensia* nacional dialogou ou sonhou penosamente durante séculos, mas o que verdadeiramente descobrem nela, por ausência e por contraste, é, ainda e sempre, Portugal. E o que mais importa, um Portugal visto de fora para dentro, que é de onde se vê tudo. Essa Europa sofrida como obstáculo mas também como desafio, estímulo e, por fim, casa própria mais confortável do que a abandonada por necessidade, a bem dizer, não os desencanta, porque os não encantava antes, mas transfigura a pequena pátria em lugar de “encanto”.» (Lourenço 2011: 106, sublinhado meu).

Não é remota nas memórias dos portugueses a realidade acantonada à vivência nas suas ex-colônias, esta como que uma pele que não se separa do modo como os portugueses concebem a sua percepção relativa àqueles que no passado faziam parte de estrutura ideológica colonial e imperial deste Portugal em permanente oscilação. Como constatei ao longo do meu trabalho de pós-doutoramento (Khan 2011) que se estruturou em tornou das narrativas de vida e de identidade de moçambicanos em Portugal, assim como das percepções e reflexões de vários quadrantes de pensamento português, incluindo escritores, investigadores e pensadores, se tornou inteira a convicção de que estamos perante uma sociedade ainda ancorada a aporias identitárias, que não nos permitem pensar com lucidez de que lado estamos no espaço e tempo da nossa História. Se, por um lado, Portugal deixou de ser um império e com isso deixou de ser “centro”, por outro lado, virou-se para a Europa em busca de um outro “centro”, ainda que nessa caminhada os portugueses se deparassem vezes sem conta com a estranha sensação de que não vestiam as vestes mais apropriadas e de tamanho certo para a sua tentativa de se posicionarem como um país de uma Europa do Norte Global. O passado trouxe consigo o sabor amargo da perda, no entanto, os portugueses parecem manter-se distraídos das tentações “agridoces” que este desejo de se posicionarem no imaginário como uma nação europeia tem como engodo um fatal malabarismo de jogos identitários: de um jogo de espelhos que não lhes retornam uma figura escorreta sobre quem são, para onde caminham e qual o futuro a construir. Perversamente, vão sendo alimentados abismos culturais e ontológicos sem sequer escutarmos o que fica nos interstícios, estes cuidadosamente identificados por Maria Manuela Cruzeiro como silêncios, dos quais somos portadores «por um jogo complexo de luz e sombras», e isto nas palavras da autora porque «somos exímios gestores do silêncio, mesmo quando falamos» (Cruzeiro 2004: 31).

Da giesta marítima que Portugal foi construindo como telas indeléveis da sua historicidade, os portugueses vão profusamente construindo a sua identidade nacional como um prisma que redundava numa desmedida imaginária: ora narrativizando-se como arautos de

civilização e de progresso, banhados por uma visão lusotropicalista do passado que «jaz morto», ora como nação europeia e multicultural. Numa das entrevistas por mim realizadas, justamente a que realizei à escritora Lília Jorge, à questão que lhe coloquei no que concerne aos laços de memórias que os portugueses desenvolviam com a sua consciência histórica, a romancista retorquiu sublinhando na sua resposta, a par com outros entrevistados, que o pudor de um auto-conhecimento lúcido, multifacetado e crítico remete para outras fraquezas estruturais e estruturantes dos portugueses de um modo geral. Nesse sentido, no entender de Lília Jorge:

«Eu acho que os portugueses são complexados consigo próprios, isto é, eu acho que os portugueses sabem que ocupam um pequeno espaço, digamos, de território no mundo e, ao mesmo tempo, têm consciência de que fizeram alguma coisa que não sabem muito bem definir. E, alguma coisa que nos caracteriza é uma espécie de receio de nos vermos ao espelho, acho que estamos mal colocados perante nós mesmos, nós não sabemos bem quem somos e temos medo de sabermos quem somos. Sobretudo, acho que nós não gostamos de teorizar sobre nós.» (Khan 2013: 46).

Esta impossibilidade ou incapacidade de teorização, de racionalização da identidade portuguesa debatida pela romancista dialoga claramente com as observações de Manuela Ribeiro Sanches, estudiosa de estudos pós-coloniais, para quem este pudor emerge de uma consciência, ainda que tépida, de uma subalternidade ancorada à fixação e concretização das etapas do imaginário de Portugal como centro, ainda que como um centro menor à luz dos outros centros europeus. No entender da estudiosa, a subalternidade que se encontra no discurso da identidade portuguesa resulta explicitamente de um esforço contínuo de uma busca e, em simultâneo, de uma recusa entre sermos híbridos e sermos europeus; entre sermos uma cultura mestiça e procurarmos ser imagem de uma postura que possa encobrir a ideia, como frisa Lília Jorge, de que «não transportamos uma cultura superior, e uma cultura, digamos, passe a expressão, uma cultura cultivada, e isso é um mal para nós. Quer dizer, é um mal porque não nos elevámos, e nem elevámos os outros e ao não fazermos isso, com esse receio, enfim, uma espécie de pudor, (...), penso que perdemos, precisamente, essa noção de perspectiva que fazem dizer «eu sou uma mistura», ou «eu não sou uma mistura», mas que tornam conscientes. Mas, o que os portugueses fazem é não quererem consciencializar, nem racionalizar quem são (...))» (Khan 2013: 47). Numa linha contínua de reflexão, Manuela Ribeiro Sanches formula o seu pensamento a partir de dois vetores sobre os quais oscilam e se formalizam as propostas de identificação portuguesa:

Há aqui um movimento muito curioso, uma certa ambivalência, que é, por um lado, nós queremos ser híbridos, mas, em certos contextos não queremos ser, queremos tornar-nos europeus. Mas, o que é tornar-se europeu? Tornar-se europeu é, muitas vezes, também, abandonar aquilo que nós consideramos ser o atraso, o vivermos num outro tempo, o deixarmos de ser primitivos, o tornarmo-nos mais brancos. Claro que, aqui, a brancura é utilizada de uma maneira, enfim, metafórica. E, portanto, é muito compli-

cado, porque, muitas vezes, pensamos «como é que a portugalidade se define?» Não se define como mestiça. Define-se como herdeira dos Descobrimentos, como o povo que deu mundos ao mundo, portanto, a expansão portuguesa, uma palavra que continua a ser utilizada numa missão mais generosa, mais branda, teoricamente, do que as outras histórias coloniais. Eu creio que é uma questão complicada em Portugal. (*Ibid.*, 2013: 47-48).

Será nesta mesma direção que se avoluma um fraco “dever de memória” (Levi, 2010) e a consciência histórica numa sociedade ainda enredada na sua inquisitiva memória do passado e, perante este dever de memória, as memórias das gerações vindouras – a pós-memória – (veja-se os trabalhos de Hoffman 2004; Hirsch 2001 e 2008<sup>3</sup>; Calafate, Ribeiro e Vecchi, 2012), parcamente se assume na possibilidade de um papel relevante para recuperar este arquivo feito de «camadas de silêncio» (Cruzeiro 2004: 31), algum manancial, algum património para dele resgatar testemunhos para uma leitura mais vigilante e mais crítica sobre o que é hoje o Portugal da pós-colonialidade no tempo e espaço português de investigação.

Uma das fraturas que é delineada, e de um modo sistemático nos estudos sobre a identidade portuguesa e a evolução da sociedade que lhe dá forma (Silva 2012), é a constatação de uma perceção pouco lúcida e consciente dos vários lados abissais existentes neste universo da pós-colonialidade de língua portuguesa. Se os debates teóricos apontam para a constatação de que o pensamento moderno ocidental é tão abissal hoje quanto o era no tempo colonial (Santos 2009), o que me parece no entanto inglório é a contínua não superação da oscilação identitária entre uma nostalgia colonial – remetendo sempre para a nossa “superioridade” face ao Outro e para a imagética de “nós” como centro – e um imaginário de traço pós-imperial e europeu – cultivando uma postura de ignorar, marginalizar o “Outro” que é nosso, aquele que vive e está mesmo ali ao lado, o “Outro” da colonialidade (*e.g.* Khan 2011). As oscilações perniciosamente acometem, também, outros quadrantes da sociedade no sentido em que a diversidade do quotidiano, e nele, todos os saberes e culturas existentes, porque mescladas por séculos de experiência colonizadora e

(3) Entenda-se aqui o papel relevante da pós-memória como ferramenta de recuperação de uma memória original, esta das gerações anteriores e testemunhas diretas dos eventos marcantes da história de um país, de uma nação, de uma cultura. Uso para melhor contextualizar a minha posição de trabalho a definição de pós-memória de Marianne Hirsch. Segundo a autora, pós-memória: «describes the relationship that the generation after those who witnessed cultural or collective trauma bears to the experience of those came before, experiences that they «remember» only by means of the stories, images, and behaviors among which they grew up. But these experiences were transmitted to them so deeply and affectively as to seem to constitute memories in their own right» (Hirsch 2008: 106-7). Na área dos estudos pós-coloniais de língua portuguesa, são poucos os trabalhos que possam, ainda, representar uma tradição de pesquisa sobre a pós-memória. No entanto, urge realçar o trabalho de investigação, coordenado pela investigadora Margarida Calafate Ribeiro (Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra), «Os filhos da Guerra Colonial: pós-memória e representações». Na literatura contemporânea portuguesa, podemos destacar os romances de Paulo Bandeira Faria, *As sete estradinhas de Catete* (2007), Helder Macedo, *Natália* (2009), Aida Gomes, *Os pretos de Pousaflores* (2011) e de Dulce Maria Cardoso, *O retorno* (2011).

colonial não é lida cuidadosamente pelas instâncias de investigação e de reflexão, isto é, pelo pensamento académico português. Como salienta com propriedade Ana Margarida Fonseca, «se são relativamente escassas as representações do colonizado na literatura portuguesa, são ainda mais raras as representações de africanos em Portugal, sejam eles refugiados ou imigrantes» (Fonseca 2010: 4). Ora, na verdade, as observações de Fonseca não se incompatibilizam com as palavras que o jornalista e escritor Jorge Araújo expressa na sua definição da “terra de ninguém” (Khan 2011) e para a qual foram arremessados os sujeitos que não cabem nas novas roupagens deste Portugal europeu e com ares de hegemonia de um Norte Global, ou, dito de um outro modo, de uma Europa de um Norte Global que se “pavoneia” como arauto de progresso e de modernidade. Mas, é no engodo desta ideia que vamos dissimulando o nosso “Sul” – a identidade periférica/semi-periférica em nós – em vários “centros” imaginados itinerantes e oscilantes, pois ora nos viramos para África, ora para a Europa em nome de uma fuga constante de nós mesmos:

Há momentos em que Portugal se vira muito para o Brasil como sendo produto de Portugal e a ligação é muito forte. Depois, há uma outra altura que Portugal esquece o Brasil e quer se virar para os outros países da Europa e, depois, sente que também não é Europa. É curioso que Portugal, do meu ponto de vista, só se assume como país europeu na sua relação com África ou com o Brasil; na sua relação com os demais países europeus, Portugal está sempre fora da Europa (entrevista realizada a Adriano Malalane, moçambicano e advogado; Khan 2011: 61).

O “Sul” como nosso traço semi-periférico (Santos 1994) devolve-nos um reflexo titubeante e quase líquido da nossa capacidade de poder e autonomia geo-política no complexo e hierarquizante rol das nações europeias, e perante a qual temos quase sempre uma reação de país subalterno, em permanente ensejo de um melhor e igualitário mapeamento do “nosso” Portugal na Europa. Deste cenário não muito auspicioso (ver Beck 2013, Tavares 2012, Innerary e Sonala 2013, Bauman 2013), resultam outros compromissos não menos frutuozos e quase sem tradição no espaço e tempo da pós-colonialidade portuguesa.

### **3. O “SUL” NO CONTEXTO PORTUGUÊS DE INVESTIGAÇÃO: UMA CONCLUSÃO “INCONCLUSIVA”<sup>4</sup>**

Gostaria de retomar a ideia inicial deste ensaio, relativamente à árdua e difícil tarefa de pensar os termos etnicidade e hibridismo na pós-colonialidade portuguesa. Perante uma sociedade que se define ainda de um modo silencioso face à sua experiência colonial e que pensa o seu pós-colonial à luz de uma imagética de um país de uma Europa do Norte

(4) Expressão retirada do romance de Helder Macedo, *Tão Longo Amor, Tão Curta A Vida*, Lisboa, Editorial Presença, 2013.

Global, por conseguinte o que poderiam ser tomados como conceitos relevantes e férteis para uma melhor e mais lúcida compreensão do Portugal atual, tornam-se na verdade quase marginais no contexto de investigação português. A dificuldade de atuar num sentido inverso implicaria uma desobediência epistemológica e cultural com os nossos estereótipos sobre o “Outro”, assim como uma rígida auto-análise de “nós” mesmos, adicionando-se a esta rutura a diminuição do distanciamento entre um pós-colonialismo de cariz quotidiano e um pós-colonialismo académico ou reflexivo. Desenvolvi este mesmo argumento no curso da minha investigação de pós-doutoramento ao colocar como questão central o seguinte: Portugal híbrido, Portugal europeu? O que resultou deste questionamento foi a permanência de um desconhecimento ainda presente na agenda da nossa investigação que, para alguns dos entrevistados, pende muito mais para uma nostalgia colonial e de timbre lusotropicalista, e menos no sentido de uma maior abertura face ao conhecimento do “Outro” que somos também nós (*e.g.* Khan 2013). Nesse sentido, esta “virose” epistémica da qual estamos há muito enfermos mantém-nos cegos na diversidade cultural e ignorantes da riqueza de tantos saberes, que mais do que nos colocar com o olhar e o pensamento mais críticos, nos torna mais fechados na convicção de um fado pobremente satisfeito com o imaginário de um país à beira-mar plantado. De facto, não estamos muito longe das palavras do músico e compositor português, Sérgio Godinho, quando diz: «Ai, Portugal dar-te conselhos é bem pouco original/ (mas) se de facto não quiseres querer-te mal/ olha p’ra ti ó Portugal/ e não te deixes assim vestir» (excerto da letra retirado de «Não Te Deixes Assim Vestir», do álbum *Coincidências*, 1983).

## BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, António Lobo (1997), *O Esplendor de Portugal*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- BAUMAN, Zygmunt (2013), *Europa Líquida. Entrevista de Giuliano Battiston*, Funchal: Nova Delphi.
- BECK, Ulrich (2013), *A Europa alemã. De Maquiavel a «Merquievel»: Estratégias de poder na crise do euro*, Lisboa: Edições 70.
- CHATTERJEE, Partha (1997), *Our Modernity*, Senagal, Dakar: SEPHIS and CODERSIA.
- CRUZEIRO, Maria Manuela (2004) «As Mulheres e a Guerra Colonial: Um silêncio demasiado ruidoso», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 68, Abril, pp. 31-41.
- FONSECA, Ana Margarida (2005), «Silêncios do Império: Representações da identidade cultural portuguesa nas entrelinhas da descolonização», *Dedalus: Revista Portuguesa de Literatura Comparada*, 10, pp. 473-487.
- FONSECA, Ana Margarida (2010), «O meu nome é solidão: representações da pós-colonialidade na ficção de Lobo Antunes», *VI Congresso Nacional Associação Portuguesa de Literatura Comparada / X Colóquio de Outono Comemorativo das Vanguardas*, Universidade do Minho 2009/ 2010, pp. 1-17
- FONSECA, Ana Margarida (2012), *Percursos da Identidade. Representações da nação na literatura pós-colonial de língua portuguesa*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

- HIRSCH, Marianne (2001), «Surviving images: Holocaust photographs and the work of postmemory», *The Yale Journal of Criticism*, volume 14, number I, pp. 5-37.
- HIRSCH, Marianne (2008), «The generation of postmemory», *Poetics Today*, 29: 1 (Spring), pp. 103-128.
- HOFFMAN, Eva (2004), *After such knowledge: Memory, History, and the Legacy of the Holocaust*, Nova Iorque: Public Affairs.
- INNERARITY, Daniel e SOLANA, Javier (2013), *A Humanidade Ameaçada: A Gestão dos Riscos Globais*, Lisboa: Edição Teodolito.
- KHAN, Sheila (2006). “Identidades sem chão. Imigrantes Afro-Moçambicanos: Narrativas de Vida e Identidade, e Percepções de um Portugal pós-colonial”, *Luso-Brazilian Review*, 43:2, University of Wisconsin: 1-26.
- KHAN, Sheila (2009), *Imigrantes Africanos Moçambicanos. Narrativa de Imigração e de Identidade e Estratégias de Aculturação em Portugal e na Inglaterra*, Lisboa: Editora Colibri.
- KHAN, Sheila (2011), «O “Sul” mesmo aqui ao lado: Cartografias Identitárias Abissais do Pós-Colonialismo Português», in A. Brandão e E. Rodrigues (orgs.). *Intersecções Identitárias*, Farnalício: Editora Húmus, pp. 49-64.
- KHAN, Sheila (2013, manuscrito de pós-doutoramento, no prelo), *Portugal Híbrido, Portugal Europeu? Gentes do “sul” mesmo aqui ao lado*, Coimbra: Almedina.
- LEVI, Primo (2010), *O dever de memória*, Trad. Esther Mucznik, Lisboa: Edições Cotovia.
- LOURENÇO, Eduardo (2011), *A Europa desencantada. Para uma mitologia europeia*, Lisboa: Gradiva.
- MACEDO, Helder (1991), *Partes de África*, Lisboa: Presença.
- MACEDO, Helder (2013), *Tão Longo Amor, Tão Curta A Vida*, Lisboa: Editorial Presença.
- RIBEIRO, Margarida Calafate (2004), *Uma História de Regressos: Império, guerra colonial e pós-colonialismo*, Porto: Edições Afrontamento.
- RIBEIRO, Margarida Calafate, RIBEIRO, António Sousa e VECCHI, Roberto (2012), «The children of the Colonial Wars: post-memory and representations», in I. C. Gil e A. Martins (orgs.), *The (in)visibility of war in modern culture*. Nova Iorque: Continuum Books, pp. 11-23.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1994), *Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto, Afrontamento, pp. 119-137.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2002), «Between Prospero and Caliban: Colonialism, Post-colonialism, and Inter-Identity», *Luso-Brazilian Review*, 39, 2: 9-43.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2007), «Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78: 3-46.
- SANTOS, Boaventura de Sousa Santos (2009), «Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia dos saberes», in B. S. Santos e M. P. Meneses (orgs.), Coimbra, Edições Almedina, pp. 23-71.
- SILVA, Augusto Santos (2012), «A mudança em Portugal, nos romances de Lídia Jorge: esboço de interpretação sociológica...», *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXIV, pp. 11-33.
- TAVARES, Rui (2012), *A Ironia do Projeto Europeu*, Lisboa: Tinta-da-China.



## Sentimentos de discriminação e racismo de ciganos portugueses<sup>1</sup>

### 1. INTRODUÇÃO

O objectivo deste texto é reflectir sobre as questões de racismo, discriminação e etnicidade em relação à população cigana portuguesa e sobretudo centrarmo-nos na vivência de ciganos integrados em situações de desigualdade e de sentimentos de discriminação, tendo por suporte uma investigação qualitativa realizada<sup>2</sup>. Apesar da problemática do racismo e discriminação não ser o cerne da questão dessa investigação, ela emerge de forma transversal e manifesta-se através dos discursos dos e das entrevistados(as).

### 2. CIGANOS PORTUGUESES: MINORIA OU ETNIA?

De acordo com Boudieu, «a identidade social afirma-se pela diferença» (Bourdieu 1979: 191), em que as práticas culturais constituem os marcadores privilegiados destas distâncias sociais e das estratégias de distinção mas é também marcada pela relação desigual das diferentes classes sociais. O desconhecimento ou distância social em relação ao outro alimenta sentimentos de medo culminando com atitudes discriminatórias ou de desigualdade. Assim, os ciganos portugueses movem-se entre diferentes contextos sociais e económicos, recebendo múltiplas influências que se traduzem em diferentes formas de

\* Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI), Universidade Aberta (olga.magano@uab.pt).

(1) Este texto baseia-se na comunicação oral apresentada no Seminário Internacional – *Etnicidade e Racismo*, Centro de Investigação em Ciências Sociais (CICS). Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, realizado em Braga nos dias 24 e 25 de Outubro de 2007. Agradeço ao Manuel Carlos Silva o convite para esta participação nesse Seminário e também pela oportunidade de apresentar esta reflexão.

(2) Magano, Olga (2010), «Tracejar vidas “normais”: estudo qualitativo sobre a integração social de indivíduos de origem cigana na sociedade portuguesa», Tese de Doutoramento em Sociologia, Lisboa: Universidade Aberta.

manifestação: umas mais visíveis, as que mais contrastam com as normas aceites socialmente, e outras mais invisíveis, por parte daqueles que fazem um esforço de aproximação e de penetração na sociedade dominante e que, por isso mesmo, se tornam menos visíveis. O que pode explicar a persistência de discriminação e racismo para com as pessoas ciganas? Um factor explicativo possível assenta na noção de alteridade entre os grupos sociais, tendo por base relações de poder e diferenciações culturais, na origem da distinção entre «nós» e os «outros». Essa configuração revela aproximações e distanciamentos com demarcação de espaços de sociabilidade e intensidade de relações entre os indivíduos.

Para Machado (1992), a etnicidade é a relevância que adquire a pertença a determinados grupos étnicos no plano das desigualdades sociais (a que se encontra ligada uma condição social desprivilegiada), das identidades culturais (que comportam padrões de comportamentos e de valores contrastantes com a sociedade envolvente), e de formas de acção colectiva (com tendência para a mobilização de acções políticas socialmente disruptivas). No entanto, a característica de etnicidade apenas se usa em relação a grupos que a sociedade marginaliza, a quem recusa a integração social e económica e a quem não deixa outro espaço simbólico (Wieviorka 1995).

Se tivermos como orientação a definição de Machado, os ciganos são um grupo étnico pelo facto de se assumirem como fazendo parte de um grupo culturalmente diferente e afirmam uma identidade social distinta. Não menos importante, são também vistos pela sociedade dominante como diferentes, o que advém da associação a um fechamento sobre si próprios, pela não partilha de alguns valores da sociedade envolvente (assumindo grande relevância a organização do trabalho e a aparente displicência em assegurar o futuro, em termos económicos). Tudo isto contribui para a manutenção de uma identidade social e pessoal diferente.

Deste modo, a construção da identidade social e étnica é construída dentro do grupo em que há partilha colectiva da pertença a um «nós» e que permite a afirmação cultural positiva de grupos diferentes, o que remete para a necessidade de cada indivíduo se inserir numa comunidade com a qual se sinta identificado (Maalouf 1999). A cultura cigana aparece como uma identidade étnica que resistiu à assimilação cultural, mantendo-se, *grosso modo*, ainda actualmente, como uma cultura distinta da sociedade maioritária em todos os países em que vivem ciganos e que se reflecte em todas as dimensões da organização social e familiar.

As situações de dominação de grupos e indivíduos expressam formas de desigualdade social e produzem identidades minoritárias prescritas pelo grupo social dominante. A produção de «minorias sociais e étnicas» acontece no quadro de relações sociais de dominação (de exercício de poder) e traduzem-se em relações desiguais que diminuem a capacidade de acção dos actores dominados quanto à definição da sua própria identidade. De um modo geral, o grupo dominante cria fronteiras jurídicas, territoriais e simbólicas que separam o seu grupo dos outros – fronteiras que garantem a preservação e a hegemonia – definindo o território jurídico, político, simbólico, dos grupos minoritários e os contornos da identidade étnica que lhes é atribuída (Taboada-Leonetti 1990). Ou seja, as noções de

«minoria», «étnico», «etnia» e de «etnicidade» são utilizados quase sempre apenas para nomear designar grupos social e economicamente desfavorecidos, revelando uma forma mais velada de discriminação.

Pressupondo que os portugueses ciganos partilham de um sentimento comum de pertença a um grupo com a mesma origem e valores culturais transmitidos de geração em geração, isto é, a identificação com uma especificidade cultural, então a «etnia cigana» traduz-se na partilha desse sentimento de pertença a cada grupo que tem alguns traços culturais específicos, quase sempre a viver em situação de desigualdade social e com padrões de comportamento e valores distintos da sociedade envolvente, podendo-se encontrar aqui o centro da sua etnicidade. Neste sentido, os ciganos constituem um grupo étnico pela auto-identificação com a pertença a um grupo diferente. Contudo, estas designações são usadas para designar minorias ou etnias pobres, e não outros grupos sociais ricos, de elite, o que contribui para reproduzir as formas de diferenciação social e estigmatização. Os ciganos portugueses e europeus constituem uma minoria étnica, sendo mesmo a mais expressiva, em termos numéricos a nível europeu com cerca de 10 milhões (Reyniers 2000). Em Portugal, são cerca de 50000 (Relatório Parlamentar 2009) e trata-se mesmo da etnia mais discriminada (Fernandes 1995).

Os ciganos continuam a ser a minoria que mais se distingue da sociedade maioritária e o alvo preferencial de expressões e atitudes racistas (Vala *et al.* 1999; Cabecinhas e Amâncio 2004; Faísca e Jesuíno 2006; Bastos *et al.*, 2007; Marques, 2007, Silva *et al.* 2002, 2004 e 2008). São também os ciganos que se encontram entre os grupos sociais mais vulneráveis à pobreza e à exclusão social (Comissão Europeia, 2009). Os órgãos de soberania da União Europeia têm tido um papel importante na fiscalização dos países membros no que se refere aos direitos humanos e de cidadania, com uma produção de várias resoluções e recomendações no que se refere ao tratamento dado aos indivíduos ciganos. Em concreto, o Parlamento Europeu<sup>3</sup> condena todas as formas de discriminação contra os ciganos e convida os Estados Membros a reconhecer os *Roms*<sup>4</sup> como uma minoria europeia e a encetar formas activas de luta contra a «romafobia», nomeadamente através da adaptação legislativa, e fomentar a participação cívica em todos os direitos de cidadania e a criação do Observatório Europeu dos Fenómenos Racistas e Xenófobos (EUMC) que, em 2007, foi substituído pela Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA). Como expoente de concretização destas recomendações foi definida a Estratégia Europeia de Integração dos Ciganos (Parlamento Europeu 2011) que se estende a todos os Estados-membros a obrigatoriedade de elaboração das suas próprias estratégias. No caso português, a estratégia foi elaborada pelo ACIDI (2011), aguardando-se a entrada em vigor e posteriores desenvolvimentos.

(3) Resolução do Parlamento Europeu sobre a situação dos *Roms* na União Europeia – P6\_TA (2005) 0151 (votada em 28 de Abril de 2005) (Liégeois, 2007).

(4) Designação escolhida para designar os vários grupos de ciganos residentes na União Europeia (Liégeois, 2007).

De acordo com Young (2006), aparentemente existe um paradoxo entre a democracia dos países da União Europeia e os direitos humanos no que se refere à criação do espaço dos outros. A Europa tem cerca de 10 milhões de ciganos que vivem nas margens das sociedades dos países-membros: foram confinados fisicamente, politicamente e socialmente. Para este autor, trata-se sobretudo de encarar a questão de como é que a União Europeia protege os direitos das minorias étnicas, sendo esta uma questão central de cidadania. A percepção básica da discriminação assenta na noção de Estado-Nação e nos processos de inclusão social nestas sociedades. Criou-se a figura do *outsider*, dos que estão fora das fronteiras físicas e culturais construídas com a definição dos Estados (que tendencialmente caminharam para a homogeneização). Constrói-se a concepção de que as minorias são os “outros” e que os vários grupos se medem pelos direitos difundidos pelos discursos populares que reforçam a diferença. Sobre os ciganos foi criada a imagem de que são incapazes de participar na sociedade, o que acaba por justificar as medidas de repressão e de exclusão social. Como podem os governos democráticos que assentam na defesa dos direitos humanos aceitar estas discriminações? No caso dos ciganos, foram criados discursos de que são anti-modernos, nómadas, criminosos e perigosos para o progresso e coesão da sociedade. Estes discursos criaram uma representação dos ciganos como perpétuos desordeiros e que são discriminados, novamente, no que se refere à forma de participar na vida sedentária, no tipo de educação oferecida, na quase impossibilidade de conseguir emprego, acabam por serem confinados a um círculo vicioso de pobreza e exclusão. O racismo e a discriminação para com os ciganos criaram de facto um segundo tipo de cidadania. Em todos os países há medidas que são quase só meramente dirigidas aos ciganos confinando-os às margens dos espaços urbanos e outros espaços degradados (por exemplo, em Bragança, um dos locais em que residem famílias ciganas era uma antiga lixeira municipal (Nicolau 2010)). O grau de separação espacial entre as comunidades ciganas e não ciganas está directamente relacionado com os níveis de prosperidade e pobreza, acesso aos serviços, ou seja, de inclusão e exclusão de cada um deles. A segregação residencial não é uma experiência nova para os ciganos, desde sempre foram atirados para as periferias como forma de controlo através do espaço e também na prossecução da tentativa de liquidar esses modos de vida anacrónicos. Ainda de acordo Young (2006), com este autor a inclusão pela força legislativa não conduz necessariamente à inclusão social e cultural. Os «Roma» foram tradicionalmente vistos como um problema, como barreira ao progresso e modernização e também como alvo das autoridades do Estado para assimilação e/ou extinção. Resumindo, os ciganos são um problema social a ser resolvido pelos Estados com medidas de inclusão mas que continuam a ser regulados pela exclusão.

Alguns estudos realizados junto de algumas famílias ciganas em Portugal, por exemplo, por Costa e Pimenta (1991), Castro (1995), Secretariado Diocesano de Lisboa (1995), Pinto (2000), Mendes (2007), Silva *et al.* (2008), constataam que os níveis de escolaridade dos ciganos são baixos, as ocupações profissionais têm um carácter precário, as condições habitacionais são insalubres ou inadequadas à tipologia e dimensão familiar, alguns são portadores de doenças crónicas e muitos deles não têm qualquer apoio da Segurança

Social. Considerando que os ciganos não são estrangeiros nem recém-chegados ao país, pelas desigualdades e discriminação em que vivem podemos concluir que têm sido alvo preferencial de discriminações sucessivas.

A regulação social visa a promoção da «normalização» dos indivíduos, dos cidadãos, pelo que não existem políticas sociais ou medidas específicas dirigidas à população de origem cigana. Apesar de os ciganos serem abrangidos por algumas políticas sociais, como o caso do Rendimento Social de Inserção, não são consideradas as suas especificidades culturais, ou outras características importantes para a compreensão da envolvente social e cultural, nomeadamente o elevado analfabetismo, a dimensão das famílias, etc. Assiste-se a uma estereotipia do «cigano» que resulta da forma como tradicionalmente têm sido tratados pelas sociedades de acolhimento, nomeadamente pela imagem divulgada pelos meios de comunicação social, com notícias sobre associação a crimes violentos ou de tráfico de droga e que acabam por se reproduzir e perpetuar na transmissão cultural. Um grupo só pode estigmatizar outro, com eficácia, quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído (Elias e Scotson 2000: 23). Os grupos socialmente minoritários, a maior parte das vezes, são grupos desprovidos de recursos económicos e de poder político, sendo alvo de tratamentos desiguais por parte da maioria.

### **3. CIGANOS, RACISMO E CIDADANIA**

A concepção de racismo assenta numa categorização essencialista que reduz os indivíduos ou os grupos a um estatuto representante do seu grupo de pertença ou da sua comunidade de origem erigida em natureza ou essência, fixa e intransponível, em que a mera pertença é não apenas vaticinadora do pensamento, como estilo e conjunto de conteúdos, mas também normativa em que o indivíduo é «desindividualizado» (Taguieff 2002). As práticas sociais e políticas orientadas por visões racistas originam a segregação, exclusão, discriminação, desigualdades e expulsão dos indesejáveis (definidos como não assimiláveis, inaptos, ou perigosos). A estigmatização é uma forma de exclusão simbólica que põe em jogo os estereótipos negativos em que todos os representantes de uma categoria de pertença absolutizada (Taguieff 2002).

O conceito de raça, assente nas diferenças fenotípicas, foi sendo substituído pelo conceito de grupo étnico que se baseia em diferenças culturais e comportamentais face aos padrões estabelecidos pela cultura dominante (Cabecinhas e Amâncio 2004). No entanto, esta tendência apenas se verifica em relação aos grupos mais desfavorecidos social e economicamente, não assumindo o aspecto cultural uma centralidade como seria de esperar pela definição (Machado 2002), sendo esta a situação que se verifica para com os indivíduos de origem cigana: frequentemente, são sujeitos a representações, estereótipos e estigmatizações homogeneizantes.

Para Silva (2000) é possível distinguir-se entre o racismo biológico que assenta na pseudo-teoria do conceito de raça, enquanto conjunto de características físicas herdadas

(cor do cabelo, pele) que o desenvolvimento dos estudos genéticos demoliram como a preensão da teoria da raça pura e o racismo cultural que seria uma espécie de racismo sem raça e que consistiria num etnocentrismo com intuito de justificar as práticas de discriminação com a superioridade cultural ou a defesa da própria cultura contra as ameaças do exterior (Silva 2000: 70). Esta nova forma de racismo expressa-se também em racismo institucional e apresenta uma forte componente xenófoba em que tenta aculturar o que é anacrónico ou retrógrado. Seria possível assim a distinção entre grupo racial com a apresentação de traços físicos entendidos como herdados e imutáveis e grupo étnico como tendo características sociais e culturais aprendidas (origem, língua, religião, cultura, hábitos e estilos de vida). Para este autor «o biológico nunca poderá constituir qualquer base credível para justificar atitudes racistas ou discriminatórias» (Silva 2000: 73).

De acordo com Marques (2007) e Bastos *et al.* (2007), os ciganos portugueses são uma categoria de população sujeita a grande discriminação. No funcionamento da sociedade portuguesa há generalização de preconceitos, discriminação sistemática em várias áreas da vida social e violência de linguagem ou segregação residencial, o que contraria essa representação simbólica de que os portugueses «não são racistas» (Marques 2007: 14). Sob a forma de racismo diferencialista rejeita-se, distancia-se, expulsa-se certos grupos com uma ênfase essencialista das especificidades culturais e identitárias, atribuindo-lhes um carácter estático ou imutável. Exemplo de racismo diferencialista é a forma de racismo dirigida aos indivíduos de origem cigana que sempre foram tratados negativamente pelos poderes públicos – percebidos «como inassimiláveis, como corpos estranhos que atentam a uma pressuposta harmonia e segurança das comunidades.» (Marques 2007: 41). Sob este ponto de vista, os ciganos são entendidos como uma ameaça interna que deve ser afastada, sendo sistematicamente dificultado e ignorado o acesso a um lugar condigno no sistema social.

Aliás, em alguns estudos, essa aversão profunda a ciganos é muito evidente. É o caso do estudo desenvolvido por Silva, Sobral e Ramos (2008) em que se constata que de um modo geral os não ciganos atribuem aos ciganos características particularmente negativas, em que se sobrevalorizam os aspectos negativos dos ciganos: são apontados como muito agressivos (62%), muito falsos/mentirosos (63%), maliciosos (63%), desonestos (32%). Os respondentes das várias profissões consideram os ciganos preguiçosos (82.5%), uma vez que não se regem pelos horários que eles consideram «normais»: «*Ninguém os vê a madrugar... Claro, às tantas da noite ainda se ouve barulho, a chegarem dos cafés e andarem sei lá bem onde...*» (operário, 42 anos) (Silva *et al.* 2008: 5). Neste estudo verifica-se também que o facto de o bairro ter ciganos contribui para lhe conferir uma imagem negativa, sendo designado por «Bairro dos Ciganos» quando apenas existem cerca de 14 famílias ciganas, somando no total cerca de 140 indivíduos, num bairro com cerca de 2000 habitantes, ou seja, 7%. Tal como outros autores já haviam constatado (Costa e Pimenta 1995, Pinto 2000), confirma-se o contraste entre a sua fraca visibilidade demográfica e a sua forte visibilidade étnica e social. Ainda de acordo com este estudo, o facto de ser «desprestigiante» viver num bairro com ciganos pode explicar certas atitudes e

comportamentos adoptados pelos moradores. Por exemplo, apesar de a maioria ter afirmado: «*Eu não sou racista*», 48% considera que «*por vezes a discriminação racial é justificada*». Mais, quando questionados sobre se há «ciganos a mais» em Portugal, 54% dos inquiridos «concordam» com esta afirmação e inclusive 19% «concordam totalmente». Frases como «*Eles são todos uns mafiosos*», «*Eles não prestam*», «*Deviam sair todos daqui para fora*», são frequentes ao longo do estudo, sendo que mesmo no caso em que existe um contacto mais directo com pessoas ciganas, o cigano continua a ser definido a partir de uma imagem estereotipada, como membro de um grupo homogéneo, atendendo muito raramente a diversificações e variações.

Constata-se o predomínio de atitudes preconceituosas e de práticas discriminatórias e de racismo dando lugar a estratégias de evitamento, rebaixamento e hostilidade (Silva e Pinto 2004). Neste estudo sobre práticas e representações em relação às minorias étnicas, os não ciganos atribuem as seguintes imagens aos ciganos: a da preguiça, os «ciganos não querem trabalhar»; 62,7% dos inquiridos associam os ciganos ao tráfico de droga e à venda de material contrafeito, o que faz com que tenham boas situações económicas, sendo, por outro lado, responsabilizados pela sua situação: «Os ciganos vivem na miséria porque gostam», «não se comportam de acordo com a sociedade», são algumas das frases que costumam ser referidas (cf. Silva e Pinto 2004: 101).

As imagens e representações sociais sobre indivíduos de origem cigana mais divulgadas continuam a ser extremamente negativas. Encontram-se enraizadas na mentalidade colectiva, sendo difícil conseguir provocar mudanças nessas concepções o que, aliás, é constatado noutros estudos como, por exemplo, o de Cabecinhas e Amâncio (2004), de Vala *et al.* (1999) e de Marques (2007). No estudo de Cabecinhas e Amâncio (2004), os ciganos foram o grupo mais referido quer na condição de grupo étnico (92,5%) e na condição de raça (64,3%). Constatam as autoras que por parte dos jovens alvo do estudo, continua a não existir distinção entre grupo étnico e raça, sendo que as características culturais definidoras dos grupos étnicos são inseparáveis das características físicas ligadas à hereditariedade, ou seja, são vistos como grupos com características intrínsecas, imutáveis e muito marcadas que os distinguem da maioria ou da cultura dominante. Conclui-se que, apesar das tipologias raciais terem sido abolidas da ciência, continuam a estruturar o pensamento do senso comum (Cabecinhas e Amâncio 2004: 145).

Os cidadãos portugueses não se consideram racistas mas as representações sociais reflectem uma rejeição generalizada em relação aos ciganos. Faísca e Jesuíno (2006) constatam que para a formação dessas representações sociais negativas pouca importância tem a idade ou o estatuto social dos inquiridos. Elas são acentuadas com a imagem veiculada pela comunicação social, onde se transmite, quase sempre, o estereótipo negativo e que é claramente explícito nas representações sociais dos portugueses relativamente aos ciganos (SOS Racismo 2001, Mendes 2007). De acordo com o estudo referido de Faísca e Jesuíno (2006), o tipo de contacto com indivíduos ciganos contribui para a formação de uma imagem menos negativa, sobretudo entre as mulheres e nos mais jovens, e no contexto das relações comerciais ou de vizinhança. No entanto, a imagem deteriora-se se esse contacto foi

processado em termos de violência ou de mendicidade. As gerações mais velhas de não ciganos defendem a concentração dos ciganos mas as mais jovens e mais escolarizadas tendem a ter opinião menos negativa. Este estudo revela que o estereótipo é desproporcionado tendo em conta a esmagadora percentagem dos casos em que o contacto se processa em uma espécie de indiferença face aos ciganos. Os sentimentos de medo e pena, a adesão a crenças veiculam preconceitos negativos e a negatividade preponderante para os caracterizar permite afirmar que os ciganos são a minoria menos amada dos portugueses (Faísca e Jesuíno 2006).

Uma forma de racismo subtil consiste em considerar como «comunidade» os locais onde residem indivíduos ou grupos de origem cigana. Trata-se de um mito que tende a ser diferenciado pela redução estereotipada a uma entidade homogeneizada culturalmente e essencializada no tempo e no espaço. O que os vários estudos sobre ciganos demonstram é que eles constituem populações segmentadas e diversificadas por trajectos históricos e culturais heterogéneos e, em Portugal, esta ideia é reforçada pela formação de «raças», não no sentido rácico mas no sentido de famílias<sup>5</sup> (Bastos *et al.*, 2007), em competição identitária e pragmática entre si.

O argumento de auto-exclusão da «comunidade» cigana, de que são eles que não se querem integrar, costuma ser usado como forma de responsabilizar os ciganos pelo seu modo de vida. No entanto, são frequentes as referências a discursos ofensivos no quotidiano, recalcados pelas notícias da comunicação social que os retrata como indivíduos conflituosos, a viver nos interstícios ou nas margens da sociedade (Mendes 2007). A nossa perspectiva é a de que se nos distanciarmos de perspectivas essencialistas, aferimos que sempre co-existiram situações diversas, reflectoras da diversidade de grupos, de famílias e de indivíduos ciganos que apontam para diferentes processos de socialização, diferentes experiências sociais e de interacção social.

Viver numa sociedade democrática deveria assegurar, à partida, a possibilidade de usufruir de uma cidadania efectiva mas existem diferenças no exercício efectivo dos direitos de cidadania e que podem ser entendidas como formas de desigualdade, discriminação e racismo. A maior parte dos indivíduos de origem cigana sentem-se discriminados nas principais áreas da vida social, desde a forma como são tratados pelas instituições de prestação de serviços públicos até às práticas discriminatórias no acesso a espaços de diversão ou de comércio e de lazer (Mendes 2007, Santos *et al.* 2009, Magano 2010). O sentimento de serem vítimas de discriminação social e espacial traduz a percepção da distância social e simbólica em relação à sociedade em que vivem e da qual fazem parte. Situação ainda mais incompreensível por se tratar de uma reconhecida população nacional e por serem cida-

(5) A palavra «raça» costuma ser usada pelos ciganos para indicar a família de cada um (Bastos *et al.* 2007, Mendes 2007). «Raças são conjuntos de famílias com um antepassado comum (real ou imaginário), associados a regiões do país, mais ou menos extensas (do local ou regional) sobre as quais é suposto terem controlo baseado na antiguidade da ocupação ou no facto de terem prevalecido sobre os seus «contrários» (Bastos *et al.* 2007: 24).

dãos portugueses. Nos resultados avançados por Silva *et al.* (2008) refere-se que 93% dos ciganos questionados afirmam ter sido vítimas de discriminação racial por parte de pessoas ou instituições, sendo a discriminação no acesso ao emprego uma das formas mais referidas pelos indivíduos ciganos (21,4%). Não obstante a diversidade cultural e a esperada pluralidade da sociedade portuguesa, ela continua ser uma sociedade «com muros» (Barreto e Pontes 2007). Esta discriminação para com os ciganos inscreve-se no território nacional, por ocuparem espaços territoriais desqualificados sob o ponto de vista social e urbano, como uma marca visível a que se pode chamar de «guetização» e que separa os indivíduos pelos diferentes espaços, com a respectiva valoração e diferenciação social entre eles, que se traduz numa segregação social e espacial (Rémy e Voyé 1994).

Os problemas sociais que as famílias ciganas vivem continuam a persistir e assumem a forma de discriminações persistentes (Bastos *et al.* 2007): continua a ser a população onde existe maior taxa de pobreza e de analfabetismo, considerados maioritariamente não empregáveis. No estudo de Silva *et al.* (2008), não são considerados sequer como concorrentes no mercado de trabalho: 100% dos inquiridos neste estudo não encaram os ciganos como possíveis concorrentes no mercado de trabalho; são também as principais vítimas das perseguições policiais, com a confiscação de bens e onde se registam taxas elevadas de detenções. De acordo com Moreira (1999), em Maio de 1998 encontravam-se detidos em prisões portuguesas, 787 pessoas de etnia cigana, o que, comparando com a população não cigana encarcerada, significa dez vezes mais a taxa de população nacional. No total dos estabelecimentos prisionais, a etnia cigana não corresponde a mais do que 5% da população total. No entanto, este valor está francamente acima da representatividade que esta etnia tem em território nacional (Gomes 2011, Moreira 1999).

No seu quotidiano, os ciganos são distinguidos e frequentemente discriminados nas interações sociais com outros cidadãos, mas também por parte das instituições públicas encarregadas de gerir e aplicar políticas sociais. Num estudo realizado por ERRC/Númena refere-se que trabalhadores da Segurança Social «declararam que o centro de emprego não tem capacidade de colocar nenhum cigano no mercado e trabalho, e aludiu à possibilidade de discriminação no processo: «O centro de emprego não lhes arranja empregos porque não há empregos ou porque eles são ciganos?» (ERRC/Númena 2007: 55). Para além deste aspecto, também é referido que «embora os ciganos usem agora os centros de emprego, em resultado das exigências do RSI, eles não conseguem na maior parte das vezes colocar os ciganos num emprego devido, em parte, à relutância dos empregadores. De acordo com diversos entrevistados, os empregadores, perante dois trabalhadores de características semelhantes, preferem sempre candidatos não-ciganos. E é o empregador que escolhe, em última análise, de entre uma série de candidatos apresentados pelo centro de emprego, os futuros empregados.» (ERRC/Númena 2007: 56). Ou seja, mesmo que o indivíduo cigano siga as orientações do sistema institucional relativo às regras da Segurança Social e do Centro de Emprego, há barreiras que são quase intransponíveis e que passa pela aceitação de trabalhadores ciganos por parte das entidades patronais.

#### 4. PERCURSOS DE VIDA E SENTIMENTOS DE DISCRIMINAÇÃO

Contrariando a estereotipia reproduzida sobre a homogeneidade dos ciganos, algumas investigações empíricas apontam diferenças de traços culturais e sociais entre grupos e indivíduos ciganos (Lopes 2006, Mendes 2007, Magano 2010). Nos processos de auto-distinção entre ciganos descobrem-se a importância de aspectos como a «pureza» cigana da origem familiar (ter ambos os progenitores ciganos ou não), a zona de residência ou área geográfica (ocupação territorial, quer em termos da oposição rural/urbano, quer nos diferentes espaços da cidade), o tipo de inter-relação com a sociedade envolvente (o que influencia a maior flexibilidade e/ou rigidez com que se praticam as tradições ciganas) e o capital social, económico e simbólico de cada um deles que lhes dá diferentes estatutos sociais (Mendes 2007, Magano 2010). Os ciganos vivem e convivem na sociedade de consumo que apela a formas de estar e a estilos de vida que vão colidindo com as tradições ciganas mais conservadoras. O acesso a bens de consumo generalizados ou mais de elite (de luxo) provoca a interpenetração de novas ideias e de novas expectativas com consequências ao nível do quotidiano, nos estilos de vida, por exemplo, de se apresentar, em termos de vestuário usado, principalmente as mulheres nos penteados e recurso a outros adereços, bem como a ostentação de bens de consumo por parte dos homens (telemóveis, carros, roupa de marca) (Mendes 2007).

Existe uma diversidade de designações para se auto-nomearem e auto-distinguírem, por exemplo, ciganos transmontanos, *chabotos*, ciganos galegos; ciganos alentejanos, ciganos beirões, ciganos portugueses, gitanos, etc. Reveladores das divisões sociais, culturais e geográficas entre os ciganos são também os modos de vida (como ser mais ou menos itinerante, o pedir esmola, vender nas feiras, etc.). Se para os não ciganos, os ciganos são todos apenas «ciganos», entre os ciganos as distinções revelam clivagens entre grupos que se prendem com o capital económico, social e simbólico e tipo de prestígio associado ao nome da «raça» (família), do indivíduo (e o poder que daí lhes advém). Assiste-se à produção de uma tipologia de ciganos, diferenciados entre os que são mais ou menos ciganos. Para alguns, os verdadeiros ciganos convivem com os não ciganos e até podem demonstrar querer perder o modo de vida cigano, não são retrógrados, acompanham a evolução dos tempos, enquanto que outros, por exemplo, os ciganos «transmontanos» terão ainda um modo de vida marcado por um certo nomadismo, trajando, em geral, de forma mais tradicional e adoptando uma fala diferente, portanto, um tipo de cigano mais “atrasado”; por outro lado, há a ideia de que os ciganos de Lisboa são mais civilizados ou mais modernos do que os ciganos alentejanos (Magano 2010)<sup>6</sup>.

(6) Os dados apresentados referem-se a uma investigação qualitativa realizada sobre percursos de integração em Portugal entre 2008 e 2010 e que deu origem à Tese de doutoramento em Sociologia de Olga Magano, 2010 (ver nota 3). Foram realizadas entrevistas em profundidade a 11 homens e a 10 mulheres de origem cigana integrados, em Bragança, Braga, Porto, Coimbra e Lisboa, tendo como critério de selecção o exercício de uma actividade profissional remunerada por conta de outrem.

«Nesse caso dos «chabotos», têm uma concepção completamente diferente tanto no vestir como até na higiene. (...). Vai a uma barraquinha de ciganos mesmo, de ciganos aqui em baixo (Lisboa), verdadeiramente ciganos (...), é capaz de dizer «dê-me um copinho com água», tem limpeza, tem higiene, tem tudo! Nessas barracas, lá no Norte, com os tais «chabotos», as condições de higiene são muito precárias (Homem, 55 anos, consultor) (Magano 2010).

«Os ciganos como deve ser, entre aspas, que têm um padrão bom são aqueles que andam na venda, têm boas bancas, têm lojas, têm um bom estatuto social, está a entender?» (Homem, 24 anos, mediador) (Magano 2010)

A auto-diferenciação entre ciganos remete para uma concepção intrínseca de desenvolvimento civilizacional em que uns se consideram mais desenvolvidos por se encontrarem mais adaptados à sociedade moderna, seja em termos de ocupações, seja em adopção de alguns modos de vida, enquanto os outros ciganos são vistos como atrasados em relação a essa linha evolutiva imaginária. São frequentes as afirmações de distanciamento em relação a outros ciganos como «*Nós não somos assim.*», «*Nem todos os ciganos são iguais*» (Mulher, 26 anos, empregada de café), «*Os «gitanos»<sup>7</sup> não casam com os de fora*» (Mulher, 29 anos, educadora de infância) ou «*uns vivem do negócio, outros vivem da mendicidade*» (Homem, 51 anos, formador).

Ser «cigano» não implica necessariamente uma existência totalmente dissolvida no e para o grupo de origem. Começa-se a incorporar e a mobilizar aspectos da identidade moderna reflexiva, tomando a seu cargo as decisões mais importantes para a sua vida, apesar da pressão forte do grupo. Refere Velho (1999) que mesmo neste tipo de grupos há sempre alguma margem de autonomia que permite alguma individualização (Velho 1999). O indivíduo de origem cigana recebe traços culturais ciganos e não ciganos que remistura e traduz nas formas de concepção sobre o que é ser cigano. Uma das nossas conclusões significativas é que se tornou possível *ser cigano* sem desenvolver *prática cigana* (Magano 2010), ou seja, são permitidos desvios em relação ao modelo padronizado de ser cigano. Os que não fazem *prática cigana* continuam a sentir-se ciganos e a participar em alguns momentos importantes das famílias: trata-se de uma questão sociológica que nos remete para a possibilidade de desfasamento entre o sentir e o agir e também para a pluralidade de percursos de vida permitidos nas sociedades contemporâneas. Estes indivíduos têm oportunidade de contactar, conhecer e conviver com ciganos e não ciganos, em contextos não segregados, abrindo-se oportunidades de opções de vida e são estes elementos que introduzem no grupo de pertença elementos inovadores e outras práticas sociais miscigenadas, nomeadamente em termos de consumo ou do que é ou pode ser aceitável na cultura cigana, integrando-a e transformando-a (Mendes 2007, Lopes 2008, Magano 2010).

As interações sociais entre os indivíduos com cruzamento de traços culturais e vários estilos de vida proporcionam formas identitárias fluidas que se traduzem em traços de

(7) Os ciganos de origem espanhola são designados por *gitanos*.

mestiçagem (Gruzinski 2001, Laplantine e Nouss 2002) e, neste sentido, influenciam a identidade social cigana e a concepção de *ser cigano*. Adoptam-se estratégias de preservação de alguns traços culturais ciganos (nem que seja uma questão meramente simbólica) mas também se mostra disponibilidade para incorporar valores e atitudes da cultura da sociedade maioritária. A compreensão das formas de adaptação identitária passa pela procura de indicadores sobre como circular entre diferentes espaços sociais, grupos culturais e universos sociais quase sempre hierarquizados entre os que são de dentro e os fora (relação dualizada entre o nós e o eles). A circulação social pode implicar a adopção de novos hábitos, valores e novas formas de estar e sentimentos ambíguos: por um lado, desejar integra-se<sup>8</sup> mas, por outro lado, ter medo das consequências que podem advir dessa integração. É que nem sempre os esforços de adaptação desenvolvidos pelos indivíduos de origem cigana integrados são reconhecidos socialmente (seja por não ciganos seja por ciganos). Por exemplo, um representante de uma associação cigana desabafou que «*o cigano continua a ser visto como o que rouba, mata*». No seu caso, sempre teve vontade de mudar: fez um curso, aumentou conhecimentos e a auto-estima, mas continua a não ter oportunidade de emprego, o que o faz sentir desiludido por ter feito percurso de integração e continuar a ser apontado como «o cigano» e não ter oportunidades de demonstrar o que vale (Faísca e Jesuino 2006).

De uma forma geral, os ciganos mais distanciados do modo de vida tradicional debatem-se com problemas colocados quer por parte da família ou grupo cigano quer pelos não ciganos que os continuam a conotar com imagens negativas. Pelos ciganos, são acusados de expor a cultura cigana aos não ciganos (sentimento de traição): «tudo o que sai dos círculos de identidade e da tradição é criticado pelos outros» (Câmara 2003: 86).

O cerne da questão prende-se com o aparente paradoxo que existe entre o percurso de incorporação e de integração realizado por homens e mulheres ciganos mas que, na sua vida quotidiana, continuam a ter de enfrentar formas de discriminação e racismo sentidas e vividas. Ter origem cigana marca as suas vidas: sobrepõe-se mesmo ao estatuto social das famílias e dos indivíduos e encrava-se na pele (Wieviorka 2002). «Ser cigano» constitui uma marca que estigmatiza e com conotação negativa que faz com que se deparem com situações de discriminação e racismo nas diversas dimensões das suas vidas, é o caso das relações de vizinhança, na escola, no trabalho, no acesso a instituições sociais, etc., sendo que em Portugal ainda há pouca tradição de participação cívica, de «tomar a palavra»<sup>9</sup> por parte de indivíduos ciganos: são ainda poucos os casos de activistas associativos ou políticos que reivindicuem a defesa dos direitos de cidadania dos ciganos.

Apesar de ser frequente a manifestação de orgulho nas origens ciganas, para alguns e algumas entrevistados/as (Magano 2010) ser de origem cigana consiste numa infelicidade

(8) Integração entendida em termos sociológicos, como forma de designar a operação pela qual o indivíduo se incorpora num determinado meio social e não de assimilação ou perda de traços culturais (Schnapper, 2007).

(9) Significa a necessidade de aumentar a participação cívica dos interessados nos processos de discussão e intervenção social (Madec, 1998; AMUCIP, 2006).

que herdaram e da qual se tentam libertar. A discriminação é sentida mais intensamente quando não vêm reconhecidos os seus esforços para se integrarem (com a escolarização, trabalho, relações sociais, etc.) e os faz desejar distanciarem da imagem que os não ciganos têm sobre eles (como «ciganos»). Mas esse processo é dificultado quase sempre por entraves familiares que alegam aspectos de afirmação da cultura cigana para impedirem outras formas de vida: «*Quem está numa família (cigana) não consegue fazer o percurso escolar*» (mulher, 29 anos, educadora de infância).

Apesar de as relações de vizinhança serem muitas vezes descritas como cordiais e de solidariedade, há também casos de resistência e discriminação, sendo difícil afastar a imagem negativa conotada com a palavra «ciganos»:

«Chamam-nos «os ciganos» e isso! Mas são todos nossos amigos aqui! Fomos cá todos criados. (...) Nós trabalhamos como eles, fazemos tudo como eles. Acho que não temos nada... Isso é, acho que já é uma sina que nós temos, de nos chamarem ciganos. Por exemplo, a minha mãe já não gosta que lhe chamem cigana (...) Ela leva a mal se lhe chamam cigana!» (Mulher, 23 anos, empregada de mesa).

A escolarização e a frequência escolar é entendida como uma das principais vias para a promoção da cidadania (Vala *et al.*, 1999) mas também aqui, muitas vezes, se vivem situações de discriminação explícita ou velada. Os entrevistados relatam situações discriminatórias vividas na instituição escolar por parte de colegas, de professores ou funcionários. Como refere Mariana<sup>10</sup>, «*na escola senti-me muito discriminada (...) Eu fui posta de parte mesmo, por ser cigana. Uma pessoa não diz isto: «Ah, é por ser cigana, isto ou aquilo», mas vê-se. Eu pelo menos sei que há discriminação*» (Mulher, 26 anos, mediadora socio-cultural). O mesmo sentimento é descrito por Cristina:

«Os colegas, por mais que uma pessoa tente mostrar que não há racismo, mas há, de certa forma há racismo! Eu sempre tive o privilégio porque a minha mãe sempre foi asseada com as nossas roupas, sempre fui limpinha, podia não vestir as roupas de marca como os meus colegas na altura usavam, usava roupas que nos davam, mas andava sempre limpinha, mas sempre havia aquela «é cigana», não era meia, é que eles nem colocam a hipótese de uma pessoa ser meia, o aldeano<sup>11</sup> não coloca essa hipótese, o aldeano é logo é cigano completo, enquanto que um cigano puro já nos põe de outra maneira, já não sabe a quantas anda (risos).» (Mulher, 25 anos, jardineira).

Ao nível do trabalho, quer no que se refere às dificuldades em conseguir trabalho, quer no que diz respeito aos ambiente e pressão sofrida por chefias são também frequentes os relatos de discriminação:

(10) Os nomes usados são fictícios.

(11) Designação usada para indivíduos não ciganos na região de Trás-os-Montes (Nicolau, 2010).

«Houve trabalhos em que eu fui tratada mal, fui espezinhada mesmo. Saí de lá muito em baixo.» (...) Trabalhei e a supervisora adorava mesmo o meu trabalho, gostava muito de mim como pessoa. Combinávamos para tomar um café, tínhamos uma equipa, um grupo de trabalho muito bom. Eu gostava muito de trabalhar lá e ela gostava muito de mim, do meu trabalho. Houve um dia que a minha tia, a que é irmã do meu pai, apareceu lá para jantar, e ela vê-se logo que é cigana, começou a falar comigo, a supervisora estava lá, chamou-me e disse: «é tua amiga?». Eu disse: «é a minha tia». A partir daí era bocas, que aquilo não era a casa dos ciganos. Fez-me a vida negra, muitas coisas...» (Mulher, 26 anos, mediadora).

Raquel, que trabalha como prestadora de cuidados a idosos, reconhece que muitas vezes ouviu comentários menos favoráveis sobre os ciganos e procura conter-se mas nem sempre o consegue:

«Às vezes eu ouço: “ah, aquele é cigano, não dou trabalho!” Porquê? É o que eu digo às vezes, eu, às vezes acumulo, acumulo até que não posso mais e digo: “mas, não estou a falar deste ou deste. O que eu acho é que somos carne e osso como são os outros.” Depois a pessoa, não sei se é para não me contrariar ou isso e a partir daí já mudam até me dizem assim: «você é de confiança, o aldeano é de confiança... ela já não é de confiança. Depois eu digo: «tanto há na raça cigana como há na raça aldeana». Há aldeanas também que não se pode confiar nelas.» (Mulher, 45 anos, cuidadora de idosos).

«E isso é porque aqui há uns anos o cigano tinha muita má fama. De ladrão, de malcriado, porquê, por causa do que fazem. Chegam ao café, chegam a qualquer lado e fazem coisas assim. Depois vai passando de um a outro, vai passando e vai ficando com má fama» (Homem, 55 anos, consultor).

Por vezes, como forma de ultrapassar as dificuldades em aceder a trabalho remunerado, a estratégia para o conseguir passa pela ocultação da origem cigana.

«Se eu chegar a uma casa que precisa de uma empregada, se eu chegar lá e perguntar, dizem que já tem outra. Agora se for com uma cunha... os trabalhos que eu tive foi por cunha, se não eu não entrava. Foram umas amigas que me conhecem que me puseram lá a trabalhar. Porque é difícil, eu chegar ali, com esta aparência de cigana e eles podem precisar, mas têm sempre aquele receio» (Mulher, 45 anos, trabalhadora de panificação).

«Eu tentar já tentei várias vezes, mas só que chego lá falo com o dono e dizem-me que não é preciso. Agora não sei se é por eu ser de raça cigana, ou não sei porquê» (Mulher, 28 anos, empregada de mesa).

Ricardo, para antecipar o sentimento de desconfiança por parte da entidade patronal, quando assinou contrato de trabalho assumiu a responsabilidade pessoal de que, se faltasse alguma coisa, ele arcaria com todas as responsabilidades:

«Tudo o que faltar sou eu que pago. Comecei a trabalhar e eles aceitaram logo mas é assim, eu tenho pessoas que fazem o mesmo trabalho que eu que falta gasóleo, eles próprios...» (Homem, 27 anos, guarda-nocturno).

De uma forma geral, paira o sentimento de discriminação em relação aos entrevistados, enquanto elementos de origem cigana: Para Paulo o que se passa é que *«Eles não dizem nada mas o cigano sente. O cigano não é parvo! Por muito que a gente se esforce, por muito que a gente queira, a gente é sempre vistos como inferiores...»* (Homem, 51 anos, formador). Sente-se que há um constante colocar à prova. Para António,

«Ou somos mesmo muito melhores ou então não temos hipóteses e mesmo sendo melhores, se houver possibilidade, eu sou sincero, não estou aqui a carpir mágoas nem nada disso... embora eu reconheça que, também que nunca fui assim alvo de nenhuma perseguição, nem nada disso, mas nós, enquanto não sabem (que são ciganos) somos pessoas normalíssimas, a partir do momento em que sabem que nós somos ciganos temos de fazer o dobro ou o triplo do esforço para sermos reconhecidos como os outros.» (Homem, 38 anos, técnico superior).

O sentimento de discriminação também se faz sentir nas redes sociais de amizade ou de vizinhança, quando se descobre que são de origem cigana e isso leva a afastamento por parte de alguns amigos:

«Eu conhecia pessoas que eu convivia diariamente e que eu não dizia que era cigana e que depois vinham a descobrir que eu era cigana, afastavam-se. Davam uma desculpa! Isso aconteceu! Não me fez sofrer muito porque eu vi com outros olhos. Era uma pessoa que não era verdadeiramente amiga. As coisas sentem-se e eu sentia se calhar que tinha aquela amiga mesmo. Eu tenho amigas mesmo que sabem que eu sou cigana. Amigas que eu considero mesmo amigas.» (Mulher, 26 anos, mediadora sociocultural).

A percepção sobre a «conquista», em termos de direitos, está presente em alguns discursos, na expressão do desejo de ser tratado/a de forma igual, o que constatam ser de difícil concretização nas relações sociais quotidianas. O mesmo tipo de situação discriminatória sentem quando querem arrendar uma habitação:

«(...) é assim, eu pego no telefone e olho para aquele apartamento, alugo ou compro, é exactamente a mesma coisa. Eu, por telefone, quanto é que quer? Quero X, é meu! Alugado! Quanto é que é o aluguer? É tanto? Então, olhe, eu fico-lhe com o apartamento alugado, vou ter consigo. Eu chego lá, olha para mim, vê que sou cigano, já diz que não o pode alugar. Hoje em dia é o que se passa (...) Cigano é assim, jovens como eu, sentem-se mais discriminados nos bares, nas discotecas...» (Homem, 28 anos, mediador).

E é também o que se depreende em relação a outra situação relatada por um entrevistado para a realização de um seguro:

«Quando tive de fazer o seguro e fui com a minha mulher ao banco, pronto ela (uma funcionária da instituição) viu que ela era cigana e teve mil e uma desculpas para não fazer o seguro do carro (...). Primeiro, fui lá eu e disse-me que era preciso o papel a dizer a residência. Eu levei, tudo bem. Depois passei lá com o papel, ah, agora é preciso outro papel não sei quantos. Lá andei, arranji esse papel. Cheguei lá porque eu ainda não tinha a carta, foi lá o meu tio, não, tem de ser familiar directo. Fui lá outra vez, ah não, este já não é directo, está a entender? Eu disse: «Ouça lá, obrigado, já percebi tudo!». Peguei e fui à Mundial Confiança e resolvi» (Homem, 24 anos, mediador)

Pelos extractos de entrevista apresentados verifica-se que há vivências de situações de discriminação e racismo e sentimentos por parte destes entrevistados(as), mesmo no caso de se tratar de ciganos integrados com vidas «normais» e, por vezes, até distanciadas dos modos de vida ciganos tradicionais. Essa constatação e vivência fazem com que formulem discursos críticos sobre a resistência cultural dos ciganos, defendendo que se devem integrar e «desenvolverem-se».

«(...) temos que ser um bocado mais cultas, temos que saber um bocado mais da vida, não é por sermos ciganos que vamos a ser sempre discriminados. Porque você sabe perfeitamente que quando acontece alguma coisa «oh! É o cigano», ou tem a mania, porque já me aconteceu a mim muitas vezes ver em certas pessoas estarem a falar para miúdos pequenitos «olha que vem ali o cigano e vai-te levar», ou «andas vestido como um cigano», não sei quê, não sei que mais. Há ciganos hoje em dia que vestem melhor que os aldeanos.» (Mulher, 40 anos, cozinheira).

O reconhecimento de que há mudanças a fazer por parte dos ciganos em termos de integração social não isenta a sociedade de promover esse movimento; no entanto, note-se integração sim, considera-se importante, mas não assimilação, nem dissolução da cultura cigana.

«Tem muitas vezes a ver com as pessoas que trabalham com os ciganos, porque eles querem que os ciganos... Vou fazer uma analogia, está bem? Sejam como «aspegic» dentro de água, querem que se dissolva na sociedade maioritária e depois quando se vai a ver não se identificam os ciganos. Eu, nesses projectos, assim, não conte comigo para nada!» (Homem, 24 anos, Mediador)

Em síntese, apesar de vivermos numa sociedade democrática que tem como um dos principais pilares a concepção universal dos direitos de cidadania, constata-se que a maior parte dos ciganos portugueses continuam a viver e a sentir situações de desigualdade, discriminação e racismo. A descrição de situações desse género aparecem relatadas na primeira pessoa e nas mais variadas situações do dia-a-dia como a escola, o mercado de emprego, as instituições sociais, as relações sociais de amizade e de vizinhança, o que nos indica para a necessidade de continuar o trabalho de derrubar estereótipos e estigmas sobre os ciganos em Portugal.

**BIBLIOGRAFIA**

- ACIDI (2011), *Estratégia nacional para a integração das comunidades ciganas*. Lisboa: Secretário de Estado Adjunto do Ministro-adjunto e dos Assuntos Parlamentares/ ACIDI.
- ALMEIDA, João Ferreira *et al.* (1994), *Exclusão social: Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- AMUCIP (2006), *Tomar a palavra. Olhares e falas das mulheres ciganas portuguesas sobre a família e o trabalho*, s/l: Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas.
- BARRETO, António e Joana Pontes (2007), *Portugal, um retrato social*. Vol. 7 volumes: Edições Público – Comunicação social, S.A.
- BASTOS, José Gabriel; CORREIA, André Clarezza e RODRIGUES, Elsa (2007), *Sintrensens ciganos. Uma abordagem estrutural-dinâmica*, Lisboa: Câmara Municipal de Sintra e ACIDI.
- BOURDIEU, Pierre (1979), *La Distinction: Critique Sociale du Jugement*, Paris: Les Éditions de Minuit.
- CÂMARA, Ana Cristina (2003), «Gypsy Kings», *Jornal Expresso*, 25 Abril 2003.
- CASTRO, Alexandra (1995), «Ciganos e Habitat: entre a itinerância e a fixação», *Sociologia, Problemas e Práticas*: 97-111.
- COMISSÃO EUROPEIA (2009), *Combating poverty and social exclusion. A statistical portrait of the European Union, 2010*, Luxemburgo: Comissão Europeia/Eurostat.
- COMISSÃO PARLAMENTAR DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA – Sub-comissão para a Igualdade de Oportunidades e Família (2009), *Relatório das Audições efectuadas sobre portugueses ciganos no âmbito do Ano Europeu para o diálogo Intercultural*, Lisboa: Assembleia da República.
- COSTA, Alfredo Bruto e PIMENTA, Manuel (coord.) (1991), *Minorias Étnicas Pobres em Lisboa*. Centro de Reflexão Cristã – Departamento de Pesquisa Social, Lisboa.
- ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. (2000 [1965]), *Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- ERRC/NÚMENA (2007), *Os serviços sociais ao serviço da inclusão social – o caso dos ciganos*. Lisboa: ERRC – European Roma Rights Centre e NÚMENA – Centro de Investigação em Ciências Sociais e Humanas.
- EUROPEU, Parlamento (2011), *Estratégia da União Europeia para a Inclusão dos Cigano*, Resolução do Parlamento Europeu, sobre a estratégia da UE a favor da integração dos ciganos (2010/2276(INI)), Parlamento Europeu.
- FAÍSCA, Luís Miguel e Jorge Correia Jesuino (2006), *Representações sociais da comunidade cigana na sociedade portuguesa*, Lisboa: ACIDI.
- FERNANDES, António Teixeira (1995), «Étnicização e racização no processo de exclusão social.» in *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. V, FLUP, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- GOMES, Sílvia (2011), *Criminalidade, etnia, ciddae e desigualdade – O crime nos reclusos dos PALOP, Leste Europeu e de etnia cigana e as percepções dos guardas prisionais e dos elementos da direcção acerca deles*, Braga: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.
- GRUZINSKI, Serge (2001), «Mestiçagens, mundialização e história: algumas pistas de reflexão e pesquisa.» *Cadernos do Noroeste*: 305-322.
- LAPLANTINE, François e Alexis Nouss (2002), *A mestiçagem*, Lisboa: Instituto Piaget.
- LIEGEOIS, Jean-Pierre (2007), *L'accès aux droits sociaux des populations tsiganes en France. Rapport d'étude de la Direction Générale de l' Action Sociale*, Paris: Éditions ENSP. Ministère du Travail, des Relations Sociales et de la Solidarité. Ministère du Logement et de Ville.

- LOPES, Daniel Seabra (2006), *Deriva cigana. Uma etnografia impressionista*. Tese doutoramento em Antropologia, Departamento de Antropologia, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa.
- MAALOUF, Amin (1999), *As identidades assassinas*, Miraflores: DIFEL.
- MACHADO, Fernando Luís (1992), «Etnicidade em Portugal: Contrastes e Politização», *Sociologia, Problemas e Práticas*: 123-136.
- MADEC, Annick e MURARD, Numa (1998), *Cidadania e políticas sociais*, Lisboa: Instituto Piaget.
- MAGANO, Olga (2010), «Tracejar vidas normais». Estudo qualitativo sobre a integração social de indivíduos de origem cigana na sociedade portuguesa», Lisboa: Universidade Aberta.
- MARQUES, João Filipe (2007), *Do «não racismo» português aos dois racismos portugueses*, Lisboa: ACIDI.
- MENDES, Maria Manuela Ferreira (2007), *Representações face à discriminação: ciganos e imigrantes russos e ucranianos na área metropolitana de Lisboa*. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.
- MOREIRA, J. J. Semedo (1999), «Ciganos em privação de liberdade», *Revista do Ministério Público*: 59-98.
- NICOLAU, Lurdes (2010), *Ciganos e não ciganos em Trás-os-Montes: investigação de um impasse inter-étnico*. Vila Real: UTAD, Pólo de Chaves – Tese de Doutoramento em Ciências Sociais.
- PINTO, Maria Fátima (2000), *A Cigarra e a Formiga – Contributos para a Reflexão Sobre o Entrosamento da Minoria Étnica Cigana na Sociedade Portuguesa*, Porto: REAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal.
- REIS, Fernanda (1995), *A Comunidade Cigana na área da Diocese de Lisboa*, Lisboa: Secretariado Diocesano de Lisboa. Obra Nacional para a Pastoral dos Ciganos.
- REMY, Jean e VOYÉ, Liliane (1994), *A cidade: rumo a uma definição?*, Porto: Edições Afrontamento.
- REYNIERS, Alain (2000), «Los Gitanos entre asimilación y exclusión», [www.unesco.org/courier/2000\\_06/sp/ethique.html](http://www.unesco.org/courier/2000_06/sp/ethique.html); consultado em 21.06.2005.
- SANTOS, Tiago; OLIVEIRA, Catarina Reis; ROSÁRIO, Edite; KUMAR, Rahul BRIGADEIRO, Elisabete (2009), *Research survey on migrant's experiences of racism and xenophobia in Portugal*, Porto Salvo: NÚMENA.
- SCHNAPPER, Dominique (2007), *Qu'est-ce que l'intégration?*, Paris: Éditions Gallimard: folio actuel Inédit.
- SILVA, Manuel Carlos (2000), «Racismo e conflito interétnico», *Revista Crítica de Ciências Sociais*: 61-79.
- SILVA, Manuel Carlos e SILVA, Susana (2002), Práticas e representações sociais face aos ciganos. O caso de Oleiros, Vila Verde» in *Antropológicas*, 6: 57-86, Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- SILVA, Manuel Carlos e PINTO, Maria Goreti (2004), «Conflitos inter-étnicos latentes: um estudo de caso no concelho de Barcelos», in *Sociedade e Cultura*, 6, vol. 22 (1-2): 97-112.
- SILVA, Manuel Carlos; Sobral, José Manuel, e Mariana Ramos (2008), «Ciganos e não-ciganos: imagens conflituosas em contextos de vizinhança – o bairro social de Atouguia, Guimarães», in *VI Congresso Português de Sociologia – Mundos Sociais: Saberes e Práticas*, Lisboa Associação Portuguesa de Sociologia <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/246.pdf>.
- SOS RACISMO (2001), *Ciganos, Números, abordagens e realidades, Satispen ta li – saúde e liberdade*, Lisboa: SOS Racismo.
- TABOADA-LEONETTI, Isabelle (1990), «Stratégies identitaires et minorités: le point de vue du sociologue», in C. Camilleri, J. Kastarsztein, E. M. Lipiansky, H. Malewska-Peyre, I. Taboada-Leonetti, e A. Vasquez, *Stratégies identitaires*, Paris: Presses Universitaires de France: 43-83.
- TAGUIEFF, Pierre-André (2002), *O racismo*, Lisboa: Instituto Piaget.

- VALA, Jorge; BRITO, Rodrigo, e LOPES, Diniz (1999), *Expressões do racismo em Portugal*. Lisboa: ICS.
- VELHO, Gilberto (1999), «Projecto, emoção e orientação em sociedades complexas», in *Individualismo e cultura – notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*, edited by G. Velho, Rio de Janeiro: Zahar Editor: pp. 15-37
- WIEVIORKA, Michel (1995), *Racismo e modernidade*, Venda Nova: Bertrand Editora.
- WIEWIORKA, Michel (2002), *A diferença*, Lisboa: Fenda.
- YOUNG, Jason R. (2006), «The Roma's space on the margins of European society: Human rights' or humans out of sight?» Vancouver, Canadá: Institute for European Studies, University of British Columbia.



## Trajectórias escolares e contextos familiares: comparação entre alunos autóctones e de origem imigrante (indiana e cabo-verdiana)<sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

Os objectivos do presente texto são, por um lado, identificar a diversidade de trajectórias escolares associadas a alunos autóctones e a alunos descendentes de imigrantes controlando algumas das variáveis do seu contexto familiar e, por outro, avaliar o sentido e a intensidade das relações detectadas. De entre os alunos descendentes de imigrantes foi dada especial atenção aos alunos de ascendência indiana e cabo-verdiana, por sabermos, através da informação estatística nacional (Entreculturas, 1993 a 1998), que estes estudantes se encontram em situação oposta em termos de sucesso escolar: os primeiros com trajectórias escolares que superam as dos alunos «autóctones» e os segundos localizados aquém destes (Seabra e Mateus 2003, Seabra e Mateus 2004, Martins 2004).

Os dados que se apresentam integram os resultados de um projecto de investigação<sup>2</sup> que contemplou a aplicação de um inquérito por questionário, durante o ano lectivo de 2002/03, em oito escolas dos 2.º e 3.º ciclos da Área Metropolitana de Lisboa, nos concelhos em que se concentram as populações de origem indiana e coexiste uma população significativa de origem cabo-verdiana (Loures e Lisboa)<sup>3</sup>, nas turmas dos 5.º e 6.º anos em que predominavam os alunos com este perfil. Obteve-se um total de 837 inquéritos válidos<sup>4</sup>,

\* Centro de Investigação em Estudos Sociais, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

\*\* Centro de Investigação em Estudos Sociais, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

(1) Agradece-se a colaboração de Sandra Mateus na recolha e introdução dos dados na base (SPSS) e de Sandra Saleiro no tratamento da informação.

(2) «Condições e processos de integração ou exclusão dos descendentes de imigrantes na escola: o caso dos cabo-verdianos e indianos em Portugal», POCTI/SOC/38835/2001, coordenado por Teresa Seabra e desenvolvido pelo CIES/ISCTE ao abrigo do Programa Sapiens, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

(3) Ver estatísticas do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

(4) Trata-se pois de uma amostra que não dá garantias de representatividade entendida em termos estritamente estatísticos, o que não deixará de ter consequências sobretudo nas reservas a ter na extrapo-

dos quais 468 são de alunos «autóctones» e 369 de alunos «descendentes de imigrantes»<sup>5</sup>; entre estes últimos, 110 com origem cabo-verdiana, 109 com origem indiana e nos restantes predomina a origem angolana e a santomense.

## 1. Desempenho escolar

Em relação ao histórico de reprovações verifica-se que a proporção de alunos que nunca reprovou é constante (quadro 1), quer se trate do total dos alunos descendentes de imigrantes ou dos alunos autóctones (cerca de 60%), com estes últimos a acumular mais situações de reprovação múltipla. Se tivermos em atenção o desempenho dos alunos descendentes de indianos e de cabo-verdianos constata-se que essa constância já não se mantém, com os primeiros a destacarem-se com *performances* mais bem sucedidas (73,4% nunca reprovaram) e os segundos com *performances* visivelmente inferiores (43,6% nunca reprovaram). Ainda relativamente aos alunos com ascendência cabo-verdiana importa destacar que são o único grupo em que a maioria dos alunos já reprovou ao longo da sua (ainda curta) trajectória escolar e esta repetência ocorreu mais do que uma vez em 25% dos casos.

**Quadro 1.** Existência de reprovações ao longo da trajectória escolar dos alunos

	Todos os alunos	<i>Autóctones</i>	Origem imigrante	<i>Origem cabo-verdiana</i>	<i>Origem indiana</i>
Não	61,4	61,7	61,0	43,6	73,4
Sim, 1	22,3	20,2	25,0	31,8	16,5
Sim, 2 ou +	16,3	18,1	14,0	24,5	10,1
n.º	829	65	364	110	109

Se considerarmos as classificações negativas de que foram alvo os alunos no período escolar imediatamente anterior ao momento da inquirição (2.º período do ano escolar), averigua-se que a relação entre os grupos se mantém inalterada, com excepção da disciplina de Português em que os alunos de ascendência indiana têm, a par dos alunos de ascendência cabo-verdiana, uma proporção de negativas maior do que os alunos autócto-

lação de resultados, mas onde existe representatividade teórica (Ferreira 1989), no sentido da sua adequação aos objectivos do estudo.

(5) Estes foram definidos por relação com a naturalidade dos progenitores; excepcionalmente, no caso dos alunos com origem indiana, considerou-se ainda a naturalidade das gerações anteriores, atendendo à especificidade do movimento migratório das populações com esta origem.

nes (quadro 2). Assim, e mais uma vez, os alunos descendentes de indianos destacam-se pela positiva (41% não tiveram negativas) e os descendentes de cabo-verdianos pela negativa (apenas 22,6% não tiveram negativas). Quando se comparam os alunos autóctones (63,9%) com o total de alunos descendentes de imigrantes (68,2%) verifica-se que os primeiros têm, embora que muito ligeiramente, uma proporção menor de alunos com classificações negativas.

Uma análise mais detalhada, relativa ao desempenho nas duas disciplinas consideradas nucleares neste nível de ensino (Português e Matemática), indicia que os alunos descendentes de imigrantes, no seu conjunto, não possuem particulares dificuldades no domínio do Português, uma vez que a proporção destes alunos com negativa é ligeiramente superior à dos autóctones ( $\Delta$  3,6%); no entanto, para os grupos específicos em análise, encontramos os alunos com ascendência indiana perante uma situação excepcional, já que se destacam pela negativa; se atendermos à Matemática constatamos que, mais uma vez, suplantam os resultados dos alunos autóctones.

**Quadro 2.** Existência de negativas no 2.º Período

	Todos os alunos	<i>Autóctones</i>	Origem imigrante	<i>Origem cabo-verdiana</i>	<i>Origem indiana</i>
Sim	65,8	63,9	68,2	77,4	59,0
Sim, Português	32,3	30,7	34,3	42,2	33,3
Sim, Matemática	34,3	33,0	35,8	46,1	28,8
n.º	810	451	359	106	105

Depois de identificar perfis tão distintos de desempenho escolar torna-se necessário explorar alguns dos factores que lhe poderão estar associados. Para o efeito, analisam-se as variáveis relacionadas com as condições sociais e as dinâmicas familiares, como é a inserção socioprofissional (classe social) e a escolaridade dos pais, o tipo de família, o uso doméstico do português falado, o investimento na escolaridade e as expectativas escolares que a família comunica (ou não) aos seus educandos. Sempre que se revelar pertinente<sup>6</sup>, iremos comparar os resultados dos diferentes grupos de alunos controlando o efeito de outras variáveis, de modo a potenciar o sentido da comparação e o sentido das indicações a retirar desta exploração dos dados.

(6) Só faz sentido comparar os grupos quando o contingente de cada um dos grupos não é muito diferenciado.

## 2. CONDIÇÕES FAMILIARES: LUGARES DE CLASSE, ESCOLARIDADE E TIPOS DE FAMÍLIA

Inicia-se a análise dos resultados escolares pelo estudo da relação entre a inserção sócio-profissional dos progenitores dos alunos (classe social), o nível de escolaridade dos progenitores e o sucesso escolar, medido pela inexistência de reprovações até ao momento da inquirição (2.º ciclo do ensino básico).

Analisando a estrutura de classes<sup>7</sup> do grupo doméstico dos inquiridos (quadro 3) verifica-se que os alunos autóctones e o total de alunos descendentes de imigrantes estão inseridos em famílias de estrutura classista semelhante, tal como acontece com o desempenho escolar das duas populações. As diferenças a assinalar referem-se à maior presença das famílias autóctones na condição social de profissionais técnicos e de enquadramento e, em contrapartida, uma menor expressão das que são trabalhadoras independentes e operárias.

Comparando os pais de origem cabo-verdiana com os de origem indiana, existem diferenças (estatisticamente significativas) que importa destacar: os primeiros estão mais representados no grupo dos assalariados executantes, enquanto os segundos estão concentradas nos trabalhadores independentes.

Se agruparmos as classes sociais<sup>8</sup>, para tornar mais evidente a leitura das diferenças entre grupos, detecta-se, por um lado, a prevalência dos pais de origem indiana nas classes médias/altas (inclusive mais do que as famílias autóctones), e, por outro lado, a concentração das famílias de origem cabo-verdiana nas classes menos favorecidas.

**Quadro 3.** Classe social dos pais

		Todos os alunos	<i>Autóctones</i>	Origem imigrante	<i>Origem cabo-verdiana</i>	<i>Origem indiana</i>
Classes médias/altas	EDL	11,5	11,3	11,7	9,7	11,5
	PTE	13,3	15,4	10,5	6,8	5,8
	TI	7,7	5,5	10,5	2,9	26,0
	Tipl	6,2	6,2	6,1	2,9	10,6
	Total	38,7	38,4	38,8	22,3	53,9
Classes populares	EE	25,7	27,1	24,0	24,3	19,2
	Aepl	23,9	24,4	23,4	40,8	11,5
		11,7	10,1	13,7	12,6	15,4
	Total	61,3	61,6	61,1	77,7	46,1
	n.º	777	435	342	103	104

[Legenda: EDL – Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais; PTE – Profissionais Técnicos e de Enquadramento; TI – Trabalhadores Independentes; TIpl – Trabalhadores Independentes Pluriactivos; EE – Empregados Executantes; AEpl – Assalariados Executantes Pluriactivos; O – Operários.]

(7) Construída a partir da classe social do pai e da classe social da mãe. As classes foram definidas através da profissão e da situação na profissão, de acordo com a tipologia proposta por Costa (1999).

(8) Agregação feita de acordo com Machado (2005).

Vejam os que acontece quando homogeneizamos a classe social dos pais e comparamos as trajectórias escolares dos alunos (quadro 4). Em primeiro lugar, salienta-se a distância significativa entre o sucesso escolar dos alunos autóctones inseridos em famílias das classes médias/altas e o dos que vivem em famílias populares ( $\Delta$  27%), reduzindo-se esta diferença para cerca de 12% no caso do total de alunos descendentes de imigrantes.

Nesta comparação com os alunos autóctones destaca-se, ainda, o facto de os alunos com origem imigrante terem uma trajectória escolar mais marcada pela reprovação, quando os pais pertencem às classes médias/altas ( $\Delta$  10%), situação que se inverte no caso destes pertencerem às classes populares – neste caso, mais 5% dos alunos com origem imigrante, do que os alunos autóctones, nunca experimentaram a reprovação. Esta superação dos resultados dos descendentes de imigrantes em relação aos dos alunos autóctones quando todos se inserem em famílias das classes populares tem sido documentada pelas pesquisas realizadas em vários países com tradição na presença de imigrantes na escola (Boulot e Fradet 1988, Tribalat 1995, Vallet 1996, Vernez 1996) e, já em 1976, Portes e Wilson (1976) se questionavam porque tinham os negros melhores resultados do que os brancos, caso se controlasse a classe social.

Considerando os subgrupos nucleares a esta pesquisa, ou seja, os alunos de origem indiana, os de origem cabo-verdiana e os alunos autóctones, quando todos vivem em famílias das classes populares<sup>9</sup>, constata-se que a hierarquia e a distância entre os grupos se mantêm.

**Quadro 4.** Sucesso escolar dos alunos, segundo a classe social e a ascendência

		Sucesso (%)	Total (n.º)
Classes médias/altas	Todos os alunos	75,2	298
	Autóctones	79,6	167
	Origem imigrante	69,5	131
	Origem cabo-verdiana	56,5	23
	Origem indiana	69,6	56
Classes populares	Todos os alunos	54,9	475
	Autóctones	52,6	266
	Origem imigrante	57,9	209
	Origem cabo-verdiana	43,8	80
	Origem indiana	77,1	48

(9) Dado o escasso e diferenciado contingente de alunos em cada um dos grupos no caso das famílias pertencentes às classes médias/altas não faz sentido a comparação entre estes.

No tocante aos níveis de escolaridade atingidos pelos progenitores evidenciam-se mais algumas diferenças entre os grupos em análise: no caso das famílias de origem imigrante, assinala-se a transversal prevalência dos pais, relativamente às mães, nos graus de ensino mais elevados (ensino secundário ou ensino superior) e a maior escolaridade dos pais (homens) imigrantes em relação à dos pais dos alunos autóctones. No caso dos alunos de origem cabo-verdiana, salienta-se a especial inexistência de qualquer grau de ensino (tanto no caso do pai como da mãe), sendo muito menor a percentagem de pais que se encontram nesta situação no caso dos alunos com origem indiana. Se compararmos os alunos descendentes de indianos com os alunos autóctones, verifica-se que, ao contrário do que poderia supor-se, dado o êxito escolar dos alunos com origem indiana, as suas famílias são menos escolarizadas.

**Quadro 5.** Escolaridade dos pais (%)

	Todos os alunos	<i>Autóctones</i>	Origem imigrante	<i>Origem cabo-verdiana</i>	<i>Origem indiana</i>
S/ grau ensino	10,5	9,0	12,6	23,3	11,0
1.º Ciclo	32,5	35,1	29,0	32,6	41,8
2.º Ciclo	17,1	17,0	17,1	12,8	20,9
3.º Ciclo	16,3	14,9	18,2	18,6	13,2
Ensino secundário	12,2	10,8	14,0	7,0	8,8
Ensino superior	11,4	13,1	9,1	5,8	4,4
n.º	674	388	286	86	91
S/ grau ensino	7,8	9,3	5,8	14,7	4,7
1.º Ciclo	30,6	35,1	24,3	40,0	29,1
2.º Ciclo	15,6	17,4	13,1	13,3	16,3
3.º Ciclo	16,4	13,5	20,5	12,0	26,7
Ensino secundário	15,6	11,8	20,8	6,7	19,8
Ensino superior	14,0	12,9	15,4	13,3	3,5
n.º	615	356	259	75	86

Se analisarmos o desempenho escolar controlando a escolaridade dos pais e das mães dos alunos inquiridos (quadro 6) verificamos que, globalmente, o sucesso escolar aumenta na relação directa com as habilitações dos pais (como seria expectável) e que a situação dos alunos de origem imigrante melhora quando se controla o efeito desta variável. Se compararmos o sucesso escolar dos alunos, controlando a escolaridade da mãe, verificamos que qualquer que seja o nível de escolaridade das mães os alunos de origem imigrante têm

*sempre melhores* resultados do que os alunos autóctones. Esta constatação também se verifica para iguais habilitações dos pais (homens) no caso de estas serem baixas (até ao 2.º ciclo), pelo que, no caso dos alunos descendentes de imigrantes, as habilitações das mães revelam ser mais influentes no desempenho escolar dos filhos e no caso dos alunos autóctones, pelo contrário, parecem ser as habilitações académicas dos pais as que têm maior impacto na sua trajectória escolar.

Especificamente em relação aos grupos de alunos descendentes de imigrantes em foco, os dados em análise corroboram as indicações anteriores: mesmo inseridos em famílias com iguais níveis de escolaridade, os alunos de origem indiana têm melhores resultados e os de origem cabo-verdiana experimentam o maior número de reprovações<sup>10</sup>.

**Quadro 6.** Sucesso escolar dos alunos, segundo o nível de escolaridade atingido pelos pais e a ascendência

		Mãe		Pai	
		Sucesso (%)	Total (n.º)	Sucesso (%)	Total (n.º)
Até ao 2.º ciclo	Todos os alunos	53,7	402	51,8	330
	<i>Autóctones</i>	53,2	235	49,5	218
	Origem imigrante	54,5	167	56,3	112
	<i>Origem cabo-verdiana</i>	39,0	59	39,2	51
	<i>Origem indiana</i>	64,2	67	65,1	43
3.º ciclo/ secundário	Todos os alunos	75,0	192	76,5	196
	<i>Autóctones</i>	73,0	100	80,0	90
	Origem imigrante	77,2	92	73,6	106
	<i>Origem cabo-verdiana</i>	63,6	22	85,7	14
	<i>Origem indiana</i>	95,0	20	77,5	40
Ensino superior	Todos os alunos	89,5	76	81,2	85
	<i>Autóctones</i>	94,1	51	95,7	46
	Origem imigrante	80,0	25	64,1	39
	<i>Origem cabo-verdiana</i>	100,0	5	100,0	3
	<i>Origem indiana</i>	100,0	4	50,0	10

Consideremos agora o tipo de família em que estes alunos se integram (quadro 7). O primeiro aspecto que se salienta é a maior diversificação do tipo de famílias no caso dos alunos que têm origem imigrante, com maior expressão das famílias monoparentais

(10) Esta comparação faz-se apenas para as famílias com baixa escolaridade, pelas razões evocadas em nota anterior (nota 6).

( $\Delta$  11%) e das famílias recompostas ( $\Delta$  4%). Também são importantes as diferenças entre as famílias dos alunos de origem cabo-verdiana e as de origem indiana: os primeiros são os que menos vivem em famílias nucleares e mais vivem em famílias monoparentais, enquanto os segundos são os que mais vivem em famílias nucleares e menos vivem em famílias recompostas.

**Quadro 7.** Tipos de família, segundo a ascendência

	Todos os alunos	<i>Autóctones</i>	Origem imigrante	<i>Origem cabo-verdiana</i>	<i>Origem indiana</i>
Família nuclear	71,4	78,3	62,8	53,7	85,3
Família recomposta	8,1	6,3	10,5	13,0	3,7
Família monoparental	20,4	15,5	26,7	33,3	11,0
n.º	798	446	352	108	109

Dado este predomínio das famílias nucleares entre as que são oriundas da Índia facilmente se poderá associar o melhor desempenho escolar destes alunos à estrutura das suas famílias. No entanto, sendo verdade que as famílias nucleares aparecem associadas a melhores desempenhos escolares, quando homogeneizamos esta condição verificamos que as diferenças e tendências até agora detectadas persistem: a) os alunos com origem imigrante revelaram alguma vantagem em relação aos alunos autóctones e b) o melhor desempenho dos alunos de origem indiana, seguido dos alunos autóctones e com pior desempenho os alunos de origem cabo-verdiana.

**Quadro 8.** Sucesso escolar dos alunos, segundo o tipo de famílias

		Sucesso (%)	Total (n.º)
Família nuclear	Todos os alunos	67,0	566
	<i>Alunos autóctones</i>	66,0	347
	Alunos origem imigrante	68,5	219
	<i>Alunos origem cabo-verdiana</i>	53,4	58
	<i>Alunos origem indiana</i>	77,4	93
Família recomposta	Todos os alunos	46,2	65
	<i>Alunos autóctones</i>	35,7	28
	Alunos origem imigrante	54,1	37
	<i>Alunos origem cabo-verdiana</i>	35,7	14
	<i>Alunos origem indiana</i>	75,0	4

**Quadro 8.** Sucesso escolar dos alunos, segundo o tipo de famílias (*cont.*)

		Sucesso (%)	Total (n.º)
Família monoparental	Todos os alunos	53,4	163
	<i>Alunos autóctones</i>	60,9	69
	Alunos origem imigrante	47,9	94
	<i>Alunos origem cabo-verdiana</i>	33,3	36
	<i>Alunos origem indiana</i>	41,7	12

Na tentativa de levarmos um pouco mais longe esta comparação fomos controlar, para além do tipo de família<sup>11</sup>, as habilitações literárias das mães. Assim, para crianças de famílias nucleares e com mães com habilitações literárias iguais ou inferiores ao 2.º ciclo verifica-se que as diferenças ao nível do desempenho escolar se reduzem significativamente (quadro 9). Os descendentes de imigrantes cabo-verdianos, apesar de continuarem a representar o grupo com a proporção mais elevada de alunos com reprovações, a diferença em relação aos alunos autóctones é agora muito ligeira: a diferença inicial que era de 18% reduz para 4%. Os alunos de origem indiana também reduzem a sua vantagem em relação aos alunos autóctones mas de forma muito menos significativa: a diferença reduz apenas de 12% para 10%.

**Quadro 9.** Trajectória escolar das crianças de famílias nucleares, com mães com habilitações literárias iguais ou inferiores ao 2.º ciclo, segundo a ascendência

	Todos os alunos	<i>Autóctones</i>	Origem imigrante	<i>Origem cabo-verdiana</i>	<i>Origem indiana</i>
Nunca reprovou	58,2	56,4	61,3	53,3	66,0
Já reprovou	41,8	43,6	38,7	46,7	34,0
n.º	256	163	93	30	47

### 3. PROCESSOS FAMILIARES: USO ORAL DO PORTUGUÊS, APOIO À ESCOLARIDADE E ASPIRAÇÕES ESCOLARES

Perante situações que envolvem alunos de origem imigrante, a língua que o aluno fala em casa é vulgarmente assinalada como uma variável explicativa importante do seu

(11) Fizemos a comparação exclusivamente para os alunos que vivem em famílias nucleares, por ser diminuto, em alguns casos, o contingente de alunos nas restantes categorias.

desempenho escolar. A ser verdade, seria expectável que os descendentes de imigrantes indianos, dado o seu êxito escolar, se destacassem por usarem em casa o português. Os dados recolhidos (quadro 10) revelam precisamente o contrário: os descendentes de indianos são os que menos falam exclusivamente o português em casa e, mais do que os descendentes de cabo-verdianos, não falam o português ou são bilingues (neste caso pelo uso do gujarati). Deste modo, é legítimo questionar essa suposta relação entre sucesso escolar e uso do português em contexto doméstico – não falar o português em casa ou falar outra língua para além do português não aparece como um entrave ao bom desempenho dos alunos de origem indiana.

**Quadro 10.** Língua(s) falada(s) em casa pelos alunos descendentes de imigrantes

	Origem imigrante	Origem <i>cabo-verdiana</i>	Origem <i>indiana</i>
Só fala português	50,1	44,4	20,2
Fala outra (s) além do português	34,1	37,0	57,8
Não fala português	15,8	18,5	22,0
n.º	367	108	109

Se fizermos o exercício de igualar esta condição e compararmos as trajectórias escolares dos alunos (quadro 11) verifica-se que, efectivamente, para os descendentes de indianos a proporção de alunos com sucesso escolar aumenta nas situações de bilinguismo ou de exclusividade da língua portuguesa em casa. Mas, para os alunos descendentes de cabo-verdianos essa relação não é linear, ou seja, se, por um lado, os melhores desempenhos estão associados aos alunos que falam apenas o português em casa, por outro, as situações de reprovação não são mais frequentes entre os alunos que não falam o português. No caso destes alunos, falar o português e o crioulo aparece associado a trajectórias escolares mais marcadas pelo insucesso. Com base nestes dados, faz sentido indagarmos se o bilinguismo poderá ter, ou não, efeitos divergentes, conforme as línguas envolvidas e os processos concretos que acompanham a sua prática.

As vantagens e/ou os inconvenientes do bilinguismo tem sido frequentemente abordadas e, apesar de indicações contraditórias dadas ao longo do tempo pelos estudos realizados, começa a gerar-se algum consenso sobre os seus benefícios no desempenho escolar. Portes e Schaufli (1994), tendo por base um inquérito realizado junto de 2843 jovens americanos do 8.º e 9.º anos de escolaridade, concluem pela vantagem de ser bilingue no tocante ao desempenho escolar, com vantagem sobretudo nos testes de matemática, mais do que nos de língua, apesar de também nestes testes a relação permanecer positiva. Como afirmam os próprios: «Os resultados dão suporte à recente literatura que vê a capacidade para falar uma língua estrangeira como um aumento e não uma diminuição das possibili-

dades de sucesso escolar da criança.» (1994: 658). As considerações de Lahire vão no mesmo sentido: para além de não estar provada nenhuma relação de causalidade simples entre «língua» e «dificuldades escolares»<sup>12</sup>, salienta que entre as línguas e as culturas não existem fronteiras intransponíveis e lembra que «os esquemas sociais mentais, as formas sociais ou os processos sociais mais fundamentais (e.g. os processos de objectivação, de codificação, de teorização, de formalização, ...) atravessam muitas vezes as línguas, os costumes, os traços culturais próprios dos grupos sociais, sobretudo se definidos nacionalmente.» (1995: 67).

**Quadro 11.** Sucesso escolar dos alunos descendentes de imigrantes, segundo a(s) língua(s) falada(s) em casa e a ascendência

		Sucesso (%)	Total (n.º)
Só fala português	Origem imigrante	66,9	181
	<i>Origem cabo-verdiana</i>	54,2	48
	<i>Origem indiana</i>	90,9	22
Fala outra (s) além do português	Origem imigrante	56,5	124
	<i>Origem cabo-verdiana</i>	32,5	40
	<i>Origem indiana</i>	74,6	63
Não fala português	Origem imigrante	52,6	57
	<i>Origem cabo-verdiana</i>	40,0	20
	<i>Origem indiana</i>	54,2	24

Consideremos agora o apoio prestado pelos pais à escolaridade dos descendentes. Este foi avaliado considerando a presença nas reuniões convocadas pela escola, o controlo exercido relativamente à realização dos trabalhos de casa (TPC) e, ainda, o diálogo que mantêm com os seus educandos sobre assuntos relacionados com a sua escolaridade.

Quando comparamos as práticas de apoio à escolaridade que implementam os pais dos diferentes grupos (quadro 12), verificamos não existirem grandes disparidades, assumindo estas apenas algum significado no caso da participação dos pais nas reuniões convocadas pela escola, pois detecta-se uma menor participação por parte dos pais imigrantes. No tocante ao diálogo em casa acerca da escola, assinala-se que os descendentes de cabo-verdianos se destacam por conversarem um pouco mais com os seus filhos sobre a escola.

(12) Refere o caso dos chineses e japoneses, cuja estrutura da língua mais se distancia da língua inglesa e que chegados aos Estados Unidos têm resultados escolares melhores do que os que nativos americanos.

**Quadro 12.** Práticas de apoio à escolaridade

	Todos os alunos	<i>Autóctones</i>	Origem imigrante	<i>Origem cabo-verdiana</i>	<i>Origem indiana</i>
Frequentam as reuniões <sup>13</sup>	90,3	92,5	87,4	88,2	89,7
Controlam os TPC	89,7	89,7	89,6	88,1	91,7
Falam sobre a escola	75,3	74,2	76,6	80,0	74,1
n.º	833	467	366	110	108

Agregando estes três indicadores do apoio *familiar à escolaridade*<sup>14</sup> (quadro 13), verificamos que a quase totalidade das famílias (92%) desenvolve estas práticas, e em mais de metade dos casos (64%), este apoio é considerado forte, ou seja, as famílias implementam, simultaneamente, a verificação do cumprimento dos TPC, a ida às reuniões e o diálogo sobre assuntos escolares. Não existe diferença estatisticamente significativa ( $p < 0.05$ ) entre os subgrupos em análise, ou seja, a diversidade de origens nacionais não diferencia o nível de apoio prestado.

**Quadro 13.** Intensidade do apoio prestado pelas famílias à escolaridade, segundo a origem nacional

	Todos os alunos	<i>Autóctones</i>	Origem imigrante	<i>Origem cabo-verdiana</i>	<i>Origem indiana</i>
Muito apoio	63,6	64,7	62,2	63,3	62,6
Algum apoio	28,8	27,5	30,4	30,3	31,8
Nenhum apoio	7,6	7,7	7,5	6,4	5,6
n.º	827	465	362	109	107

Ao analisar-se a associação entre o apoio prestado pelas famílias à escolaridade e o desempenho dos alunos (quadro 14), verificamos, globalmente, que o desempenho escolar varia na relação directa da intensidade do apoio recebido pelos alunos em casa. Comparando os alunos de origem imigrante com os alunos autóctones constata-se que entre estes é maior o impacto desse apoio: entre os alunos que não recebem nenhum apoio da família e os que recebem o apoio máximo duplica a percentagem dos que têm sucesso

(13) Corresponde à frequência de todas ou algumas reuniões.

(14) Trata-se de um índice que resulta da agregação das variáveis: «frequência das reuniões convocadas pela escola», «controlo dos TPC» e «diálogo sobre a escola». *Muito apoio* corresponde ao exercício da totalidade das práticas, *algum apoio* corresponde ao exercício de 1 ou 2 destas práticas e *nenhum apoio* à inexistência de qualquer destas práticas.

escolar (de 34% para 68%) e entre os descendentes de imigrantes a diferença é um pouco menos expressiva (de uma diferença de 33 pontos percentuais passamos para uma de 29 pontos percentuais).

**Quadro 14.** Sucesso escolar, segundo o apoio prestado pelas famílias à escolaridade

		Sucesso (%)	Total (n.º)
Muito apoio	Todos os alunos	66,8	521
	<i>Autóctones</i>	67,6	299
	Origem imigrante	65,8	222
	<i>Origem cabo-verdiana</i>	52,2	69
	<i>Origem indiana</i>	80,6	67
Algum apoio	Todos os alunos	56,8	236
	Autóctones	55,5	128
	Origem imigrante	58,3	108
	Origem cabo-verdiana	33,3	33
	Origem indiana	64,7	34
Nenhum apoio	Todos os alunos	35,5	62
	Autóctones	34,3	35
	Origem imigrante	37,0	27
	Origem cabo-verdiana	14,3	7
	Origem indiana	50,0	6

Em relação aos nossos grupos alvo (autóctones, origem cabo-verdiana e indiana) verificamos que a hierarquia e a distância nos resultados escolares permanece. Decidimos, então, comparar os grupos controlando, para além desta variável, outras que já se revelaram importantes e que simultaneamente abarcam os maiores contingentes de alunos, tornando a comparação mais pertinente: é o caso dos alunos que, para além de terem muito apoio dos pais na sua escolaridade, têm mães com baixa escolaridade (até ao 2.º ciclo do ensino básico). O quadro 14 exprime os resultados deste exercício que mostra uma *inversão nos desempenhos dos alunos de origem imigrante* em relação aos alunos autóctones ( $\Delta 4\%$ ), superando estes em quatro pontos percentuais, e uma *manutenção estrutural dos desempenhos*, quando comparamos, mais uma vez, a trajectória escolar dos alunos autóctones e a dos alunos de ascendência indiana e cabo-verdiana.

**Quadro 15.** Sucesso escolar das crianças com  *muito apoio à escolaridade* e com  *mães com baixa escolaridade*, segundo a ascendência

	Sucesso (%)	Total (n.º)
Todos os alunos	59,8	264
<i>Autóctones</i>	58,4	154
Origem imigrante	61,8	110
<i>Origem cabo-verdiana</i>	50,0	40
<i>Origem indiana</i>	72,7	44

Finalmente, analisemos o que acontece em relação às aspirações dos pais autóctones e imigrantes relativamente ao grau de ensino a atingir pelos descendentes (quadro 15). Em primeiro lugar, vemos que, apesar de estarmos perante famílias pertencentes na sua grande maioria às classes populares e com baixos níveis de qualificação, mais de metade dos alunos (58%) refere que os seus familiares desejam que completem um curso superior.

Na comparação entre as famílias originárias da Índia e de Cabo Verde, constata-se existir um desencontro entre os desempenhos escolares dos filhos e as suas aspirações: as primeiras têm as mais reduzidas aspirações e acumulam maiores situações de indefinição (NS/NR), quando os seus filhos se destacam pela excelência dos resultados escolares e as segundas revelam ter as mais elevadas aspirações, quando os seus filhos têm trajectórias escolares menos sucedidas.

**Quadro 16.** Aspirações escolares dos pais (em relação ao descendente)

	Todos os alunos	<i>Autóctones</i>	Origem imigrante	<i>Origem cabo-verdiana</i>	<i>Origem indiana</i>
6.º ano	6,2	6,4	6,0	3,6	14,7
9.º ano	0,4	0,0	0,8	0,9	1,8
12.º ano	11,4	12,6	9,8	8,2	14,7
Universidade	57,6	57,5	57,7	<b>62,7</b>	32,1
Até eu querer	11,8	12,6	10,8	10,0	16,5
NS/ NR	12,7	10,9	14,9	14,5	20,2
n.º	837	468	369	110	109

Ao cruzarmos estas expectativas com a existência de sucesso escolar (quadro 16), nas situações em que as primeiras estão definidas, evidencia-se que: a) o maior sucesso aparece associado a mais altas aspirações escolares dos familiares (sem sabermos qual das variáveis é causa ou efeito); b) os alunos com origem imigrante superam (em 11%) o

desempenho dos alunos autóctones, quando as aspirações dos pais são baixas. Mais uma vez, se verifica a persistência das diferenças entre os grupos alvo, mesmo quando todos os alunos vivem em famílias com altas expectativas escolares.

**Quadro 17.** Sucesso escolar, segundo as aspirações escolares das suas famílias

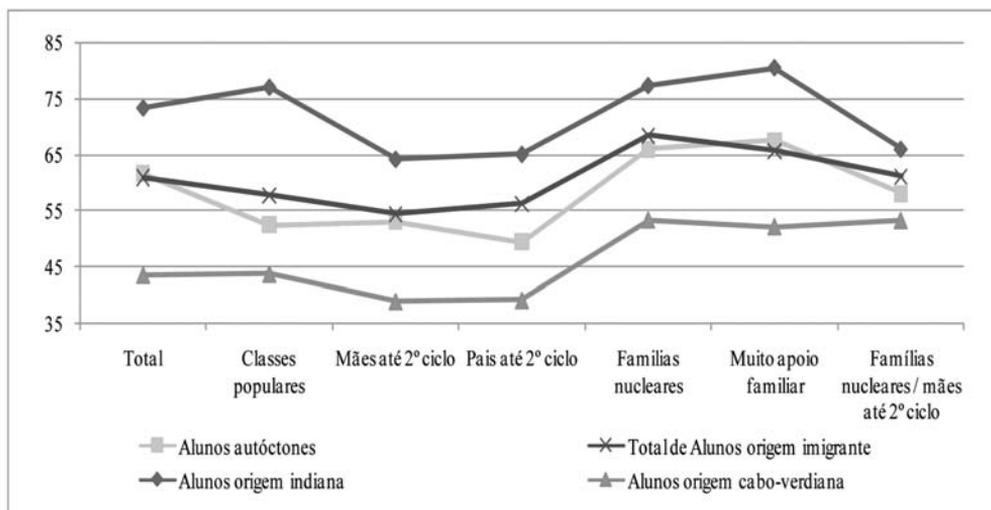
		Sucesso (%)	Total (n.º)
Universidade	Todos os alunos	68,5	480
	<i>Autóctones</i>	<i>70,1</i>	<i>268</i>
	Origem imigrante	66,5	212
	<i>Origem cabo-verdiana</i>	<i>52,2</i>	<i>69</i>
	<i>Origem indiana</i>	<i>82,9</i>	<i>35</i>
Até ao 12.º ano ou menos	Todos os alunos	41,9	148
	Autóctones	37,5	88
	Origem imigrante	48,3	60
	Origem cabo-verdiana	35,7	14
	Origem indiana	61,8	34
Até eu querer	Todos os alunos	62,2	98
	Autóctones	61,0	59
	Origem imigrante	64,1	39
	Origem cabo-verdiana	36,4	11
	Origem indiana	66,7	18
NS/NR	Todos os alunos	55,3	103
	Autóctones	60,0	50
	Origem imigrante	50,9	53
	Origem cabo-verdiana	18,8	16
	Origem indiana	81,8	22

#### 4. SÍNTESE E CONCLUSÕES

Como é observável no gráfico 1, podemos concluir, com base na informação recolhida junto de alunos do 2.º ciclo do ensino básico dos concelhos de Lisboa e Loures, que: a) em geral, quando se homogeneizam as condições familiares dos alunos, os descendentes de imigrantes têm trajectórias escolares mais bem sucedidas do que os alunos autóctones; b) comparando os desempenhos escolares dos alunos de origem cabo-verdiana e indiana e o dos alunos autóctones, o sucesso escolar dos diferentes grupos aproxima-se, sobretudo

quando se controla simultaneamente mais do que uma condição familiar; neste caso, reduz-se substancialmente a distância entre os alunos de origem cabo-verdiana e os alunos autóctones, ficando, no entanto, quase inalterada a supremacia do desempenho escolar dos alunos de origem indiana.

**Gráfico 1:** Sucesso escolar (%) em igualdade de condições, segundo ascendência



Nesta tentativa de síntese, podemos, ainda, comparar a intensidade da relação entre a trajectória escolar dos alunos e as diferentes variáveis do seu contexto familiar, integradas neste estudo<sup>15</sup>. Ao comparar os alunos autóctones com o total de descendentes de imigrantes sobressai o facto de nos primeiros as trajectórias escolares<sup>16</sup> estarem mais associadas ao seu contexto familiar. De qualquer forma, verifica-se, para ambos os grupos, serem a classe social e a escolaridade dos pais as variáveis que maior impacto produzem no sucesso escolar.

Quando nos centramos nos descendentes de imigrantes de origem cabo-verdiana e indiana esta comparação com os alunos autóctones torna-se mais complexa. As várias dimensões do contexto familiar adquirem agora lógicas de associação diferentes em cada um destes três grupos e já não são sempre os alunos autóctones que aparecem mais permeáveis ao seu contexto familiar. A escolaridade e as expectativas escolares dos pais estão especialmente associadas às trajectórias escolares dos alunos descendentes de cabo-verdianos e relativamente aos alunos descendentes de indianos sobressaem o impacto da

(15) Esta intensidade de associação foi medida através do cálculo dos coeficientes Eta.

(16) Neste caso, as trajectórias foram avaliadas pelo número de reprovações obtidas ao longo da escolaridade.

classe social dos pais (tal como para os alunos autóctones) e as habilitações académicas das mães. Aspectos como a estrutura familiar e a língua falada em casa aparecem com fraco índice de associação à trajectória escolar.

**Quadro 18.** Associação entre o número de reprovações e o contexto familiar

	Todos os alunos	<i>Autóctones</i>	Origem imigrante	<i>Origem cabo-verdiana</i>	<i>Origem indiana</i>
Classe social	0,27	0,34	0,22	0,25	0,34
Escolaridade mãe	0,29	0,33	0,27	0,38	0,36
Escolaridade pai	0,35	0,42	0,25	0,56	0,21
Tipo família	0,16	0,20	0,15	0,19	0,29
Língua falada em casa	–	–	0,12	0,12	0,17
Apoio à escolaridade	0,19	0,20	0,17	0,33	0,22
Expectativas escolares	0,26	0,32	0,19	0,39	0,29

Concluindo, os dados recolhidos documentam a importância de se considerarem as condições socioprofissionais e escolares das famílias dos alunos sempre que comparamos os seus desempenhos escolares (aproximam-se sempre que são tidas em conta essas condições) e, ao mesmo tempo, revelam a insuficiência das condições de classe no entendimento das diferenças nos resultados, uma vez que a hierarquia entre os grupos permanece (apesar da distância diminuir) mesmo quando essas condições familiares são igualadas.

## BIBLIOGRAFIA

- BOULOT, Serge e BOYZONN-FRADET, Danielle (1988), *Les immigrés et l'école: une course d'obstacles*, Paris: L'Harmattan – CIEMI.
- COSTA, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro. Dinâmicas sociais da identidade cultural*, Oeiras: Celta.
- FERREIRA, Virgínia (1989), «O inquérito por questionário na construção de dados sociológicos» in A.S.Silva e J.M. Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto: Edições Afrontamento, pp. 165-196.
- LAHIRE, Bernard (1995), *Tableaux de familles – heurs et malheurs scolaires en milieux populaires*, s/l, Gallimard-Le Seuil.
- MACHADO, Fernando Luís; MATIAS, Ana Raquel e LEAL, Sofia Fontes (2005), «Desigualdades sociais e diferenças culturais: os resultados escolares dos filhos de imigrantes africanos», *Análise Social* (176): 695-714.
- MARTINS, Joana Lopes (2004), «As comunidades de origem imigrante e a escola», Comunicação apresentada no *II Congresso Português de Demografia*, 27 a 29 de Setembro ([http://www.apdemografia.pt/pdf\\_congresso/1\\_joana\\_martins.pdf](http://www.apdemografia.pt/pdf_congresso/1_joana_martins.pdf)).

- PORTES, A. e WILSON, K.L. (1976), «Black-White differences in educational attainment», *American Sociological Review*, 41(June): 414-431.
- PORTES, Alejandro e SCHAUFFLER, Richard (1994), «Language and the Second Generation: Bilingualism Yesterday and Today», *International Migration Review*, 28(4): 640-661.
- SEABRA, Teresa e MATEUS, Sandra (2003), «Os descendentes de imigrantes na escola portuguesa: contingente, localização e resultados», *Revista de Estudos e Investigación en Psicología e Educación*, n.º 8 (vol. 10), ano 7.º: 820-833.
- SEABRA, Teresa e MATEUS, Sandra (2004), «Etnicidade e “excelência escolar” – caboverdianos e indianos na AML», *Actas do V Congresso Português de Sociologia: Sociedades Contemporâneas, Reflexividade e Acção*, Braga, 12 a 15 de Maio de 2004 (edição em cd-rom).
- TRIBALAT, Michéle (1995), *Faire France. Une Enquête sur les immigrés et leurs enfants*, Paris: La Découverte.
- VALLET, Louis-André (1996), «L'assimilation scolaire des enfants issus de l'immigration et son interprétation: un examen sur données françaises», *Revue Française de Pédagogie*, 117 (octobre-novembre-décembre): 7-27.
- VERNEZ, Georges e ABRAHAMSE, Allan (1996), *How Immigrants fare in U.S. education*, Santa Monica, RAND.

# 10

## Escola e migrações

### 1. INTRODUÇÃO

Na peça «Jovens imigrantes: Um percurso marcado pelo mérito», o Diário de Notícias de 2 de Março de 2013 dava testemunho da história académica de «seis filhos de imigrantes da Europa de Leste»<sup>1</sup>. Os legados do país de origem, em especial as bases académicas e os métodos de trabalho regular, são apontados na notícia como a explicação para o sucesso escolar. O facto de os resultados escolares portugueses serem dos mais fracos do conjunto dos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico é um contexto importante e ajuda a explicar o estatuto de excepcionalidade com que a notícia é transmitida.

Simultaneamente, o inquérito PISA, que faz a avaliação comparada dos desempenhos escolares dos alunos de 15 anos dos países da OCDE, tem mostrado regularmente uma assimetria de resultados escolares entre filhos de imigrantes e filhos de autóctones. Em alguns países a assimetria é favorável aos primeiros; noutros, a maioria, os filhos de autóctones têm melhores resultados do que os filhos de imigrantes. Portugal situa-se neste segundo grupo, embora se tenha verificado um estreitamento do hiato entre 2000 e 2009<sup>2</sup>.

\* CESNOVA, Centro de Estudos Sociais, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

\* CESNOVA, Centro de Estudos Sociais, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

(1) Da autoria de Célia Rosa, Fotografias de Gerardo Santos, Jorge Amaral e Rui Coutinho, [http://www.dn.pt/revistas/nm/interior.aspx?content\\_id=2442313](http://www.dn.pt/revistas/nm/interior.aspx?content_id=2442313)

(2) O *Programme for International Student Assessment* avalia regularmente os desempenhos escolares em matemática, leitura e ciências. Os resultados estão publicados em OECD, «PISA 2009 Results: Learning Trends. Changes in student performance since 2000. Vol. V» ([http://www.oecd-ilibrary.org/education/pisa-2009-results-learning-trends\\_9789264091580-en](http://www.oecd-ilibrary.org/education/pisa-2009-results-learning-trends_9789264091580-en), 12Mar2013)

Se, por um lado, a preocupação com os riscos que se colocam à «coesão social» tem servido de justificação à multiplicação de estudos visando a procura de explicação para os persistentes fracos resultados dos descendentes de imigrantes no contexto europeu (Crul & Schneider 2010); por outro, a constatação da diversidade de situações encontradas na UE e na América do Norte, entre países, grupos nacionais e contextos de recepção tem levado a questionar a suposta homogeneidade de situações sugerida na associação entre desvantagens escolares e filhos de imigrantes (Portes & Rumbaut 2001, *inter alia*). Neste sentido, e porque a integração é vista como processo envolvendo duas partes, a que integra e a que é integrada (Penninx & Martiniello 2010), ora é questionada a escola e o quadro institucional, ora são os jovens, as suas famílias e as suas disposições sócio-culturais que são escrutinadas. No primeiro caso, encontramos trabalhos que constituem marcos na investigação sobre a temática da educação, como os de Bourdieu & Passeron (1964, 1970), que apontam para uma distância sócio-cultural entre os códigos da instituição escolar e os quadros cognitivos e linguísticos dos jovens provenientes dos estratos socioeconómicos mais desfavorecidos, colocando a ênfase na especificidade da linguagem de ensino. Outro clássico é o estudo de Rosenthal & Jacobson (1968) sobre o «efeito pigmalião» – ou profecia auto-realizável. Ao admitirem a existência de categorias de alunos diversamente dotados em termos de competências escolares, os professores acabariam por contribuir para os resultados dos alunos associados a essas categorias – o sucesso daqueles de quem se esperam bons resultados, e o inverso em relação aos alunos das categorias das quais se esperam piores resultados. O que coloca a ênfase na importância das formas de segregação institucional. Mais recentemente as pesquisas de Crul & Vermeulen (2003) e Suarez-Orozco, Suarez-Orozco e Todorova (2008), sobre as formas de rigidez da organização escolar em relação às dinâmicas da globalização, incluindo no que respeita às vias de transição da escola para o mercado de trabalho, e que têm como resultado a segregação dos jovens de origem imigrante no contexto escolar, inscrevem-se na mesma linha. Quanto à segunda orientação, são de salientar os estudos pioneiros de Zhou e Bankston (1998) sobre as instituições das populações migrantes (associações voluntárias, instituições religiosas, enclaves empresariais) e o seu papel no apoio à experiência escolar, à manutenção das ambições de mobilidade ascendente da família, na criação de figuras de referência (*role models*) e do capital social de apoio à integração no mercado de trabalho e, de uma forma geral, de protecção contra as reacções segregativas da sociedade de acolhimento. A elaboração que serve de respaldo teórico a esta linha de pesquisa, vamos encontrá-la nos trabalhos da equipe de Portes sobre assimilação segmentada e a importância dos contextos de recepção, incluindo a actuação dos Estados (Portes e Zhou 1993, Portes e Rumbaut 2001), e que, seguindo a inspiração de Coleman (1988), mostram a importância da família e do capital social familiar no desempenho e nas trajetórias escolares dos jovens.

Qualquer das orientações de pesquisa pressupõe escolhas e tem consequências em termos de resultados. Ao optar por colocar o foco de análise nos problemas de desempenho escolar dos jovens estudantes, nas suas referências familiares de origem e nos seus envolvimentos sociais, os resultados apontarão, necessariamente, para eventuais diferenças

medidas entre estes e a média da população de acolhimento; se a análise incidir antes sobre dificuldades de adaptação do quadro institucional de acolhimento, o diagnóstico irá necessariamente traduzir-se em resultados que apontarão para faltas ou incapacidades por parte das escolas ou no quadro normativo. Estas não são questões menores, uma vez que destas opções problemáticas e metodológicas depende a natureza do diagnóstico, a produção de dados e a análise da questão.

Outra questão, subsidiária, consiste em saber se aquilo que é visto como problema não representaria afinal e tão-só uma situação momentânea que, com o tempo, tenderia a ser superada. Neste contexto, é a experiência migratória (o estatuto de migrante ou descendente de migrante) que explica os resultados, ou há factores intervenientes que se sobrepõem àquela na determinação destes resultados? Desde logo, e sabendo da importância dos factores socioeconómicos, em que medida é a fragilidade socioeconómica associada àquelas que entram em posições precárias que determina os maus resultados? E, uma vez vencidos os primeiros passos no processo de incorporação das famílias, será possível que os alunos de origem migrante se tornem socialmente invisíveis, entrando num processo que conduza a atingir resultados médios idênticos aos autóctones?

Esta é também uma questão relevante, uma vez que a «impaciência democrática» (Penninx & Martiniello 2010) pode conduzir, de facto, a ver desigualdades estruturais onde apenas se registam desvios pontuais e, por conseguinte, a constituir como objecto de estudo uma categoria de análise que não tem qualquer substância sociológica.

Partindo de um quadro de reflexão mais abrangente sobre o que se pode esperar das migrações, enquanto expressão das dinâmicas da globalização, Suárez-Orozco admite que as escolas «limitadas a um sistema local, e desprezando as forças globais, vão provavelmente tornar-se obsoletas» (Suárez-Orozco 2004: 23 cit. in Suárez-Orozco *et al.* 2011: 322). Para entender a integração social dos descendentes de imigrantes, «os actores mais pequenos da nova era global», convém mudar o foco de análise: virar costas a uma pesquisa excessivamente concentrada no estudo da diversidade escolar enquanto problema social, e passar a questionar de forma sistemática o papel dos jovens descendentes de imigrantes como actores que vão «moldar o futuro de um crescente conjunto de espaços de acolhimento espalhados um pouco por todo o mundo» (Suárez-Orozco *et al.* 2011: 323).

Discutimos de seguida as principais orientações que têm vindo a ser seguidas pelos pesquisadores que têm trabalhado esta área temática. Com base nos resultados obtidos em dois projectos de investigação financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia<sup>3</sup>, visando pesquisar as relações entre escola e migrações, exploramos seguidamente o que nos parecem ser os méritos e as limitações dessas explicações. Terminamos com a apresentação de algumas pistas para uma proposta de abordagem alternativa.

(3) «Filhos de imigrantes: Monitorização do seu acesso à sociedade do conhecimento» – IME/SOC/49911/2003; «Estado, Escola e Diversidade: Capacitação, Universalidade e Equidade Processual» – IME/SDE/81861/2006.

## 2. A INVESTIGAÇÃO SOBRE A RELAÇÃO ESCOLA-DESCENDENTES DE IMIGRANTES

A perspectiva assimilacionista da Escola de Chicago é um marco incontornável para a discussão. Não apenas porque muita da pesquisa que se faz na Europa é tributária do que vem dos EUA, como ainda porque aí se começou desde muito cedo a estudar de modo sistemático e ininterrupto a temática das migrações. Apesar de ser frequentemente, e de forma quase caricatural, lembrada como uma apologia da assimilação – com o tempo assistir-se-ia à atenuação das desvantagens iniciais, em virtude da integração na esfera económica, da aprendizagem da língua e dos costumes e, em geral, uma diluição nas instituições sociais – a Escola de Chicago será porventura lembrada essencialmente pelas excelentes monografias que nos legou, ilustrando pormenorizadamente a formação do «mosaico de pequenos mundos que se tocam mas não se inter-penetraram» (Park 1987). Pode dizer-se que esta atenção ao pormenor nos deixa importantes ensinamentos: sobre a enorme diversidade dos fluxos que, por razões de facilidade, designamos simplesmente como migratórios – bem assim como das estruturas sociais envolvidas no seu acolhimento na sociedade receptora – e a incorporação vista como processo. Porém, se em relação a alguns grupos de migrantes e os seus descendentes a invisibilidade era fácil e rapidamente atingida, em relação a outros, e por razões de natureza estrutural, esse caminho estava completamente vedado. Com a abertura de fronteiras a fluxos provenientes de fora da Europa, em 1965, o desaparecimento do sistema fordista e o reforço das posições e dos movimentos nativistas, a investigação sobre migrações nos EUA tomou novos rumos, ensaiando novas abordagens (Portes 1999, 2006).

Alejandro Portes e Min Zhou (1993), contrapondo à perspectiva normativa norte-americana da integração por via da assimilação à sociedade maioritária a evidência da diversidade de padrões de incorporação, colocaram a hipótese da possibilidade de uma pluralidade de vias de integração: assimilação segmentada. Nesta perspectiva, a assimilação tanto pode ser positiva, trazendo benefícios aos descendentes e ao contexto de recepção, como pode conduzir ao enquistamento em espaços e tempos de exclusão, mormente quando, com o fim do fordismo, se rarefazem os empregos e desaparecem os mecanismos de mobilidade ascendente através do trabalho (Gans 1992); do mesmo modo, o fechamento em enclaves étnicos pode significar isolamento e perda, mas também pode traduzir-se em formação de capital social e simbólico, de grande valia para o acompanhamento dos jovens em contextos de exclusão (Zhou & Bankston 1998). Com base nos resultados do inquérito longitudinal e em larga escala feito aos jovens filhos de imigrantes nos EUA, Alejandro Portes e Ruben Rumbaut (2001) documentaram como funciona, admitindo três possibilidades de trajecto intergeracional. O primeiro caso supõe a existência de elevado capital humano, económico e social, que permite a passagem directa da classe média na origem para a classe média no destino, por integração através de abandono das referências de origem e adopção de valores e normas da sociedade de assentamento, supondo uma aculturação consonante de progenitores e progeneritura. Na segunda situação, que pressupõe a valorização de recur-

sos materiais e culturais da origem, as duas gerações combinam, de modo criterioso, referências da origem e do destino, num processo de aculturação selectiva que pode ser de mobilidade ascendente no caso das famílias oriundas de estratos mais baixos. No terceiro caso de figura, que ocorrerá mais facilmente com famílias inseridas nos espaços e meios de acção comuns aos dos estratos mais baixos e discriminados da população, à retenção das orientações trazidas da origem pelos pais, corresponde uma orientação radical para os meios marginais da sociedade de destino por parte dos jovens, num processo de aculturação dissonante, assimilação descendente e de enquistamento social. Recorrendo a este modelo, Portes e colaboradores (Portes, Haller & Fernandez-Kelly 2008) insistem ainda na importância da relação inter-geracional para proteger os jovens de ameaças (racismo, etc.) e solicitações externas, que possam conduzir a assimilação descendente, e dos capitais económico, social e simbólico da família e da sua envolvimento para assegurar a transmissão da memória motivacional da migração às gerações dos descendentes, bem assim como as condições do seu bem-estar social e psicológico. A importância do contexto de recepção na moldagem das expectativas e motivações dos jovens é contudo essencial: em Madrid, à semelhança do observado nos EUA, os filhos de imigrantes são optimistas no que respeita aos estudos; apresentam todavia expectativas inferiores às (já por si baixas expectativas) dos autóctones. Quanto ao trabalho, as suas aspirações são francamente mais baixas do que as observadas nos EUA, em linha com o registado na população espanhola em geral, sendo as expectativas de poder vir a atingir ocupações de elite muito limitadas (Portes *et al.* 2010, p.782-3). A assimilação segmentada tem sido criticada por investigadores europeus especialmente no que respeita à ideia de assimilação descendente, com base na ideia de que tal processo pressupõe a existência de desigualdades extremas entre escolas e de meios enquistados de exclusão, que serão específicas da sociedade norte-americana, não fazendo sentido no contexto do Estado social europeu (Crul & Vermeulen 2003, Crul & Schneider 2010).

As sociedades europeias, confrontadas com a permanência de populações que tinham chamado em massa das antigas colónias e de outras proveniências do mundo em desenvolvimento para a reconstrução do após-guerra continuaram a procurar inspiração na academia norte-americana, mas criaram as suas próprias equipas e tradições de investigação, a partir de problemas distintos quanto à temática da escolarização dos descendentes de imigrantes. Diversamente do observado nas sociedades além-Atlântico, erigidas a partir da imigração, a escola constituiu-se como uma instituição estratégica das sociedades europeias, uma das alavancas com que o Estado se criou, mas também se reinventou no após-guerra através da construção do Estado social (*welfare state*), que foi também fundamental para a manutenção da imagem da nação, enquanto totalidade homogénea e unitária de cidadãos-produtores (Marshall 1950/1992, Turner 1992). Neste contexto, a crise do fordismo e a inesperada chegada em massa dos filhos de imigrantes à escola convergiram no sentido de pôr em causa o entendimento que sustentava a instituição: a escola até então concebida enquanto provedora de educação passa a ser questionada em relação às bases em que os conhecimentos estão alicerçados e aos efeitos decorrentes do modo como são produzidos (Schiffauer *et al.* 2005).

Os estudos realizados sobre os desempenhos escolares dos alunos de origem popular, incluindo com ascendência migrante, e sobre as escolas enquanto instituições, questionaram o papel das escolas como instrumentos de «reprodução» social e levaram a inquirir de modo crítico as hipóteses clássicas sobre o Estado social (Bourdieu & Passeron 1964, 1970). Na tradição a que estes estudos dão origem, a escola, como qualquer outra instituição pública, passa a ser estudada como instrumento ao serviço de interesses de classe: difundindo entendimentos hegemónicos, desrespeitando os pontos de vista das posições subalternas, visando a manutenção do *statu quo*. Os resultados obtidos através da pesquisa de terreno apontam, porém, para uma realidade mais complexa: para além das desigualdades de classe, outras clivagens surgem com as descolonizações e as migrações em massa, baseadas na etnicidade, na religião, na cor da pele – esta última particularmente importante no contexto de sociedades post-coloniais como a portuguesa, a francesa, a inglesa ou a holandesa (Turner 1992). E pesquisas mais recentes insistem na segmentação interna de categorias (em particular de subalterno), levando a uma questionação radical do ponto de partida desta perspectiva crítica. Por outro lado, vários estudos interessados na dimensão organizacional do funcionamento escolar mostram a considerável autonomia institucional hoje reconhecida às escolas, bem assim como a diversidade de interesses que nela se exprimem e as tensões que a atravessam. A escola, enquanto instituição activa e produtora de entendimentos e orientações autónomos, abre novas e amplas perspectivas de análise ainda pouco exploradas (Schiffauer *et al.* 2005). A abordagem institucional ganha por esta via novo fôlego.

Desde logo, como acima mencionado, o reconhecimento do papel central da acção pública no contexto do Estado social conduz vários dos investigadores europeus mais interessados na temática da educação a afastarem-se da teoria da assimilação segmentada: as situações de exclusão extrema e durável da «inner city» e as diferenças abissais entre escolas são apontadas como uma especificidade da sociedade norte-americana, que é alheia às realidades europeias e contrária às políticas de coesão social que têm sido activamente fomentadas no quadro da União Europeia (Crul & Vermeulen 2003, Thomson & Crul 2007). Por outro lado, Crul e os seus colaboradores chamam a atenção para as tendências demográficas, que fazem com que, em determinadas zonas das cidades europeias, a maioria dos residentes, em particular os jovens, tenha ascendência migrante. Neste contexto, esbatem-se as fronteiras entre nativos e recém-chegados, coloca-se em questão a ideia de uma «norma» ou «referência» herdada do passado, estando as instituições das sociedades europeias em transformação acelerada, com protagonismo importante dos descendentes de imigrantes (Crul & Schneider 2010). Assim, para estudar a integração dos jovens de ascendência migrante no contexto escolar, esta equipe de pesquisadores europeus sugere uma abordagem dos «contextos de integração em perspectiva comparada»<sup>4</sup> com vista a determinar «porque falham as instituições no seu propósito de incluir» (Crul & Schneider

(4) «Comparative integration context theory».

2010: 1259), que tenha em atenção não apenas os resultados finais, mas igualmente as práticas concretas dos agentes e das instituições, incluindo nas relações entre escola e mercado de trabalho (*id.*: 1263).

Finalmente, quanto a saber se os problemas identificados nos desempenhos escolares dos jovens de ascendência migrante se devem a esse atributo, ou apenas representam um momento passageiro, que tende a ser vencido com o passar do tempo, a bibliografia disponível sobre migrações mostra que, sobretudo nas situações de maior exclusão social e económica, pode haver, de facto, um efeito de atenuação com o passar do tempo. Mas não é certo que assim aconteça, sobretudo quando, com a deslocalização dos empregos e a rarefacção das oportunidades de trabalho, se consolidam as condições de enquistamento social. As investigações realizadas em França pela equipe de Bourdieu mostram que há, de facto, um hiato que é geral entre a linguagem académica e a linguagem dos meios populares. Este é, porém, mais acentuado no caso dos descendentes de imigrantes, sobretudo quando as famílias desconhecem a língua do país de instalação, têm curtos (ou nulos, no caso sobretudo das mães) trajectos escolares e são mantidos afastados da escola pelos dispositivos institucionais existentes. Nos estudos realizados por Portes e a sua equipe, as situações de exclusão sobretudo dos jovens que vivem nos meios socioeconomicamente mais desfavorecidos (*inner cities*) e em particular nas escolas que estes frequentam são bastante específicas aos EUA, havendo no geral uma grande diversidade de situações. Quando se verifica, junto de famílias mais desprovidas de recursos, um corte entre a geração dos progenitores e a dos jovens, estes tendem a diluir-se nos contextos de exclusão, num processo de assimilação descendente. No caso da assimilação selectiva, a aculturação consonante, que permite manter pontes entre gerações, garante a transmissão de valores, atitudes e crenças, para além de outros recursos mais tangíveis, que resguardam os jovens dos processos segregativos, desde logo porque recebem das gerações mais velhas a memória de um passado familiar interessante e que é motivo de orgulho, enquanto, simultaneamente, asseguram a perenidade das motivações de um futuro melhor. De um modo geral, segundo estes estudos norte-americanos, a diferença essencial entre descendentes de imigrantes e alunos autóctones reside justamente no facto de os primeiros e as suas famílias se poderem apoiar, em simultâneo, em dois quadros de referência distintos, a origem e o destino, um passado que é uma referência valorizada, e o presente, que pode não o ser; e os alunos autóctones, não.

### 3. FILHOS DE IMIGRANTES NAS ESCOLAS PORTUGUESAS

Através da análise dos dados estatísticos oficiais, verificou-se que o risco de experiências escolares anómalas é maior para os estudantes estrangeiros e maior ainda para os jovens lusófonos, do que para os autóctones (Valente Rosa 2005, Marques e Lopes Martins 2005). Com vista a averiguar as relações entre migração e escolaridade, em 2004, no quadro do projecto «Filhos de Imigrantes: Monitorização do seu acesso à sociedade do conhe-

cimento», foi realizado um inquérito em larga escala aos jovens em todas as escolas públicas do terceiro ciclo e do secundário presentes no município de Oeiras. A Direcção Regional de Educação de Lisboa e os Conselhos Executivos foram chamados a colaborar, dado o facto de a população escolar ser composta por jovens menores de idade, incluindo no sentido de obter a anuência dos encarregados de educação à participação dos educandos no inquérito. Em algumas escolas o inquérito foi aplicado em todas as turmas do 9.º ao 12.º anos, incluindo ensino recorrente, e noutras foi aplicado a um terço das turmas existentes nesses níveis de ensino, seleccionadas pela maior presença de jovens com experiência migrante, própria ou familiar, de acordo com indicações obtidas junto dos Conselhos Executivos. Foram recolhidos mais de 2500 questionários e analisados 1843, repartidos da seguinte forma: filhos de autóctones – 53,7%; filhos de imigrantes nascidos fora – 7,6%; filhos de imigrantes nascidos em Portugal – 36,2%<sup>5</sup>. Foram ainda registadas outras situações, correspondendo a filhos de ex-emigrantes e filhos de retornados – no total: 2,4%.

A comparação dos jovens migrantes e filhos de imigrantes com os filhos de autóctones permitiu criar condições de análise sensíveis ao contexto social. Ao isolar os jovens com ascendência migrante dos demais, corria-se o risco de admitir como factores explicativos aspectos da realidade que tivessem, na verdade, unicamente a ver com o estádio no ciclo de vida, ou tão-só com o contexto local. Por outro lado, a concentração da observação no concelho de Oeiras constituía a garantia de homogeneidade de condições políticas e institucionais indispensável a manter constantes os factores directamente relacionados com esses aspectos e, portanto, a eliminá-los da análise.

O inquérito por questionário aos estudantes inspirou-se largamente no guião de *Legacies* (Portes e Rumbaut 2001), abrangeu seis áreas temáticas, das quais salientaremos aqui apenas três tópicos: a auto-confiança em relação ao cumprimento das expectativas escolares, a escola enquanto espaço de sociabilidade e a escola como estrutura de oportunidades – isto é, a percepção da escola enquanto instituição. Esta última foi ainda subdividida de modo a contemplar duas modalidades na imagem da escola: instituição guiada pela meritocracia ou instituição preparando para o futuro.

Complementarmente, foi ainda pedida informação objectiva sobre questões relacionadas com os desempenhos escolares concretos: a regularidade da frequência das aulas, as retenções e a realização de trabalhos de casa.

Passemos então aos principais resultados do inquérito. Quanto à percepção da escola, ela revelou ser geralmente bastante favorável. A maioria aponta a escola enquanto espaço

(5) Entendeu-se por filho de autóctone o jovem sem qualquer experiência migratória própria ou no núcleo familiar. Por contraposição, entendeu-se por filho de imigrante o jovem proveniente de uma família com experiência migratória ocorrida fora do contexto colonial. Esta categoria foi subdividida em duas: filhos de imigrantes nascidos fora e filhos de imigrantes já naturais de Portugal. Nesta última subcategoria estão incluídos os que nasceram em Portugal e os que, tendo nascido fora do país, aqui se instalaram até aos 6 anos (inclusive); na categoria anterior incluem-se os que nasceram noutro país e aqui chegaram com mais de 6 anos.

de sociabilidade – quer no que respeita a relações com colegas, quer com professores. Há, por conseguinte, um capital de afectos importante em relação à escola e aos seus actores, que é comum às três categorias de alunos consideradas. Simultaneamente, verificou-se o predomínio generalizado da percepção de que os factores não-meritocráticos continuam a ser importantes na vida escolar. O que, aparentemente, não compromete o capital de afectos, mas constitui um obstáculo ao enraizamento de uma atitude mais racional, de confiança em relação à instituição enquanto instrumento de preparação para a idade adulta.

Quanto aos desempenhos escolares, registaram-se algumas surpresas. Verificou-se, através de análise multivariada<sup>6</sup>, que, entre os descendentes de imigrantes, os naturais de fora têm melhores desempenhos do que os naturais de Portugal, quando estes se encontram nas mesmas condições socioeconómicas. Mais ainda, entre os jovens de sexo masculino, mais velhos, de famílias de mais baixo estatuto socioeconómico, os naturais de Portugal, filhos de imigrantes da África lusófona, concentram as piores *performances* escolares e as expectativas mais baixas em relação ao futuro (Marques e Lopes Martins 2005; Marques, Valente Rosa & Lopes Martins 2007). Aparentemente, pois, estamos perante uma situação muito particular de concentração dos maus resultados e de falta de expectativas junto de um segmento específico da população escolar que, sendo embora de ascendência migrante, já nasceu e foi socializado em Portugal.

Em suma, as estatísticas oficiais analisadas relativas ao início do século XXI apontavam para que as políticas visando a igualdade de oportunidades através da escola continuassem a não conseguir, em Portugal, sobrepor-se a clivagens e desigualdades sociais – mormente as que se encontravam associadas à experiência migratória. Mas a análise multivariada dos resultados obtidos através do inquérito de 2004 revela que, entre os alunos de mais baixo estatuto socioeconómico, a expressão de maiores reservas em relação à escola concentra-se nos estudantes de ascendência migrante, mas já nascidos em Portugal e do sexo masculino, que são também os que apresentam o registo mais significativo de problemas na trajetória escolar.

Atendendo às condições de chegada dos fluxos pós-coloniais, e em especial a sua canalização para os espaços e meios de exclusão (residencial, laboral...), só muito tardiamente começados a enfrentar pelos poderes públicos, pode colocar-se a hipótese de um processo de assimilação descendente, tal como tipificado por Portes e seus colaboradores. Porém, mesmo em relação a estes segmentos específicos da população proveniente da imigração que parecem sustentar essa hipótese, não se verifica qualquer expressão de «adversarialidade» em relação à escola e aos seus agentes, pelo que a teoria da assimilação segmentada recebe apenas acolhimento parcial.

Para além disso, e uma vez que não há uma explicação simples para a persistência de baixos desempenhos escolares observada (por classe social, «proximidade» ou «distância» cultural, ou experiência migratória), impõem-se novas linhas de exploração. A questão que

(6) Neste como no inquérito «Estado, escola e diversidade» recorreu-se à análise factorial de correspondências múltiplas e à análise de árvores de decisão.

se colocou, na esteira de Bourdieu e colaboradores, foi de saber se a escola estaria a funcionar como instituição reprodutora de desigualdades.

#### 4. ESTADO, ESCOLA E DIVERSIDADE

Em 2008, foi iniciado um segundo projecto, «Estado, Escola e Diversidade: Capacitação, Universalidade e Equidade Processual», pensado como continuação do anterior, mas desta feita visando explorar o «outro lado» do sistema escolar, isto é, as instituições definidoras das políticas educativas, a escola, os professores.

Foi feito um inquérito de âmbito nacional em 2009. Recorrendo a estatísticas não publicadas do Ministério da Educação, foram identificadas as regiões do país que evidenciavam maior presença de jovens com experiência migrante (própria, no caso de jovens nacionais e/ou naturais de fora do país, ou dos encarregados de educação nascidos fora do país); a cada região foi atribuída uma quota dos mil questionários inicialmente previstos para a amostra. Usando a mesma fonte, foram seleccionados os agrupamentos escolares com maior presença de jovens nas condições acima referidas. Dentro da escola, o questionário foi dirigido aos professores, seleccionados de modo a diversificar a representação do grupo de disciplinas leccionado, tendo sido realizados 872 questionários distribuídos da seguinte forma: 52% na Área Metropolitana de Lisboa, 18% no Norte Litoral, 14% no conjunto do Alentejo e do Algarve, 9% no Centro e 7% no Norte Interior. Pouco mais de um quinto dos professores inquiridos eram homens e 14% nasceram fora de Portugal.

Os tópicos a explorar incluíam averiguar a importância de factores contextuais – prestando atenção à estrutura de desigualdades à escala local; explorar a construção de «capacidade institucional» (desde o Estado central até ao agrupamento escolar); averiguar possíveis processos de estereotipificação de grupos específicos pelos professores (o «efeito Pigmalião» descrito por Rosenthal & Jacobson 1968); explorar como a «ideologia da diversidade» molda as «práticas de acomodação» dos agentes da escola (Fischer 1999, Isin & Nielsen 2008); auscultar problemas de articulação entre orientações e normas macro-institucionais (dimensão formal) e a organização local – isto é, as práticas dos agentes escolares (dimensão prática).

No inquérito por questionário, os professores foram directamente inquiridos sobre as suas práticas escolares, ou seja, enquanto protagonistas da acomodação dos alunos de origem migrante a uma instituição cujo legado é essencialmente de assimilação, não de «respeito pela diversidade». Isin designa como «actos de cidadania» a expressão da «transformação das formas e dos modos de fazer política» (Isin 2008: 39). Seguindo Isin, consideramos estas práticas de acomodação ao contexto escolar de alunos com ascendência migrante como actos de educação na medida em que traduzem uma transformação importante no modo de fazer educação.

Foram identificadas, nos documentos relevantes, as decisões e orientações do Estado português com directa incidência na escolarização dos descendentes de imigrantes, de que

se destacam: a criação do Secretariado para a Educação Multicultural (em 1991), actualmente integrado no Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural; a institucionalização da disciplina de Português língua «não materna» (2005/06), incluindo para estudantes de países lusófonos; as mudanças no currículo – incluindo diversificação das trajetórias escolares; o aumento da cobertura pré-escolar, que facilita o contacto precoce com a língua portuguesa; o envolvimento da comunidade étnica – através de mediadores, associações locais, etc.; e o envolvimento da comunidade local em geral – através da prática do «mentoring», da colaboração em programas TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária).

A transposição de orientações políticas gerais para as escolas e destas para a prática docente não é um processo mecânico, verificando-se nas entrevistas que as práticas de acomodação nas escolas podem assumir formas muito diversas: a implementação neutra de iniciativas institucionais concretas (criação da disciplina de Português língua não materna, por exemplo); a decisão de envolvimento pessoal (a dedicação voluntária de horas extra de tutoria aos estudantes, a associação dos encarregados de educação a iniciativas escolares, etc.); a estabilização de uma interpretação, ao nível do agrupamento de escolas, das orientações gerais e sua transposição em termos de organização de actividades escolares; a adopção de estratégias de avaliação diferentes; a canalização para as vias alternativas de ensino; a promoção de iniciativas ditas interculturais (semana de África, etc.); etc..

Do conjunto da análise documental e das entrevistas que antecederam o lançamento do questionário foi possível apurar os seguintes princípios para a integração de filhos de imigrantes: preparar os filhos de imigrantes para acompanharem os demais alunos – «mainstreaming»; acompanhar as orientações europeias no sentido da coesão social e do respeito pela diversidade; e dois princípios de base: a eleição do local como a escala apropriada para resolver os problemas e o foco na comunidade étnica com vista a promover o diálogo inter-cultural.

Os resultados do inquérito revelam que, para os professores inquiridos, o maior desafio que a diversificação dos públicos escolares coloca às escolas é a origem de classe dos alunos (70%). A origem imigrante surge apenas em segundo lugar, com quase metade de escolhas (39%). Quanto à capacidade de promoção do sucesso escolar dos filhos de imigrantes de países de fora da UE, mais de três quartos consideram que a escola não tem condições para o fazer, sendo os inquiridos da região de Lisboa e da região do centro do país os que evidenciam maior apreensão face à capacidade da escola pública conseguir responder à presença de alunos de origem migrante. De um modo geral, oito em cada dez professores afirmam ter tido de mudar as suas práticas docentes perante esta nova realidade sociodemográfica.

Dois terços dos inquiridos referiram seguir práticas de acompanhamento e avaliação dos alunos de origem migrante concertadas no quadro da instituição – mas 17% afirmaram decidir de modo autónomo o que fazer; e 58% afirmaram seguir estratégias de avaliação diferenciadas, contra 36% que não o fazem. Destacam-se ainda 29% de professores que orientam os alunos descendentes de imigrantes para cursos profissionais e curricula

alternativos. Os jovens com ascendência na África lusófona são apontados por mais de um terço dos professores como alunos com insucesso escolar<sup>7</sup>.

Embora sete em cada dez professores refira que são necessárias mais medidas para apoiar os alunos com ascendência familiar migrante, poucos são os que pretendem mais apoio do Ministério da Educação. Em caso de dúvida, a maioria dos docentes procura aconselhamento junto dos colegas ou das direcções das escolas, ou ainda junto de organizações voluntárias de migrantes; raramente junto das instituições do Estado central (ME, Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural).

Em suma, de acordo com o diagnóstico feito junto dos professores, verifica-se uma persistente dificuldade da escola (pública) para lidar com a pluralidade de públicos escolares. A diversificação de públicos escolares apresenta, no entanto, desafios diferentes em diferentes regiões do país. Por outro lado, é à cultura e aos hábitos de trabalho trazidos da origem, bem como ao acompanhamento familiar, que os professores atribuem maior peso na explicação do sucesso/insucesso escolares dos alunos. Os jovens com ascendência familiar em países lusófonos, em particular os africanos, continuam a ser vistos como problemáticos. Quanto à estratégia de promoção do sucesso escolar, o tratamento diferenciado é francamente preferido pelos inquiridos.

Impõe-se uma nota final no que respeita à acomodação. As directivas gerais (da UE, nacionais) no que respeita à integração escolar dos filhos de imigrantes vincam o respeito pela diversidade cultural. O entendimento «inter-cultural» dominante nas instituições atesta do sucesso da transposição desses princípios para o quotidiano escolar. O que não impede a verificação de contradições, como sejam os efeitos (indesejados, porém, pelas escolas e os seus agentes) de segregação, e a consequente reprodução (também indesejada pelas instituições e os seus actores) de assimetrias.

Parafraseando Thoenig (2007: 18): «é fundamentalmente através das práticas, mais do que a partir de interpretações locais de discursos cosmopolitas, que se realizam» as coisas. O que estas contradições mostram é que, nas escolas, coexistem as retóricas oficiais com as práticas concretas dos agentes. E porque as escolas não são espaços uniformes, antes reflectem a realidade social, as práticas dos seus agentes reflectem inevitavelmente interesses, preocupações e entendimentos diferentes<sup>8</sup>, relações de poder, que se traduzem inevitavelmente em posições distintas, alianças várias, conflitos. Em abono da proposta de Maurice Crul para a explicação dos desempenhos escolares dos filhos de imigrantes a partir de uma atenção especial às escolas, aos seus agentes e aos seus contextos locais, encontramos provas suficientes da necessidade de atender ao contexto local para entender o funcionamento das instituições. Mas à escala local, como à da instituição escolar, também se

(7) Os resultados de ambos os inquéritos sugerem um processo de racialização dos descendentes dos fluxos provenientes das antigas colónias semelhante ao descrito por Suárez-Orozco e seus colegas (2011) para os EUA.

(8) Interesses guiados por contextos específicos, e específicas maneiras de colocar o problema da diversidade.

podem verificar assimetrias consideráveis, mormente quanto à presença de jovens de ascendência migrante nas escolas, aos interesses, preocupações e entendimentos que movem as diferentes instituições, mesmo quando vizinhas, e no seio das próprias populações estudantil e docente. Alguns professores de escolas onde se verifica forte expressão numérica de jovens com ascendência migrante referiram-se ao facto de os seus estabelecimentos de ensino se terem tornado uma espécie de escola de último recurso, porque acolhem jovens que outras escolas não aceitam, admitindo o seu ingresso depois de iniciado o ano lectivo, mesmo quando se trata de alunos com uma trajectória académica anterior marcada por insucesso, etc.. A constatação dos efeitos indesejados e mesmo contrários ao esperado (segregação, reprodução) não pode fazer perder de vista que as escolas são, à escala nacional mas também à escala local, atravessadas por dinâmicas várias, preocupações, interesses e entendimentos diversos. Este aspecto não é devidamente acautelado na proposta de comparação dos contextos de integração em perspectiva comparada.

## 5. OLHANDO PARA O FUTURO...

Os resultados da investigação focalizada nos alunos, suas percepções e práticas mostraram a existência de situações escolares disruptivas: nos contextos em que se concentram múltiplos factores de exclusão (fraco capital humano dos progenitores, ausência de capital social intra-comunitário, baixos níveis de rendimento) os desempenhos são francamente abaixo da média – sem que, no entanto, a pobreza se constitua como único ou principal factor de insucesso (como sugere a clivagem entre rapazes e raparigas). Mas, de igual modo, nem a experiência migratória nem as características culturais ou étnicas se constituem, de per si, como fontes de desvantagem nas escolas portuguesas.

A pesquisa mostrou ainda que, em regra, o ambiente no interior das escolas é positivamente avaliado e as relações com os professores são consideradas como gratificantes por todos os alunos, de ascendência migrante ou não. Assim, embora uma dinâmica de assimilação descendente pareça perfilar-se junto de segmentos da segunda geração, a aceitação do contexto escolar não indicia a adopção de atitudes adversariais à semelhança do observado no caso norte-americano.

Quanto à pesquisa sobre os professores e as práticas de acomodação dos jovens descendentes de migrantes nas escolas, identificaram-se preocupações sérias da parte dos docentes com a incapacidade de lhes dar a resposta institucional devida, havendo ainda a expressão de uma ampla adesão à retórica da «interculturalidade» e do respeito pela diversidade.

Simultaneamente, as contradições observadas entre os princípios gerais enunciados ao nível das instituições centrais do Estado, em linha com os adoptados na União Europeia, e as consequências resultantes das práticas concretas dos agentes escolares, apontam para a co-existência de lógicas intra-institucionais diversas, à escala local e nacional, resultado que não se conforma nem com uma abordagem técnica (ou ideológica) à escola, nem com a adopção de categorias de análise pré-definidas.

Quer a observação seja focalizada nos jovens ou no funcionamento das instituições, e sendo o contexto de análise a recepção à escala nacional (ou as estruturas de oportunidade) ou à escala local, ainda falta responder a questões como: em que medida e como é que a escola é permeada pelos ambientes, as preocupações e as relações de poder às escalas local, nacional e regional em relação ao acolhimento dos novos públicos escolares? Como se constituem os jovens de ascendência migrante como actores à escala local e com que consequências para as escolas e a sociedade em geral? De um modo geral, como estão as práticas de acomodação a transformar a própria forma de fazer educação e com que efeitos sociais?

Num momento de viragem para a acção pública, em que ao Estado se pede contenção e mesmo retracção de esferas em que até então tinha estado presente, e, simultaneamente, se apela aos cidadãos e às organizações da sociedade civil para que participem mais activamente na esfera pública, mobilizem o capital social em prol da comunidade, apoiem o terceiro sector, se abram à inovação social, estas questões são importantes. Se o foco de análise for reorientado, para passar a considerar as dinâmicas emergentes da pluralização do espaço escolar e os seus impactos na sociedade, estaremos provavelmente mais bem preparados para entender e discutir opções de política social que só aparentemente são neutras. Com que pode exactamente uma escola contar ao recorrer a um «mediador cultural» ou à adopção do «mentoring»? E que se pretende com a ligação da escola à comunidade local e com a promoção conjunta de iniciativas interculturais? Em ambos os casos, quais os efeitos do entendimento intercultural sobre a escola enquanto instituição social? Sendo inquietações importantes também para os decisores públicos, só a reflexão académica independente e rigorosa permite formular de modo claro e objectivo problemas que permitam chegar um entendimento fundamentado dos pressupostos em que assentam práticas de política social de referência e as consequências que delas poderão advir.

## BIBLIOGRAFIA

- BOURDIEU, P. e PASSERON, J.-C. (1964), *Les héritiers: les étudiants et la culture*, Paris: Les Éditions de Minuit.
- BOURDIEU, P. e PASSERON, J.-C. (1970), *La reproduction: éléments d'une théorie du système d'enseignement*, Paris: Les Éditions de Minuit.
- COLEMAN, J. (1988), «Social Capital in the Creation of Human Capital», *The American Journal of Sociology*, Vol. 94, Supplement: Organizations and Institutions: Sociological and Economic Approaches to the Analysis of Social Structure, pp. S95-S120.
- CRUL, M. e SCHNEIDER, J. (2010), «Comparative integration context theory: participation and belonging in new diverse European cities», *Ethnic and Racial Studies*, 33: 7, pp. 1249-1268.
- CRUL, M. e VERMEULEN, H. (2003), «The second generation in Europe», *International Migration Review*, 37: 4, pp. 965-986.
- FISCHER, R. S. (1999), «Uncommon Values, Diversity and Conflict in City Life» in N. Smelser & J. Alexander (coord.), *Diversity and Its Discontents: Cultural Conflict and Common Ground in Contemporary American Society*, Princeton, NJ: Princeton University Press, pp. 213-28.

- GANS, H. (1992), «Second-generation decline: Scenarios for the economic and ethnic futures of the post-1965 American immigrants», *Ethnic & Racial Studies*, 15: 2, pp. 173-193.
- ISIN, E. e NIELSEN, G. (coord.) (2008), *Acts of citizenship*, Londres e Nova Iorque: Zed Books.
- MARQUES, M. M. e LOPES MARTINS, J. (2005), *Jovens, Migrantes e a Sociedade da Informação e do Conhecimento – A escola perante a diversidade: um estudo de caso*, Lisboa: ACIME.
- MARQUES, M.M.; VALENTE ROSA M. J. e LOPES MARTINS, J. (2007), «School and Diversity in a Weak State: The Portuguese Case», *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 33: 7, pp. 1145-1168.
- MARSHALL, T. H. (1950/1992), «Citizenship and social class», in T. H. Marshall & Tom Bottomore, *Citizenship and Social Class*, Londres: Pluto Press, pp. 3-51.
- PORTES, A. (1999), *As migrações internacionais. Origens, tipos e modos de incorporação*, Oeiras: Celta.
- PARK, R. (1987), «A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano» in O. G. Velho (orgs.), *O fenómeno urbano*: 26-67, Rio de Janeiro: Guanabara.
- PORTES, A. (2006), *Estudos sobre as Migrações Contemporâneas: Transnacionalismo, empreendedorismo e segundas gerações*, Lisboa: Fim de Século.
- PORTES, A. e ZHOU, M. (1993), «The new second generation: segmented assimilation and its variants», *Annals of the American Academy of Political and Social Sciences*, 530: 1, pp. 74-96.
- PORTES, A. e RUMBAUT, R. (2001), *Legacies. The Story of the Immigrant Second Generation*, Berkeley: University of California Press & Russell Sage Foundation.
- PORTES, A.; HALLER, W. e FERNANDEZ-KELLY, P. (2008), «Filhos de imigrantes nos Estados Unidos», *Tempo Social*, 20(1), pp. 13-50. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702008000100002&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702008000100002&lng=pt&tlng=pt). 10.1590/S0103-20702008000100002
- PORTES, A.; APARÍCIO, R.; HALLER, W. e VICKSTROM, E. (2010), «Moving Ahead in Madrid: Aspirations and Expectations in the Spanish Second Generation», *International Migration Review*, 44: 4, pp. 767-801.
- PENNINX, R. e MARTINIELLO, M. (2010), «Processos e políticas (locais) de integração: estado do conhecimento e relações» in M. M. Marques (org.), *Estado-Nação e Migrações Internacionais*, Lisboa: Livros Horizonte, pp. 127-159.
- ROSENTHAL e JACOBSON (1968), *Pygmalion in the Classroom: Teacher Expectation and Pupils' Intellectual Development*, Boston: Holt, Rinehart & Winston.
- SCHIFFAUER, W.; BAUER, G.; KASTORYANO, R. e VERTOVEC, S. (2004), *Civil Enculturation: Nation-State, Schools and Ethnic Difference in Four European Countries*, Nova Iorque: Berghahn Books.
- SUAREZ-OROZCO C. (2004), «Formulating identity in a globalized world», in M. Suárez-Orozco, D. Qin-Hilliard (coord.), *Globalization: Culture & Education in the New Millennium*, Berkeley/Los Angeles: University of California Press, pp. 173-202.
- SUAREZ-OROZCO, C., M. e TODOROVA, I. (2008), *Learning a New Land. Immigrant Students in American Society*, Cambridge, MA: Belknap Press.
- SUÁREZ-OROZCO, M., T.; DARBES, S.; DIAS, I. e SUTIN, M. (2011), «Migrations and Schooling», *Annual Review of Anthropology*, 40, pp. 311-28. (<http://www.annualreviews.org/doi/full/10.1146/annurev-an40#h2> [29Jun2011])
- THOENIG, J.-C. (2007), «Pour une épistémologie des recherches sur l'action publique», in D. Filâtre & G. de Terssac (coord.), *Les dynamiques intermédiaires au coeur de l'action publique*, Octarès (Ed.), 2005, 285-306, in [http://halshs.archives-ouvertes.fr/docs/00/14/02/12/PDF/Epistemologie\\_Action\\_Publique\\_Thoenig\\_Terssac.pdf](http://halshs.archives-ouvertes.fr/docs/00/14/02/12/PDF/Epistemologie_Action_Publique_Thoenig_Terssac.pdf) [12Mar2013]
- THOMSON, M. e CRUL, M. (2007) «The Second Generation in Europe and the United States: How is the Transatlantic Debate Relevant for Further Research on the European Second Generation?»,

- Journal of Ethnic and Migration Studies*, 33: 7, pp. 1025-1041.
- TURNER, B. (1992), «Outline of a theory of citizenship» in C. Mouffe (org.), *Dimensions of radical democracy*, Londres: Verso, pp. 33-62.
- VALENTE ROSA, M. J. (2005), *(Des)encontro entre as Migrações Internacionais (laborais) e as Qualificações (escolares): o caso dos europeus de Leste em Portugal*, <http://www.socinovamigration.org/conteudos.asp?IDCONT=305>.
- ZHOU, M. e BANKSTON, C. (Nova Iorque: 1998), *Growing Up American: How Vietnamese Children Adapt to Life in the United States*, New York: Russell Sage Foundation Press.

## Marcadores culturales, barreras étnicas e identidades: el caso del alumnado marroquí en Cataluña

### 1. INTRODUCCIÓN

La presencia de población de ascendencia marroquí en España y Cataluña en la época contemporánea se inició hace cuatro décadas, pero lamentablemente, junto a la persistencia de estereotipos y prejuicios sobre las posibilidades y los condicionantes de su integración social, la realidad que muestran algunos indicadores resulta poco alentadora. Así lo son las cifras que recogen el paso de los jóvenes marroquíes por la escuela, con unos resultados académicos a distancia de los obtenidos globalmente por el alumnado de nacionalidad española. Carrasco y Gibson (2010) mostraron como en Cataluña entre los estudiantes marroquíes la continuidad escolar después de 4.º de ESO (Educación Secundaria Obligatoria) era muy baja (del 25 % en el 2005), unos datos que corroboraban los obtenidos en el análisis de las acreditaciones realizado por la propia Carrasco *et al.* (2005) en el II Informe del CIIMU (Consorci d'Infancia i Mòn Urbà de Barcelona) y el trabajo de Serra y Palaudàrias (2007) donde los jóvenes marroquíes eran la nacionalidad que más destacaba – representaba el 82,1% del alumnado extranjero – entre las más derivadas después de fracasar en la ESO, a los Programas de Garantía Social (PGS).

Aunque otros trabajos realizados en España (Colectivo Ioé 2003, Mijares 2004, Pàmies 2006) muestran una mayor continuidad educativa entre las chicas marroquíes que entre los chicos, desmintiendo las creencias extendidas acerca de un mayor abandono de las jóvenes en las etapas postobligatorias por causas religiosas o culturales; e investigaciones como la de Aparicio y Tormos (2006) señalen que los jóvenes marroquíes superan los niveles de capacitación que tenían sus padres, los datos, sin duda, resultan preocupantes. Y

\* Departament Pedagogia Sistemàtica i Social. – Universidad Autónoma de Barcelona (UAB), CER Migracions EMIGRA – UAB

\*\* Departament Pedagogia Sistemàtica i Social. – Universidad Autónoma de Barcelona (UAB), CER Migracions EMIGRA – UAB

más cuando a esta situación se añade, como sucede en otros entornos, que a pesar de incrementarse los años de asentamiento de las familias o que la escolarización de los jóvenes haya sido temprana, su aprovechamiento escolar sigue constatando la situación de desventaja y el impacto de la misma en un menor rendimiento y continuidad académica en los niveles postobligatorios. Es decir, que contrariamente a la idea tan extendida como contestada por la investigación especializada, un mayor tiempo de asentamiento no parece mejorar de forma lineal ni progresiva su situación laboral y educativa.

Las dificultades se extienden también cuando se contempla su inserción en el mercado laboral. Los datos lo sitúan entre los grupos que tienen una presencia mayor en ocupaciones asalariadas de baja cualificación y en sectores poco regulados (Cachón 2004; Solé, Parella y Cavalcanti 2008; Pajares 2009). Así, una mayor discriminación en el mercado de trabajo, la existencia de una clara segregación sectorial y unas mayores tasas de paro que los nacionales (Observatorio Permanente de la Inmigración 2010) reflejan la posición que, en los nuevos contextos, hombres y mujeres de nacionalidad marroquí ocupan en la estratificación étnica del trabajo y la «etnización» laboral (Wallerstein 1999). Y en un escenario de crisis económica como el actual, la tasa de paro entre la población de ascendencia marroquí en España es superior a la de otros grupos y en especial resulta alarmante entre los menores de 25 años, abarcando a casi dos tercios de los jóvenes activos (Colectivo Ioé 2011).

Aunque es cierto que en esta fotografía no aparece reflejada una parte de jóvenes marroquíes de ambos sexos que consiguen trazar trayectorias de éxito y continuidad educativa y así lo hemos podido constatar en investigaciones recientes<sup>1</sup>, es evidente que resulta necesario prestar atención a las dinámicas escolares, profesionales y sociales que están aconteciendo y que parecen ofrecer condiciones limitadas – y limitadoras – a estos jóvenes. Porque ellos y ellas en sus trayectorias están expuestos a bajas expectativas, tienen que superar los estereotipos, prejuicios y rumores que los acompañan sin que les sea reconocido los esfuerzos que junto a sus familias hacen en el marco de los que fueron los iniciales proyectos migratorios y que hay que interpretar ahora desde los procesos de integración social en construcción.

Conocer las condiciones de y para la integración resulta, pues, crucial. Y en este sentido adquiere centralidad la experiencia escolar y las representaciones que desde la escuela se tiene de estos jóvenes. En los próximos apartados damos cuenta de estas representaciones, al analizar el papel de algunos marcadores culturales, y el impacto de las mismas en las respuestas educativas, con el objetivo de contribuir a establecer las condiciones en las que tiene lugar su integración escolar y social. Para ello, discutiremos acerca de como se refuerzan las fronteras étnicas percibidas a partir de marcadores culturales asociados a la *marroquinidad* y al *Islam* en la sociedad, y que al operar como profecías autocumplidas,

(1) Proyecto ARAFI 2010: *Trajectòries d'èxit dels i les joves marroquines a Catalunya. Una anàlisi qualitativa des d'una perspectiva comparativa*, financiado por la Secretaria per a la Immigració i la Direcció General de Recerca de Catalunya.

ocultan las barreras que crean las propias escuelas y que impiden la promoción de una verdadera ciudadanía inclusiva dentro del nuevo modelo social.

## 2. LA ESCUELA: NATURALIZANDO LA ESTRATIFICACIÓN SOCIAL

La experiencia escolar de los niños y jóvenes inmigrantes se ha considerado a partir de la influencia de factores situados más allá de la escuela y la familia, haciendo especial hincapié en las distintas posiciones de minoría ocupadas en la estructura social y de los contenidos a partir de los cuáles se construye su representación social. Ogbu (1987, 1998) mostró las diferencias de este impacto sobre distintos grupos en diversos contextos sociales y escolares y los efectos de los procesos de minorización en las respuestas de las minorías. De este modo, su modelo explicativo y las posteriores revisiones (Foley 1991, 2005; Mehan *et al.* 1994; Flores-González 2005; Carter 2003; Howart & Lewis 2003; Gibson 2005, entre otras) permiten interpretar el repertorio de comportamientos escolares de los jóvenes marroquíes teniendo en cuenta la posición de minoría de sus familias. Ogbu considera que los principios de estratificación social se convierten en factores de división de las minorías (de «casta» o voluntarias e involuntarias) y desde las posiciones que estas ocupan, interpretan la realidad social, desarrollan sus relaciones y generan expectativas. El interés de su propuesta se centra en entender las relaciones de estas minorías con la escuela de forma amplia, desde las fuerzas comunitarias y su efecto sobre el comportamiento socioacadémico de los jóvenes. Así, resulta, de especial importancia tanto considerar la *historia de contacto* entre mayoría y minoría y sus *representaciones sociales*, como nociones relativas al *techo limitado de ocupación*, y aquellas que explicarían el *bajo rendimiento escolar de la minoría como adaptación*.

Ogbu consideraba además que el éxito académico es mayor entre aquellos estudiantes que viven dentro de la identidad de inmigrantes su estatus de minoría. Esto nos lleva a contemplar la relación que existe entre el éxito y el fracaso académico y los diversos grados de aculturación de los estudiantes de minorías. Gibson (1988) desarrolló el concepto de *aculturación aditiva* para referirse a las estrategias de adaptación que promueven el éxito académico y la inserción socioeconómica de la minoría sin renunciar a los referentes culturales valorados por la familia y la comunidad étnica. Su aportación puso de manifiesto que el éxito y el fracaso entre los estudiantes no guardan relación con una mayor aculturación. A conclusiones similares llegó Carter (2005) al mostrar como aquellos hijos e hijas de inmigrantes que tienen más éxito en la escuela eran los *cultural straddlers*, aquellos capaces de ser biculturales o multiculturales. Sin embargo a los jóvenes de minorías no siempre se les ofrecen las condiciones adecuadas para poder desarrollar de forma exitosa esta biculturalidad en la escuela. Esto es así, fundamentalmente, porque la escuela es homogeneizadora y estratificadora.

La institución escolar promueve el aprendizaje y las relaciones entre los estudiantes en espacios que adquieren variadas formas y valoraciones. Son numerosos los trabajos

(Oakes 1985; Ireson, Clark y Hallam 2002; Van Zanten 2001, entre otros) que han mostrado cómo a través de los itinerarios curriculares diferenciados o de la construcción de los grupos de nivel se distribuyen las posibilidades de acceso al aprendizaje, a la participación y a las relaciones sociales y se institucionalizan y legitiman las desigualdades escolares. Estos procesos afectan de forma mucho más elevada a los estudiantes de minorías, como los jóvenes marroquíes. Pero las diversas posiciones – físicas y simbólicas – en las que son situados en la escuela aparecen como una consecuencia de sus déficits y del esfuerzo de la institución escolar por responder mejor a las supuestas necesidades que se considera que comparten.

Ahora bien, la estratificación dentro de la escuela se realiza sobre la base de las habilidades atribuidas a los jóvenes en la cultura dominante, de manera que se naturaliza la sobrerrepresentación de los estudiantes de minorías en los grupos de bajo prestigio y su estatus de eternos aprendices de niveles inferiores al estándar. Además, y de forma sistemática, estos procesos afectan a los jóvenes de ciertos grupos minoritarios, aquellos con los que la sociedad mayoritaria han mantenido una historia de contacto larga y problemática. Este es el caso de los estudiantes marroquíes en Cataluña, tal como revelan los resultados de trabajos previos realizados<sup>2</sup>. Pero, aunque los procesos de estratificación escolar son difícilmente dissociables de los procesos de estratificación social, su impacto adquiere un peso determinante que va más allá de la simple reproducción a escala de lo que sucede fuera de la escuela. Es decir, no sólo los refuerzan y complican sino que también los ocultan y naturalizan. Y este proceso se realiza a partir de las formas en que se construyen *marroquinidad e Islam*.

### 3. MARROQUINIDAD E ISLAM EN LA ESCUELA

Las investigaciones en España (Colectivo Ioé 1996, Franzé 2002, Aparicio y Tormos 2001, Mijares 2004, Pàmies 2006, entre otros) muestran como en la escuela es la pertenencia étnica de los jóvenes marroquíes la que ha resultado determinante en su representación problematizada. Y las formas en las que se ha conceptualizado la *marroquinidad* la que los ha convertido en un problema escolar. Su presencia en la escuela se ha asociado, con carácter natural, al aumento de la conflictividad en las aulas, a la ralentización en los procesos de enseñanza-aprendizaje y a las dificultades académicas. En definitiva, al bajo rendimiento escolar. Se ha aceptado de forma generalizada que su escolarización era una tarea compleja y llena de obstáculos, a pesar de la persistencia de los discursos sobre la

(2) Proyecto *Children of Immigrants in Schools in the EU and the US* NSF-SSRC-Nuffield Foundation. Ver Gibson, Carrasco, Pàmies, Ponferrada, Ríos (2013) «Differences systems, similar results: immigrant youth in schools in Catalonia and California» in R. Alba e J. Holdaway (eds.) *The Integration Imperative: The Children of Third-World Immigrants in the Schools of the US and Western Europe*. Nova Iorque: New York University Press (en prensa).

función clave de la educación para la integración social (Carrasco 2003). Estos supuestos obstáculos han sido abordados además desde el reduccionismo culturalista. Desde esta perspectiva – son distintos culturalmente – y compensadora – carecen de cultura – se ha contribuido a reforzar las concepciones homogeneizadoras del grupo y se ha justificado de forma directa e indirecta el desarrollo de procesos de exclusión escolar. De este modo se explicaría su mayor representación en las variadas acciones que se califican de *atención a la diversidad*. Pero estas medidas resultan formas de estratificación escolar interna y explicitan expectativas diferenciadas para aquellos sectores sociales subalternos a los que pertenecen estos estudiantes (Carrasco, Pàmies, Ponferrada, Ballestin y Bertran, 2009).

La respuesta educativa hacia los jóvenes marroquíes no puede desvincularse de la construcción histórica del *moro* y su *primitivización* (Mateo 2000), como figura que encarna todos los viejos estigmas del pasado. Ni disociarse de su condición de potencial musulmán. Así, se tiende a considerar el comportamiento de estos jóvenes como la expresión de universos culturales contrapuestos, conformada por el lastre de un conflicto entre los referentes religiosos del Islam y una sociedad secularizada o con referentes cristianos, dando por descontado que el Islam determina la actuación de los individuos de manera directa, o que los dictados del universo normativo se cumplen en la práctica. La imagen de los jóvenes como víctimas desorientadas responde a esta dicotomía que parece hacer irreconciliable la ascendencia marroquí o la práctica del Islam con la pertenencia a la comunidad local. En esta situación, el Islam es identificado en una variedad de construcciones donde se oponen modernidad a premodernidad, racionalidad a ignorancia, ciencia a religión, igualdad de sexos a patriarcado, y democracia a caciquismo fundamentalista (Carrasco 2006). En esta representación, la joven marroquí se convierte en paradigma de la opresión patriarcal y de la sumisión, víctima de su *cultura* y de los líderes de su comunidad (Ramirez 1998). Así se interpreta el uso de ciertos símbolos como el *hiyab*. Pero el significado que este adquiere entre las jóvenes es múltiple y complejo. Puede convertirse no sólo en una afirmación subjetiva, sino ofrecer cierto grado de autonomía funcional en tanto que afirma su posición en la esfera pública y permite acceder a oportunidades de continuidad educativa y de sociabilidad intercultural, un aspecto que ya señalaron Gaspard y Khosrokhavar (1995). Uso y significado deben de ser contemplados, desde prismas diversos, entre otros, desde la perspectiva de las feministas musulmanas. Estas consideran que ciertos discursos occidentales, entre ellos el de las feministas, contribuyen a desviar la atención de las desigualdades más lacerantes dentro de las sociedades de tradición musulmana y entre éstas y los países occidentales. Mientras que desde la perspectiva de las feministas occidentales se considera que las investigadoras y políticas musulmanas no se enfrentan realmente a la herencia patriarcal e incluso contribuyen a perpetuar la situación de dominación de las mujeres y, sobre todo, de las niñas, tanto en los países de origen y los países de destino migratorio. La confrontación no es estéril. Al contrario, la discontinuidad entre el plano del debate político e intelectual y el plano de la acción, es decir, el nivel en el que se detecta el reclamo de orientaciones para entender y para elaborar respuestas desde los centros educativos, tiene un efecto perverso en las relaciones intercul-

turales que se establecen desde las instituciones educativas con las familias y comunidades inmigradas. Y tal como hemos mostrado en otras ocasiones (Carrasco, Pàmies y Ponferrada 2010) desde una tendencia implícita que entiende y promueve todo cambio cultural como si fuera un indicador de emancipación, ciertas prácticas y símbolos, como el uso de este velo, o el interés entre las familias marroquíes por el mantenimiento de la lengua de origen se perciben como factores de freno al éxito escolar e indicador del fracaso en los procesos de integración social. Es en este sentido que cabe interpretar las resistencias al desarrollo de propuestas avanzadas de ELCO marroquí en sus distintas versiones<sup>3</sup> en el sistema educativo (Mijares 2006, Franzé 2008) y a la introducción del árabe en la oferta de lenguas extranjeras en secundaria, o las situaciones de desencuentro recurrente entre las escuelas y las familias marroquíes (Bertran 2005; Pàmies 2006 y 2008; Garreta 2008; Carrasco, Pàmies y Bertran 2009).

Todas estas situaciones no pueden desvincularse de los análisis que hacen Zolberg y Woon (1999) acerca de la situación del islam en Europa – y su comparación con la del español en los EEUU. Para los autores, sin dejar de reconocer las tensiones que emergen alrededor de otros elementos culturales, Islam y español actúan como verdaderas fronteras en ambos contextos. En el caso del Islam en Europa, baste recordar las primeras tesis de Huntington (1996) sobre el choque de civilizaciones que defienden la asociación de la tradición cristiana euro-americana y la democracia auténtica, supuestamente incompatible con el Islam, plasmadas en los debates acerca del proyecto de una constitución europea común. O las aportaciones de Sartori (2001) quien advierte sobre los riesgos de una inmigración incontrolada en Europa y el peligro de la concesión de derechos de ciudadanía a grupos *inintegrables*. O los nada lejanos y trágicos episodios de la guerra de Bosnia y la *limpieza étnica* contra grupos contruidos como musulmanes a partir de la manipulación de este marcador aparentemente inequívoco de frontera interétnica, aparte y además de los debates alrededor del Islam vinculado a diversas poblaciones de origen inmigrante.

Así, a pesar de los discursos que defienden la celebración de la diversidad, en Europa en general y en Cataluña en particular se contempla el encaje sociocultural del Islam de forma problemática. El Islam y su componente comunitario son interpelados de forma directa y continuada en Europa, representando convenientemente a los grupos de tradición o práctica musulmana de forma homogeneizadora, como *creyentes compulsivos* (Moreras 1999) que se apropian de un espacio común que *no les corresponde* (Aixelà 2001). Ambas actitudes se desarrollan dentro y fuera de la escuela (Moreras 2006, Pàmies

(3) ELCO (Enseñanza de la Lengua y Cultura de Origen). En este sentido, hay que señalar que las actuales posibilidades ofrecidas por los convenios del Departament d'Educació de la Generalitat de Catalunya que permiten organizar cursos extraescolares en árabe y amazig, las lenguas más habladas en Cataluña después del castellano y del catalán con gran diferencia respecto a cualquier otra lengua extranjera, dependen de la sensibilidad de los equipos directivos de los centros ante las demandas de las familias o bien de su propia iniciativa.

2006, Mijares 2006, Carrasco 2006) y, como mostró el trabajo etnográfico de Serra (2006), contribuyen a distorsionar la valoración de las relaciones entre el alumnado, reinscribiéndolas en el discurso de la diferencia étnico-nacional por encima de otras diferencias presentes o percibidas entre el alumnado en su conjunto.

En esta línea, Erickson (1987), que aplica a la escuela el enfoque situacionista de Barth (1969) en el análisis de las relaciones interétnicas, muestra que la escuela puede convertir el *límite cultural* («*cultural boundaries*») desprovisto de contenido político en *frontera* («*cultural borders*») y sostiene que en realidad esta transformación dependerá de la forma en que se permita a los sujetos *navegar a través de la diferencia cultural* («*cultural border work*»). Y el *límite cultural* se construye como *frontera cultural* a partir de los marcadores que la escuela problematiza de entre los diversos posibles, influenciada por las representaciones de la diversidad en la sociedad mayoritaria. Actualizando este enfoque procesual, Alba (2005) distingue entre *bright borders*, fronteras claras y rígidas, y *blurred borders*, fronteras flexibles y que pueden ser franqueadas con mayor facilidad e introduce una perspectiva diacrónica en su análisis de los procesos de incorporación y asimilación de los grupos migrantes en los EEUU.

Y en esta línea emergen las historias nacionales europeas que se resisten a ampliar la perspectiva protagonista con todos aquellos que han contribuido a su construcción, con la especial negación de todo aquello identificado con el Islam. En su defensa del modelo de educación inclusiva, Gardner (2002) recuerda la importancia del informe de la *Commission for Racial Equality* en Gran Bretaña tras el 11 de Setiembre sobre islamofobia y prejuicio anti-islámico, sintetizando las diferencias entre visiones abiertas y cerradas del islam en el tratamiento curricular y tutorial en los ocho puntos siguientes: monolítico y estático o diverso y cambiante, separado o en interacción, inferior o diferente, enemigo o posible aliado, manipulativo o sincero, rechazo frontal de las críticas en Occidente o consideración de las críticas, discriminación justificada o cuestionada, naturalización de la islamofobia o problematización de la misma.

Entre las pocas investigaciones en profundidad realizadas en España sobre el tratamiento educativo del islam cabe destacar dos, el dirigido por Navarro (1997) y el de Martín, Valle y López (1998). Ambos estudios realizan una revisión exhaustiva y un análisis crítico de manuales escolares de ciencias sociales y de lengua y literatura de diversas editoriales correspondientes a todos los niveles preuniversitarios dentro de los últimos cursos de vigencia de la LGE. Constatan que prácticamente en su totalidad los contenidos cuando hacen referencia al islam y a las poblaciones árabe-musulmanas dan lugar a: confusiones de ideas y conceptos, reproducción de estereotipos, manipulación de los hechos históricos, eurocentrismo acrítico, desprecio por la diversidad cultural, xenofobia, partidismo, justificación de la violencia europea (reconquista, cruzadas, colonización), construcción demonizada y violenta del adversario musulmán en términos de rasgos culturales inmutables, contradicciones ideológicas y fomento de la inmadurez ética en las relaciones interculturales tal como se presentan. En el segundo estudio, las autoras ponen de relieve el *maltrato* que recibe todo aquello que hace referencia a los pueblos árabe-musulmanes y sus

aportaciones a Europa y al estado español. Pero sin duda, una de las concreciones más peo-  
pucantes de estos resultados es la negación de la herencia común y de los procesos de mes-  
tizaje, especialmente en cuanto a la presentación identitaria hispánica en general y cata-  
lana en particular. En conclusión, lejos de contrarrestar los efectos de los medios de comu-  
nicación, los manuales analizados tienden a contribuir a la arabofobia y a la islamofobia.

Pero esta es sólo una parte del fenómeno que afecta al alumnado de origen marroquí. La propuesta de Booth y Ainscow (2000) y Ainscow (2005) identifica las *barreras* que la propia institución escolar construye frente al aprendizaje y la participación del alumnado y de sus familias, prestando especial atención a la necesidad de adoptar la perspectiva de los grupos más frecuentemente situados en los márgenes, como el marroquí en la escuela española. Estas barreras son las que obstaculizan o dificultan la realización de los propios objetivos educativos de la institución escolar respecto a estos mismos grupos, a través de las ideologías y tradiciones educativas explícitas o subyacentes en el sistema.

Es necesario prestar atención, por lo tanto, no sólo a los elementos o marcadores culturales que intervienen en la construcción de las fronteras y cómo éstas se pueden transformar, sino también a qué grupos afectan en mayor medida y de forma específica, cuáles son sus experiencias y a qué condiciones de integración se enfrentan estos grupos.

#### 4. CONCLUSIÓN

Nuestra hipótesis plantea que en la escuela no sólo se reproducen las fronteras interétnicas haciéndolas más visibles en la medida en que se constituyen como obstáculos directos frente a los objetivos educativos, sino que contribuyen a naturalizar las posiciones marginales de buena parte del alumnado de los grupos inmigrantes más estigmatizados en el acceso al aprendizaje y la participación, porque la centralidad de algunos marcadores – el Islam en Cataluña – permite ocultar a su vez las barreras que la escuela levanta frente a los mismos.

La *marroquinidad* y el *Islam*, en tanto que marcadores culturales que funcionan como símbolos aglutinadores de la diferencia entre *nosotros y ellos* fruto de historias de contacto problemáticas, actúan como frontera visible que permite seguir centrando la atención en las *características específicas del alumnado*. Una situación en la que colabora la tendencia a etnificar las características de la minoría que se perciben como menos tolerables. Y que supone establecer medidas de carácter compensatorio limitadoras para estos jóvenes e impulsarlas a partir, precisamente, de la etnificación de la *marroquinidad*.

Sin embargo, encontramos datos concluyentes acerca de la relación existente entre la identificación de los chicos y chicas marroquíes, los procesos de aculturación y los resultados académicos que obtienen. Y en la línea de la *aculturación aditiva* de Gibson (1998) constatamos que el éxito entre los estudiantes no guarda relación con una mayor aculturación, más bien al contrario. Es decir, los chicos y chicas que construyen trayectorias de éxito y a pesar de las presiones que reciben desde la escuela y que desvalorizan sus prácti-

cas y símbolos culturales, se muestran fieles a su comunidad. Asientan su identidad positiva sobre el Islam y ello les permite navegar con éxito en los contextos familiares, escolares y comunitarios.

Contrariamente, las representaciones de la escuela sobre este alumnado, como hemos mostrado también en otros trabajos (Carrasco, Pàmies y Ponferrada 2011) refuerzan las fronteras étnicas percibidas a partir de marcadores culturales asociados a la *marroquinidad* en la sociedad, que operan como profecías autocumplidas, e impiden la inclusión en políticas y prácticas escolares. Una situación que muestra la existencia de procesos de minorización académica que refuerzan las posiciones sociales y culturales jerarquizadas de ciertos grupos y que se superponen a ellas, ocultándolas.

Sin embargo, desde una tendencia implícita que entiende y promueve todo cambio cultural como si fuera un indicador de emancipación, ciertas prácticas y símbolos se perciben como factores de freno al éxito escolar y del fracaso en los procesos de integración social. Los emblemas de determinados grupos se conceptualizan desde la mayoría como la expresión de unos universos culturales contrapuestos – en términos de distancia y lejanía cultural y en consecuencia de posibilidades de *integrabilidad*. Pero en realidad esta situación contribuye de forma decisiva a ocultar las barreras frente al aprendizaje y la participación levantadas por la propia institución escolar ante el alumnado de minorías en general, y en especial para algunos grupos, como el marroquí. Y por encima de todo eximen de responsabilidad a la escuela ante sus efectos reproductores ampliados de una estratificación social que se hace más compleja en los momentos actuales de crisis económica en los países del sur de Europa.

## BIBLIOGRAFIA

- AIXELÀ, Y. (2001), «¿Qué nos ofende de los “moros”? Discursos sobre los musulmanes y sus prácticas sociales», in *Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Núm. 94 (59).
- ALBA, R. (2005), «Bright vs. Blurred boundaries: Second generation assimilation and exclusion in France, Germany and the United States», *Ethnic and Racial Studies*, Vol. 28 n.º 1: 20-49.
- AINSCOW, M. (2005), «Developing inclusive education systems: what are the levers for change?», *Journal of Educational Change*, 6(2): 109-124.
- BARTH, F (1976 [1969]), *Los grupos étnicos y sus fronteras*, México: Fondo de Cultura Económica.
- BERTRAN, M. (2005), *Relacions entre famílies immigrades i institucions educatives en l'etapa de zero a sis anys*, Barcelona: Fundació Jaume Bofill, Finestra Oberta, 46.
- BOOTH, T. & AINSCOW, M. (2000), *Index for Inclusion*, Bristol: Centre for Studies on Inclusive Education.
- CARRASCO, S. (2006), «Islam i educació», in M. Poblet y P. Casanovas (ed.), *Polítiques de l'Islam i models d'Europa*, VI Cicle Aranguren, Sabadell: Caixa de Sabadell.
- CARRASCO, S., BALLESTÍN, B., BORISON, A. (2005), «Infància i immigració. Tendències, relacions, polítiques», AADD, *II Informe de la Infància, Infàncies, famílies i canvis socials*, Barcelona: CIIMU.

- CARRASCO, S., PÀMIES, J., BERTRÁN, M. (2009), «Familias inmigrantes y escuela: desencuentros, estrategias y capital social», *Revista Complutense de Educación*, vol. 20 (1): 55-78.
- CARRASCO, S., PÀMIES, J., PONFERRADA, M., BALLESTÍN, B., BERTRÁN, M. (2010), «Segregación escolar e inmigración en Cataluña: aproximaciones etnográficas», in F. J. García Castaño & S. Carrasco (eds.) *Investigaciones en Inmigración y Educación en España. Homenaje a Eduardo Terrén Lalana*, Madrid: CIDE-Ministerio de Educación.
- CARRASCO, S., GIBSON, M. (2010), «La educación de los jóvenes de origen inmigrante en secundaria: algunas lecciones comparativas desde Cataluña y California», *Revista del Ministerio de Trabajo e Inmigración*, 90: 59-75.
- CARRASCO, S., PÀMIES, J., PONFERRADA, M. (2011), «Fronteras visibles y barreras ocultas. Aproximación comparativa a la experiencia escolar de los estudiantes marroquíes en Cataluña y mexicanos en California», *Migraciones*, 29 (2011): 31-60.
- CARTER, P. (2005), *Keepin' it real. School success beyond black and white*, Nueva York, New York: Oxford University Press.
- COLECTIVO IOÉ (1996), *La educación intercultural a prueba. Hijos de familias marroquíes en la escuela española*, Madrid: CIDE.
- ERICKSON, F. (1987), «Transformation and School Success. The Politics and Culture of Educational Achievement», *Anthropology and Education Quarterly* 18 (4): 335-356.
- FRANZÉ, A. (2002) *Lo que Sabía no Valía. Escuela, Diversidad e Inmigración*, Madrid: Consejo Económico y Social.
- GIBSON, M. A. (1988), *Accommodation without Assimilation. Punjabi Sikhs in an American High School*, Ithaca: Cornell University Press.
- GIBSON, M. A. & OGBU, J. (eds.) (1991), *Minority Status and Schooling: A Comparative Study of Immigrant and Involuntary Minorities*, Nueva York, New York: Garland.
- GIBSON, M. A. & CARRASCO, S. (2009), «The education of immigrant youth. Some lessons from the US and Spain». *Theory Into Practice*, 48: 4, 249-257.
- GIBSON, M. A., CARRASCO, S., PÀMIES, J., PONFERRADA, M., RIOS, A. (2013), «Differences systems, similar results: immigrant youth in schools in Catalonia and California», en R. Alba & J. Holdaway (eds.) *The Integration Imperative: The Children of Third-World Immigrants in the Schools of the US and Western Europe*, Nueva York: New York University Press (en prensa).
- GILLBORN, D. & MIRZA, H. S. (2000), «Educational Inequality: Mapping Race, Class and Gender – A Synthesis of Research Evidence», Report #HMI 232, Londres: Oficina d'Estàndards Educatius.
- HUNTINGTON, S. (1996), *The clash of civilizations and the remaking of the World Order*, New York: Simon & Schuster.
- IRESON, J.; CLARK, H.; HALLAM, S. (2002), «Constructing Ability Groups in the Secondary School: Issues in Practice», *School Leadership & Management*. Vol. 22, núm. 2: 163-176.
- MATEO, J. L. (2000), *El «moro» entre los primitivos*, Barcelona: Fundació La Caixa.
- MIJARES, L. (2006), *Aprendiendo a ser marroquíes. Inmigración, diversidad lingüística y escuela*, Madrid: Ediciones del Oriente y el Mediterráneo.
- MORERAS, J. (1999), *Musulmanes en Barcelona. Espacios y dinámicas comunitarias*, Barcelona: CIDOB.
- OAKES, J. (1985 [2005]), *Keeping track. How schools structure inequality*, 2<sup>nd</sup>. Edition, New Haven, Conn: Yale University Press.
- OGBU, J. U. (1987), «Variability in Minority School Performance: A Problem in Search of an Explanation», *Anthropology & Education Quarterly*, Vol. 18 (4): 312-334.
- PAJARES, M. (2010), «Inmigración y mercado de trabajo en España». *Informe 2010, Documentos del Observatorio Permanente de la Inmigración*, 25, Madrid: Ministerio de Trabajo e Inmigración.

- PÀMIES, J. (2008), *Identitats, educació i escola. Joves d'origen marroquí a la perifèria de Barcelona*, Col·lecció Aportacions, 32. Observatori Català de la Joventut.
- PÀMIES, J. (2011), «Moroccan Immigrants at a Secondary School in Catalonia» in W. Berg, J. Spithouralis & J. Lalor (dir.), *Cultural Diversity in The Classroom. A European Comparison*, pp. 79-94, Verlag für Sozialwissenschaften, Alemanya.
- PÀMIES, J. (2013), «El impacto de los agrupamientos escolares. Los espacios de aprendizaje y sociabilidad de los jóvenes de origen marroquí en Barcelona», *Revista de Educació*, 362.
- PONFERRADA, M. (2008), «Éxitos difíciles y fracasos invisibles: aspiraciones y trayectorias de jóvenes de clase trabajadora y de origen inmigrante en la periferia de Barcelona», *X Coloquio Internacional de Geocrítica*.
- SERRA, C. (2006), *Diversitat, racisme i violència. Conflictes a l'educació secundària*, Vic: EUMO.
- SERRA, C., PALAUDÀRIES, J. M. (2007), *L'alumnat estranger a Catalunya: continuïtat i abandonaments de l'educació obligatòria a la postobligatòria*, Fundació Bofill.
- VAN ZANTEN, A. (2001), *L'école de la périphérie. Scolarité et ségrégation en banlieue*, París: Presses Universitaires de France.
- ZOLBERG, A; LITT WOON, L. (1999), «Why Islam Is Like a Spanish: Cultural Incorporation in Europe and the United States», *Politics & Society*, Vol. 27, N.º 1, March, pp. 5-38.



## Ciganos e escola. Contextos e eventos percebidos como discriminatórios

### 1. INTRODUÇÃO

Este texto procura reflectir e discutir alguns resultados de uma pesquisa mais vasta e aprofundada iniciada em 2002 e concluída em 2007<sup>1</sup>, em que se intentou analisar as representações e emoções dos ciganos portugueses sobre domínios, práticas e situações percebidos como discriminatórios no contexto das relações com a sociedade maioritária.

A primeira questão que se coloca no centro da atenção remete para a clarificação, ainda que sumária, dos fundamentos teóricos desta análise. A ênfase é colocada no quadro da interacção, já que é neste contexto de análise que devem ser captadas e conceptualizadas as representações face à discriminação. Neste sentido, interessou-nos perceber como é que os eventos discriminatórios ocorrem, quais os perpetradores, motivações e seus efeitos, assim como quais os contornos dos contextos de ocorrência. É assim defensável, na nossa óptica, uma perspectiva de análise de carácter dinâmico, interaccionista e relacional. Os processos de identificação étnica e nacional têm por base uma relação dialéctica entre o *Eu* (Nós) e *Outros* (Eles), em que os indivíduos mobilizam de forma permanente referenciais, símbolos e marcadores identitários. Seguindo de perto a perspectiva simmeliana, é possível afirmar que a percepção das diferenciações entre sujeitos é algo de inerente à interacção. O carácter relacional entre os Nós e os Outros traduz-se em aproximações, similitudes, mas também em oposições e distanciamentos. Por outro lado, a identidade (étnica) resulta de um conjunto de representações que os grupos interactuantes constroem quando se confrontam entre si.

---

\* Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (FAUTL) e investigadora no Centro de Investigação e Estudos Sociais, Instituto Universitário de Lisboa.

(1) Este texto foi escrito em 2007 e tem por base um dos capítulos da dissertação de Doutoramento no ramo de Ciências Sociais, especialidade de Sociologia Geral, intitulada «Representações face à discriminação: Ciganos e Imigrantes Russos e Ucrânianos na Área Metropolitana de Lisboa», Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa (ICS – UL).

Apesar de os ciganos estarem radicados em Portugal há mais de cinco séculos, permanecem ainda como um grupo relativamente desconhecido e não reconhecido<sup>2</sup>, não sendo reconhecidos nem como uma minoria nacional, nem como uma minoria étnica, assumindo-se como cidadãos nacionais, sem direitos, garantias ou dispositivos de protecção de carácter especial. Na verdade, a inexistência de reconhecimento dos ciganos ou até o seu incorrecto conhecimento reflectem-se em imagens limitativas, deformadas, de inferioridade e de desprezo, afectando e restringindo negativamente a vida das pessoas ciganas, configurando-se como mais uma forma de opressão (Taylor 1998: 45).

Na verdade, hoje em dia, a maior parte dos ciganos residentes em território nacional está sedentarizada, embora a representação socialmente difundida do ser cigano é a do nómada, livre de todos os compromissos e laços, exceptuando os de sangue. Ser cigano é equivalente a ser *ardiloso, astuto, boémio, errante, pechincheiro, ladino, finório, regateador, trapaceiro, subtil, traficante, vagabundo, velhaco*, etc. (Tertúlia Edípica (compil.), 1995: 307). Os qualificativos aqui invocados e bem presentes em dicionários e nas representações de senso comum têm essencialmente um carácter depreciativo, indiciador de uma representação negativa e preconceituosa. No entanto, evidenciam-se alguns atributos que manifestam o domínio psicológico do cigano sobre o não cigano, como a astúcia e a arte do engano.

A clivagem social entre ciganos e não ciganos parece assumir os contornos de uma divisão racial (Lopez e Fresnillo 1995: 64), mais do que social e até cultural. Aos ciganos associa-se um certo parasitismo, atribuem-se comportamentos destrutivos do «edifício social»; é um grupo decadente, que não se desenvolveu e evoluiu; são «atrasados», padecem de um certo anacronismo e, por isso, condenados a desaparecer; perdidos no tempo actual, não se modernizaram; considera-se que vivem numa ociosidade contínua, revelando uma ocupação grupal exuberante e ostensiva do espaço público e uma permanente insubmissão ao trabalho e à escola. É recorrente ainda por parte do senso comum a sua associação à droga. Face aos ciganos encontramos também uma espécie de «racismo de classe», a sociedade rejeita os extremos mais baixos da escala social (Lopez e Fresnillo 1995: 85).

Os ciganos são, geralmente, responsabilizados pela deterioração do «clima social» de convivência devido à droga, ao medo, à agressão e à delinquência. É-lhes atribuída uma condição de «estranheza», e de diferença, atitude que tem por base intuítos discriminatórios e segregacionistas. A sociedade dominante oferece-lhes múltiplas oportunidades de integração; no entanto, eles são acusados de se afastarem e não se quererem integrar.

(2) Subsiste uma certa indefinição sobre o número de portugueses ciganos residentes em Portugal, oscilando esse valor entre 30 e 50 mil pessoas. Em 1997 um relatório produzido pelo Grupo de Trabalho para a Igualdade e Inserção dos Ciganos para o Alto-Comissário para a Imigração e Minorias étnicas fixa em 40 mil o número de «cidadãos portugueses susceptíveis de serem considerados como ciganos...» (ACIME, p. 1), mas se atendermos às fontes internacionais (Asociación Secretariado General Gitano, 1992; OCDE (s.d.); European Roma Center, Centre de Recherches Tsiganes et Unicef, 1998), esse quantitativo acresce para valores na ordem dos 90 ou 100 mil.

Recusam a integração e as sujeições sociais provenientes da sociedade não cigana, insistem em viver à parte, regendo-se por regras e leis próprias.

A hostilidade e a rejeição face aos ciganos assumem configurações diversas, que, por exemplo, se manifestam na visibilidade da segregação social e étnica de que são alvo nas operações de realojamento que decorrem nas periferias e nos espaços suburbanos. Também os *Media* parecem não estar isentos de responsabilidades no que toca à construção duma imagem do cigano como transgressor da ordem social, contribuindo de forma directa e indirecta para a sua rejeição, que, sob diversos aspectos, é um elemento marcante nas relações entre os ciganos e o seu meio imediato. Face aos ciganos surgem por vezes sentimentos de medo, de hostilidade e de repúdio que se traduzem em tensões que tendem a «exasperar-se em antagonismos e em conflitos, sobretudo em períodos como o actual, de dificuldades económicas e de desemprego: depressa se encontram os *bodes expiatórios*», e daí resulta, para os ciganos, «um tratamento duro numa insegurança permanente» (Liégeois 1987: 300). Ao longo dos tempos a imagem que se retém do grupo étnico cigano é uma imagem negativa, desde as queixas apresentadas às Cortes até ao conjunto das medidas introduzidas no quadro legislativo; daí ser inteligível o estereótipo e a imagem deformada partilhada pela sociedade em geral. Remanescente no imaginário colectivo está ainda a frase: «Come, se não vem aí o cigano com um saco e leva-te!» (Campos 1997: 2).

Os ciganos traduzem situações polares face à sociedade maioritária, localizando-se numa situação de forte contraste social, senão mesmo, de rejeição social. Estamos perante pessoas que indiciam situações supostamente paradoxais, configurando não só aspectos de oposição e de diferenciação (de contraste), como aspectos de similitude ou de aproximação.

Assim, no plano das características culturais, os ciganos parecem configurar um posicionamento de elevado contraste no contexto da sociedade portuguesa – pela filiação religiosa, utilização de línguas próprias (romanon/caló), forte endogamia e também por alguns aspectos constituintes do seu modo de vida, entre os quais se destaca a intensidade da sociabilidade e solidariedade intra-étnica (assente numa forte organização social, cujo pilar fundamental é a família). Os ciganos vivenciam uma situação de «etnicidade forte» (convergência num grupo minoritário de múltiplas dimensões de contraste social e cultural face à sociedade envolvente), na medida em que se demarcam do «espaço envolvente simultaneamente pela condição social, características demográficas, concentração espacial», práticas sócio-culturais e modos de vida, e, «globalmente, pelos efeitos combinados de todas essas dimensões de contraste» (Machado 1992: 128).

Outras dimensões dizem respeito à *estrutura geográfica e sócio-demográfica*. De facto, constata-se uma certa heterogeneidade de práticas culturais dos vários grupos socialmente identificados como ciganos e residentes entre nós. Para além da sua dispersão residencial por território nacional, os ciganos continuam a revelar dinâmicas importantes em termos de mobilidade geográfica. No que se refere à sua *inserção no mercado de trabalho*, nota-se uma forte presença dos ciganos em segmentos informais do mercado de trabalho a par de uma crescente inserção no sector formal, observando-se ainda lentos processos de mobilidade profissional, com uma inserção em sectores muito específicos no mercado de

trabalho, a par da falta de outras alternativas profissionais. Os ciganos pautam-se ainda predominantemente por uma situação de autonomia na sua inserção profissional (são patrões ou trabalhadores por conta própria) e por baixas qualificações escolares e profissionais.

No que concerne às «*imagens sociais*» *construídas pela sociedade envolvente*, encontra-se a produção e reprodução de uma avaliação negativa sobre os ciganos, imagem que tem persistido e resistido ao longo do tempo, emergindo quase sempre como a minoria mais rejeitada, comparativamente a outras (visibilidade negativa que afecta o grupo cigano). Comparativamente à sociedade maioritária e no plano das *práticas sócio-culturais*, os ciganos apresentam uma posição de forte contraste social e cultural face à maioria, na medida em que, tendencialmente, manifestam um modo de vida designado de «convivialidade»; vive-se o presente de forma intensa; na sua maioria são católicos e evangélicos; as redes de sociabilidade são fortemente intra étnicas; é manifesta uma preferência por uniões endogâmicas e uma sobrevalorização defensiva do seu quadro de valores e práticas sócio-culturais, que se demarcam das que caracterizam a população não cigana e adopção de comportamentos marcados por alguma exuberância e por consumos ostentatórios (em alguns segmentos).

Quanto ao *relacionamento institucional*, nota-se um relacionamento marcado por uma relação de relativa dependência e maximização de benefícios e, simultaneamente, de autonomia e domínio face a práticas e medidas accionadas pelos agentes sócio-institucionais. No *exercício da cidadania*, parece prevalecer um sentimento de relativa marginalidade face ao Estado e exercício de uma cidadania passiva (contraste entre cidadania formal e substantiva)<sup>3</sup>.

Relativamente ao itinerário de pesquisa empírica e numa perspectiva de aprofundamento e de aproximação ao «objecto real»<sup>4</sup> e constituindo a linguagem e o discurso duas das principais mediações através das quais se opera a transmissão das representações sociais, privilegiamos como material de análise (*corpus* central), nomeadamente neste texto, os depoimentos recolhidos por via da realização de 40 entrevistas em profundidade (com uma duração média que variou entre 1h e 30 m e 3h) a pessoas ciganas com residência nos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa (AML).

Uma vez apresentado o ponto de partida para esta reflexão, importa esclarecer que esta abordagem organiza-se em torno de três eixos de discussão: no primeiro, tematizam-se algumas questões e dilemas associados à análise do fenómeno da discriminação; apresentam-se, ainda, algumas mudanças e continuidades que têm marcado a relação ciganos-escola; e por último, exploram-se os contextos e situações percebidos como discriminatórios e que se fundam em observações alicerçados na pesquisa de terreno.

(3) T. H. Marshall (1967) define cidadania como a posse de direitos que fazem com que cada cidadão se torne membro pleno de uma sociedade de iguais. Foi este autor que classificou os direitos em três categorias: direitos civis, políticos e sociais.

(4) Nesta pesquisa utilizou-se uma estratégia metodológica de investigação marcada por um certo pluralismo e flexibilidade, em que se procurou usar as técnicas mais ajustadas a cada nível e momento de aná-

## 2. AS REPRESENTAÇÕES SOBRE A DISCRIMINAÇÃO “VIVIDA” E “SENTIDA”

A análise que aqui se apresenta focaliza-se nas representações sociais sobre a discriminação apreendidas através do discurso directo dos entrevistados. A nossa atenção centra-se sobretudo em fenómenos designados pelos autores francófonos (Guillaumin 1993, Balibar 1990, Taguief 1987 e 1991, Wieviorka 1991, 1993 e 1995, entre outros) como racismo institucional que assenta em duas lógicas de funcionamento, indissociáveis entre si: a de diferenciação e a de hierarquização. A primeira deriva de referências identitárias, comunitárias ou culturais, traduzindo-se na rejeição e na exclusão do *Outro*, com base na diferença cultural (os contrastes culturais). O racismo institucional não se reporta necessariamente à organização político-administrativa, mas mais a práticas sociais que reflectem «*la marque du racisme*» e que podem assumir «*la forme de pratiques sociales floues, presque incertaines...*» (Bataille in Dewitt 1999: 286). Ou seja, assumem contornos difusos, pouco visíveis, banais, subtis, dissimulados; por isso mesmo, tais práticas são por vezes desvalorizadas e não reconhecidas pelas próprias vítimas, porque se lhes prefiguram como socialmente legítimas. A hierarquização assenta na inferiorização do *Outro* e corresponde a processos sociais que visam colocar o *Outro* numa posição de discriminado ou de dominado.

O conhecimento de eventos mais associados ao racismo institucional leva a recentrar o olhar no funcionamento de alguns espaços sociais, como o mercado de habitação, o mercado de trabalho, a *escola*, a intervenção da polícia, etc. Como bem refere Philippe Bataille (1999), estas práticas, ao serem difusas e banais, tornam-se socialmente legítimas porque acabam por ser aceites como normais. A legitimidade das atitudes e práticas discriminatórias tem por base uma ideologia que se baseia em representações negativas, preconceitos e estereótipos face ao *Outro*.

Um e outro tipo de discriminação não são categorias exclusivas, podem coexistir entre si, havendo interconexões, ainda que subtis entre o *racismo institucional* e o *racismo cultural*. Esta forma de racismo baseia-se na construção da diferença cultural, essencializando a diferença, associando-se à construção de representações, de preconceitos e estereótipos que condicionam as relações sociais. A *diferença* é imposta do exterior, invocando, por exemplo, as origens étnicas, nacionais ou outras, o que leva a que se trate o outro de forma desigual, discriminando-o. Referindo-se à diferenciação, Essed (1991: 200-201) fala na objectivação do *Outro*, ou seja, é a atitude que consiste em não se reconhecer legitimidade a alguém, tido como inferior, incivilizado, emocional e primitivo. Desta forma se sobrevalorizam e se exageram as diferenças que separam o *Outro* do *Eu (Nós)*. Mais do que verbalizada, a diferenciação é muitas das vezes sobretudo sentida, radicando nas relações

---

lise. Inscreve-se na tradição de pesquisa conhecida como construtivismo em que o principal objectivo passa por dar conta das múltiplas realidades construídas através de uma investigação participada (investigador e sujeitos participantes) em que se procura aceder aos significados e interpretações construídas pelos sujeitos. Cf. Snape e Spencer (2004: 1-23).

sociais do dia a dia, na linguagem, nos hábitos, no pensamento, nas condições de acesso às instituições, assim como aos recursos estatais (Essed 1991: 194).

O objectivo consistiu em analisar as práticas sociais e não tanto os indivíduos, embora este estudo se centre nas experiências quotidianas vividas pelos indivíduos, captadas através das construções verbais relativas às suas experiências. Pedimos aos interlocutores ou narradores para situar as experiências contadas no contexto social que as envolve. O contexto é aqui uma variável determinante, atendendo-se às condicionantes, aos antecedentes e consequências inerentes aos eventos narrados pelos entrevistados. Neste âmbito, faz sentido retomar aqui a noção de «*everyday racism*», tal como é definido e usado por Philomena Essed (1991). A autora considera que o racismo não se resume às estruturas sociais e às ideologias, sendo antes de mais concebido: «*as a process it is routinely created and reinforced through everyday practices*» (Essed 1991: 2). É assim possível conciliar as dimensões ideológicas e estruturais do racismo e as componentes cognitivas, bem como as atitudes e experiências do dia a dia. Esta forma de manifestação «*is racism, but not all racism is everyday racism*» (Essed 1991: 3), envolvendo práticas sociais sistemáticas, recorrentes, familiares e banais.<sup>5</sup> O racismo quotidiano é um fenómeno multidimensional e à sua análise pressupõe a conciliação entre as perspectivas interaccionistas e de carácter micro-localizado com teorias de carácter macro e estruturalistas, assim se procura conhecer e compreender as experiências do dia a dia, explorando-se quer a dimensão experiencial, como a cognitiva. As emoções experienciadas nestes eventos emergem neste contexto de análise como mais uma dimensão da experiência humana, porventura a menos visível, a menos controlada, ou mesmo conhecida e até construída. A sua interioridade dificulta a exteriorização, nomeadamente a verbalização e apreensão em contexto de pesquisa.

Desde finais dos anos 90 do século passado, os psicólogos sociais renovaram o seu interesse pela função das emoções, enquanto uma das componentes críticas nas atitudes intergrupais. J.- Philippe-Leyens *et al.* (2002) consideram que a reacção mais básica face aos estranhos é emocional; assim sendo, as teorias contemporâneas do preconceito tendem a deslocar o centro de análise para as suas dimensões emocionais (*in* Mackie, & Smith (orgs.) 2002: 149). Também Thierry Devos *et al.* (2002) alegam que as respostas afectivas face a grupos nacionais, étnicos e religiosos são mais consistentes e fiáveis predictoras de atitudes de distância social (*in* Mackie, & Smith (orgs.) 2002: 111-34).

Neste contexto, procuramos dar resposta a algumas das questões já enunciadas e partindo do pressuposto de que a discriminação ocorre em situação de interacção. Entre outras questões, importa conhecer as perspectivas das pessoas ciganas em relação a algumas questões centrais, a saber: quais os contornos, a dimensão e os efeitos da discriminação em contexto escolar? Quem são os agentes perpetradores e quais as suas motivações?

(5) Segundo Essed (1991: 3), «*everyday racism is infused into familiar practices, it involves socialized attitudes and behavior. Finally its systematic nature indicates that everyday racism includes cumulative instantiation.*»

Mas interessa, ainda, aceder às representações, reacções comportamentais e emoções vivenciadas pelos sujeitos.

Neste quadro de análise, privilegiaram-se as narrativas sobre as experiências pessoais ou de situações vividas por pessoas com as quais os narradores têm ligações de proximidade afectiva, assim como as representações e as emoções sobre alguns eventos.

### 3. (DES)CONTINUIDADES NA RELAÇÃO CIGANOS E ESCOLA

Importa esboçar, ainda que em traços largos, um retrato das pessoas entrevistadas, atendendo a algumas características sociais e demográficas e conferindo-se especial destaque aos aspectos atinentes à sua relação com a escola.

Entre os entrevistados é maior o número de efectivos masculinos entrevistados do que femininos (22 para 18), subsistindo um número significativo de jovens, já que cerca de 2/4 têm menos de 29 anos. O perfil de escolarização é tendencialmente baixo: 11 (em 40) nunca frequentaram o sistema de ensino; destes, 7 não sabem ler, nem escrever. Mais de metade dos ciganos entrevistados ou não sabe ler e escrever (7) ou detém apenas conhecimentos elementares ao nível da leitura e da escrita (16 indivíduos). Estas evidências atingem proporções mais preocupantes entre as mulheres, que, na sua maioria, não ultrapassa os 4 primeiros anos de escolaridade; raras são aquelas que conseguiram ultrapassar a barreira do 1.º Ciclo do Ensino Básico (EB). Nenhuma foi além do 9.º Ano de escolaridade (ou 3.º Ciclo EB), contrastando com a situação que se observa nos homens em que 3 foram além da escolaridade obrigatória (9 anos), 2 inclusive possuem um curso superior.

**Quadro 1.** Grau de escolaridade segundo o sexo do entrevistado

<b>Sexo</b>	<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>	<b>Total</b>
<b>Escolaridade</b>			
Não sabe ler/escrever	3	4	7
Sabe ler e escrever	2	2	4
1-4 anos	4	8	12
5-6 anos	5	1	6
7-9 anos	5	3	8
10-12 anos	1	-	1
Ensino superior	2	-	2
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>18</b>	<b>40</b>

No conjunto dos 40 entrevistados, 32 pessoas frequentaram a escola quando eram crianças, os restantes 8 entrevistados não tiveram essa oportunidade, facto que teve maior

impacto junto das mulheres (6 por oposição a 2 homens). No entanto, metade destes entrevistados voltou à escola em fase posterior do seu ciclo de vida, ou seja, em adultos.

A não permissão das raparigas em ir à escola e a sua deserção precoce prende-se ainda com representações e opiniões sociais produzidas, reproduzidas e veiculadas entre as várias gerações do grupo cigano e que assumem uma grau de coerção ainda difícil de contrariar nos dias de hoje. Os entrevistados atribuem essas práticas a «*ideias dos antigos*», à «*tradição*», ao facto de não ser um «*uso social*» no seio do grupo, já que a presença das raparigas na escola é uma possível via que pode degenerar em afastamento e desvio face ao grupo; assim se torna necessário evitar o convívio com não ciganos, principalmente com rapazes da maioria.

Apesar da obrigatoriedade de frequentar o sistema de ensino durante 9 anos de escolaridade (no momento da análise) observa-se que este patamar está longe de ser cumprido, nomeadamente pelas raparigas de etnia cigana. Entre os filhos dos entrevistados há 15 jovens, 7 rapazes e 8 raparigas com idades entre os 13 e os 18 anos, que estão afastados do sistema de ensino. A desigualdade de género está bem patenteada na precocidade com que as raparigas abandonam a escola, geralmente entre os 11 e os 14 anos, com maior incidência entre os 13-14 anos; os rapazes deixam a escola um pouco mais tarde, já que os que se encontram desinseridos do sistema escolar têm entre 16 e 18 anos, o que significa que abandonaram a escola aos 15-16 anos. Parece que, apesar da medida do Rendimento Mínimo Garantido (RMG) ou Rendimento Social de Inserção (RSI), nomeadamente o plano de inserção que é proposto às famílias ciganas ter tido de uma forma geral efeitos positivos no retorno e na permanência de crianças, jovens e até adultos na escola, a sua eficácia é ainda limitada e lacunar.

A existência de um sistema patriarcal rígido entre os ciganos, assente numa estrutura hierarquizada em que a «autoridade entre os ciganos vai, em princípio, do mais velho ao mais novo e do homem à mulher» (Ardévol 1994: 94), aproxima-se de uma organização estruturo-funcionalista, subsistindo um sistema diferenciado de papéis masculinos e femininos que legitima a dominação masculina (Bourdieu 1998). Entre os ciganos a dualidade honra/vergonha (Peristiany 1988) está bem presente na lei e moralidade ciganas, as quais regem as relações entre homens e mulheres (Mendes, 1997). As mulheres ciganas entrevistadas na AML estão bem cientes que vivem uma situação de desigualdade internamente institucionalizada no interior do grupo cigano, sendo escassos os relatos em que as mulheres contestam e questionam tal situação. Em outros estudos, efectuados por exemplo em Espanha, também se constata que muito raramente a mulher põe em causa a sua posição de subordinação, ou os valores da autoridade masculina e da obediência feminina, interiorizados desde tenra idade como algo de necessário, porque são factores de coesão e de harmonia grupal (Presencia Gitana 1990).

Uma das entrevistadas, Pauliana, confessa que lhe é fácil aceitar a desigualdade de direitos, deveres e oportunidades porque «*uma pessoa já está habituada*» (21 anos, 1.º Ciclo EB, residente na AML). Também os homens fazem alusão ao tratamento diferenciado que é conferido ao rapaz e à rapariga, afirmando que o rapaz «*é como se fosse um príncipe na*

*casa dum pai*» (David, 37 anos, 1.º ciclo EB). Se o rapaz é o «príncipe» a rapariga é a «súdita», já que à mulher quase nada é permitido, enquanto ao homem tudo lhe é consentido. Por exemplo, quer Clara de 29 anos, quer Anabela de 23, quando eram crianças e tinham idade para andar na escola, nunca a frequentaram. Clara foi pela primeira vez à escola no âmbito de um curso de alfabetização, quando já tinha 28 anos. Marisa concluiu o 2.º e o 3.º Ciclos do EB já em adulta, expressando uma forte tristeza em não poder ir mais além no seu percurso escolar, revelando um olhar reflexivo, tendo chegado «ao fim da linha» do que lhe é socialmente permitido. A entrevistada faz um apelo colectivo, ainda que em tom de resignação, dizendo: «*Deixem-nos estudar, deixem-nos ter uma profissão, deixem-me saber se é mesmo isto que eu quero fazer. Acho que ninguém tem o direito de privar a vida da outra pessoa.*» (29 anos, empregada da administração, comércio e serviços).

A razão para esta limitação imposta às raparigas visa garantir que casem dentro do grupo; para isso, restringem-se os contactos com os não ciganos, a partir da puberdade. A reprodução social e cultural deve-se em grande medida à manutenção de estratégias matrimoniais endogâmicas. Luís considera que só desta forma é possível «*preservar a espécie*» (54 anos, 3.º ciclo EB), afirmação que neste contexto assume um sentido não apenas biológico, mas também um significado social, já que possibilita o reforço da identidade étnica.

O abandono escolar precoce das mulheres provocado por decisão familiar é um facto social e etnicamente condicionado. A reactualização desta prática tem por base a alegada «tradição» e a suposta «fragilidade» e maior «fraqueza» moral da mulher, suspeitando-se que a sua permanência no sistema escolar só poderá resultar na sua perversão e desvio face ao *ingroup*. Cármen faz referência ao peso da «tradição», cujo poder se impõe sem hesitações e questionamentos sobre as famílias e os indivíduos:

Nunca cheguei a andar na escola, nem quando era miúda, o meu pai não deixava, lá está, a tradição, não me deixava ir para escola, pensava ele que namorava os rapazes da escola, por isso é que não meteu-me na escola (...) Eu hoje tenho pena de não saber ler. (38 anos, não sabe ler, nem escrever).

No espaço temporal que medeia o abandono escolar e o casamento, a mulher prepara-se condigna e atempadamente para a assunção do seu futuro estatuto de «casada». Henrique tem 7 filhos menores, entre os quais 4 raparigas, duas das quais já abandonaram o sistema de ensino. As duas jovens estão sujeitas a um apertado controlo social já que se encontram numa fase de pré-preparação para o desempenho do papel mais relevante e que lhes é socialmente exigível, como deixa bem claro o pai, ao responder:

M – Uma miúda de catorze, quinze anos já não pode ir à escola?

H – Já, já não pode ir. Porque é assim, há crianças na escola que metem-se muito com as meninas ciganas... os rapazes, então nós não gostamos disso; e chega-nos aos ouvidos...

M – Mas isso pode ser mentira?

H – Não, não, é verdade. Às vezes nós chegamos lá às escolas e víamos.

M – E então como é que ela ocupa o tempo?

H – É arrumar a casa, ajudar à mãe, claro... vestir os irmãos, lavar os irmãos, arrumar o quarto. De resto está aqui a ver televisão com o resto das miúdas. Pode sair mas tem de ser acompanhada, sozinha não. (38 anos, 2.º ciclo EB, recebe o RSI).

Alguns pais consideram que esta prática é ilógica, radicando em fundamentos pouco racionalistas e pragmáticos; no entanto, mostram-se incapazes de a contrariar, continuando a reproduzir o que gerações anteriores já faziam. A pressão do *ingroup* é inibidora e os pais não querem, por um lado, que a filha seja difamada por permanecer na escola para além da idade socialmente aceitável e, por outro, que o grupo familiar seja alvo de processos de exclusão e de marginalização interna. As duas filhas de Henrique, uma com 14 e outra com 15 anos, foram afastadas do sistema de ensino por decisão parental. Aos pais e outros familiares compete zelar pelo «bom-nome» e honra da filha ainda solteira. Por seu turno, a rapariga tem que estar permanentemente alerta e de sobreaviso, já que qualquer rumor sobre a sua conduta moral poderá dar azo à sua difamação. Por isso mesmo, a rapariga está sujeita a uma forte restrição de movimentos.

No tocante aos filhos que ainda frequentam o sistema de ensino, verificam-se desníveis assinaláveis entre o nível de ensino que frequentam e a idade da criança ou do jovem. É de ressaltar que, apesar dos progressos registados nos últimos anos, ainda há crianças que são inscritas no sistema de ensino depois dos 6 anos de idade, e a frequência do pré-escolar está muito longe de ser uma regularidade no contexto do grupo cigano.

#### 4. NA ESCOLA: CONTEXTOS E SITUAÇÕES PERCEPCIONADOS COMO DISCRIMINATÓRIOS

Neste domínio os entrevistados realçam as práticas de discriminação negativa, que podem assumir manifestações meramente verbais, mas também se podem traduzir em condutas discriminatórias, como veremos mais adiante.

Ainda na infância, nem sempre a experiência de contacto com a escola, que é, acima de tudo, uma das principais instituições de condicionamento e socialização da sociedade maioritária, é avaliada de forma positiva pelos entrevistados. Alexandrino tem 32 anos e lembra-se muito bem do tempo em que frequentava a escola primária e em que «*sentia um bocadinho de discriminação*», deixando transparecer que a sua presença na instituição escolar foi uma experiência emocional marcada por algum sofrimento pessoal. A tensão e a angústia inerentes ao facto de se considerar diferente (para si e para os outros), poderão ter propiciado a sua maior predisposição para a vitimização. Mais tarde, essas marcas acabaram por se desvanecer quando com 14/15 anos voltou ao sistema formal de educação, mas agora no âmbito de um curso de formação profissional. Alexandrino recorda como se isolava dos outros e que não conseguia estabelecer relações de amizade e de companheirismo com os *Outros* colegas da escola.

Mas eu sentia porque lembro-me de não ter amigos dentro da escola, não convivia, esperava mesmo pela saída para brincarmos cá fora, lembro-me dessas situações até ao ponto de me libertar desse fantasma, acho que sofri um bocadinho... porque, é assim, eu sentia que estava a ser rejeitado, se for preciso as pessoas estavam-me a tratar de uma maneira igual, mas eu tinha, eu tinha a minha maneira de ver que eles estavam-me a tratar doutra maneira, está a ver, se for preciso até era mesmo aquele fantasma que eu tinha, até libertar-me, até sair da escola. (32 anos, 2.º ciclo EB, empregado da administração, comércio e serviços).

Apesar de ter feito apenas a 2.ª Classe, Mónica ainda se recorda da forma reprovável como era tratada pelos colegas de turma e das relações conturbadas que mantinha com eles. A falta de higiene e de limpeza (a «sujidade») é mais uma informação estigmatizante que compõe o estereótipo que recaía sobre a entrevistada e ainda pesa sobre muitas crianças ciganas. A entrevistada conta:

A gente entrava na escola, começavam “olha a cigana, a cigana é assim, a cigana é assado”, os putos, quando era a hora do recreio, às vezes não sei porquê, ou às vezes queriam andar à porrada e andavam a provocar e chamavam nomes, “tu és cigana, tu tens isto, tu tens piolhos, tu estás toda porca», era sempre assim... (34 anos, trabalhadora não qualificada dos serviços).

Outros entrevistados revelam que eram tratados de forma diferenciada, embora de forma supostamente positiva. Marisa lembra-se de ser alvo de um tratamento privilegiado porque contrariava o estereótipo:

A minha professora, tinha 6 anos, eu lembro-me de ela andar-me apresentar às professoras e a dizer assim: «olhem lá para a minha ciganita, tão bonita que nem parece cigana.» E isso ficou porque...Porquê? Porque o que é esperado de um cigano é piolhos, ranho e sujo. Não se espera outra coisa porque se já for diferente já não é cigano. (29 anos, 3.º ciclo EB, empregada da administração, comércio e serviços).

Em alguns locais tende-se a concentrar as crianças ciganas na mesma turma, ainda que de idades diferentes, até porque muitos deles têm fortes ligações familiares e afetivas entre si e, por isso, também não querem estar separados. Nestas situações, por norma, têm que conviver com crianças com idades inferiores às suas e que com facilidade os superam nas tarefas académicas. Para Gamella, isso pode levá-los a interiorizar uma espécie de inferioridade, o que irá ainda rebaixar mais a sua auto-estima pessoal e social (Gamella 1996: 143-144). A escola parte do pressuposto que a homogeneidade cultural e étnica facilitará as aprendizagens.

Para os entrevistados, há uma espécie de clivagem territorial entre as áreas metropolitanas e zonas urbanas e os territórios do interior e meios geográficos de pequena dimensão. Com efeito, os eventos discriminatórios e práticas segregacionistas ocorrem em locais

remotos no interior do país e não se recordam desse tipo de ocorrências em meios urbanos. São uma forma de coarctar o convívio com não ciganos numa fase precoce da vida das crianças ciganas, o que é perspectivado como algo de negativo, passível de influenciar negativamente as futuras representações e relacionamentos entre ciganos e maioria, acentuando assim e até reforçando a marginalização, João afirma: «*e partir dessa idade é que é pior*» (45 anos, sabe ler e escrever, trabalhador não qualificado do comércio). Sara culpabiliza os não ciganos, pois «*os ciganos não se importam de conviver com os não ciganos, estes é que são racistas.*» (68 anos, 1.º ciclo EB, reformada). Glória tem 6 filhos e estes nunca experienciaram esse tipo de práticas. A entrevistada responsabiliza os adultos, já que «*as crianças não têm culpa de as pessoas adultas serem racistas, não é?*» (37 anos, sabe ler e escrever, recebe RSI).

Júlio evidencia a revolta que esse tipo de acções gera nos ciganos, na medida em que rebaixa o seu orgulho pessoal e a sua auto-estima como grupo:

Não querem os ciganos na escola, acho mal, isso é discriminação. Por exemplo, numa escola há 20 senhores e 10 ciganos e não querem lá os ciganos, é claro que eles ficam revoltados. Por causa disso muitos ciganos não sabem ler, isso já aconteceu várias vezes (...) Acho mal, porque os ciganos querem entrar na sociedade e assim não conseguem. As pessoas têm que ajudar. Isso dá-me desprezo e ainda é pior, porque a pessoa sente-se em baixo, mas isso também dá força (33 anos, não sabe ler e escrever, empregada da administração, comércio e serviços).

Por via dos média, os entrevistados conhecem ou já ouviram falar em conflitos localizados no interior do país em que as famílias não ciganas não querem «*juntar os filhos com os ciganos...mas é fora de Lisboa*» (Romana, 34 anos, não sabe ler e escrever, doméstica). Estas reacções comportamentais por parte da população não cigana são classificadas pelos entrevistados como racismo. As populações que rejeitam a presença das crianças ciganas na escola contradizem-se a elas próprias; para Rui os não ciganos tendem a afirmar: «*“Não, eu não sou racista. Eu só não quero é ter os meus filhos juntos com os ciganos.” Isso passa-se porque, como lhe disse, nós somos, nós os ciganos, temos a tentar integrar-nos há muito pouco tempo...*» (32 anos, 3.º ciclo EB inc., técnico de nível intermédio e independente do comércio e serviços).

Estes eventos que criam atritos entre ciganos e não ciganos radicam em acusações que recaem sobre as crianças ciganas com comportamentos disruptivos e inusitados. Clara revela que ficou «*chocada*» com o que viu na TV, e pergunta «*como é que ainda há pessoas que conseguem fazer isso?*» Ainda se recorda das acusações que recaem sobre as crianças ciganas: «*até diz que batiam ou que levavam facas e não sei o quê. Á está, essas pessoas que são assim, eu acho que têm de ser ajudadas. Porque se elas não são ajudadas, se ninguém se interessar, vão continuar.*» (29 anos, sabe ler e escrever, trabalhador não qualificado do comércio).

As manifestações de hostilidade são desencadeadas pelos não ciganos, e para os entrevistados tais reacções indiciam rejeição e uma vontade de afastamento por parte da maioria.

As relações de comunicação entre família e escola são por vezes conturbadas, nomeadamente quando ocorrem situações de conflitualidade entre crianças ou eventualmente entre crianças ciganas e pessoal auxiliar ou docente. Nestas situações, a família intervém em defesa do indivíduo agredido, como fica bem evidente do relato de Fábio:

Principalmente o meu irmão andou à porrada com um africano, ele tem 12 anos, deu porrada num africano e a empregada era africana e pôs-se para o meu irmão, acho que qualquer coisa assim, ele tinha uns óculos, deu-lhe assim e ficou a deitar sangue no meio dos dentes. Depois foi lá a minha avó, a minha mãe não estava lá, não estávamos lá ninguém, foram lá e ela saiu de manhã, que ele entrava de manhã na escola, e ela saiu de manhã, já não a apanhámos. Defendeu, pronto, a raça dela. Aí houve racismo. (16 anos, 3.º ciclo EB inc., frequenta curso de formação profissional).

Alguns dos entrevistados assinalam que por vezes o processo de ensino-aprendizagem a que a criança cigana é sujeita na escola difere do da não cigana. David refere que há professores que para se livrarem de algumas crianças, preferem deixá-las transitar de ano, ainda que não tenham adquirido as aquisições minimamente exigíveis para o efeito:

Quando já se sentem muito fartas dessas crianças e ao sentirem-se muito fartas dessas crianças... praticamente não... não, pronto... não querem repetir o outro ano lectivo com essa criança. Mesmo que ela precise de um bocadinho mais de atenção... não querem passar o ano, o outro ano na mesma com essa criança porque essa criança é muito má, porque é muito mal criada, é assim, eu acho que uma professora quando estuda e quando é posta à prova como prova tem que ter uma especialidade, que é saber dominar, como os psicólogos (37 anos, 1.º ciclo EB, desempregado).

Há quem considere, como Cristiana, que em algumas escolas os professores negligenciam a aprendizagem da criança cigana. Esta, ao sentir-se discriminada, vai acabar por rejeitar a escola, porque «*os professores só ensinam os não ciganos*» (43 anos, 3.º ciclo EB, beneficiário RSI). Rotuladas de «crianças difíceis», desobedientes às regras, classificadas como tendo necessidades especiais, como agressivas hiperactivas, indisciplinadas, ao se sentirem rejeitadas e desavindas, podem recusar ainda mais a escola, podem afastar-se definitivamente e sentirem-se frustradas...

David assinala ainda as dificuldades experienciadas na escola pelas crianças que residem em bairros degradados e bairros sociais rotulados de problemáticos e perigosos. Na escola as crianças são tratadas de forma diferente, sofrendo o estigma de serem agressivas e «selvagens» (37 anos, portuguesa, 1.º ciclo EB, desempregado).

Começa a ser uma prática relativamente comum no contexto territorial em análise a inscrição atempada das crianças no 1.º ciclo EB. Todavia, menos frequente e quase uma raridade é a sua inserção no sistema pré-escolar. Nessa idade, a criança e a própria família ainda não se encontram preparadas para a escolarização, porque não está habituada a estar fechada, nem tão pouco sentada durante uma série de horas; não têm regras associadas à

ordem, à assiduidade, etc. Daniel tem 38 anos, possui diploma de ensino superior, fez um percurso escolar e de vida que se pode considerar ainda singular entre os ciganos portugueses. Descreve com pormenor as principais dificuldades de adaptação destas crianças em contexto escolar:

(...) depois... aquelas crianças habituarem-se a estar ali 6, 7 horas seguidas, não é? Quase seguidas – têm aquele pequeno intervalo- admito... 6 horas não, é das 8 às 13, não é? À volta de cinco horas, com um pequeno intervalo. Então se for bi-etápico... Mas admito que é muito tempo, para quem nunca... muito tempo para quem nunca teve... teve hábitos. De repente, vê-se ali fechado – não vou dizer enclausurado, porque não é, coitado, também não é assim tão mau, a escola não é assim tão má... mas eu tento é perceber porque é que eles depois não sentem motivação. Depois não é só isso, depois estão habituados a brincar lá no bairro (quadro técnico intelectual e científico).

No contexto do grupo cigano há que ter em linha de conta as estratégias de socialização e o estilo de educação geralmente adoptado pelos pais e que parecem distantes do que a escola preconiza. Na socialização destas crianças assume particular importância a dinâmica relacional e afectiva tanto a nível dos processos intrafamiliar como comunitário. Como bem refere J.-P. Liégeois (1987: 61), «a educação da criança é colectiva. Ela vive habitualmente no seio de três ou quatro gerações, e a sua socialização tem lugar neste conjunto que assegura coesão, coerência, continuidade e segurança». Claro que a socialização não é unidimensional, havendo sempre um jogo de influências múltiplas, sendo por isso «multidimensional e sistémica» (Seabra 1994: 30), dado que a preparação das crianças tem por base a experiência de vida.

É de salientar ainda os estereótipos dos professores face às famílias ciganas e que não passam despercebidos aos próprios entrevistados. Estão cientes, que de uma forma geral, os pais são considerados como seres hostis à escola, os códigos de funcionamento e a linguagem usada pelos professores e outros funcionários parecem-lhes distantes e incompreensíveis. A in-comunicação com a escola também se relaciona com os projectos familiares e a organização familiar; a importância do *habitus* que integra todas as experiências sociais passadas e do capital étnico. Um sentimento de exterioridade e impotência face à escola, há de facto, um desencontro de saberes e expectativas.

Entre os interlocutores parece patente a existência de uma manifesta lacuna ao nível do acompanhamento e do investimento na pré-escolarização das crianças ciganas. A ausência ou as escassas habilitações escolares dos pais, assim como os ritmos que marcam a sua actividade económica interferem na falta de acompanhamento de que as crianças são alvo. Por outro lado, os pais exibem um estilo educativo protector e acham que as suas crianças quer no Jardim-de-Infância, quer na escola não merecem a mesma protecção e atenção dos professores, interiorizando assim sentimentos de exclusão. Nestes contextos exteriores à família e ao grupo, as crianças não são tão protegidas como em família (Seabra 1994: 98). Nelson é um defensor da pré-escolarização das crianças ciganas, dizendo:

(...) isso já devia ter sido feito há 20 anos atrás. Porque se tivesse aberto há 20 anos atrás, as pessoas tinham mais tempo para fazer outras coisas e os miúdos iam crescendo com outra educação. Podiam até chegar a casa e não a ter à mesma maneira que tinham, mas, no fundo, fica ali alguma coisa. (30 anos, portuguesa, 2.º ciclo EB, empregada da administração, comércio e serviços).

As condições objectivas de existência têm um forte impacto no percurso escolar destas crianças, assim como a motivação pessoal e familiar. Ir à escola é ainda uma obrigação, não é uma prioridade. Jorge faz referência ao lugar que a escola ocupa no sistema de valores do grupo cigano:

(...) enquanto o comum dos cidadãos foram educados para que a escola seja uma coisa essencial na minha vida, para o meu percurso de vida, para o puto, ele em casa é educado, ele vais à escola porque te obrigam a ir, quando tiveres, quando acabares a escola tu vais é para a venda, por isso a escola não te vai servir para nada (47 anos, ensino superior, quadro técnico intelectual e científico).

A escola é ainda encarada pelos ciganos como um instituição da sociedade maioritária (não cigana), com a qual se mantém ainda uma relação de suspeição e de temor. Para Jorge a escola é para os ciganos uma *«entidade do Estado, durante séculos, e o Estado sempre nos serviu para reprimir, não nos serviu para dar nada, sempre serviu para nos empurrar, para nos bater...»* (47 anos, ensino superior, quadro técnico intelectual e científico).

Acresce que os procedimentos pedagógicos da escola parecem ser descoincidentes dos manejados no seio do grupo familiar, privilegia-se a aprendizagem com base em experiências reais, ou seja, os saberes são saber-saber, saber-ser, saber-fazer e essencialmente fazer-fazer. Como diz Liégeois, os procedimentos pedagógicos *«desenrolam-se no contexto de tarefas reais e pela participação, e não através de uma instrução verbal, e como preparação para uma participação futura»* (Liégeois 1987: 63). Os conteúdos pedagógicos também são de ordem muito distinta, assim o mesmo autor salienta que para os ciganos os problemas são essencialmente os do seu quotidiano, *«os da interacção pessoal, as generalizações lógico-formais são desconhecidas inúteis, e substituídas por simbolismos concretos e particulares, que remetem para as experiências partilhadas e recíprocas.»* (Liégeois, 1987: 63).

Refira-se ainda que, dadas as condições de vida e o sistema de valores do grupo étnico cigano, não é habitual o contacto precoce da criança com livros e material didáctico. É facilitado o seu acesso ao vídeo, aos jogos da *Playstation* ou do *Gameboy* e ao *DVD*, o que em parte pode condicionar as suas aprendizagens em contexto escolar. Outras dificuldades que estas crianças experimentam prendem-se com a falta de acompanhamento ao nível da realização dos trabalhos escolares. Filipe realça: *«os familiares são “atrasados”, não sabem ler, nem escrever»* (29 anos, 1.º ciclo incompleto, trabalhador não qualificado do comércio). Por outro lado, são também notórias as dificuldades e limitações no domínio da leitura e da escrita, uma vez que as crianças tendem a escrever e a falar tendo como ponto de referência a pronúncia e o calão usados na comunicação oral intra-ciganos.

A lógica de organização intrínseca ao grupo cigano parece ser distante da forma como se estrutura a instituição escolar. O seu modo de vida assenta no presente, no imediato, na sobrevivência e gestão do quotidiano, valorizando mais os resultados do que os processos. Possuir um determinado nível de escolaridade não é importante para o capital étnico e relacional do indivíduo no interior do seu *ingroup*. No entanto, o reconhecimento do grupo poderá ocorrer se o indivíduo for possuir formação superior. Francisco evidencia que não se valoriza «o percurso para “chegar a” e quando alguém consegue, é extraordinário, toda a gente fala, mesmo que não conheça a pessoa “ah, o cigano é isto, aquele é não sei quê, aquele é não sei que mais”.» (29 anos, ensino secundário, desempregado).

O trajecto escolar das crianças e dos jovens ciganos traduz-se geralmente numa passagem efémera e curta pela escola, marcada por pausas mais ou menos prolongadas – faltas devido por exemplo, a doenças, a casamentos, funerais, baptizados, ou outras festas ou ainda a desavenças de sangue –, e por rupturas definitivas ou transitórias (desistência, abandono definitivo e reingresso) face ao sistema de ensino.

Num quadro de vida em que se assume a criança como o elemento central mais valorizado no seio do grupo familiar, se ela demonstrar desinteresse e aversão face à escola, quer por «capricho», quer por receio, quer por uma certa ingenuidade, dificilmente a família irá contrariar a sua vontade. Com efeito, o absentismo não depende unicamente da atitude de recusa dos menores, mas também do desinteresse dos pais. Nos ciganos é ainda a família que tem a missão de educação por excelência, e não a escola.

Para os não ciganos a educação é marcadamente permissiva, desleixada, por vezes até negligente em que não há interdições, regras, castigos físicos e controlo. Mas a realidade vai além do que é aparente e, de facto, estas crianças são preparadas desde muito cedo, num processo colectivo e com uma forte carga afectiva, para a sua autonomia e independência, bem como para o respeito dos valores basilares e estruturadores do grupo cigano. Neste contexto, Francisco faz alusão à conduta dos pais, sempre que a criança rejeita a escola:

(...) assim que a criança chega a casa a chorar ou triste ou isto, a dizer que não gostou da escola, como os pais querem agradar às crianças, os pais as primeiras coisas que fazem “não vais nada à escola”. Porque o que interessa é a felicidade, (...) se hoje a criança seja feliz, tudo bem. (29 anos, ensino secundário, desempregado).

A felicidade e a satisfação da criança, assim como a necessidade de lhe conceder imediatas gratificações justificam também que os pais não tentem contrariar a criança, dado o facto, entre outras questões já aqui explicitadas, o facto de o grupo se caracterizar por um modo de vida marcado pelo presente, pelo instante e pelo imediatismo.

Alguns dos entrevistados não criticam tanto os possíveis desajustamentos ao nível de métodos de ensino, programas e horários, mas sobretudo a rigidez e a inflexibilidade da instituição escolar, nomeadamente perante algumas práticas culturais do grupo, que interferem directamente nos resultados escolares. Nelson considera que os ciganos são incompreendidos, nomeadamente quando há desavenças de sangue.

«Os afectos são muito importantes para os ciganos» e, por isso, a escola «devia de compreender, às vezes, certas situações, é que certos jovens, se for preciso, estão a dois de passar de ano e acontece certas e determinadas coisas que têm que ir para o pé das outras famílias, deixam os miúdos de ir à escola e depois chumbam» (30 anos, 2.º ciclo EB, empregado da administração, comércio e serviços).

A implementação da medida do RMG (Rendimento Mínimo Garantido) ou Rendimento Social de Inserção (RSI) em 1996 terá tido, a curto e médio prazo, um impacto positivo, no ligeiro e relativo prolongamento da permanência do grupo cigano no sistema de ensino. Por um lado, permitiu o reingresso de crianças e jovens em idade escolar no sistema de ensino e, por outro, uma elevação, ainda que ligeira, dos níveis médios de escolaridade entre a população cigana, em geral. Jorge tem 48 anos e é um defensor acérrimo desta medida:

Porque houve uma altura em que a escolaridade obrigatória, por um lado, e o rendimento mínimo, por outro, geraram aqui um movimento que, realmente, todas as crianças ciganas foram à escola (...) Por sua vez, os pais não têm a mínima motivação para meter lá as crianças, a menos que saiba que sem isso não recebem o rendimento mínimo. E é aquela «cenoura», óptimo, eu já sou totalmente a favor disso, tudo bem... (38 anos, ensino superior, quadro técnico intelectual e científico).

## 5. BREVES NOTAS CONCLUSIVAS

Ao nível discursivo, é evidente a valorização e a importância que a escola assume para estes entrevistados; no entanto, encontram-se indícios ao nível das práticas que contrariam o discurso. De facto, é indiscutível que nos últimos 40 anos se elevaram ligeiramente os níveis de escolaridade entre a população cigana, principalmente entre os efectivos do sexo masculino (Mendes 1997 e 2007). Pelo menos assim usufruem de um direito social básico e, deste modo, incorporam conhecimentos que lhes permitam decifrar alguns elementos culturais da sociedade não cigana e aceder a alguns recursos por ela proporcionados. Tendem a atribuir uma utilidade imediata à escola – a ler e escrever, aceder à carta de condução e ter acesso ao RMG/RSI... Nas gerações anteriores, de alguns pais, e principalmente dos avós e bisavós, ninguém foi à escola.

Claro está que esta tendência se inscreve em processos mais vastos e globais e que são transversais à sociedade portuguesa. De facto, um dos processos que mais estreitamente está associado aos trajectos de mobilidade social na sociedade portuguesa contemporânea diz respeito ao rápido aumento dos níveis de escolaridade (Almeida *et al.* 1993), tendo um papel determinante na dinâmica das sociedades modernas. Embora tal processo esteja longe de ter tido repercussões idênticas no grupo étnico cigano, regista-se uma melhoria nos perfis escolares e socioprofissionais dos membros deste grupo, não deixando contudo

de se reproduzir, a este nível, as desigualdades e os factores de contraste entre os ciganos e a sociedade em geral.

Os ciganos parecem carregar um fardo de sentimentos de rejeição e de inadequação com um impacto não negligenciável na diminuição dos seus níveis de auto-estima e na assunção de forma relativamente indelével de emoções como a vergonha<sup>6</sup>, a humilhação e o embaraço. Admite-se até que poderá haver uma certa predisposição para a vitimização e que o sujeito cigano tenderá a ler significados não intencionais nas acções dos sujeitos, avaliando qualquer acto perpetrado pelos não ciganos como racismo. Mas importa destacar que entre os entrevistados é consensual a ideia de que os ciganos, quando se sentem discriminados, nomeadamente em contexto escolar, se sentem também subestimados, tendendo a revoltar-se e a reagir «abruptamente», porque também se sentem angustiados e nervosos, já que o orgulho e a auto-estima pessoal e grupal são afectados. A maior parte dos que viveram situações percebidas como discriminatórias em contexto escolar e não só afirma que sente revolta e que, por vezes, à revolta associa-se a tristeza, a fúria e a angústia. Há ainda sentimentos reprimidos, escondidos e encobertos que poderão eventualmente ser perceptíveis por via da análise das componentes não verbais do comportamento.

A discriminação histórica e socialmente consistente parece associar-se a uma combinação de estratégias de carácter defensivo (condutas marcadas por um certo fechamento e por uma maior separação entre identidade social real e virtual, que inclui alusões explícitas ao «segredo do grupo», como é demonstrado pelos ciganos) e ofensivo por parte dos discriminados (expressão visível da revolta, que inclui o recurso a opções que podem suscitar receio por parte do Outro maioritário, manifestas no descontrolo emocional exteriorizado, na violência verbal e/ou física, etc.). Paralelamente e de forma reactiva há um processo de sobrevalorização da representação do Nós e de depreciação do Outro, o que serve para justificar e demarcar fronteiras relacionais. Eventualmente, o desenvolvimento destes processos num contexto marcado por uma discriminação historicamente sistemática por parte da maioria é fundamental para perceber a sobrevivência dos ciganos enquanto colectivo social e cultural autónomo no contexto das sociedades europeias (Stewart 1997, Tong 1998, Guy 2001, Lucassen *et al.* 2001, Bochaca 2003).

## BIBLIOGRAFIA

- (ACIME) ALTO-COMISSARIADO PARA A IMIGRAÇÃO E MINORIAS ÉTNICAS (1997), *Relatório do grupo de trabalho para a igualdade e inserção dos ciganos*, Lisboa.
- ALMEIDA, João Ferreira de, *et al.* (1993), «A recomposição sócio-profissional e os novos protagonismos» in A. Reis (coord.), *Portugal 20 Anos de Democracia*, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 307-330.

(6) Scheff (1997: 12-13) assinala que já nos anos 60 do século XX Goffman salientava que a vergonha é uma emoção social, que emerge na interacção social e que concilia bem os aspectos individuais e sociais da actividade humana, regulando a proximidade e a distância face aos outros.

- ARDEVOL, Elisenda (1994), «Vigencias y cambio en la cultura de los gitanos», in T. San Román (org.) *Entre la marginación y el racismo. Reflexiones sobre la vida de los gitanos*, Madrid: Alianza Editorial, pp. 61-108.
- BATAILLE, Philippe (1999), «Racisme institutionnel, racisme culturel et discriminations» in Ph.Dewitte (org.), *Immigration et intégration*, Paris: La Découverte, pp. 285-93.
- BOCHACA, Jordi Garreta (2003), *La Integración Sociocultural de las Minorías Étnicas (Gitanos e Inmigrantes)*, Barcelona: Anthropos.
- BOURDIEU, Pierre (1998), *La domination masculine*, Paris: Seuil.
- CAMPOS, Alexandra (1997), «A palavra cigano” é muito pesada», *Público*, 19 Janeiro, 1997.
- ESSED, Philomena (1991), *Understanding everyday racism: an interdisciplinary theory*, Newbury Park, California: Sage Publications.
- GAMELLA, Juan F. (org.) (1996), *La población gitana en Andalucía. Un estudio exploratório de sus Condicones de Vida*, Sevilla: Junta de Andalucía.
- GUILLAUMIN, Colette (1993), «La “différence culturelle”», in M. Wieviorka (org.), *Racisme et Modernité*, Paris: Éditions la Découverte, pp. 149-151.
- GUY, Will (ed.) (2001), *Between past and future: the Roma of Central and Eastern Europe*, Hertfordshire: University of Hertfordshire Press.
- JODELET, Denise (1994), «Représentations sociales: un domain en expansion», in D. Jodelet (org.), *Les représentations sociales*, Paris: PUF, pp. 32-61.
- LIÉGEOIS, Jean-Pierre (1987), *A escolarização das crianças ciganas e viajantes – Relatório da Comissão das Comunidades Europeias*, Luxemburgo: Ed. C.E.E..
- LIÉGEOIS, Jean-Pierre (1989), *Ciganos e Itinerantes*, Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.
- LOPEZ, Maria Luísa e PATO FRESNILLO, Gonzalo (1995), *Margem y periferia: representaciones ideológicas en los conflictos urbanos entre payos y gitanos*, Madrid: Asociación Secretariado General Gitano.
- LUCASSEN, L., et al. (2001), *Gypsies and Olther Itinerant Groups. A Socio-Historical Approach*, Reino Unido: Palgrave.
- MACHADO, Fernando Luís (1992), «Etnicidade em Portugal – contrastes e politização», in *Sociologia Problemas e Práticas*, 12: 123-136.
- MACKIE, M. Diane & ELIOT, R. Smith (eds.) (2002), *From Prejudice to Intergroup Emotions: Differentiated Reactions to Social Groups*, New York and Hove: Psychology Press.
- MARSHALL, T. H. (1967), *Cidadania, Classe Social e Status*, Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- MENDES, Maria Manuela (1997), *Etnicidade, Grupos Étnicos e Relações Multiculturais. Elementos para a compreensão das relações entre ciganos e não ciganos, no âmbito de uma Sociologia das Relações Étnicas e Rácicas – estudo de caso de dois grupos ciganos localizados em Espinho e no Porto*, Tese de Mestrado em Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- MENDES, Maria Manuela (2007), *Representações face à discriminação: ciganos e imigrantes russos e ucranianos na área metropolitana de Lisboa*, Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais Universidade de Lisboa.
- MOSCOVICI, Serge (1988), «Notes towards a description of social representations», in *European Journal of Social Psychology*, Vol. 13: 211-50.
- OCDE (s.d.), *Gypsy Populations and their Movements within Central and Eastern Europe and towards some OECD Countries*, Vol. III, n.º 9, Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development.
- PERISTIANY, J. G. (org.) (1988 [1965]), *Honra e Vergonha. Valores das sociedades mediterrâneas*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- PETTIGREW, Thomas F. et MEERTENS, R. W. (1993), «Le racisme voilé: dimensions et mesure», in M. Wieviorka (org.), *Racisme et Modernité*, Paris: Ed. La Découverte, pp. 109-26.

- PRESENCIA GITANA (1990), *Mujeres Gitanas ante el futuro*, Madrid: Editorial Presencia Gitana.
- SEABRA, Teresa (1994), *Estratégias familiares de socialização das crianças, etnicidade e classes sociais* (dissertação de mestrado), Lisboa: ISCTE.
- SECRETARIADO DIOCESANO DA OBRA NACIONAL PARA A PASTORAL DOS CIGANOS (1997), *Comunidade Cigana na Diocese de Lisboa*, Lisboa: Imprensa Municipal Câmara Municipal de Lisboa.
- SNAPE e SPENCER (2004), «The Foundations of Qualitative Research», in J. Ritchie e J. Lewis (eds.) *Qualitative research practice*, Thousand Oaks: Sage Publications.
- STEWART, M. (1997), *The Time of the Gypsies*, USA: Westview Press.
- TAYLOR, Charles (1998), *Multiculturalismo*, Lisboa: Instituto Piaget.
- TERTÚLIA EDÍPICA (compil.) (1995), *Dicionário de Sinónimos*, Porto: Porto Editora.
- TONG, Diane (ed.), *Gypsies: An Interdisciplinary Reading*, Nova Iorque: Garland Publishing, Inc., pp. 13-68.
- VALA, Jorge (org.) (1999), *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*, Oeiras: Celta.
- WIEVIORKA, Michel (1991), *L'espace du racisme*, Paris: Editions du Seuil.

**Manuel Carlos Silva**

Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa e em Sociologia pela Universidade de Amesterdão, onde se doutorou *cum laude* em 1994, em Ciências Sociais, Culturais e Políticas. Actualmente é professor catedrático em Sociologia na Universidade do Minho e Director do Centro de Investigação em Ciências Sociais (CICS). Distinguido com o Prémio Sedas Nunes pela obra *“Resistir e Adaptar-se”* (1998, Afrontamento) sobre o campesinato, tem publicado sobre o rural-urbano, desenvolvimento e desigualdades sociais (de classe, étnicas e de género), sendo de destacar *Classes Sociais, Identidade e Ação Colectiva; Socio-Antropologia Rural e Urbana; Vidas na Raia: Prostituição Feminina em regiões de Fronteira*. (Co)organizou vários congressos científicos (APS e Luso-Afro-Brasileiro em Ciências Sociais. Foi Presidente da APS (2010-2012)

**José Manuel Sobral**

Licenciado em História e doutorado em Antropologia, tendo a sua tese sido publicada como livro – *Trajectos, o Passado e o Presente na vida de uma Freguesia da Beira* (1999). É Investigador Principal do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Últimos trabalhos publicados: JMS, *Portugal, Portugueses: Uma Identidade Nacional* (2012); José Manuel Sobral e Patrícia Rodrigues «O “Fiel Amigo”: o bacalhau e a identidade portuguesa» (2013); N. Domingos, J. M. Sobral e H. West (eds.), *Food Between the Country and the City: Ethnographies of a Changing Global Foodscape* (2014); JMS, «The High and the Low in the Making of a Portuguese National Cuisine in the Nineteenth and Twentieth Centuries», in J. A. Klein e A. Murcott (eds.), *Food Consumption in Global Perspective: Essays in the Anthropology of Food in Honour of Jack Goody* (2014). Foi presidente da Associação Portuguesa de Antropologia.

**Veit-Michael Bader**

Professor de Sociologia na Faculdade de Ciências Políticas, Sociais e Culturais e de Filosofia Social e Política no Departamento de Filosofia da Universidade de Amesterdão. É especialista em Sociologia Clássica, em particular das obras de Max Weber e Karl Marx e em diversos temas tais como Desigualdades Sociais e Classes Sociais; Acção Colectiva; Cidadania e Exclusão, Etnicidade

e Racismo, Etnicidade e Classe; Democracia e Secularização. Além de autor de inúmeros artigos, relevam entre outras, *Ungleichheiten* (Desigualdades), *Kollektive Handeln, Democracy or Secularism? Associational Governance of Religious Diversity* e, traduzido a português, *Racismo, Etnicidade, Cidadania* (Afrontamento, 2008).

### **Rosa Cabecinhas**

Professora Associada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Atualmente participa como investigadora em diversos projetos nacionais e internacionais, dedicando-se principalmente às seguintes áreas de investigação: diversidade e comunicação intercultural, memória social, representações sociais, identidades sociais, estereótipos e discriminação social. Entre as suas obras destacam-se os seguintes livros: «*Preto e Branco: A naturalização da discriminação racial*» (2007), «*Comunicação Intercultural: Perspectivas, Dilemas e Desafios*» (em parceria com Luís Cunha, 2008) e «*Narratives and Social Memory: Theoretical and Methodological Approaches*» (em parceria com Lilia Abadia, 2013).

### **João Filipe Marques**

Doutorado em Sociologia pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales* de Paris, é atualmente Professor Auxiliar na Faculdade de Economia da Universidade do Algarve e Director da Licenciatura e do Mestrado em Sociologia daquela Universidade. Leciona na área das Teorias Sociológicas e tem publicado e ensinado nas áreas da Sociologia do Racismo, das Relações Inter-étnicas e da Etnicidade. Para além de vários artigos e capítulos de livros sobre aqueles temas, é autor do livro *Du «non racisme» portugais aux deux racismes des Portugais*, (Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, 2007).

### **Maria Engrácia Leandro**

Tendo prosseguido todos os estudos universitários em Sociologia na Universidade René Descartes – Sorbonne Paris V, foi, entre 1986-2011, docente da Universidade do Minho, onde lecionou várias disciplinas em áreas da Sociologia. Tem prosseguido investigação em Sociologia, cujas prioridades têm incidido sobre a sociologia das migrações internacionais, família, saúde, laços sociais, pobreza, religião e dinâmicas sociais e culturais. Desde Janeiro de 2011 é investigadora do CIES – ISCTE/Instituto Universitário de Lisboa. É autora de vários trabalhos sob forma de artigos, livros e capítulos de livros publicados no país e no estrangeiro e de várias comunicações e conferências em eventos científicos, mas também em eventos de vulgarização.

### **Michèle Baumann**

É socióloga, médica e especialista em Saúde Pública na Universidade do Luxemburgo, desde 2004. As suas prioridades de investigação no Centro INSIDE incidem sobre as determinantes sociais de saúde, desigualdades sociais da saúde mental, desigualdades nas relações sociais de género e no acesso aos cuidados e recursos sociais, qualidade de vida dos estudantes, pessoas atingidas por AVC e cuidadores familiares. Entre 1984-2004, foi Professora na Escola de Saúde Pública da Faculdade de Medicina da Universidade de Nancy (França) e Directora da Licenciatura

de Ciências Sanitárias e Sociais. É autora de 80 publicações científicas, 3 livros, 18 capítulos de livros, 7 trabalhos de vulgarização, mais de 100 comunicações e 10 Conferências científicas.

### **Manuel Antunes da Cunha**

Doutorado em Ciências da Informação e da Comunicação pela Universidade Paris 2 (Panthéon-Assas), é Professor Auxiliar convidado da Faculdade de Ciências Sociais (UCP-Braga), onde coordena o Mestrado em Formação e Comunicação Multimédia. Investigador associado do laboratório *Communication et Politique* (CNRS- Paris), é especialista dos meios de comunicação social, dos estudos de recepção, das migrações e das metodologias qualitativas. Para além de *Les Portugais de France face à leur télévision. Médias, migrations et enjeux identitaires* (Presses Universitaires de Rennes), obra primada com a menção honrosa do *Prix national de la recherche de l'Inatèque de France 2009*, é autor de duas dezenas de publicações sobre a temática das migrações.

### **Sheila Khan**

Doutorada em Estudos Étnicos e Culturais pela Universidade de Warwick, é investigadora integrada no Centro de Investigação em Ciências Sociais, Universidade do Minho. É autora de diversas publicações, sendo as mais recentes: Khan, Sheila (com) Hilary Owen (Manchester University), Ana Margarida Dias Martins (Cambridge University) and Carmen Ramos Villar (Sheffield University), co-editing of the thematic number «*The Lusotropical Tempest: Post-colonial Debates in Portuguese*». *Lusophone Studies*, Bristol University, 2012; Leite, Ana Mafalda, Khan, Sheila, Falconi, Jessica, Krakowska, Kamila (orgs.) (2013), *Nação e Narrativa Pós-Colonial II-Angola e Moçambique: Entrevistas*. Lisboa: Colibri; Khan, Sheila, “*O Imaginário do Império-Navio e o Inefável Namoro Brasil/Angola*”. Revista Via Atlântica número temático, n.º 21. Simone Caputo (org.), Brasil/Angola. São Paulo, USP, 2012, pp. 127-138.

### **Olga Magano**

Doutorada em Sociologia e Mestre em Relações Interculturais pela Universidade Aberta, tendo-se licenciado em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Professora Auxiliar na Universidade Aberta, Departamento de Ciências Sociais e de Gestão e Investigadora do CEMRI (Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais – FCT/UAb), tem desenvolvido investigação há mais de uma década sobre a exclusão e a integração dos ciganos em Portugal. É membro da Associação Portuguesa de Sociologia e da *Romani Studies Network*.

### **Teresa Seabra**

Doutorada em Sociologia e Professora Auxiliar do Departamento de Sociologia do ISCTE-IUL, coordena o curso de Mestrado em Educação e Sociedade do ISCTE-IUL. É investigadora do CIES-IUL, desde 1993, onde tem desenvolvido pesquisas no domínio da educação escolar e familiar. De entre as publicações, destacam-se as obras «*Educação nas famílias: etnicidade e classes sociais*» (1999) e «*Adaptação e Adversidade: o desempenho escolar dos alunos de origem indiana e cabo-verdiana no ensino básico*» (2010).

### Elisabete Rodrigues

Tendo-se licenciado em Sociologia na Universidade do Minho, é investigadora do CIES-IUL e doutoranda no ISCTE-IUL. Educação, género, masculinidades e corpo são algumas das áreas de investigação a que se tem dedicado. Entre as últimas publicações destaca-se «*Masculinidades e fatores sociais de risco para a saúde: um retrato nacional*» na revista Saúde & Tecnologia e «*Organização do trabalho doméstico em casais do mesmo sexo*» na revista Sociologia, Problemas e Práticas.

### Maria Margarida Marques

É socióloga e Professora da Universidade Nova de Lisboa. Os seus actuais interesses de investigação incluem a área das migrações, em especial as migrações pós-coloniais, a qualidade institucional e a globalização. É autora, co-autora ou organizadora de vários livros, capítulos de livros e artigos em publicações científicas, como «*Post-colonial Portugal: between Scylla and Charybdis*» (Berghahn Books, 2012); «*Estado-nação e migrações internacionais*» (Livros Horizonte, 2010), «*Migrações e participação social*» (Fim de Século, 2008), «*School and diversity in a weak state: The Portuguese case*» (*Journal of Ethnic and Migration Studies*, 2007).

### Joana Lopes Martins

Licenciou-se em Antropologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2002), onde mais tarde se pós-graduou em Migrações (2004) e se doutorou em Sociologia Política (2010). Enquanto membro do CESNova (FCSH/UNL) desenvolveu investigação sobre educação, demografia e participação cívica das populações migrantes. Actualmente, lecciona na área dos estudos sobre migrações e género na FCSH/UNL e integra a equipa do projecto PORDATA, promovido pela Fundação Francisco Manuel dos Santos.

### Jordi Pàmies Rovira

Doctor en Antropología Social por la Universidad Autónoma de Barcelona (UAB). Su tesis doctoral recibió la calificación de *Cum Laude*, Premio Extraordinario de Doctorado y Premio Estudios sobre Juventud 2006 en Cataluña. Profesor Agregado del Departamento de Pedagogía Sistemática y Social de la UAB, es investigador y especialista en temas de educación y migración marroquí, población/jóvenes de origen extranjero (vg mejicano en EUA) y políticas educativas dirigidas a la diversidad cultural. Ha sido *Visiting Research Fellow* en la University of California, Santa Cruz (2007) y la University of Texas, Austin (2010). Es miembro fundador del Grupo EMIGRA. Actualmente coordina el Máster de Investigación en Educación de la Facultad de Ciencias de la Educación y el Máster Interuniversitario de Migraciones Contemporáneas y es responsable de Formación en el Centro de Estudios e Investigación en Migraciones de la UAB. Entre sus últimas publicaciones: «*El impacto de los agrupamientos escolares. Los espacios de aprendizaje y sociabilidad de los jóvenes de origen marroquí en Barcelona*» (2013) y «*Trajèctòries d'èxit i continuïtat acadèmica entre joves marroquins a Catalunya*» (2013, junto a M. Betran y M. Ponferrada).

**Silvia Carrasco Pons**

Es Doctora en Antropología Social (UAB 1991, *cum laude*) y Profesora Titular de Antropología Social a la Universitat Autònoma de Barcelona desde el año 1992. Es directora del grupo de investigación EMIGRA a la UAB. Es consultora y evaluadora de la *European Science Foundation*. Subdirectora del CER-Migracions de la UAB y co-directora del Máster Interdisciplinario en Migraciones Contemporáneas. Ha coordinado y participado en numerosos proyectos nacionales e internacionales sobre estos temas. Es miembro del *Standing Committee* de la *International Society for Child Indicators*. Ha sido organizadora y directora del II Congrés Internacional d'Etnografia i Educació, Barcelona (2007). Y profesora visitante en diversas universidades europeas y americanas. Entre sus publicaciones destacan *Gitans espagnols et immigrants Roms en Espagne: discours émancipateur et nouvelles catégories de stratification* (2014, junto a Bálint-Ábel Bereményi), *Población inmigrante y escuela. Conocimientos y saberes de investigación*. Textos reunidos en homenaje a Eduardo Terrén Lalana (2011, como editora con J. García Castaño) y *The education of immigrant youth: some lessons from the US and Spain* (2009, junto a M. Gibson).

**Maria Manuela Mendes**

Doutora em Ciências Sociais pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL) e Professora Auxiliar na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa (FAUL). É investigadora no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL) e membro colaborador do Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design (CIAUD) da FAUL e do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras do Porto (ISFLUP). Tem desenvolvido investigação nas áreas da etnicidade, imigração, exclusão social, desenvolvimento local, realojamento e territórios desqualificados. De entre as publicações mais recentes é de ressaltar os livros: *Ciganos Portugueses: Olhares Plurais e Novos Desafios numa Sociedade em Transição* (em co-autoria com Olga Magano, 2013), *Identidades, Racismo e Discriminação: Ciganos da Área Metropolitana de Lisboa* (2012) e *Imigração, identidades e discriminação: imigrantes russos e ucranianos na área Metropolitana de Lisboa* (2010).

